



Município de Lousada

Relatório de Sustentabilidade

2016



INTRODUÇÃO:

O concelho de Lousada localiza-se no noroeste de Portugal – unidade natural definida pelo predomínio dos caracteres atlânticos, na região geográfica do Minho, estando situado no seio do distrito do Porto.

Possui uma superfície de 94,89 km² de área, que se encontra subdividida em 25 freguesias. Tem como limites administrativos, a norte, o concelho de Vizela; a nordeste, Felgueiras; e a este, Amarante; a sudeste e sul Penafiel; a sudoeste, Paredes, a oeste, o concelho de Paços de Ferreira e, por último, a noroeste, Santo Tirso.

A matriz económica do concelho de Lousada encontra-se ainda fortemente marcada pela agricultura, embora o desenvolvimento de outros sectores económicos se comecem

afirmar, nomeadamente o têxtil e, mais recentemente, a reorganização da produção vinícola.

A área onde se implanta o concelho lousadense, apesar da pretensa homogeneidade, apresenta-se profundamente marcada pela orogenia, o que permite individualizá-la do quadro Minhoto, interiormente, pelas características muito próprias do Vale do Sousa, que lhe conferem uma certa unidade espacial.

No concernente aos recursos aquíferos, Lousada é um concelho beneficiado pela natureza. Abundantemente irrigado, o seu território é abrangido por duas grandes bacias hidrográficas. Na parte mais setentrional do concelho, com limite na serra dos Campelos, temos a bacia hidrográfica do rio Ave, de que são subsidiários o rio Porto e a ribeira de Sá, que nascem na citada serra; a restante área concelhia é ocupada pela bacia hidrográfica do Sousa, tendo como subsidiários um conjunto alargado de ribeiros e regatos. O rio Sousa nasce em Friande (Felgueiras) e é subsidiário do rio Douro, desaguando em Foz do Sousa, freguesia do concelho de Gondomar.

A situação litológica de Lousada caracteriza-se por uma cobertura quase total de rochas granitóides, que corresponde ao extenso cordão orientado NW-SE, que se estende do Minho às Beiras.

Do ponto de vista climático, o concelho implanta-se numa região de influência atlântica, para o qual muito contribuem os corredores naturais dos rios Sousa e Mezio, traduzindo-se deste modo num clima temperado marítimo húmido, a super húmido, de invernos e verões com variações climáticas de tipo fresco a moderado, com temperaturas médias anuais entre 10-12,5°.



CARACTERIZAÇÃO DO RELATÓRIO

O Relatório de Sustentabilidade do Município de Lousada analisa a atuação da Câmara Municipal de Lousada relativamente ao ambiente, apoio social, atividades económicas, áreas de governação e sustentabilidade financeira do município.

É constituído por um conjunto de documentos construídos numa lógica interterritorial incluindo nesta matéria as diversas forças e sinergias de toda a região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, mas baseia-se sobretudo no recente Plano de Desenvolvimento Social 2016-2020 (PDS) elaborado pelo Município de Lousada, Rede Social Local e Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

O PDS parte de dois grandes objetivos principais (i) desenvolver processos de concertação à escala concelhia, reforçando os mecanismos de articulação que o Programa Rede Social defende, nomeadamente, cooperação, concertação e

comunicação entre as diferentes entidades e atores que compõem o CLAS e que de forma substantiva operam na concretização das políticas de educação, emprego e inclusão social e (ii) garantir a coerência com outros instrumentos de planeamento territorial que concretizem a estratégia do território Lousada num quadro supramunicipal, nomeadamente no contexto da CIM Tâmega e Sousa no horizonte 2020, o PAPE e o PEDI.

Este PDS encontra-se estruturado em cinco grandes capítulos:

1. **Enquadramento e Estratégia metodológica:** dedicado ao enquadramento do PDS tendo em conta as suas grandes linhas de orientação, nomeadamente uma matriz de ação inovadora que estabelece uma estratégia de coesão social e territorial assente na qualificação da população e na dinamização da economia local como alavancas para a promoção da qualidade de vida das populações. Esta secção contém ainda a estratégia metodológica operacionalizada durante a realização do Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação.
2. **Elementos de Planeamento:** onde se identificam os objetivos estratégicos, programas e projetos em cada um dos domínios de intervenção (Capital Humano, Emprego e Potencial Económico e Capital Inclusivo), como resposta às principais evidências de constrangimentos (*Baselines*).
3. **Plano de Ação:** constitui o mapa lógico das intervenções concretas a desenvolver entre 2016 e 2010 e possui um carácter evolutivo e dinâmico. Corresponde ao Plano de Ação na sua estrutura operacional, ventilado por fichas programa, nas quais se identificam os projetos que compõem cada programa, calendário para a sua execução, parceiros envolvidos e indicadores de monitorização estratégica (meta, resultados e indicadores).
4. **Modelo de governança:** apresenta o modelo de governança a utilizar no âmbito da implementação e monitorização do PDS, definindo uma estratégia integrada que materializa o compromisso entre as diversas entidades do sistema de atores da Rede Social de Lousada.

5. **Monitorização e Avaliação:** propõe uma proposta de monitorização da execução dos projetos e programas e um conjunto de iniciativas que permitem tornar este processo mais robusto e eficaz.

Para além deste Plano de Desenvolvimento Social que identifica áreas como o Capital Humano, Emprego e Potencial Económico, Capital Inclusivo, Cultura, Desporto, Educação, Empresas, Entidades Formadoras, Entidades Privadas não-lucrativas e Organismos e entidades da Administração Pública, o Relatório de Sustentabilidade do Município de Lousada é constituído pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, Plano Territorial de Desenvolvimento do Tâmega, Plano Municipal de Ambiente.

Perante uma perspetiva de desenvolvimento global, o Município de Lousada integra assim um plano conjunto de forma a dar mais visibilidade a todo o território. Os documentos apresentados, para além de constarem planos relativos à lógica Municipal (ambiente, ação social, urbanismo, etc), inclui também dois estudos formulados em 2008 e 2014, que incluiremos aqui em anexo.

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I: PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2016-2020

ANEXO II: ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIAL DE LOUSADA 2015

ANEXO III: PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL

ANEXO IV: PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO TÂMEGA

ANEXO V: PLANO MUNICIPAL DO AMBIENTE



ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO DA REDE SOCIAL DE LOUSADA

Plano de Desenvolvimento Social 2016-2020

Outubro de 2015



Índice

APRESENTAÇÃO	1
PARTE I. ENQUADRAMENTO E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA.....	3
PARTE II – ELEMENTOS DE PLANEAMENTO	7
PARTE III – PLANO DE AÇÃO 2016-2020	27
PARTE IV – MODELO DE GOVERNAÇÃO DO PDS.....	43
PARTE V – MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PDS.....	45
ANEXO – PORTFÓLIO DE RECURSOS.....	49

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIACÕES

ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
ACIP	Ave Cooperativa de Intervenção Psicossocial, CRL
ADERSOUSA	Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa
ALDAF	Associação Lousadense dos Deficientes, dos seus Amigos e Familiares
ASSN	Associação de Solidariedade Social de Nespereira
CFAE	Centro de Formação de Associação de Escolas
CIM	Comunidade Intermunicipal
CLAS	Conselho Local de Ação Social
CML	Câmara Municipal de Lousada
DICAS	Programa Diversidade, Inclusão, Complexidade, Autonomia e Solidariedade
DLD	Desemprego de Longa Duração
EB	Ensino Básico
EBI	Escola Básica Integrada
EFA	Cursos de Educação e Formação de Adultos
ERPI	Estruturas Residenciais para Idosos
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FMC	Formações Modulares Certificadas
IEFP	Instituto do emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISS	Instituto da Segurança Social
JI	Jardim de Infância
MEISI	Modelo Estratégico de Intervenção Social Integrada de Lousada
NEET	Not in Education, Employment or Training
PAPE	Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PEDI	Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal
PO	Programa Operacional
POCH	Programa Operacional Capital Humano
POISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
RSI	Rendimento Social de Inserção
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
T&S	Tâmega e Sousa
USALOU	Universidade Sénior do Autodidata de Lousada

APRESENTAÇÃO

O presente Documento corresponde ao novo **Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Lousada**, cuja estratégia se foca temporalmente entre 2016 e 2020.

A realização deste instrumento acontece no seguimento de uma atualização do Diagnóstico Social do concelho de Lousada no qual se procurou por em prática um novo exercício de diagnóstico e análise das condições do território concelhio a partir da aplicação do *Referencial para a Coesão Social* (ISS, IP).

A atualização do Diagnóstico Social (2013-2015) permitiu de forma objetiva e científica a identificação das principais fragilidades do concelho no que concerne o tema da pobreza e da exclusão social através de mais de uma centena de indicadores estatísticos.

O tipo e a incidência das *dimensões problema* identificadas no Diagnóstico foram *arrumados* em três domínios chave e é com base nessa arquitetura conceptual que o presente Plano de Desenvolvimento Social se construiu de modo a operacionalizar uma estratégia lógica baseada em problemas, objetivos e resultados.

O presente PDS parte de **dois grandes objetivos principais** (i) desenvolver processos de concertação à escala concelhia, reforçando os mecanismos de articulação que o Programa Rede Social defende, nomeadamente, cooperação, concertação e comunicação entre as diferentes entidades e atores que compõem o CLAS e que de forma substantiva operam na concretização das políticas de educação, emprego e inclusão social e (ii) garantir a coerência com outros instrumentos de planeamento territorial que concretizam a estratégia do território Lousada num quadro supramunicipal, nomeadamente no contexto da CIM Tâmega e Sousa no horizonte 2020, o PAPE e o PEDI.

O Documento encontra-se estruturado em cinco grandes capítulos:

- ✚ **Enquadramento e Estratégia metodológica:** dedicado ao enquadramento do PDS tendo em conta as suas grandes linhas de orientação, nomeadamente uma matriz de ação inovadora que estabelece uma estratégia de coesão social e territorial assente na qualificação da população e na dinamização da economia local como alavancas para a promoção da qualidade de vida das populações. Esta secção contém ainda a estratégia metodológica operacionalizada durante a realização do Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação.
- ✚ **Elementos de Planeamento:** onde se identificam os objetivos estratégicos, programas e projetos em cada um dos domínios de intervenção (Capital Humano, Emprego e Potencial Económico e Capital Inclusivo), como resposta às principais evidências de constrangimentos (*Baselines*).

- ↳ **Plano de Ação:** constitui o mapa lógico das intervenções concretas a desenvolver entre 2016 e 2020 e possui um carácter evolutivo e dinâmico. Corresponde ao Plano de Ação na sua estrutura operacional, ventilado por fichas programa, nas quais se identificam os projetos que compõem cada programa, calendário para a sua execução, parceiros envolvidos e indicadores de monitorização estratégica (meta, resultados e indicadores).
- ↳ **Modelo de governança:** apresenta o modelo de governança a utilizar no âmbito da implementação e monitorização do PDS, definindo uma estratégia integrada que materializa o compromisso entre as diversas entidades do sistema de atores da Rede Social de Lousada.
- ↳ **Monitorização e Avaliação:** propõe uma proposta de monitorização da execução dos projetos e programas e um conjunto de iniciativas que permitem tornar este processo mais robusto e eficaz.

Por último, o documento contém um conjunto de **Anexos** nos quais se podem encontrar (a) portefólio de recursos dedicado à caracterização das entidades que compõem o CLAS de Lousada.

PARTE I. ENQUADRAMENTO E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

ENQUADRAMENTO

Integração territorial de políticas

A natureza do Programa e das estruturas da Rede Social fazem com que este modelo de política social ativa tenha um papel fundamental no planeamento estratégico e na intervenção integrada nos territórios (no domínio da ação social e do desenvolvimento local).

Uma das premissas deste novo PDS prende-se com a integração territorial de políticas. A perspetiva de territorialização das políticas públicas em que assenta o novo paradigma da Política de Coesão acrescenta desafios de coordenação entre os vários níveis de planeamento e conceção das intervenções locais.

Desta forma o PDS perspetiva-se como um instrumento de operacionalização a duas escalas de intervenção, por um lado uma intervenção focada nas dinâmicas particulares do concelho, e por outro, uma intervenção que irá produzir resultados num quadro de ação mais global, isto é, supraconcelhio, em particular no PDS Supraconcelhio e no Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade (PAPE).

Esperando-se, desta forma, a consolidação de uma intervenção mais integrada, orientada para objetivos comuns, e assente em formas de ação mais articuladas, capazes de proporcionar a aprendizagem entre os atores e ampliar a capacidade de ação no somatório das forças de cada Rede Social.

Esta perspetiva de articulação é representada no esquema seguinte:

Nota: Na presente versão esta figura é omissa e vai ser desenvolvida na versão final para publicação

A Inovação Social do PDS

Este PDS partiu de um objetivo muito claro - planejar com base em prioridades decorrentes de uma análise apoiada em indicadores que medem as condições de pobreza e de exclusão social no território concelhio de Lousada. Este objetivo constitui-se como o corolário das orientações explícitas do Programa Rede Social voltadas para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social a nível local.

Convém notar que a necessidade de pôr em prática este modelo lógico de planeamento não se reduz a um mero exercício de qualidade. A estratégia em vista apresenta múltiplas vantagens. Desde logo consolida oportunidades de monitorização e avaliação mais efetivas e exigentes. As *baselines* disponíveis enquanto evidências de constrangimentos detetadas na fase de diagnóstico esclarecem qual é o ponto de partida. Qualquer trabalho de avaliação dos resultados atingidos pela estratégia apresentada neste Plano estará assim mais facilitado, pois ele contempla um dispositivo de monitorização e avaliação composto por *baselines*, metas e indicadores (de realização e resultados). Por outro lado, é uma estratégia que assenta na profunda convicção de que a rede social e a sua substância, são capazes de produzir efeitos de mudança na vida das populações e por isso se torna um programa insubstituível.

O seu conteúdo inovador também se expressa através de uma nova abordagem ao conceito de desenvolvimento social. A abordagem multidimensional ou integrada dos problemas e das respostas neste domínio incluem aspetos relacionados com as dinâmicas económicas (emprego em fileiras chave, produtos endógenos, turismo) e devem ser tidos em conta no planeamento estratégico na medida em que se defende a sua capacidade de alavancar melhores condições sociais.

Estratégia metodológica

Metodologicamente este Plano foi construído de acordo com um **modelo lógico** definido anteriormente no âmbito da atualização do Diagnóstico Social. Os resultados daquela componente de análise foram interpretados e categorizados em três domínios (*Capital Humano, Emprego e Potencial Económico e Capital Inclusivo*). Para cada um daqueles domínios foram recuperadas as dimensões problema retratadas no Diagnóstico Social.

Tendo como ponto de partida as dimensões problema (ilustradas com elementos de evidencia), as entidades que constituem a Rede Social de Lousada foram chamadas a intervir com um duplo objetivo:

- *Reconhecer e validar as baselines produzidas no âmbito da Atualização do Diagnóstico Social.*
- *Identificar linhas programáticas e modos de operacionalização que pudessem mitigar os problemas e os constrangimentos identificados.*

A partir desta **estratégia de envolvimento de atores** que contou com sessões coletivas assentes em metodologias participativas e a mobilização de grupos de trabalho por domínio de intervenção, foi possível a elaboração de uma matriz de planeamento programático até 2020 estruturada em três eixos estratégicos (seguindo a lógica de atuação do PDS Supraconcelhio) da qual figuram constrangimentos, objetivos estratégicos, programas e projetos a desenvolver no novo ciclo de ação, prevendo-se também nesta matriz a incorporação dos projetos que haviam sido previstos no âmbito do PDS supramunicipal.

A prática reflexiva por parte dos parceiros e técnicos envolvidos na rede contou com o apoio de peritos estratégicos que atuaram como “mentores” (assumindo uma função de *coaching*) que ajudaram a definir prioridades de funcionamento e orientações estratégicas.

Do conjunto de atividades que animaram a estratégia de envolvimento de atores, resultaram vários produtos que constam do novo Plano de Desenvolvimento Social:

- Ficha detalhada de cada programa e respetivos projetos, identificando parceiros envolvidos, horizonte temporal e indicadores de monitorização e avaliação que perfazem no seu conjunto o Plano de Ação 2016-2020, devendo este Plano estar sujeito a uma componente de monitorização muito ativa por parte de um comité de pilotagem (aspeto desenvolvido no Ponto V).
- Portfólio com a caracterização das entidades/parceiros que irão dinamizar/executar com dados relevantes para potenciar aproveitamento de recursos entre entidades.

PARTE II – ELEMENTOS DE PLANEAMENTO

ENQUADRAMENTO DOS ELEMENTOS DE PLANEAMENTO

Este novo ciclo de programas e projetos que foi estrategicamente construído para atender às principais debilidades que o território de Lousada conhece em diferentes matérias no plano social e económico, está estruturado em torno de um conjunto de premissas e de objetivos que importa enunciar.

Desde logo, pretendeu-se promover a ideia de que a substância de um PDS não deve ser um somatório das atividades de cada parceiro da Rede Social. Os planos interativos são os mais ricos em envolvimento dos parceiros e aqueles em que se gera um efeito de rede significativo com o surgimento de atividades que não constavam dos planos iniciais dos atores.

Em segundo lugar, houve a necessidade de introduzir alguma inovação às formas mais clássicas de responder ao problema da pobreza e da exclusão social, dando aliás seguimento aquilo que são os novos desafios que o conceito multidimensional de desenvolvimento social evoca. Os programas e os projetos que se apresentam de seguida são o espelho de um esforço de inovação social com novas formas de resposta a problemas. Em particular, a assunção de que os problemas sociais deverão ser atendidos de forma direta a partir de um conjunto de projetos definidos e dirigidos concretamente para as populações visadas, mas também reclamam uma estratégia de prevenção que se deve estruturar a partir de dois pilares (Qualificação das populações e Qualidade e Quantidade do Emprego).

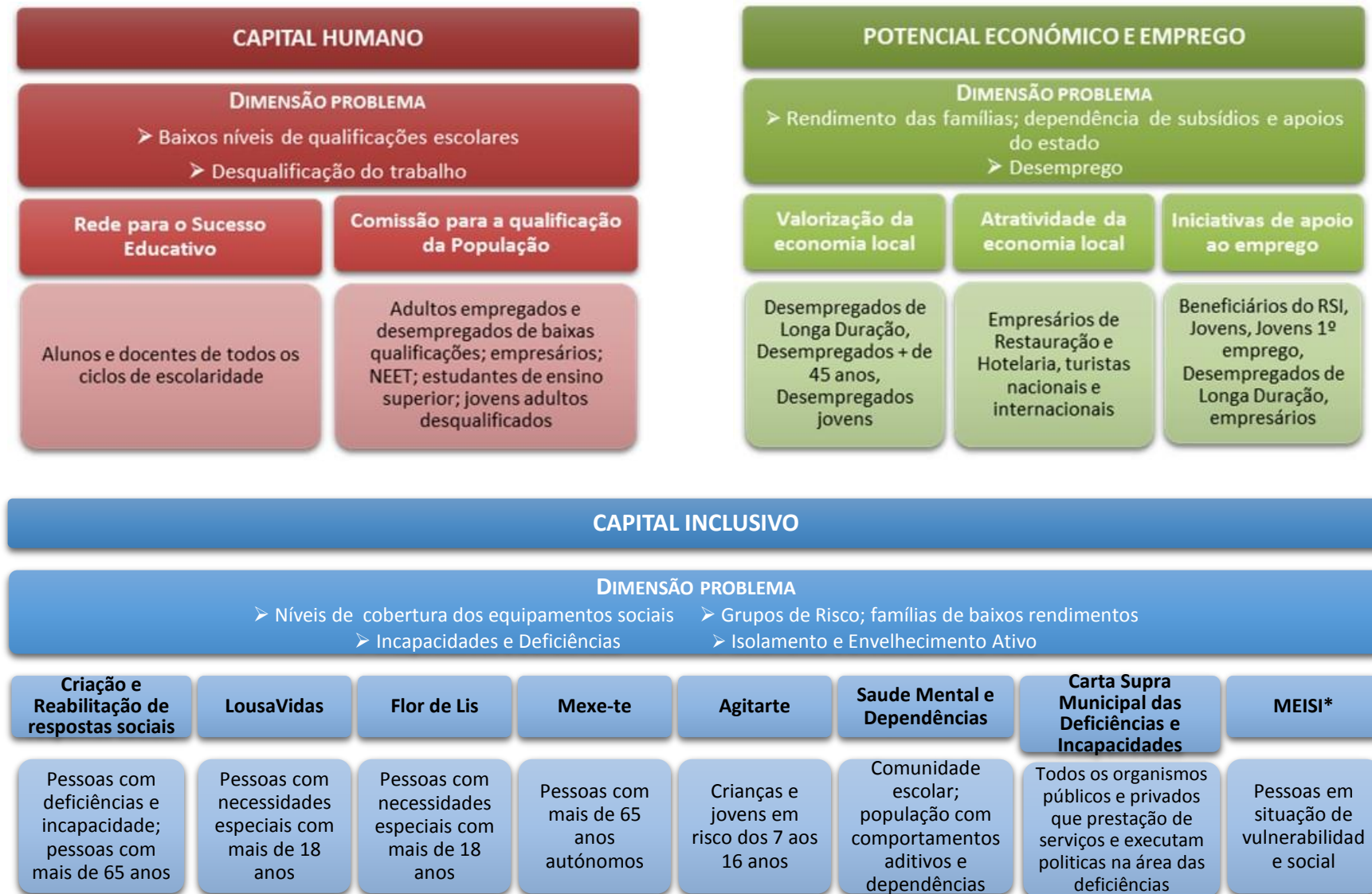
Num outro plano de preocupações, é importante que os programas delineados para o novo ciclo de vida da Rede Social de Lousada possam ser executados segundo a marca Rede Social, associando-lhes uma imagem e um modelo de comunicação pensado para o conjunto de iniciativas públicas de todos os projetos desenvolvidos e aprovados de modo a reforçar a visibilidade e identidade da Rede para o exterior.

Por fim, tentou-se imputar uma maior focalização das intervenções da rede nos destinatários finais. Cada Programa foi pensado para dar resposta a problemas vividos pelas populações. É essa premissa de intervenção que deverá animar todo o projeto que aqui se apresenta.

A estrutura de intervenção do PDS encontra-se, assim, estruturado em torno de 3 grandes domínios (*Capital Humano, Potencial Económico e Emprego e Capital Inclusivo*), aos quais se associam as principais dimensões problema do território e que derivam do Diagnóstico Social. Paralelamente, para cada *Dimensão Problema*, está associado um conjunto de *Evidências dos Constrangimentos, Objetivos Estratégicos, Programas de Ação* e respetivos *Projetos*. Alguns destes projetos assumem uma natureza supramunicipal e estão alinhados com o PDS Supramunicipal do Tâmega e Sousa.

Antes de se apresentar o elenco dos programas e dos projetos que animam a estratégia de desenvolvimento local para Lousada nos próximos quatro anos, apresenta-se um retrato síntese e global dessa mesma estratégia, onde se pode perceber de forma rápida as opções estratégicas que este PDS tomou.

Modelo lógico da Estratégia de Intervenção do PDS



* MEISI - Modelo Estratégico de Intervenção Social de Lousada

CAPITAL HUMANO

Dimensão-Problema: Baixos níveis de qualificações escolares

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Programas	Projetos	PDS Supra
Taxa de abandono precoce 45,88% (INE, 2011) Taxa abandono escolar 1,18% (INE; 2011) 50,37% da população residente com idades entre os 20 e 24 anos sem ensino secundário completo População residente com 15 ou mais anos sem ensino superior 83,7%	✓ Apostar no combate da saída antecipada do sistema de ensino; ✓ Aumentar os níveis de escolaridade da população residente; ✓ Elevar a proporção da população com habilitações equivalentes ao ensino superior	1. Rede para o sucesso educativo <i>Atualizar conhecimentos e competências profissionais dos atores escola; articular atores escola e extraescola para responder ao aluno de forma global e integrada; apostar no combate ao abandono escolar precoce no nível secundário de ensino; adequar a oferta formativa (Cursos profissionalizantes) às necessidades locais e promover competências empreendedoras ao nível do 1 e 2º ciclo, bem como competências cívicas e cultura ambiental.</i>	Elaboração do Projeto Educativo Municipal	
			Implementação do Modelo de formação destinado aos técnicos da “Rede para o Sucesso Educativo” (desenvolvimento de práticas colaborativas e partilha de experiências orientadas para a melhoria dos modelos pedagógicos dos professores,...)	X
			Apoiar o funcionamento de Equipas Multidisciplinares dedicadas ao combate ao abandono e insucesso escolar e à promoção do prosseguimento de estudos	X
			Aproximação das entidades desportivas às escolas mediante celebração de protocolo para conhecer os alunos com atividades extra curriculares e promover o desenvolvimento integrado das atividades dos alunos.	
			Programa DICAS (Diversidade, Inclusão, Complexidade, Autonomia e Solidariedade) vocacionado para intervir em todos os ciclos de ensino	
			Implementação dos cursos de dupla certificação de nível secundário identificados no Plano Diretor da Oferta Formativa PDS Supraconcelhio	X
			Educação ambiental para a formação da consciência ambiental e cívica – dirigida a docentes e alunos em parceria com a Universidade de Aveiro e o Parque Biológico de Gaia;	
			Sagaz – aproximação dos jovens do 12º ano às empresas através de orientação profissional por via da figura de um TUTOR nomeado por uma empresa para o acompanhar ao longo do seu período académico	
			Lousada Empreende - difusão em meio escolar de metodologias ativas e colaborativas de ensino - aprendizagem nos 1º e 2º ciclos	
			Apoio para Manuais e Material Escolar no âmbito do 1º ciclo de escolaridade	
			Ciência Itinerante - Programa de expansão de aprendizagem das ciências naturais e da matemática dirigido a alunos do 1º ciclo EB	

(cont.)

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Programas	Projetos	PDS Supra
Taxa de abandono precoce 45,88% (INE, 2011) Taxa abandono escolar 1,18% (INE; 2011) 50,37% da população residente com idades entre os 20 e 24 anos sem ensino secundário completo (INE; 2011) População residente com 15 ou mais anos sem ensino superior 83,7% (INE; 2011)	✓ Apostar no combate da saída antecipada do sistema de ensino; ✓ Aumentar os níveis de escolaridade da população residente; ✓ Elevar a proporção da população com habilitações equivalentes ao ensino superior	1. Rede para o sucesso educativo <i>Atualizar conhecimentos e competências profissionais dos atores escola; articular atores escola e extraescola para responder ao aluno de forma global e integrada; apostar no combate ao abandono escolar precoce no nível secundário de ensino; adequar a oferta formativa (Cursos profissionalizantes) às necessidades locais e promover competências empreendedoras ao nível do 1 e 2º ciclo, bem como competências cívicas e cultura ambiental.</i>	“A falar é que a gente se entende” - Programa de consolidação da aprendizagem de línguas estrangeiras onde se incluem cursos livres para alunos, apresentação de peças de teatro em língua estrangeira aos alunos e ainda a realização de colónias de férias em países estrangeiros dirigido a alunos do 1º ciclo do EB ao ensino secundário	
			Oficina de Teatro Escolar - cativar os alunos para o estudo com recurso às artes dramáticas com estudo de obras literárias incluídas no programa curricular dirigido a alunos do 2º e 3º ciclo do EB	
			Reforço do prolongamento do horário escolar com oferta de atividades como música, artes plásticas, expressão dramática, hora do conto, entre outras, dirigido a alunos do pré-escolar ao 1º ciclo EB	
			Disponibilização de recursos que permitem um acesso direto às novas tecnologias da Informação com aquisição de hardware e software didático tendo como finalidade melhorar os métodos de estudo dirigido a alunos do 1º ciclo EB	

Dimensão-problema: Desqualificação do trabalho

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Programas	Projetos	PDS Supra
54% da população ativa com escolaridade inferior ao 3º ciclo do EB 28,5% da população ativa com escolaridade igual ou inferior ao 1º ciclo do EB 62% da população empregada em categorias profissionais menos qualificadas (categorias 7,8 e 9 da Classificação Nacional das profissionais)	✓Elevar os níveis de escolarização da população em idade ativa; ✓Qualificação e reconversão das profissões ✓Melhorar a relação entre formação e mercado de trabalho.	2. Comissão para a Qualificação da população <i>Promover a formação ao longo da vida da população ativa e empregada mais desqualificada; promover o investimento da qualificação da população adulta empregada em áreas técnicas especializadas nomeadamente em fileiras chave para o concelho: moda vestuário, agricultura, artesanato, turismo, línguas; promover cursos de dupla certificação dirigidos a adultos; desenvolver ações de formação e empreendedorismo para públicos desfavorecidos; recuperar jovens desqualificados para o ensino/formação.</i>	Criação de escola para formação em atividades artesanais	
			Criação de escola/fábrica no setor vestuário - Escola DEMO	
			Ações Empreendedorismo para empresários	
			Operacionalização de Ofertas de Cursos EFA e EFA PRO	
			Operacionalização de Cursos Profissionais para NEET	
			Operacionalização de Ações modulares certificadas em fileiras chave do concelho	
			Centro de Formação Inclusivo - adaptação de uma EB1 e estabelecimento de parcerias com instituição da área tendo em vista a implementação de programas de formação para pessoas com necessidades educativas especiais e apoio na inserção na vida ativa.	
			Diagnóstico de necessidades de formação e Plano Diretor da Oferta Formativa (e contratualização das suas diretrizes com os operadores regionais que contemple formação de jovens; formação de adultos e formação dirigida para áreas estratégicas e inovadoras) PDS Supra concelho	X
			Protocolo entre Instituições de ensino superior e empresas do concelho, com vista à realização de formação superior especializada (à medida) e como medida de incentivo à contratação de pessoal especializado PDS Supra concelho	X
			Operacionalização da oferta de ensino recorrente (regime noturno) como estratégia de recuperação de jovens e adultos que abandonaram o sistema de educação-formação sem concluir o nível secundário de ensino PDS Supra concelho	X
			Operacionalização de cursos de dupla certificação para adultos empregados e desempregados com baixas qualificações, privilegiando as áreas identificadas no Plano Diretor da Oferta Formativa PDS Supra concelho	
			Projeto de alfabetização de inativos/reformados PDS Supra concelho	X

EMPREGO E POTENCIAL ECONÓMICO

Dimensão-problema: Rendimento das famílias; dependência de subsídios e apoios do estado

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Programa	Projetos	PDS Supra
Precarização das condições de vida material da população: Índice de poder de compra 64,55 (INE, 2011) Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem - 689€ (INE 2011) IRS <i>per capita</i> - 218€ (INE, 2011) 40,1% da população desempregada tem como principal meio de vida subsidio de desemprego ou outro subsidio temporário (INE, 2011)	✓ Reforçar as condições de vida material das famílias aumentando os seus rendimentos e o seu poder de compra por via de incentivos à empregabilidade	3. Iniciativas de Apoio ao Emprego <i>Melhorar as condições de acesso ao mercado de trabalho por desempregados de longa duração; promoção das iniciativas de apoio ao emprego para jovens 1º emprego; melhorar as condições de acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens; estimular o empreendedorismo jovem e fomentar estratégias de emprego apoiado e apoio à inserção e colocação no mercado de trabalho de pessoas com deficiências e incapacidades</i>	Divulgação de medidas de apoio a iniciativas à criação do próprio emprego e outras medidas de inserção profissional	
			Divulgação e elaboração de candidaturas a medidas de apoio à inserção profissional de jovens (Vida ativa, Estágios Emprego, estágios do INOV Contacto e Programa de Incentivos para a contratação de jovens), alicerçadas nas fileiras chave do concelho e do T&S	X
			Protocolo com rede de empregadores para inserção de pessoas com deficiências por via dos apoios e incentivos públicos aos empregadores	
			Concurso de projetos educativos: projetos para a promoção da autonomia e da criatividade	X
			Criação da Rede Regional de Mentores para o aconselhamento de apoio à criação do próprio emprego (via mobilização de voluntários sénior para aconselhamento sobre criação de negócios)	X
			Incubadora Tâmega & Sousa	X
			Centro de Formação Inclusivo - adaptação de uma EB1 e estabelecimento de parcerias com instituição da área da integração das pessoas com deficiência, tendo em vista a formação para pessoas com necessidades educativas especiais e apoio na inserção na vida ativa.	
			Ações de contacto entre escolas e empresas	
			Criação de um espaço para desenvolvimento de competências técnicas e sociais para a empregabilidade	
			Bolsa de Emprego de Lousada	
			Estágio Premium - sistema de premiação do mérito escolar com estágios em empresas de qualidade reconhecida	X

Dimensão-problema: Desemprego

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Programa	Projetos	PDS Supra
Taxa de desemprego 13,2% (INE, 2011) 50,6% da população desempregada é Desemprego de Longa Duração 16% da população ativa com 45-64 encontra-se desempregada (desemprego + 45) 18% da população ativa com 15-24 encontra-se desempregada (desemprego jovem) Em 20% dos núcleos familiares com filhos, o pais e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos 58% da população empregada está empregada no setor do vestuário Capacidade de alojamento 2,4 por 1000hab (Tâmega 5/1000hab Tx de ocupação líquida 10,5% (Tâmega 23,2%)	✓ Diminuir as taxas de desemprego, em particular nos perfis de desemprego mais problemáticos potenciando iniciativas que recuperem de forma inovadora (p.e. reconversão profissional) profissões e produtos tradicionais que valorizem a economia local (turismo, agricultura, artesanato, vestuário, cultura)	4. Valorização da Economia Local <i>Promover o emprego e a empregabilidade em ares de interesse e de valorização da economia local</i>	Plano de Marketing das Profissões dirigido para setores estratégicos	
			Programa de formação em empreendedorismo e orientada para o desenvolvimento de competências em gestão de produtos endógenos;	
			Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho sobretudo em áreas que valorizem economicamente o concelho	
			Projeto Produtivo e Certificação de produto Endógeno (VASO)	
			Jardim de Camélias de Lousada	
			Mercadinhos de Domingo	
			Organização da Feira do Emprego do T&S, focada na promoção dos recursos endógenos e do potencial de criação de emprego associado	X
			Criação de um Modelo de Estágios destinados a DLD de níveis etários elevados, alicerçado nas fileiras-chave do T&S	X
			Turismo Industrial	
			Turismo Desportivo	
✓ Aumentar a capacidade de oferta de alojamento em Lousada e paralelamente aumentar a oferta de produtos de interesse turístico diferenciado para a população nacional e estrangeira	5. Atratividade da economia local <i>Promover o emprego local, valorizando o interesse turístico pelo concelho através de diferentes "produtos" turísticos tradicionais e inovadores</i>	5. Atratividade da economia local <i>Promover o emprego local, valorizando o interesse turístico pelo concelho através de diferentes "produtos" turísticos tradicionais e inovadores</i>	Construção de Unidade Hoteleira	
			Criação e Dinamização de Percursos Pedestres	
			Dinamização da Loja Interativa de Turismo	
			Rotas Gourmet Gold – upgrade das Rotas Gourmet em articular com as entidades hoteleiras e restauração	
			Open Garden Squares Weekend - iniciativa da London Parks&Garden Trust	
			Festival Internacional de Camélias de Lousada	
			Museu Clara Meneres	

CAPITAL INCLUSIVO

Dimensão-Problema: níveis de cobertura dos equipamentos sociais

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Programa	Projetos/atividades	PDS Supra
Taxa de Cobertura centro de Dia - 0,6%.	Nivelar as taxas de cobertura das diferentes valências face aos valores apresentados para o Distrito do Porto Criar pelo menos uma nova valência para a Deficiência	6. Criação e requalificação das respostas sociais <i>Permitir retaguarda institucional e respostas sociais de qualidade para pessoas cuja situação de isolamento ou impedimento por parte das famílias assistirem aos seus cuidados implica a integração das mesmas em equipamentos sociais de residência; serviços de carácter ambulatorio ou respostas sociais ao domicílio.</i>	Construção de Centro de atividades Ocupacionais (30 pax)	
Taxa de cobertura de Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) - 4,3%			Construção de Lar Residencial para pessoas com deficiências (24 pax)	
Taxa de Cobertura 1ª infância - 26,5%			Requalificação do Centro de Dia (20 pax)	
Taxa de Cobertura SAD - 4%			Requalificação Centro de Acolhimento temporário (CAT) para vitimas de violência doméstica	
Taxas de Cobertura abaixo dos valores médios para o Distrito do Porto e para o Continente. À exceção do SAD que apresenta taxa de cobertura acima da taxa de cobertura para distrito do Porto			Reconfiguração de valências (Centro de Convívio para Centro de Dia)	
			Alargamento da capacidade SAD; Centro de Dia e Creche	
			Requalificação Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	
			Construção de um Centro de Acolhimento Social para vítimas de violência doméstica	
			Transporte Adaptado - Disponibilizar um transporte adaptado que deverá estar ao serviço de três grandes finalidades: escola; atividades terapêuticas; e turismo (Rota do Românico)	

Dimensão-Problema: Grupos de Risco; famílias de baixos rendimentos

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Programa	Parceiros	PDS Supra
30,1% de beneficiários de abono de família no 1º escalão face ao total de beneficiários (média triénio 2010-2012) 52,3 Beneficiários de RSI por 1000 hab (média do triénio 2010-2012) 84 Crianças e Jovens em risco CPCJ por 10 000hab.	Proporcionar a crianças e jovens em risco a aquisição de competências não formais que promovam experiências de sucesso pessoal.	7. AGITARTE <i>Proporcionar atividades artísticas e desportivas de inclusão social a crianças e jovens em risco. As atividades serão pautadas por conteúdos que favoreçam momentos/experiências mobilizadoras de motivação pessoal e incremento de autoestima.</i>	Criação de ateliês nos períodos de férias	
			Acompanhamento educativo e social das famílias e das crianças	
			Criação de ateliês de música, dança, dramatização, pintura, xadrez, cidadania e desenvolvimento pessoal	
			Festival de Jazz para angariar fundos de manutenção do projeto	
% elevada de crimes perpetrados em agregados familiares compostos por filhos Incidência muito elevada de crimes sobre mulheres (Flor de Lis, CML) Ausência de equipamentos de emergência para acolhimento de vítimas de violência doméstica	Diminuir a incidência de crimes e ocorrências de violência doméstica, nomeadamente em grupos de risco com maior grau de vulnerabilidade (mulheres e crianças)	8. Flor de Lis <i>Constituir um conjunto de iniciativas integradas e complementares com vista à prevenção e acolhimento de vítimas de violência doméstica (mulheres e crianças)</i>	Implementação do projeto – Famílias do Avesso	
			Criação de um equipamento transitório para mulheres vítimas de violência doméstica	
			Atendimento e encaminhamento mais célere e eficaz de situações sinalizadas como vítimas de violência doméstica	
			Criação de gabinete de apoio às famílias para potenciar a intervenção familiar e parental numa perspetiva sistémica, assegurando a mediação familiar para as questões da conflitualidade parental	x
Nº elevado de casos sinalizados sem efetivo encaminhamento/acompanhamento por falta de respostas	Operacionalizar processos mais céleres de atendimento e encaminhamento social	9. MEISI Modelo Estratégico de Intervenção Social Integrada de Lousada <i>Reorganização do funcionamento do Modelo Estratégico de Intervenção Social Integrado com vista a concertar metodologias de trabalho e de intervenção, potenciar e rentabilizar os recursos existentes na comunidade e evitar a duplicação dos processos de intervenção junto dos beneficiários.</i>	Integrar a Santa Casa da Misericórdia de Lousada na rede de instituições e respostas sociais do concelho de Lousada que constituem o MEISI;	
			Cooperação institucional na intervenção em grupo e/ou comunidade (os técnicos envolvidos negociam o desenvolvimento de intervenções junto de grupos e comunidades devidamente identificadas);	
			Cooperação com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e Equipas Multidisciplinares de Assessoria Aos Tribunais no âmbito do acompanhamento familiar;	
			Constituição de um grupo de supervisão técnica; reflexão e avaliação do trabalho social Com vista à disseminação dos resultados do MEISI e planeamento da articulação	

Dimensão-Problema: Incapacidades, Deficiências e Dependências

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Programa	Projetos	PDS Supra
Ausência de dados e informação em escala regional sobre a realidade heterogénea do fenómeno das incapacidades e deficiências, quer do ponto de vista das necessidades das pessoas, quer do ponto de vista da oferta de recursos e serviços; Insuficiência de repostas e iniciativas para a população com deficiências e incapacidades Inexistência de transporte adaptado Ausência de dados discriminados por concelho que explorem informação para além das áreas de tratamento ao nível dos comportamentos aditivos e dependências	Qualidade de Vida e Integração das pessoas com deficiências e Incapacidades Diagnosticar incidências e problemáticas sobre comportamentos aditivos e dependências ao nível da Região Norte	10. Carta Supra Municipal para a Deficiência e Incapacidade	Criação de uma comissão de acompanhamento para a definição dos elementos críticos a constar da Carta Supra Municipal	X
		<i>Diagnóstico de recursos e necessidades para planear e servir melhor as necessidades da população com deficiências e incapacidades.</i>	Lançamento de um estudo diagnóstico para a elaboração da Carta Supra Municipal	X
			Edição em vários formatos da Carta Supra Municipal com a possibilidade de criação de uma aplicação para a sua atualização regular	X
		11. LOUSAVIDAS <i>Atividades lúdicas, desportivas e terapêuticas que promovam a inclusão social das pessoas com deficiências e incapacidades</i>	Vidas em escola (aquisição e desenvolvimento de competências escolares nas várias disciplinas)	
			Vidas com Arte (Musica, teatro, artes plásticas)	
			Vidas com Desporto (Boccia, loga, Ginástica, Dança, Ténis,	
			Vidas com saúde (terapia da fala, fisioterapia, terapia ocupacional, Psicologia	
			Vidas com Vidas (desenvolvimento d atividades de vida diária e funcionais)	
		12. Saúde Mental e Dependências <i>Iniciativas de sensibilização para a problemática da saúde mental, incluindo a criação de respostas a nível supramunicipal</i> <i>Diagnóstico e Plano local de Intervenção para os comportamentos aditivos e dependências</i>	Mente aberta - Mude a sua atitude face à doença mental (trabalho nas escolas)	X
			Desenvolvimento de “toolkits” e outros recursos para a saúde mental	X
			Participação na criação de respostas direcionadas à inserção socioprofissional das pessoas com doença mental no âmbito da NUT III (i) Unidade sócio ocupacional (ii) Equipa de apoio domiciliário	X
			Realização de um Diagnóstico na Região Norte sobre comportamentos aditivos e dependências	X
			Realização de um Plano Local de Intervenção para os comportamentos aditivos e dependências	X

Dimensão-Problema: Isolamento e Envelhecimento Ativo

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Programa	Projetos	PDS Supra
Índice de envelhecimento em 2013 – 65,2 (estimativa do INE para a NUT Tâmega e Sousa 89,8)	Aumentar a permanência na vida ativa de adultos seniores (Envelhecimento ativo)	13. Mexe-te <i>Visão integrada e complementar de projetos que contribuem para o envelhecimento ativo da população com mais de 65 anos</i>	Casa Animada – prestação de serviços ao idoso	
			Universidade Sénior – alargamento da USALOU a novas freguesias do concelho	
			Movimento Sénior – alargamento das iniciativas a novas freguesias do concelho	
			Voluntariado com Idosos – no âmbito do turismo, nomeadamente na Rota do Românico	
			Capacitação de técnicos de voluntariado para o envelhecimento (elaboração de um Manual Prático)	
			Agenda Cultural Móvel itinerante: com base em voluntariado sénior destinado ao contacto e qualificação das populações sem qualificações académicas	x

PARTE III – PLANO DE AÇÃO 2016-2020

Capital Humano

Dimensão Problema		Prioridade de Intervenção		Denominação do Programa:		
Baixos níveis de qualificações escolares: saída antecipada do sistema de ensino		Baixa	Média	Elevada	Rede para o Sucesso Educativo	
					Projetos de continuidade	x
					Projetos supraconcelhio	x
					Projetos novos	x
Enquadramento do Programa						
Entidade(s) promotora(s)		Agrupamentos de Escolas de Lousada (4 Agrupamentos)				
Entidades/parceiros a envolver		Câmara Municipal de Lousada Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco Centro Distrital de Segurança Social do Porto Instituto Português de Juventude Lousada Seculo XXI Lousada Ténis Atlântico LAC Basquetebol Psicoacademia - Em nome do Futuro, LDA Associação Industrial de Lousada ACIP – Ave Cooperativa de Intervenção Psicossocial, CRL Centro Hípico e Turístico Vale do Sousa Universidade de Aveiro Parque Biológico de Gaia				
Destinatários		Alunos e docentes de todos os ciclos de escolaridade				
Descrição do Programa						
Objetivos Gerais						
O programa Rede para o Sucesso Educativo pretende ser um conjunto diverso de respostas em diferentes áreas para melhorar os índices de sucesso dos alunos, quer na ótica do abandono, quer na ótica do insucesso escolar. Face a esse objetivo principal e final, o programa compreende objetivos intermédios tais como atualizar conhecimentos e competências profissionais dos atores escola; articular atores escola e extraescola para responder ao aluno de forma global e integrada; apostar no combate ao abandono escolar precoce no nível secundário de ensino; adequar a oferta formativa (Cursos profissionalizantes) às necessidades locais e promover competências empreendedoras ao nível do 1 e 2º ciclos, bem como competências cívicas e de cultura ambiental.						
Projetos/atividades a desenvolver						
Abrangência Concelhia						
✓ Modelo para Plano Municipal de Educação.						
✓ Aproximação das entidades desportivas às escolas mediante celebração de protocolo para conhecer os alunos com atividades extracurriculares e promover o desenvolvimento integrado das atividades dos alunos.						
✓ Programa DICAS (Diversidade, Inclusão, Complexidade, Autonomia e Solidariedade) vocacionado para intervir em todos os ciclos de ensino (do Pré-escolar ao secundário) através de uma equipa assente em Psicólogos que desenvolvem um conjunto de projetos que compreende objetivos como Rastreio; Sinalização, Encaminhamento e Acompanhamento; Orientação e Capacitação dos alunos para escolha de cursos; Experiências em empresas; Sensibilização para a Igualdade de Género.						
✓ Educação ambiental para a formação da consciência ambiental e cívica – dirigida a docentes e alunos em parceria com a Universidade de Aveiro e o Parque Biológico de Gaia.						

Descrição do Programa (cont.)	
✓ Lousada Empreende - difusão em meio escolar de metodologias ativas e colaborativas de ensino aprendizagem nos 1 e 2º ciclos do EB. ✓ Sagaz – aproximação dos jovens do 12º ano às empresas através de orientação profissional por via da figura de um TUTOR nomeado por uma empresa para o acompanhar ao longo do seu período académico e para estabelecer pontes entre o plano curricular e o mercado de trabalho durante os períodos letivos do 12º ano. ✓ Ciência Itinerante - Programa de expansão de aprendizagem das ciências naturais e da matemática dirigido a alunos do 1º ciclo EB. ✓ “A falar é que a gente se entende” - Programa de consolidação da aprendizagem de línguas estrangeiras onde se incluem cursos livres para alunos, apresentação de peças de teatro em língua estrangeira aos alunos e ainda a realização de colónias de férias em países estrangeiros dirigido a alunos do 1º ciclo do EB ao ensino secundário. ✓ Oficina de Teatro Escolar - cativar os alunos para o estudo com recurso às artes dramáticas com estudo de obras literárias incluídas no programa curricular dirigido a alunos do 2º e 3º ciclo do EB. ✓ Reforço do prolongamento do horário escolar com oferta de atividades como música, artes plásticas, expressão dramática, hora do conto, entre outras, dirigido a alunos do pré-escolar ao 1º ciclo EB. ✓ Disponibilização de recursos que permitem um acesso direto às novas tecnologias da Informação com aquisição de <i>hardware</i> e software didático tendo como finalidade melhorar os métodos de estudo dirigido a alunos do 1º ciclo EBA. ✓ Apoio para Manuais e Material Escolar no âmbito do 1º ciclo de escolaridade	
Abrangência Supraconcelhia	
✓ Implementação do Modelo de formação (objetivos, conteúdos e práticas de formação) destinado aos técnicos da “Rede para o Sucesso Educativo” (desenvolvimento de práticas colaborativas e partilha de experiências orientadas para a melhoria dos modelos pedagógicos dos professores). ✓ Apoiar o funcionamento de Equipas Multidisciplinares dedicadas ao combate ao abandono e insucesso escolar e à promoção do prosseguimento de estudos ✓ Implementação dos cursos de dupla certificação de nível secundário identificados no Plano Diretor da Oferta Formativa	
Previsão de Realização do Programa	
Início: 2016	Final:2020
Elementos de Monitorização/avaliação	
Metas	Diminuição em 50% da taxa de abandono escolar face aos valores de 2011 (1,18%); Aumento para 100% da taxa bruta de escolarização no ensino secundário face aos valores de 2011 (92%) Diminuição em 50% da taxa de abandono precoce face aos valores de 2011 (46%) Aumento global dos níveis de escolaridade da população residente, com ênfase no Ensino Superior Aumento da oferta de cursos com dupla certificação no Ensino Secundário
Resultados Esperados	Taxa de abandono escolar - 0,5% em 2020 Taxa de abandono precoce – 22% em 2020 Taxa bruta de escolarização no secundário – 100% em 2020 40% da população com idade entre os 30-34 anos com ensino superior 50% dos alunos finalistas em 2020 do ensino secundário com dupla certificação
Indicadores/elementos de evidência	Taxa de abandono escolar em 2020 Taxa de abandono precoce em 2020 Taxa bruta de escolarização no secundário % da população entre os 30-34 anos com ensino superior % de alunos no ensino secundário por tipo de ensino (regular vs profissional)

Capital Humano

Dimensão Problema		Prioridade de Intervenção			Denominação do Programa:	
Desqualificação do trabalho: <i>Profissões Desqualificadas e Desqualificação escolar da população ativa</i>		Baixa	Media	Elevada	Comissão para a Qualificação da população da Lousada	
					Projetos de continuidade	x
					Projetos supraconcelhios	x
					Projetos Novos	x
Enquadramento do Programa						
Entidade(s) promotora(s)		Câmara Municipal de Lousada				
Entidades/parceiros a envolver		Centro de Emprego de Penafiel/IEFP Empresas de formação profissional Agrupamentos de Escolas (4) ADERSOUSA ANIVEC Modatex Rota do Românico SINEFORCE CEFALUS GEST-H Global 21 Centro de Gestão Agrícola Vale de Sousa Centros para a Qualificação e Ensino Profissional				
Destinatários		Adultos empregados e desempregados de baixas qualificações; empresários; NEET; estudantes de ensino superior; jovens adultos desqualificados				
Descrição do Programa						
Objetivos Gerais						
A Comissão para a Qualificação da Lousada compreende um conjunto articulado e complementar de estratégias que visa em primeiro lugar responder ao desafio da qualificação da população adulta com baixas qualificações. A implementação deste Programa compreende vários cenários de atuação cujos objetivos são: promover a formação ao longo da vida da população ativa e empregada mais desqualificada; promover o investimento da qualificação da população adulta empregada em áreas técnicas especializadas nomeadamente em fileiras chave para o concelho: moda vestuário, agricultura, artesanato, turismo, línguas; promover cursos de dupla certificação dirigidos a adultos; desenvolver ações de formação e empreendedorismo para públicos desfavorecidos; recuperar jovens desqualificados para o ensino/formação.						
Projetos a desenvolver						
Abrangência concelhia						
✓ Criação de escola para formação em atividades artesanais ✓ Criação de escola/fábrica no setor vestuário - Escola DEMO ✓ Ações de Empreendedorismo para empresários ✓ Operacionalização de Ofertas de Cursos EFA e EFA PRO ✓ Operacionalização de Cursos Profissionais orientados para grupo-alvo NEET (Jovem que não está nem a trabalhar nem a estudar ou a frequentar qualquer tipo de formação) ✓ Operacionalização de Formação modulares certificada em fileiras chave do concelho						

Descrição do Programa

Abrangência Supraconcelhia

- ✓ Diagnóstico de necessidades de formação e Plano Diretor da Oferta Formativa (e contratualização das suas diretrizes com os operadores regionais que contemple formação de jovens; formação de adultos e formação dirigida para áreas estratégicas e inovadoras)
- ✓ Protocolo entre Instituições de ensino superior e empresas do concelho, com vista à realização de formação superior especializada (à medida) e como medida de incentivo à contratação de pessoal especializado
- ✓ Operacionalização da oferta de ensino recorrente (regime noturno) como estratégia de recuperação de jovens e adultos que abandonaram o sistema de educação-formação sem concluir o nível secundário de ensino
- ✓ Operacionalização de cursos de dupla certificação para adultos empregados e desempregados com baixas qualificações, privilegiando as áreas identificadas no Plano Diretor da Oferta Formativa
- ✓ Projeto de alfabetização de inativos/reformados [em articulação com Envelhecimento Ativo/secção Capital Inclusivo]

Período Previsto de Realização

Início: 2016

Final: 2020

Elementos de Monitorização/avaliação

Metas	Diminuição da proporção da população ativa com escolaridade inferior ao 3º ciclo Diminuição da proporção da população empregada em categorias profissionais menos qualificadas
Resultados Esperados	50% da população ativa com escolaridade inferior ao 3º ciclo do EB em 2020 20% da população ativa com escolaridade igual ou inferior ao 1º ciclo em 2020 50% da população empregada em categorias profissionais menos qualificadas em 2020
Indicadores/elementos de evidência	% da população ativa com escolaridade inferior ao 3º ciclo do EB % da população ativa com escolaridade igual ou inferior ao 1º ciclo do EB % da população empregada em categorias profissionais menos qualificadas (categorias 7,8 e 9 da Classificação Nacional das profissionais)

POTENCIAL ECONÓMICO E EMPREGO

Dimensão Problema	Prioridade de Intervenção			Denominação do Programa:	
Rendimento das famílias; Endividamento das famílias	Fracas	Media	Elevada	Iniciativas de apoio ao emprego	
				Projetos de continuidade	x
				Projetos supraconcelhio	x
				Projetos novos	x
Enquadramento do Programa					
Entidade(s) promotora(s)		Câmara Municipal de Lousada (GIP)			
Entidades/parceiros a envolver		Centro de Emprego (IEFP), Empresas Instituto Português da Juventude Associação de Solidariedade Social de Nespereira ADERSOUSA ALDAF			
Destinatários		Beneficiários do RSI, Jovens, Jovens 1º emprego, Desempregados de Longa Duração, empresários			
Descrição do Programa					
Objetivos Gerais					
Através de um conjunto vasto de medidas de incentivo ao emprego, propõe-se atender a um dos principais problemas das famílias no concelho de Lousada que se prende com os fracos recursos financeiros de que dispõem. Parte deste problema prende-se com elevados níveis de desemprego e com salários baixos.					
Projetos a desenvolver					
Abrangência concelhia					
✓ Divulgação de medidas de apoio a iniciativas à criação do próprio emprego e outras medidas de inserção profissional ✓ Protocolo com rede de empregadores para inserção de pessoas com deficiências por via dos apoios e incentivos públicos aos empregadores ✓ Incubadora Tâmega & Sousa (PDS Supraconcelhio) ✓ Ações de contacto entre escolas e empresas ✓ Criação de um espaço para desenvolvimento de competências técnicas e sociais para a empregabilidade ✓ Bolsa de Emprego de Lousada					
Abrangência Supraconcelhia					
✓ Divulgação e elaboração de candidaturas a medidas de apoio à inserção profissional de jovens (Vida ativa, Estágios Emprego, estágios do INOV Contacto e Programa de Incentivos para a contratação de jovens), alicerçadas nas fileiras chave do concelho e do T&S ✓ Concurso de projetos educativos: projetos para a promoção da autonomia e da criatividade ✓ Criação da Rede Regional de Mentores para o aconselhamento de apoio à criação do próprio emprego (via mobilização de voluntários sénior para aconselhamento sobre criação de negócios). ✓ Estágio Premium - sistema de premiação do mérito escolar com estágios em empresas de qualidade reconhecida.					
Período Previsto de Realização					
Início:2016		Final:2020			

Elementos de Monitorização/avaliação	
Metas	Aumentar em 20% o Índice de Poder de Compra Aumentar em 16% o ganho médio mensal dos trabalhadores Aumentar em 20% o valor do IRS <i>per capita</i>
Resultados Esperados	Índice de Poder de compra de 78% em 2020 Ganho médio mensal dos trabalhadores 800 euros em 2020 IRS <i>per capita</i> de 261 euros em 2020
Indicadores/elementos de evidência	Índice de Poder de Compra Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem IRS <i>per capita</i>

Potencial Económico e Emprego

Dimensão Problema	Prioridade de Intervenção			Denominação do Programa:	
Desemprego; Rendimentos das famílias	Baixa	Media	Elevada	Programa de atratividade económica	
				Projetos de continuidade	
				Projetos supraconcelhios	
				Projetos Novos	
Enquadramento do Programa					
Entidade(s) promotora(s)		Câmara Municipal de Lousada			
Entidades/parceiros a envolver		Entidades promotoras de restauração e hotelaria Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte Instituto Português da juventude Automóvel Clube de Portugal Associações e Clubes desportivos concelhios Empresas industriais do Concelho			
Destinatários		Empresários de Restauração e Hotelaria, turistas nacionais e internacionais			
Descrição do Programa					
Objetivos Gerais					
O investimento em diversificar o tipo de oferta turística, potenciando diferentes “produtos” que o território de Lousada possui como mais-valia para efeitos de atratividade turística, nomeadamente o turismo desportivo, industrial, gastronómico e da natureza tem como principal objetivo responder a um desafio económico e social: alavancar produtos da economia local como produtos turísticos, contribuindo dessa forma para potenciar a oferta de emprego (qualificado) neste setor.					
Projetos a desenvolver					
✓ Loja Interativa de Turismo (CML) ✓ Rota Gourmet Gold ✓ Open Garden Squares Weekend ✓ Festival Internacional de Camélias de Lousada ✓ Construção de unidade hoteleira ✓ Museu Clara Meneres ✓ Plano de Marketing para a oferta do Desporto em Lousada ✓ Rota do Turismo Industrial - baseada na história e nos meios de produção industriais do concelho ✓ Turismo da Natureza - Percursos Pedestres					
Período Previsto de Realização					
Início: 2016		Final: 2020			
Elementos de Monitorização/avaliação					
Metas		Aumentar a procura turística nacional e internacional nas diferentes vertentes de turismo Aumentar em 50% a capacidade de camas no concelho (atualmente 198) Aumentar o número de empresas na área do turismo – (Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas no setor do Turismo) Qualificar a oferta gastronómica do concelho e aumentar a oferta de aderentes à Rota Gourmet			
Resultados Esperados		Capacidade de camas no concelho - 300 até 2020 Nº de empresas criadas (entre 2 a 4) até 2020			
Indicadores/elementos de evidência		Capacidade de Camas; nº de estabelecimentos de alojamento Nº de empresas criadas no setor do turismo Nº de empregos criados no setor do turismo			

POTENCIAL ECONÓMICO E EMPREGO

Dimensão Problema	Prioridade de Intervenção			Denominação do Programa:	
Desemprego	Baixa	Media	Elevada	Programa de Valorização da Economia Local	
				Projetos de continuidade	
				Projetos supraconcelhios	
				Projetos novos	
Enquadramento do Programa					
Entidade(s) promotora(s)		Câmara Municipal de Lousada (Banco de Emprego)			
Entidades/parceiros a envolver		Centro de Empego de Penafiel/IEFP Artes Histórias ADERSOUSA CHTUS – Centro Hípico Instituto Português da Juventude			
Destinatários		Desempregados de Longa Duração Desempregados + de 45 anos Desempregados jovens			
Descrição do Programa					
Objetivos Gerais					
Promover o emprego e a empregabilidade em áreas de interesse chave e de valorização da economia local					
Projetos a desenvolver					
✓ Plano de Marketing das Profissões dirigido para setores estratégicos ✓ Programa de formação em empreendedorismo e orientada para o desenvolvimento de competências em gestão de produtos endógenos; ✓ Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho sobretudo em áreas que valorizem economicamente o concelho (turismo, agricultura, artesanato) ✓ Projeto Produtivo e Certificação de produto Endógeno (VASO) ✓ Jardim de Camélias de Lousada ✓ Mercadinhos de Domingo ✓ Organização da Feira do Emprego focada na promoção dos recursos endógenos e do potencial de criação de emprego associado ✓ Criação de um Modelo de Estágios destinados a DLD de níveis etários elevados, alicerçado nas fileiras-chave de Lousada					
Período Previsto de Realização					
Início: 2016			Final: 2020		
Elementos de Monitorização/avaliação do Programa					
Metas			Diminuição da Taxa de desemprego 13,2% (INE, 2011) com ênfase na população desempregada de longa duração; 45 e 64 anos; e população jovem		
Resultados Esperados			Taxa de desemprego 9% em 2020		
Indicadores/elementos de evidência			Taxa de desemprego; taxa de desemprego longa duração; taxa de desemprego 45-64; taxa de desemprego + 45; taxa de desemprego 15-24 anos		

CAPITAL INCLUSIVO

Dimensão Problema	Prioridade de Intervenção			Denominação do Programa:	
Deficiência Grau de Cobertura dos equipamentos sociais	Frac	Media	Elevada	Criação e requalificação das respostas	
				Projetos de continuidade	
				Projetos supraconcelhio	
				Projetos novos	
x					
Enquadramento do Programa					
Entidade(s) promotora(s)		Santa Casa da Misericórdia de Lousada; Centro Social Paroquial de Lustosa Associação para o Desenvolvimento e Ação Social de Meinedo Associação de Solidariedade Social de Nespereira Associação ao encontro de Raízes			
Entidades/parceiros a envolver		ALDAF			
Destinatários		Pessoas com deficiências e incapacidade; pessoas com mais de 65 anos isoladas; 1ª infância,			
Descrição do Programa					
Objetivos Gerais					
O projeto visa a construção de novos equipamentos sociais no concelho de Lousada, nomeadamente Centro de Dia, Serviço Apoio Domiciliário, Lar Residencial para pessoas com deficiências, Centro de Atividades Ocupacionais para pessoas com deficiências e Transporte Adaptado Permitir retaguarda institucional e respostas sociais de qualidade para pessoas cuja situação de isolamento ou impedimento por parte das famílias assistirem aos seus cuidados implica integração das mesmas em equipamentos sociais de residência ou ambulatório ou respostas sociais ao domicílio.					
Projetos a desenvolver					
✓ Criação de um Grupo de trabalho no seio da Rede Social responsável pela coordenação/monitorização/partilha de saberes técnicos dirigido aos processos de candidatura ✓ Construção de Centro de atividades Ocupacionais (30 pax) ✓ Construção de Lar Residencial (24 pax) ✓ Requalificação do Centro de Dia (20 pax) ✓ Requalificação Centro de Acolhimento temporário (CAT) ✓ Reconfiguração para Centro de Dia ✓ Alargamento de SAD; Centro de Dia e Creche ✓ Requalificação Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental ✓ Construção de um Centro de Acolhimento Social para vítimas de violência doméstica ✓ Transporte Adaptado					
Período Previsto de Realização					
Início: Janeiro de 2016			Final: 2020		
Elementos de Monitorização/avaliação do Projeto					
Metas		Criação de pelo menos um equipamento social para a deficiência (CAO ou LAR) Aumento da taxa de cobertura da resposta Centro de Dia Existência de um veículo de transporte adaptado			
Resultados Esperados		Capacidade instalada para 24 pessoas com deficiências Capacidade instalada para 80 utentes em Centro de Dia			
Indicadores/elementos de evidência		Capacidade instalada			

CAPITAL INCLUSIVO

Dimensão Problema	Prioridade de Intervenção			Denominação do Programa:	
Participação das pessoas com deficiências e incapacidades	Frac	Media	Elevada	Carta Supra Municipal para a Deficiência e Incapacidade	
				Projetos de continuidade	
				Projetos supraconcelhios	x
				Projetos novos	x
Enquadramento do Programa					
Entidade(s) promotora(s)			CIM Tâmega e Sousa		
Entidades/parceiros a envolver			Câmaras Municipais, organismos da administração central e regional, organizações prestadoras de serviços e representativas dos direitos das pessoas com deficiências e incapacidades		
Destinatários			Todos os organismos públicos e privados que trabalham em termos de planeamento e de prestação de serviços		
Descrição do Programa					
Objetivos Gerais					
Estruturar um documento diagnóstico que sistematize os recursos existentes e as necessidades que as pessoas com deficiências e incapacidades têm nos territórios onde residem com o objetivo de discutir e planear intervenções futuras que possam colmatar necessidades. Este diagnóstico deverá ser feito a partir do modelo conceptual baseado na Classificação Internacional da Funcionalidade (OMS, 2004) uma vez que as necessidades e os recursos serão percecionados a partir da relação que se estabelece entre deficiência e sociedade.					
Projetos a desenvolver					
✓ Criação de uma comissão de acompanhamento para a definição dos elementos críticos a constar da Carta Supramunicipal ✓ Lançamento de um estudo diagnóstico para a elaboração da Carta Supramunicipal ✓ Edição em vários formatos da Carta Supra Municipal com a possibilidade de criação de uma aplicação para a sua atualização regular					
Período Previsto de Realização do Projeto					
Início: 2016			Final:2018		
Elementos de Monitorização/avaliação do Projeto					
Metas			Lançar o estudo/diagnóstico no 2º semestre de 2016 Editar a Carta Supra Municipal em 2018		
Resultados Esperados			Lançamento Público de uma Carta Supra Municipal para a Deficiência e Incapacidade no segundo semestre de 2018		
Indicadores/elementos de evidência			Edição da Carta Supramunicipal para a Deficiência Aplicação informática para a sua atualização		

CAPITAL INCLUSIVO

Dimensão Problema	Prioridade de Intervenção			Denominação do Projeto:	
Isolamento Envelhecimento Ativo	Baixa	Media	Elevada	“Mexe-te” – envelhecimento ativo	
				Projetos de continuidade	x
				Projetos supraconcelhios	x
				Projetos novos	x
Enquadramento do Programa					
Entidade(s) promotora(s)		Universidade Sénior do Autodidata de Lousada (USALOU)			
Entidades/parceiros a envolver		Associação Raízes Câmara Municipal de Lousada – Movimento Sénior Banco Voluntariado Cooperativa InsLousada Rota do Românico			
Destinatários		Pessoas com mais 65 anos			
Descrição do Programa					
Objetivos Gerais					
O projeto <i>Mexe-te</i> deverá integrar e reunir vários projetos dispersos pelo concelho dedicados ao Envelhecimento Ativo e à Interação intergeracional e que visem a promoção do envelhecimento ativo de modo a fomentar uma articulação mais coerente e lógica entre os projetos existentes em Lousada, mas também a potenciar os recursos existentes para melhor afetação dos mesmos entre entidades e projetos.					
Projetos a desenvolver					
Abrangência concelhia					
✓ Casa Animada – prestação de serviços ao idoso (higiene + animação socio cultural) ✓ Universidade Sénior – aulas e outras atividades a seniores ✓ Movimento Sénior – alargar o projeto a outras freguesias do concelho ✓ Voluntariado com Idosos – Rota do Românico ✓ Capacitação de técnicos para voluntariado para o envelhecimento – (Manual Prático)					
Abrangência supraconcelhia					
✓ Agenda cultural móvel itinerante: Universidade sénior com base em voluntariado sénior destinado ao contacto e qualificação das populações sem qualificações académicas					
Período Previsto de Realização					
Início: 2016		Final:2020			
Elementos de Monitorização/avaliação					
Metas		Aumentar 10% o número de idosos que participam de projetos já existentes (Movimento Sénior, Universidade Sénior) Alargar o Movimento Sénior a novas atividades e novas freguesias Capacitar tecnicamente as equipas de projeto com animadores socioculturais			
Resultados Esperados		Abranger um total de 1000/ano idosos			
Indicadores/elementos de evidência		Total de participantes por entidade/projeto anualmente Nº de freguesias com projeto Movimento Sénior Nº de técnicos afetos a cada um dos projetos do Programa			

CAPITAL INCLUSIVO

Dimensão Problema	Prioridade de Intervenção			Denominação do Programa:	
Grupos de risco – vítimas de violência doméstica (mulheres e crianças)	Frac	Media	Elevada	Flor de Lis – Prevenção e acolhimento de vítimas de violência doméstica	
				Projetos de continuidade	x
				Projetos supraconcelhios	x
				Projetos novos	
Enquadramento do Projeto					
Entidade promotora	Câmara Municipal de Lousada				
Entidades/parceiros a envolver	Comissão de Proteção Crianças e Jovens em risco Guarda Nacional Republicana Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega III - Vale do Sousa Norte Santa Casa de Misericórdia de Lousada Agrupamentos de Escolas de Lousada (4) Associação Esperanças do Cabo Futebol Clube				
Destinatários	Vítimas de Violência doméstica Vítimas de violência doméstica com filhos menores Flor Crianças das EBI e JI dos 4 agrupamentos escolares				
Descrição do Programa					
Objetivos Gerais					
O Programa Flor de Liz irá contemplar novos projetos que visam uma resposta mais articulada e partilhada entre diferentes projetos que se dirigem a prevenir e combater a violência doméstica, nomeadamente em contextos familiares de maior vulnerabilidade e exposição ao risco social.					
Projetos a desenvolver					
Abrangência concelhia					
✓ Implementação do projeto – Famílias do Avesso no âmbito do Programa Dicas					
✓ Criação de um equipamento transitório para este público-alvo					
✓ Atendimento e encaminhamento de situações sinalizadas como vítimas de violência doméstica					
Abrangência Supraconcelhia					
✓ Criação de gabinete de apoio às famílias para potenciar a intervenção familiar e parental numa perspetiva sistémica. Assegurar a mediação familiar para as questões da conflitualidade parental					
Período Previsto de Realização					
Início: 2016		Final: 2020			
Elementos de Monitorização/avaliação					
Metas	Abranger a totalidade de escolas do concelho no projeto Famílias do Avesso Abranger 80% das crianças dos Jardins de Infância e 1º ciclo no projeto Famílias do Avesso Aumento da capacidade instalada em respostas transitórias para Vitimas de Violência Doméstica				
Resultados Esperados	Existência de um centro de acolhimento temporário para Vitimas de Violência Doméstica no concelho Diminuição do número de sinalizações/ano de vítimas de violência doméstica entre o grupo alvo das crianças abrangidas pelo projeto Famílias do Avesso Diminuição dos casos de reincidência				
Indicadores/elementos de evidência	Capacidade Instalada no concelho em respostas para Vitimas de Violência Domestica Nº de sinalizações efetuadas Nº de crianças abrangidas pelo projeto Famílias do Avesso				

CAPITAL INCLUSIVO

Dimensão Problema	Prioridade de Intervenção			Denominação do Projeto:								
<i>Participação das pessoas com deficiências e incapacidades</i>	Frac	Media	Elevada	"Projeto Vidas" – Vidas com escola, com desporto, com arte, com saúde e bem-estar								
				Projetos de continuidade								
				Projetos supraconcelhios								
				Projetos novos	x							
Enquadramento do Projeto												
Entidade promotora	LOUSAVIDAS											
Entidades/parceiros a envolver	ACIP Lousada Ténis Atlântico ACES ALDAF Camara Municipal de Lousada Centro Hípico											
Destinatários	Pessoas com necessidades especiais com mais de 18 anos ou inferior se não frequentar escola											
Descrição do Programa												
Objetivos Gerais												
O projeto tem como objeto a definição e construção de um conjunto de atividades (Oficinas) lúdicas, desportivas e terapêuticas que possam ser frequentadas por pessoas com deficiências e incapacidades tendo em vista combater a inatividade e o isolamento das pessoas com deficiências e incapacidades.												
Projetos a desenvolver												
Oficinas em ação:												
✓ Vidas em escola (aquisição e desenvolvimento de competências escolares nas várias disciplinas) ✓ Vidas com Arte (Musica, teatro, artes plásticas) ✓ Vidas com Desporto (Boccia, loga, Ginástica, Dança, Ténis, ✓ Vidas com saúde (terapia da fala, fisioterapia, terapia ocupacional, Psicologia ✓ Vidas com Vidas (desenvolvimento d atividades de vida diária e funcionais)												
Período Previsto de Realização do Projeto												
Início: 2016			Final: 2020									
Elementos de Monitorização/avaliação do Projeto												
Metas												
Resultados Esperados												
Indicadores/elementos de evidência												

CAPITAL INCLUSIVO

Dimensão Problema	Prioridade de Intervenção			Denominação do Programa:	
Grupos de risco; famílias baixos rendimentos	Frac	Media	Elevada	AGITARTE	
				Projetos de continuidade	
				Projetos supraconcelhios	
				Projetos novos	
Enquadramento do Programa					
Entidade promotora	Associação Ao Encontro das Raízes				
Entidades/parceiros a envolver	Câmara Municipal de Lousada; ACIP; TOCA – Centro de Artes Performativas Conservatório da Lousada Bombeiros de Lousada Rota do Românico Esperanças do Cabo – Clube LousaVidas InsLousada ACIP				
Destinatários	Crianças e jovens em risco dos 7 aos 16 anos				
Descrição do Programa					
Objetivos Gerais					
Proporcionar atividades artísticas e desportivas de inclusão social a crianças e jovens em risco que dificilmente têm acesso a determinados bens e experiências culturais. As atividades consistem em ateliês que funcionam durante os períodos de interrupção escolar, mas também ao longo dos períodos letivos. As atividades serão pautadas por conteúdos que favoreçam momentos/experiências mobilizadoras de motivação pessoal e incremento de autoestima.					
Projetos a desenvolver					
✓ Criação de ateliês nos períodos de férias ✓ Acompanhamento educativo e social das famílias e das crianças ✓ Criação de ateliês de música, dança, dramatização, pintura, xadrez, cidadania e desenvolvimento pessoal ✓ Festival de Jazz para angariar fundos de manutenção do projeto					
Período Previsto de Realização					
Início: Período letivo e férias escolares		Final: 2020			
Elementos de Monitorização/avaliação					
Metas	Permitir que 30 crianças e jovens sinalizadas pelos técnicos de intervenção social anualmente participem no projeto de forma gratuita; Dinamizar um evento cultural com impacto na região (Agitazz – Festival de Jazz do Vale do Sousa); Criar 5 ateliês de música, dança, dramatização, pintura, xadrez e cidadania e desenvolvimento pessoal nos 4 agrupamentos de escola (2 e 3º ciclos) e 7 centros escolares (3 e 4º ano) abrangendo um total de 400 alunos				
Resultados Esperados	Reduzir taxa de absentismo dos alunos abrangidos pelo projeto Melhorar índices de sucesso educativo das crianças e jovens abrangidos pelo projeto				
Indicadores/elementos de evidência	Taxa de absentismo Notas finais de ano Nº de crianças envolvidas por ciclo de escolaridade/Ano				

CAPITAL INCLUSIVO

Dimensão problema	Prioridade de Intervenção			Denominação do programa	
Grupos em Risco	Frac	Média	Elevada	MEISI – Modelo Estratégico de Intervenção Social Integrada de Lousada	
				Projetos de continuidade	x
				Projetos supraconcelhio	
				Projetos novos	
Enquadramento do programa					
Entidade promotora		Câmara Municipal de Lousada/ Centro Distrital do Porto			
Entidades/parceiros a envolver		Entidades do concelho que realizam atendimento/acompanhamento social			
Destinatários		Pessoas em situação de vulnerabilidade social			
Descrição do programa					
Objetivos Gerais					
No âmbito das alterações legislativas recentes (despacho nº 11675/2014) relativas ao atendimento/acompanhamento social (RLIS – Rede Local de Intervenção Social Integrada) pretende-se reorganizar o funcionamento do Modelo Estratégico de Intervenção Social Integrado com vista a concertar metodologias de trabalho e de intervenção, potenciar e rentabilizar os recursos existentes na comunidade, evitando a duplicação dos processos de intervenção junto dos beneficiários.					
Projetos a desenvolver					
✓ Plataforma de Intervenção Social Integrada (aplicação informática) prevendo a partilha de informação entre os parceiros para gestão de atendimentos e intervenção social integrada (p.e.Social Code) ✓ Integrar a Santa Casa da Misericórdia de Lousada na rede de instituições e respostas sociais do concelho de Lousada que constituem o MEISI; ✓ Cooperação institucional na intervenção em grupo e/ou comunidade (os técnicos envolvidos negociam o desenvolvimento de intervenções junto de grupos e comunidades devidamente identificadas); ✓ Cooperação com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e Equipas Multidisciplinares de Assessoria Aos Tribunais no âmbito do acompanhamento familiar; ✓ Constituição de um grupo de supervisão técnica; reflexão e avaliação do trabalho social com vista à disseminação dos resultados do MEISI e planeamento da articulação					
Período previsto de realização					
Início: Janeiro de 2016		Final : Dezembro de 2020			
Elementos de Monitorização/avaliação					
Metas		Acompanhar através do MEISI 300 casos/ano Realizar acompanhamento conjunto de 30 % dos casos sinalizadas Realizar 2 ações de grupo ou comunidades (ano) de forma concertada Realizar 22 reuniões anuais entre técnico no âmbito da supervisão técnica e avaliação da intervenção Realizar 2 reuniões com o CLAS no âmbito da monitorização da intervenção.			
Resultados esperados		Cumprir 40 % das ações contratualizadas com as famílias;			
Indicadores/elementos de evidência		Processos familiares; Contratos de Inserção e acordos de inserção; Registos fotográficos e outros meios audiovisuais, Atas das reuniões/folhas de presença;			

CAPITAL INCLUSIVO

Dimensão problema	Prioridade de Intervenção			Denominação do programa	
Incapacidades, Deficiências e Dependências	Frac	Média	Elevada	Saúde Mental e Dependências	
				Projetos de continuidade	
				Projetos supraconcelhio	
				Projetos novos	
Enquadramento do programa					
Entidade promotora		CIM Tâmega e Sousa CRI Porto Oriental (ARS Norte), IP			
Entidades/parceiros a envolver		Entidades do concelho que realizam atendimento/acompanhamento social na área da Saude Mental e das dependências			
Destinatários		Pessoas com problemas de saúde mental e dependências			
Descrição do programa					
Objetivos Gerais					
Dotar os concelhos da NUT III T&S de projetos de sensibilização para a problemática da saúde mental em contextos escolares.					
Participar do Desenvolvimento de Diagnóstico e Plano de Intervenção Local para os comportamentos aditivos e dependências ao nível da Região Norte.					
Projetos a desenvolver					
✓ Mente Aberta - Mude a sua atitude face à doença mental (trabalho nas escolas) ✓ Desenvolvimento de “toolkits” e outros recursos para a saúde mental ✓ Participação na criação de respostas direcionadas à inserção socioprofissional das pessoas com doença mental no âmbito da NUT III: (i) Unidade sócio ocupacional (ii) Equipa de apoio domiciliário ✓ Realização de um Diagnóstico na Região Norte sobre comportamentos aditivos e dependências ✓ Realização de um Plano Local de Intervenção para os comportamentos aditivos e dependências					
Período previsto de realização					
Início: Janeiro de 2016		Final : Dezembro de 2020			
Elementos de Monitorização/avaliação					
Metas		Conclusão da elaboração do diagnóstico e Plano de ação no primeiro trimestre de 2016. Criar até 2020 uma unidade de saúde ocupacional para a NUT T&S Criar até 2020 uma equipa de apoio domiciliário para a NUT T&S Disponibilizar um “Toolkit” saúde mental dirigido à comunidade em geral Operacionalizar até 2017 um programa de sensibilização – Mente Aberta dirigido à população em contexto escolar			
Resultados esperados		Integrar 8 pessoas com problemas de saúde mental numa unidade de saúde ocupacional Atender 20 pessoas com problemas de saúde mental em Apoio Domiciliário Compromisso de colaboração/protocolos de parcerias			
Indicadores/elementos de evidência		Capacidade instalada para população com problemas de saúde mental Nº de crianças e jovens abrangidos pelo Projeto Mente Aberta Elaboração do relatório – Diagnóstico Protocolos de Colaboração			

PARTE IV – MODELO DE GOVERNAÇÃO DO PDS

O sucesso da implementação de qualquer instrumento de planeamento no seio de uma estrutura participada, multi-ator e multinível, como é o caso da Rede Social, requer a definição de um modelo de governação. De facto, a capacidade de concretização de processos participados e desenvolvimento de ações conjuntas baseadas no trabalho em rede coloca desafios de concertação, decisão e contratualização das intervenções. Tratando-se de um programa que faz do planeamento integrado e da articulação da intervenção por atores de diferentes naturezas e áreas de atuação em rede o seu foco fundamental, o conceito de governança revela-se de capital importância.

Ou seja, o que está em causa é saber como a Rede Social se organiza em torno dos seus diferentes atores e dos instrumentos concebidos, e por outro lado como se traduzem essas configurações institucionais sobre as práticas de intervenção que a Rede procura operacionalizar. Neste sentido, importa definir o modelo de relacionamento do sistema de atores com base numa estratégia integrada que se materialize num compromisso entre os diversos parceiros envolvidos no estabelecimento de compromissos e metas, assim como para a operacionalização do PDS.

O modelo que se apresenta na figura seguinte tem como objetivo o desenho de um modelo que garanta as seguintes funções:

- ↳ Gestão estratégica e coordenação do PDS
- ↳ Animação dos parceiros para a implementação e operacionalização dos projetos
- ↳ Monitorização, avaliação e ajustamentos

Nota: O modelo sugerido poderá sofrer alterações na sua versão final, pelo que no âmbito deste PDS preliminar, não se realiza uma descrição fechada das diversas funções e atores responsáveis.



COORDENADORA DO PDS/PRESIDENTE DO CLAS

COORDENADORES DE
DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO/
VEREADORES

CAPITAL HUMANO

**POTENCIAL
ECONÓMICO E
EMPREGO**

CAPITAL INCLUSIVO

**GRUPO DE TRABALHO
POR PROGRAMA/
PIVOT DE GT**

Rede para o
Sucesso Educativo

Valorização da
economia local

Criação e
Reabilitação de
respostas sociais

LousaVida

Flor de Lis

Comissão para a
qualificação da
População

Atratividade da
economia local

Agitarte

Saúde Mental

Carta Supra
Municipal das
Deficiências e
Incapacidades

Iniciativas de apoio ao
emprego

Mexe-te

MEISI
Modelo Estratégico
de Intervenção Social
de Lousada

IMPLEMENTAÇÃO
OPERACIONALIZAÇÃO

PDS

PARCEIROS



NÚCLEO EXECUTIVO

CIM

Pivots GT

MONITORIZAÇÃO
AVALIAÇÃO

COMITÉ DE PILOTAGEM

**REPRESENTANTES DOS
DESTINATÁRIOS DOS
PROGRAMAS**

PDS

Estrutura de Gestão do PDS e do Plano de Ação

PARTE V – MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PDS

A construção do PDS e o seu Plano de Ação tiveram em linha de conta a aplicação de regras formais que permitem a concretização dos processos de monitorização e avaliação de forma controlada e pertinente.

Os elementos que poderão aferir o grau de execução e os outputs finais deste novo ciclo programático encontram-se por um lado na grelha programática da estratégia do PDS e por outro, nas fichas-programa que integram o Plano de Ação 2016-2020.

Por outro lado, o modelo a operacionalizar apresenta-se em linha com as orientações do Sector da Rede Social do ISS, I.P., nomeadamente o ***Dispositivo de suporte à função de monitorização estratégica e avaliação das redes sociais – Princípios e ferramentas orientadoras para uma Avaliação-Ação***.

Nesta lógica, e para efeitos de construção de um *Dispositivo de Monitorização e Avaliação*, devem ser tidos em conta os seguintes elementos:

- *Baselines* - identificadas como evidências de constrangimentos (grelha programática do PDS)
- Metas – definidas em sede de PDS para cada programa (Plano de Ação)
- Indicadores de Realização - deverão ser definidos anualmente nos processos de monitorização intercalares
- Indicadores de Resultado – definidos em sede de PDS para programa (Plano de Ação)

Grande parte dos Programas assume um calendário que cobre todo o ciclo de planeamento previsto 2016-2020 e estão identificados (Plano de Ação) do ponto de vista da sua **incidência temporal** como projetos de **base anual**. Ou seja, a sua execução deve ser monitorizada numa base anual tendo em vista a meta prevista para o final dos 4 anos de vigência do PDS. No entanto, existem Programas/projetos que assumem tempos de execução mais curtos e esses estão identificados ao nível do calendário com o ano de previsão quanto ao seu término.

Associado a um dispositivo metodológico para controlo do nível de execução e ajustamentos dos diversos projetos numa base anual, sugere-se que este Dispositivo seja estrategicamente animado por um **Comité de Pilotagem** a criar no seio do CLAS, conforme sugere o modelo de governação, prevendo igualmente a participação dos destinatários dos projetos como elemento qualitativo da avaliação.

O processo de monitorização não se deve esgotar num controlo do nível de execução dos projetos inscritos no PDS. Deverá ainda compreender a resposta a várias questões. De facto, os Planos são essenciais, mas não perfazem uma solução inequívoca para os problemas aos quais desejam responder. Se estes não respondem aos resultados esperados ou se as circunstâncias mudam, então, igualmente, necessitam de revisão. Nesta lógica, importa situar algumas das questões-chave que a monitorização deve procurar responder:

- Os resultados esperados estão a ser produzidos como planeado e de modo eficiente?
- Que decisões precisam ser tomadas sobre ajustamentos no trabalho planeado em fases posteriores?
- Será que o que está planeado continua a ser relevante para a obtenção dos resultados esperados?
- Quais as aprendizagens que decorrem do que já foi executado?

Não obstante, a título de exemplo apresenta-se uma estrutura possível do esquema de monitorização do Plano de Ação, na devida articulação entre as componentes de Implementação e de Monitorização Estratégica.

O desafio colocado convida os atores a serem parte ativa do processo de monitorização dos respetivos projetos, preenchendo em cada um, uma ficha à luz do exemplo seguinte e que contempla elementos como:

- ↳ Entrada em funcionamento
- ↳ Fontes de financiamento
- ↳ Contribuição qualitativa do Projeto para a meta definida no programa
- ↳ Evidências de Realização (indicadores de execução do projeto)
- ↳ Evidências de Resultados (indicadores de resultado do projeto)

CAPITAL HUMANO

Programa: Rede para o sucesso Educativo

Implementação do Plano de Ação												Monitorização Estratégica		
Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Projetos/ /Atividades	Parceiros	Calendarização	Recursos	Fontes de financiamento						Metas	Evidências de Realização (indicadores de realização)	Evidências de Resultados (indicadores de resultado)
						PO Norte	POCH	POISE	POCI	PDR	Outras (quais)			
Taxa de abandono precoce 45,88% (INE, 2011) Taxa abandono escolar 1,18% (INE; 2011) 50,37% da população residente com idades entre os 20 e 24 anos sem ensino secundário completo População residente com 15 ou mais anos sem ensino superior 83,7%	✓ Apostar no combate da saída antecipada do sistema de ensino; ✓ Aumentar os níveis de escolaridade da população residente; ✓ Elevar a proporção da população com habilitações equivalentes ao ensino superior	Elaboração do Projeto Educativo Municipal												

ANEXO – PORTFÓLIO DE RECURSOS

CULTURA

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	ASSOCIAÇÃO DE CULTURA MUSICAL DE LOUSADA		
Contactos	Morada: Av. Cidade de Erretereria – SILVARES- LOUSADA		
	Telefone: 255912230	Email: acmlousada@gmail.com	Website: www.acmlousada.pt
Perfil de atividade e serviços	Atividades Culturais no âmbito da Música e da Dança Ensino Especializado da Música		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada		Supraconcelho:
Público-alvo	Tipo: Toda a Comunidade	Capacidade:	Utentes:
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	- Uma Carrinha de 9 lugares - Instrumentos de Música afetos ao Conservatório		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1	Pessoal Docente		
Perfil profissional 2	Pessoal Administrativo		
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social	2004		

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	CÂMARA MUNICIPAL DE LOUSADA		
Contactos	Morada: Praça Dr. Francisco Sá Carneiro		
	Telefone: 255820500	Email: cultura@cm-lousada.pt	Website: www.cm-lousada.pt
Perfil de atividade e serviços	- Noites Acústicas - Sessões de teatro e de música - Encontros de Cantadores de Janeiras - Desfile de Carnaval - Festival Harmos - Festival Concelhio de Folclore - Folia: Festival Internacional de Artes de Espetáculo - Foliazinho: Despertar para a Arte - Verão Cultural - Festival de Luz - Comédias d' Outono: Festival do Humor e do Riso - Jornadas de Bibliotecas - Feira do Livro		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada	Supraconcelhio:	
Público-alvo	Tipo: População em geral	Capacidade: 50.000	Utentes:
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	- Auditório Municipal de Lousada; - Igrejas do concelho - Praça das Pocinhas - Av. Senhor dos Aflitos - Transportes municipais;		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1	Programador Cultural		
Perfil profissional 2	Assistente Técnico		
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social			

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	CASA MUSEU DE VILAR – A IMAGEM EM MOVIMENTO		
Contactos	Morada: Rua Rui Feijó 921, 4620-890 Vilar do Torno e Alentém		
	Telefone: 255913446	E-mail: casamuseudevilar@gmail.com	
Perfil de atividade e serviços	A Casa Museu de Vilar é um pequeno Museu dedicado à Imagem em Movimento.		
	Propomos as seguintes atividades, dirigidas às escolas dos diversos níveis de ensino, mas aberta também ao público em geral:		
	Visitas guiadas às coleções do Museu: Pré Cinema, a obra de Abi Feijó e de Regina Pessoa e Animação internacional.		
	Em complemento destas visitas propomos ainda a realização de mini oficinas de Brinquedos Óticos e de Cinema de Animação, bem como oficinas mais desenvolvidas onde se poderão realizar pequenos filmes de animação e ainda a projeção dos filmes de animação realizados por Abi Feijó e Regina Pessoa (4 dos quais integram o Plano Nacional para o Cinema) ou realizados no âmbito de diversas oficinas de animação com diversos níveis etários e recorrendo a diversas técnicas da animação.		
	Disponibilizamos ainda o acesso a uma das mais completas bibliotecas sobre Cinema de Animação existentes em Portugal.		
	Podemos ainda colaborar com exposições sobre Cinema de Animação ou propor as nossas próprias exposições itinerantes.		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada		
Público-alvo	Tipo: Escolar, diversos níveis	Capacidade: uma a duas turmas em simultâneo, segundo as atividades	
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Uma sala polivalente para a realização de oficinas de cinema de animação ou para a projeção de filmes.		
	3 salas de exposição permanente		
	1 sala de receção e biblioteca		
	Equipamentos básicos para a realização de oficinas de cinema de animação.		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1	Abi Feijó – Diretor do Museu		
Perfil profissional 2	Jorge Praça - Colaborador		
Perfil profissional 3	Conceição Costa - Limpezas		
Ano de entrada na Rede Social	2014		

DESPORTO

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	CÂMARA MUNICIPAL DE LOUSADA – DIVISÃO DE DESPORTO		
Contactos	<i>Morada:</i> Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620-695 Lousada		
	<i>Telefone:</i> 255820500	<i>E-mail:</i> desporto@cm-lousada.pt;	<i>Website:</i> www.cm-lousada.pt
Perfil de atividade e serviços	- Gestão das Infraestruturas Desportivas Municipais (Complexo Desportivo e Pavilhão Municipal); - Apoio Técnico às Associações Desportivas Municipais; - Apoio Financeiro (sob a forma de subsídios) às Associações Desportivas Municipais; - Apoios Diretos às Associações Desportivas; - Comparticipação de exames médicos e seguros desportivos; - Utilização gratuita das infraestruturas desportivas municipais; - Dinamização de atividades desportivas dirigidas ao Público em geral; - Coordenação da Disciplina de AFD e respetivos docentes nas AEC's.		
Área geográfica de atuação	<i>Concelho:</i> Lousada	<i>Supraconcelhio:</i>	
Público-alvo	<i>Tipo:</i> Alunos e público em geral	<i>Capacidade:</i>	<i>Utentes:</i>
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	- Complexo Desportivo de Lousada [Estádio de Futebol; Pista de Atletismo; Campo de Hóquei; Campos de Ténis (terra batida); Campos de ténis cobertos (sintéticos); Pavilhão Polidesportivo; Campos Multifuncionais; Residência Desportiva]); - Pavilhão Desportivo Municipal;		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1	Assistentes Operacionais		
Perfil profissional 2	Técnicos Superiores		
Ano de entrada na Rede Social			

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	FUTEBOL CLUBE DE ROMARIZ (A. C. R. D. de Romariz)		
Contactos	<i>Morada:</i> Rua Futebol Clube de Romariz nº 50 Meinedo 4620 Lousada		
	<i>Telefone:</i> 966844348	<i>Correio eletrónico:</i> romarizfutebol1978@gmail.com	<i>Website:</i>
Perfil de atividade e serviços	Desporto, sénior e formação, aulas de ginástica, recreação de eventos culturais S João, 1º de maio, 25 de abril, 10 de junho, organização de eventos como carnaval, s Martinho entre outras.		
Área geográfica de atuação	<i>Concelho:</i> Meinedo	<i>Supraconcelho:</i> Lousada	
Público-alvo	<i>Tipo:</i> crianças, jovens e adultos	<i>Capacidade:</i> 200	<i>Utentes:</i> toda a população
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Recinto desportivo para a prática de desporto, futebol atletismo, salão para realização de aulas de ginástica e eventos culturais e bar.		
Recursos humanos afetos à rede	Apenas em regime de voluntariado, professores e sócios colaboradores.		
Perfil profissional 1	Professores		
Perfil profissional 2	Funcionários públicos		
Perfil profissional 3	Engenheiro		
Ano de entrada na Rede Social	2015.		

EDUCAÇÃO

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	MUNICÍPIO DE LOUSADA – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO		
Contactos	Morada: Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620-695 Lousada		
	Telefone: 255820500	E-mail: educacao@cm-lousada.pt;	Website: www.cm-lousada.pt
Perfil de atividade e serviços	A Divisão de Educação da Câmara de Lousada desenvolve as seguintes iniciativas: 1. Transportes escolares Inscrições para utentes com Necessidades Educativas Especiais para diversas instituições de ensino especial e dos alunos que frequentam as escolas do concelho; emissão de passes escolares para os alunos transportados pelos autocarros do município; elaboração do plano de transportes; processamento das mensalidades para os alunos que pagam transporte escolar. 2. Gestão de ensino Análise das candidaturas, atribuição de subsídios escolares (livros, material escolar e refeição) e envio da carta/vale aos alunos subsidiados que frequentam o 1.º ciclo da rede pública; receção e estudo dos Boletins de Inscrição nas componentes de apoio à família (refeição e/ou prolongamento de horário) dos alunos que frequentam os J.I. da rede pública; emissão e envio das faturas das refeições/prolongamentos de horário (mensalmente); atribuição de Prémios de Mérito aos melhores alunos do 12.º ano, indicados pelas escolas secundárias do concelho; análise e atribuição de Bolsas de Estudo a estudantes universitários residentes no Concelho. 3. Refeitórios escolares Gestão de Refeitórios escolares em todas as suas vertentes, nomeadamente: aferição de nº de refeições a servir diariamente por estabelecimento de educação e ensino, quantificação por refeitório escolar e elaboração das respetivas encomendas junto dos diversos fornecedores dos bens alimentares necessários à confeção das refeições escolares, oferta de lanche diário a todos os alunos, regime de Fruta Escolar, aquisição, distribuição da fruta escolar aos alunos das EB do 1º Ciclo sob responsabilidade deste Município, elaboração do processo de pedido de comparticipação ao referido regime junto do IFAP e DEGEST, elaboração de ementas e respetivos menus, higiene e segurança alimentar. 4. Atividades de Enriquecimento Curricular (Inglês, Música, Natação e Atividade Física e Desportiva) 5. Plano Anual de Atividades Municipais para as Escolas A Divisão promove um conjunto variado de iniciativas junto da comunidade educativa entre elas: Jornadas da Educação, “A fruta vai à escola”, Férias 5 estrelas (interrupção do Natal e da Páscoa), Jornadas “Ajudar a educar”, Desfile escolar de carnaval, Hospital dos pequeninos, Teatro em inglês Clever Pants, Festa final das AEC’s, Oficinas da animação, Festa da animação, Cerimónia de reconhecimento social, Universidade Júnior, Pequenos deputados, As Tartarugas também voam, Prémios para os melhores alunos, Oficina de arte pública, Champimóvel, Comunicar em segurança, Colónias de férias (Lousada e Renteria), Colaboração nas atividades da Rota do Românico para as escolas entre outros.		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada	Supraconcelhio:	
Público-alvo	Tipo: alunos	Capacidade:	Utentes:

Perfil de recursos materiais disponíveis <i>(exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)</i>	- 24 Estabelecimentos de educação e ensino; - 24 Refeitórios escolares;
Recursos humanos afetos à rede	
Perfil profissional 1	Assistentes Operacionais
Perfil profissional 2	Assistentes Técnicos
Perfil profissional 3	Técnicos Superiores
Ano de entrada na Rede Social	

EMPRESAS

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	ARTESTÓRIAS – COOPERATIVA DE ARTES E OFÍCIOS DE LOUSADA; CRL		
Contactos	Morada: Travessa da Rande, n.º15 4620-074 Caíde de Rei Lousada		
	Telefone: 914206160	E-mail: artestorias.lousada@gmail.com	Website: www.arlani.com.pt
Perfil de atividade e serviços	Formação e informação nas áreas das artes e ofícios; Dinamização de <i>workshops</i> e outros eventos que se revelam essências para o desenvolvimento do artesanato, enquanto atividade cultural e económica e social da região; Centro de difusão turística do artesanato da região; Promoção e divulgação do artesanato de Lousada e da região do Tâmega e Sousa em eventos regionais, nacionais e internacionais; Disponibilização de serviços <i>online</i>.		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada	Supraconcelho: Todo o território nacional + Internacional	
Público-alvo	Tipo:	Capacidade:	Utentes:
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Espaço físico – salas de formação.		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1			
Perfil profissional 2			
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social	2013		

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	CLÍNICA MÉDICA ARRIFANA DE SOUSA		
Contactos	<i>Morada:</i> Rua Fonte do Carvalho, 4560-466 Penafiel		
	<i>Telefone:</i> 255718100	<i>E-mail:</i> cmas@cmas.pt	<i>Website:</i> www.cmas.pt
Perfil de atividade e serviços	A Clínica Médica Arrifana de Sousa é uma entidade que tem vindo a desenvolver a sua atividade na área da saúde ao longo dos últimos 33 anos. Com o objetivo de fazer face às crescentes solicitações, foram criados vários polos em diversos concelhos como Penafiel (sede), Paredes, Lousada, Marco de Canaveses, Alpendurada e Vila-Meã. Trata-se de um grupo constituído por colaboradores de diferentes especialidades, médicas e não-médicas. O Grupo CMAS visa a satisfação das necessidades dos seus utentes, através da junção das suas sinergias e de meios auxiliares de diagnóstico, que permitem um rápido diagnóstico das patologias subjacentes através de um elevado rigor e respeito por cada um dos utentes.		
Área geográfica de atuação	<i>Concelho:</i> Penafiel, Paredes, Lousada, Marco de Canaveses, Vila-Meã, Alpendurada	<i>Supraconcelho:</i>	
Público-alvo	<i>Tipo:</i>	<i>Capacidade:</i>	<i>Utentes:</i>
Perfil de recursos materiais disponíveis <i>(exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)</i>			
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1	Dinamização de Ações de Sensibilização/Informação em diversas áreas da saúde destinadas a técnicos, profissionais de saúde ou comunidade em geral.		
Perfil profissional 2	Realização de rastreios de várias especialidades (Psicologia, Fisioterapia, Medicina Dentária, Terapia Ocupacional e da Fala, Medicina) em locais a designar pelo Município, como escolas ou instituições.		
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social			

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	EM NOME DO FUTURO, LDA. - PSICOACADEMIA		
Contactos	Morada: Travessa da Mata, Edif. Fronteira n.º 246 Lj. 4, 4620-615 Barrosas		
	Telefone: 934617511	E-mail: isabel.manso@gmail.com	Website:
Perfil de atividade e serviços	Centro de Apoio Psicopedagógico e Ocupação de Tempos Livres Apoio Pedagógico (Combate ao Insucesso Escolar) Acompanhamento no estudo diário, na realização de TPC, na preparação para os testes e exames, explicações; Apoio Terapêutico (Promoção da Saúde Mental) Consultas para crianças jovens e adultos: Psicologia, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Psicoterapia, Neuropsicologia, Pediatria, Pedopsiquiatria, Psiquiatria, Terapia de Casal, Nutrição; Sinalização, avaliação e intervenção com crianças com Necessidades Educativas Especiais (contato estreito com os pais e com as escolas); Realização de Programas de Orientação Vocacional; Sala de <i>Babysitting</i>; Gabinete de Serviço Social; Transporte escolar; Ocupação de Tempos Livres (desenvolvimento de atividades lúdicas e culturais com crianças e jovens durante as férias letivas).		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada	Supraconcelho:	
Público-alvo	Tipo: crianças, jovens, adultos	Capacidade:	Utentes:
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Transporte (3 carrinhas 9 lugares); Material de avaliação psicológica; Instalações (salas de estudo, gabinetes)		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1	Psicóloga/ Terapeuta da Fala/Terapeuta Ocupacional		
Perfil profissional 2	Assistente Social		
Perfil profissional 3	Psiquiatra/ Pedopsiquiatra		
Ano de entrada na Rede Social	2014		

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	EQUILÍBRIOS – CENTRO DE PSICOLOGIA E REEDUCAÇÃO PEDAGÓGICA E TERAPÊUTICA, LDA.		
Contactos	Morada: Rua Lúcia Lousada, nº275, 4620-030 Lousada		
	Telefone: 255 911 033	E-mail: Lousada@equilibrios.pt	Website: www.equilibrios.pt
Perfil de atividade e serviços	A Equilíbrios – Centro de Psicologia e Reeducação Pedagógica e Terapêutica, Lda., é um centro psicopedagógico com onze anos de existência. A sua sede está instalada no Concelho de Penafiel, na Avenida Soares de Moura, nº102 e tem uma delegação no Concelho de Lousada na Rua Lúcia Lousada, nº275. A empresa tem como seu grande foco de atuação a intervenção junto de crianças e jovens que apresentem dificuldades no seu desenvolvimento, prestando ainda outro tipo de serviços. As valências prestadas pela Equilíbrios são: Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Psicologia, Pedopsiquiatria, Apoio Pedagógico, Dificuldades de Aprendizagem, Avaliação da Prontidão Escolar, Hiperatividade, Autismo, Aconselhamento de Pais e Professores bem como a realização de Testes Psicotécnicos para Condutores.		
Área geográfica de atuação	Concelho: Penafiel/Lousada	Supraconcelhio: Porto	
Público-alvo	Tipo: Crianças e jovens	Capacidade:	Utentes:
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Equipa Multidisciplinar com elevado grau de experiencia e excelência nas áreas de Psicologia, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional e Educação Especial; Meios de Transporte (Duas carrinhas 9 Lugares) Instalações ao nível de salas		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1	José Miguel Barbosa da Cunha (Técnico de Contabilidade)		
Perfil profissional 2	Ana Rita Costa Vieira (Terapeuta da Fala)		
Perfil profissional 3	Fábio Rafael Teixeira Moreira (Psicólogo)		
Ano de entrada na Rede Social			

ENTIDADES FORMADORAS

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	CENTRO DE FORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS SOUSA NASCENTE		
Contactos	Morada: Escola Secundária de Lousada (Escola-sede) – R. Dr. Mário Soares, 194 4620-493 Pias		
	Telefone: 255820953	E-mail: cfsn@cfaesousanascente.org	Website: www.cfaesousanascente.org
Perfil de atividade e serviços	Formação Contínua Certificada com relevância para a progressão em carreira e avaliação de desempenho dos profissionais da educação: - para pessoal docente, certificada pelo Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua de Professores; - para pessoal não docente, certificada pela Direção-Geral da Administração Escolar. Respostas às necessidades de formação dos profissionais da educação, dos planos de formação das escolas associadas e do sistema educativo em geral. Formação realizada com recurso à Bolsa Interna de Formadores, como resposta aos projetos das escolas; através de financiamento com recurso a Formadores Externos; através de Parcerias e Protocolos vários (Com outros CFAE, com as Autarquias de Felgueiras e Lousada, com Universidades, com Instituições e Entidades de âmbito regional e/ou nacional).		
Área geográfica de atuação	Concelho: Felgueiras e Lousada	Supraconcelho: Rede de CFAE do Vale do Sousa e Baixo Tâmega; Rede de CFAE da Região Norte	
Público-alvo	Tipo: Docentes e Não Docentes	Capacidade: +/- 2500	Utentes: Todos
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Todos os Equipamentos das Escolas Associadas (5 Agrupamentos e uma Escola Secundária do concelho de Felgueiras e 4 Agrupamentos de Lousada): salas de aula, auditórios, laboratórios, equipamentos informáticos, materiais e recursos didáticos e espaços polidesportivos; outros equipamentos e recursos que se disponibilizam pontualmente na comunidade em função da tipologia da formação (ex: auditórios municipais, espaços desportivos, museus, bibliotecas, etc.).		
Recursos humanos afetos à rede	Diretor do CFAE (eventualmente, a assessoria técnico-pedagógica)		
Perfil profissional 1			
Perfil profissional 2			
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social			

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	GESTH - CONSULTORES DE RECURSOS HUMANOS,LDA		
Contactos	Morada: Rua do Comércio, 149, Cristelos		
	Telefone: 255 810 440	E-mail: geral@gesth.pt	Website: www.gesth.pt
Perfil de atividade e serviços	Formação profissional e Consultoria		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada	Supraconcelhio: Vale dos Sousa	
Público-alvo	Tipo: Jovens à procura primeiro emprego, Desempregados, Ativos, Empresários	Capacidade: 120	Utentes:
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	5 Salas de formação teóricas devidamente equipada com capacidade 20 alunos Sala de Informática Biblioteca e espaço convívio Sala dos professores Internet wiless		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1			
Perfil profissional 2			
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social			

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	SINERFORCE – CONSULTORIA E FORMAÇÃO UNIPESSOAL, LDA.		
Contactos	Morada: Avenida Sá e Melo, nº 48 – 4620-009 Lousada		
	Telefone: 255 811 452	E-mail: formacao@sinerforce.pt	Website: www.sinerforce.pt
Perfil de atividade e serviços	Consultoria nas áreas de produção e logística, certificação qualidade ambiente e segurança para empresas. Formação nas áreas de Higiene e Segurança no Trabalho, Informática na ótica do utilizador e área Pedagógica de Formadores em regime de formação a distância.		
Área geográfica de atuação	Concelho:	Supraconcelho: Nacional / Internacional	
Público-alvo	Tipo: Empresas e indivíduos	Capacidade:	Utentes:
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	2 salas de formação, equipadas com mesas, cadeiras videoprojector, quadro para 14 pessoas e para 18 pessoas.		
Recursos humanos afetos à rede	1		
Perfil profissional 1	Licenciatura em Engenharia de Produção (sócio-gerente)		
Perfil profissional 2			
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social			

ENTIDADES PRIVADAS NÃO LUCRATIVAS

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	ADASM – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO SOCIAL DE MEINEDO		
Contactos	<i>Morada:</i> Rua da Escola de Romariz, n.º 139, 4620-397 MEINEDO		
	<i>Telefone:</i> 255 813 072	<i>E-mail:</i> adasm@iol.pt	<i>Website:</i>
Perfil de atividade e serviços	A ADASM – Associação de Desenvolvimento e Apoio Social de Meinedo, é uma IPSS, com sede na freguesia de Meinedo, constituída em 2000. Tem como objetivo implementar respostas sociais de apoio à comunidade, centrando a sua ação nas áreas da ação social, formação e emprego, educação e recreio. O apoio aos idosos tem sido mais recentemente a principal área alvo de investimento, estando em fase de iniciar a resposta social de serviço de apoio domiciliário, uma das valências previstas funcionar na nova infraestrutura denominada de Complexo Social Magnetense, prestes a inaugurar pela ADASM e apoiada financeiramente pelo Subprograma 3 do ProDeR nas terras do Sousa, Medida 3.2 – Melhoria da Qualidade de vida, Ação 3.2.2 – Serviços Básicos para a População Rural. Atualmente a Instituição tem em funcionamento um centro convívio, no âmbito do Movimento Sénior, dirigido à população mais envelhecida. É também a entidade de enquadramento de um GIP (Gabinete de Inserção Profissional), estrutura que tem por objetivo apoiar jovens e adultos desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita cooperação com os Centros de Emprego do IEF, I.P.		
Área geográfica de atuação	<i>Concelho:</i> Lousada		<i>Supraconcelho:</i>
Público-alvo	<i>Tipo:</i> Comunidade em geral	<i>Capacidade:</i>	<i>Utentes:</i>
Perfil de recursos materiais disponíveis <i>(exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)</i>	1 Viatura ligeira de 9 lugares; Atuais instalações (Rua da Escola de Romariz, n.º 139, 4620-397 MEINEDO) • 3 salas de atividades; • 1 Gabinete de trabalho/atendimento; • Cozinha; • Instalações sanitárias; Complexo Social Magnetense (novas instalações, Av. Magneto, n.º 501, 4620-350 MEINEDO) • 1 Salão polivalente; • Salas de Atividades; • Sala de reuniões; • Secretaria; • Cozinha; • Lavandaria; • Instalações sanitárias.		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1			
Perfil profissional 2			
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social			

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	ADER-SOUSA		
Contactos	Morada: Rua Rebelo de Carvalho, 433 – 4610-212 Felgueiras		
	Telefone: 255 311 230	E-mail: adersousa@adersousa.pt	Website: www.adersousa.pt
Perfil de atividade e serviços	A Associação tem por fins a promoção do desenvolvimento regional e local, tendente à melhoria das condições sociais, culturais e económicas das respetivas populações		
Área geográfica de atuação	Concelho:	Supraconcelho: A Associação é de âmbito local, incidindo a sua atividade nos concelhos de Paços de Ferreira, Felgueiras, Lousada, Paredes, Penafiel e áreas vizinhas envolventes.	
Público-alvo	Tipo: Toda a população	Capacidade:	Utentes:
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	A ADER-SOUSA possui instalações, numa moradia de 2 pisos, com uma área de 250m ² , constituída por sala de reuniões, 6 gabinetes, arquivo, cozinha, e wc, para além de uma garagem com 30m ² . Dispõe dos seguintes equipamentos: de Hardware (computadores, ups, impressoras, portáteis, data-show); de Software (Windows 8, Office, Sage, SIQA, entre outros); e de mobiliário adequado para o exercício de todo o trabalho (mesas de reuniões e de apoio, secretárias e respetivas cadeiras, armários, estantes, entre outros); fotocopiadora, máquina fotográfica e duas viaturas próprias		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1	Técnica		
Perfil profissional 2			
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social	2008 (a participação da ADER-SOUSA limita-se à presença nas reuniões do CLAS)		

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	ALDAF- ASSOCIAÇÃO LOUSADENSE DOS DEFICIENTES DOS SEUS AMIGOS E FAMILIARES		
Contactos	<i>Morada:</i> União das Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem Avenida Sá e Melo, 294 Cristelos 4620 009 LOUSADA		
	<i>Telefone:</i> 934335315	<i>E-mail:</i> aldaf@sapo.pt	<i>Website:</i> aldaf.pt
Perfil de atividade e serviços	Artigo 2º - A ALDAF tem por objetivos a defesa dos direitos e interesses em geral de pessoas deficientes e de pessoas com doença mental, crianças, jovens, adultos ou idosos, tendo em vista a sua plena integração social, cultural e profissional, e a aplicação dos princípios consignados na Constituição da República Portuguesa, nomeadamente, no seu artigo 71º, nas normas da Comunidade Europeia, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, na Declaração Universal dos Direitos da Criança, na Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e o seu âmbito de ação abrange o território do concelho de Lousada.		
Área geográfica de atuação	<i>Concelho:</i> Lousada	<i>Supraconcelho:</i>	
Público-alvo	<i>Tipo:</i> Deficientes	<i>Capacidade:</i>	<i>Utentes:</i>
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Em regime de parceria (com contrato assinado) com a União das Freguesias de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: • Sala de Convívio para cerca de 20 utentes • Salão para atividades com cerca de 215 m² • Espaço exterior com relvado e árvores • Campo de jogos e balneários com cerca de 800 m²		
Recursos humanos afetos à rede	De imediato, à base de voluntariado.		
Perfil profissional 1			
Perfil profissional 2			
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social	2014		

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	ASSOCIAÇÃO DE PAIS LOUSADA OESTE		
Contactos	Morada: Agrupamento de Escola Lousada Oeste Rua de jusã		
	Telefone:912838085	E-mail: aplousadaoeste2sapo.pt	Website:
Perfil de atividade e serviços	Associação de Pais		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada	Supraconcelhio	
Público-alvo	Tipo: Pais /Enc. Educação	Capacidade:	Utentes:
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)			
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1			
Perfil profissional 2			
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social			

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE NESPEREIRA		
Contactos	<i>Morada:</i> Rua António Ferreira nº 101 4620-911 Nespereira Lousada		
	<i>Telefone:</i> 255 814 695	<i>E-mail:</i> assnespereira@sapo.pt	<i>Website:</i>
Perfil de atividade e serviços	Creche Procuramos proporcionar o bem-estar e desenvolvimento das crianças dos 3 meses aos 3 anos, facultando um clima de segurança afetiva e física durante o afastamento parcial do meio a que estão habituados. Promovemos todos os cuidados básicos para o crescimento saudável das crianças. As refeições são ajustadas às necessidades de cada criança. Garantimos que os nossos pequenos clientes tenham o tempo necessário de repouso. Provemos aulas de ginástica e de música a título gratuito. Realizámos durante o ano letivo várias atividades dentro e fora da instituição. A nossa Creche tem capacidade para 35 crianças. Centro de Dia O Centro de Dia destina-se a todas as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e é uma resposta social que pretende mimar os clientes que dela fazem parte. Esta resposta pretende retardar e evitar a inserção em lares, permitindo a permanência do idoso no seu meio habitual. O convívio, a estimulação motora e cognitiva, novas aprendizagens e diversão são as mais-valias da integração no nosso centro de dia. Providenciamos alimentação ajustada às necessidades do idoso, assim como os cuidados de imagem necessários. Dispomos de uma animadora sociocultural a tempo inteiro que permite um melhor acompanhamento em termos da animação proposta. Aulas de ginástica, música e boccia a título gratuito, assim como passeios e intercâmbios. O acordo de cooperação com a Segurança Social é de 13 clientes. O Centro de Dia funciona das 9h - 17h com possibilidade de pequeno-almoço e reforço para jantar se solicitado, lanche da manhã, almoço, e lanche da tarde. Serviço de Apoio domiciliário O Serviço de Apoio Domiciliário é um serviço que propicia a continuação do cliente no meio familiar e social, evita ou adia a institucionalização, possibilita novos relacionamentos para o cliente, nomeadamente com os colaboradores que se deslocam ao domicílio e com a comunidade da associação, nos convívios organizados pela ASSN. Este serviço engloba a distribuição de alimentação, cuidados de imagem, higiene pessoal e habitacional, tratamento de roupa, apoio psicossocial e atividades ocupacionais. O SAD é destinado a todos os que desejam ser apoiados no domicílio ou que por motivos de saúde estejam impedidos de se deslocar. Possuímos acordo de cooperação para 15 clientes. O horário de funcionamento do SAD é das 7.30h - 16.30h.		

Área geográfica de atuação	<i>Concelho:</i> Lousada		<i>Supraconcelho:</i> Tâmega e Sousa
Público-alvo	<i>Tipo:</i> Idosos/Crianças	Capacidade: 75 clientes	Utentes: 71
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	A ASSNespereira conta com 3 salas na creche, 1 sala de convívio para os clientes do Centro de Dia e 3 carrinhas.		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1	1 Assistente Social		
Perfil profissional 2	2 Educadoras de Infância		
Perfil profissional 3	1 Animadora Sociocultural		
Perfil profissional 4	1 Cozinheira e 1 ajudante de cozinha		
Perfil profissional 5	3 Ajudantes de ação direta		
Perfil profissional 6	1 Auxiliar de serviços gerais		
Perfil profissional 7	6 auxiliares de ação educativa		
Ano de entrada na Rede Social			

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LOUSADA		
Contactos	Morada: Rua dos Bombeiros Voluntários, nº 52- 4620-652 Lousada		
	Telefone: 255 912 119	E-mail: secretariadocomando@bvlousada.com	Website:
Perfil de atividade e serviços	Socorro		
Área geográfica de atuação	Concelho: Total	Supraconcelho:	
Público-alvo	Tipo:	Capacidade:	Utentes:
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Veículos de transporte de doentes e socorro, auditório com capacidade para 80 pessoas, sala de formação com capacidade para 25 pessoas		
Recursos humanos afetos à rede	82		
Perfil profissional 1			
Perfil profissional 2			
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social			

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	ASSOCIAÇÃO S.R.C. "AO ENCONTRO DAS RAÍZES"		
Contactos	Morada: Bairro Dr. Abílio Alves Moreira, Bloco D – cave. Cristelos 4620-121 Lousada		
	Telefone: 255 812 191	E-mail: encontroraizes@sapo.pt	Website:
Perfil de atividade e serviços	Valências: - CATL - Intervenção comunitária. Outros serviços: - Ajuda Alimentar - Transporte Escolar - Loja Social		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada	Supraconcelho:	
Público-alvo	Tipo: - Crianças e jovens - Comunidade Geral	Capacidade: - 60 - 250	Utentes: - 27+33 -
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	- Transporte (carrinha de 5 e 9 lugares) - Sala de formação - Refeitório		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1	Assistente Social		
Perfil profissional 2			
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social	2003		

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	AVE COOPERATIVA DE INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL, C.R.L		
Contactos	Morada: Avenida Cidade de Tulle, nº168, Silvaes, Lousada Lugar da Boavista, nº208, Pias, Lousada		
	Telefone: 255822308	E-mail: acip.lousada@gmail.com	Website: acip.no.sapo.pt
Perfil de atividade e serviços	Rendimento Social de Inserção – 140 famílias/indivíduos; Educação/Reabilitação – 65 Crianças e jovens com deficiência/incapacidade; Centro de Atividades Ocupacionais – 30 jovens/adultos com deficiência; Lar Residencial – 12 jovens/adultos com deficiência; Formação Profissional - 8 jovens/adultos com deficiência; Crianças e jovens em risco/perigo e famílias.		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada Famalicão	Supraconcelho:	
Público-alvo	Tipo: Pobreza e Exclusão social, Deficiência/Incapacidade-crianças, jovens e adultos	Capacidade:	Utentes: 300
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	5 Carros, 2 carrinhas, refeitório, sala snoezlen, ginásio/auditório, 16 salas de intervenção/acompanhamento, Sala de Cinema.		
Recursos humanos afetos à rede	2 Elementos de direção, 2 Diretores Técnicos, 9 técnicos		
Perfil profissional 1	Assistentes Sociais, Educador Social, Ajudante de Ação Direta		
Perfil profissional 2	Psicólogos, Terapeutas da Fala, Terapeuta Ocupacional, Educadores de Infância		
Perfil profissional 3	Gestor		
Ano de entrada na Rede Social	2001		

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CAÍDE DE REI		
Contactos	<i>Morada:</i> Av ^a . Pe. Fernando da Cunha Carvalho nº 75		
	<i>Telefone:</i> 255098857	<i>E-mail:</i> cspcaidedereiportugalmail.pt	<i>Website:</i> -----
Perfil de atividade e serviços	O Centro Social e Paroquial de Caíde de Rei é uma IPSS criada em 04/05/2006, e tem desenvolvido a sua intervenção na área da infância e juventude através da sua valência de Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL). O CATL tem acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social para 20 utentes desde 01/12/2006. Tendo em conta que os propósitos de um CATL são criar um ambiente propício ao desenvolvimento de cada criança ou jovem baseado num clima de compreensão, respeito e aceitação de cada um, assim como possibilitar a participação na vida em grupo, desenvolvem-se neste Centro Social as mais variadas atividades para a operacionalização dos objetivos enunciados. Com as crianças são feitas essencialmente atividades escolares (como explicação de matérias não compreendidas na escola e auxílio na realização dos trabalhos de casa), assim como trabalhos manuais, diversos jogos e passeios no exterior No que diz respeito ao grupo de séniores temos capacidade para 50 utentes. Este grupo foi criado há cerca de um ano e hoje conta com 12 utentes diários a usufruir do serviço.		
Área geográfica de atuação	<i>Concelho:</i> Lousada		<i>Supraconcelho:</i> Norte
Público-alvo	<i>Tipo:</i> crianças/ seniores	<i>Capacidade:</i> 20/50	<i>Utentes:</i> 20/10
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Tanto as crianças como os séniores usufruem de transporte e amplos espaços para as suas atividades e entretenimento, consoante o proposto pelos animadores Socioculturais para o dia. As crianças dispõem de espaço de estudo equipado com materiais pedagógicos, espaço exterior fechado para as atividades ao ar livre e diversos materiais para a realização de trabalhos manuais. Os séniores têm ao seu dispor uma cozinha, sala de jogos, sala de informática e sala de convívio. Existe ainda um auditório – em fase de acabamento – que ficará disponível para ambos.		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1	Animadora Sócio Cultural		
Perfil profissional 2	Animador Sócio Cultural		
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social	11/01/2007		

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SOUSELA		
Contactos	<i>Morada</i> :Estrada Santa Maria de Sousela nº670 4620-469 Sousela - Lousada		
	<i>Telefone</i> :255821428	<i>E-mail</i> : centrosocialparoquialsousela@hotmail.com	<i>Website</i> :
Perfil de atividade e serviços	O Centro Social e Paroquial de Sousela pretende: Desenvolver ações do foro social que promovam a melhoria da qualidade de vida da população da freguesia de Sousela e também das freguesias limítrofes. Temos á disposição da população as valências de Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e de Centro de Convívio. Temos como principais objetivos: Prestar ao idoso o acolhimento e informações necessárias, tendo á disposição várias formas de apoio adaptadas á situação e necessidades expressas; Prestar serviços que satisfaçam as necessidades básicas; Fomentar as relações interpessoais, a fim de evitar o isolamento; Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e famílias; Promover o convívio com a comunidade e o intercâmbio entre gerações; Serviços Prestados Alimentação (Segunda a Domingo) Distribuição das refeições (Segunda a Domingo); Tratamento de roupas (Segunda a Sexta); Cuidados de Higiene Pessoal (Segunda a Sexta); Apoio Social (Segunda a Sexta); Transporte dos utentes (Segunda a Sexta) Horário <i>Centro de Dia</i> – De Segunda a Sexta das 9h00 às 18h00; <i>Serviço de Apoio Domiciliário</i> – de Segunda a Sexta das 9h00 às 18h00 <i>Centro de Convívio</i> – das 13h00 às 18h00		
Área geográfica de atuação	<i>Concelho</i> : Lousada		<i>Supraconcelho</i> :
Público-alvo	<i>Tipo</i> :	<i>Capacidade</i> : Centro de Dia: 30 utentes Serviço de Apoio ao Domicílio: 40 utentes	<i>Utentes</i> : Centro de Dia: 22 utentes Serviço de Apoio Domiciliário: 18 utentes

Nome da instituição	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SOUSELA
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Auditório com capacidade para 345 lugares sentados. 6 Salas para ateliers 1 Cozinha Lavandaria 1 Sala de refeições 1 Sala de convívio Wc para homem, mulher e pessoas portadoras de deficiência Secretaria Gabinete de Direção Gabinete de Enfermagem Sala de Reuniões 1 Arrecadação para produtos alimentares 1 Arrecadação de produtos de higiene e limpeza 1 Carrinha de 9 lugares 1 Carro de 5 lugares
Recursos humanos afetos à rede	
Perfil profissional 1	Técnica Superior de Serviço Social – Dr ^a Sandra Veiga
Perfil profissional 2	Animadora Cultural – Dr ^a Tânia Magalhães
Perfil profissional 3	
Ano de entrada na Rede Social	2008

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE LUSTOSA		
Contactos	<i>Morada:</i> Alameda da Igreja nº 188 4620-879 Lustosa Lousada		
	<i>Telefone:</i> 253586856	<i>E-mail:</i> csplustosa@sapo.pt/csplustosa_social@sapo.pt	<i>Website:</i>
Perfil de atividade e serviços	IPSS que tem como público-alvo a infância e 3ª idade. Para além disso, esta instituição também faz atendimento/acompanhamento social a famílias da freguesia de Lustosa. Tem protocolo com o Banco Alimentar contra a Fome, onde neste momento fornece cabazes mensais a 29 famílias. Esta IPSS dispõe de 2 carrinhas para uso da instituição, sobretudo na resposta social SAD.		
Área geográfica de atuação	<i>Concelho:</i> Lousada	<i>Supraconcelho:</i>	
Público-alvo	<i>Tipo:</i> Infância (3-6anos)	Capacidade: 75	Utentes:67(2 com NEE)
	<i>Tipo:</i> Infância (4meses aos 3anos)	Capacidade: 72	Utentes: 41
	<i>Tipo:</i> CATL	Capacidade: 30	Utentes: 30
	<i>Tipo:</i> Serviço Apoio domiciliário	Capacidade: 40	Utentes:32
	<i>Tipo:</i> Apoio à comunidade		
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)			
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1	Sofia Santos- Assistente Social. Membro do Núcleo Executivo como representante das IPSS'S		
Perfil profissional 2			
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social			

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	COOPERATIVA INSLOUSADA- INOVAR NO SOCIAL		
Contactos	Morada: Avenida Sr. Dos Aflitos, 1º Dt.º Frente, 4620-662		
	Telefone: 255 136 209	E-mail: inslousada@outlook.pt	Website:
Perfil de atividade e serviços	Insere-se no ramo de solidariedade social, e tem como objeto o apoio a famílias e grupos vulneráveis ou em situação de risco (Crianças, jovens, idosos, desempregados, minorias étnicas), mediante a criação de serviços e/ou programas de âmbito social, formativo e ocupacional. Atividades de apoio social para pessoas idosas, pessoas com deficiência e atividades de cuidados para crianças.		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada	Supraconcelho: Vale do Sousa	
Público-alvo	Tipo: Terceira idade	Capacidade: 30	Utentes:
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Espaço Físico- Sede; Computador; Material Lúdico- Recreativo.		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1	Animadora Sociocultural em regime de voluntariado.		
Perfil profissional 2	Educadora Social em regime de voluntariado.		
Perfil profissional 3	Educadora social em regime de voluntariado.		
Ano de entrada na Rede Social	2015		

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	COOPERATIVA LOUSAVIDAS, CRL		
Contactos	Morada: Avenida Sá e Melo nº 196, 4620-009 Cristelos – Lousada		
	Telefone: 936411732/ 912279497	E-mail: lousavidas@gmail.com	Website: facebook.com/LOUSAVIDAS
Perfil de atividade e serviços	Desenvolvimento de atividades em setores de ação (Projeto VIDAS em AÇÃO): • Vidas com Desporto (Desporto Adaptado: Futebol, Goalball, Boccia, Dança, Natação, Ginástica); outras atividades desportivas: Ioga, Pilates, Mobilidade Articular, Atividade Física e Motora • Vidas com Arte (Música, Teatro, Artes Plásticas); • Vidas com Escola (Aquisição e desenvolvimento de competências escolares nas várias disciplinas de base curricular, apoio ao estudo diferenciado); • Vidas com Vida (Desenvolvimento de atividades da vida diária e instrumentais como cozinhar, ir às compras, limpar, etc.); • Apadrinhar Atividades (Sensibilizar a comunidade para uma participação ativa na realização de ações que possam beneficiar a população com deficiência e a comunidade); • Desenvolvimento pessoal e social (Aquisição e desenvolvimento de competências pessoais e sociais – Tomada de consciência de si e do outro; promover a autoconhecimento sobre os próprios pensamentos emoções, e planeamento de projetos de vida; Promoção do bem-estar e autoestima; combater o isolamento e o sedentarismo); • Ações de Sensibilização (Fomentar a cidadania relativamente à integração social e profissional da pessoa com deficiência); • Outras atividades temáticas.		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada	Supraconcelho:	
Público-alvo	Tipo: Pessoas Portadores de Deficiência Física e Mental	Capacidade: 15	Utentes: 3
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Espaços cedidos pelas entidades parceiras: R/C da Junta de Freguesia de Boim, Auditórios (CML), Espaço AJE, Espaço das Instalações dos Bombeiros V.L. Necessidade urgentemente transporte, para desenvolvimento de atividades e progressão na oferta de serviços/ estabelecimento de parcerias.		
Recursos humanos afetos à rede	Nota: Os recursos humanos mencionados a seguir referem-se a profissionais que desenvolvem ações na LOUSAVIDAS, de forma voluntária e gratuita para que o objeto social seja atingido.		
Perfil profissional 1	Presidente Fátima Esteves (Professora- Voluntária); Professora Sónia Ribeiro (Mestre em Desporto Adaptado - Voluntária), Professor Miguel Crespo (Professor Educação Física – Voluntário); Elisabete (Professora EVT – Voluntária)		
Perfil profissional 2	Psicóloga (Mestre em Psicologia)		
Perfil profissional 3	Outros Voluntários Qualificados nas áreas de Psicologia e Terapia Ocupacional, Educação Física e Educação (vertente ensino 1ºciclo) e Educação Social.		
Ano de entrada na Rede Social	2014		

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - DELEGAÇÃO DE LUSTOSA		
Contactos	Morada: Rua de Corgos, 253 Lustosa		
	Telefone: 919636422	E-mail: dcvp.lustosa@gmail.com	Website:
Perfil de atividade e serviços	Neste momento, esta delegação presta apoio alimentar aos seus utentes, Cabazes. Alimentos esses decorrentes das várias campanhas de recolha de alimentos da iniciativa da Missão Sorriso, substituída agora pela Missão Continente. Distribuição de roupa doada aos utentes inscritos nesta delegação. Para além desta atividade, esta delegação promove ainda recolhas de Sangue, em parceria com o Instituto Português do Sangue. Procedemos também À recolha de materiais recicláveis, para a obtenção de materiais ortopédicos.		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada	Supraconcelho:	
Público-alvo	Tipo: Famílias e indivíduos carenciados	Capacidade:	Utentes:
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Esta delegação dispõe de espaços físicos para a realização de ações de formação ou informação. Visto que as instalações se situam no antigo jardim de infância de Penas (Lustosa).		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1			
Perfil profissional 2			
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social	2014		

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LOUSADA		
Contactos	Morada: Av. Major Arrochela Lobo, 4620-697 Silvaes Lousada		
	Telefone: 255 820 700	E-mail: geral@scmlousada.pt	Website: www.scmlousada.pt
Perfil de atividade e serviços	Infância (Pré escolar e Creche) Terceira Idade (Estruturas residenciais para Idosos, Apoio Domiciliário, residência comunitária para idosos, Cantina Social) Saúde (Hospital com serviço de internamento, internamento cirúrgico, Bloco, urgência, consulta de especialidade, imagiologia e consulta de especialidade e unidade de cuidados continuados de média duração para 30 doentes)		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada	Supraconcelho: Porto	
Público-alvo	Tipo: utentes, crianças e idosos	Capacidade:	Utentes:
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Autocarro coletivo; Vários transportes de utentes; Auditório		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1	Terceira Idade (Dra. Francisca Miranda)		
Perfil profissional 2	Infância (Ed. Ester Azevedo)		
Perfil profissional 3	Saúde (Dra. Rita Marques)		
Ano de entrada na Rede Social	2003		

ORGANISMOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	JUNTA DE FREGUESIA DE CRISTELOS, BOIM E ORDEM		
Contactos	Morada: Av. Sá e Melo, nº 294, 4620-009 Lousada		
	Telefone: 965 103 365	Cristelos.boim.ordem@gmail.com	
Perfil de atividade e serviços	Administração Local		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada	Supraconcelhio:	
Público-alvo	Tipo: 3ª Idade, infância e deficiência	Capacidade: 100	Utentes: 80
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	- 6 Carrinhas de 9 lugares - 4 Espaços de atividades (salas e gabinetes)		
Recursos humanos afetos à rede	6		
Perfil profissional 1			
Perfil profissional 2			
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social			

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	FREGUESIA DE NEVOGILDE		
Contactos	Morada: Rua Sra. Da Ajuda, nº 188		
	Telefone: 964374061	E-mail: secretario@jfnevogilde.pt	Website: http://www.jfnevogilde.pt
Perfil de atividade e serviços	Junta de Freguesia		
Área geográfica de atuação	Concelho:	Supraconcelho:	
Público-alvo	Tipo:	Capacidade:	Utentes:
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)			
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1			
Perfil profissional 2			
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social			

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	JUNTA DE FREGUESIA DE SOUSELA		
Contactos	Morada: Estrada Santa Maria de Sousela n.º 603		
	Telefone: 255814231	E-mail: jfsousela@gmail.com	Website: www.sousela.pt
Perfil de atividade e serviços	Serviços de apoio aos cidadãos: atestados, declarações, informações; articulação com os serviços municipais; recenseamento eleitoral; preenchimento de documentos; Construção, manutenção de edifícios e arruamentos; Manutenção dos direitos e deveres eleitorais; Apoio escolar: transporte de alunos, entrega dos subsídios, apoio na aquisição de bens e serviços; Apoio às associações de pais, associações religiosas e culturais; Apoio às coletividades; Dinamização e promoção da freguesia		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada	Supraconcelho:	
Público-alvo	Tipo: Toda a população da freguesia	Capacidade:	Utentes: 1492 Eleitores
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Edifício Sede da Junta de Freguesia; Parque temático e de lazer; Centro escolar de Sousela; EB1 de Moreira desativada; EB1 do Bairral desativada; JI do Bairral desativado; Cemitério; Casa mortuária; Carrinha 9 lugares para transporte de crianças em idade escolar; Posto de acesso à internet.		
Recursos humanos afetos à rede	Membros do executivo		
Perfil profissional 1	Presidente		
Perfil profissional 2	Secretária		
Perfil profissional 3	Tesoureiro		
Ano de entrada na Rede Social			

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SILVARES, PIAS, NOGUEIRA E ALVARENGA		
Contactos	Morada: Rua S. Miguel, 309		
	Telefone: 255 912 723	E-mail: jf-spna@sapo.pt	Website: www.silvares.pt
Perfil de atividade e serviços	A Junta de Freguesia tem na sua área de intervenção a responsabilidade de ser a entidade executora dos Movimentos Seniores de Silvares e Nogueira e colaboramos com o transporte e algum apoio monetário para as atividades do Movimento Sénior de Pias, da responsabilidade da ARC Pias. No âmbito social, colaboramos com as Conferencias de S. Vicente de Paulo de Silvares no apoio a situações de carência que exijam uma resposta rápida e de primeira linha, apoiando esporadicamente algumas situações de carência em casos muito urgentes. Desenvolvemos e apoiamos 10 estudantes do Ensino Superior através da atribuição de Bolsas de Estudo no valor unitário de 150,00€. Temos uma parceria com a ALDAF na cedência de instalações para as suas atividades. Apoiamos as famílias com o transporte escolar para alunos dos jardins e escolas EB1 e ainda as escolas com transporte para as atividades exteriores, tal como visitas à Biblioteca, teatro, etc. Temos protocolos com o IEPF para a cedência de 2 salas para formação (Pias e Alvarenga) Colaboramos com o Instituto Português do Sangue em 3 recolhas anuais de sangue.		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada		Supraconcelho:
Público-alvo	Tipo: Crianças, famílias, jovens e idosos	Capacidade:	Utentes:
Perfil de recursos materiais disponíveis(exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	6 carrinhas 3 salas para formação (Pias, Silvares e Alvarenga) 2 espaços para Movimentos Seniores equipados com cozinha (Nogueira e Silvares) 1 sala convívio e gabinete com protocolo com ALDAF (Alvarenga) 1 salão para eventos (Alvarenga) 1 salão para conferencias (Nogueira)		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1	Animadora social		
Perfil profissional 2			
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social	2010		

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	CÂMARA MUNICIPAL DE LOUSADA – HABITAÇÃO SOCIAL (HS)		
Contactos	Morada: Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620-909 Lousada		
	Telefone:	E-mail: ines.cardoso@cm-lousada.pt	Website: www.cm-lousada.pt
Perfil de atividade e serviços	Atendimentos para inscrições em HS Organização de toda a candidatura Realojamentos Acompanhamento sócio educativo às famílias realojadas Revisões e reajustes de rendas Atividades lúdicas pontuais		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada	Supraconcelho:	
Público-alvo	Tipo:	Capacidade:	Utentes: 90 famílias
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Viaturas 1 Apartamento para formação 3 Apartamentos de emergência 1 Loja para formação		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1	1 Educadora Social		
Perfil profissional 2	1 Jurista		
Perfil profissional 3	1 Engenheiro Civil		
Ano de entrada na Rede Social			

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LOUSADA		
Contactos	Morada: Praça Dr. Francisco Sá Carneiro 4620-695 Silvaes LSD		
	Telefone: 255 820 517	E-mail: cpcj@cm-lousada.pt	Website: www.cm-lousada.pt
Perfil de atividade e serviços	Instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Assim envolvendo representantes diversos do concelho, a Comissão na sua modalidade alargada, define ações de carácter preventivo, tendo em vista a prevenção de algumas problemáticas. Na sua modalidade restrita avalia e faz intervenção em situações de crianças e jovens, sinalizadas como estando em perigo.		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada	Supraconcelho:	
Público-alvo	Tipo: Crianças e Jovens dos 0 aos 21 e suas famílias	Capacidade:	Utentes: 380 menores e suas famílias (em média)
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Espaço físico e mobiliário, material de desgaste, viatura cedidos pelo Município de Lousada por protocolo com a CNPCJR. Em acesso a outros espaços a referida entidade sempre que se justifique		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1	1 Psicóloga		
Perfil profissional 2	1 Técnica de serviço social		
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social	2004		

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	SERVIÇO “FLOR DE LIS” – APOIO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA/FAMILIAR		
Contactos	Morada: Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, Ap.19 – 4621-909 Silves LSD		
	Telefone: 255 820500	E-mail: cm-lousada@cm-lousada.pt	Website: www.cm-lousada.pt
Perfil de atividade e serviços	Divisão Ação Social, Juventude, Atividades Económicas e Turismo O Flor de Lis tem como principais objetivos: • Prevenir/combater o fenómeno da Violência Doméstica; • Prestar informação sobre os direitos e recursos existentes; • Prestar apoio Social, Psicológico e Jurídico; • Sensibilizar a Comunidade para o fenómeno da Violência Doméstica; Serviços prestados: • Apoio Social; • Apoio Psicológico • Apoio Jurídico		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada	Supraconcelho: Vale do Sousa	
Público-alvo	Tipo: Vítimas de Violência Doméstica	Capacidade:	Utentes:
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Transporte Casa de Emergência		
Recursos humanos afetos à rede	3		
Perfil profissional 1	Assistente Social		
Perfil profissional 2	Psicólogo/a		
Perfil profissional 3	Jurista		
Ano de entrada na Rede Social			

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	IPDJ, IP – INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE		
Contactos	Morada: Rua Rodrigues Lobo, 98 4150-638 Porto		
	Telefone: 226085700	E-mail: mailporto@ipdj.pt	Website: www.juventude.gov.pt
Perfil de atividade e serviços	Instituto Público cuja função é a definição e implementação das políticas públicas nas áreas de juventude e desporto.		
Área geográfica de atuação	Concelho:	Supraconcelhio: Nut II - Norte	
Público-alvo	Tipo:	Capacidade:	Utentes:
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Sala Polivalente: Capacidade 90 lugares Sala de Formação: 20 formandos Laboratório de fotografia Unidade Móvel		
Recursos humanos afetos à rede			
Perfil profissional 1	1 Técnico Superior - representação		
Perfil profissional 2			
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social	?		

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	ISS, IP / CENTRO DISTRITAL DO PORTO/LOUSADA		
Contactos	Morada: R. do Tojeiro, nº 139 4620 668 Lousada		
	Telefone: 300521132	E-mail: Anabela.p.ferreira@seg-social.pt	Website: http://www4.seg-social.pt/
Perfil de atividade e serviços	O Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social, IP desenvolve um conjunto de serviços na área social, visando a proteção de grupos mais vulneráveis, como crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, bem como a pessoas em situação de carência económica ou social, de acordo com a sua esfera de competências e em função dos recursos disponíveis.		
Área geográfica de atuação	Concelho:	Supraconcelho: Distrital	
Público-alvo	Tipo:	Capacidade:	Utentes:
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	Atendimento e Acompanhamento Social Prestações pecuniárias de caráter eventual e em condições de exceção Medidas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais Acordos de Cooperação com rede de serviços e equipamentos sociais		
Recursos humanos afetos à rede	1 Técnico		
Perfil profissional 1			
Perfil profissional 2			
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social			

GUIA DE RECURSOS REDE SOCIAL DE LOUSADA

Nome da instituição	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS LOUSADA OESTE		
Contactos	Morada: Rua de Jusã nº 127 4620-428 Nevogilde Lousada		
	Telefone: 255912003	Email: direcaoeb23nevogilde@gmail.com	Website: www.lousadaoeste.org
Perfil de atividade e serviços	Instituição de ensino com alunos desde o Pré-Escolar até ao 12º Ano, com Cursos Profissionais e Vocacional.		
Área geográfica de atuação	Concelho: Lousada	Supraconcelhio: Tâmega e Sousa	
Público-alvo	Tipo: Alunos do pré-escolar ao ensino secundário regular, com profissionais e vocacional.	Capacidade: 2.000 alunos	Utentes: alunos
Perfil de recursos materiais disponíveis (exemplos: transportes, auditórios, equipamentos)	- Salas de aula normais, - Salas específicas: laboratório de CN, laboratório de FQ, salas de EV e ET, sala de Música, sala de TIC e sala multimédia, - Espaços desportivos: Pavilhão e Campo de jogos. - Biblioteca, - Rádio escola.		
Recursos humanos afetos à rede	Professores, Assistentes operacionais e Assistentes técnicos.		
Perfil profissional 1			
Perfil profissional 2			
Perfil profissional 3			
Ano de entrada na Rede Social			

ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO DA REDE SOCIAL DE LOUSADA

Atualização do Diagnóstico Social

Outubro de 2015



Índice

APRESENTAÇÃO	1
PARTE I. ENQUADRAMENTO E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA.....	3
ENQUADRAMENTO	3
ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	6
PARTE II. ELEMENTOS DE DIAGNÓSTICO	9
DIMENSÕES-PROBLEMA E INDICADORES ASSOCIADOS À DIMENSÃO ANALÍTICA CAPITAL HUMANO ..	11
DIMENSÕES-PROBLEMA E INDICADORES ASSOCIADOS À DIMENSÃO ANALÍTICA EMPREGO E	
POTENCIAL ECONÓMICO	21
INDICADORES E DIMENSÕES-PROBLEMA ASSOCIADOS À DIMENSÃO ANALÍTICA CAPITAL INCLUSIVO	37
PARTE III. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	47
ANEXO 1. INDICADORES RESUMO	49
ANEXO 2. INDICADORES DE REFERENCIA POR DIMENSÃO DE ANALISE	57

Índice de Quadros

Quadro 1. Evolução da estrutura de habilitações da população ativa (trabalhadores por conta de outrem) entre 1985 e 2013 no Continente, Tâmega e Sousa e Lousada	14
Quadro 2. Variação da população escolar de Lousada nos anos letivos 2009/2013 por níveis de ensino	15
Quadro 3. Peso da população escolar por nível de ensino no Continente, T&S e Lousada em 2009 e 2013	15
Quadro 4. Tx e abandono escolar em Lousada entre 1991 e 2011	16
Quadro 5. Tx de abandono precoce em Lousada entre 1991 e 2011	16
Quadro 6. Nível de escolaridade da população da Lousada com mais de 15 anos em 1981 e 2011	17
Quadro 7. Posicionamento relativo da Lousada e tendência global da NUT Tâmega e Sousa sobre dimensões-problema relativos ao Capital Humano	17
Quadro 8. Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%), por Localização geográfica	19
Quadro 9. Nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego (Set 2015 e períodos homólogos 2014 e 2013) por escalões etários	28
Quadro 10. Nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego (Set 2015 e períodos homólogos 2014 e 2013) por nível de escolaridade	28
Quadro 11. Nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego (Set 2015 e períodos homólogos 2014 e 2013) por género e motivo de desemprego	28
Quadro 12. Posicionamento relativo da Lousada e tendência global da NUT Tâmega e Sousa sobre dimensões-problema relativos ao Emprego e Potencial Económico	29
Quadro 13. Evolução do Perfil do Emprego por Classe Profissional (2001-2011)	30
Quadro 14. Variação do número de empresas por atividade económica (2004-2012) nos setores com retração mais evidente	31
Quadro 15. Variação do número de empresas por atividade económica (2004-2012) nos setores com crescimento mais evidente	32
Quadro 16. Estabelecimentos de alojamento turístico em Lousada por modalidade e capacidade de camas (2015)	34
Quadro 17. Indicadores dos estabelecimentos de alojamento na Região do Tâmega e Lousada, 2013	35
Quadro 18. Nº de Beneficiários de RSI em Lousada por género e grupo etário (2012, 2013 e 2014)	43
Quadro 19. Taxas de Cobertura* e taxas de utilização** por respostas sociais (2013)	43
Quadro 20. Posicionamento relativo da Lousada e tendência global da NUT Tâmega e Sousa sobre dimensões-problema Capital Inclusivo	45

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Número de desempregados	27
Gráfico 2. Percentagem de Poder de Compra	29

Índice de Mapas

Mapa 1. População com Ensino Superior (2011)	19
Mapa 2. Taxa de desemprego (CIM, 2012)	27

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIACÕES

DLD	<i>Desemprego de Longa Duração</i>
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FMC	Formações Modulares Certificadas
PAPE	Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PEDI	Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal
PO	Programa Operacional
POCH	Programa Operacional Capital Humano
POISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

APRESENTAÇÃO

A atualização do Diagnóstico Social de Lousada corresponde à primeira componente de um novo ciclo de operacionalização do Programa Rede Social de Lousada cuja sequência lógica se materializará no Plano de Desenvolvimento Social 2016-2020 e respetivo Plano de Ação.

O presente Diagnóstico Social de Lousada foi elaborado a partir de duas preocupações fundamentais (i) recolher novos dados e interpretar dados existentes sobre a realidade social do concelho de forma analítica com vista a identificar, por esta via objetiva, áreas de intervenção prioritárias a incorporar e desenvolver no PDS; (ii) e assegurar que o tipo de informação recolhido e analisado - enquanto elementos de evidência - cumpra os requisitos necessários para integrar um processo futuro de monitorização e avaliação da estratégia implementada e sirva, ao mesmo tempo, para fundamentar candidaturas a Programas de Financiamento nas áreas e domínios identificados como prioritários.

Atendendo às preocupações e aos objetivos enunciados, o documento encontra-se estruturado em *três capítulos*:

- ↳ **Enquadramento e Estratégia metodológica:** onde se apresentam os desafios que estão associados à atualização deste Diagnóstico Social, nomeadamente a discussão em torno da necessidade de se coligir informação que seja pertinente para identificar de forma clara e objetiva áreas de intervenção prioritárias no âmbito daquilo que são os propósitos do Programa Rede Social. E a articulação deste documento com outros instrumentos de planeamento do território. Esta secção contém ainda a estratégia metodológica operacionalizada durante a realização do Diagnóstico Social, assim como a esquematização lógica da sua arquitetura.
- ↳ **Elementos de Diagnóstico:** onde se exploram elementos de diagnóstico em cada um dos domínios de análise (Capital Humano, Emprego e Potencial Económico e Capital Inclusivo), a partir de uma matriz de indicadores chave sobre pobreza e exclusão social na qual os problemas surgem hierarquizados por prioridade de intervenção e onde se faz o cruzamento dessas áreas prioritárias com os instrumentos de financiamento à disposição a curto prazo.
- ↳ **Monitorização e Avaliação:** é fundamentada a necessidade de se pensar os processos de monitorização e avaliação o mais precocemente possível, desde logo, a partir do Diagnóstico Social, produzindo categorias de informação em formato *indicadores de partida (Baselines)*.

PARTE I. ENQUADRAMENTO E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

ENQUADRAMENTO

Diagnóstico Social como instrumento de suporte à ação estratégica da “Rede Social”

Os instrumentos de planeamento produzidos no âmbito do Programa Rede Social a nível local devem responder não apenas aos objetivos formais definidos normativamente, mas devem incorporar parte dos objetivos estruturantes do próprio Programa Rede Social, nomeadamente: (i) o conceito de desenvolvimento social integrado; e ii) uma matriz de planeamento integrado e sistemático.

Com efeito, os diagnósticos não devem ser meros exercícios descritivos da realidade social. Devem ser documentos analíticos capazes de sintetizar essa informação de forma muito evidente em áreas problemáticas, i.e., que constituam futuros desafios de intervenção. Um dos grandes objetivos com esta atualização é recuperar e agregar boa parte da informação descrita no anterior Diagnóstico Social (2013) e analisá-la, tendo necessariamente em vista os objetivos que regem as etapas seguintes do planeamento, nomeadamente a construção de um PDS que visa essencialmente a projeção de estratégias e medidas que respondam aos problemas identificados.

Atendendo a estes pressupostos é importante enquadrar esta atualização do Diagnóstico Social do ponto de vista conceptual e estratégico.

A *componente conceptual* prende-se com a resposta à pergunta: “Quais as dimensões do conceito de desenvolvimento social integrado que este Diagnóstico deve desenvolver no âmbito da informação a recolher?”

Atendendo ao desafio de ser um instrumento coerente com a génese e os propósitos do próprio Programa Rede Social, a Atualização do Diagnóstico Social da Lousada 2015 apresenta um conjunto de dimensões problemáticas para o desenvolvimento social do concelho. Essas dimensões foram identificadas a partir do Referencial de Coesão Social¹ (ISS, 2014) e foram precisamente essas que se constituíram como objeto de recolha de informação. A partir desta fonte documental e da sua base de dados foi possível recolher informação estatística relativa a um conjunto de dimensões analíticas respeitantes à problemática da pobreza e da exclusão social numa ótica territorial, indo, assim, de encontro ao desafio que o conceito de desenvolvimento social integrado comporta do ponto de vista da sua operacionalização.

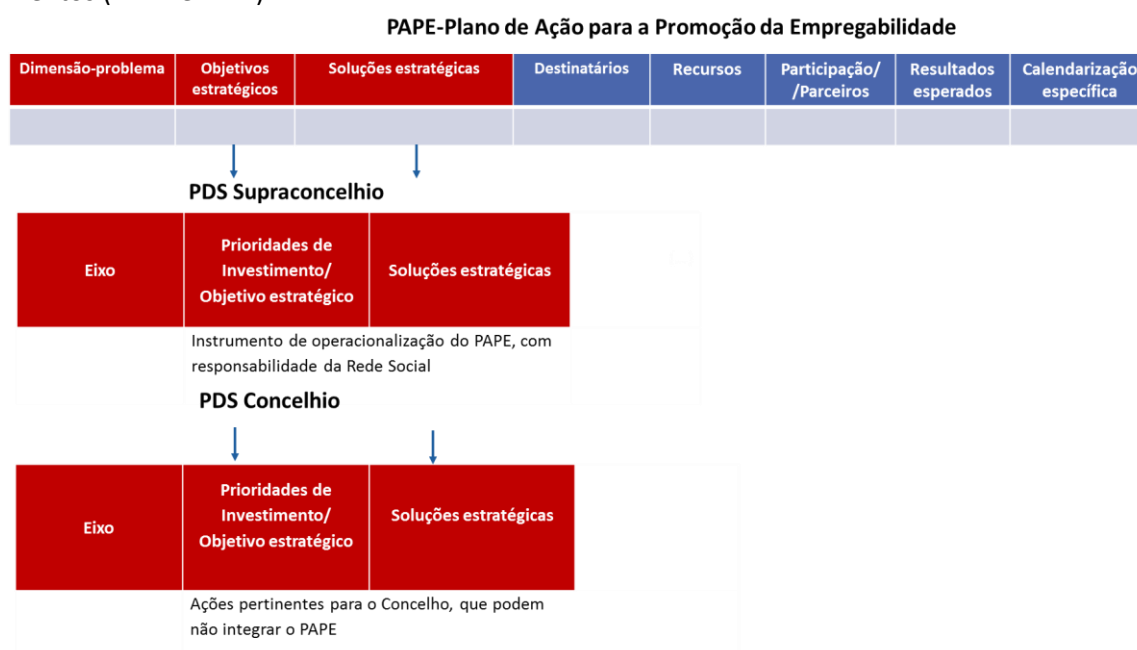
¹ O Referencial de Coesão Social, adjudicado pelo Instituto da Segurança Social, I.P. ao IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos versa a atualização do Estudo “Tipificação das situações de Exclusão em PT Continental” (2005) usado como instrumento de definição de prioridades de intervenção em programas de base territorial e investimento em equipamentos.

Desde logo, através de uma visão combinada e integrada das questões sociais e económicas em termos territoriais. Assume-se que as questões do emprego e do potencial económico, alicerçado em três setores estratégicos (indústria do vestuário, agricultura e património) devem ser entendidas como um dos eixos estruturantes para o desenvolvimento do Concelho. Programar e estruturar as políticas de formação profissional e as políticas ativas de emprego para os próximos anos obriga a conhecer as dinâmicas do emprego em Lousada e a identificar previamente os desafios que podem ser criados a partir de setores económicos estratégicos. Por outro lado, é um domínio estruturante no qual se alicerçam as condições de vida da população de Lousada em várias dimensões.

Paralelamente, a recolha e a sistematização dos dados que compõem este Diagnóstico Social cumpre, ainda, outros propósitos que respondem, por sua vez, à incorporação da dimensão de planeamento estratégico.

O novo paradigma da Política de Coesão perspetiva novos desafios ao nível da coordenação entre os vários níveis de planeamento e conceção das intervenções locais assente numa filosofia de territorialização das políticas públicas.

É nesse sentido que se fundamenta a construção deste novo ciclo de instrumentos de planeamento da Lousada. A Rede Social do Concelho de Lousada integra um quadro mais vasto de Redes (Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa) no seio do qual se produz planeamento estratégico ao nível da NUT III (Tâmega e Sousa). Esse planeamento deu origem a instrumentos de natureza supramunicipal, nomeadamente ao Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio, que por sua vez incorpora outros instrumentos (PAPE e PEDI).



Nesta lógica, é importante que a matriz de construção dos instrumentos de planeamento da Rede Social do concelho de Lousada esteja conectada com aqueles instrumentos estratégicos ao nível da sua arquitetura conceptual e analítica, nomeadamente, ao nível da integração de prioridades e conjugação de responsabilidades (atores e recursos materiais) e, ainda, ao nível dos processos de monitorização e avaliação, para que todos os esforços sejam compatibilizados numa lógica integrada e cumulativa.

Esta lógica de inter-relação de instrumentos cumpre precisamente a ideia de planeamento estratégico na medida em que se preveem conceções, planeamento e intervenções coerentes entre diferentes escalas de intervenção por parte dos seus atores.

Por fim, uma outra dimensão da componente estratégica do Diagnóstico Social decorre do papel decisivo que este deve assumir enquanto ferramenta central de apoio a candidaturas a projetos que venham superar/mitigar os problemas diagnosticados. Isto é, não basta produzir informação pertinente face aos objetivos do Programa, há também que produzir informação em formato adequado e que sirva de suporte aos processos administrativos inerentes a candidaturas. Concretizando esta dupla *nuance* estratégica, não obstante ter em linha de conta as dimensões de informação recolhida no âmbito de uma problemática extensa e multidimensional como é a pobreza e a exclusão social, deverá ser dada especial atenção aos conteúdos que poderão ser objeto de uma candidatura. Esta referenciação rápida constitui matéria relevante para servir de base à formulação de dossiers de candidatura em consonância com as prioridades de investimento do novo quadro de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), materializados nas tipologias de ação a que o município de Lousada e as Entidades Parceiras poderão concorrer, como o caso do PO Norte, POISE e POCH.

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Diagnóstico Social – primeiro passo de um Modelo Lógico Integrado

A construção conceptual e metodológica deste Diagnóstico Social tem por base a adoção de um Modelo Lógico. O Modelo Lógico constitui uma ferramenta preciosa para o planeamento e avaliação de políticas, programas ou projetos. Esta descreve as ligações lógicas entre um problema ou situação específica, o projeto que lhe pretende responder e os respetivos recursos, atividades e resultados.

Considerando o conjunto de componentes que prefiguram um Modelo Lógico, o presente Diagnóstico Social constitui a base desse modelo. É aqui que se define a situação de partida e que se identificam os problemas a que o território/rede deseja responder. É através das situações de partida demonstráveis em termos de indicadores que se pode na fase seguinte desenhar prioridades.

Antes de se passar ao desenho e definição de soluções, é necessário consensualizar as evidências demonstradas de forma participada. Só a assunção conjunta dos problemas trará soluções e resultados partilhados. Por isso, este diagnóstico foi apresentado e validado em sessão de trabalho com um número muito alargado de elementos pertencentes à rede social de Lousada.

Considerando o Diagnóstico Social como o primeiro passo de um modelo lógico houve necessidade de produzir uma síntese diagnóstica cujos conteúdos e resultados sejam mobilizáveis na fase seguinte. Em primeiro lugar, os indicadores descritores da *dimensão problema* deverão ser adotados, sempre que possível, como *Baselines* de monitorização e avaliação de resultados quando forem pensadas as metas em função do tipo de investimento proposto em termos de planeamento estratégico e medidas de ação para cada dimensão problema identificada neste diagnóstico.

Em segundo lugar, o nível de priorização a que as dimensões problema foram sujeitas deverá implicar um olhar diferenciado em termos de intervenção estratégica, mas cruzado entre elas, pois todas se apresentam como dimensões enquadradoras do fenómeno da pobreza e da exclusão social do ponto de vista territorial. Por outro lado, existem dimensões problema que foram descompostas por sub-dimensões e cuja intensidade das mesmas para a incidência do fenómeno é diferenciada. Nesses casos, essa intensidade é mensurável pelo índice que lhe está associado. Quanto maior for o valor inscrito nesse índice, mais influência essa sub-dimensão exerce sobre o resultado final da dimensão problema.

Arquitetura do Diagnóstico Social da Lousada

O retrato quantitativo e qualitativo do concelho da Lousada é apresentado na II parte deste Documento – *Elementos de Diagnóstico* e é alimentado por três fontes de informação:

- Referencial de Coesão Social (ISS, 2014)
- PDS Supraconcelhio Tâmega e Sousa (2015)
- Diagnóstico Social da Lousada (2013)

Através do *Referencial de Coesão Social*, apresenta-se o comportamento do concelho de Lousada face a um conjunto de matérias que sintetizam a realidade social do concelho de Lousada a partir da informação disponível no âmbito do sistema estatístico nacional. As dinâmicas sociais aí descritas permitem identificar de forma rápida áreas de intervenção prioritária por comparação a outras na medida em que os indicadores mobilizados foram sujeitos a uma classificação sobre o seu nível de incidência no território através de um *índice compósito*. Será o valor/comportamento desse índice que irá classificar o nível de prioridade que cada problema/dimensão reflete: *fraca, média ou elevada*.

De forma a complementar este retrato de base quantitativa e estatística, recupera-se um produto de base qualitativa realizado no âmbito do *PDS Supraconcelhio* onde um conjunto de atores representativos do concelho da Lousada se posicionou face a uma lista sistematizada e exaustiva de dimensões-problema que foram objeto de priorização multi-etápica e multi-critério², através de um exercício suportado na dinâmica da metodologia GUT: atribuição de uma escala de pontuações aos critérios de Gravidade, Urgência e Tendência.

Por último, recorre-se, ainda, a dados coligidos no âmbito do Diagnóstico Social (2013) e atualizam-se os principais indicadores que orientaram a estrutura daquele Diagnóstico (Anexo 1) e incorporam-se alguns dados/informação fornecidos por parceiros estratégicos da Rede Social de Lousada no sentido de complementar alguns dos indicadores mais relevantes neste Diagnóstico para o concelho de Lousada.

O conjunto de dados recolhidos será apresentado e analisado a partir de três *Domínios de Análise* analíticas-chave.

- Capital Humano
- Emprego e Potencial Económico
- Capital Inclusivo

² Foram priorizadas as soluções estratégicas consideradas mais relevantes para (a) o desenvolvimento e diversificação de atividades económicas, (b) a criação/manutenção de emprego (direto ou indireto) e (c) o combate à exclusão social.

A opção por tal arrumação analítica prende-se, por um lado, com a dimensão da adequação lógica aos instrumentos de planeamento supramunicipal, nomeadamente ao Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Tâmega e Sousa e, por outro, às exigências formais que perfazem a realidade dos processos de candidatura a programas como o POISE, POCH e o PO Norte e o tipo de organização temática previsto nesses programas (p.e. Programa Operacional Capital Humano; Programa Operacional Inclusão Social e Emprego).

Assim, as dimensões analíticas de base que categorizam o conjunto de elementos de diagnóstico da Rede Social de Lousada são partilhadas pelo PDS Supraconcelhio e facilitam a compreensão dos problemas em causa de forma mais integrada, supondo em termos resolutivos um planeamento integrado de políticas e de setores.

PARTE II. ELEMENTOS DE DIAGNÓSTICO

A segunda componente deste *Diagnóstico Social*, agora relativa aos elementos de diagnóstico, inicia com uma síntese extraída do documento *Referencial para a Coesão Social* (ISS, 2014), e que diz respeito ao Perfil Territorial de Pobreza e Exclusão Social (10 grupos) em que o concelho de Lousada se integra – *Perfil do Desemprego* - não sendo contudo um dos concelhos mais representativos deste Grupo³.

Pobreza e Exclusão Social | Perfil 5 | Desemprego

O desemprego é o fator de exclusão dominante. Este grupo é bem ilustrativo dum perfil de desemprego num contexto de trabalho estruturado: a exposição à pobreza por falta de recursos, maior endividamento, mais encargos e, simultaneamente, um contexto mais inclusivo decorrente de uma forte cobertura dos mecanismos de proteção social (via prestações sociais e dinamismo de organizações de apoio social), bem como modelos familiares menos vulneráveis à exclusão (p.e., prevalência de famílias polinucleares e fraca expressão de famílias institucionais ou de idosos a viver sem familiares).

Caracteriza-se por pertencer ao **perfil tipo dos territórios de Industrialização Difusa** que aliás agrupa a maior parte dos concelhos que partilham o mesmo perfil tipo de pobreza e exclusão social.

Este é um grupo que assume a expressão dos Concelhos de industrialização difusa, nomeadamente uma boa parte da região (NUT III) do Tâmega e Sousa. Trata-se de um grupo inserido numa categoria onde a exclusão associada ao desemprego assume a forma mais explícita.

Este grupo marca uma rutura com os grupos anteriores pela menor influência dos fatores do envelhecimento, isolamento e inatividade. Por outro lado, começam a notar-se alguns fatores críticos que correspondem às fragilidades associadas ao endividamento e encargos com habitação.

É um grupo inserido no perfil de Exclusão pelo Desemprego e que apresenta traços mais urbanos. Outras das características deste grupo reside na forte dependência das prestações sociais (subsídio de desemprego, abono de família, incapacidade para o trabalho). Considerando as características da dinâmica económica destes concelhos, nomeadamente o seu tecido empresarial, sugere-se a presença de modelos de trabalho bastante estruturados, acompanhados por mecanismos de proteção social igualmente estruturados.

Ainda como dimensões discriminantes deste grupo, deve registar-se a expressão de fracas condições do alojamento, nomeadamente o alojamento em sobrelotação.

Porém, convém destacar dimensões que funcionam como atenuantes das situações de exclusão neste grupo específico. A este grupo corresponde, de facto, uma das regiões mais jovens do país e uma fraca incidência dos idosos que vivem sem familiares. Este aspeto evidencia a família como um fator relevante de inclusão social, o que é demonstrado pela incidência elevada de famílias polinucleares.

Igualmente como atenuante, do ponto de vista do capital inclusivo dos territórios, embora se registam fragilidades ao nível da cobertura das respostas sociais, existe uma manifesta compensação pela dinâmica das Redes Sociais (neste grupo encontram-se algumas das Redes Sociais mais dinâmicas do país), medida a partir do grau de atualização dos instrumentos de planeamento da intervenção social, bem como do grau de afetação de técnicos da Rede Social.

Paralelamente é importante evidenciar alguns indicadores de natureza demográfica que deverão ser tidos em conta na análise das dimensões problema que retratam a realidade social e económica do concelho de Lousada.

³ O grupo de concelhos que compõe o Perfil Territorial no qual Lousada se inscreve inclui os seguintes municípios de Portugal Continental: Abrantes, Amarante, Condeixa-a-Nova, Felgueiras, Guimarães, Marco de Canavezes, Oliveira de Azeméis, Ovar, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Trofa, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Vizela.

Do conjunto desses indicadores demográficos, devem ser destacados (por apresentarem melhores resultados face ao contexto da NUT III e ao território nacional) alguns dados que constituem dinâmicas e oportunidades a ter em linha de conta no desenho das estratégias futuras:

- *o peso da população jovem em 2012 (17,9% da população do concelho de Lousada tem menos de 15 anos);*
- *o peso da população em idade ativa em 2012 (71,2% da população tem entre 15 e 64 anos);*
- *a taxa de emprego em 2011 (54%); e*
- *o índice de envelhecimento em 2012 (61,4 idosos por cada 100 jovens)*

De seguida apresentam-se as matrizes de indicadores, distribuídas pelos três principais *Domínios de Análise* (1. *Capital Humano*; 2. *Potencial Económico e Emprego*; e 3. *Capital Inclusivo*).

DIMENSÕES-PROBLEMA E INDICADORES ASSOCIADOS AO DOMÍNIO DE ANÁLISE
CAPITAL HUMANO

MATRIZ DE INDICADORES CAPITAL HUMANO

Dimensão Problema	Sub-dimensão	Valor	Fonte/ano	Índice
Baixos níveis de qualificações escolares	Saída antecipada do sistema de ensino			33,8
	Taxa de abandono escolar	1,08	INE, Censo 2011	
	Indivíduos 18-24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não frequentam a escola, por 100 ind. do mesmo grupo etário	15,7%	INE, 2011	
	Indivíduos 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não frequentam a escola, por 100 ind. do mesmo grupo etário	1,1%	INE, 2011	
	Pop. 15-19 anos que não concluiu o 3º ciclo do ensino básico	4,1%	INE, 2011	
	Baixa escolarização			43,0
	Taxa de analfabetismo	5,1%	INE, 2011	
	Pop. residente >15 anos sem nenhum nível de escolaridade	5,7%	INE, 2011	
	Pop. residente >15 anos só com o 1º ciclo do ensino básico	35,7%	INE, 2011	
	Trabalhadores por Conta d'outrem com 1º ciclo do ensino básico	22,2%	INE, 2011	
	Pop. residente >15 anos com escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino	57,6%	INE, 2011	
Desqualificação do trabalho	Profissões desqualificadas			65,1
	% Pop. empregada nos grupos CNP 7,8,9 (pouco qualificadas) face ao total da pop. empregada	61,9	INE, 2011	
	% Pop. empregada no grupo CNP 9 (trabalhadores desqualificados) face ao total da pop. empregada	11,9	INE, 2011	
	Desqualificação escolar da população ativa			81,7
	% População ativa com escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico	50,4%	INE, 2011	
	% População ativa com escolaridade igual ou inferior ao 1º ciclo do ensino básico	28,5%	INE, 2011	

■ Dimensão de prioridade intermédia

■ Dimensão de prioridade elevada

Fonte: ISS, 2014, adaptado IESE 2015

Os valores recolhidos a partir do Referencial para a Coesão Social e enquadráveis no Domínio de Análise *Capital Humano* sugerem que a **Desqualificação escolar da população ativa** medida por dois indicadores (54% da população ativa da Lousada tem escolaridade inferior ao terceiro ciclo do ensino básico e 28,5 da população ativa tem escolaridade igual ou inferior ao 1º ciclo do Ensino Básico) seja o problema com maior índice de incidência (81,7) a merecer um nível de prioridade de intervenção muito elevado para resolver a *dimensão problema* - **Desqualificação do Trabalho**.

Aquele problema, remissível, em parte, para a fragilidade da estrutura das qualificações da população, assume contornos comuns aos concelhos que perfazem a Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa. Tem sido um problema sobejamente identificado por diferentes documentos de diagnóstico ao longo

dos anos e, mais recentemente, identificado a um nível estratégico e concertado por via do PAPE e do PDS supraconcelhio.

Para se ficar com uma perceção evolutiva dos últimos 30 anos, veja-se como é que a fatia mais relevante da população ativa, *os trabalhadores por conta de outrem*, se distribui por níveis de escolaridade em 1985 e em 2013.

Quadro 1. Evolução da estrutura de habilitações da população ativa (trabalhadores por conta de outrem) entre 1985 e 2013 no Continente, Tâmega e Sousa e Lousada

Níveis de escolaridade	1985			2013		
	Continente	T&S	Lousada	Continente	T&S	Lousada
Sem nível de escolaridade	156.990	3.793	341	16.634	710	74
1º Ciclo	939.248	29.176	3.022	337.334	21.595	2.191
2º Ciclo	232.427	4.281	483	382.168	29.704	4.118
3º Ciclo	206.177	1.525	144	619.031	25.737	3.245
Ensino secundário	88.503	705	44	595.258	13.862	1.240
Ensino Superior	47.206	243	12	428.762	6.542	604
Total	1.716.781	40.201	4.066	2.384.121	98.223	11.480

(Fonte: Pordata, adaptado IESE, 2015)

Por outro lado, a estrutura do emprego, na perspetiva do desempenho de profissões pouco exigentes em qualificações, também assume um peso significativo (com um índice de incidência de 65,1) na definição da **Desqualificação do Trabalho** enquanto dimensão mais problemática deste Domínio de Análise. Quase 62% da população empregada enquadra-se nas categorias profissionais menos qualificadas de acordo com a Classificação Nacional de Profissões.

Ainda assim, convém dar nota que, entre 2004 e 2012, do conjunto das variações relativamente à distribuição da população empregada por categorias profissionais, aquela que refletiu uma variação positiva mais relevante aconteceu na categoria *especialistas de profissões intelectuais e científicas* (4,2%) enquanto a variação mais significativa em sentido contrário, deu-se precisamente com a diminuição (7,7%) do número de trabalhadores na categoria *operários, artificies e trabalhadores similares*.

Com o **nível de prioridade intermédia de intervenção** surge o problema **Baixo Nível de Qualificações Escolares** caracterizado por duas sub-dimensões: *saída antecipada do sistema de ensino* e *baixa escolarização*. A alteração relativamente recente no quadro da escolaridade obrigatória - 12 anos na escola - merece uma leitura atualizada de alguns dos indicadores relativos à determinação do insucesso escolar, da saída antecipada do ensino e da composição da estrutura das habilitações da população.

Não levando em linha de conta esta nova realidade, os dados recolhidos evidenciam a necessidade de medidas que deem continuidade de investimento em estratégias que, por um lado, combatam a saída

antecipada do sistema escolar e, por outro, melhorem o nível considerado baixo de qualificações da população em geral, nomeadamente no incremento de condições e incentivos para o aumento do número de indivíduos que concluem o ensino obrigatório (secundário) e o ensino superior atendendo, para este último desígnio, à evocação da meta a nível europeu de 40% da população com ensino superior ou equiparado entre os 30-34 anos.

A população em idade escolar e a frequentar a escola ao nível dos diferentes níveis de ensino tem vindo a perder peso em todos os níveis de escolaridade, pese embora a estrutura etária da população de Lousada ser das mais jovens do país e a taxa de natalidade ser superior à média nacional.

Quadro 2. Variação da população escolar de Lousada nos anos letivos 2009/2013 por níveis de ensino

Níveis de escolaridade	2009-2013		
	Continente	T&S	Lousada
Pré-escolar	2,1	-3,6	-0,7
1º Ciclo	-3,0	-4,6	-5,4
2º Ciclo	-5,2	-7,6	-7,7
3º Ciclo	-8,9	-13,0	-7,0
Ensino secundário	-3,1	-6,2	-2,3
Total	-4,6	-7,5	-5,0

(Fonte: Pordata, adaptado IESE, 2015)

O ciclo escolar com maior peso em 2009 situava-se no 3º nível de escolaridade absorvendo quase 30% da população escolar (contabilizada para o efeito até ao secundário). Passados 4 anos, é o primeiro ciclo que absorve a maior fatia da população escolar com quase 27% do total da população escolar.

Quadro 3. Peso da população escolar por nível de ensino no Continente, T&S e Lousada em 2009 e 2013

Níveis de escolaridade	2009			2013		
	Continente	T&S	Lousada	Continente	T&S	Lousada
Pré-escolar	13,3	11,7	12,4	15,2	14,2	15,3
1º Ciclo	23,5	24,4	27,4	25,0	25,1	26,8
2º Ciclo	13,1	14,9	14,8	14,3	15,1	15,5
3º Ciclo	25,6	29,3	29,1	22,7	26,1	25,7
Ensino secundário	24,5	19,7	16,4	22,7	19,5	16,6
Total	100	100	100	100	100	100

(Fonte: Pordata, adaptado IESE, 2015)

Por outro lado, e em termos comparativos, Lousada é o segundo concelho do país, num ranking de 25 concelhos, cuja taxa de abandono escolar⁴ entre 1991 e 2011 sofreu um decréscimo mais acentuado. Esta transformação terá, tal como afirmam alguns especialistas (Atlas da Educação, 2013), como principal causa o fim do trabalho infantil na indústria transformadora do têxtil.

⁴ O cálculo da taxa de abandono escolar: nº de indivíduos entre os 10-15 anos sem o 9º ano/população residente entre 10-15anos*100

Quadro 4. Tx e abandono escolar em Lousada entre 1991 e 2011

Taxa de abandono escolar	1991	2001	2011	Variação 1991-2011
Lousada	32,14	6,61	1,18	30,96

Fonte: Pordata, adaptado IESE, 2015.

Algumas das explicações para enquadrar o fenómeno do abandono escolar e da saída escolar precoce ou abandono precoce⁵ assentam nas taxas baixas de desemprego jovem e concomitantemente na desvalorização social da educação. Em situação de escolha entre mais um ano de escolarização e a inserção precoce no mercado de trabalho, esta segunda opção tende a prevalecer para uma parte significativa da população.

Portugal protagonizou a mais relevante descida do abandono precoce na Europa, durante as duas últimas décadas. Não obstante este esforço (a taxa entre 1991 e 2011 foi reduzida para metade), Lousada integra, nesta matéria, o top 25 dos concelhos com as taxas de abandono precoce mais elevadas em 2011.

Quadro 5. Tx de abandono precoce em Lousada entre 1991 e 2011

Taxa de abandono precoce	1991	2001	2011	1991-2011
Lousada	88,28	73,85	45,88	42,40

Fonte: Pordata, adaptado IESE, 2015.

Uma última nota sobre a evolução que a população de Lousada regista em termos da sua estrutura de qualificações em trinta anos.

Regista-se um salto qualitativo muito significativo acompanhando a tendência generalizada de uma população mais escolarizada, contudo há traços que merecem ser atendidos, uma vez que são ainda reveladores de níveis de escolaridade relativamente baixos face às médias nacionais:

- ✓ A proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos de idade sem ensino secundário completo ainda se situa nos 50,37%;
- ✓ População residente com 15 ou mais anos sem ensino superior – 83,7 % (T&S – 82,3%).

⁵ O cálculo da taxa de saída escolar precoce ou abandono precoce - nº indivíduos entre os 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário/população residente entre os 18-24 anos *100.

Quadro 6. Nível de escolaridade da população da Lousada com mais de 15 anos em 1981 e 2011

Níveis de escolaridade	1981			2011		
	Continente	T&S	Lousada	Continente	T&S	Lousada
Sem nível de escolaridade	2.549.479	118.163	9.934	884.705	44.538	4.033
1º Ciclo	2.712.847	117.262	12.295	2.322.454	120.523	12.660
2º Ciclo	736.267	18.554	1.735	1.082.748	63.919	7.747
3º Ciclo	495.054	6.975	595	1.636.402	66.114	7.844
Ensino secundário	222.016	2.356	163	1.355.254	39.397	3.904
Ensino Medio	82.776	2.183	150	83.485	2.077	189
Ensino Superior	151.896	1.218	95	1.198.453	22.196	2.195
Total	6.978.221	266.914	24.988	8.563.501	358.764	38.572

(Fonte: Pordata, adaptado IESE, 2015)

Para efeitos complementares de leitura dos dados observados anteriormente, é importante recuperar aquele que foi o exercício participado, levado a cabo aquando a realização do PDS Supraconcelhio do Tâmega e Sousa. Do conjunto de dimensões problema enquadráveis no presente *Domínio de Análise*, as dimensões mais críticas para o concelho de Lousada surgem associadas ao grau de habilitações da população ativa residente, ao insucesso escolar e ao risco ou situação de pobreza. Acresce que duas das três dimensões referidas (o grau de habilitações da população ativa residente e o insucesso escolar) são objeto de priorização mais elevada comparativamente ao comportamento global do Tâmega.

Este nível de posicionamento dos atores vem reforçar alguns dos dados observados anteriormente, nomeadamente aqueles que evidenciam a necessidade de intervir ao nível da estrutura de qualificações dos ativos.

Quadro 7. Posicionamento relativo da Lousada e tendência global da NUT Tâmega e Sousa sobre dimensões-problema relativos ao Capital Humano

	Lousada	NUT T&S
População em risco/situação de pobreza		
Quebra da natalidade		
Lacunas da oferta de educação-formação existente		
Articulação entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho		
Grau de habilitações da população ativa residente		
Envelhecimento/dependência de idosos		
Insucesso escolar		
Abandono escolar		
Analfabetismo		

Escala de classificação dos níveis de prioridade das dimensões-problema (resultado da aplicação da metodologia GUT)

Legenda GUT
+++
++
+
-

“Em termos nacionais, o Tâmega e Sousa evidencia níveis habilitacionais dos seus empregados significativamente abaixo do registado nas unidades de referência e na União Europeia: menos de 1/3 da população empregada possuía, em 2011, o Ensino Secundário e Superior. As assimetrias qualificantes assumem particular destaque nos concelhos mais industrializados: Felgueiras, Paços de Ferreira e **Lousada** (mais de 70% da população empregada não ultrapassa o Ensino Básico).”

A segunda dimensão-problema, respeitante ao **insucesso escolar**, pelo facto de ser uma dimensão que agrega uma diversidade de indicadores merece ser abordada em paralelo com outra dimensão problema, a do **abandono escolar**, que por sua vez, surge neste exercício posicionada com o segundo nível de prioridade e, mais uma vez, pior posicionada face ao conjunto de territórios que se enquadram na NUT *Tâmega e Sousa*.

Apesar dos dados quantitativos não serem demonstrativos de uma situação tão crítica como aquela que os atores percecionam, convém referir que o seu posicionamento assenta, por um lado, numa lógica comparativa e relativa face à tendência global da sub-região em causa e, por outro, pode resultar de uma perceção mais completa sobre o fenómeno da escolaridade no concelho, onde entram outras variáveis que não foram trabalhadas ao nível dos indicadores macro, como por exemplo, o peso da população com mais de 18 anos que tenha concluído o ensino secundário e o peso da população entre os 30 e os 34 que tenha concluído o ensino superior.

Se estes dois indicadores forem mobilizados na apreciação global sobre o insucesso escolar e o abandono precoce do ensino, tomando aliás em linha de conta o recente alargamento da escolaridade obrigatória para o nível secundário, é esperável que alguns dados de cariz estatístico e quantitativo assumem valores ainda mais preocupantes.

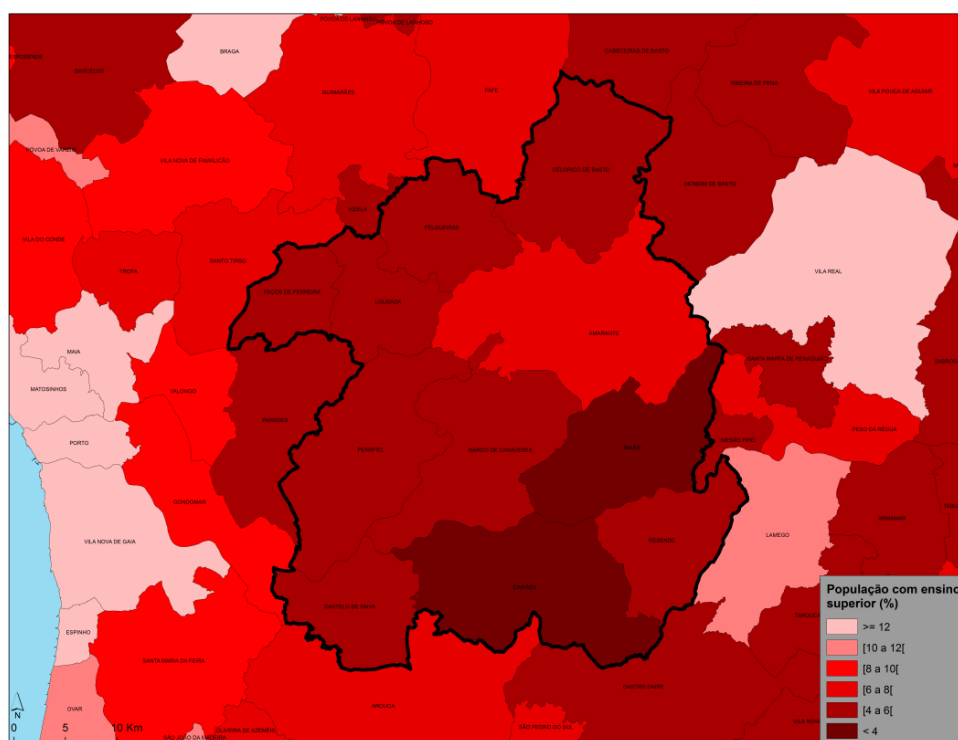
Nessa lógica de confronto e de complemento dos elementos de diagnóstico veja-se, por exemplo o posicionamento do Tâmega relativamente às restantes NUT III da Região Norte no que toca a taxa bruta de escolarização no ensino secundário, em que se observa uma taxa de 96,3%, espelhando uma distância ainda significativa em relação às restantes NUTS III deste espaço regional, assim como o baixo nível de população com ensino superior em Lousada situado entre os 4 e os 6%, manifestamente inferior aos 13,8% registados no Continente.

Quadro 8. Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%), por Localização geográfica

	2004/05	2010/11
Portugal	107,6	134,9
Continente	108,3	136,3
Norte	93,7	131,7
Minho-Lima	102,9	169,6
Cávado	101,7	138,3
Ave	87,1	114,3
Grande Porto	107,4	147,7
Tâmega	64,9	96,3
Entre Douro e Vouga	82,6	116,8
Douro	102,2	152,3
Alto Trás-os-Montes	102,8	149,2

Fontes/Entidades: DGEEC/MEC-INE, Pordata.

Mapa 1. População com Ensino Superior (2011)



Ou, ainda, dados extraídos do Diagnóstico Social 2013 que referem que a taxa de abandono escolar precoce do ensino em Lousada surge como a mais elevada de entre os concelhos do território continental com valores a rondar os 46% (Atlas da Educação 2013").

É com base neste tipo de dados que a perceção de atores relevantes e informados sobre as dinâmicas sociais do concelho e da sub-região emerge de forma mais crítica face aos dados quantitativos identificados anteriormente com base nos Censos de 2011 e com algumas limitações, desde logo espelhando uma realidade assente na escolaridade obrigatória completa de nove anos.

Perspetivas e Instrumentos de financiamento

O perfil de problemas identificados encontra ampla correspondência com a estratégia de concretização dos objetivos da Estratégia Portugal 2020 e com programação dos FEEI, no período 2014-2020, no âmbito da qual se inscreve a ambiciosa meta para 2020 de 40% da população com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos. Com efeito, o Programa temático dedicado ao Capital Humano adota a quantificação de metas e a concentração de recursos de forma estritamente articulada com os indicadores da Agenda 2020, assumindo a hierarquia de preocupações em torno da redução do abandono escolar e da participação no ensino superior.

Desta forma, o POCH focaliza a sua prioridade nos **jovens e adultos jovens, na diversificação da oferta do ensino superior e na valorização da formação em contexto de trabalho**. Os investimentos na **qualificação da população adulta com baixas qualificações** encontram-se concentrados no quadro do POCH (com exceção da complementaridade com o POISE no âmbito das FMC), mas convoca a articulação entre os PO temáticos do Capital Humano e da Inclusão Social e Emprego e os PO Regionais.

Em síntese, partindo das evidências das dimensões-problema apresentadas, e em articulação com PDS Supraconcelhio, aprofunda-se a necessidade de implementar um conjunto de soluções estratégicas dedicadas a:

- Elevar os níveis de escolarização da população em idade ativa;
- Elevar a proporção da população com habilitações equivalentes ao ensino superior; e
- Melhorar a relação entre formação e mercado de trabalho.

**DIMENSÕES-PROBLEMA E INDICADORES ASSOCIADOS À DOMÍNIO DE ANÁLISE
EMPREGO E POTENCIAL ECONÓMICO**

Matriz de Indicadores sobre Emprego e Potencial Económico

Dimensão problema	Sub-dimensão	Valor	Fonte/ano	Índice
Inatividade	Pensionistas/Pop. empregada	0,45	INE/MSESS, 2012	
	% Pop. sem atividade económica (na pop. 15 ou mais anos)	37,8	INE, Censo 2011	
	% Famílias com 3 ou mais pessoas sem nenhuma pessoa ativa (cf. Mapa em Anexo).	2,6	INE, Censo 2011	
	% Mulheres 25-64 anos sem atividade económica face ao total das mulheres de 25-64 anos.	29,8	INE, Censo 2011	
	% Homens 25-64 anos sem atividade económica face ao total de homens de 25-64 anos.	15	INE, Censo 2011	
	% Pop. 15-64 anos sem atividade económica face ao total da pop. de 15-64 anos.	28,3	INE, Censo 2011	
Fraca Intensidade Laboral	Trabalho a tempo parcial			44,6
	% Pop. empregada com menos de 15h de trabalho semanal.	4	INE, Censo 2011	
	Fraca intensidade do trabalho			24,5
	% Pop. empregada com menos de 30h de trabalho semanal.	6,8	INE, Censo 2011	
	% Pop. empregada com menos de 35h de trabalho semanal.	8,3	INE, Censo 2011	
	Trabalho sazonal/ esporádico/ precário			24,3
Autoconsumo para suprimir necessidades	% Pop. sem atividade económica em que o trabalho é o principal meio de vida (na pop. 15 ou mais anos sem atividade económica).	3,63	INE, Censo 2011	
	% Pop. empregados por conta-própria ou isolados e trabalhadores familiares não remunerados em profissões da agricultura ou pesca - CNP 6.	0,5	INE, Censo 2011	
Desemprego	% Agricultores de subsistência.	0,3	INE, Censo 2011	
	Taxa de desemprego	13,2	INE, Censo 2011	
	Taxa de desemprego nos censos – dif. 2011-2001	9,6	INE, Censo 2011	
	Desemprego longa duração			77,3
	% Desempregados de longa duração (1 ano ou mais)	50,6	INE, Censo 2011	
	Desemprego Jovem			13,8
	% Pop. 15-24 anos desempregada na população ativa de 15-24 anos	18,0	INE, Censo 2011	
	Desemprego idades mais ativas			41,3
	% Pop. 30-50 anos desempregada na pop. ativa dos 30-50 anos	11,1	INE, Censo 2011	
	Desemprego + 45 anos			62,3
	% Pop. 45-64 anos desempregada no total da pop. ativa desta faixa etária	16,0	INE, Censo 2011	
	Desemprego feminino			38,5
	Taxa de desemprego feminina (Censo 2011)	14,7	INE, Censo 2011	
	% Mulheres 25-64 anos desempregadas na população ativa feminina de 25-64 anos	14,0	INE, Censo 2011	
	% Mulheres 15-64 anos desempregadas na população ativa feminina de 15-64 anos	14,8	INE, Censo 2011	

■ Dimensão de prioridade fraca

■ Dimensão de prioridade intermédia

Dimensão problema	Sub-dimensão	Valor	Fonte/ano	Índice
Desemprego (cont.)	Desemprego masculino			47
	Taxa de desemprego masculina	12,0	INE, Censo 2011	
	% Homens 25-64 anos desempregados na população ativa masculina de 25-64 anos	11,3	INE, Censo 2011	
	% Homens 15-64 anos desempregados na população ativa masculina de 15-64 anos	12,0	INE, Censo 2011	
	Desemprego vulnerável à família			29,8
	% Pessoas em famílias com 2 ativos ambos desempregados	1,1	INE, Censo 2011	
	% Pessoas em famílias com 2 ou mais ativos em que todos os ativos estão desempregados	12,6	INE, Censo 2011	
	Desemprego vulnerável à família com filhos			30,9
	% Núcleos familiares com filhos em que o pai e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos no total dos núcleos com filhos	19,3	INE, Censo 2011	
	% Núcleos familiares com filhos com menos de 25 anos de idade em que os pai e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos no total dos núcleos com filhos <25 anos de idade	11,2	INE, Censo 2011	
	% Núcleos familiares com filhos com menos de 15 anos de idade em que o pai e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos no total dos núcleos com filhos <15 anos de idade	7,6	INE, Censo 2011	
Decréscimo do Rendimento entre 2008-2012	Variação dos valores médios dos levantamentos das Caixas Multibanco entre 2008 e 2012.	-1	INE, SIBS	
Rendimento	Índice de Poder de Compra - Indicador <i>per capita</i>	64,55	INE 2011	2,9
	Ganho médio mensal dos Trabalhadores por Conta-de-outrem.	689	INE 2011	
	IRS <i>per capita</i> .	218	DGCI 2011	
Endividamento	Depósitos bancários / crédito concedido (valores globais).(média triénio 2010-2012)	0,99	INE	87,5
	Depósitos bancários de clientes /crédito para habitação concedido (valores globais) (média triénio 2010-2012)	1,4	INE	
Poupança	Depósitos bancários de clientes por habitante. (2010/2011/2012)	4,6	INE	0
Encargos com a habitação	% Famílias com encargos de habitação (face ao total de famílias).	48,6	INE, Censo 2011	61,4
	% Famílias com encargos de habitação > 200 euros (face ao total de famílias).	34,0	INE, Censo 2011	

■ Dimensão de prioridade intermédia

■ Dimensão de prioridade elevada

Fonte: ISS, 2014, adaptado pelo IESE, 2015.

A partir do levantamento de informação relativo ao Domínio de Análise *Emprego e Potencial Económico* ressaltam quatro dimensões problema com a classificação de prioridade elevada uma vez que revelam níveis de incidência elevados constituindo-se, por isso, fatores críticos de vulnerabilidade da população de Lousada à situação de pobreza e exclusão social. Este conjunto de dimensões

problema tem em comum a capacidade de pôr em evidência a fragilidade e a precarização das condições de vida material da população de Lousada.

O primeiro fator diz respeito à dimensão problema **Rendimento das Famílias**, analisável por via de três indicadores, o índice do poder de compra, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem e o IRS *per capita*. Relativamente ao primeiro indicador constata-se um valor muito pouco favorável à população de Lousada, traduzido da seguinte forma: cada habitante vive com aproximadamente 65% do poder de compra de um habitante médio ao nível do território continental.

Sobre o ganho médio mensal dos TCO, e porque esta é a fatia mais significativa da população empregada (84,6% da população empregada em 2011), os valores registados (689 euros) demonstram, mais uma vez, condições de vida bastante abaixo das que se verificam em termos globais (867€ para o Continente de acordo com os dados apresentados no último Diagnóstico Social), tornando Lousada no concelho com o penúltimo ganho médio mensal mais baixo do continente. Sobre o IRS *per capita*, Lousada apresenta um valor de 218 euros, colocando o concelho no grupo de concelhos com os valores de IRS *per capita* mais baixos.

A segunda dimensão problema reporta-se à questão do **endividamento das famílias**, mensurável para estes efeitos a partir de dois indicadores: diferença entre os Depósitos bancários sobre o crédito concedido e a diferença entre o valor dos depósitos bancários de clientes sobre o crédito concedido para habitação. Face ao primeiro indicador, o resultado obtido aponta para uma situação clara de endividamento das famílias na medida em que os depósitos bancários destas não cobrem os valores de empréstimo concedidos. Por outro lado, regista-se uma posição um pouco melhor relativamente à situação do crédito à habitação, concluindo-se que os depósitos bancários dos clientes representam 1/4 do capital emprestado em habitação pela banca. Ainda assim, e reportando a situação dos outros concelhos no continente, a Lousada posiciona-se relativamente a este indicador no 2º quantil de concelhos com os valores mais preocupantes.

Ao nível da terceira dimensão problema, a **Poupança**, o indicador utilizado para caracterizar esta questão posiciona o concelho da Lousada de forma inequívoca em último lugar entre os 278 concelhos do continente, apresentando a taxa mais baixa relativa a Depósitos Bancários por habitante (4,6).

Por último, os **Encargos com a habitação** surgem também como uma dimensão problema de elevada incidência no concelho da Lousada. A partir dos indicadores mobilizados (% de famílias com encargos para habitação e % das famílias com encargos superior a 200 euros com habitação), resulta uma posição alocada ao 2º quantil de concelhos no qual se verificam percentagens elevadas de encargos com habitação e de encargos com habitação superiores a 200 euros mensais.

Estes dados, nomeadamente os que revelam os baixos rendimentos dos trabalhadores por conta de outrem, já tinham sido descritos e enquadrados do ponto de vista da sub-região no PDS Supraconcelhio: “considerando o ganho mensal dos TCO, o Tâmega é a sub-região com a média mais baixa, em todos os setores de atividade (única exceção são os valores médios auferidos pelos trabalhadores do sector terciário no Alto Trás os Montes). Apenas Amarante e Penafiel ultrapassam a média de 800€ mensais e é nos concelhos mais industrializados que os rendimentos auferidos são mais baixos: Felgueiras, Paços de Ferreira e **Lousada**.”

Embora a dimensão problema do **desemprego** esteja classificada como dimensão de incidência intermédia, não é despiciente observar-se as dinâmicas específicas que caracterizam a estrutura do desemprego em Lousada a partir de uma observação mais fina dos indicadores disponíveis na matriz e de outros dados relevantes para o efeito.

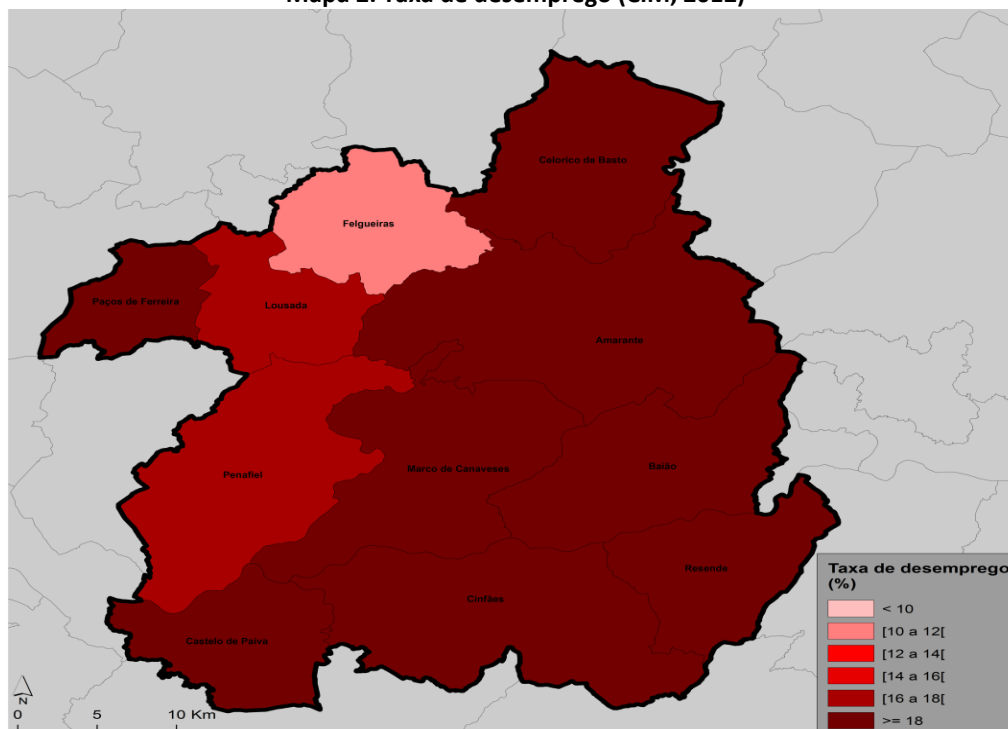
Para as diferentes componentes do desemprego resulta, em primeiro lugar, a necessidade de olhar distintamente para três grupos alvo do volume de desempregados:

- *O Desemprego de Longa Duração (51% dos desempregados constituem DLD)*
- *Desemprego + 45 (16% da população ativa com mais de 45 anos encontra-se desempregada)*
- *Desemprego vulnerável à família (quase 20% dos núcleos familiares com filhos, o pai e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos)*

A dimensão do desemprego nas suas diferentes componentes (Desempregados de longa duração, mas também, desemprego Jovem) é um fator crítico em Lousada mas é também, e sobretudo, no quadro geral dos concelhos que compõem a NUT do Tâmega e Sousa.

Dados extraídos do PDS Supraconcelhio, do Diagnóstico Social de 2013 e dados mais recentes recolhidos para este efeito, permitem contextualizar melhor este problema. Esses dados evidenciam, em primeiro lugar, uma profunda heterogeneidade interconcelhia relativamente ao indicador do Desemprego.

Mapa 2. Taxa de desemprego (CIM, 2012)

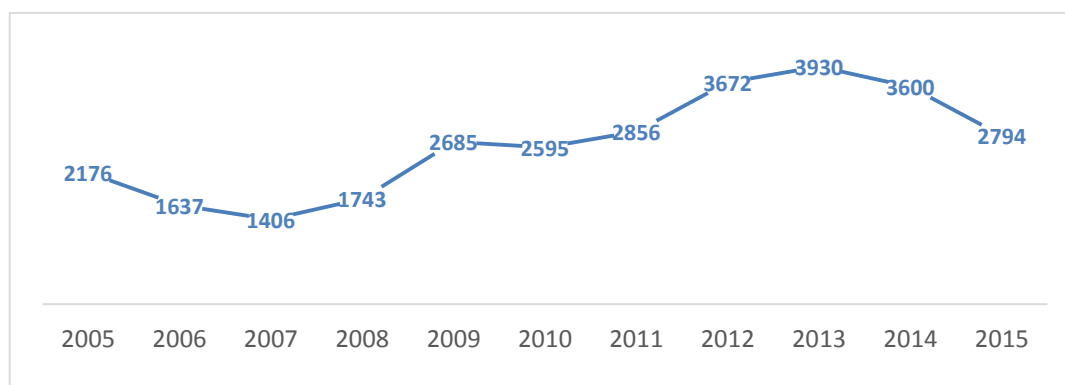


Fonte: Observatório Intermunicipal Tâmega e Sousa.

A taxa de desemprego no Tâmega e Sousa atingiu, em 2011, os 14%, ligeiramente abaixo dos 14,5 % registados na região Norte, mas ligeiramente acima da média de 13,2% verificada no país. Concelhos como Penafiel, **Lousada**, Paredes e Paços de Ferreira, são precisamente os concelhos onde se assistiu entre 2007 e 2012 a uma evolução negativa mais forte das taxas de desemprego.

Tendo em conta os dados mais recentes registados ao nível do IEFP, pode-se ver a evolução que o desemprego em Lousada sofreu entre 2005 e 2015 medida pelo número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego.

Gráfico 1. Número de desempregados



Os dados mais recentes sobre o desemprego em Lousada permitem perceber que os grupos etários mais envelhecidos continuam a representar a maior fatia do desemprego registado.

Quadro 9. Nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego (Set 2015 e períodos homólogos 2014 e 2013) por escalões etários

	<25 anos	25-34	35-54	+55	Total
2013	601	797	1740	792	3930
2014	605	663	1517	815	3600
2015	448	465	1129	752	2794

O fenómeno do desemprego pode ainda ser retratado, recorrendo-se, por exemplo, ao perfil de escolarização dos desempregados. Esses dados permitem constatar que os desempregados com o 1º ciclo de escolaridade são os mais afetados pelo desemprego e não obstante a fragilidade ao nível do capital escolar acumulam ainda outro tipo de vulnerabilidade - faixa etária avançada, potenciando, assim, maiores dificuldades de reingresso no mercado de trabalho.

Quadro 10. Nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego (Set 2015 e períodos homólogos 2014 e 2013) por nível de escolaridade

	<1º ciclo	1 Ciclo	2º Ciclo	3 Ciclo	Secundário	Ens. Superior	Total
2013	268	1272	657	695	626	412	3930
2014	251	1154	569	622	589	415	3600
2015	208	938	399	453	485	311	2794

Relativamente à composição do desemprego por género não se observam diferenças relevantes. O desemprego em Lousada atinge de forma proporcional homens e mulheres. Já quanto ao motivo de procura de emprego, apenas uma pequena fatia da população desempregada apresenta como motivo a procura de 1º emprego. Registando-se que a situação de desemprego maioritária ao longo dos últimos três anos é representada por situações de procura de novo emprego.

Quadro 11. Nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego (Set 2015 e períodos homólogos 2014 e 2013) por género e motivo de desemprego

	Homens	Mulheres	Novo emprego	1º Emprego	Total
2013	1948	1982	3524	406	3930
2014	1777	1823	3119	481	3600
2015	1344	1450	2419	375	2794

Para além deste aspeto nuclear e preponderante para o desenvolvimento social e económico do concelho de Lousada, surgem, ao nível do exercício de auscultação dos atores, outras duas dimensões problema igualmente posicionadas como prioritárias: a necessidade de uma dinâmica empresarial mais forte associada a estímulos no âmbito do empreendedorismo por via de novos modelos de iniciativas; e a constatação de que o endividamento das famílias é uma realidade igualmente crítica.

Esta última dimensão problema corrobora de imediato os resultados obtidos por via da análise dos indicadores sobre o endividamento das famílias e, ao mesmo tempo torna mais evidente o problema global que assenta na falta de rendimento das famílias. Um dos indicadores mais expressivos deste problema é precisamente o poder de compra. Já no Diagnóstico Social de 2013, esse indicador, medido em termos de percentagem e demonstrado em termos comparativos, evidenciava as desigualdades económicas sentidas pela população deste Concelho.

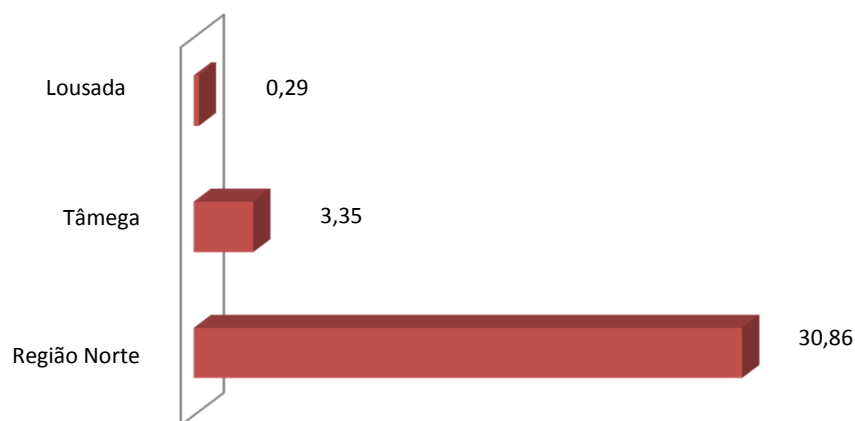
Quadro 12. Posicionamento relativo da Lousada e tendência global da NUT Tâmega e Sousa sobre dimensões problema relativos ao Emprego e Potencial Económico

	Lousada	NUT T&S
Desemprego da população adulta em idade ativa (incluindo DLD)		
Desemprego total		
Desemprego jovem / NEET (Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participam em ações de formação)		
Dinâmica empresarial/empreendedorismo		
Endividamento das famílias		

Escala de classificação dos níveis de prioridade das dimensões-problema (resultado da aplicação da metodologia GUT)

Legenda GUT
+++
++
+
-

Gráfico 2. Percentagem de Poder de Compra (Lousada, Tâmega e Região Norte 2013)



Fonte: GEP/MSSS, PORDATA.

Importa ainda recuperar alguma informação sobre o perfil de Emprego e Tecido Produtivo em Lousada para concluir este conjunto de elementos de diagnóstico dedicado ao Emprego e Potencial Económico.

Em primeiro lugar constata-se o elevado peso da categoria profissional – **Operários, artífices e trabalhadores similares** nos dois momentos temporais considerados (2001-2011).

A estrutura profissional manteve-se praticamente inalterada, com diferenças relativamente pequenas nalgumas categorias, nomeadamente subidas ligeiras do peso de profissões mais qualificadas, em particular, **especialistas das profissões intelectuais e científicas e concomitantemente o decréscimo das profissões menos qualificadas**. Estas variações devem ser interpretadas face a uma dinâmica territorial mais vasta, nomeadamente à sub-região do Tâmega e Sousa onde se assiste a uma tendência relativamente homogénea no que respeita a este tipo de processos estruturais.

Quadro 13. Evolução do Perfil do Emprego por Classe Profissional (2001-2011)

Classe Profissional	2001	2011	Var
Membros das Forças Armadas	0,3	0,4	0,1
Quadros superiores da Adm. Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	6,0	5,5	-0,5
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	2,2	6,4	4,2
Técnicos e profissionais de nível intermédio	3,9	6,0	2,1
Pessoal administrativo e similares	5,9	5,4	-0,5
Pessoal dos serviços e vendedores	8,5	13,3	4,8
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	2,4	1,2	-1,3
Operários, artífices e trabalhadores similares	47,4	39,6	-7,7
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	13,3	10,3	-3,0
Trabalhadores não qualificados	10,1	11,9	1,8
Total	100	100	

Fonte: PORDATA (adaptado IESE, 2015).

Relativamente às dinâmicas de retração da economia em Lousada, os elementos que se observam devem ser lidos numa dinâmica de cariz global e transversal aos concelhos da sub-região Tâmega e Sousa.

Em Lousada o setor com número de destruição de empresas mais acentuado repercute-se no comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos. Logo seguido dos setores, indústria transformadora (vestuário e produtos metálicos) e Construção ao nível da promoção imobiliária.

Sendo que a indústria transformadora constitui uma das áreas de especialização do perfil produtivo do concelho da Lousada e dos concelhos da Sub-região.

Quadro 14. Variação do número de empresas por atividade económica (2004-2012) nos setores com retração mais evidente

Atividade Económica	Var.
Indústrias transformadoras	-108
Indústrias alimentares	-9
Indústria das bebidas	3
Indústria do tabaco	0
Fabricação de têxteis	-6
Indústria do vestuário	-47
Indústria do couro e dos produtos do couro	6
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	-8
Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	0
Impressão e reprodução de suportes gravados	0
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	0
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	0
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	-2
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	-1
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	0
Indústrias metalúrgicas de base	-2
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	-19
Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos	0
Fabricação de equipamento elétrico	-1
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	-3
Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis	3
Fabricação de outro equipamento de transporte	0
Fabrico de mobiliário e de colchões	-21
Outras indústrias transformadoras	-5
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	4
Construção	-102
Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios); construção de edifícios	-79
Engenharia civil	-6
Atividades especializadas de construção	-17
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	-115
Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	12
Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos	-3
Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	-124

Fonte: INE. Dados trabalhos pela equipa do Estudo: os sombreados correspondem a grandes áreas de atividade.

Quanto às dinâmicas de crescimento e empregabilidade, o perfil de evolução das empresas registado no concelho da Lousada acompanha os sinais de crescimento da sub-região onde se insere e esta por sua vez da região Norte. É sobretudo nas **Atividades administrativas e dos serviços de apoio prestados às empresas** que este crescimento se faz sentir de forma mais acentuada (mais de 100 empresas criadas), influenciado, pelo reforço do subsector das Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas. O peso do crescimento deste setor é transversal aos diferentes concelhos da subregião, perfazendo a criação de 1000 empresas para o mesmo período considerado.

Também a área da Educação sofre um crescimento bastante expressivo (86), assim como as **Atividades de saúde humana e apoio social (75)**, refletindo fundamentalmente o aumento do emprego associado às atividades de saúde humana. Retrato que acompanha mais uma vez a tendência transversal aos concelhos da sub-região.

Por último, importa destacar o crescimento registado nas **Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (45)** que aliás também se verifica em todos os concelhos da região, com especial enfoque nas Atividades jurídicas e de contabilidade e em outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares.

Quadro 15. Variação do número de empresas por atividade económica (2004-2012) nos setores com crescimento mais evidente

Atividade Económica	Var.
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	5
Captação, tratamento e distribuição de água	0
Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais	0
Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais	5
Descontaminação e atividades similares	0
Atividades de informação e de comunicação	6
Atividades de edição	2
Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música	-2
Atividades de rádio e de televisão	0
Telecomunicações	2
Consultoria e programação informática e atividades relacionadas	4
Atividades dos serviços de informação	0
Atividades imobiliárias	16
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	45
Atividades jurídicas e de contabilidade	32
Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão	1
Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; atividades de ensaios e de análises técnicas	8
Atividades de investigação científica e de desenvolvimento	0
Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião	1
Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3
Atividades veterinárias	0
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	103
Atividades de aluguer	-1
Atividades de emprego	1
Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas	-1
Atividades de investigação e segurança	1
Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	6
Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	97
Educação	86
Atividades de saúde humana e apoio social	75
Atividades de saúde humana	77
Atividades de apoio social com alojamento	-4
Atividades de apoio social sem alojamento	2

(cont.)

Atividade Económica	Var.
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	38
Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias	13
Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	1
Lotarias e outros jogos de aposta	1
Atividades desportivas, de diversão e recreativas	23

Fonte: INE. Dados trabalhos pela equipa do Estudo: os sombreados correspondem a grandes áreas de atividade.

Se as dimensões problema ventiladas na Dimensão do Capital Humano já evidenciam necessidades de investimento ao nível da qualificação/formação das estruturas de emprego e do tecido empresarial, as que ressaltam nesta dimensão apenas vêm reforçá-las. O enfoque que este tipo de problemas necessitará no plano da intervenção estratégica passa pela evidência de que as questões do emprego e da sua qualificação como suporte à qualidade de vida da população seja uma prioridade a ter em linha de conta.

E nesse sentido há três setores económicos que importa considerar do ponto de vista do seu potencial. A **indústria de vestuário** representa 58% do emprego em Lousada, embora se verifique uma tendência de quebra do número de empresas neste setor. Entre 2004-2012 assistiu-se a uma retração da economia em áreas com peso relevante no tecido empresarial, em especial na indústria transformadora, verificando-se o desaparecimento de 47 empresas na indústria do vestuário.

Se este setor continua a ser estruturante para o tecido empresarial e para a estrutura do emprego em Lousada há que pensar:

- ✓ em novos processos de produção;
- ✓ oportunidades de especialização/reconversão profissional associados àqueles processos.

Por outro lado o **setor da Agricultura, produção animal e silvicultura** contribui para a solidez de um conjunto vasto de atividades a montante e a jusante das atividades nucleares, nomeadamente para o aumento da atratividade em termos turísticos, através da manutenção da emblemática paisagem e da produção de produtos alimentares regionais, e para o desenvolvimento dos territórios rurais.

No entanto, o modo de produção e a rentabilidade associados a este setor ainda não se apresenta suficientemente estratégica para corresponder à lógica enunciada. Alguns dados oficiais atestam precisamente essa realidade:

- a maior parte dos terrenos agrícolas do concelho são minifúndios cuja média da extensão agrícola ronda os 3ha e destina-se sobretudo à produção e consumo familiares - 60% (1425 ha) do total das Superfícies Agrícolas Utilizadas é explorada por conta própria.

- em 2009 a mão-de-obra agrícola no concelho era de 1048 pessoas, sendo que 550 eram homens e 490 eram mulheres. Destes pode-se dizer que 50% tinha 55 ou mais anos, sendo a idade média dos produtores de 61 anos e a idade média da mão-de-obra agrícola de 52 anos;
- apenas 30.53% dos produtores agrícolas trabalham a tempo completo;
- 4.5% dos produtores admitem como fonte exclusiva de rendimento a sua exploração; apenas 13,68% dos produtores tem formação profissional agrícola;
- e somente 11% dos agricultores tem formação secundária ou superior.

Por fim, um terceiro setor económico que pode ser encarado como estratégico para o desenvolvimento económico do concelho está associado ao **Turismo e Património**.

O património natural, cultural e arquitetónico, aliado à riqueza gastronómica da região, constituem vetores estratégicos do sector do turismo, tendo sido apontados como as fortes potencialidades da região. A “Rota do Românico” surge como o projeto mais emblemático e como a pedra angular para um conjunto alargado de novos investimentos, nomeadamente, em serviços de proximidade (p.e, bibliotecas, museus, espaços para eventos e realizações culturais) e em iniciativas complementares como o Centro de Estudos do Românico e do Território, sendo já um marco reconhecido pelos próprios produtores locais, interessados em promover a transação de produtos entre os atores pertencentes à Rede. Mais recentemente está em desenvolvimento um selo de qualidade da Rota que visa a formalização da rede de atores e que se espera que venha a exercer um efeito contagiante entre os vários operadores locais, nomeadamente ao nível da qualificação dos próprios recursos humanos (condição associada à certificação).

Alguns elementos sobre a oferta de alojamentos do concelho de Lousada atestam precisamente o investimento que poderá ser feito nesta matéria paralelamente aos investimentos em produtos turísticos.

Quadro 16. Estabelecimentos de alojamento turístico em Lousada por modalidade e capacidade de camas (2015)

Designação do Estabelecimento	Modalidade	Nº de camas
Casa de Juste	Turismo de Habitação	20
Quinta da Longra	Casas de campo	8
Quinta de Lourosa	Casas de campo	10
Quinta da Tapada	Alojamento Local	6
Casa de Marlães	Alojamento Local	2
Pensão Lousadense	Alojamento Local	48
Residencial Estrada Real	Outros	31
Lousada Country Hotel	Hotel Rural	73
Total		198

Fonte: LIT, CML 2015.

Quadro 17. Indicadores dos estabelecimentos de alojamento na Região do Tâmega e Lousada, 2013

Indicadores	Tâmega	Lousada
Estada média de Hospedes Estrangeiros (nº de noites)	2,3	4,7
Capacidade de alojamento por 1000 hab (nº)	5,0	2,4
Proporção de Hospedes Estrangeiros	20,2	8,4
Proveitos de aposento por Capacidade de Alojamento (milhares de euros)	2,4	0,7
Taxa de ocupação-cama (liquida)	23,17	10,53

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, INE, 2013 (adaptado, IESE, 2015).

Perspetivas e Instrumentos de financiamento

Do ponto de vista da programação estratégica definida para o horizonte 2020, a Estratégia definida no Acordo de Parceria orienta dois objetivos temáticos para o combate ao desemprego: *OT 8 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores* e *OT 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação* (nomeadamente no âmbito das Prioridades de investimento 9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade e 9.5. Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego), os quais cobrem um leque alargado e genericamente adequado de prioridades de intervenção, que representam um importante desafio de articulação ao nível do seu planeamento e concretização, uma vez que implicam a mobilização dos instrumentos financiados pelos PO Regionais e pelo POISE.

INDICADORES E DIMENSÕES-PROBLEMA ASSOCIADOS AO DOMÍNIO DE ANÁLISE
CAPITAL INCLUSIVO

Matriz de Indicadores sobre Capital Inclusivo

Dimensão problema	Sub-dimensão	Valor	Fonte/ano	Índice
Isolamento	% Pessoas que residem sozinhas;	3,1	INE, Censo 2011	
	% Pessoas com mais de 65 anos que residem sozinhos face ao total de pessoas com mais de 65 anos	13,8	INE, Censo 2011	
Criminalidade	Crimes contra as pessoas, o património e a vida em sociedade por 1.000 hab.	23,8	INE, MJ, 2010-2012	
Vulnerabilidade associada ao género	‰ Mulheres com menos de 20 anos com filhos sem atividade económica / mulheres <20 anos de idade.	14,6	INE, Censo 2011	
	‰ Mulheres 15-19 anos casadas ou em união de facto no total das mulheres de 15-19 anos de idade.	21,0	INE, Censo 2011	
	‰ Mulheres solteiras com filhos sem atividade económica / total de mulheres > 15 anos.	17,5	INE, Censo 2011	
	‰ Mulheres solteiras desempregadas ou inativas com filhos sem atividade económica / total de mulheres > 15 anos	8,2	INE, Censo 2011	
Vulnerabilidade associada à composição familiar	Famílias de grande dimensão:			76
	% Famílias com 5 ou mais pessoas.	10,9		
	% Núcleos familiares com 3 ou mais crianças.	1,6	INE, Censo 2011	
	Famílias com desemprego			29
	% Pessoas em famílias em que a maioria dos ativos está desempregada (cf. mapa em anexo).	5,2	INE, Censo 2011	
	Famílias monoparentais			18
	% Famílias monoparentais no total de famílias com núcleo.	9,0	INE, Censo 2011	
	% Núcleos familiares monoparentais com crianças face ao total dos núcleos familiares.	4,1	INE, Censo 2011	

■ Dimensão prioridade fraca

Dimensão problema	Sub-dimensão	Valor	Fonte/ano	Índice
Vulnerabilidade associada à composição familiar	Famílias monoparentais com várias crianças:			37,6
	% Famílias monoparentais com 2 ou mais filhos no total de famílias com núcleo.	4,1	INE, Censo 2011	
	% Núcleos familiares monoparentais com 2 ou mais crianças.	10,1	INE, Censo 2011	
	Famílias polinucleares			51,9
	% Famílias polinucleares nas famílias com núcleos.	5,0	INE, Censo 2011	
	Famílias institucionais			0,0
	% Pessoas em famílias institucionais.	0,2	INE, Censo 2011	
	Idosos sem familiares			8,4
	% Pessoas com mais de 65 anos que residem sem familiares face ao total de pessoas com mais de 65 anos (cf. mapa em anexo).	16,4	INE, Censo 2011	
	Nados vivos fora do casamento			13,7
Vulnerabilidade associada à população imigrante	% População residente de nacionalidade estrangeira.	5,5	INE, Censo 2011	
	% População estrangeira com estatuto legal de residente por 1.000 hab.	3,7	INE, MAI	
	% População de nacionalidade estrangeira de - Ásia, África, América do Sul e Europa de leste.	4,3	INE, MAI	
	% Estrangeiros com estatuto de residentes - Brasil - por 1.000 hab.	1,4	INE; MAI	
	% Estrangeiros com estatuto de residentes - Ucrânia, Roménia, Moldova - por 1.000 hab.	0,6	INE; MAI	
	Estrangeiros com estatuto de residentes - Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, S. Tomé - por 1.000 hab.	0,4	INE; MAI	
Condições Deficitárias da Habitação	Alojamentos sobrelotados			40,9
	% Famílias em alojamentos partilhados.	1,6	INE, Censo 2011	
	% Famílias em alojamentos clássicos sobrelotados.	13,3	INE, Censo 2011	
	Alojamento falta de infraestruturas			16,1
	% Pessoas residentes em alojamentos familiares de residência habitual sem banho.	2,1	INE, Censo 2011	
	% Pessoas residentes em alojamentos familiares de residência habitual sem água	4,3	INE, Censo 2011	
	Baixo consumo energético			86,7
	Consumo doméstico de energia elétrica por hab. (Kwh) média do triénio 2010-2012	1127	INE, MAOT	
	Alojamentos habitação social			14
	% Fogos de habitação social por 1.000 fogos.	14,3	INE, 2012	
	Alojamentos não clássicos			1,4
	% Famílias em alojamentos não clássicos.	0,7	INE, Censo 2011	
	% Pessoas residentes em alojamentos de apoio social.	2,4	INE, Censo 2011	
	% Pessoas residentes em barracas e outros alojamentos não clássicos.	0,53	INE, Censo 2011	

■ Dimensão de prioridade fraca

Dimensão problema	Sub-dimensão	Valor	Fonte/ano	Índice
Incapacidade	Deficiências			4
	% Pop. >4 anos com deficiência (por nº de deficiências)	3,7	INE, Censo 2011	
	Incapacidade permanente para o trabalho			23,8
	% Pop. incapacitada permanente p/o trabalho (na pop. 15 ou mais anos).	1,64	INE, Censo 2011	
	% Pop. 15-64 anos incapacitada permanente para o trabalho face ao total da pop. ativa de 15-64 anos.	2,6	INE, Censo 2011	
	% Pop. de 25-64 anos incapacitadas permanentes para o trabalho face ao total da pop. ativa de 25-64 anos.	2,8	INE, Censo 2011	
	Principal meio de vida: subsídios doença ou acidente de trabalho			71,7
	% Pop. cujo principal meio de vida são subsídios por doença ou acidente de trabalho (na pop. 15 ou mais anos).	3,47	INE, Censo 2011	
	Pensionistas por invalidez			25,8
	Pensionistas por invalidez / 1.000 habitantes (média do triénio 2011-2013)	30,4	INE, MESS	
	Bonificações por Deficiência			72
	Beneficiários de bonificações por deficiência / 1.000 habitantes (média do triénio 2011-2013)	17,9	INE, MESS	
	Subsídio mensal vitalício			32,1
	Beneficiários de subsídio mensal vitalício / 1.000 habitantes (média do triénio 2011-2013)	1,5	INE, MESS	
Famílias de baixos rendimentos	% Beneficiários de abono de família no 1º escalão face ao total de beneficiários (média do triénio 2010-2012)	30,1	INE, MESS	
	Beneficiários do rendimento social de inserção por 1.000 hab (média do triénio 2010-12) (permilagem)	52,3	INE, MESS	
Valor médio das pensões	Valor médio anual das pensões da SS (média do triénio 2010-2012)	4 088	INE, MESS	
	Valor médio anual das pensões da CGD (média do triénio 2011-2013)	985	INE, MESS	
Grupos de risco	População infetada com HIV por 10.000 hab.	5,06	MS/2012	
	Droga - presumíveis infratores por 10.000 hab.	2,7	MS/IDT 2010-2012	
	Droga - utentes em tratamento na rede pública por 10.000 hab.	19,6	MS/IDT 2010-2012	
	Pessoas sem-abrigo por 10.000 hab.	0,4	INE, Censo 2011	
	Beneficiários de Processos Familiares Ativos Sem Abrigo por 10.000 hab.	2,5	ISS, MESS, 2013	
	Crianças institucionalizadas por 10.000 hab.	4,2	ISS, MESS, 2013	
	Crianças e Jovens em risco CPCJ por 10.000 hab.	84	ISS, MESS, 2012	

■ Dimensão de prioridade intermédia

Dimensão problema	Sub-dimensão	Valor	Fonte/ano	Índice
Dependência de subsídios e apoios do estado	% População desempregada cujo principal meio de vida é o subsídio de desemprego ou outro subsídio temporário (na pop. 15 ou mais anos).	40,1	INE, Censo 2011	
	% População cujo principal meio de vida são subsídios ou apoio social (na pop. 15 ou mais anos).	7,7	INE, Censo 2011	
	Beneficiários do rendimento social de inserção por 1.000 hab.	52,3	INE, MESS, 2010-2012	
	Beneficiários do subsídio de desemprego por 100 ativos.	14,9	INE, IEFP, 2012	
Deficiência no grau de cobertura dos equipamentos sociais	Taxa de cobertura Creche e Ama	16,4	ISS, 2011	
	Taxa de cobertura Centro de Dia	0,7	ISS, 2011	
	Taxa de cobertura Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	4,3	ISS, 2011	
	Taxa de cobertura Serviço de apoio domiciliário.	4	ISS, 2011	

■ Dimensão de prioridade elevada

O *Domínio de análise* Capital Inclusivo apresenta uma diversidade de elementos de diagnóstico bastante significativa, por comparação aos outros dois domínios.

Em primeiro lugar, esta matriz de indicadores revela duas dimensões problema que devem assumir prioridade elevada ao nível do planeamento estratégico, pela incidência relativa que demonstram neste concelho. Em primeiro lugar, a existência de **taxas de dependência elevadas ao nível de apoios ou subsídios do estado**, nomeadamente, e por ordem de importância de dependência, subsídios de desemprego, outros subsídios ou apoios do estado não especificados e rendimento social de inserção.

Em que medida se pode considerar que ter subsídio de desemprego como principal meio de vida pode ser um problema, quando a sua atribuição é um direito e um indicador dos níveis de proteção e bem-estar de um estado social?

Embora seja um direito e uma garantia temporária da manutenção da qualidade de vida das pessoas, este e outro tipo de subsídios, tal como o rendimento social de inserção, não são situações que devam merecer passividade por parte dos atores envolvidos. A condição destes indivíduos, embora protegida em determinados aspetos, significa desproteção a médio prazo, para além do efeito de desejo de manutenção da condição quando não há perspetivas de alternativa ao rendimento por via da prestação ou subsídio. Por outro lado, são indivíduos passivos do ponto de vista da sua contribuição, quer em termos da economia local, quer do ponto de vista da sua contribuição para o erário público. Associado ainda a estas condições, emerge outro tipo de problemas resultantes de uma certa desestruturação do quotidiano na vida dos beneficiários de subsídios, ainda que contenham uma matriz ativa, isto é, sujeitos a medidas de estímulo ao emprego e/ou formação profissional.

Quadro 18. Nº de Beneficiários de RSI em Lousada por género e grupo etário (2012, 2013 e 2014)

Ano	≤18		19-24		25-34		35-44		45-54		55-64		+65		Total 1		Total 2
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F+M
2012	399	445	107	62	135	93	205	167	192	168	126	117	8	7	1172	1059	2.231
2013	243	308	73	54	87	56	123	106	155	130	111	88	10	9	802	751	1.553
2014	199	243	59	57	81	44	99	88	168	123	104	89	13	4	703	652	1.355

Fonte: ISS, CDSS Porto.

A segunda dimensão problema com maior significado ao nível das necessidades de priorização prende-se com a deficiente **taxa de cobertura em algumas respostas sociais**, nomeadamente a falta de equipamentos sociais ao nível da manutenção da qualidade de vida da população idosa (estruturas residenciais e apoio domiciliário) e da promoção da natalidade e conciliação da vida familiar e profissional (creches e amas).

Nem todos os equipamentos sociais permitem uma análise a partir do indicador em causa, pelo menos, a nível concelhio. O facto de não aparecer na matriz informação relativa às respostas sociais no âmbito das pessoas com deficiência deve-se exatamente àquele motivo e, como tal, essa ausência, do ponto de vista descritivo, não significa que não existam necessidades a serem cobertas nesse âmbito concreto de valências.

A partir dos dados inscritos no quadro seguinte pode-se aferir a situação do concelho de Lousada em comparação com o distrito e com o continente relativamente ao grau de cobertura de diferentes respostas sociais.

Quadro 19. Taxas de Cobertura* e taxas de utilização por respostas sociais (2013)**

	Taxa de Cobertura	Taxa de cobertura standardizada pela cobertura do distrito	Taxa de cobertura standardizada pela cobertura do continente	Taxa de utilização	Taxa de utilização standardizada pela utilização do distrito	Taxa de utilização standardizada pela utilização do continente
1ª Infância (Creche e Ama)	26,5	82,8	57,4	64,1	79,1	78,8
Centro de Dia	0,6	15,0	10,2	75,0	99,1	112,9
Estrutura Residencial Para Idosos	4,3	74,7	48,3	96,9	112,0	107,5
SAD Idosos	4,0	105,3	78,7	57,4	76,4	84,1

Fonte: ISS,IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia - *Indicadores de cobertura e utilização - Tâmega e Sousa*, adaptado IESE 2015.

Legenda

*A taxa de cobertura (TC) numa área geográfica para uma resposta social tem a seguinte formula: *capacidade 2013/população alvo residente 2013*100*

*A taxa de cobertura standardizada pela cobertura do continente (TCSC) tem a seguinte fórmula *TC Concelho/TC Continente*100*

*A taxa de cobertura standardizada pela cobertura do distrito (TCSD) tem a seguinte fórmula *TC Concelho/TC Distrito*100*

**A taxa de utilização (TU) numa área geográfica para uma resposta social é medida por *Utentes 2013/Capacidade 2013*100*

**A taxa utilização standardizada pela utilização do continente (TUSC) tem a seguinte fórmula *TU Concelho/TU Continente*100*

**A taxa de utilização standardizada pela utilização do distrito (TUSD) tem a seguinte fórmula *TU Concelho/TU Distrito*100*

Estes dados corroboraram os dados apresentados na matriz principal e evidenciam que Lousada apresenta um défice generalizado de respostas sociais, sendo o Centro de Dia a valência social com níveis mais críticos de cobertura, quer em termos absolutos, quer comparativos. Isto é, a taxa de cobertura em Centro de Dia registada para Lousada significa apenas 15% da taxa de cobertura do distrito do Porto e 10% da Taxa registada para o Continente para esta valência.

Fora do eixo da incidência máxima, existem dimensões problema cujos resultados ao nível dos indicadores mais decompostos reclamam, ainda assim, algum interesse. Essas dimensões reportam-se, por exemplo, à **vulnerabilidade associada à família**, nomeadamente o peso das famílias de grande dimensão e o peso das famílias monoparentais com crianças face ao resultado final deste índice compósito. Embora a dimensão problema em causa não seja dos mais preponderantes ao nível dos fatores que influenciam situações de vulnerabilidade da população da Lousada aos fenómenos da pobreza e da exclusão, é importante considerar estas duas dinâmicas no quadro da abordagem global à problemática sobre a pobreza no concelho da Lousada.

Um segundo exemplo a merecer uma análise focalizada, respeita o **peso da população com deficiência ou incapacidade** que está dependente de subsídios de doença ou acidente de trabalho ou é pensionista por invalidez.

Dados relativos ao número da mortalidade nas empresas de construção civil nos concelhos que perfazem a NUT III do Tâmega deixam antever um número igualmente significativo de acidentes de trabalho, sendo este uma das principais causas a explicar aqueles resultados.

Por último, é necessário olhar os dados relativos aos **grupos de risco**, nomeadamente ao nível da toxicodependência, não só do ponto de vista do tratamento, mas sobretudo em torno das causas e dos efeitos que esta problemática encerra.

Ao considerar os resultados da auscultação aos atores vertidos na tabela seguinte, pode-se complementar os resultados obtidos em termos de descrição quantitativa. Daquele exercício, conclui-se que para o conjunto de atores relevantes há quatro dimensões problema que devem ser objeto de prioridade: respostas sociais na área da saúde mental e da violência de género, crianças e jovens em risco e lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais).

Algumas destas dimensões não colheram, do ponto de vista da análise de indicadores, o mesmo tipo de relevância, nomeadamente o peso relativo ao número de crianças e jovens em risco. Outras, como é o caso das Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,...), até constituem o problema inverso, ou pelo menos, um ângulo diferente de abordagem, relativo à elevada dependência da população de subsídios e apoios do estado, nomeadamente ao nível do RSI e subsídio de desemprego.

Este tipo de confronto entre dados torna-se em si mesmo um exercício muitíssimo importante a reter do ponto de vista do planeamento estratégico, pois implica aprofundar as causas que estão por detrás de determinados posicionamentos e, por outro lado, aprofundar a dimensão analítica dos dados, sempre que tal seja possível.

Já as dimensões que respeitam os problemas em torno da saúde mental e da violência de género emergem neste exercício como novas dimensões a ter em linha de conta uma vez que não foram mobilizadas ao nível da matriz de indicadores. Tal ausência deve-se apenas à impossibilidade de obter dados estatísticos sobre estas matérias, revelando por esse motivo necessidades ao nível da sinalização e levantamento de necessidades para que se concretize a evidência percecionada.

Outras áreas que emergem como relativamente críticas, tais como as dependências, a emigração, as pessoas com deficiência, as crianças com necessidades educativas especiais, e a prestação de cuidados de saúde básicos e especializados, merecem também ser objeto de melhor apuramento de dados para se avaliar bem o impacto que têm sobre a população da Lousada e o efeito que produzem em termos de vulnerabilidade da população face à pobreza e à exclusão social.

Quadro 20. Posicionamento relativo da Lousada e tendência global da NUT Tâmega e Sousa sobre dimensões-problema Capital Inclusivo

	Lousada	NUT T&S
Saúde mental		
Dependências (alcoolismo, toxicod dependência,...)		
Emigração		
Violência de género		
Crianças e jovens em risco		
Desagregação familiar/Relações familiares		
Habitação (sobrelotação/incidência de alojamentos não clássicos,...)		
Pessoas com deficiência		
Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,...)		
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados		
Crianças e jovens com necessidades educativas especiais		
Criminalidade		
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade		
Imigração		
Cobertura do ensino pré-escolar		
Desigualdades de género no acesso ao emprego		
Falta de competências parentais		
Acessibilidade entre concelhos e inter-freguesias		

Escala de classificação dos níveis de prioridade das dimensões-problema (resultado da aplicação da metodologia GUT)

Legenda GUT
+++
++
+
-

Perspetivas e Instrumentos de financiamento

Na perspetiva da sincronização com os instrumentos de financiamento de políticas, nomeadamente o POISE, convém destacar os termos previstos na teoria da programação e que podem ser alvo de candidatura pelos atores da Rede Social da Lousada.

Segundo o documento do POISE, estão previstas tipologias de ação para a diversificação das respostas sociais e de saúde em função de necessidades emergentes ou que se reforçaram por via da evolução do país, designadamente em matéria demográfica, com o envelhecimento populacional, na base e topo da pirâmide etária, bem como pela concentração da população nos centros urbanos e, em particular, no litoral do território continental, apelando a soluções inovadoras, financeiramente sustentáveis e envolvendo múltiplos atores para, num contexto de severas restrições à despesa pública, assegurar não só essas respostas, como a qualidade das mesmas.

No caso do PO Norte estão previstos investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.

Por último, importa considerar a área de financiamento à Inovação social e cooperação transnacional⁶ que se encontra consagrada no POISE, a qual atende à multidimensionalidade e, consequentemente, à complexidade dos fatores ligados à Saúde mental e à promoção de mais e melhor acesso a serviços sociais e de saúde com o estímulo a ações de cooperação transnacional.

⁶ Nomeadamente ao nível de sub-regiões semelhantes de outros países, onde se pode pensar uma ação concertada, nomeadamente ao nível da partilha de experiências de intervenção.

PARTE III. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Diagnóstico Social como elemento estratégico para a Avaliação.

No quadro de elaboração deste Diagnóstico Social procurou-se evidenciar através de dados objetivos constrangimentos em diferentes áreas que possam ser tidos em conta na elaboração de uma estratégia para o desenvolvimento local de Lousada nos próximos anos. A apresentação desses dados constituem do ponto de vista formal elementos importantes e decisivos para o processo estratégico de avaliação. A necessidade de serem trabalhados dessa forma emergiu também de uma perceção, tornada entretanto evidente, de que havia algumas fragilidades nesta matéria observáveis a partir dos próprios instrumentos de planeamento elaborados até ao presente.

Assim, as três matrizes que estruturam este Diagnóstico Social, sobretudo os seus elementos quantitativos, apresentam o primeiro conjunto de indicadores que devem ser usados em exercícios de avaliação, conhecidos por *Baselines*. Este tipo de indicadores evidencia, nesta fase do modelo lógico de intervenção, os constrangimentos e representam a linha de partida antes de existir uma estratégia. A importância deste tipo de indicadores é crucial pois eles servem de base ao cálculo de qualquer outro tipo de indicador (*meta, indicador de execução, indicador de realização*) que integram o conjunto de indicadores de qualquer estratégia de monitorização e avaliação.

Sem este tipo de indicadores, explorados ao nível de um Diagnóstico Social, dificilmente se pode estruturar um processo de monitorização/avaliação com qualidade. A própria qualidade de uma estratégia de intervenção conclui-se, em parte, pelo facto de ter sido capaz de minimizar os constrangimentos objetivos que se apresentavam antes de ser posta em prática.

Este tipo de abordagem aos processos de monitorização e avaliação no âmbito dos instrumentos de planeamento da rede social de Lousada não foi aplicado na definição dos instrumentos de planeamento passado.

Em 2005, o Diagnóstico Social foi construído com o recurso a metodologias participativas, nomeadamente através da técnica “Nuvem de Problemas” de onde resultou a identificação de áreas prioritárias de intervenção. O PDS 2005-2008 desenvolveu do ponto de vista estratégico e operacional as áreas identificadas como prioritárias no diagnóstico.

Em 2009 surge um Diagnóstico Social com uma forte componente descritiva a partir do levantamento de informação estatística e uma componente estratégica relativamente dissociada da realidade social descrita na componente anterior. Assim, o PDS de 2009-2011 não conseguiu fazer a *matching* entre aquilo que era prioritário e as estratégias definidas, uma vez que parece não ter havido uma componente interpretativa dos dados estatísticos descritos no diagnóstico.

Por último, o Diagnóstico Social de 2013 recupera a matriz descritiva apoiada no levantamento de informação estatística oficial e apresenta um exercício de apuramento de problemas mais relevantes com base na participação dos elementos parceiros da Rede Social da Lousada por via da aplicação de um inquérito por questionário.

Em síntese, a dificuldade em recuperar os elementos de diagnóstico para os momentos de planeamento estratégico resulta, em parte, da escassez de informação analítica que os próprios elementos de diagnóstico acabam por produzir e, por outro, na dificuldade em olhar esses elementos de diagnóstico como indicadores de partida – as tais *baselines*.

A produção de indicadores constitui uma ferramenta de base para se poder acompanhar a evolução da situação diagnosticada assim que esta é objeto de uma intervenção estratégica e para avaliar o efeito das medidas tomadas.

Qualquer Diagnóstico Social pode concluir que em determinadas áreas há dados que evoluem num sentido positivo, mas se não existirem ferramentas de controlo sobre os efeitos ou os impactos da ação da rede sobre essa realidade, dificilmente se poderá chegar a uma conclusão do tipo causa-efeito.

Assim, disponibilizam-se as matrizes de referência de *indicadores de diagnóstico* (Anexo 2) mobilizados para retratar a situação de Lousada, mas também mobilizáveis enquanto ferramenta num futuro trabalho de avaliação.

ANEXO 1. INDICADORES RESUMO

Partindo do exercício de recolha de indicadores feito no âmbito do Diagnóstico Social de 2013, propõe-se a atualização desses dados, mantendo-se a possibilidade de se interpretar várias dinâmicas. Por um lado, é possível a contextualização e comparação do concelho de Lousada em termos regionais e nacionais no que respeita a tendências/contra tendências. Por outro, é possível analisar essas dinâmicas no tempo (2001, 2011 e 2013), obtendo-se para cada indicador o seu desempenho em anos diferentes, num arco temporal suficientemente grande (+10 anos) para que se possa fazer a respetiva leitura evolutiva.

Quadro Resumo

	2001			2011			2013		
	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal
População residente	44 845	434 165	10 362 722	47 481	433 143	10 557 560	47 375	429 337	10 457 295
Superfície em Km2	96,3	1 833,5	92 151,8	96,1	1 831,5	92 212,0	96,1	1 831,5	92 225,2
Densidade populacional									
número médio de indivíduos por km2	465,5	236,8	112,5	494,2	236,5	114,5	493,1	234,4	113,4
Freguesias	25	265	4 252	25	265	4 260	15	177	3 092
Eleitores	31 143	337 098	8 902 001	39 259	382 522	9 721 406	40 077	384 027	9 758 534
Jovens (%)									
menos de 15 anos	22,7	21,0	16,2	18,4	17,0	15,0	17,3	16,0	14,7
População em idade ativa (%)									
15 aos 64 anos	68,3	67,1	67,3	70,9	69,3	66,1	71,5	69,7	65,7
Idosos (%)									
65 e mais anos	9,0	11,8	16,5	10,7	13,8	18,9	11,3	14,3	19,6
Índice de envelhecimento									
idosos por cada 100 jovens	39,5	56,3	101,6	58,0	81,3	125,8	65,2	89,8	133,5

	2001			2011			2013		
	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal
Indivíduos em idade ativa por idoso	7,6	5,7	4,1	6,6	5,0	3,5	6,3	4,9	3,3
População estrangeira em % da população residente (2)	-	-	-	0,4	0,5	4,1	0,4	0,4	3,8
Famílias (3)	13 089	131 980	3 650 757	15 257	143 935	4 043 726	-	-	-
Famílias unipessoais (%) (3)	6,8	9,3	17,3	9,5	12,2	21,4	-	-	-
Dimensão média das famílias (3)	3,4	3,3	2,8	3,1	3,0	2,6	-	-	-
Divórcios por 100 casamentos	11,5	13,9	32,3	⊥ 62,6	⊥ 56,1	⊥ 74,2	57,5	54,2	70,4
Nascimentos (4)	638	5 612	112 774	448	3 806	96 856	337	3 097	82 787
Nascimentos fora do casamento (%) (4)	5,2	8,5	23,8	20,8	23,5	42,8	19,0	28,1	47,6
Óbitos	279	3 382	105 092	276	3 193	102 848	320	3 536	106 545
Taxa de mortalidade infantil (‰)	0,0	6,1	5,0	4,5	4,2	3,1	0,0	1,6	2,9
óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade por cada 1000 nascimentos									
Saldo natural	359	2 230	7 682	172	613	- 5 992	17	- 439	- 23 758
diferença entre o total de nascimentos e o total de óbitos									
Alojamentos familiares clássicos	16 418	181 300	5 357 900	18 749	196 184	5 878 887	18 953	198 542	5 926 176
Alojamentos próprios (%) (3)	70,3	72,1	75,7	73,5	72,5	73,2	-	-	-
Alojamentos arrendados e outros casos (%) (3)	29,7	27,9	24,3	26,5	27,5	26,8	-	-	-

	2001			2011			2013		
	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal
População residente de 15 e mais anos, sem nível de escolaridade (%) (3)	18,2	21,2	18,0	10,5	12,4	10,4	-	-	-
População residente de 15 e mais anos, com ensino secundário (%) (3)	5,1	6,2	13,3	10,1	11,0	15,7	-	-	-
População residente de 15 e mais anos, com ensino superior (%) (3)	2,2	2,7	7,6	5,7	6,2	13,8	-	-	-
Alunos do ensino não superior (5)	-	-	-	9 782	87 535	1 925 956	8 771	77 392	1 761 524
Docentes do ensino não superior (5)	-	-	-	839	7 352	174 953	734	6 201	150 311
Alunos do ensino superior (5)	//	156	387 703	//	1 671	396 268	//	1 488	371 000
Docentes do ensino superior (6)	//	120	35 740	//	132	37 078	//	155	33 528
Museus		3	226	⊥	⊥ 8	⊥ 377		8	353
Sessões de espetáculos ao vivo	,,,	-	13 196	⊥ 96	⊥ 292	⊥ 25 871	103	278	29 385
Espectadores de espetáculos ao vivo	,,,	-	3 835 553	⊥ 30 780	⊥ 233 814	⊥ 8 484 295	30 403	223 273	8 880 971
Ecrãs de cinema	,,,	-	455	⊥	⊥ 10	⊥ 558		10	544
Hospitais		3	217	⊥	⊥ 5	⊥ 226		4	226
Centros de saúde	1	12	392	1	12	388	-	-	-

	2001			2011			2013		
	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal
Consultas nos centros de saúde	93 911	1 031 678	27 652 305	85 684	1 024 583	27 892 050	-	-	-
Farmácias (7)	7	85	2 888	8	96	3 074	8	95	3 065
Habitantes por pessoal ao serviço nos centros de saúde	492,8	465,3	350,2	494,6	414,5	368,6	-	-	-
Crimes registados pelas polícias por mil habitantes	15,6	19,9	35,9	⊥ 26,8	⊥ 27,9	⊥ 39,3	20,8	25,1	36,0
Empresas não financeiras (8)	-	-	-	3 723	33 423	1 112 000	-	-	-
Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras (8)	-	-	-	16 248	134 459	3 735 340	-	-	-
Sociedades constituídas	240	2 341	45 290	⊥ 119	⊥ 1 149	⊥ 31 986	153	1 194	32 060
Sociedades dissolvidas	19	122	6 858	⊥ 100	⊥ 937	⊥ 32 473	39	372	17 748
Bancos e caixas económicas	7	104	4 899	11	138	5 834	8	121	5 242
Habitantes por banco e caixa económica	6 406,4	4 174,7	2 115,3	4 316,4	3 138,7	1 809,7	5 921,9	3 548,2	1 994,9
População ativa (3)	22 588	198 601	4 990 208	⊥ 23 995	⊥ 201 173	⊥ 5 023 367	-	-	-
População empregada + População desempregada									

	2001			2011			2013		
	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal
Taxa de emprego (%) (3)	62,8	54,8	53,5	54,0	48,2	48,5	-	-	-
população empregada por cada 100 indivíduos com 15 e mais anos									
População empregada no sector primário (%) (3)	2,6	5,0	5,0	1,2	2,5	3,1	-	-	-
População empregada no sector secundário (%) (3)	65,7	59,9	35,1	55,9	51,1	26,5	-	-	-
População empregada no sector terciário (%) (3)	31,8	35,2	59,9	42,8	46,5	70,5	-	-	-
Trabalhadores por conta de outrem (%) (3)	84,7	82,9	81,6	84,6	83,1	81,2	-	-	-
Trabalhadores por conta própria isolados (%) (3)	5,9	6,3	6,3	5,5	6,2	6,6	-	-	-
Taxa de desemprego (%) (3)									
população desempregada por 100 activos	3,6	5,2	6,8	⊥ 13,2	⊥ 14,0	⊥ 13,2	-	-	-
Desempregados inscritos nos centros de emprego	717	12 346	324 680	2 706	28 488	551 944	3 758	36 889	707 807
Ofertas de emprego nos centros de emprego	31,0	223,6	-	39,2	277,2	-	46,8	453,8	-

	2001			2011			2013		
	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal
Pensionistas da Segurança Social	6 993	82 059	2 528 926	8 723	94 113	2 943 645	9 039	96 535	3 001 520
Reformados, aposentados e pensionistas da Caixa Geral de Aposentações	-	-	-	926	9 922	591 777	969	10 428	613 896
Pensionistas da Segurança Social e da CGA em % da população residente	-	-	-	24,8	28,9	39,4	25,5	29,6	40,6
com 15 e mais anos									
Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)	-	-	-	2 341	26 302	448 107	1 402	17 497	360 372
Beneficiários do RSI em % da população residente	-	-	-	6,0	7,3	5,0	3,6	4,8	4,0
com 15 e mais anos									
Beneficiários do subsídio de desemprego	55	3 275	110 106	1 491	11 488	261 093	1 659	13 255	309 081
Beneficiários do subsídio de desemprego em % da população residente	0,2	1,0	1,3	3,8	3,2	2,9	4,2	3,7	3,5
com 15 e mais anos									
Despesas da Câmara Municipal por habitante (€)	-	-	-	676,7	601,0	670,1	496,1	557,6	676,7

	2001			2011			2013		
	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal
Receitas da Câmara Municipal por habitante (€)	-	-	-	657,5	599,9	689,8	516,4	577,1	670,8
Saldo financeiro da Câmara Municipal	-	-	-	- 910,2	- 485,9	207 862,2	960,7	8 382,8	- 61 601,0
€, milhares									
Receitas fiscais da Câmara Municipal (%)	-	-	-	14,5	15,9	30,9	19,1	18,2	32,6
Receitas da Câmara Municipal com IMI por habitante (€)	-	-	-	52,8	51,5	110,6	55,8	60,5	124,8
IMI = Imposto Municipal sobre Imóveis									
Transferências recebidas no total das receitas da Câmara Municipal (%)	-	-	-	68,0	69,5	50,3	58,3	66,5	48,2
Consumo de energia elétrica por habitante (kWh)	2 091,2	2 111,0	3 912,2	2 814,3	2 794,8	4 655,7	Pro 2 444,7	Pro 2 549,9	Pro 4 424,9
Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (kg)	-	-	-	21,7	-	71,4	-	-	-

Fontes

INE, APA/MAOTE, CGA/MEF, INAG/MAOTE, DGEEC/MEC, BP, II/MSESS, DGAI/MAI, ISS/MSESS, DGEG/MAOTE, DGPI/MJ, IGP, SEF/MAI, DGS/MS, DGO/MEF, ICA/SEC, IEPF/MSESS

© PORDATA (2015)

Notas

A implementação de mudanças metodológicas é assinalada por quebra de série. Mais informação sobre os dados apresentados, disponível clicando sobre cada indicador.

(1) - Os valores apresentados referem-se à população estrangeira com estatuto legal de residente.

(2) - Dados censitários.

(3) - Os valores apresentados referem-se ao município de residência da mãe (e não de nascimento da criança).

(4) - O ano apresentado corresponde ao último ano do par ano letivo.

(5) - O docente pode ser contabilizado tantas vezes quanto as instituições de ensino em que leciona. O docente é registado no município onde está localizada a sede do estabelecimento de ensino independentemente de lecionarem em polos de ensino que podem estar localizados noutros municípios.

(6) - Inclui postos farmacêuticos móveis.

(7) - Os valores apresentados consideram as empresas, os empresários em nome individual e os trabalhadores independentes. Exclui as atividades financeiras e de seguros, a Administração Pública e Defesa e a Segurança Social Obrigatória.

ANEXO 2. INDICADORES DE REFERENCIA POR DIMENSÃO DE ANALISE

TRABALHO	Período	Valor	Fonte
Inatividade			
Pensionistas / Pop. Empregada	2012	0,45%	INE - MESS
% Pop. sem atividade económica (na pop. 15 ou mais anos)	2011	37,8%	INE - Censo 2011
% Famílias com 3 ou mais pessoas sem nenhuma pessoa ativa	2011	2,6%	INE - Censo 2011
% Mulheres 25-64 anos sem atividade económica face ao total das mulheres de 25-64 anos	2011	29,8%	INE - Censo 2011
% Homens 25-64 anos sem atividade económica face ao total de homens de 25-64 anos	2011	15%	INE - Censo 2011
% Pop. 15-64 anos sem atividade económica face ao total da pop. de 15-64 anos	2011	28,3%	INE - Censo 2011
Fraca intensidade laboral			
% Pop. empregada com menos de 15h de trabalho semanal	2011	4,0%	INE - Censo 2011
% Pop. empregada com menos de 30h de trabalho semanal	2011	6,8%	INE - Censo 2011
% Pop. empregada com menos de 35h de trabalho semanal	2011	8,3%	INE - Censo 2011
% Pop. sem atividade económica em que o trabalho é o principal meio de vida (na pop. 15 ou mais anos sem ativa. económica)	2011	3,63%	INE - Censo 2011

Indicadores das Dimensões de vulnerabilidade à Pobreza e Exclusão Social (cont.)

TRABALHO	Período	Valor	Fonte
Desemprego e sub-dimensões do Desemprego			
Taxa de desemprego (Censo 2011)	2011	13,2%	INE - Censo 2011
Taxa de Variação dos beneficiários de subsídio de desemprego entre o triénio 2007/09 e o triénio 2010/12	médias dos triénios	50,8%	INE - IEFP
Taxa de desemprego nos censos - dif. 2011-2001	2011	9,6%	INE - Censo 2001 e 2011
% Pop. 15-24 anos desempregada na população ativa de 15-24 anos	2011	18,0%	INE - Censo 2011
% Pop. 30-50 anos desempregada na pop. ativa dos 30-50 anos	2011	11,1%	INE - Censo 2011
% Pop. 45-64 anos desempregada no total da pop. ativa desta faixa etária	2011	16,0%	INE - Censo 2011
Taxa de desemprego feminino (Censo 2011)	2011	14,7%	INE - Censo 2011
% Mulheres 25-64 anos desempregadas na população ativa feminina de 25-64 anos	2011	14,0%	INE - Censo 2011
% Mulheres 15-64 anos desempregadas na população ativa feminina de 15-64 anos	2011	14,8%	INE - Censo 2011
Taxa de desemprego masculino (Censo 2011)	2011	12%	INE - Censo 2011
% Homens 25-64 anos desempregados na população ativa masculina de 25-64 anos	2011	11,3 %	INE - Censo 2011
% Homens 15-64 anos desempregados na população ativa masculina de 15-64 anos	2011	12,0%	INE - Censo 2011
% Desempregados de longa duração (1 ano ou mais)	2013	50,6%	INE - IEFP
% Pessoas em famílias com 2 ativos ambos desempregados	2011	1,1%	INE - Censo 2011
% Pessoas em famílias com 2 ou mais ativos em que todos os ativos estão desempregados	2011	12,6	INE - Censo 2011
% Núcleos familiares com filhos em que o pai e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos no total dos núcleos com filhos	2011	19,3%	INE - Censo 2011
% Núcleos familiares com filhos com menos de 25 anos de idade em que os pai e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos no total dos núcleos com filhos <25 anos de idade	2011	11,2%	INE - Censo 2011
% Núcleos familiares com filhos com menos de 15 anos de idade em que em que o pais e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos no total dos núcleos com filhos <15 anos de idade	2011	7,6%	INE - Censo 2011

Indicadores das Dimensões de vulnerabilidade à Pobreza e Exclusão Social (cont.)

TRABALHO	Período	Valor	Fonte
Habilitações escolares			
Saída antecipada do sistema de ensino	2011	15,7%	INE - Censo 2011
Abandono escolar	2011	1,1%	INE - Censo 2011
% Pop 15-19 anos que não concluiu o 3º ciclo do ensino básico	2011	4,1%	INE - Censo 2011
Taxa de Analfabetismo	2011	5,1%	INE - Censo 2011
% População >15 anos sem nenhum nível de escolaridade	2011	5,7%	INE - Censo 2011
% População residente >15 anos só com o 1º ciclo do ensino básico	2011	35,7%	INE - Censo 2011
% População residente >15 anos com escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico	2011	57,6%	INE - Censo 2011
Desqualificação laboral			
% Pop. empregada nos grupos CNP 7,8,9 face ao total da pop. empregada	2011	61,9%	INE - Censo 2011
% Pop. empregada no grupo CNP 9 (trabalhadores desqualificados) face ao total da pop. empregada	2011	11,9%	INE - Censo 2011
% População ativa com escolaridade igual ou inferior ao 1º ciclo do ensino básico	2011	28,5%	INE - Censo 2011
% População ativa com escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico	2011	50,4%	INE - Censo 2011
Incapacidade			
% Pop. >4 anos com deficiência (nº de deficiências)	2011	3,7%	INE - Censo 2011
% Pop. incapacitada permanente p/o trabalho (na pop. 15 ou mais anos)	2011	1,64%	INE - Censo 2011
% Pop. 15-64 anos incapacitada permanente para o trabalho face ao total da população ativa de 15-64 anos	2011	2,6%	INE - Censo 2011
% Pop. 25-64 anos incapacitada permanente para o trabalho face ao total da população ativa de 25-64 anos	2011	2,8%	INE - Censo 2011
% Mulheres 15-64 anos incapacitados permanentes para o trabalho face ao total dos homens ativos de 15-64 anos	2011	2,4%	INE - Censo 2011
% Homens 15-64 anos incapacitados permanentes para o trabalho face ao total dos homens ativos de 15-64 anos	2011	2,7%	INE - Censo 2011
% Pop. cujo principal meio de vida são subsídios por doença ou acidente de trabalho (na pop. 15 ou mais anos)	2011	3,47‰	INE - Censo 2011
Pensionistas por invalidez / 1.000 habitantes	média do triénio 2011-2013	30,4‰	ISS
Beneficiários de subsídio mensal vitalício / 1.000 habitantes	média do triénio 2011-2013	1,5‰	ISS

Indicadores das Dimensões de vulnerabilidade à Pobreza e Exclusão Social (cont.)

RENDIMENTOS	Período	Valor	Fonte
Rendimento			
Índice de Poder de Compra - Indicador per Capita	2011	64,55%	INE
TCO Ganho médio mensal (euros)	2011	689	INE- MEE
IRS <i>per capita</i> 2011	2011	218%	DGCI
Evolução do Rendimento			
Caixas Multibanco - Levantamentos Nacionais. Valor médio por operação (euros)	Diferença 2008-2012	-1	INE - SIBS
Famílias com baixos rendimentos			
% Beneficiários de abono de família no 1º escalão face ao total de beneficiários - 2011-2012-2013	Média do triénio 2011-2013	30,1%	INE - MESS
Beneficiários do rendimento social de inserção por 1.000 hab. (média do triénio 2010-11-12)	Média do triénio 2010-2012	52,3‰	INE - MESS
Prestações Sociais			
SS - Valor médio anual das pensões - Total (euros)	Média do triénio 2010-2012	4.088 €	INE - MESS
SS - Valor médio anual das pensões de invalidez	Média do triénio 2010-2012	4.283 €	INE - MESS
SS - Valor médio anual das pensões de velhice	Média do triénio 2010-2012	4.836 €	INE - MESS
SS - Valor médio anual das pensões de sobrevivência	Média do triénio 2010-2012	2.381 €	INE - MESS
CGA - Valor médio das pensões	Média do triénio 2011-2013	985 €	INE - MESS
CGA - Valor médio das pensões de invalidez	Média do triénio 2011-2013	754 €	INE - MESS
CGA - Valor médio das pensões de velhice	Média do triénio 2011-2013	1.309 €	INE - MESS
CGA - Valor médio das pensões de sobrevivência	Média do triénio 2011-2013	362 €	INE - MESS

Indicadores das Dimensões de vulnerabilidade à Pobreza e Exclusão Social (cont.)

RENDIMENTOS	Período	Valor	Fonte
Prestações Sociais			
% Pop. cujo principal meio de vida são subsídios ou apoio social (na pop. 15 ou mais anos)	2011	7,7%	INE - Censo 2011
% Pop. cujo principal meio de vida é a reforma ou pensão (na pop. 15 ou mais anos)	2011	18,4%	INE - Censo 2011
% Pop. desempregada cujo principal meio de vida é o subsídio de desemprego ou outro subsídio temporário (na pop. 15 ou mais anos)	2011	40,1%	INE - Censo 2011
Beneficiários do subsídio de desemprego por 100 ativos	2012	14,9	INE - IEFPP
Beneficiários do rendimento social de inserção por 1.000 hab. (média do triénio 2010-11-12)	Média do triénio 2010-2012	52,3‰	INE - MESS
Poupança			
Depósitos de clientes por habitante (média do triénio 2010-11-12) - euros	Média do triénio 2010-2012	4,6%	INE
Endividamento			
Depósitos/ crédito concedido	Média do triénio 2010-2012	0,99%	INE
Depósitos/ crédito para habitação concedido	Média do triénio 2010-2012	1,4%	INE
Encargos com a habitação			
% Famílias com encargos de habitação (no total de famílias)	2011	48,6%	INE - Censo 2011
% Famílias com encargos de habitação > 200 euros (total de famílias)	2011	34%	INE - Censo 2011

Indicadores das Dimensões de vulnerabilidade à Pobreza e Exclusão Social (cont.)

CONDIÇÕES DE VIDA	Período	Valor	Fonte
Condições deficitárias de habitação			
% Famílias em alojamentos partilhados	2011	1,6%	INE - Censo 2011
% Famílias em alojamentos clássicos superlotados	2011	13,3%	INE - Censo 2011
% Pessoas residentes em alojamentos familiares de residência habitual sem banho	2011	2,1%	INE - Censo 2011
% Pessoas residentes em alojamentos familiares de residência habitual sem água	2011	4,3‰	INE - Censo 2011
Consumo doméstico de energia elétrica por hab. KWh	Média do triénio 2010-2012	1127	INE - MAOT
Fogos de habitação social por mil fogos	2012	14,3	INE
% Famílias em alojamentos não clássicos	2011	0,7‰	INE - Censo 2011
% Pessoas residentes em alojamentos de apoio social	2011	2,4‰	INE - Censo 2011
% Pessoas em barracas e casas rudimentares de madeira	2011	0,53‰	INE - Censo 2011
Isolamento			
% Pessoas que residem sozinhas	2011	3,1%	INE - Censo 2011
% Pessoas com mais de 65 anos que residem sozinhos face ao total de pessoas com mais de 65 anos	2011	13,8%	INE - Censo 2011
Criminalidade			
Crimes contra as pessoas, o património e a vida em sociedade por 1.000 hab.	Média do triénio 2010-2012	23,8%	INE - MJ
Autoconsumo			
% Empregados por conta-própria ou isolados e trabalhadores familiares não remunerados em profissões da agricultura ou pesca - CNP 6	2011	0,5%	INE - Censo 2011
% Agricultores de subsistência	2011	0,3%	INE - Censo 2011

Indicadores das Dimensões de vulnerabilidade à Pobreza e Exclusão Social (cont.)

GRUPOS VULNERÁVEIS	Período	Cálculo	Fonte
Género			
% Mulheres com menos de 20 anos com filhos sem atividade económica /mulheres <20 anos	2011	14,6‰	INE - Censo 2011
% Mulheres 15-19 anos casadas ou em união de facto no total das mulheres de 15-19 anos de idade	2011	21‰	INE - Censo 2011
% Mulheres solteiras com filhos sem atividade económica / total de mulheres > 15 anos	2011	17,5‰	INE - Censo 2011
% Mulheres solteiras desempregadas ou inativas com filhos sem atividade económica / total de mulheres > 15 anos	2011	8,2‰	INE - Censo 2011
Idade			
% Pop. <15 anos	2011	18,6%	INE - Censo 2011
% Pop. 15-24 anos	2011	13,9%	INE - Censo 2011
% Pop. 65 ou mais anos	2011	11,0%	INE - Censo 2011
% Pop. de 75 ou mais anos	2011	4,8%	INE - Censo 2011
Composição familiar			
% Famílias com 5 ou mais pessoas	2011	10,9%	INE - Censo 2011
% Núcleos familiares com 3 ou mais crianças	2011	1,6%	INE - Censo 2011
% Pessoas em famílias em que a maioria dos ativos está desempregada	2011	5,2%	INE - Censo 2011
% Famílias monoparentais no total de famílias com núcleo	2011	9,0%	INE - Censo 2011
% Famílias monoparentais com crianças face ao total dos núcleos familiares	2011	4,1%	INE - Censo 2011
% Famílias monoparentais com 2 ou mais filhos face ao total dos núcleos familiares	2011	4,1%	INE - Censo 2011
% Famílias polinucleares nas famílias com núcleos	2011	5,0%	INE - Censo 2011
% Pessoas em famílias institucionais	2011	0,2%	INE - Censo 2011
% Pessoas com mais de 65 anos que residem sem familiares face ao total de pessoas com mais de 65 anos	2011	16,4%	INE - Censo 2011
% Nados vivos fora do casamento sem coabitação dos pais	Média do triénio 2010-2012	10,9%	INE

Indicadores das Dimensões de vulnerabilidade à Pobreza e Exclusão Social (cont.)

GRUPOS VULNERÁVEIS	Período	Valor	Fonte
População imigrante estrangeira			
% População residente de nacionalidade estrangeira	2011	5,5‰	INE - Censo 2011
População estrangeira com estatuto legal de residente por 1.000 hab.	2012	3,7‰	INE - MAI
% População de nacionalidade estrangeira de - Ásia, África, América do Sul e Europa de leste	2011	4,3‰	INE - Censo 2011
Estrangeiros com estatuto de residentes - Brasil - por 1.000 hab.	2012	1,4‰	INE - MAI
Estrangeiros com estatuto de residentes - Ucrânia, Roménia, Moldova - por 1.000 hab.	2012	0,6‰	INE - MAI
Estrangeiros com estatuto de residentes - Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, S. Tomé - por 1.000 hab.	2012	0,4‰	INE - MAI
% Residentes no estrangeiro em países da Ásia, África, América do Sul e da Europa de leste que o concelho atrai, relativamente a 2005	2011	1,2‰	INE - Censo 2011
População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 1.000 hab.	Média do triénio 2010-2012	1,0‰	INE - MAI
GRUPOS DE RISCO	Período	Valor	Fonte
HIV			
População infetada com HIV por 10.000 hab.	2012	5,06%	Min. Saúde CVEDT
Toxicodependentes			
Tráfico e consumo de droga: presumíveis infratores	Triénio 2010-2012	2,7%	IDT
Tráfico e consumo de droga: Utentes em tratamento (Rede pública) / 10.000 hab.	2012	19,6%	IDT
Crianças e jovens em risco			
Crianças e Jovens em risco CPCJ por 10.000 hab.	2012	84,0%	CPCJ
Crianças institucionalizadas por 10.000 hab.	2013	4,2%	CPCJ
População sem-abrigo			
Nº de pessoas sem abrigo por 10.000 hab.	2011	0,4	INE - Censo 2011
Beneficiários de Processos Familiares Ativos Sem Abrigo por 10.000 hab.	2013	2,5	ISS



Vale por Todos, Vale por Si

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL

Maio 2014



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal



Vale por Todos, Vale por Si

Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa

Relatório Final

Maio 2014



CATÓLICA PORTO
FACULDADE DE ECONOMIA E GESTÃO

CENTRO DE ESTUDOS DE GESTÃO
E ECONOMIA APLICADA – CEGEA

Autores

Alberto de Castro (coordenador)

Diretor do CEGEA. Professor Catedrático Convidado da FEG. Membro do Conselho de Supervisão da EDP, presidente do Conselho Fiscal da Mota-Engil e da Unicer.

Vasco Rodrigues

Diretor Executivo do CEGEA. Professor Associado da FEG onde investiga e leciona nos domínios da Economia Industrial, Política de Concorrência e Análise Económica do Direito.

Ana Vilaverde

Consultora Externa da Strategy XXI. Geóloga com especialidade em Recursos e Planeamento.

Filipe Gonçalves

Partner da Strategy XXI. Engenheiro Civil. Especialista em Planeamento e Desenvolvimento Urbano.

José Marques da Silva

Managing Partner da Strategy XXI. Economista. Especialista em Competitividade Territorial, Estratégia e Internacionalização.

José Miguel Silva

Consultor externo da Strategy XXI. Economista. Especialista em Desenvolvimento Regional e Rural.

Leonor Sopas

Professora Auxiliar Convidada na FEG e colaboradora do CEGEA. Especialista em Internacionalização e Estratégia Empresarial.

Mário Pedro Ferreira

Professor Auxiliar na FEG. Colaborador do CEGEA.

Miguel Sottomayor

Doutor em Economia Agrária e Alimentar. Professor Auxiliar na Faculdade de Economia e Gestão e colaborador habitual do CEGEA.

Sérgio Costa

Diretor Executivo da Simbiente. Engenheiro do Ambiente. Especialista em Ambiente.

DISCLAIMER

Este relatório foi preparado pelo Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada da Católica Porto no âmbito da preparação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa. O seu conteúdo é confidencial: o acesso e a sua divulgação são da exclusiva responsabilidade da entidade promotora, a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. As opiniões veiculadas neste documento só responsabilizam os autores e não vinculam a Universidade Católica Portuguesa nem a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Porto, 6 de Maio de 2014

Alberto de Castro

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	XVII
0. INTRODUÇÃO	1
1. O TERRITÓRIO	5
1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E SISTEMA URBANO.....	5
1.1.1. <i>Caracterização sintética dos concelhos da comunidade intermunicipal e do seu sistema urbano</i>	6
1.1.2. <i>Sistema urbano</i>	9
1.1.3. <i>Inserção regional</i>	10
1.2. ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE E TRANSPORTES.....	11
1.3. AMBIENTE E ENERGIA	12
1.3.1. <i>Recursos hídricos</i>	12
1.3.2. <i>Resíduos</i>	18
1.3.3. <i>Solo e biodiversidade</i>	23
1.3.4. <i>Energia</i>	30
2. AS PESSOAS.....	35
2.1. DEMOGRAFIA.....	35
2.2. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO.....	42
2.3. MERCADO DE TRABALHO	48
2.3.1. <i>Emprego</i>	49
2.3.2. <i>Desemprego</i>	54
2.4. QUALIDADE DE VIDA.....	56
2.4.1. <i>Condições Económicas</i>	56
2.4.2. <i>Esperança média de vida e saúde</i>	58
2.4.3. <i>Habitação</i>	60
2.4.4. <i>Criminalidade</i>	61
2.4.5. <i>Qualidade ambiental</i>	62
2.4.6. <i>Consumo cultural</i>	63
3. AS ATIVIDADES ECONÓMICAS.....	65
3.1. ATIVIDADES AGRORURAIS	65
3.1.1. <i>Ocupação agroflorestal do território</i>	65
3.1.2. <i>As explorações agrícolas</i>	67
3.1.3. <i>Os Agricultores</i>	71
3.1.4. <i>O Trabalho Agrícola</i>	74
3.1.5. <i>Estrutura da produção</i>	76
3.1.6. <i>Organizações Agrícolas</i>	80
3.1.7. <i>Importância económica</i>	80
3.2. INDÚSTRIA	81
3.2.1. <i>Situação atual</i>	82
3.2.2. <i>Dinâmica recente (2007-2011/12)</i>	92
3.3. SERVIÇOS.....	98
3.4. TURISMO	104
3.4.1. <i>Oferta turística</i>	105
3.4.2. <i>Procura turística</i>	109

3.4.3.	Potencial turístico no Tâmega e Sousa	112
3.5.	ANEXOS.....	115
4.	INSTITUIÇÕES E GOVERNAÇÃO	121
4.1.	GESTÃO E FINANÇAS PÚBLICAS	121
4.2.	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	123
4.3.	CULTURA E PATRIMÓNIO	124
4.4.	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	128
4.5.	INCLUSÃO SOCIAL	131
4.5.1.	Principais meios de vida da população.....	132
4.5.2.	Idosos e saúde mental	133
4.5.3.	Infância e juventude	134
4.5.4.	Pessoas portadoras de deficiência.....	136
4.5.5.	Outras problemáticas sociais	137
5.	DIAGNÓSTICO	143
5.1.	LINHAS DE FORÇA DO DIAGNÓSTICO	143
5.1.1.	Uma comunidade heterogénea e com uma identidade pouco vincada.....	143
5.1.2.	Localização e acessibilidades: vantagens e inconvenientes da proximidade.....	145
5.1.3.	Uma população jovem mas a perder dinâmica	146
5.1.4.	Défice de qualificações	146
5.1.5.	Vitalidade industrial heterogeneamente distribuída	147
5.1.6.	A relevância da agricultura e floresta.....	149
5.1.7.	Ambiente: mais-valias e problemas.....	149
5.1.8.	Um potencial turístico subaproveitado.....	150
5.1.9.	Carências no mercado de trabalho e inclusão social.....	151
5.1.10.	Fragilidades do tecido institucional.....	152
5.2.	UMA SWOT SINTÉTICA	154
6.	A ESTRATÉGIA	155
6.1.	VISÃO	155
6.2.	DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO.....	158
6.2.1.	DEI.1 - Modernizar e reorganizar a governação do território	160
6.2.2.	DEI.2 - Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural e reforçando a cobertura dos serviços ambientais.....	161
6.2.3.	DEI.3 - Incentivar a inovação e a competitividade na economia do Tâmega e Sousa 162	
6.2.4.	DEI.4 - Promover o potencial turístico e cultural do Tâmega e Sousa, no contexto do Norte de Portugal, apostando no marketing territorial e na dinamização da oferta	163
6.2.5.	DEI.5 - Fortalecer a mobilidade inter e intra-municipal, ao serviço da coesão, da inclusão e da competitividade do Tâmega e Sousa.....	164
6.2.6.	DEI.6 - Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial	165
7.	PLANO DE AÇÃO	167
7.1.	DEI.1 - MODERNIZAR E REORGANIZAR A GOVERNAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	167
7.1.1.	Exploração do potencial da intermunicipalidade	167
7.1.2.	Modernização e capacitação da administração municipal	169
7.2.	DEI.2 - DEFENDER A QUALIDADE AMBIENTAL NO TÂMEGA E SOUSA, PRESERVANDO O SEU PATRIMÓNIO NATURAL E REFORÇANDO A COBERTURA DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS	171
7.2.1.	Ações enquadradoras	171

7.2.2.	<i>Serviços ambientais</i>	171
7.2.3.	<i>Eficiência energética</i>	173
7.2.4.	<i>Valorização e recuperação de espaços naturais</i>	174
7.2.5.	<i>Proteção civil</i>	175
7.3.	DEI.3 - INCENTIVAR A INOVAÇÃO E A COMPETITIVIDADE NA ECONOMIA DO TÂMEGA E SOUSA.....	177
7.3.1.	<i>Coordenação e dinamização estratégica</i>	177
7.3.2.	<i>Promoção da economia do conhecimento e da inovação</i>	178
7.3.3.	<i>Localização empresarial</i>	179
7.3.4.	<i>Facilitação da atividade empresarial e estímulo ao empreendedorismo</i>	180
7.3.5.	<i>Valorização da economia agroflorestal</i>	181
7.4.	DEI.4 - PROMOVER O POTENCIAL TURÍSTICO E CULTURAL DO TÂMEGA E SOUSA, NO CONTEXTO DO NORTE DE PORTUGAL, APOSTANDO NO MARKETING TERRITORIAL E NA DINAMIZAÇÃO DA OFERTA.....	182
7.4.1.	<i>Promoção</i>	182
7.4.2.	<i>Estruturação da oferta e valorização do património natural e cultural</i>	183
7.4.3.	<i>Formação e capacitação dos agentes turísticos</i>	186
7.5.	DEI.5 - FORTALECER A MOBILIDADE INTER E INTRA-MUNICIPAL, AO SERVIÇO DA COESÃO, DA INCLUSÃO E DA COMPETITIVIDADE	187
7.5.1.	<i>Coordenação e dinamização estratégica</i>	187
7.5.2.	<i>Infraestruturas da mobilidade intra e intermunicipal do Tâmega e Sousa</i>	187
7.5.3.	<i>Oferta de transportes</i>	189
7.6.	DEI.6 - REFORÇAR A INCLUSÃO SOCIAL, A QUALIDADE DE VIDA E A COESÃO TERRITORIAL	191
7.6.1.	<i>Promoção do emprego, do autoemprego e do microempreendedorismo</i>	191
7.6.2.	<i>Ação social</i>	192
7.6.3.	<i>Educação e desporto</i>	193
7.6.4.	<i>Qualificação do espaço público</i>	195
7.6.5.	<i>Outras iniciativas</i>	196

ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1.1 - ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DA CIM TÂMEGA E SOUSA	5
ILUSTRAÇÃO 1.2 - REDE VIÁRIA DO TÂMEGA E SOUSA	11
ILUSTRAÇÃO 1.3 - CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS COMPREENDIDAS NOS MUNICÍPIOS DO TÂMEGA E SOUSA	13
ILUSTRAÇÃO 1.4 - CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DAS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEAS COMPREENDIDAS NOS MUNICÍPIOS DO TÂMEGA E SOUSA	14
ILUSTRAÇÃO 1.5 - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS COM RISCO DE OCORRÊNCIA DE CHEIAS NOS MUNICÍPIOS DO TÂMEGA E SOUSA	17
ILUSTRAÇÃO 1.6 - USO DO SOLO NOS MUNICÍPIOS DO TÂMEGA E SOUSA	24
ILUSTRAÇÃO 1.7 - CAPACIDADE DE USO DO SOLO NOS MUNICÍPIOS DO TÂMEGA E SOUSA.....	25

GRÁFICOS

GRÁFICO 1.1 - REPARTIÇÃO MODAL DAS DESLOCAÇÕES (2001)	12
GRÁFICO 1.2 - NÍVEIS DE ATENDIMENTO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS DO TÂMEGA E SOUSA	15
GRÁFICO 1.3 - PRODUÇÃO <i>PER CAPITA</i> DE RESÍDUOS URBANOS E PERCENTAGEM RELATIVA À RECOLHA SELETIVA	20
GRÁFICO 1.4 - DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS RECOLHIDOS POR VIA INDIFERENCIADA E SELETIVA	20
GRÁFICO 1.5 - VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS.....	21
GRÁFICO 1.6 - RECEITAS E DESPESAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS NA GESTÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE NOS MUNICÍPIOS DA CIM TÂMEGA E SOUSA – 2010, EM MILHARES DE EUROS...29	29
GRÁFICO 1.7 - CONSUMO DE ELETRICIDADE (%) POR TIPOLOGIA (2011).....	31
GRÁFICO 2.1 - TAXA DE VARIAÇÃO DECENAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE.....	36
GRÁFICO 2.2 - TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE.....	37
GRÁFICO 2.3 - TAXA BRUTA DE NATALIDADE.....	37
GRÁFICO 2.4 - TAXA DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO	37
GRÁFICO 2.5 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE CONCELHIA (1971 = 100)	40
GRÁFICO 2.6 - TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO EFETIVO POR MUNICÍPIO (2001-2012)	40
GRÁFICO 2.7 - TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO NATURAL POR MUNICÍPIO (2001-2012).....	41
GRÁFICO 2.8 - TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO POR MUNICÍPIO (2001-2012).....	41
GRÁFICO 2.9 - PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO COM 10 OU MAIS ANOS QUE NÃO SABE LER NEM ESCREVER (2011)	42
GRÁFICO 2.10 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 OU MAIS ANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (2011)	43
GRÁFICO 2.11 - PESO RELATIVO DE CADA NÍVEL ESCOLARIDADE NA POPULAÇÃO RESIDENTE NO TÂMEGA E SOUSA FACE A PORTUGAL, POR ESCALÃO ETÁRIO (2011)	44
GRÁFICO 2.12 - ABANDONO ESCOLAR ENTRE OS 10 E OS 15 ANOS	45
GRÁFICO 2.13 - PESO DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA E DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO EMPREGO (2011)	51
GRÁFICO 2.14 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (2011)	52
GRÁFICO 2.15 - EXTROVERSÃO DO MERCADO DE TRABALHO CONCELHIO (2011).....	53
GRÁFICO 2.16 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA A TRABALHAR NO ESTRANGEIRO (2011).....	54
GRÁFICO 2.17 - TAXA DE DESEMPREGO POR SEXO (2011)	55
GRÁFICO 2.18 - TAXA DE DESEMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (2011)	55
GRÁFICO 2.19 - TAXA DE DESEMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO (2011)	56
GRÁFICO 3.1 - SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA POR TIPO DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, SEGUNDO O REGIME JURÍDICO, POR REGIÃO (1999 E 2009)	69
GRÁFICO 3.2 - SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA POR TIPO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICO- ECONÓMICA DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, POR REGIÃO (1999 E 2009)	70
GRÁFICO 3.3 - PERCENTAGEM DE DIRIGENTES DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR CLASSE ETÁRIA, POR REGIÃO (1999 E 2009)	72
GRÁFICO 3.4 - PRODUTORES AGRÍCOLAS SINGULARES SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO, POR REGIÃO (1999 E 2009)	73
GRÁFICO 3.5 - REGIME DE OCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA, POR REGIÃO (1999 E 2009)	74
GRÁFICO 3.6 - POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR POR CLASSE ETÁRIA, POR REGIÃO (2009)	75
GRÁFICO 3.7 - POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR POR NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO, POR REGIÃO (2009)	76

GRÁFICO 3.8 - EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DA CIM DO TÂMEGA E SOUSA COM CULTURAS TEMPORÁRIAS, POR TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA (1999, 2009).....	76
GRÁFICO 3.9 - EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DA CIM DO TÂMEGA E SOUSA COM CULTURAS PERMANENTES, POR TIPO DE CULTURA PERMANENTE (1999, 2009).....	77
GRÁFICO 3.10 - EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DA CIM DO TÂMEGA E SOUSA COM PRODUÇÃO PECUÁRIA, POR ESPÉCIE PECUÁRIA (1999, 2009)	78
GRÁFICO 3.11 - ÁREA ARDIDA ANUAL DE POVOAMENTOS FLORESTAIS NO TÂMEGA E SOUSA (2001- 2010)	79
GRÁFICO 3.12 - IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA NO TOTAL DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS DOS CONCELHOS DO TÂMEGA E SOUSA (2011)	82
GRÁFICO 3.13 - IMPORTÂNCIA DE CADA CONCELHO NO TOTAL DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DO TÂMEGA E SOUSA (2011)	84
GRÁFICO 3.14 - IMPORTÂNCIA DE CADA CONCELHO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DO TÂMEGA E SOUSA (2012).....	87
GRÁFICO 3.15 - ESTRUTURA DO PESSOAL AO SERVIÇO E DO VAB INDUSTRIAL DO TÂMEGA E SOUSA, NORTE E PORTUGAL (2011).....	88
GRÁFICO 3.16 - PESSOAL AO SERVIÇO POR EMPRESA NO TÂMEGA E SOUSA, NORTE E PORTUGAL (2011)	90
GRÁFICO 3.17 - PESO DOS CONCELHOS NO VAB DAS PRINCIPAIS INDÚSTRIAS DO TÂMEGA E SOUSA (2011)	91
GRÁFICO 3.18 - EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO, VOLUME DE NEGÓCIOS, E VAB NA INDÚSTRIA DO TÂMEGA E SOUSA (2007 = 100).....	93
GRÁFICO 3.19 - EVOLUÇÃO DO VAB DAS PRINCIPAIS INDÚSTRIAS DO TÂMEGA E SOUSA	93
GRÁFICO 3.20 - EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS, VOLUME DE NEGÓCIOS, VAB E PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS INDUSTRIAIS POR CONCELHO (2007 A 2011).....	94
GRÁFICO 3.21 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO TÂMEGA E SOUSA E DA TAXA DE COBERTURA DO TÂMEGA E SOUSA, NORTE E PORTUGAL	94
GRÁFICO 3.22 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES POR MUNICÍPIO (2007-2011).....	95
GRÁFICO 3.23 - IMPORTÂNCIA DOS SERVIÇOS NOS CONCELHOS DO TÂMEGA E SOUSA (2011) ...	99
GRÁFICO 3.24 - IMPORTÂNCIA DE CADA CONCELHO NOS SERVIÇOS DO TÂMEGA E SOUSA (2011)	100
GRÁFICO 3.25 - IMPORTÂNCIA DOS PRINCIPAIS SERVIÇOS NO TOTAL DO SETOR NO TÂMEGA E SOUSA (2011)	100
GRÁFICO 3.26 - EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO, VOLUME DE NEGÓCIOS E VAB NOS SERVIÇOS DO TÂMEGA E SOUSA (2007 = 100)	101
GRÁFICO 3.27 - EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS, VOLUME DE NEGÓCIOS, VAB E PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DE SERVIÇOS POR CONCELHO (2007 A 2011).....	102
GRÁFICO 3.28 - ESTABELECIMENTOS E CAPACIDADE DE ALOJAMENTO NO TÂMEGA E SOUSA (2009 A 2012)	106
GRÁFICO 3.29 - ESTABELECIMENTOS E CAPACIDADE DE ALOJAMENTO POR MUNICÍPIO (2009 A 2012)	106
GRÁFICO 3.30 – DORMIDAS (N.º) E HÓSPEDES (N.º) NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS DO TÂMEGA E SOUSA+ (2009 A 2012).....	110
GRÁFICO 3.31 - DORMIDAS E HÓSPEDES NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS POR MUNICÍPIO (2009 A 2012)	110
GRÁFICO 4.1 - PATRIMÓNIO CULTURAL CLASSIFICADO NO TÂMEGA E SOUSA	124
GRÁFICO 4.2 - DESPESAS MUNICIPAIS EM CULTURA E DESPORTO POR HABITANTE (2012) (€) ...	125
GRÁFICO 4.3 - DESPESAS EM CULTURA E DESPORTO NO TOTAL DAS DESPESAS MUNICIPAIS (2012) (%).....	125

GRÁFICO 4.4 - DESPESA EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO POR SETOR DE EXECUÇÃO E POR FONTE DE FINANCIAMENTO (2011)	129
GRÁFICO 4.5 - DESPESA EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO A ÁREA CIENTÍFICA OU TECNOLÓGICA (2011).....	129
GRÁFICO 4.6 - EVOLUÇÃO DA INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA NUT TÂMEGA (2007 - 2011).....	130

TABELAS

TABELA 1.1 - NÍVEIS DE ATENDIMENTO DOS SISTEMAS DE ÁGUAS RESIDUAIS NOS MUNICÍPIOS DO TÂMEGA E SOUSA	16
TABELA 1.2 - PRINCIPAIS POTENCIALIDADES E CONSTRANGIMENTOS IDENTIFICADOS NO SETOR DOS RECURSOS HÍDRICOS DO TÂMEGA E SOUSA	18
TABELA 1.3 - QUADRO SÍNTESE DE ALGUNS INDICADORES-CHAVE RELATIVOS À GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS	22
TABELA 1.4 - PRINCIPAIS POTENCIALIDADES E CONSTRANGIMENTOS IDENTIFICADOS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS NO TÂMEGA E SOUSA.....	22
TABELA 1.5 - ÁREA ARDIDA ENTRE 2008 E 2012, EM HECTARES E EM % SOBRE A ÁREA TOTAL DOS MUNICÍPIOS DA CIM TÂMEGA E SOUSA E PORTUGAL.....	26
TABELA 1.6 - PRINCIPAIS POTENCIALIDADES E CONSTRANGIMENTOS PARA O SETOR DO SOLO E BIODIVERSIDADE NO TÂMEGA E SOUSA	29
TABELA 1.7 - TAXA DE VARIAÇÃO DO CONSUMO DE ELETRICIDADE (%) POR TIPO DE CONSUMO (2001-2011)	32
TABELA 1.8 - UNIDADES DE MICROPRODUÇÃO E MINIPRODUÇÃO LIGADAS À REDE, DISTRIBUIÇÃO POR MUNICÍPIO E TIPOLOGIA	32
TABELA 1.9 - PRINCIPAIS POTENCIALIDADES E CONSTRANGIMENTOS NO DOMÍNIO DA ENERGIA NO TÂMEGA E SOUSA	33
TABELA 2.1 - POPULAÇÃO RESIDENTE (2011)	36
TABELA 2.2 - INDICADORES DEMOGRÁFICOS POR MUNICÍPIO (2011).....	39
TABELA 2.3 - NÍVEIS DE ESCOLARIDADE DOS RESIDENTES COM 15 OU MAIS ANOS DE IDADE, POR MUNICÍPIO (2011)	43
TABELA 2.4 - INDICADORES ESCOLARES, POR MUNICÍPIO (2011/2012)	46
TABELA 2.5 - MODALIDADES DE EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO ORIENTADAS PARA JOVENS, POR MUNICÍPIO: PERCENTAGEM DOS MATRICULADOS EM CADA CICLO DE ENSINO (2011/2012)	47
TABELA 2.6 - PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS MATRICULADA EM MODALIDADES DE EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO ORIENTADAS PARA ADULTAS/OS, POR MUNICÍPIO (2011/2012)	48
TABELA 2.7 - EMPREGO E DESEMPREGO (2011)	49
TABELA 2.8 - ESTRUTURA SECTORIAL (CAE) DO EMPREGO (2011)	50
TABELA 2.9 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA EM PROFISSÕES SOCIALMENTE MAIS VALORIZADAS (2011).....	52
TABELA 2.10 - INDICADORES DE CONDIÇÕES ECONÓMICAS (2011)	57
TABELA 2.11 - REFORMAS E APOIOS SOCIAIS (2011)	58
TABELA 2.12 - ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA (2010-2012)	59
TABELA 2.13 - INDICADORES DE SAÚDE	59
TABELA 2.14 - INDICADORES DE HABITAÇÃO (2011)	60
TABELA 2.15 - INDICADORES DE CRIMINALIDADE (2012).....	61

TABELA 2.16 - INDICADORES AMBIENTAIS.....	62
TABELA 2.17 - INDICADORES DE CONSUMOS CULTURAIS (2011).....	63
TABELA 3.1 - SUPERFÍCIE TERRITORIAL E SUPERFÍCIE TOTAL DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS NO TÂMEGA E SOUSA (1999 E 2009)	66
TABELA 3.2 - USO DO SOLO NO TÂMEGA E SOUSA (2005)	66
TABELA 3.3 - TIPOS DE OCUPAÇÃO DA TERRA NA ÁREA TOTAL DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS NO TÂMEGA E SOUSA (1999 E 2009)	67
TABELA 3.4 - EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR CLASSES DE SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (2009)	68
TABELA 3.5 - NÚMERO MÉDIO DE BLOCOS DE SAU POR EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA (2009).....	68
TABELA 3.6 - SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA MÉDIA POR EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, POR CATEGORIA JURÍDICA (1999 E 2009)	69
TABELA 3.7 - SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA MÉDIA POR TIPO DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA SEGUNDO A ORIENTAÇÃO TÉCNICO-ECONÓMICA (1999 E 2009)	71
TABELA 3.8 - MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA (Nº DE TRABALHADORES), EM 1999 E 2009	74
TABELA 3.9 - EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DO TÂMEGA E SOUSA POR TIPO DE CULTURA PERMANENTE E POR ÁREA DE CULTURA PERMANENTE (2009).....	77
TABELA 3.10 - NÚMERO DE ANIMAIS EM PRODUÇÃO (CN) NAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DO TÂMEGA E SOUSA, POR ESPÉCIE PECUÁRIA (1999 E 2009)	78
TABELA 3.11 - ÁREAS DAS ESPÉCIES FLORESTAIS PLANTADAS NO TÂMEGA E SOUSA (2005).....	79
TABELA 3.12 - PESO DA AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, FLORESTA E PESCA NA ECONOMIA (2009, 2011)	80
TABELA 3.13 - IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA NO TÂMEGA E SOUSA, NORTE E PORTUGAL (2011)	81
TABELA 3.14 - INDICADORES DE EMPRESAS INDUSTRIAIS POR MUNICÍPIO (2011)	83
TABELA 3.15 - EMPRESAS POR ESCALÃO DE PESSOAS AO SERVIÇO E INDICADORES DE CONCENTRAÇÃO (2011)	85
TABELA 3.16 - INDICADORES DE COMÉRCIO INTERNACIONAL POR NUT (2011, 2012).....	86
TABELA 3.17 - EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS POR MUNICÍPIO DE SEDE DOS OPERADORES E TAXA DE COBERTURA DAS IMPORTAÇÕES PELAS EXPORTAÇÕES (2012)	86
TABELA 3.18 - COMÉRCIO INTERNACIONAL DECLARADO DE MERCADORIAS POR MUNICÍPIO DE SEDE DOS OPERADORES E INDICADORES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL POR CONCELHOS (2012)	87
TABELA 3.19 - IMPORTÂNCIA DAS PRINCIPAIS INDÚSTRIAS DO TÂMEGA E SOUSA NO NORTE E EM PORTUGAL (2011)	89
TABELA 3.20 - EMPRESAS COM MAIS DE 250 EMPREGADOS NO TÂMEGA E SOUSA (2012)	89
TABELA 3.21 - PROJETOS APROVADOS NA INDÚSTRIA NO TÂMEGA E SOUSA (2008-2013).....	96
TABELA 3.22 - IMPORTÂNCIA DOS SERVIÇOS NO TÂMEGA E SOUSA, NORTE E PORTUGAL (2011)	98
TABELA 3.23 - INDICADORES DE EMPRESAS DE SERVIÇOS POR MUNICÍPIO (2011)	99
TABELA 3.24 - PROJETOS APROVADOS NOS SERVIÇOS NO TÂMEGA E SOUSA (2008-2013).....	104
TABELA 3.25- ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO NO TÂMEGA E SOUSA (2011)	105
TABELA 3.26 - OFERTA DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL E DE HABITAÇÃO (TERH)	107
TABELA 3.27 - INDICADORES DE HOTELARIA (2012)	112
TABELA 3.28 - ESTRUTURA SETORIAL DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS COM SEDE NOS CONCELHOS DO TÂMEGA E SOUSA (2011).....	115
TABELA 3.29 - ESTRUTURA SETORIAL DO VAB DAS EMPRESAS COM SEDE NOS CONCELHOS DO TÂMEGA E SOUSA (2011).....	116
TABELA 3.30 - ESTRUTURA INDUSTRIAL DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS INDÚSTRIAS DOS CONCELHOS DO TÂMEGA E SOUSA (2011).....	116

TABELA 3.31 - ESTRUTURA INDUSTRIAL DO VAB NAS INDÚSTRIAS DOS CONCELHOS DO TÂMEGA E SOUSA (2011).....	117
TABELA 3.32 - TAXA DE VARIAÇÃO (%) DA INDÚSTRIA E DO TOTAL DE ATIVIDADES NO TÂMEGA E SOUSA, NORTE E PORTUGAL (2007 A 2011)	117
TABELA 3.33 - INDICADORES DEMOGRÁFICOS DAS EMPRESAS POR NUTS III (2010 E 2011).....	117
TABELA 3.34 - INCENTIVOS AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO TÂMEGA E SOUSA ENTRE 2008 E 2013	118
TABELA 3.35 - TAXA DE VARIAÇÃO (%) DOS SERVIÇOS E DO TOTAL DE ATIVIDADES NO TÂMEGA E SOUSA, NORTE E PORTUGAL (2007 A 2011)	119
TABELA 3.36 - INCENTIVOS AO INVESTIMENTO NOS SERVIÇOS NO TÂMEGA E SOUSA ENTRE 2008 E 2013	119
TABELA 4.1 - INDICADORES DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL POR MUNICÍPIO DO TÂMEGA E SOUSA (2011)	122
TABELA 4.2 - INDICADORES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (I&D), 2011	128
TABELA 4.3 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO COM 15 OU MAIS ANOS DE ACORDO COM O PRINCIPAL MEIO DE VIDA (2011)	132
TABELA 4.4 – ESTRUTURAS RESIDENCIAIS PARA IDOSOS E SERVIÇOS DE APOIO DOMICILIÁRIO..	133
TABELA 4.5 – CRECHES E ATLS.....	135
TABELA 4.6 - POPULAÇÃO RESIDENTE COM, PELO MENOS, UMA DIFICULDADE (2011)	136
TABELA 4.7 – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE APOIO A PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	137

Nota de abertura

O Tâmega e Sousa tem muito de que se orgulhar. O território de grande beleza e valor ambiental, marcado pelos rios e pelas montanhas. O rico património histórico e cultural. A excelência dos seus produtos tradicionais, da sua gastronomia, dos seus vinhos. O importante contributo que algumas das suas indústrias dão à economia nacional. E as pessoas, sobretudo as pessoas.

Somos uma comunidade com cerca de meio milhão de habitantes e vivemos numa região que tem também dificuldades e carências. Embora muito do que realmente importa não possa ser traduzido em números, as estatísticas atribuem-nos, em diversos domínios, uma das situações menos favoráveis do Norte de Portugal. Não nos podemos conformar. E não o faremos.

Com a constituição da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa ganhámos a força da união em torno de um objetivo comum – o desenvolvimento equilibrado e sustentado de um território que se impõe pela sua dimensão e diversidade. Enquanto responsáveis políticos dos onze municípios que integram esta C.I.M. cabe-nos fazer o nosso melhor para contrariar as estatísticas. É o que iremos fazer. Porque queremos aproveitar e otimizar as potencialidades da nossa região em favor das populações que representamos. É esse o propósito do Plano Estratégico que aqui apresentamos.

O período de programação dos fundos comunitários que agora se inicia e se estende até 2020 representa uma oportunidade que não pode ser desperdiçada. Até porque as prioridades fundamentais da estratégia Europa 2020, que norteiam a sua aplicação, vão, em grande medida, de encontro às necessidades que sentimos. O Plano Estratégico tem, portanto, a preocupação de criar condições para que os fundos que vão estar disponíveis possam ser mobilizados em prol do desenvolvimento do Tâmega e Sousa. Mas não se pense que tudo se esgota na temática do acesso aos fundos. Não. Este documento propõe um rumo de longo prazo – 2020 é uma etapa importante no rumo que queremos percorrer, mas é apenas isso... Uma etapa.

Todo o processo de construção deste Plano Estratégico traduz a nossa vontade de trabalhar em comum nas soluções que melhor sirvam as populações que representamos. A elaboração de um documento desta natureza foi necessariamente difícil. Numa comunidade tão diversa como o Tâmega e Sousa, se este plano se limitasse ao mínimo denominador comum das iniciativas que reúnem absoluta unanimidade, a muito pouco se reduziria. Se, pelo contrário, acolhesse integralmente todas as pretensões de cada um dos municípios, careceria de coerência e assumiria proporções irrealizáveis. Este trabalho representa um extraordinário exercício de compromisso e solidariedade: sem descurar os seus interesses fundamentais, cada um dos municípios soube ter a abertura necessária para permitir a formulação de uma estratégia coerente que, no seu conjunto, responde de forma equilibrada às preocupações de todos. É necessário, agora, com o mesmo espírito de compromisso e solidariedade, tornar o Plano Estratégico do Tâmega e Sousa uma realidade.

E todos estamos convocados. Nós, os representantes dos onze municípios, que desempenhámos a nossa função na preparação deste documento e estamos muito

empenhados na sua implementação mas também todos os que se interessam pela nossa região. Só assim serão atingidos os objetivos. Pretendemos que o Plano Estratégico seja um elemento polarizador em torno do qual se possam congregiar as empresas, as instituições sociais, culturais e desportivas, a administração pública...

O “mapa” que nos orientará nos caminhos do futuro e do desenvolvimento está pronto! Agora unidos na diversidade, rigorosos e muito determinados, vamos trabalhar. Porque queremos que o Tâmega e Sousa tenha, sempre e cada vez mais, de que se orgulhar.

É pelas pessoas, pelo seu bem-estar e qualidade de vida, que com orgulho apresentamos este Plano Estratégico do Tâmega e Sousa.

Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus



Presidente da C.M. de Castelo de Paiva
Presidente do Conselho Intermunicipal

José Inácio Cardoso Ribeiro

Presidente da C.M. de Felgueiras
Vice-presidente do Conselho Intermunicipal

Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito

Presidente da C.M. de Paços de Ferreira
Vice-presidente do Conselho Intermunicipal

José Luís Gaspar Jorge

Presidente da C.M. de Amarante

José Luís Pereira Carneiro

Presidente da C.M. de Baião

Joaquim Monteiro da Mota e Silva

Presidente da C.M. de Celorico de Basto

Armando Silva Mourisco

Presidente da C.M. de Cinfães

Pedro Daniel Machado Gomes

Presidente da Câmara Municipal de Lousada

Manuel Maria Moreira

Presidente da C.M. de Marco de Canaveses

Antonino Aurélio Vieira de Sousa

Presidente da C.M. de Penafiel

Manuel Joaquim Garcez Trindade

Presidente da C.M. de Resende

o. Introdução

Desenhar um plano estratégico pode dar mais ou menos trabalho, mas não é difícil. As dificuldades começam a surgir se houver a preocupação de lhe dar realismo, de cuidarmos da sua razoabilidade e viabilidade de concretização. Não confundir desejos com realidade é um bom lema, para começar. Exige-se que olhemos à volta, para o contexto conjuntural e estrutural em que nos propomos atuar. E, sobretudo, que analisemos as nossas forças e fraquezas, competências e recursos, ambição e determinação. Não vale a pena fazer planos mirabolantes se não houver recursos, externos e/ou internos, disponíveis. E, muito menos, se não tivermos a organização e a capacidade de decidir e fazer acontecer. Se não tivermos competências de gestão e governança, se é que uma pode ir sem a outra.

As Comunidades Intermunicipais (CIM) são criações recentes que, em vários casos, têm pouco de espontâneo ou natural. A CIM do Tâmega e Sousa não escapa a essa regra. A justaposição de duas sub-regiões com características tão distintas quanto o Vale do Sousa e o Baixo Tâmega tinha, à primeira vista, tudo para não correr bem. Some-se-lhe um enquadramento em que a administração central pouco, ou nada, fez para se ajustar às alterações de ordenamento territorial que ela própria promovera e temos criado o cenário para uma “tempestade perfeita”. Ou assim parecia.

Confrontados com esta situação e com o desafio/oportunidade de elaborarem um plano estratégico que pudesse promover o seu desenvolvimento, os autarcas da CIM do Tâmega e Sousa resolveram começar pelo princípio. Assumindo-se como uma organização emergente, cedo perceberam que a consolidação progressiva da organização e a definição de grandes princípios e objetivos, a que a governança da região deveria obedecer e promover, seriam os principais reptos que havia que vencer. Tratava-se de construir a confiança recíproca sobre a qual se pudesse ir construindo uma cultura partilhada, feita de solidariedade e almejando a coesão, sem nunca pôr em causa aquilo que era próprio, identitário de cada concelho ou sub-região. Um processo necessariamente moroso, que se vai fazendo à medida que se percorre o caminho, em que o plano estratégico é uma pedra basilar mas que, só quando passar o teste da respetiva execução, se poderá dizer que estará vencido.

Nessa caminhada usou-se de total transparência. Cada concelho pôs sobre a mesa as suas prioridades próprias e a sua visão para a região. Sugeriu iniciativas que considerava poderem ser assumidas pela CIM, quais aquelas em que admitia haver um efeito difusor e qual a sua margem de cedência. O desenvolvimento emergiu, muito naturalmente, como ambição comum. Desenvolvimento, e não apenas crescimento, por ter como preocupação a criação de emprego e a coesão, social e inter-concelhia. Desenvolvimento, e não apenas crescimento, por eleger a sustentabilidade e a dimensão ambiental como fatores críticos de sucesso. Desenvolvimento que aprofunde

as vantagens competitivas alcançadas em vários sectores de atividade, que alavanque o futuro no passado e presente da região, que não tenha a presunção de fazer tábua rasa do conseguido. Desenvolvimento que se articule com as regiões circundantes e faça da complementaridade um fator de crescimento. Desenvolvimento assente na valorização, sistemática e organizada, dos recursos e competências disponíveis na região, mas também num processo de evolução centrado na qualificação dos recursos humanos, desde a base até às capacidades de gestão e iniciativa empresarial. Tudo no quadro de uma visão que faça da CIM do Tâmega e Sousa, em 2030, uma região apelativa, onde se queira viver e trabalhar, com boa qualidade de vida e com um nível de rendimento que a coloque em linha com a média do País. Uma ambição difícil de concretizar, mas não desmedida. Alcançável se a CIM souber superar os desafios de organização e governança que lhe deem a coesão interna, a consistência e a capacidade para persistir e superar eventuais tentações deletérias. Alcançável se a CIM, definidas as prioridades, souber traduzi-las em projetos, com a consciência de que nem os recursos nem as competências são ilimitados, e for capaz de encontrar a disciplina para os executar, no tempo e modo certos.

A elaboração do plano estratégico que aqui se apresenta representa momentos que se esperam fundacionais da dinâmica que atrás se enunciou, um primeiro passo de uma corrida que se sabe longa mas para a qual os autarcas dos concelhos que integram a CIM do Tâmega e Sousa evidenciaram a determinação apenas ao alcance dos vencedores de corridas de fundo. Em 2030, a história os julgará.

PARTE I

Caraterização do Tâmega e Sousa

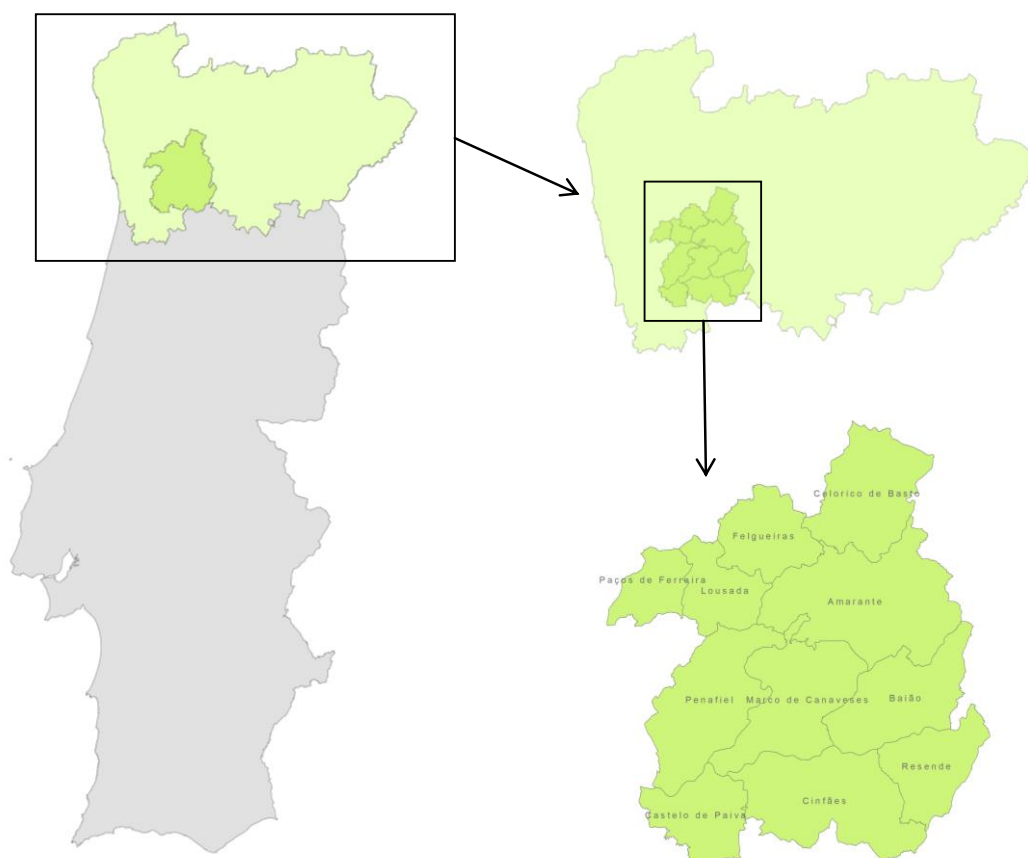
1.O território

Neste primeiro capítulo, caracteriza-se o território do Tâmega e Sousa. Começa-se pelo seu enquadramento geoestratégico, antes de tratar sucessivamente os temas do sistema urbano, das acessibilidades e mobilidade e do ambiente e energia. Termina-se com algumas considerações sobre o contexto regional e urbano do Tâmega e Sousa.

1.1. Enquadramento geográfico e sistema urbano

A Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa é composta pelos municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende. Esta comunidade é uma das sete entidades intermunicipais em que se encontram organizados os municípios da Região Norte de Portugal, no quadro da Lei n.º 75/2013. Recebe o seu nome dos rios Tâmega e Sousa, em cujas bacias se situam a maioria dos concelhos da comunidade.

Ilustração 1.1 - Enquadramento geográfico da CIM Tâmega e Sousa



Fonte: CAOP (2012).

O território do Tâmega e Sousa tem uma área de 1 830 km², que corresponde a 8,6% do total da Região Norte. Confronta, a oeste, com a Área Metropolitana do Porto, a norte, com a Comunidade Intermunicipal do Ave, a este, com a do Douro e, a sul, com a de Dão-Lafões, esta já na Região Centro. Em termos da tradicional organização administrativa portuguesa, os concelhos do Tâmega e Sousa repartem-se por quatro distritos: Aveiro, Braga, Porto e Viseu. Em termos de nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos, tal como vigorou até 2013, o Tâmega e Sousa insere-se, mas não coincide integralmente, na NUT III (sub-região) Tâmega. De facto, esta sub-região incluía também os municípios de Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto, integrados na CIM Ave, de Paredes, que passará agora a integrar a Área Metropolitana do Porto, e de Ribeira de Pena, que integra a CIM do Alto Tâmega.

Neste documento, salvo indicação em contrário, utiliza-se a expressão “Tâmega e Sousa” para designar o território dos onze concelhos da comunidade intermunicipal homónima. Dada a não coincidência entre esse território e a NUT III Tâmega, as estatísticas que apresentamos para o Tâmega e Sousa foram, em geral, obtidas por agregação dos valores correspondentes àqueles onze municípios.

O Tâmega e Sousa é um território de transição, entre o litoral de vocação industrial, e o interior, ainda predominantemente rural. Esta transição manifesta-se, de forma muito visível, na heterogeneidade interna da própria comunidade que é profusamente ilustrada ao longo dos capítulos seguintes desta caracterização.

É habitual sintetizar essa heterogeneidade no dualismo entre o Vale do Sousa, por um lado, e o Baixo Tâmega e Douro, por outro. O Vale do Sousa é concebido como uma região fortemente industrializada, muito marcada pela proximidade à Área Metropolitana do Porto, de povoamento disperso e desordenado, onde as instalações industriais convivem com a habitação e com a atividade agrícola remanescente. No Baixo Tâmega e no Douro, pelo contrário, a presença industrial é reduzida, a atividade económica assenta na agricultura, na floresta e nos serviços, o povoamento é mais concentrado e a influência da Área Metropolitana é bastante mais difusa. A realidade é, porém, mais complexa do que este dualismo esquemático.

1.1.1. Caracterização sintética dos concelhos da comunidade intermunicipal e do seu sistema urbano

O concelho de Amarante é o mais extenso do Tâmega e Sousa, com uma área de 301 km², correspondente a 16,5% do território da comunidade. O concelho organiza-se em 26 freguesias ao longo da bacia do Tâmega. Amarante confronta, dentro da comunidade, com os concelhos de Celorico de Basto, Felgueiras, Lousada, Penafiel, Marco de Canaveses e Baião e, já fora dela, com Mondim de Basto e Vila Real. Pertence ao distrito do Porto. Com 56 mil habitantes, é o quarto concelho mais populoso do Tâmega e Sousa, quase em igualdade com o terceiro, Paços de Ferreira. A cidade de Amarante e Vila Meã são os seus principais núcleos urbanos. O relevo é marcado pelas serras do Marão e da Aboboreira. O concelho de Amarante é, ele próprio, caracterizado por um significativo dualismo, com as freguesias da margem direita do Tâmega a serem atraídas pelo dinamismo da Área Metropolitana do Porto enquanto as da margem esquerda tendem a ser marcadas pela interioridade. A agricultura, nomeadamente a produção vinícola, a construção civil e a indústria metalomecânica são algumas das atividades económicas mais relevantes do concelho.

O concelho de Baião, também integrado no distrito do Porto, confronta a norte, com Amarante, a oeste com Marco de Canaveses e, a sul, separado pelo rio Douro, com Cinfães e Resende. A este, já fora da comunidade do Tâmega e Sousa, faz fronteira com Vila Real, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio. Está organizado em 14 freguesias. A paisagem é marcada pelas Serras do Marão, da Aboboreira e da Serra de Matos e pelos rios Douro, Teixeira e Ovil. O concelho tem 175 km² de área e 21 mil habitantes. A sede do concelho, com cerca de 3 mil habitantes, é o seu principal núcleo urbano. O setor primário e os serviços são as principais atividades económicas, num concelho com níveis consideráveis de envelhecimento, uma taxa de atividade reduzida e elevados níveis de desemprego.

Castelo de Paiva é o único concelho do Tâmega e Sousa que integra o distrito de Aveiro, estando organizado em seis freguesias. Situado na margem esquerda do Douro, confronta na margem oposta, com Marco de Canaveses e Penafiel e, a este, na margem esquerda, separado pelo rio Paiva, com Cinfães. Já fora do Tâmega e Sousa, confronta a sul e oeste com Arouca, Gondomar e Santa Maria da Feira. Os rios Douro, Paiva e Arda, a floresta e o relevo montanhoso, nomeadamente, o monte de S. Domingos marcam a paisagem. Com 115 km², é o terceiro concelho mais pequeno da comunidade e, com os seus 17 mil habitantes, é o segundo menos povoado. Estando geograficamente no ocidente do Tâmega e Sousa, partilha algumas das características dos concelhos mais interiores. É, no entanto, o concelho da comunidade em que maior percentagem da população vive em núcleos populacionais com mais de 2 000 habitantes. As indústrias dos produtos metálicos e do calçado são as atividades industriais mais relevantes do concelho que, no entanto, conserva fortes elementos de ruralidade.

O concelho de Celorico de Basto situa-se no extremo sudeste do distrito de Braga, estando dividido em quinze freguesias. Faz fronteira, dentro do Tâmega e Sousa, com Amarante e Felgueiras, já pertencentes ao distrito do Porto, e fora dele com Fafe, Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto. Estende-se por 181 km² e tem uma população de cerca de 20 mil habitantes, sendo a sede do concelho, com 12% da população, a única localidade com mais de 2 000 habitantes. A população apresenta um índice de envelhecimento relativamente elevado, o terceiro mais alto da comunidade. A presença da indústria é limitada, sendo a economia ainda marcadamente rural.

Cinfães é um dos dois concelhos do distrito de Viseu integrados no Tâmega e Sousa, onde confronta com Castelo de Paiva e Resende, respetivamente a oeste e este, na margem esquerda do Douro, na margem oposta, com Baião e Marco de Canaveses. O concelho está dividido em catorze freguesias. Com uma área de 239 km², é o segundo concelho mais extenso da comunidade intermunicipal mas, com os seus 20 mil habitantes, é o menos densamente povoado. Nenhuma das suas localidades atinge os 2 000 habitantes. Os rios Douro, Paiva, Bestança e Cabrum e a serra de Montemuro dominam a paisagem. A população está muito envelhecida e, apesar de a taxa de atividade ser baixa, os níveis de desemprego são elevados. A presença da indústria no concelho é muito limitada, sendo a economia assente no setor primário e nalgumas atividades de serviços.

Felgueiras é, pelo contrário, um concelho intensamente industrializado, marcado pela presença dominante da indústria do calçado. O concelho está integrado no distrito do Porto e faz fronteira com Amarante, Celorico de Basto e Lousada, no Tâmega e Sousa, e, fora dele, com Fafe, Guimarães e Vizela. Com 116 km², encontra-se atualmente organizado em 20 freguesias. Os seus 58 mil habitantes tornam-no o segundo concelho mais populoso da comunidade, sendo a estrutura etária bastante jovem. As cidades de

Felgueiras e da Lixa e as vilas de Barrosas e da Longra são os principais núcleos urbanos. O concelho apresenta uma elevada taxa de atividade e a menor taxa de desemprego do Tâmega e Sousa.

O concelho de Lousada, com 96,3 km², é o segundo mais pequeno do Tâmega e Sousa mas, pelos seus 493 mil habitantes por quilómetro quadrado, o segundo mais densamente povoado. Está organizado em 15 freguesias. Apresenta os índices de envelhecimento mais reduzidos da comunidade intermunicipal. A indústria, nomeadamente a do vestuário, tem um importante peso na atividade económica, sendo a taxa de atividade elevada e a taxa de desemprego das mais baixas da comunidade. A indústria convive, no entanto, com atividades agrícolas significativas. Relativamente à sua geografia, destacam-se as elevações cobertas por bosque assim como os seus vales férteis, como o do Mesio e do Sousa, outrora marco determinante na fixação da população. Lousada faz fronteira com Amarante, Felgueiras, Paços de Ferreira, Penafiel e, fora do Tâmega e Sousa, Paredes, Santo Tirso e Vizela. A sede do concelho, com cerca de 10 mil habitantes, é o principal núcleo urbano mas o povoamento é bastante disperso, apenas 26% da população vivendo em lugares com mais de 2 000 habitantes.

Marco de Canaveses, pertencente ao distrito do Porto, é o único concelho que não tem fronteira com concelhos exteriores ao Tâmega e Sousa. Confronta, a norte, com Amarante, a poente, com Penafiel, a nascente, com Baião e a sul, na outra margem do Douro, com Castelo de Paiva e Cinfães. Marco de Canaveses tem uma área de 202 km², que faz dele o terceiro mais extenso da comunidade intermunicipal, e 16 freguesias. A população é de 53 mil habitantes, sendo consideravelmente jovem. A sede do concelho, com cerca de 11 mil habitantes, é o núcleo urbano mais importante. As serras da Aboboreira e Montedeiras e os rios Douro, Tâmega e Ovelha são elementos estruturantes da paisagem. A atividade económica dispersa-se por vários setores, com a indústria têxtil e a exploração de granito a assumirem algum relevo.

Com apenas 71 km², Paços de Ferreira é mais pequeno dos onze concelhos do Tâmega e Sousa mas com os seus 56 mil habitantes é também o mais densamente povoado. As cidades de Paços de Ferreira e Freamunde e as vilas de Frazão e Carvalhosa são os principais núcleos urbanos. A percentagem da população a viver em localidades com mais de 2 000 habitantes é a mais alta do Tâmega e Sousa, a par de Castelo de Paiva. A população é, a par de Lousada, a mais jovem da comunidade. O concelho integra o distrito do Porto e tem dezasseis freguesias. Dentro da comunidade intermunicipal, Paços de Ferreira apenas faz fronteiras com Lousada. Os restantes concelhos vizinhos são Paredes, Santo Tirso e Valongo. Paços de Ferreira é um concelho fortemente industrializado, estando a sua imagem particularmente associada à indústria do mobiliário mas havendo igualmente uma presença importante da indústria do vestuário.

Penafiel, com 212 km² é o terceiro concelho mais extenso da comunidade intermunicipal. O concelho, integrado no distrito do Porto, está subdividido em 28 freguesias e acolhe a sede da comunidade intermunicipal. O concelho é limitado, a norte, pelo município de Lousada, a nordeste, por Amarante, a este, por Marco de Canaveses, a sul, por Castelo de Paiva e, fora do Tâmega e Sousa, a sudoeste, por Gondomar e, a oeste, por Paredes. Os rios Douro e Sousa são elementos estruturantes da paisagem. Com 72 mil habitantes, é o concelho mais populoso da comunidade intermunicipal. A cidade de Penafiel bem como S. Vicente, Entre-os-Rios e Paço de Sousa são núcleos urbanos relevantes. A população é bastante jovem. Os serviços predominam, na atividade económica, mas há uma presença significativa da indústria, nomeadamente de vestuário.

O município de Resende pertence ao distrito de Viseu e confronta, no Tâmega e Sousa, com Cinfães e Baião e, fora dele, com Castro Daire, Lamego e Mesão Frio. Está dividido em 15 freguesias. Tem uma extensão de 123 km² e 11 mil habitantes, o que faz dele o segundo menos densamente povoada da comunidade intermunicipal. É também o que apresenta o mais elevado índice de envelhecimento e a menor taxa de atividade. É um concelho marcadamente rural, sendo reputado pela sua produção de cereja. O rio Douro e as serras de Montemuro e serra das Meadas, que se estendem ao longo da zona ribeirinha, são elementos naturais importantes.

Os elementos estatísticos analisados ao longo desta primeira parte do plano estratégico, dedicada à caracterização do Tâmega e Sousa, mostram que a realidade tem mais matizes do que a tradicional dicotomia Sousa versus Tâmega permite perceber. As afinidades entre os concelhos não são uniformes, variando consoante os indicadores em que incida a análise. Àquela dicotomia haveria, pelo menos, que acrescentar, pelo menos, uma terceira categoria, constituída pelos três grandes concelhos “centrais” da comunidade, Amarante, Marco de Canaveses e Penafiel. Estes concelhos são eles próprios uma zona de transição entre as realidades que os rodeiam, contendo, cada um deles, embora em grau variável, elementos da realidade mais industrial do Sousa e da realidade mais rural do Tâmega.

1.1.2. Sistema urbano

Desta breve descrição de cada um dos concelhos, resulta a imagem de um sistema urbano difuso, sem núcleos de dimensão muito acentuada. Nos concelhos mais densamente povoados, isso é resultado de um esquema de povoamento, em geral, muito disperso. Nos concelhos mais interiores, embora o povoamento seja menos disperso é a escassez da população que produz o mesmo resultado.

Neste contexto, o Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte (PROT-n) propunha a afirmação da “conurbação Paredes/Penafiel” como “uma aglomeração urbana regional que estrutur[ass]e um espaço de intensa urbanização a leste da Aglomeração Metropolitana do Porto, evitando os efeitos perversos da suburbanização em contexto de crescimento demográfico e acentuadas deficiências sociais, ambientais e económicas.” Seria uma de onze cidades/conjuntos de cidades da Região Norte a que atribuía “funções essenciais de articulação territorial, no terceiro dos cinco níveis de um esquema de classificação, em que a Aglomeração Metropolitana do Porto ocupa o lugar cimeiro e Braga e Vila Real surgem no segundo, como cidades de equilíbrio regional. O facto de Paredes já não pertencer ao Tâmega e Sousa não facilita a promoção dos propósitos do PROT-n.

Para além do polo Paredes/Penafiel, o PROT-n identificava cinco cidades do Tâmega e Sousa como “centros estruturantes sub-regionais”, o quarto nível do seu esquema de classificação: Amarante, Marco de Canaveses, Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira. No quinto nível, as restantes sedes de concelho eram classificadas como centros urbanos estruturantes municipais.

O plano estratégico assume o propósito da manutenção de um sistema urbano policêntrico, com complementaridades de geometria variável entre os seus principais núcleos. Mas assume, igualmente, o propósito de contribuir para o processo, necessariamente lento, de estruturação dessas complementaridades, através da ponderação dos impactos geográficos das opções a tomar em matéria de localização das

iniciativas e da organização da mobilidade regional. Assume, ainda, o propósito de contribuir para estruturação das relações entre espaço urbano e espaço rural.

1.1.3. Inserção regional

A compreensão da realidade do Tâmega e Sousa e a definição de uma estratégia para o seu futuro não pode ignorar a sua inserção regional. As fronteiras da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa – como acontece, aliás, quase sempre, com as fronteiras administrativas – não são estanques nem correspondem a uma descontinuidade marcada na realidade física, humana ou económica do território. Tal como têm afinidades e elementos de continuidade entre si, os concelhos integrados na comunidade também as têm com os seus vizinhos das comunidades circundantes.

Celorico de Basto tem ligações históricas e identitárias com os restantes concelhos das Terras de Basto. A realidade de Cinfães e Resende é marcada pela ligação ao Douro que partilham com concelhos a montante e a jusante. Castelo de Paiva tem muito em comum com Arouca e Feira, no Entre Douro e Vouga. Como referido no ponto anterior, a relação entre Penafiel e a vizinha cidade de Paredes leva o PROT N a chamar-lhes “uma coalescência urbana”. E os concelhos industrializados do noroeste da comunidade, Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, têm realidades sociais e económicas em muitos aspetos semelhantes às do Ave (Vizela, Famalicão, Guimarães) e da Área Metropolitana do Porto (Paredes, Santo Tirso, Trofa) que lhes são mais próximos.

A vizinhança da Área Metropolitana do Porto é, porventura, o elemento mais marcante da inserção geográfica da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. A Área Metropolitana é o principal núcleo populacional e económico do norte do país, o polo de maior concentração de serviços avançados e do sistema científico e tecnológico, o principal destino turístico, a sede das infraestruturas logísticas fundamentais e o ponto de confluência de muitas vias de transporte essenciais.

A presença e proximidade deste vizinho regional tem virtualidades. O crescimento económico e demográfico registado em diversos concelhos do Tâmega e Sousa, nas últimas décadas, resulta, em grande parte, do aproveitamento das vantagens desta proximidade. A melhoria das acessibilidades regionais permitiu-lhes afirmarem-se como uma localização interessante para a atividade económica que tem mercados importantes na Área Metropolitana ou que necessita de utilizar as infraestruturas logísticas aí situadas. E permitiu igualmente que vários concelhos se afirmassem como localizações privilegiadas para habitação, mesmo para quem pretendam trabalhar na Área Metropolitana. Permitiu também às pessoas e instituições do Tâmega e Sousa aceder, em condições progressivamente mais fáceis, aos serviços disponibilizados no Porto.

Mas há também o reverso da medalha. A Área Metropolitana exerce uma força centrípeta que atrai os ativos do Tâmega e Sousa. Em muitos domínios, a facilidade de acesso ao Porto tem sido também um fator desmotivador da afirmação de projetos autónomos. Sobretudo nos concelhos menos dotados de infraestruturas de transporte, em que os movimentos pendulares rápidos em direção ao núcleo da Área Metropolitana são mais problemáticos, essa força centrípeta tem sido também um importante fator de esvaziamento populacional.

A estratégia para o Tâmega e Sousa terá que valorizar o que o seu contexto regional lhe proporciona. A comunidade terá que saber aproveitar as vantagens da proximidade à Área Metropolitana do Porto, continuando a afirmar-se como uma localização para viver

e investir que conjuga as vantagens ambientais de um território ainda marcado pela ruralidade com o fácil acesso aos mercados e às comodidades da vida urbana. Terá que encontrar os modelos mais adequados para desenvolver o seu potencial turístico, tendo em conta a vizinhança da cidade do Porto, de um lado, e do Douro Vinhateiro, do outro. Terá que estar aberta a explorar as complementaridades com as comunidades vizinhas, em função da escala mais adequada para lidar com cada problema, no contexto mais vasto da Região Norte.

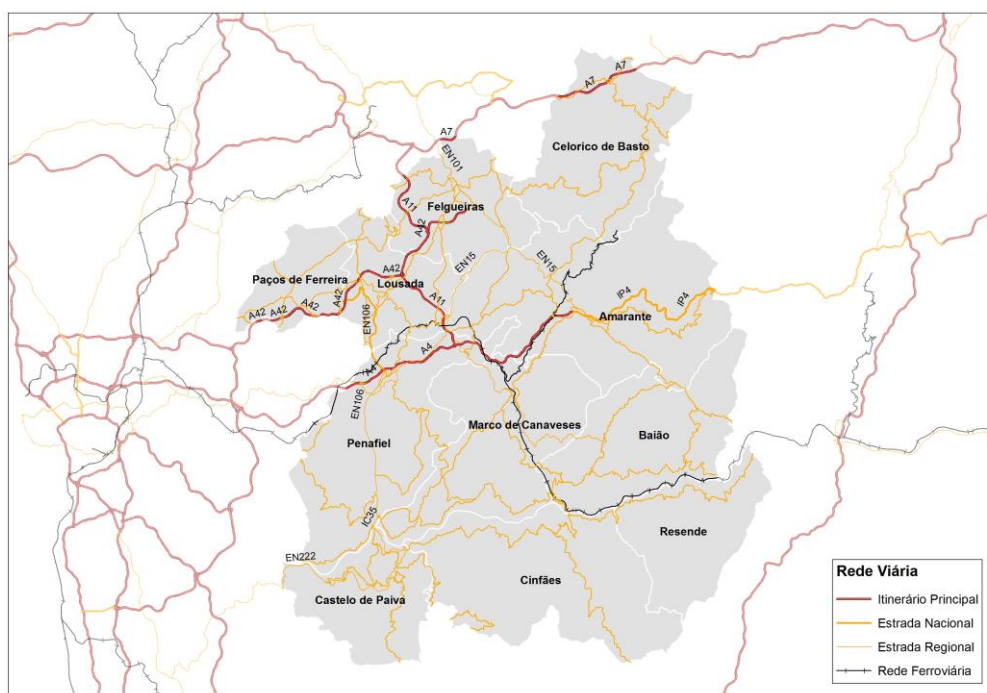
1.2. Acessibilidade, mobilidade e transportes

O Tâmega e Sousa usufrui de uma posição privilegiada na Região Norte. A sua proximidade relativamente à AMP aporta benefícios, posicionando-o junto da rede de acessibilidades regional e de ligação quer ao interior, quer ao centro do país.

A região encontra-se servida por uma rede rodoviária e ferroviária com sentido predominante Este-Oeste, composta pela A4/IP4 e pela Linha do Douro (Ilustração 1.2), sendo a ligação rodoviária a principal via de comunicação inter-regional, permitindo efetuar a ligação, a oeste, ao Porto, respetiva área metropolitana e à autoestrada do norte e a este, ao interior Norte e à fronteira com Espanha (PTD, 2008).

Para além das referidas ligações, destaca-se ainda a A42/IC25 (ligação à A3, no nó de Ermesinde) e a A11/IP9 (ligação à A7/IC5, no sentido de Felgueiras), ambas com ligação à A4/IP4 e a Linha do Tâmega que efetua a conexão a Vila Meã, Amarante, a partir da Linha do Douro (PTD, 2008). É de referir a ligação ao centro de Amarante, por via ferroviária, que foi interrompida para obras de requalificação sem que as mesmas tenham sequer sido iniciadas.

Ilustração 1.2 - Rede viária do Tâmega e Sousa



A Linha do Douro tem vindo a perder a sua relevância na ligação do Tâmega e Sousa com o restante território nacional e internacional, fruto da aposta que se efetuou na potenciação das acessibilidades rodoviárias. No entanto, têm-se verificado importantes investimentos na modernização desta linha, potenciando-a como um excelente meio de ligação da e para a região.

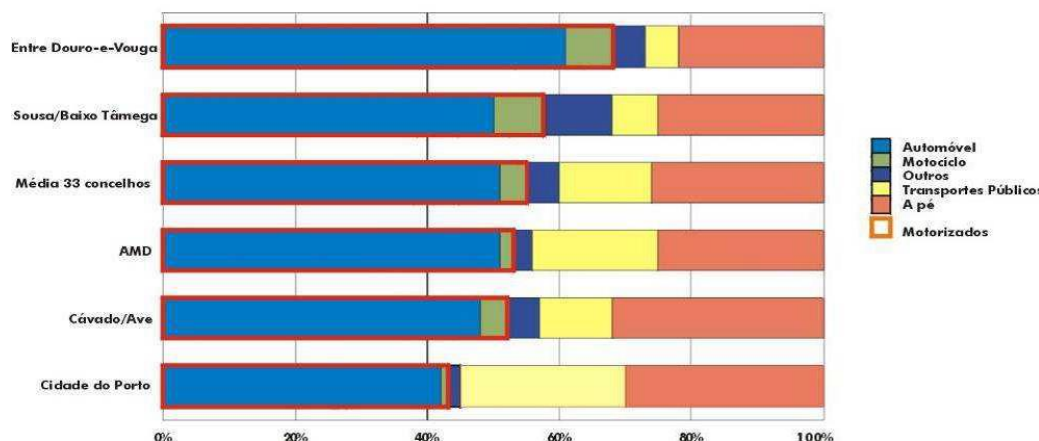
O Tâmega e Sousa beneficia ainda da proximidade ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro, bem como, embora com menor importância, ao Aeródromo de Vila da Luz (Maia) e a Este, os Aeródromos de Pedras Salgadas (Minhau) e de Vila Real.

Os últimos programas quadro contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento das ligações rodoviárias intrarregionais, persistindo no entanto alguns constrangimentos no que diz respeito às ligações entre as sedes de concelho e as freguesias rurais, bem como da articulação entre as diferentes redes (regionais e municipais).

Verificam-se diversos entraves relativamente aos sistemas de transportes públicos de passageiros nos diferentes municípios da CIM do Tâmega e Sousa. Na sua essência, estas dificuldades resultam do facto de as operações se encontrarem a cargo de operadores privados, com âmbito territorial limitado, o que dificulta a articulação de horários e a coordenação de transbordos, bem como a intermodalidade (Gráfico 1.1).

O automóvel continua a ser o modo de transporte com maior predominância no Tâmega e Sousa, à semelhança do que acontece na Região Norte e no resto do país.

Gráfico 1.1 - Repartição modal das deslocações (2001)



Fonte: INE/DGTT (2001) Inquérito à Mobilidade (curta duração).

1.3. Ambiente e energia

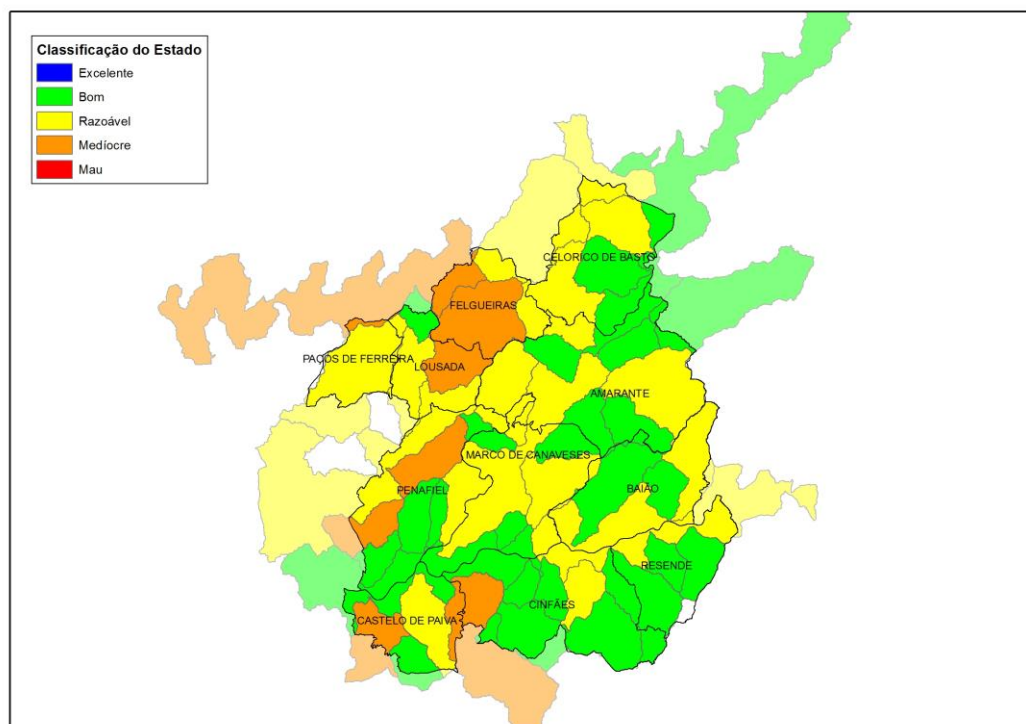
1.3.1. Recursos hídricos

No que respeita a recursos hídricos, a CIM do Tâmega e Sousa, no conjunto de municípios que a constituem, compreende uma fração da bacia do Douro, incluindo a sub-bacia do Sousa, bem como a porção terminal da sub-bacia do Tâmega.

Do ponto de vista da qualidade do meio hídrico, a Diretiva-Quadro da Água (DQA), Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de setembro, constitui um marco de atuação comunitária no âmbito da política da água, que visa colmatar as lacunas existentes na legislação comunitária atual. A DQA cria um sistema uniforme, que permite a adaptação de objetivos gerais de qualidade às condições ambientais específicas de cada bacia hidrográfica, surgindo o conceito de “estado das águas de superfície”, que expressa o estado global de uma massa de água.

Assim, o estado das massas de água que se encontram compreendidas nos municípios da CIM do Tâmega e Sousa foi estabelecido no âmbito da elaboração do Plano de Gestão Hidrográfica do Douro (PGRH – Douro), estando representado na Ilustração 1.3. Embora mais de 50% destas massas de água se encontrasse no estado Bom, verificavam-se casos de acentuada degradação nos municípios de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, fundamentalmente devido a atividades industriais e pecuárias no vale do Sousa, assim como a descargas de efluentes urbanos próximo de grandes centros populacionais. Entretanto, a construção dos interceptores do Mesio e do Sousa, a encaminharem o efluente “em alta” para a ETAR do Sousa, terá potencialmente resolvido ou minimizado este problema, sendo por isso expectável uma melhoria do estado das massas de água. O próximo ciclo de implementação da Lei da Água – que transpõe a DQA para o direito jurídico nacional – deverá permitir confirmar esta melhoria.

Ilustração 1.3 - Classificação do estado das massas de água superficiais compreendidas nos municípios do Tâmega e Sousa

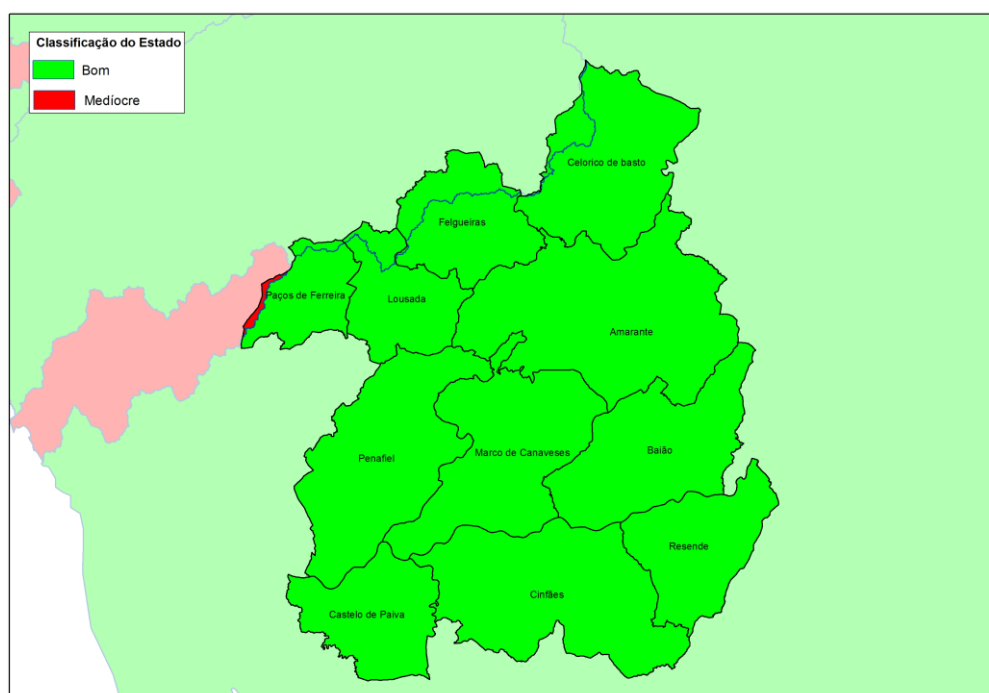


Fonte: APA (2013).

O estado das massas de água subterrâneas que se encontram compreendidas nos municípios da CIM Tâmega e Sousa foi de igual modo estabelecido no âmbito da elaboração do PGRH - Douro. É possível verificar a distribuição do estado das massas de

água em questão na Ilustração 1.4. De salientar que as massas de água subterrâneas compreendidas nos municípios da CIM Tâmega e Sousa se encontram quase na sua totalidade no estado “Bom”, tanto relativamente ao seu estado químico como quantitativo, com exceção de uma massa de água no concelho de Paços de Ferreira onde se evidencia a degradação da qualidade da água.

Ilustração 1.4 - Classificação do estado das massas de água subterrâneas compreendidas nos municípios do Tâmega e Sousa



Fonte: APA (2013).

De acordo com o PGRH – Douro, as necessidades da bacia do Douro são bastante inferiores às disponibilidades hídricas. Em termos anuais e em ano médio, as utilizações para esta bacia correspondem a cerca de 3% das disponibilidades estimadas. Relativamente à bacia do Tâmega, que compreende os municípios de Celorico de Basto, Amarante, Marco de Canaveses e parte do município de Penafiel, as suas necessidades são igualmente muito inferiores às disponibilidades hídricas, correspondendo a uma taxa de utilização de cerca de 7%.

No entanto, tal não significa que não possam ocorrer situações de escassez durante o semestre seco, caso não exista ou não se preveja a regularização anual, que permita armazenar água nos meses de maior disponibilidade para utilização nos meses de maior consumo, nos quais se verifica, por norma, insuficiência das disponibilidades hídricas (PGRH – Douro).

Relativamente ao panorama dos modelos de gestão dos serviços de abastecimento público de água em alta, salienta-se a existência das concessões multimunicipais Águas do Douro e Paiva, S.A. e Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro que servem, total ou parcialmente, cerca de 60% dos concelhos abrangidos pela CIM do Tâmega e Sousa – Castelo de Paiva, Cinfães, Lousada, Felgueiras, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende. A

concessionária municipal Águas do Marco assume a gestão do serviço para o respetivo concelho.

A gestão direta pelas respetivas câmaras municipais é ainda relevante para cerca de 60% dos concelhos, nomeadamente: Amarante, Lousada, Baião, Celorico de Basto, Felgueiras e Resende. A empresa municipal “Penafiel Verde” assume a gestão do serviço no respetivo concelho.

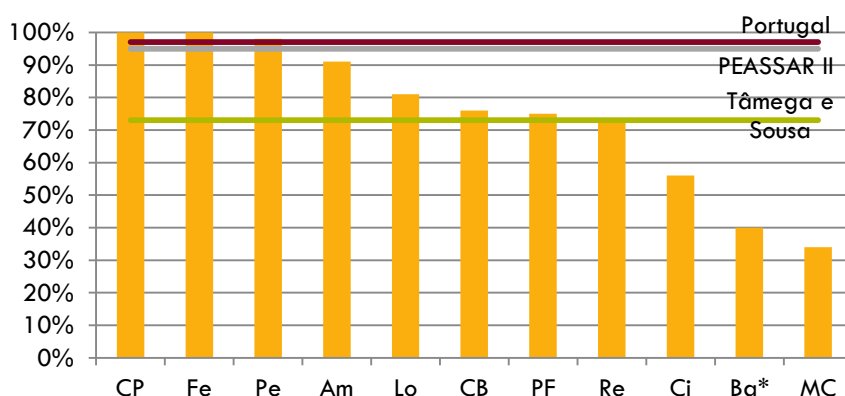
O panorama dos serviços de abastecimento público de água em baixa na CIM do Tâmega e Sousa apresenta uma organização distinta do panorama dos serviços em alta. Neste caso, não existe nenhuma concessão multimunicipal, existindo, no entanto, concessões municipais – AGS Paços de Ferreira e Águas do Marco – e também uma empresa municipal (gestão delegada) – “Penafiel Verde”. A modalidade de gestão direta pelas câmaras municipais é responsável pela prestação do serviço, total ou parcialmente, a cerca de 75% dos concelhos abrangidos – Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses e Resende, assumindo ainda a gestão delegada em juntas de freguesia e associações de relevância no concelho de Amarante.

É assim possível concluir que existe uma fragmentação bastante significativa quanto aos modelos de gestão quer em alta, quer em baixa, inclusive para o mesmo concelho, representando assim uma dificuldade acrescida na eficiência de serviço, bem como à prossecução conjunta de investimentos estratégicos.

Ainda que o número de captações subterrâneas envolvidas no abastecimento à CIM do Tâmega e Sousa seja significativo, as origens superficiais têm uma importância muito elevada, sendo responsáveis pela quase totalidade do volume fornecido aos sistemas de abastecimento público.

No Gráfico 1.2, são apresentados os níveis de atendimento dos sistemas de abastecimento público de abastecimento de água à população.

Gráfico 1.2 - Níveis de atendimento de abastecimento de água nos municípios do Tâmega e Sousa



Fonte: Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro – PGRH-Douro (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-C/2013, de 22 de março).

Nota: Os dados relativos a Baião foram-nos fornecidos pelo respetivo município, podendo, por isso, não ser diretamente comparáveis com os dos restantes concelhos.

Embora os índices de abastecimento de água sejam bastante elevados para parte dos concelhos abrangidos pela CIM, cerca de 50% apresentam ainda valores significativamente inferiores ao objetivo definido no PEAASAR II, que é 95% (MAOTDR, 2007), permanecendo a média igualmente aquém deste objetivo.

Os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais na região do Tâmega e Sousa envolvem um número mais reduzido de entidades gestoras, sendo a gestão direta pelas câmaras municipais o modelo de gestão que reúne o maior número de entidades, no que respeita quer aos serviços em alta quer aos serviços em baixa. Contudo, tal como no caso do abastecimento, a gestão direta das câmaras municipais mantém-se, na maioria das vezes, apenas em determinadas áreas dos concelhos, estando as restantes sob a ação de outras entidades, normalmente concessionárias multimunicipais ou municipais. Nos serviços de águas residuais em baixa não atua nenhuma concessionária multimunicipal.

Para os serviços de águas residuais em alta, quatro concelhos abrangidos são servidos, total ou parcialmente, através da Águas do Noroeste, S.A. e Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. – Celorico de Basto, Felgueiras, Lousada e Resende, mantendo-se a gestão direta pelas respetivas Câmaras Municipais para os concelhos de Amarante, Baião, Celorico de Basto, Castelo de Paiva, Cinfães e Felgueiras. As concessionárias municipais AGS Paços de Ferreira e Águas do Marco gerem a alta e baixa dos respetivos municípios, à semelhança da empresa municipal “Penafiel Verde”.

Na Tabela 1.1 apresentam-se os níveis de atendimento da população pelos sistemas de águas residuais.

Tabela 1.1 - Níveis de atendimento dos sistemas de águas residuais nos municípios do Tâmega e Sousa

	Índice de tratamento estimado (%)	Índice de drenagem estimado (%)
Portugal	72	83
Meta nacional – PEASSAR II	n.d.	90
Tâmega e Sousa	37	39
Amarante	41	54
Baião*	28	28
Castelo de Paiva	20	20
Celorico de Basto	17	17
Cinfães	20	20
Felgueiras	70	70
Lousada	46	51
M. Canaveses	22	22
Paços de Ferreira	65	65
Penafiel	42	42
Resende	48	48

Fonte: Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro – PGRH-Douro (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-C/2013, de 22 de março).

Nota: Os dados relativos a Baião foram-nos fornecidos pelo respetivo município, podendo, por isso, não ser diretamente comparáveis com os dos restantes concelhos.

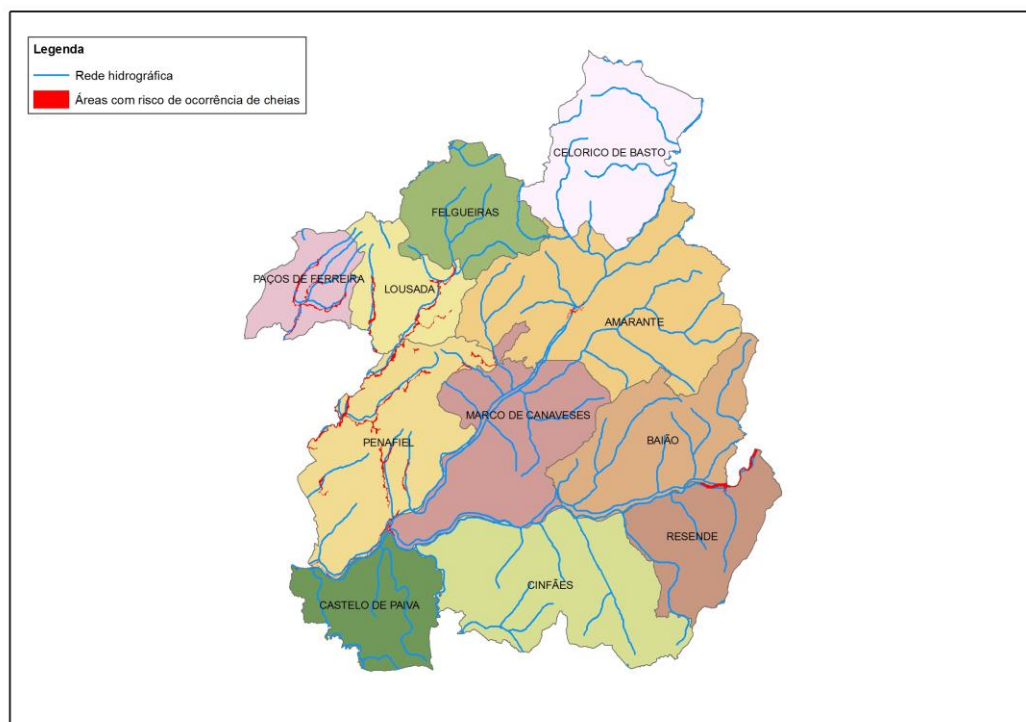
Embora nos últimos anos tenham sido efetuados diversos investimentos que permitiram aumentar consideravelmente os níveis de tratamento de águas residuais em alguns concelhos da região, nomeadamente em Felgueiras (devido à ETAR de Torrados) e Lousada (devido à reabilitação das ETAR de Lodares, Nespereira/Boim e Nevogilde), os níveis de atendimento permanecem significativamente inferiores ao objetivo definido no PEAASAR II, que é 90% (MAOTDR, 2007).

O Decreto-Lei 115/2010, de 22 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva nº 2007/60/CE, do Parlamento Europeu e do Concelho, estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações.

A avaliação preliminar dos riscos de inundação foi assim concretizada no âmbito da elaboração do PGRH – Douro, tendo sido identificadas as áreas com risco de ocorrência de cheias na bacia hidrográfica dos rios Tâmega e Douro, das quais se destacam na CIM Tâmega e Sousa, Ilustração 1.5:

- Troço principal do rio Tâmega na sua passagem no centro de Amarante e na confluência com o Douro nos concelhos de Penafiel e Marco de Canaveses;
- Ribeira de Matos e ribeira da Laje no concelho de Penafiel;
- Troço do rio Douro na sua passagem pelo limite entre os concelhos de Resende e Baião, na confluência com o rio Tâmega e na albufeira de Crestuma-Lever;
- Troço principal do rio Sousa e alguns dos seus afluentes na sua passagem pelo centro do concelho de Lousada e no limite de Penafiel;
- Troço principal do rio Sousa e alguns dos seus afluentes na zona urbana do concelho de Paços de Ferreira.

Ilustração 1.5 - Distribuição das áreas com risco de ocorrência de cheias nos municípios do Tâmega e Sousa



Atendendo aos aspetos revistos para o setor de recursos hídricos, é então possível identificar na Tabela 1.2 as principais potencialidades e constrangimentos presentes para o conjunto de municípios da CIM Tâmega e Sousa.

Tabela 1.2 - Principais potencialidades e constrangimentos identificados no setor dos recursos hídricos do Tâmega e Sousa

Potencialidades	Constrangimentos
Elevadas disponibilidades hídricas com possibilidade de desenvolvimento de aproveitamentos hidráulicos.	Perturbação da continuidade fluvial.
Potencial para valorização turística dos rios.	Reduzida qualidade química e ecológica do meio hídrico.
Constituição de entidades intermunicipais com responsabilidades relativas ao abastecimento e tratamento de águas residuais.	Contaminação das massas de água devido a fenómenos de poluição difusa e tópica de origem humana e industrial, por rejeição de águas residuais não tratadas, ou insuficientemente tratadas.
	Insuficiente grau de organização multi e intermunicipal relativamente a serviços de abastecimento, drenagem e tratamento de águas residuais.

1.3.2. Resíduos

O setor da gestão de resíduos em Portugal tem naturalmente uma importância fundamental na sociedade portuguesa. Não é possível falar de um verdadeiro desenvolvimento do País sem ter em conta a necessidade de dispor destes serviços de forma generalizada em todo o território e com uma aceitável qualidade de serviço. Neste sentido, a evolução necessária no setor da gestão dos resíduos urbanos (RU) centra-se na prossecução dos objetivos específicos fixados em matéria de valorização material e orgânica inerente à fração dos resíduos urbanos, com vista ao cumprimento das metas de valorização de resíduos de embalagem e resíduos biodegradáveis definidos no Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II). O PERSU II estabelece, como meta para 2016, valores de produção nacionais de RU na ordem das 4,937 milhões de toneladas. Já o Programa de Prevenção de Resíduos Urbanos 2009-2016 (PPRU) aponta como meta global para os resíduos urbanos, para o mesmo horizonte temporal (2016), a redução de 10% de capitação média diária, relativamente aos valores de 2007.

Sendo atividades com forte impacto ambiental, os serviços de gestão de resíduos estão ainda condicionados pelos requisitos, objetivos e instrumentos impostos pela legislação ambiental, sendo de destacar o regime jurídico de gestão de resíduos (Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho), que veio fixar os princípios que norteiam a gestão dos resíduos e definir instrumentos económico-financeiros que visam induzir comportamentos mais sustentáveis e eficientes nos operadores e nos utilizadores finais (princípio “utilizador-pagador”), como a taxa de gestão de resíduos. Este diploma veio também introduzir algumas alterações relevantes ao nível institucional. De acordo com o Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho¹, até 12 de dezembro de 2013 devem ser elaborados programas de

¹ Altera e republica o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro.

prevenção de resíduos, que devem conter as medidas e os objetivos de prevenção, existentes e previstos, bem como indicadores e valores de referência qualitativos ou quantitativos específicos adequados às medidas de prevenção que garantam o acompanhamento e a avaliação dos progressos da implementação das referidas medidas. Entre os principais objetivos ou metas estabelecidas por este diploma, importa destacar a necessidade de se alcançar até 2020 uma reutilização ou reciclagem mínima de 50% dos RU, incluindo o papel, o cartão, o plástico, o vidro, o metal, a madeira e os resíduos urbanos biodegradáveis, e 70% para a reutilização, a reciclagem e outras formas de valorização material, incluindo operações de enchimento que utilizem resíduos como substituto de outros materiais, resíduos de construção e demolição não perigosos.

Outros diplomas legislativos relevantes para a gestão de resíduos são o Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 agosto, que estabelece o regime jurídico para a deposição de resíduos em aterro e define metas para deposição de RU biodegradáveis em aterro, designadamente, os RU biodegradáveis destinados a aterro devem ser reduzidos em julho de 2013 para 50% da quantidade total, em peso, relativamente aos RU biodegradáveis produzidos em 1995, e reduzidos para 35% em julho de 2020, e o Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 maio, que altera o Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, relativo a embalagens e resíduos de embalagens, que define até 31 de dezembro de 2011, a valorização ou incineração em instalações de incineração de resíduos com recuperação de energia de, no mínimo, 60% em peso dos resíduos de embalagens, e reciclagem entre 55% e 80% em peso dos resíduos de embalagens, bem como percentagens mínimas de reciclagem por tipo de material constituinte dos resíduos de embalagem.

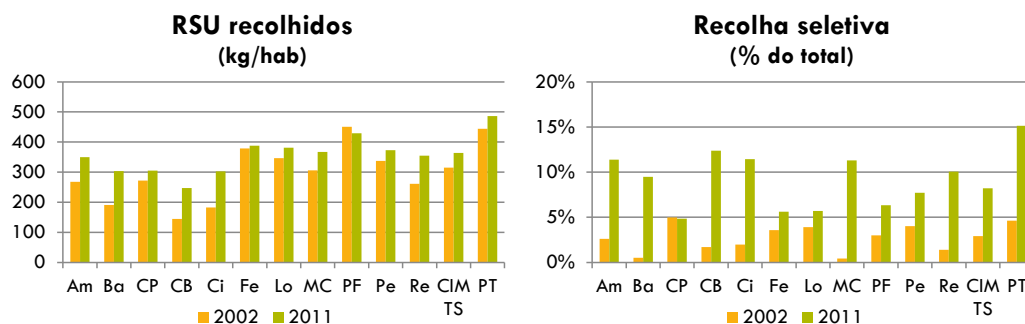
A Agência Portuguesa do Ambiente (APA), como Autoridade Nacional de Resíduos, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) como Autoridades Regionais dos Resíduos são as principais entidades nacionais com competências de regulação e licenciamento das entidades gestoras de resíduos.

Os modelos de gestão dos serviços de gestão de resíduos implementados na Região do Tâmega e Sousa caracterizam-se, na vertente em “Alta”, pela existência de uma entidade gestora em regime de concessão multimunicipal e outra em regime de empresa multimunicipal, a RESINORTE e a AMBISOUA, respetivamente. O sistema multimunicipal sob concessão da RESINORTE foi constituído, em 2009, com a duração de 30 anos, e os seus serviços abrangem os municípios de Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende. Já a empresa intermunicipal AMBISOUA foi constituída em 2002 e os seus serviços abrangem os municípios de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel. As vertentes em “Baixa” são atualmente geridas pelos próprios serviços municipais.

Segundo os mais recentes dados estatísticos disponíveis, de acordo com o Gráfico 1.3, a CIM do Tâmega e Sousa tem registado na última década um crescimento da sua produção de resíduos urbanos (RU), apesar da registada estagnação do efetivo populacional entre os dois últimos exercícios censitários. Analisando a produção de RU por habitante, verifica-se que a capitação anual nacional em 2011 foi de 487 kg/hab.ano, ao passo que a CIM Tâmega e Sousa se pautou pelos 364 kg/hab.ano. Os últimos valores disponíveis para a UE indicam que a capitação média europeia em 2010 foi de 502 kg/hab.ano. O PPRU aponta como meta para 2016 a redução de 10% na produção de RU relativamente a 2007. Esse objetivo não está a ser atingido, quer a nível municipal, como a nível regional ou nacional, visto que entre 2002 e 2011 a produção de resíduos na CIM

Tâmega e Sousa cresceu 16% e 10% em termos nacionais, respetivamente. Como se pode verificar pelo gráfico, o único município que apresentou uma redução da captação de recolha de resíduos urbanos foi o de Paços de Ferreira, apesar de ter registado um crescimento de 6% no seu efetivo populacional nos dois últimos exercícios censitários.

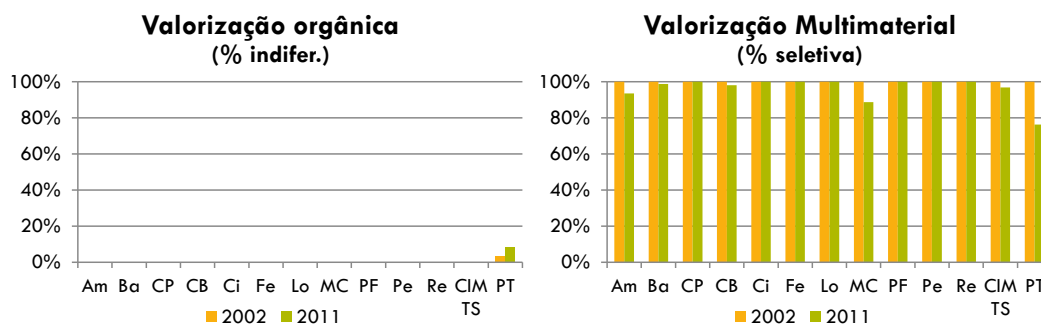
Gráfico 1.3 - Produção *per capita* de resíduos urbanos e percentagem relativa à recolha seletiva



Fonte: INE (2014).

Do total de resíduos produzidos em Portugal em 2011, 85% correspondem à recolha indiferenciada e 15% à recolha seletiva. À escala regional, a penetração dos mecanismos de recolha seletiva representam 8% do total de RU produzidos na CIM, tendo-se observado um crescimento da quantidade de RU recolhidos por esta via na CIM desde 2002.

Gráfico 1.4 - Destino final dos resíduos recolhidos por via indiferenciada e seletiva

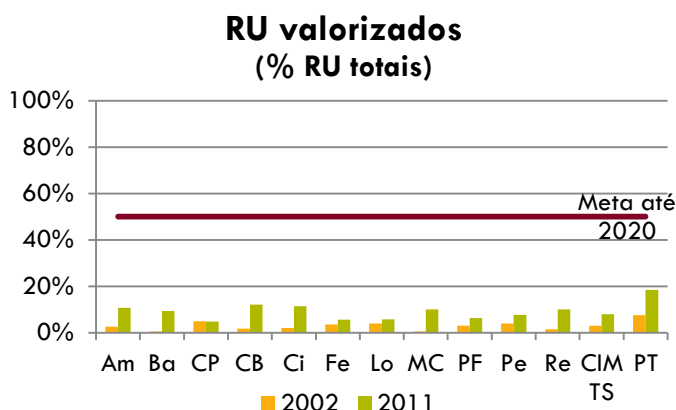


Fonte: INE (2014).

Relativamente ao destino final dos resíduos urbanos, como se pode verificar pelo Gráfico 1.4, a fração de resíduos indiferenciados recolhida na CIM do Tâmega e Sousa foi na íntegra encaminhada para aterro em 2011, não se registando qualquer fração de resíduos indiferenciados sujeitos a valorização orgânica prévia à deposição, enquanto à escala nacional cerca de 8% dos resíduos indiferenciados sofreram uma valorização. Contudo, importa referir que a comunidade, através da entidade gestora AMBISOUSA, está dotada de dois aterros para resíduos urbanos comuns localizados em Penafiel e Lustosa, ambos igualmente dotados da respetiva central de valorização energética do biogás produzido, bem como de um aterro destinado a inertes em Rio Mau.

Segundo os dados estatísticos expostos no Gráfico 1.4, os resíduos recolhidos por via seletiva na CIM foram, em 2011, sujeitos na sua maioria a valorização multimaterial (97%), tendo sido o remanescente (3%) encaminhado para aterro. Estes resultados de valorização multimaterial dos resíduos recolhidos por via seletiva estão acima da média nacional (76%). Fazendo uma análise comparativa com a meta estipulada pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, verifica-se pelo Gráfico 1.5 que a CIM do Tâmega e Sousa, não obstante a evolução positiva verificada ao nível da valorização de resíduos urbanos, especialmente, no que respeita à fração seletiva, ainda não atinge os níveis médios do país nem a meta mínima de 50% de resíduos urbanos totais encaminhados para valorização, que deverá ser atingida a nível nacional até 2020. Importa referir que a valorização do biogás produzido pelas duas centrais de valorização energética localizadas em Lustosa e Penafiel, tal como outras centrais de valorização energéticas espalhadas por todo o território nacional, não se encontra contabilizada e disponível nas estatísticas oficiais consultadas, pelo que não pode ser alvo de análise gráfica comparativa.

Gráfico 1.5 - Valorização de resíduos urbanos



Fonte: INE (2014).

Apresentam-se resumidos na Tabela 1.3 os principais indicadores-chave relativos à gestão dos resíduos urbanos na CIM do Tâmega e Sousa, no período de 2002 a 2011.

Tabela 1.3 - Quadro síntese de alguns indicadores-chave relativos à gestão de resíduos urbanos

	Produção <i>per capita</i> de resíduos (kg/hab.ano)		Resíduos valorizados (% RU totais)		Resíduos indiferenciados encaminhados para aterro (%)		Valorização multimaterial de resíduos recolhidos por via seletiva (%)	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011	2002	2011
Portugal	444	487	8	18	75	67	100	76
Tâmega e Sousa	315	364	3	8	100	100	100	97
Amarante	268	349	3	11	100	100	100	93
Baião	191	304	1	9	100	100	100	99
Castelo de Paiva	272	305	5	5	100	100	100	100
Celorico de Basto	144	247	2	12	100	100	100	98
Cinfães	183	302	2	11	100	100	100	100
Felgueiras	378	388	4	6	100	100	100	100
Lousada	346	381	4	6	100	100	100	100
Marco de Canav.	306	367	0	10	100	100	100	89
Paços de Ferreira	451	429	3	6	100	100	100	100
Penafiel	337	373	4	8	100	100	100	100
Resende	261	355	1	10	100	100	100	100

Fonte: INE (2014).

Tendo em consideração a caracterização da situação atual do setor de gestão de resíduos apresentada anteriormente, é possível diagnosticar na Tabela 1.4 as principais potencialidades e constrangimentos presentes para a CIM Tâmega e Sousa nesta matéria.

Tabela 1.4 - Principais potencialidades e constrangimentos identificados na gestão dos resíduos urbanos no Tâmega e Sousa

Potencialidades	Constrangimentos
Potencial para criação de um sistema / modelo de gestão supramunicipal de resíduos.	Crescimento generalizado da captação de RU, mesmo em municípios onde se tem observado um decréscimo populacional, com exceção de Paços de Ferreira.
A recolha de RU por via seletiva na Região do Tâmega e Sousa observou um forte crescimento desde 2002, contudo ainda abaixo do índice registado a nível média nacional, pelo que apresenta um significativo potencial de evolução.	Reduzido peso da recolha seletiva na totalidade de RU recolhidos e redução da intensidade de valorização multimaterial dos resíduos provenientes deste tipo de resíduos em alguns municípios, bem como a nível regional, acompanhando a tendência nacional.
Elevadas taxas de valorização multimaterial de resíduos provenientes de recolha seletiva, apresentando taxas superiores à média nacional.	Dada a existência de duas centrais de valorização energética de biogás proveniente dos aterros de Lustosa e Penafiel, verifica-se uma impertinência técnica para a remoção de RU biodegradáveis da fração de resíduos indiferenciados, dado que os RU biodegradáveis constituirão a fonte de alimentação para as centrais de valorização energética, impossibilitando de certa forma o contributo regional da meta nacional estipulada para a remoção de resíduos biodegradáveis de aterro, visto que este

Potencialidades	Constrangimentos
	objetivo estratégico nacional coloca em causa a operacionalidade das centrais de valorização energética existentes.
Aproveitamento energético do biogás produzido em aterro constitui uma contribuição para a sustentabilidade da Região, no sentido em que contribui para a diminuição da emissão de gases de efeito de estufa, bem como promove a substituição de combustíveis fósseis por uma fonte de energia mais sustentável (biogás) na produção de energia elétrica e no contributo para a não depleção dos recursos naturais.	
A existência de um aterro para deposição de inertes constitui uma mais-valia para a gestão dos resíduos na Região, apresentando-se como destino recomendável para resíduos de construção e demolição (ou equiparados), e permitindo o aumento do período útil de vida dos restantes aterros destinados à deposição de RU banais, bem como uma maior facilidade na gestão de lixiviados, produção de biogás e contaminações do meio (e.g. água e solo).	

1.3.3. Solo e biodiversidade

O solo representa a componente fundamental dos ecossistemas e dos ciclos naturais pois, ao mesmo tempo que constitui um reservatório de água, é também o suporte essencial ao sistema agrícola e silvícola e o espaço físico para o desenvolvimento das atividades humanas. Por sua vez, a biodiversidade engloba todas as espécies de seres vivos existentes no planeta e desempenha um papel fundamental para a espécie humana, quer seja em termos económicos quer seja da dependência dos recursos biológicos.

No que se refere ao solo, as preocupações de proteção e utilização sustentável encontram-se vertidas na Estratégia Temática de Proteção do Solo (COM(2006)231 final), na Lei dos Solos (Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro) e na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, que serão ambas substituídas pela Lei de Bases da política dos solos, do ordenamento do território e do urbanismo, que espera aprovação, bem como em diversos documentos legais dos quais se destaca o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Por outro lado, ao nível estratégico existem já um conjunto de planos que visam, em última instância a proteção do solo, nomeadamente a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, a Estratégia Nacional para as Florestas, o Plano Estratégico Nacional do Desenvolvimento Rural, o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, entre outros.

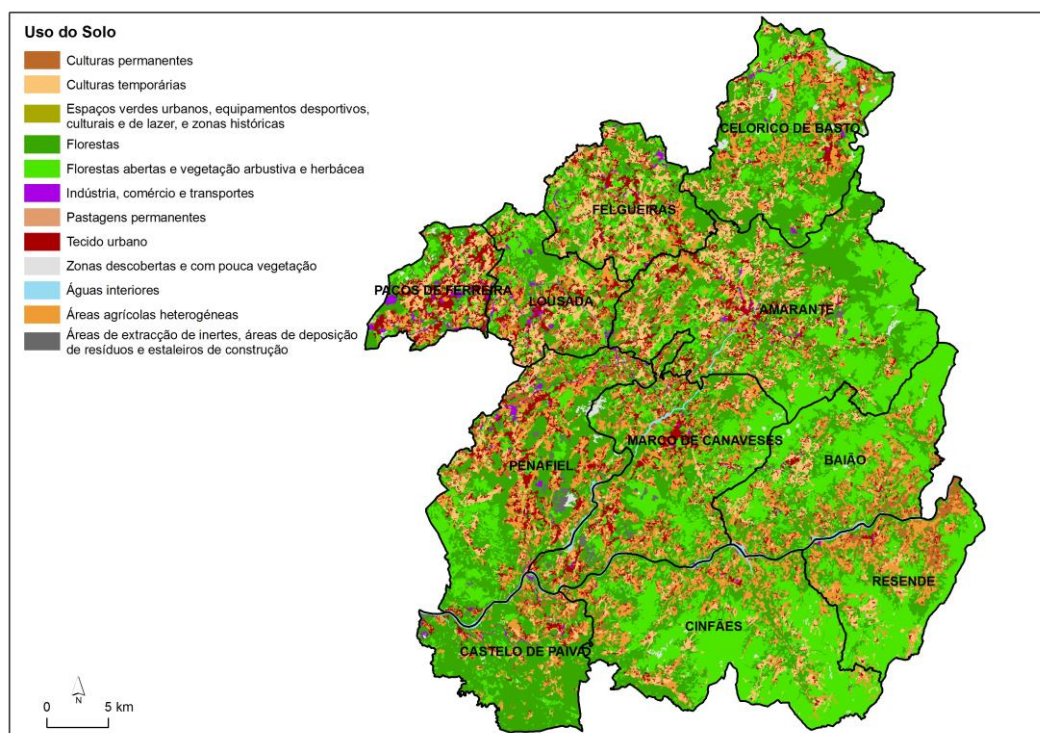
Particularmente no que se refere à biodiversidade acresce destacar a Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2020 (adotada em maio de 2011) que estabelece como objetivo central travar a perda de biodiversidade e a degradação dos serviços dos ecossistemas. Já no panorama nacional destacam-se: a Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, que para além da constituição da Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas

(Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho), pretende essencialmente promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social; o Plano Sectorial da Rede Natura, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho uma vez que esta pretende estabelecer regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais e, a Lei da Água (Decreto-Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro) que, para além de prever a elaboração de um conjunto de IGT, prevê a conservação e a reabilitação da rede hidrográfica e zonas ripícolas.

Neste sentido, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), a Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) e, especialmente, as autarquias e entidades multimunicipais, têm um papel fundamental na proteção do solo através da regulamentação e orientação do seu uso e ocupação e na preservação da biodiversidade. Relativamente a esta, o Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta – ICNF é o principal responsável pela classificação e gestão das Áreas Protegidas (AP) de âmbito nacional. Acresce contudo referir que no caso das AP de âmbito regional ou local a sua classificação pode ser feita pelos próprios municípios ou associações de municípios, desde que sob acompanhamento técnico do ICNF.

Concretamente no que se refere ao uso do solo nos municípios da CIM Tâmega e Sousa, verifica-se que este é marcado pela ocupação florestal e áreas agrícolas. Em 2007, mais de metade do território era ocupado por florestas, florestas abertas e vegetação natural (63%), especialmente nos concelhos a sul e a este (Ilustração 1.6). Os concelhos a este, especificamente Paços de Ferreira, Felgueiras e Lousada são os que possuem uma mancha urbana mais concentrada.

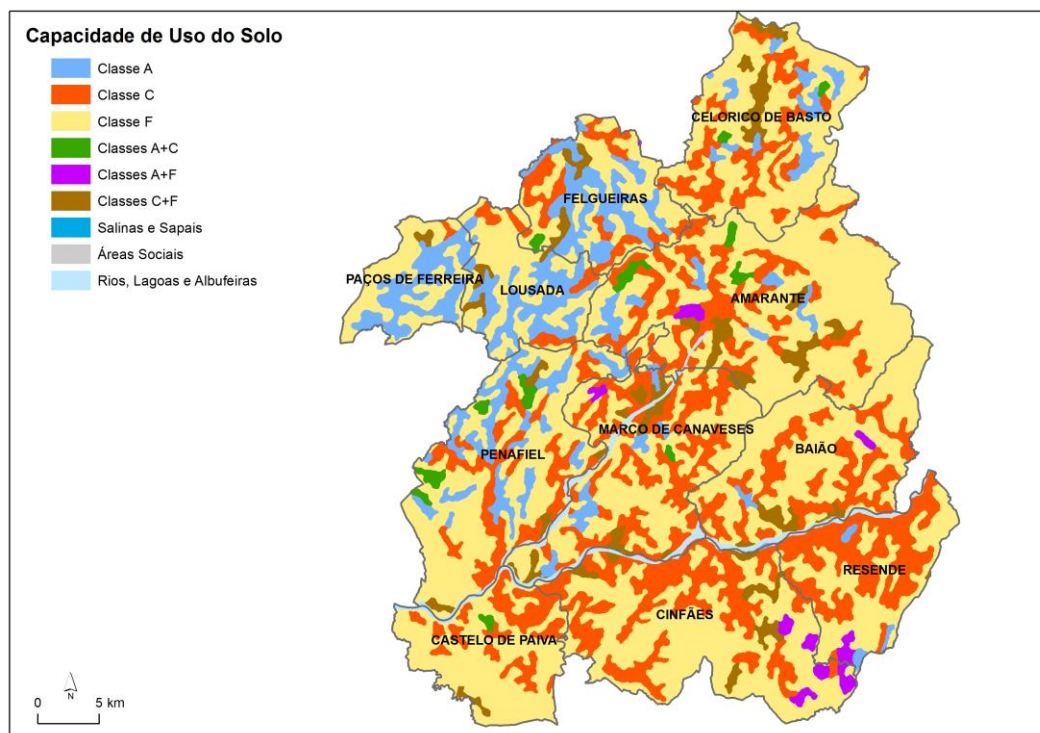
Ilustração 1.6 - Uso do solo nos municípios do Tâmega e Sousa



Fonte: IGP (COS 2007).

Relativamente à capacidade de uso do solo, a área da CIM do Tâmega e Sousa caracteriza-se por ter, maioritariamente, uma classe de capacidade de uso baixa – Classe F (57%) e Classe C (26%), o que significa que os solos apresentam boas características para o uso florestal e utilização agrícola condicionada. Associado às áreas mais urbanizadas, localizam-se também os solos com uma capacidade de uso alta – classe A (10%), que apresenta pouca ou nenhuma limitação no seu uso, sem risco ou com risco ligeiro de erosão e suscetível à utilização agrícola intensiva (Ilustração 1.7) (DGADR, 2013).

Ilustração 1.7 - Capacidade de uso do solo nos municípios do Tâmega e Sousa



Fonte: APA, Atlas do Ambiente.

No entanto, o solo está também sujeito a um conjunto de pressões que ameaçam as suas funções e que conduzem à sua degradação. Nos municípios do Tâmega e Sousa, onde a ocupação florestal abrange grande parte do território, o solo fica especialmente vulnerável aos efeitos e consequências dos incêndios florestais. Entre 2008 e 2012, na área da CIM Tâmega e Sousa foi fortemente afetada pelos incêndios florestais, sendo os concelhos de Baião, Cinfães e Marco de Canaveses os que registaram mais área ardida. Só em 2008, arderam mais de 65 mil hectares, correspondendo a 36% da área total dos municípios da CIM Tâmega e Sousa. Desde então e até 2012 registou-se uma diminuição da área ardida (Tabela 1.5).

Tabela 1.5 - Área ardida entre 2008 e 2012, em hectares e em % sobre a área total dos municípios da CIM Tâmega e Sousa e Portugal

	2008		2009		2010		2011		2012	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Portugal	1 398 333	16	92 738	1	133 060	1	76 185	1	102 576	1
Tâmega e Sousa	66 332	36	13 959	8	11 075	6	6 036	3	3 246	2
Amarante	5 209	17	1 417	5	911	3	172	1	390	1
Baião	8 362	48	2 312	13	1 252	7	808	5	423	2
Castelo de Paiva	1 578	14	268	2	524	5	29	0	-	-
Celorico de Basto	5 496	30	1 108	6	915	5	533	3	348	2
Cinfães	15 666	65	2 982	12	2 352	10	397	2	790	3
Felgueiras	858	7	135	1	306	3	169	1	215	2
Lousada	1 794	19	188	2	271	3	129	1	114	1
Marco de Canav.	8 365	41	1 508	7	1 277	6	643	3	861	4
Paços de Ferreira	1 893	27	176	2	168	2	51	1	122	2
Penafiel	8 999	42	760	4	925	4	825	4	625	3
Resende	6 103	49	1 097	9	164	1	268	2	171	1

Fonte: ICNF (Incêndios Florestais, 2014).

Por sua vez, apesar da forte concentração humana e de atividades económicas de diversas índoles, os municípios do Tâmega e Sousa exibem um conjunto de valores naturais endógenos considerados relevantes no âmbito da conservação na natureza e com repercussões diretas ao nível da biodiversidade presente, sendo possível destacar para cada um dos concelhos presentes os principais valores que devem ser tidos em conta no desenvolvimento do plano.

O município de Amarante encontra-se intimamente associado aos valores naturais e paisagísticos do rio Tâmega e das serras do Marão e da Aboboreira. O Tâmega apresenta um conjunto de acidentes, como golas, penedos, canais, ínsuas e areais, que lhe fornecem um enquadramento paisagístico único. Em termos de vegetação presente, destaca-se nas áreas marginais a presença de salgueiros, amieiros e lavadeiras. Já nas serras, destaca-se a presença de um conjunto de espécies florísticas como: mimosas, giestas, tojos, carquejas e urzes (CMA, 2014).

O município de Baião é referido como um dos municípios portugueses com melhor qualidade ambiental. Apresenta a maior percentagem de área verde e floresta em todo o distrito do Porto (63,5% do território). Possui no seu território um conjunto de recursos naturais considerados de beleza ímpar, como a Serra da Aboboreira, a Serra do Marão, a Serra do Castelo de Matos ou os rios Douro, Teixeira e Ovil (CMB, 2014).

O território de Castelo de Paiva é moldado por um conjunto de linhas de água onde se destacam os rios Douro, Paiva, Arda e o Sardoura. O rio Douro corre por entre ravinas alcantiladas, formando paisagens singulares, marcadas ainda pelas quintas senhoriais de produção vinícola. O rio Paiva, marcadamente de montanha é procurado para a prática de atividades recreativa, para além da piscatória (CMCP, 2014).

A paisagem natural do município de Celorico de Basto é determinada pela presença da serra e do rio, marcado pela ruralidade. Para além disso destaca-se um conjunto de

parques de lazer, onde se incluem os famosos jardins de camélias e áreas sazonais de banho (CMCB & A Nossa Terra, 2014). Destaca-se ainda a existência de um Núcleo Interpretativo de Vida Selvagem destinado a promover a biodiversidade existente neste território (Blogue do Minho, 2014).

O município de Cinfães é composto por uma parte serrana e outra ribeirinha constituindo a Serra de Montemuro e o vale do Rio Douro, os dois eixos morfológicos determinantes, que conferem a este concelho características paisagísticas únicas. Destaca-se a Serra de Montemuro, que se tornou um espaço de excelência para os bovinos da raça Arouquesa. Também o Vale do Bestança – Tendais, e o Vale do Ardena - em Nespereira, merecem destaque uma vez que se trata de pontos tipicamente rurais, num estado de conservação que promove a manutenção de elevados índices de biodiversidade. O município oferece ainda condições para a prática náutica de recreio e competição, devido à presença da Albufeira do Carrapatelo.

As características biogeográficas do território onde se inclui o município de Felgueiras, conferem-lhe uma elevada potencialidade do ponto de vista da utilização do solo para atividades de índole rural, nomeadamente a agricultura e a silvicultura (nas áreas de maior declive). O território é composto por uma plataforma central, cerceada por relevos periféricos que limitam o município e pelas duas principais redes hidrográficas (Sousa e Vizela). Tendo ainda presente a carta ecológica do concelho, verifica-se que a maioria das espécies de flora autóctones presentes se restringe a altitudes inferiores a 400m (CMF a & b, 2014).

O concelho de Lousada é um município fortemente industrializado, particularmente na indústria têxtil. Para além disso, possui um cariz profundamente agrícola, sobretudo no domínio dos vinhos verdes e laticínios. Existe contudo um conjunto de espaços que permitem o usufruto das características naturais e paisagísticas. Assim, para além dos parques e jardins públicos, destaca-se a Mata de Vilar por ser um espaço florestal recentemente intervencionado para que ocorresse a eliminação de espécies invasoras e a introdução de espécies folhosas autóctones, como é o caso de carvalhos, cerejeiras bravas, sobreiros e faias. O município pretende inclusivamente converter este espaço florestal num parque biológico de referência nacional (CML, 2014).

O concelho do Marco de Canaveses localiza-se entre o Douro e o Tâmega, onde começa o Marão. Esta localização e a intrincada orografia promoveram a existência de um conjunto de paisagens naturais potencialmente interessantes que abrangem vales, montanhas e praias fluviais, oferecendo uma matriz ambiental com vários ecossistemas mais ou menos naturalizados (como por exemplo: áreas agrícolas, ecossistemas ripícolas, arbustivos, bosque, entre outros). Contudo, dado o elevado aumento populacional e consequente degradação do meio ambiente, a autarquia tem assumido o “ambiente” como uma preocupação, e por conseguinte área de grande investimento (tal como se comprova no Gráfico 1.6) (CMMC a & b, 2014).

O concelho de Paços de Ferreira situa-se numa zona de planalto, denominada "Chã de Ferreira", outrora conhecida pela beleza natural das paisagens e pelo seu arranjo humanizado. É delimitado por várias elevações, sendo de destacar a Serra da Agrela e o Monte do Pilar, a serra de São Tiago e o monte da Senhora do Socorro. É ainda atravessado por vários cursos de água, embora de pequeno caudal, sendo que o mais significativo é o rio Ferreira. Destacam-se ainda o rio Carvalhosa e o rio Eiriz. Apesar da variedade de ecossistemas presentes, a diversidade faunística e florística do concelho é cada vez menor, devido à crescente humanização da paisagem, fragmentação dos

habitats e os incêndios ocorridos nos últimos anos. Nas zonas arborizadas existentes, as espécies mais abundantes são o pinheiro-bravo e o eucalipto que substituíram, ao longo do tempo, as manchas de espécies autóctones, nomeadamente uma mancha considerável de sobreiros, rara na região.

Penafiel é outro dos municípios da CIM Tâmega e Sousa onde se percebe a intensa humanização de que o seu território foi alvo, ao longo de vários milénios. É também um município marcado pelo relevo, onde a combinação de montes, vales e rios, contribuem para fornecer uma paisagem natural reconhecida, destacando-se os planos de água decorrentes da albufeira do Tâmega e as encostas agrestes do Douro. O município dispõe ainda de um elevado número de parques e jardins.

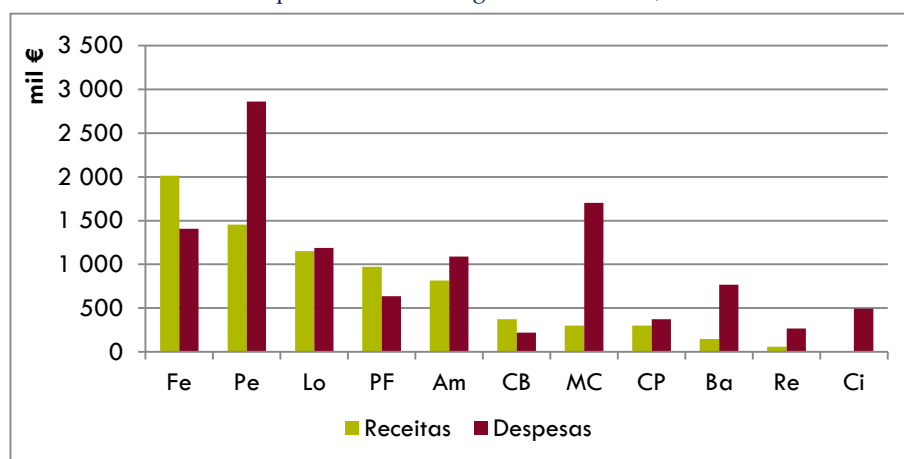
Por fim, o concelho de Resende, que é considerado o maior produtor nacional de cerejas. Localizado na margem sul do rio Douro, corresponde à “porta de entrada” no Douro vinhateiro. Aufere assim de um conjunto de paisagens únicas ditadas pelo percurso do rio e pela encosta da serra de Montemuro (CMR a, 2014). Ainda neste contexto acresce referir o Parque Fluvial de Porto de Rei, cujas intervenções envolveram a regularização da ribeira, através de pequenas correções naturalizadas de forma a disponibilizar planos de água que comportem maior capacidade biológica, em particular da ictiofauna com interesse piscícola (CMR b, 2014).

Resumindo, verifica-se que não existem, em termos de biodiversidade, áreas protegidas ou classificadas ao abrigo da presente legislação. Contudo, é possível contactar a presença de inúmeras áreas com interesse para a conservação e manutenção da biodiversidade presente, identificando-se para a maioria dos municípios referidos um conjunto de ecossistemas relevantes que caracterizam o território em questão. Destacam-se neste âmbito:

- As áreas cultivadas, caracterizadas essencialmente pela presença de herbáceas, resultantes da atividade antrópica associada à agricultura e pecuária;
- Os matagais que albergam uma variedade de estratos arbustivos e que podem integrar, entre outros, terrenos de cultivo abandonados ou urzais;
- Os bosques, que incluem formações vegetais com estrato arbóreo bem desenvolvido, para além do arbustivo e herbáceo, que podem ser encontrados em zonas húmidas ou ripícolas, mas também nas encostas de montanha;
- Os ecossistemas de produção florestal, caracteristicamente antrópicos onde dominam os pinhais e eucaliptais;
- Os ecossistemas ripícolas que envolvem as margens dos cursos de água presentes determinando em muitas situações a localização das áreas urbanas municipais.

Em termos de fauna destaca-se, ainda que de forma genérica, um conjunto de espécies de avifauna que, para além de ocuparem todos os ecossistemas referidos, são ainda tidas como bioindicadores do estado ecológico desses mesmos ecossistemas (CMMC b, 2014).

Gráfico 1.6 - Receitas e despesas das câmaras municipais na gestão e proteção do ambiente nos municípios da CIM Tâmega e Sousa – 2010, em milhares de euros



Fonte: INE.

Para além do levantamento dos valores naturais relativos a áreas com interesse para a conservação procedeu-se à contabilidade ambiental no que se refere à gestão e proteção do ambiente, pelo que, foram apuradas as receitas e as despesas de cada município nesta área, como se pode observar no Gráfico 1.6.

No que refere às receitas geradas destacam-se os municípios de Felgueiras, Penafiel e Lousada, uma vez que no seu conjunto contribuíram em mais de 50 % do seu valor total na CIM Tâmega e Sousa. No que refere às despesas, verifica-se que, para além de serem praticamente sempre superiores às receitas geradas, assumem ainda um valor significativo, não só nos municípios expostos, mas também nos municípios de Amarante e Marco de Canaveses, traduzindo assim a preocupação destes no que refere à matéria de gestão e proteção do ambiente.

Por fim atendendo aos aspetos revistos para o setor do solo e conservação da natureza, é então possível identificar pela Tabela 1.6 um conjunto de diretrizes que se constituem como potencialidades e constrangimentos ao desenvolvimento do Tâmega e Sousa.

Tabela 1.6 - Principais potencialidades e constrangimentos para o setor do solo e biodiversidade no Tâmega e Sousa

Potencialidades	Constrangimentos
Existência de áreas e espécies relevantes para a conservação da natureza.	Forte concentração humana e de atividades económicas relacionadas essencialmente com o setor agroalimentar.
Importante atrativo para o desenvolvimento de uma estratégia que aposta em turismo de natureza sustentável.	Fragmentação dos habitats e destruição de ecossistemas relevantes devido a poluição, edificação, incêndios, etc.
Extensa área ocupada por floresta e elevada capacidade para uso florestal com relevância para a conservação do solo e preservação da biodiversidade	Risco elevado de erosão e degradação do solo associado aos incêndios florestais.

1.3.4. Energia

As linhas estratégicas nacionais para o setor da energia encontram-se definidas na Estratégia Nacional para a Energia (ENE), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de abril, tendo como objetivos a liberalização do mercado, redução da intensidade energética no produto, redução da fatura energética, melhoria da qualidade de serviço, segurança do aprovisionamento e do abastecimento, diversificação das fontes e aproveitamento dos recursos endógenos, minimização do impacto ambiental e contribuição para o reforço da produtividade de economia nacional.

Para dar continuidade às orientações definidas na ENE, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de abril, aprovou e publicou o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética para o período 2013-2016 (Estratégia para a Eficiência Energética - PNAEE 2016) e o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis para o período 2013-2020 (Estratégia para as Energias Renováveis - PNAER 2020), tendo em vista a adequação aos novos objetivos definidos pela Diretiva 2012/27/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de outubro de 2012, relativa à Eficiência Energética. Procedeu-se à revisão integrada do PNAEE de 2008 e do PNAER, na medida em que a integração dos dois Planos permite uma ação concertada para o cumprimento dos objetivos nacionais e europeus, minimizando o investimento necessário e aumentando a competitividade nacional. Esta revisão teve por base o alinhamento dos respetivos objetivos em função do consumo de energia primária e da necessidade de contribuição do setor energético para a redução das emissões gases com efeito de estufa.

Em resultado, o Governo pretende prosseguir o objetivo de assegurar a continuidade das medidas para garantir o desenvolvimento de um modelo energético com racionalidade económica, que assegure custos de energia sustentáveis, que não comprometam a competitividade das empresas nos diferentes setores económicos, nem a qualidade de vida dos cidadãos, bem como assegurar a melhoria substancial na eficiência energética do País, através da execução do PNAEE 2016 e do PNAER 2020.

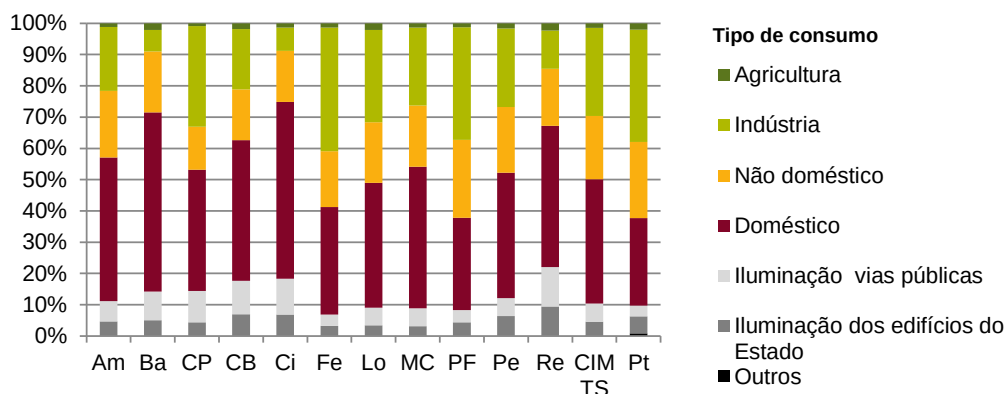
Assim sendo, o Pacote Energia-Clima veio estabelecer uma redução de 20% do consumo de energia primária em 2020, a incorporação de 20% de energias renováveis no consumo bruto de eletricidade em 2020, uma redução de Gases com Efeito de Estufa (GEE) de 20% até 2020, e ainda uma meta mínima vinculativa de 10% de incorporação de energias renováveis nos transportes.

Portugal apresenta cerca de seis milhões de consumidores de energia elétrica com um consumo de 49 mil milhões de kWh (INE, 2013b). Os municípios do Tâmega e Sousa abrangem cerca de 209 mil consumidores, com uma taxa de variação de 12,56% para o período 2001-2011 (INE, 2013a). Os consumidores do setor doméstico têm uma expressão de 84%, seguindo-se o setor não-doméstico (que engloba os consumidores associados ao comércio, serviços e instituições) com 11%, a indústria com 2% e a agricultura com 4% do total de consumidores. A CIM do Tâmega e Sousa representa cerca de 2,46% do consumo de energia elétrica nacional (cerca de 1.2 mil milhões), destacando-se os municípios de Paços de Ferreira (213 milhões de kWh), Penafiel (212 milhões de kWh) e Felgueiras (198 milhões de kWh).

À escala nacional, o consumo de eletricidade centra-se, sobretudo, nos setores da indústria (36%), doméstico (28%) e não-doméstico (24%), sendo que os restantes sectores representam 12% do consumo. No que refere ao consumo de energia por tipologia, no Tâmega e Sousa destacam-se os setores doméstico com 40%, a indústria com 28% e o

setor não-doméstico com 20% (Gráfico 1.7). Neste sentido, a análise dos dados sobre o consumo de eletricidade no ano 2011 permite aferir que, com a exceção dos municípios de Felgueiras e Paços de Ferreira, onde o consumo é superior no setor da indústria (com 40% e 36% respetivamente), nos restantes municípios, o consumo do setor doméstico é mais elevado, com especial foco para Cinfães e Baião com 57%, Amarante com 46% e Resende e Celorico de Basto com 45%. Salienta-se ainda o reduzido consumo de energia no setor agrícola.

Gráfico 1.7 - Consumo de eletricidade (%) por tipologia (2011)



Fonte: INE (2013).

Nesta região, o consumo médio doméstico de energia elétrica por habitante é de 2 533kWh/hab (dados referentes ao ano 2011), tendo-se registado um aumento de 18,4% face ao ano de 2004 (INE, 2014). Apesar do Tâmega e Sousa acompanhar a tendência evolutiva nacional, apresenta taxas de crescimento bastante superiores. Verifica-se ainda uma elevada heterogeneidade entre os municípios, tanto no consumo por habitante como na taxa de variação para o período de 2004-2011, destacando-se pelos elevados consumos domésticos por habitante os municípios de Paços de Ferreira (3 789 kWh/hab), Felgueiras (3 413 kWh/hab), Penafiel (2 929 kWh/hab) e Lousada (2 820 kWh/hab) e, pelos consumos mais reduzidos, Cinfães (1 700 kWh/hab), Baião (1 742 kWh/hab) e Celorico de Basto (1 833 kWh/hab).

A taxa de variação do consumo de eletricidade para o período compreendido entre 2001 e 2011 foi de 21,2% em Portugal e de 32,1% no Tâmega e Sousa (INE, 2014). A evolução mais acentuada registou-se na iluminação dos edifícios do Estado (81,7%), vias públicas (58,9%) e no setor não-doméstico com 54,2%. No âmbito da CIM, apenas o setor da agricultura registou uma evolução negativa (-1,9%) (Tabela 1.7).

No que refere às vendas de combustíveis líquidos e gasosos, os dados revelam um decréscimo de 26% nas vendas nacionais. No Tâmega e Sousa verificou-se uma evolução menos negativa de 7,7% (dados disponibilizados pelo INE, referentes a 2004 e 2011), com especial foco para o petróleo (-71%), o gás butano (-65%), a gasolina sem chumbo 98 (-63%), o propano (-29%) e o fuel (-21%), (INE, 2013c). A evolução das vendas por município segue tendências distintas, existindo municípios com um elevado aumento das vendas, nomeadamente, Castelo de Paiva, com um crescimento de 182%, justificado pelo aumento acentuado das vendas de gasóleo para aquecimento e gasolina sem chumbo, gasóleo colorido e rodoviário, seguindo-se o município de Lousada com um crescimento

de 75% das vendas, com especial destaque para o fuel, gasóleo de aquecimento e gasolina sem chumbo 95.

Tabela 1.7 - Taxa de variação do consumo de eletricidade (%) por tipo de consumo (2001-2011)

	Total	Doméstico	Não doméstico	Indústria	Agricultura	Iluminação vias públicas	Iluminação dos edifícios do Estado
Portugal	21,2	29,5	32,3	5,4	25,8	46,3	48,3
Tâmega e Sousa	32,1	35,6	54,2	10,0	-1,9	58,9	81,7
Amarante	33,4	33,8	27,6	30,8	-14,0	43,5	92,5
Baião	44,5	36,3	76,5	6,3	53,5	85,2	51,2
Castelo de Paiva	30,4	32,0	55,2	5,2	1,6	97,5	125,7
Celorico de Basto	41,8	41,8	42,1	23,1	-29,7	82,1	117,4
Cinfães	37,2	28,4	34,4	69,1	59,4	44,4	94,7
Felgueiras	13,7	39,1	43,2	-11,8	-26,7	79,0	59,5
Lousada	42,5	43,1	81,6	18,2	-16,0	118,4	121,8
M. Canaveses	26,7	39,1	52,2	-2,4	-2,7	49,4	15,2
Paços de Ferreira	54,4	42,4	70,5	62,2	35,1	49,4	20,0
Penafiel	25,1	23,6	56,9	-4,4	12,6	33,0	217,4
Resende	43,1	47,0	46,9	-15,1	98,0	64,2	169,0

Fonte: INE (2014).

Tabela 1.8 - Unidades de microprodução e miniprodução ligadas à rede, distribuição por município e tipologia

	Energia solar		Energia eólica		Energia hídrica	
	Registos (n.º)	Potência instalada (kW/ano)	Registos (n.º)	Potência instalada (kW/ano)	Registos (n.º)	Potência instalada (kW/ano)
Portugal	24 886	88 858,1	134	455,1	13	52,4
Tâmega e Sousa	899	3 200,4	3	10,2	1	1,7
Amarante	156	553,8	1	3,5		
Baião	28	98,2	1	3,7		
Castelo de Paiva	35	123,7	-	-	-	-
Celorico de Basto	101	370,6	-	-	-	-
Cinfães	35	123,1	-	-	-	-
Felgueiras	116	412,8	-	-	-	-
Lousada	85	304,9	-	-	-	-
Marco de Canaveses	94	331,5	-	-	1	1,7
Paços de Ferreira	56	200,0	-	-	-	-
Penafiel	161	571,3	1	3,1	-	-
Resende	32	111,9	-	-	-	-

Fonte: Ministério da Economia e do Emprego (2014).

Relativamente à microprodução e miniprodução de energia elétrica através do aproveitamento de fontes renováveis, Portugal apresenta 25 033 registos, sendo que 24 886 registos estão afetos ao aproveitamento de energia solar com uma potência instalada de 88 858,14 kW/ano e 134 registos estão afetos ao aproveitamento de energia eólica com uma potência de 455 kW/ano. A energia hídrica tem apenas 13 registos e uma potência de 52,39 kW/ano.

No Tâmega e Sousa destaca-se o aproveitamento das fontes de energia solar, com 899 registos e uma potência instalada de 3 200 kW/ano, sendo de salientar o reduzido aproveitamento existente ao nível das fontes de energia eólica e hídrica, o que contribui para uma reduzida expressão do território no contexto nacional, com 3,6% no que refere à potência instalada para aproveitamento de energia solar, 2,25% para o aproveitamento de energia eólica e 3,28% para o aproveitamento de energia hídrica (Tabela 1.8).

Tendo em consideração a caracterização da situação atual do setor da energia, é possível identificar as principais potencialidades e constrangimentos presentes para o território da CIM Tâmega e Sousa nesta matéria (Tabela 1.9).

Tabela 1.9 - Principais potencialidades e constrangimentos no domínio da energia no Tâmega e Sousa

Potencialidades	Constrangimentos
Investimento com tendência crescente no mercado das energias renováveis.	Elevado consumo energético associado ao setor doméstico e industrial.
Disponibilidade de recursos energéticos endógenos, com especial foco para a energia hídrica, eólica, radiação solar e produção de biomassa.	Reduzido número de aproveitamentos de energia associados às fontes eólica e hídrica.
Existência de modelos associativos intermunicipais eficazes no que refere à exploração de fontes renováveis, bem como setores de atividade disponíveis para a modernização e eficiência energética, com especial foco para o setor dos transportes.	

2. As pessoas

Este capítulo procura caracterizar o Tâmega e Sousa do ponto de vista humano. Começa-se pela questão demográfica, demonstrando a importância desta comunidade no contexto da Região Norte e do conjunto do País. Analisam-se, seguidamente, as características da população em termos de educação e formação e, depois, a sua situação no mercado de trabalho, nomeadamente as questões do emprego e desemprego. O capítulo termina com a abordagem de um conjunto de indicadores relevantes para caracterizar a qualidade de vida no Tâmega e Sousa.

2.1. Demografia

Os 1 830 km² do Tâmega e Sousa são o local de residência de 433 mil pessoas.² O Tâmega e Sousa alberga 11,7% da população da Região Norte de Portugal em 8,6% do respetivo território. A densidade populacional ronda, portanto, as 236 pessoas por km², valor que excede em 37% a média da Região Norte e é cerca do dobro da média nacional (Tabela 2.1).

Um elemento distintivo da população do Tâmega e Sousa, no contexto regional e nacional, é a sua juventude. A idade média, no recenseamento de 2011, era de 38,5 anos, substancialmente abaixo dos 41 anos registados na Região Norte e dos 41,8 correspondentes a Portugal. O índice de dependência de jovens, que corresponde ao número de pessoas até aos 14 anos por cada 100 pessoas entre os 15 e os 64 anos, é claramente superior ao registado no Norte de Portugal e no conjunto do país: 24,9 no Tâmega e Sousa contra 22,3 no Norte e 22,5 em Portugal. Em contrapartida, os residentes com 65 ou mais anos são 14,1% da população do Tâmega e Sousa mas ascendem a 17,1% na Região Norte e a 19% no país. O índice de dependência de idosos – número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas entre os 15 e os 64 anos – é de apenas 20,5 no Tâmega e Sousa, ascende a 25,2 na Região Norte e atinge 28,8 no conjunto do país. O índice de envelhecimento, que corresponde ao número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas com 14 anos ou menos, é de apenas 82,3 no Tâmega e Sousa mas atinge 113,3 na Região Norte e 127,8 em Portugal.

Outro elemento característico da população do Tâmega e Sousa é a sua inserção predominantemente rural: os habitantes que residem em localidades com mais de 2 000 habitantes não atingem sequer um terço da população, quando a média regional e nacional excede os 60%.

A população do Tâmega e Sousa tem as vantagens, e os inconvenientes, da homogeneidade nacional, étnica e linguística: os estrangeiros e as pessoas com dupla

² Dada a sua atualidade, os Censos 2011 são a fonte preferencial da informação estatística apresentada neste capítulo.

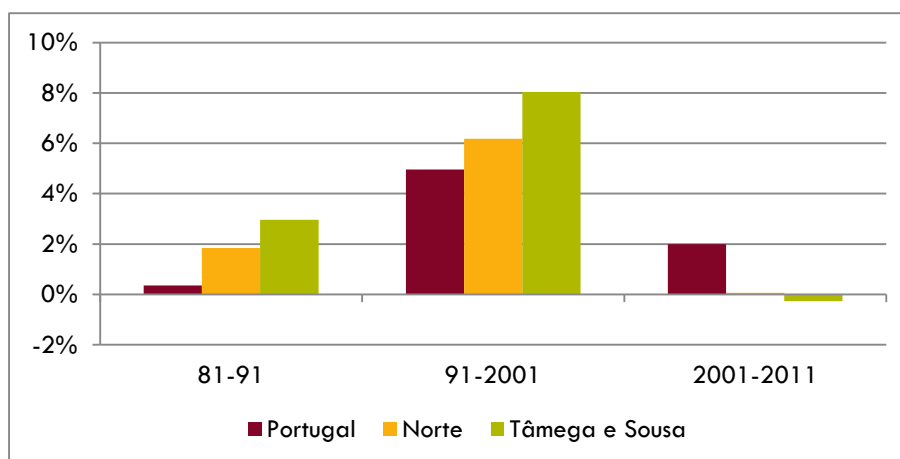
nacionalidade têm escassa representação nesta comunidade intermunicipal, muito longe dos valores médios nacionais.

Tabela 2.1 - População residente (2011)

	Tâmega e Sousa	Região Norte	Portugal
População residente	432 915	3 689 682	10 562 178
Densidade populacional (hab. km²)	236	173	115
Idade média	38,5	41,0	41,8
% 0 aos 14 anos (H/M)	18,0% / 16,3%	16,1% / 14,2%	15,9% / 13,9%
% 15 aos 24 anos (H/M)	13,8% / 12,8%	12,2% / 10,9%	11,5% / 10,3%
% 25 aos 64 anos (H/M)	56,0% / 54,9%	56,7% / 55,8%	55,9% / 54,6%
% 65 ou mais anos (H/M)	12,2% / 15,9%	14,9% / 19,1%	16,7% / 21,2%
Índice de dependência de jovens	24,9	22,3	22,5
Índice de dependência de idosos	20,5	25,2	28,8
Índice de envelhecimento	82,3	113,3	127,8
% em lugares c/ mais de 2000 hab.	30,6%	60,4%	61,0%
% mulheres	51,3%	52,1%	52,2%
% estrangeiros	0,5%	1,2%	3,4%
% com dupla nacionalidade	1,0%	1,7%	2,3%

Fonte: INE (Censos 2011).

Gráfico 2.1 - Taxa de variação decenal da população residente

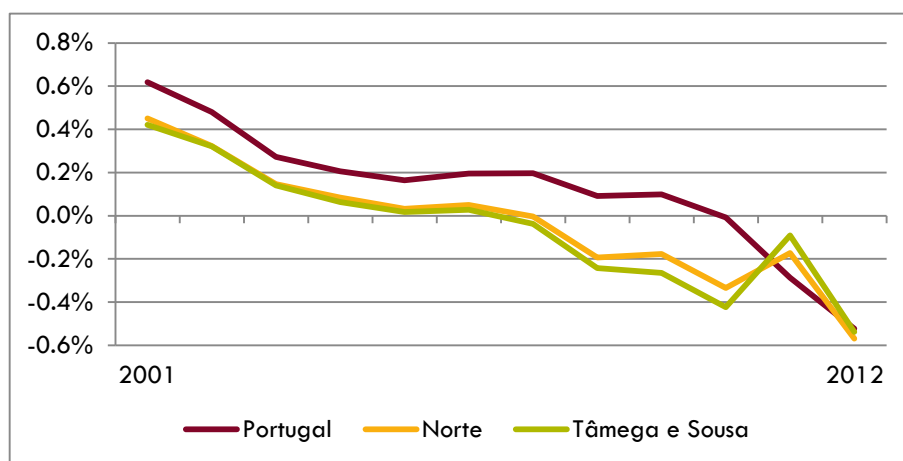


Fonte: INE (Censos, vários anos).

Notas: Para calcular a população do território atual do Tâmega e Sousa em 1981 e 1991, utilizaram-se os valores atribuídos pelos Censos coetâneos aos municípios integrados na comunidade intermunicipal, excluindo as freguesias de Santo Adrião de Vizela e Santa Eulália de Barrosas que foram, entretanto, destacadas dos concelhos de Felgueiras e Lousada para passarem a integrar o de Vizela.

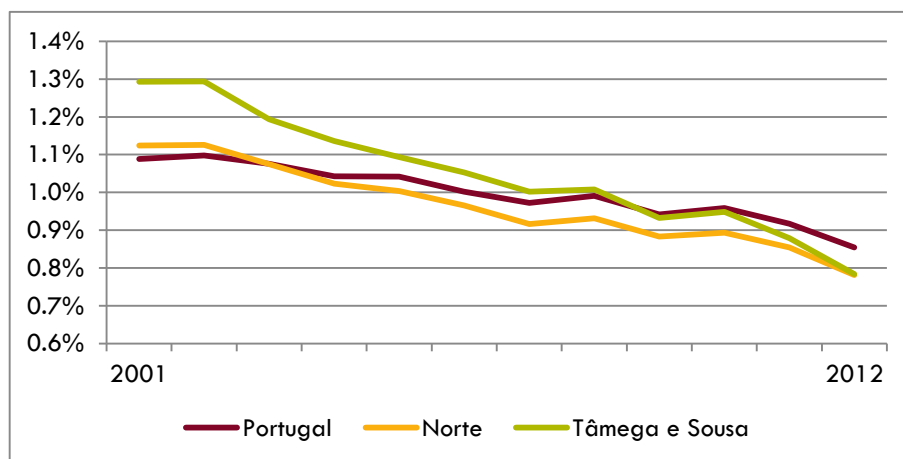
Em termos de dinâmica, na última década (2001-2011), a população do Tâmega e Sousa registou um ligeiro declínio, da ordem de -0,3% (Gráfico 2.1). No mesmo período, a população da Região Norte estagnou (+0,1%) e a do país registou algum crescimento (+2%). Esta evolução contrasta francamente com o ocorrido nas décadas anteriores, em que o Tâmega e Sousa registou crescimentos superiores à média regional e nacional: 3% em 1981-1991 e 8% em 1991-2001.

Gráfico 2.2 - Taxa de variação anual da população residente



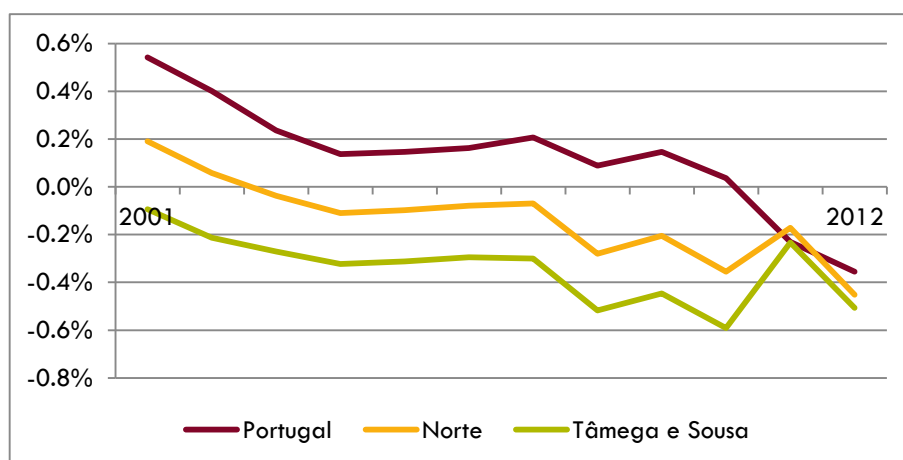
Fonte: INE (Censos, vários anos).

Gráfico 2.3 - Taxa bruta de natalidade



Fonte: INE (Estimativas Anuais da População Residente; Nados-vivos).

Gráfico 2.4 - Taxa de crescimento migratório



Fonte: INE (Indicadores Demográficos).

Analisando as variações anuais na última década (Gráfico 2.2), verifica-se uma tendência quase contínua de desaceleração do crescimento populacional do Tâmega e Sousa, acompanhando de muito perto a tendência geral da Região Norte: em 2001, a população Tâmega e Sousa cresceu ainda 0,42% mas em 2012, último ano representado no gráfico, caiu já 0,54%. Exceto nos dois anos finais do período analisado, a população do país, no seu conjunto, teve sempre uma dinâmica mais favorável do que a da Região Norte e do Tâmega e Sousa.

Esta evolução demográfica negativa resulta da combinação das tendências registadas a nível da natalidade e dos fluxos migratórios, em ambos os casos desfavoráveis.

O Tâmega e Sousa iniciou o século com uma taxa anual de natalidade de 1,29 nados-vivos por cada 100 habitantes, bem acima das médias de cerca de 1,1 registadas a nível regional e nacional. No entanto, na última década, a natalidade na comunidade declinou substancialmente e convergiu com a média da Região Norte, passando a ficar aquém da média nacional: em 2012, nasceram no Tâmega e Sousa 0,78 nados-vivos por cada 100 habitantes, exatamente o mesmo valor que no Norte e abaixo dos 0,85 registados no país (Gráfico 2.3).

Em termos migratórios, o Tâmega e Sousa apresentou uma persistente tendência negativa, isto é, com mais saídas do que entradas, ao longo do período 2001-2012 (Gráfico 2.4), sempre mais desfavorável do que a registada no país e na Região Norte e com tendência de agravamento. No entanto, os dois últimos anos assistiram a uma estabilização deste ritmo de perda populacional e à sua convergência com a região e o país.

O Tâmega e Sousa está, no entanto, longe de ser uma região homogénea no plano demográfico. A Tabela 2.2 apresenta um conjunto de indicadores fundamentais, ao nível do município. A densidade populacional, fator em função do qual está ordenada a tabela, é um dos traços essenciais da heterogeneidade existente.

Os concelhos mais ocidentais, situados no Vale do Sousa, albergam a maioria da população da comunidade, apresentam elevada densidade populacional, são tendencialmente mais urbanizados e têm uma população muito jovem. Paços de Ferreira, o concelho mais densamente povoado, é ilustrativo: tem quase 800 habitantes por km², cerca do triplo da média do Tâmega e Sousa, 44,5% da sua população vive em lugares com mais de 2 000 habitantes e tem apenas 15,8 pessoas de idade igual ou superior a 65 anos por cada 100 pessoas entre os 15 e os 64 anos. Felgueiras, Lousada e Penafiel apresentam características relativamente semelhantes, embora com uma densidade populacional e um nível de urbanização algo menores. No extremo sul deste eixo, já na outra margem do Douro, Castelo de Paiva³ é o concelho mais urbanizado (46% da população em lugares com mais de 2 000 habitantes) mas tem uma densidade populacional substancialmente mais baixa e uma população menos jovem do que os municípios anteriores. Em conjunto, estes 5 concelhos representam 58% da população do Tâmega e Sousa.

³ Apesar da sua localização na margem esquerda do Douro, ao longo deste capítulo associamos frequentemente Castelo de Paiva à zona do Sousa, dada a sua integração institucional na Valsousa e a sua localização na fachada ocidental do Tâmega e Sousa.

Tabela 2.2 - Indicadores demográficos por município (2011)

	Densidade populacional	População	% em lugares com mais de 2 000 habitantes	Dependência de idosos	Envelhecimento
Cinfães	85	20 427	0,0%	32,1	140,3
Resende	92	11 364	21,6%	33,8	143,7
Celorico B.	111	20 098	11,8%	28,9	125,3
Baião	118	20 522	11,1%	28,2	123,4
Castelo P.	145	16 733	45,6%	22,6	96,5
Amarante	187	56 264	30,3%	23,8	100,9
Marco C.	265	53 450	29,1%	18,9	72,6
Penafiel	340	72 265	33,4%	18,3	72,6
Lousada	493	47 387	25,7%	15,7	59,8
Felgueiras	502	58 065	40,8%	18,0	74,2
Paços F.	794	56 340	44,5%	15,8	61,1

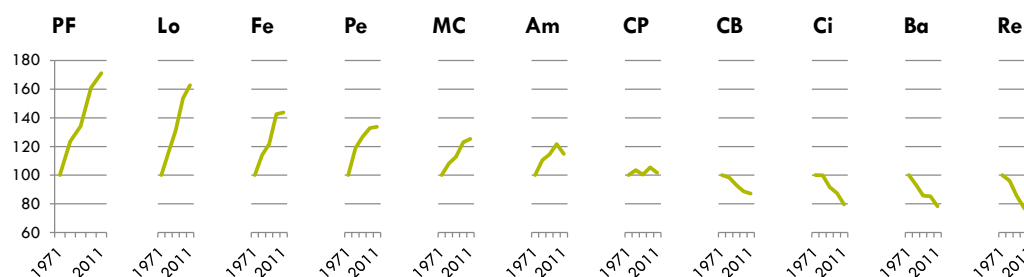
Fonte: INE (Censos 2011).

Mais para o interior, pode distinguir-se o núcleo central composto por Amarante e Marco de Canaveses, da coroa constituída por Celorico de Basto, Baião, Resende e Cinfães. Amarante e o Marco de Canaveses encontram-se entre os concelhos mais populosos da comunidade, com um quarto da respetiva população, mas apresentam uma densidade populacional da ordem dos 200 habitantes por km², inferior à dos concelhos do Sousa embora ainda acima da média da Região Norte. Cerca de um terço da sua população reside em lugares com mais de 2 000 habitantes. A população do Marco de Canaveses tem uma estrutura etária semelhante à dos concelhos do Sousa mas a de Amarante está mais envelhecida, com o número de pessoas com 65 anos ou mais a ser praticamente idêntico ao das que têm menos de 15.

O envelhecimento é, contudo, uma característica muito mais acentuada em Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Resende: o índice de envelhecimento varia aqui entre o mínimo de 123 idosos por cada 100 jovens, em Baião, e o máximo de 144, em Resende. A densidade populacional não vai além dos 118 habitantes por km² de Baião, descendo até 85 em Cinfães, e a percentagem da população a viver em lugares com mais de 2 000 pessoas vai desde 0% neste último concelho até um máximo de 22% em Resende. Em conjunto, estes 4 concelhos correspondem a 17% da população do Tâmega e Sousa.

A heterogeneidade que se constata atualmente entre estes concelhos tem-se vindo a acentuar progressivamente ao longo das últimas décadas, como se pode observar no Gráfico 2.5. Analisando os dados dos últimos 5 recenseamentos da população, constata-se que os concelhos do Sousa têm tendencialmente registado uma dinâmica demográfica muito mais favorável do que os do Tâmega e Douro. Desde 1971, a população de Paços de Ferreira aumentou 71% e a dos vizinhos concelhos de Lousada, Felgueiras e Penafiel 63%, 44% e 34%, respetivamente.

Gráfico 2.5 - Evolução da população residente concelhia (1971 = 100)

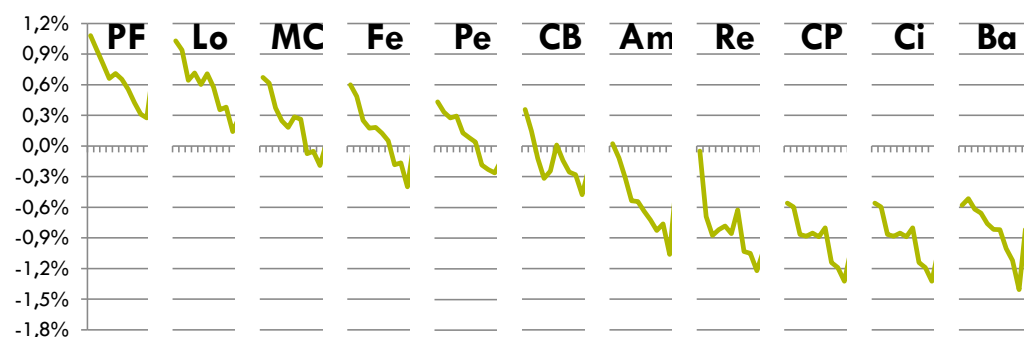


Fonte: INE (Censos, vários anos).

Na fachada ocidental do Tâmega e Sousa, só Castelo de Paiva, com um crescimento residual de 2%, foge a esta dinâmica positiva. Mais para o interior, Marco de Canaveses e Amarante, com crescimentos de 25% e 15%, respetivamente, mostram, aliás, resultados mais favoráveis. Quanto aos restantes concelhos do Tâmega e Sousa mostram tendências persistentes de perda populacional: 13% em Celorico de Basto, cerca de 20% em Baião e Cinfães e quase 30% em Resende.

De uma maneira geral, a última década prolongou estas tendências de longo prazo. No entanto, o Gráfico 2.5 mostra algumas especificidades: Penafiel e Felgueiras, que vinham a registar um rápido crescimento, viram a sua população estabilizar; por sua vez, Amarante que tinha registado um crescimento mais moderado perdeu 5,7% da sua população na última década, tendo Castelo de Paiva registado também algum recuo.

Gráfico 2.6 - Taxa anual de crescimento efetivo por município (2001-2012)



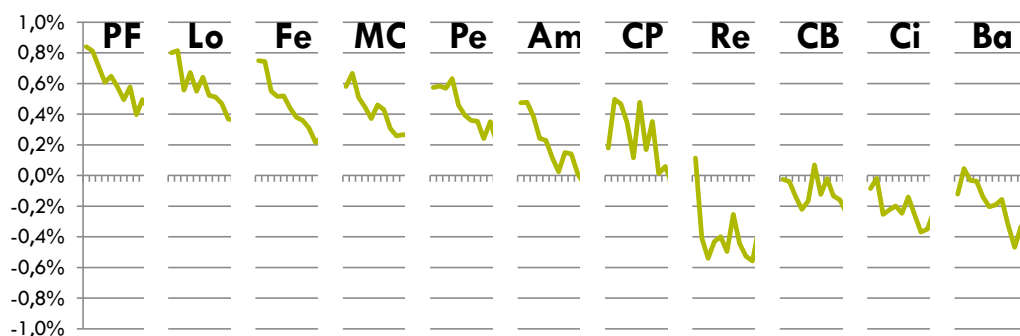
Fonte: INE (Estimativas Anuais da População Residente).

Quando, no Gráfico 2.5, se comparam os dados do Censo de 2011 com os de 2001, alguns concelhos parecem ainda demonstrar uma dinâmica de crescimento populacional. Quando, no entanto, a análise se baseia em dados anuais, como no Gráfico 2.6, torna-se claro que a dinâmica demográfica está em queda em todos os concelhos do Tâmega e Sousa, desde o início do século: sem exceção, todos chegam a 2012 com taxas de anuais de crescimento efetivo da população muito inferiores às que registavam em 2001, sendo Paços de Ferreira o único em que esta não é ainda negativa. Resende apresenta a quebra mais acentuada, de cerca 1,7 pontos percentuais, mas em nenhum concelho ela é inferior a 0,8 pontos percentuais.

Na maioria dos concelhos, esta quebra do crescimento populacional efetivo resulta, quer dos fenómenos migratórios, quer de uma evolução muito negativa do crescimento

natural (isto é, do saldo entre nascimentos e óbitos), retratada no Gráfico 2.7. Embora 5 concelhos ainda mantivessem, em 2012, taxas de crescimento natural ligeiramente positivas, todos registaram quebras muito acentuadas nos últimos dez anos. A situação é, em geral, mais favorável nos concelhos do Sousa do que nos do Tâmega e Douro, onde são escassos os anos de crescimento natural positivo.

Gráfico 2.7 - Taxa anual de crescimento natural por município (2001-2012)



Fonte: INE (Estimativas Anuais da População Residente).

Gráfico 2.8 - Taxa anual de crescimento migratório por município (2001-2012)



Fonte: INE (Estimativas Anuais da População Residente).

A heterogeneidade é menor no que respeita ao crescimento migratório uma vez que, nessa matéria, quase todos os concelhos apresentam sistematicamente perdas populacionais (Gráfico 2.8). Celorico de Basto, a par de Paços de Ferreira, apresenta os indicadores menos desfavoráveis, com variações normalmente próximas de zero. Apesar dessa exceção, também a este nível, é visível a tendência para a zona do Sousa alcançar resultados mais favoráveis do que os concelhos mais interiores.

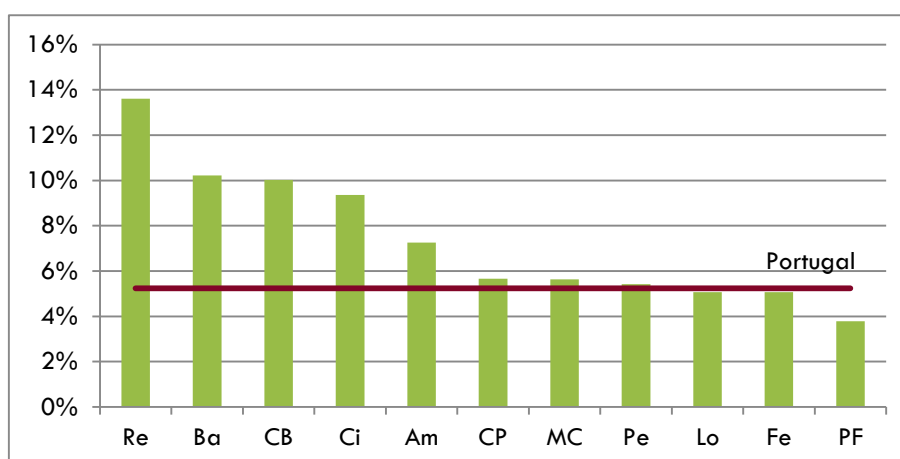
O Tâmega e Sousa é, em síntese, uma comunidade demográfica muito heterogénea, onde se reúnem os concelhos do Sousa, de elevada densidade populacional, população jovem e relativamente urbanizada, com os do Tâmega e Douro, marcados pela baixa densidade, ruralidade e envelhecimento. Todos partilham, no entanto, uma perda de dinâmica demográfica, fruto do abrandamento do crescimento natural e, em quase todos os casos, da emigração.

2.2. Educação e formação

O Tâmega e Sousa apresenta um claro défice em matéria de educação e formação face ao todo do país e da Região Norte. No entanto, também nesta matéria há uma significativa heterogeneidade dentro da comunidade intermunicipal.

Esta heterogeneidade é, desde logo, visível ao nível do analfabetismo (Gráfico 2.9). O Tâmega e Sousa tem uma percentagem de pessoas com 10 ou mais anos que não sabem ler nem escrever (6,3%) que não se afasta muito da média da Região Norte (5,0%) e do país (5,2%) mas a situação varia substancialmente de concelho para concelho. Na fachada ocidental da comunidade, Paços de Ferreira está claramente abaixo da média nacional e Felgueiras, Lousada, Penafiel e Castelo de Paiva pouco dela se afastam. Mais para o interior, só o Marco de Canaveses se encontra alinhado com a média portuguesa. Amarante excede-a em 2 pontos percentuais, Cinfães em 4, Celorico de Basto e Baião em 5 e Resende em mais de 8.

Gráfico 2.9 - Percentagem da população com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever (2011)

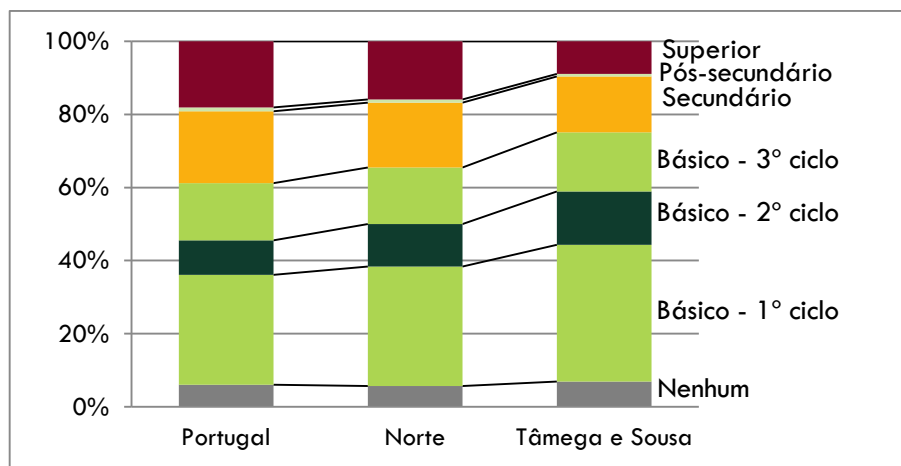


Fonte: INE (Censos 2011).

Mais do que ao nível do analfabetismo, as desvantagens educativas do Tâmega e Sousa são, no entanto, visíveis quando se analisa a escolaridade da população potencialmente ativa (Gráfico 2.10). As pessoas que não completaram nenhum nível de escolaridade ou que apenas completaram algum dos níveis do ensino básico representam uma percentagem substancialmente mais elevada da população do Tâmega e Sousa do que da Região Norte e de Portugal, passando-se o inverso a nível do ensino secundário e superior. Concretamente, entre as pessoas com 15 ou mais anos, as que completaram estudos pós-secundários ou superiores representam 19,2% dos residentes em Portugal, 16,8% na Região Norte e apenas 9,6% no Tâmega e Sousa.⁴ Em contrapartida, os que não foram além do 1º ciclo do ensino básico representam 44% no Tâmega e Sousa, 38% no Norte e 36% no país.

⁴ O ensino pós-secundário consiste, de acordo com os conceitos utilizados nos Censos 2011, na “Oferta formativa pós secundária, não superior, que prepara jovens e adultos para o desempenho de profissões qualificadas, por forma a favorecer a entrada na vida ativa. A organização do curso tem componentes de formação em contexto escolar e em contexto de trabalho. Confere um diploma de especialização tecnológica e qualificação profissional de nível 4.” Estes cursos são conhecidos como CET – Cursos de Especialização Tecnológica.

Gráfico 2.10 - Distribuição da população residente com 15 ou mais anos por nível de escolaridade (2011)



Fonte: INE (Censos 2011).

Como se pode verificar na Tabela 2.3, existe uma considerável variabilidade entre os concelhos do Tâmega e Sousa em matéria de escolaridade. Baião, Cinfães e Resende apresentam inequivocamente o perfil mais desfavorável. Nestes concelhos, a percentagem da população com 15 ou mais anos que não completou nenhum nível de escolaridade ou se ficou pelo 1º ciclo do ensino básico excede 50% enquanto a dos que completaram estudos pós-secundários ou superiores varia entre 6,6% em Cinfães e 8,2% em Resende, em qualquer caso bem abaixo da média de 9,6% do Tâmega e Sousa.

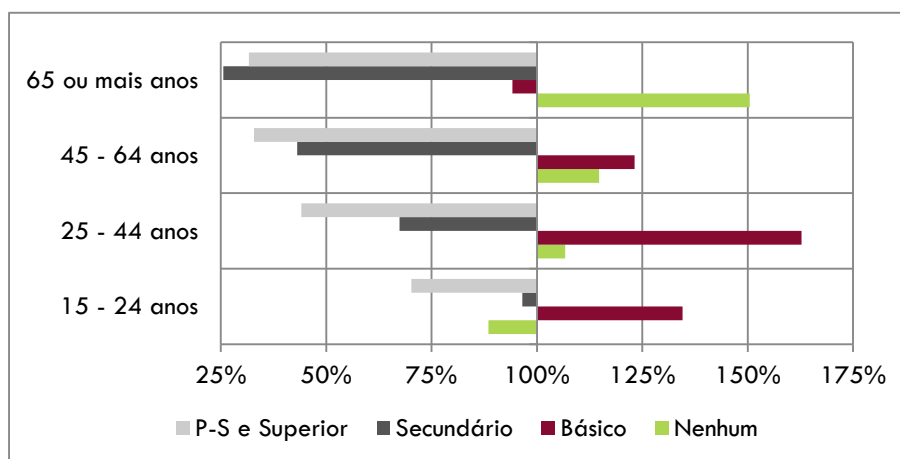
Tabela 2.3 - Níveis de escolaridade dos residentes com 15 ou mais anos de idade, por município (2011)

	Nenhum	Básico 1º ciclo	Básico 2º ciclo	Básico 3º ciclo	Secundário	Pós-secundário e superior
Portugal	6,0%	30,1%	9,5%	15,6%	19,7%	19,2%
Norte	5,7%	32,7%	11,6%	15,4%	17,7%	16,8%
Tâmega e Sousa	6,9%	37,5%	14,5%	16,2%	15,3%	9,6%
Amarante	7,9%	38,2%	10,5%	14,8%	16,1%	12,6%
Baião	10,7%	42,8%	11,6%	14,7%	13,0%	7,1%
Castelo de Paiva	6,0%	32,9%	20,8%	17,0%	14,8%	8,5%
Celorico de Basto	11,0%	37,1%	13,0%	15,2%	14,6%	9,1%
Cinfães	10,2%	42,1%	15,8%	12,6%	12,6%	6,6%
Felgueiras	5,6%	37,5%	14,0%	17,0%	16,2%	9,7%
Lousada	5,7%	35,7%	16,2%	18,4%	15,2%	8,9%
M. Canaveses	6,3%	37,2%	15,4%	16,3%	15,4%	9,4%
Paços de Ferreira	4,5%	37,5%	17,8%	16,3%	14,7%	9,2%
Penafiel	5,9%	35,7%	14,2%	17,1%	16,7%	10,4%
Resende	14,8%	41,1%	9,8%	12,9%	13,2%	8,2%

Fonte: INE (Censos 2011).

Uma tentativa de ordenação da posição relativa dos restantes concelhos, em matéria de escolaridade, afigura-se mais complexa. Amarante tem a maior percentagem de residentes que completaram o ensino pós-secundário ou superior (12,6%) mas não se encontra entre os concelhos com situação mais favorável quanto aos residentes que não foram além do ensino básico. Com 46,1% surge, logo depois de Celorico de Basto e dos três concelhos anteriormente mencionados, na quinta pior situação a esse nível. Já Castelo de Paiva é o concelho com menor percentagem de população que não foi além do 1º ciclo do ensino básico (38,9%) mas, com apenas 8,5%, é também o quarto concelho com menor percentagem de população a completar estudos pós-secundários e superiores. Os concelhos do Sousa situam-se, em geral, entre os que têm menores percentagens de população apenas com o 1º ciclo do ensino básico mas não se afastam significativamente da média quanto à percentagem dos que completaram estudos pós-secundários ou superiores. O Marco de Canaveses encontra-se, em ambos os aspetos, muito próximo da média.

Gráfico 2.11 - Peso relativo de cada nível escolaridade na população residente no Tâmega e Sousa face a Portugal, por escalão etário (2011)



Fonte: INE (Censos 2011).

Segmentando a população por escalão etário (Gráfico 2.11), constata-se que a desvantagem educativa do Tâmega e Sousa é tanto mais acentuada quanto maior a idade da população. No escalão das pessoas com 65 ou mais anos, as que não têm nenhum nível de escolaridade têm um peso na população do Tâmega e Sousa que é 150% do que têm a nível nacional. Neste escalão etário, todos os outros níveis de escolaridade estão sub-representados, sendo o peso das pessoas que atingiram o ensino secundário ou superior apenas 25% a 30% do verificado a nível nacional.

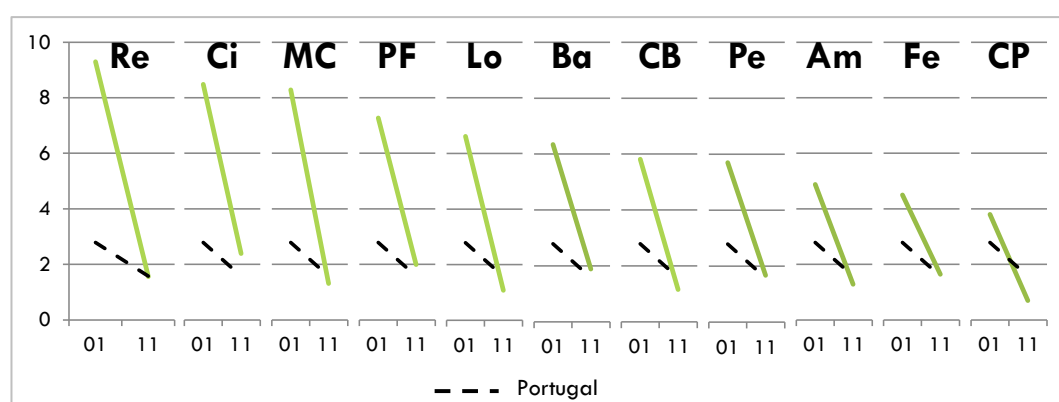
Entre os 45 e os 64 anos, o Tâmega e Sousa continua a estar sub-representado no ensino secundário (43%) e superior (33%), embora ligeiramente menos do que no escalão anterior. Continua, igualmente, a estar sobre representado quanto à população sem nenhum nível de escolaridade (115%), embora em muito menor medida do que entre os mais velhos, e passa a está-lo também no ensino básico (123%). Descendo ao escalão dos 25 aos 44 anos, a desvantagem do Tâmega e Sousa diminui substancialmente no que respeita ao ensino secundário, onde atinge uma percentagem da população correspondente a dois terços da média nacional. A sobre representação da população sem

nenhum nível de escolaridade reduz-se acentuadamente (107%) mas aumenta muito a da população que completou algum dos ciclos do básico (163%).

Finalmente, na população entre os 15 e os 24 anos, o Tâmega e Sousa quase anula a sua desvantagem relativa a nível de ensino secundário (97%) e reduz consideravelmente a registada a nível de ensino superior (70%). Também passa a ter uma percentagem da população sem nenhum nível de escolaridade abaixo da média nacional (88%) mas mantém uma considerável sobre representação da que não vai além do ensino básico (135%).

Estes indicadores comprovam existência de um processo, claro mas muito lento, de convergência dos níveis de escolaridade da população do Tâmega e Sousa com a média nacional.

Gráfico 2.12 - Abandono escolar entre os 10 e os 15 anos



Fonte: INE (Censos 2001 e 2011).

A redução do abandono escolar é um elemento central neste processo. O Tâmega e Sousa fez progressos muito significativos nesta matéria, desde o início do século. Em 2001, todos os concelhos da comunidade intermunicipal tinham níveis de abandono escolar entre os 10 e os 15 anos acima da média nacional, excedendo-a por uma margem que variava entre um mínimo de 36% em Castelo de Paiva e um máximo de 233% em Resende. Dez anos depois, a situação é radicalmente diferente. Todos os concelhos conseguiram reduzir acentuadamente o abandono escolar, em percentagens que variam entre 64% em Felgueiras e 84% em Lousada e no Marco de Canaveses. Seis deles (Amarante, Celorico de Basto, Castelo de Paiva, Marco de Canaveses, Lousada, Resende) têm já níveis de abandono escolar inferiores à média nacional, sendo de destacar o nível particularmente baixo atingido em Castelo de Paiva.

A Tabela 2.4 apresenta uma bateria de outros importantes indicadores em matéria de escolaridade. À data do último censo, a generalidade dos concelhos do Tâmega e Sousa tinham alcançado níveis de taxa bruta de frequência do pré-escolar próximos da média nacional, aproximando-se de uma completa cobertura da população: os valores mais baixos registavam-se em Amarante, Baião e Cinfães mas nenhum deles ficava abaixo de 80%, quando a média nacional era de 90,9%.⁵ No ensino básico, todos os concelhos

⁵ As taxas brutas de frequência e de escolarização dão apenas uma ideia aproximada da cobertura da população, uma vez que comparam o número de alunos matriculados com o da população residente com idade

tinham índices que denotavam a completa cobertura da população. No entanto, alguns deles apresentavam níveis de retenção e desistência significativos.

Tabela 2.4 - Indicadores escolares, por município (2011/2012)

	Pré-escolar		Básico	Secundário	
	Tx. bruta de frequência	Tx. bruta escolarização	Retenção e desistência (%)	Tx. bruta escolarização	Transição e conclusão (%)
Portugal	90,9	117,9	9,9	124,9	79,9
Norte	93,9	117,2	8,4	122,4	83,0
Amarante	80,1	130,0	5,4	140,2	86,7
Baião	83,2	116,6	13,9	78,1	81,0
Castelo P.	109,0	118,6	12,5	95,0	82,7
Celorico B.	86,2	110,1	7,76	106,4	87,4
Cinfães	83,9	125,7	8,3	88,2	89,9
Felgueiras	85,6	116,1	10,5	103,1	81,1
Lousada	87,7	113,4	9,6	74,8	82,5
Marco C.	93,7	112,8	7,6	85,0	84,7
Paços F.	89,0	116,5	11,1	81,5	81,0
Penafiel	92,3	117,0	7,6	86,8	82,9
Resende	101,0	113,9	7,0	86,7	80,1

Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte 2013).

Já a nível do ensino secundário, apenas 3 concelhos do Tâmega e Sousa (Amarante, Celorico de Basto e Felgueiras) atingiram já níveis de 100, indicando a completa cobertura da população no escalão etário correspondente. Em contrapartida, Baião e Lousada apresentam ainda valores abaixo de 80, sugerindo continuar a existir um número considerável de jovens com idade para o fazerem que não frequentam este nível de ensino. Todos os concelhos da comunidade intermunicipal apresentam, contudo, taxas de transição e conclusão mais favoráveis do que a média nacional.

A adequação da oferta educativa à procura e às expectativas da população é um elemento indispensável no combate ao insucesso e ao abandono escolar, sendo a oferta de cursos vocacionados para a aproximação ao mercado de trabalho um importante contributo nesse sentido. A Tabela 2.5 mostra que, no Tâmega e Sousa, no ano letivo de 2011/2012, 9,5% dos matriculados no 3º ciclo do ensino básico se inscreveram em cursos de educação e formação, percentagem que excede ligeiramente a média nacional. Estes cursos foram particularmente frequentados em Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Marco de Canaveses. Pelo contrário, em Penafiel e Resende, apenas cerca de 7% dos alunos se inscreveram em cursos desta natureza.

adequada para normalmente frequentar o nível de ensino correspondente. A frequência do ensino por residentes noutros municípios ou por pessoas que não têm a idade para normalmente frequentar um determinado nível de ensino dificultam a interpretação dos valores destes indicadores.

⁶ Valor do ano letivo de 2010-2011. Para o ano letivo de 2011-2012, o Anuário Estatístico da Região Norte 2013 apresenta um valor de 42,1% que não se afigura credível.

Os cursos de educação e formação existem também, mas com pouca expressão, no ensino secundário. Neste nível de ensino, no entanto, o ensino profissional capta já uma significativa percentagem dos alunos: no Tâmega e Sousa, são cerca de 35%, percentagem ligeiramente mais alta do que a média nacional e regional. Os níveis mais elevados de frequência são em Celorico de Basto, Castelo de Paiva e Cinfães, onde rondam os 50%. Em contrapartida, em Amarante, são de apenas 26% e em Lousada, Paços de Ferreira e Penafiel rondam os 30%.

Tabela 2.5 - Modalidades de educação/formação orientadas para jovens, por município: percentagem dos matriculados em cada ciclo de ensino (2011/2012)

	3º ciclo – Básico		Ensino secundário	
	C. Prof.	C. Educ. Form.	C. Prof.	C. Educ. Form.
Portugal	0,1%	9,2%	32,6%	0,6%
Norte	0,2%	9,8%	33,8%	0,4%
Tâmega e Sousa	0,0%	9,5%	34,9%	0,0%
Amarante	0,0%	9,4%	25,9%	0,0%
Baião	0,0%	16,8%	38,6%	0,0%
Castelo de Paiva	0,0%	8,3%	49,8%	0,0%
Celorico de Basto	0,0%	13,1%	52,0%	0,0%
Cinfães	0,0%	11,0%	46,5%	0,0%
Felgueiras	0,0%	8,9%	42,9%	0,0%
Lousada	0,0%	9,6%	29,2%	0,0%
Marco de Canaveses	0,0%	10,4%	35,9%	0,0%
Paços de Ferreira	0,0%	9,1%	30,9%	0,0%
Penafiel	0,0%	7,5%	30,9%	0,0%
Resende	0,0%	6,8%	38,1%	0,0%

Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte 2013); cálculos nossos.

Dado o ritmo inevitavelmente lento com que a educação dos jovens se refletirá nas qualificações médias da população ativa, a educação e formação de adultos pode dar um contributo relevante para atenuar as desvantagens que o Tâmega e Sousa apresenta nestes domínios. A Tabela 2.6 apresenta alguns indicadores nessa matéria.

No ensino secundário, o Tâmega e Sousa tem uma percentagem da população a frequentar cursos vocacionados para adultos que se aproxima da média nacional de 0,7%. Celorico de Basto com 1,86% apresenta o valor mais elevado, seguido por Baião, com 1,01%. Em contrapartida, os dados disponíveis indicam não existir adultos a frequentar cursos desta natureza em Resende. No 3º ciclo do ensino básico, Cinfães lidera, com 1,82%, seguido de Celorico, Amarante e Penafiel. Resende é, novamente, o concelho em que a frequência de cursos para adultos é menos frequente.

A população do Tâmega e Sousa tem, portanto, níveis de escolarização inferiores à média da Região Norte e do país. Esse défice é menos acentuado entre os jovens mas ao ritmo da substituição natural das populações persistirá ainda por muitos anos. Ao nível do ensino básico, o Tâmega e Sousa conseguiu já alinhar-se com os padrões nacionais de abandono escolar. No entanto, no ensino secundário, as taxas de escolarização carecem ainda de reforço.

Tabela 2.6 - Percentagem da população com 15 anos ou mais matriculada em modalidades de educação/formação orientadas para adultos/os, por município (2011/2012)

	1º ciclo Básico	2º ciclo Básico	3º ciclo Básico	Secundário
Portugal	0,03%	0,16%	0,58%	0,70%
Norte	0,02%	0,22%	0,74%	0,75%
Tâmega e Sousa	0,02%	0,24%	1,04%	0,73%
Amarante	0,01%	0,22%	1,42%	0,94%
Baião	0,10%	0,34%	0,56%	1,01%
Castelo de Paiva	0,00%	0,00%	0,52%	0,35%
Celorico de Basto	0,11%	0,46%	1,46%	1,86%
Cinfães	0,00%	0,63%	1,82%	0,49%
Felgueiras	0,00%	0,31%	0,71%	0,88%
Lousada	0,00%	0,19%	0,78%	0,41%
Marco de Canaveses	0,03%	0,16%	0,82%	0,39%
Paços de Ferreira	0,01%	0,28%	1,06%	0,64%
Penafiel	0,01%	0,14%	1,38%	0,86%
Resende	0,00%	0,00%	0,16%	0,00%

Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte 2013); cálculos nossos.

2.3. Mercado de trabalho

Os principais indicadores do mercado de emprego no Tâmega e Sousa, quando considerado na sua globalidade, não divergem significativamente das médias nacionais e regionais: de acordo com o Censo de 2011, a taxa de desemprego no Tâmega e Sousa era de 14%, ligeiramente abaixo dos 14,5% registados na Região Norte e um pouco acima dos 13,2% do conjunto do país. A taxa de atividade, por sua vez, era de 46,5% no Tâmega e Sousa face a uma média de 47,6% em Portugal e no Norte.

Como noutras matérias, também a nível do mercado de trabalho o Tâmega e Sousa é profundamente heterogéneo. A análise da taxa de atividade sugere a sua segmentação em três zonas. A noroeste, em Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, mais de metade dos residentes estão no mercado de trabalho. Pelo contrário, a sudeste, Baião, Cinfães e Resende apresentam taxas de atividade abaixo dos 40%. Entre estas zonas, em Amarante, Marco de Canaveses, Penafiel e Castelo de Paiva, este indicador ronda os 45%. Celorico de Basto foge a este esquema de classificação, com uma taxa de 40,9%, muito inferior à dos seus vizinhos imediatos. A análise da taxa de desemprego não suporta, no entanto, o mesmo padrão geográfico de agregação dos municípios. Felgueiras apresenta uma taxa (10,3%) muito inferior à de qualquer outro concelho do Tâmega e Sousa, bem como à média nacional e regional, fruto das especificidades do seu tecido produtivo. Penafiel apresenta a segunda taxa de desemprego mais baixa (12,4%), embora excedendo já a de Felgueiras em mais de 2 pontos percentuais. A baixíssima taxa de atividade de Resende, apenas 34,4%, permite-lhe ser o único outro concelho do Tâmega e Sousa com níveis de desemprego inferiores à média nacional. Já Baião e Cinfães, apesar de taxas de atividade também reduzidas, apresentam os níveis de desemprego mais elevados da comunidade intermunicipal, da ordem dos 20%. Entre estes extremos, Lousada, Amarante e Paços de

Ferreira apresentam taxas de 13%-14%, enquanto Celorico de Basto, Marco de Canaveses e Castelo de Paiva se situam na ordem dos 16%-17%.

Tabela 2.7 - Emprego e Desemprego (2011)

	Desempregados	Empregados	Tx. Desemprego	Tx. Atividade
Portugal	662 180	4 361 187	13,2%	47,6%
Norte	254 182	1 501 883	14,5%	47,6%
Tâmega e Sousa	28 238	172 935	14,0%	46,5%
Amarante	3 514	21 590	14,0%	44,6%
Baião	1 579	6 577	19,4%	39,7%
Castelo de Paiva	1 271	6 150	17,1%	44,3%
Celorico de Basto	1 337	6 890	16,3%	40,9%
Cinfães	1 516	6 082	20,0%	37,2%
Felgueiras	3 079	26 716	10,3%	51,3%
Lousada	3 178	20 817	13,2%	50,6%
Marco de Canaveses	3 859	19 806	16,3%	44,3%
Paços de Ferreira	4 155	24 920	14,3%	51,6%
Penafiel	4 237	29 991	12,4%	47,4%
Resende	513	3 396	13,1%	34,4%

Fonte: INE (Censos 2011); cálculos nossos.

2.3.1. Emprego

Quase dois terços dos residentes na comunidade do Tâmega e Sousa estavam empregados, aquando do Censo de 2011, num de três setores de atividade: indústria transformadora (30,2%), construção (18,9%) e comércio e reparação de veículos (14,9%). Nenhum outro setor se aproximava do limiar de 10% do emprego.

Nos dois primeiros setores, indústria transformadora e construção, o peso no emprego na comunidade intermunicipal era cerca do dobro do registado a nível nacional: por si só, estes dois sectores asseguravam quase metade do emprego local quando, no país, a sua representatividade não ia além de 24,9%. Em termos relativos, o setor mais sobre representado no emprego da CIM era o das indústrias extrativas, com cerca do triplo do peso registado a nível nacional, embora a sua importância absoluta no emprego no Tâmega e Sousa não fosse além de 0,9%.

O comércio e a reparação de veículos, apesar da sua elevada representatividade (14,9%) no emprego local, tem menor peso na comunidade do que no conjunto do país. Outros setores com peso significativo, mas inferior à média nacional, são a educação (6,4% no Tâmega e Sousa, 8,6% no país), a administração pública e defesa (5,0% contra 7,2%) e as atividades de saúde e apoio social (4,5% contra 8,2%). As atividades mais associadas ao setor público estão, portanto, sub-representadas no emprego dos residentes no Tâmega e Sousa. De assinalar, ainda, a sub-representação das atividades ligadas ao turismo, como o alojamento e restauração (3,9% contra 6,7%).

Tabela 2.8 - Estrutura sectorial (CAE) do emprego (2011)

	Portugal	Norte	Tâmega e Sousa
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3,1%	2,9%	2,5%
Indústrias extrativas	0,3%	0,3%	0,9%
Indústrias transformadoras	16,4%	24,1%	30,2%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,6%	0,6%	0,6%
Capt., trat. e distr. água; saneamento, g. resíduos e desp.	0,7%	0,6%	0,5%
Construção	8,5%	10,0%	18,9%
Com. p/ grosso e retalho; reparação de veículos aut. e mot.	17,3%	17,4%	14,9%
Transportes e armazenagem	3,7%	2,9%	2,2%
Alojamento, restauração e similares	6,7%	5,4%	3,9%
Atividades de informação e de comunicação	2,3%	1,5%	0,7%
Atividades financeiras e de seguros	2,4%	1,7%	0,9%
Atividades imobiliárias	0,6%	0,5%	0,2%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4,1%	3,5%	2,1%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4,4%	3,3%	2,0%
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigat.	7,2%	5,2%	5,0%
Educação	8,6%	8,5%	6,4%
Atividades de saúde humana e apoio social	8,2%	7,3%	4,5%
Ativ. artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1,0%	0,8%	0,4%
Outras atividades de serviços	2,0%	1,9%	1,4%
Ativ. das famílias emp. pess. dom. e prod. p/ uso próprio	1,9%	1,8%	1,8%
Ativ. dos org. internacionais e out. inst. extraterritoriais	0,0%	0,0%	0,0%

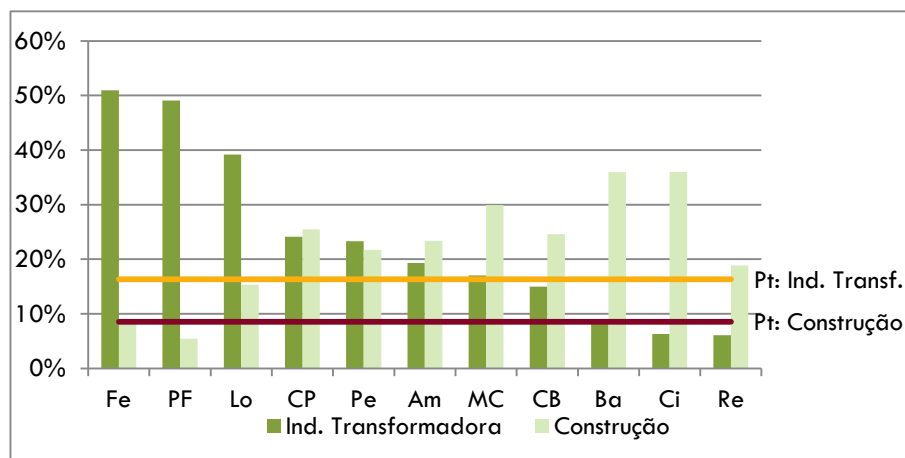
Fonte: INE (Censos 2011); cálculos nossos.

Sendo, globalmente, o setor mais representativo no emprego do Tâmega e Sousa, a indústria transformadora tem, no entanto, uma importância muito diversa de município para município, muito mais elevada nos concelhos do Sousa do que na zona mais interior da comunidade (Gráfico 2.13). Em Felgueiras e Paços de Ferreira, este setor emprega metade dos residentes, triplicando o peso que tem a nível nacional. Lousada é também um concelho fortemente industrializado, com quase 40% do emprego no setor. Na zona sul desta fachada ocidental do Tâmega e Sousa, em Penafiel e Castelo de Paiva, a indústria transformadora absorve cerca de um quarto do emprego, substancialmente acima da média nacional mas longe dos valores registados mais a norte. Avançando para o interior, o peso da indústria transformadora em Amarante, Marco de Canaveses e Celorico de Basto está próximo da média nacional de 16,4%. O contributo da indústria para o emprego é muito menor nos concelhos mais próximos do Douro, Baião (8,5%), Cinfães (6,3%) e Resende (6,1%).

O peso da construção para o emprego municipal tem, praticamente, a ordenação inversa. É inferior a 10% em Felgueiras e, sobretudo, em Paços de Ferreira, únicos concelhos do Tâmega e Sousa que ficam, nesta matéria, abaixo da média nacional. Em Lousada, emprega 15,3% dos residentes e em Resende 18,8%. A sua importância relativa é muito maior em Baião e Cinfães, onde representa mais de um terço do emprego, aproximando-

se também desse limiar no Marco de Canaveses. Nos restantes concelhos, o peso da construção ronda um quarto do emprego.

Gráfico 2.13 - Peso da indústria transformadora e da construção civil no emprego (2011)



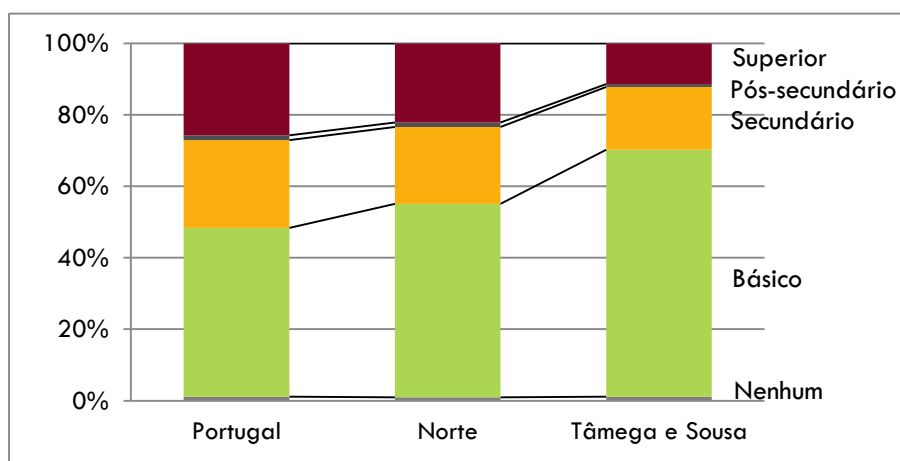
Fonte: INE (Censos 2011).

Em conjunto, indústria transformadora e construção representam 40% a 60% do emprego dos residentes em todos os concelhos do Tâmega e Sousa, com exceção de Resende, onde não vão além de 24,9%. Este concelho distingue-se por um peso do setor agrícola no emprego (20,1%) que não tem paralelo em nenhum outro concelho da comunidade. Também o emprego público, nomeadamente nos setores da administração pública e defesa (10%) e educação (9%), tem, em Resende, uma relevância muito superior à que é comum noutros concelhos do Tâmega e Sousa.

Em termos de escolaridade, o emprego no Tâmega e Sousa reflete o perfil da população residente, anteriormente analisado. Apenas 11,4% dos residentes nesta comunidade intermunicipal que tinham emprego, à data do Censo de 2011, tinham completado o ensino superior (Gráfico 2.14). Essa percentagem ascendia a 22,2% na Região Norte e a 25,7% no conjunto do país. A desvantagem do Tâmega e Sousa era extensiva ao ensino secundário, completado apenas por 17,5% dos seus residentes empregados, contra 21,5% na Região Norte e 24,5% no país.

Amarante é o concelho com um perfil de emprego mais qualificado: 35,9% dos seus residentes empregados completaram, pelo menos, o ensino secundário e 16,1% terminaram o ensino superior. Seguem-se-lhe Celorico de Basto e Resende, onde a percentagem dos empregados que completaram, pelo menos, o ensino secundário é de 32,0% e 31,9%, respetivamente. O relativamente elevado perfil de escolaridade do emprego nestes concelhos pode parecer surpreendente face às carências de escolaridade que demonstram a nível da população em geral mas explica-se pelo peso que têm, nesses concelhos, setores como a administração, educação e saúde, devido à debilidade de outras alternativas. Estes setores representam 21,2% do emprego em Celorico de Basto e 25,7% em Resende, quando não vão além de 15,9% no conjunto do Tâmega e Sousa. Em contrapartida, as elevadas taxas de atividade e o fortíssimo peso da indústria transformadora em Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira estão associados a um perfil de emprego com menores níveis de escolaridade: só 26% a 27% do emprego destes concelhos corresponde a indivíduos que completaram, pelo menos, o ensino secundário.

Gráfico 2.14 - População empregada por nível de escolaridade (2011)



Fonte: INE (Censos 2011).

Tabela 2.9 - Proporção da população empregada em profissões socialmente mais valorizadas (2011)

	2001	2011
Portugal	15,5%	22,2%
Norte	14,1%	20,8%
Tâmega e Sousa	4,7%	13,4%
Amarante	6,1%	17,5%
Baião	4,8%	11,3%
Castelo de Paiva	5,1%	11,2%
Celorico de Basto	5,6%	12,6%
Cinfães	6,7%	13,8%
Felgueiras	3,4%	12,4%
Lousada	3,6%	11,8%
Marco de Canaveses	4,2%	13,6%
Paços de Ferreira	3,4%	13,0%
Penafiel	5,2%	13,8%
Resende	6,4%	14,7%

Fonte: INE (Censos 2001 e 2011).

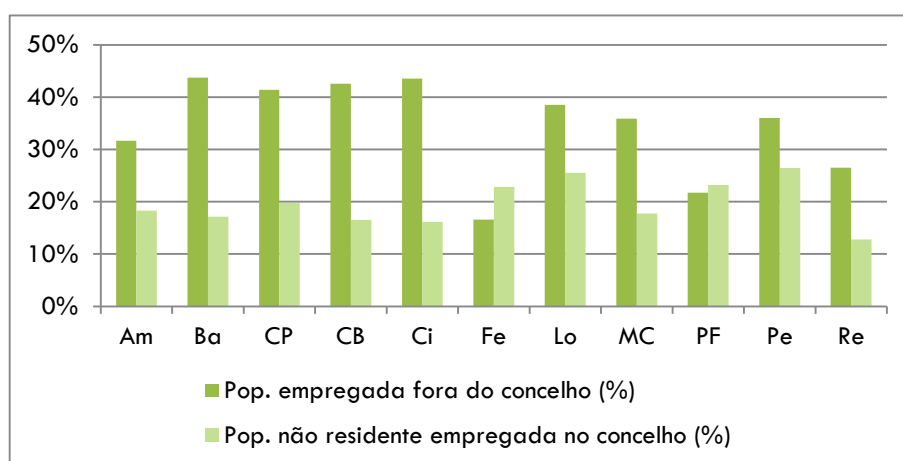
Dos residentes no Tâmega empregados, 13,4% dedicam-se a “profissões socialmente mais valorizadas”, isto é, profissões de nível 1 e 2 na Classificação Portuguesa das Profissões.⁷ A nível concelhio, esta percentagem varia entre um mínimo de 11,2% em Castelo de Paiva e um máximo de 17,5% em Amarante com uma distribuição que segue de perto o peso da população com ensino superior completo. Na última década, o peso destas

⁷ O nível 1 da CPP corresponde a “representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos” e o nível 2 a “especialistas das atividades intelectuais e científicas”.

profissões no emprego aumentou muito significativamente em todos os concelhos, como se pode observar na Tabela 2.9.⁸

Na análise dos resultados anteriores é necessário ter em conta que o mercado de trabalho não coincide, em geral, com as fronteiras administrativas concelhias, não podendo, por isso, as características dos empregados residentes no concelho ser automaticamente associadas a características do emprego aí existente. Em quatro concelhos do Tâmega e Sousa – Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto e Cinfães – mais de 40% da população empregada estava empregada fora do concelho. Noutros quatro – Amarante, Lousada, Marco de Canaveses e Penafiel – esta percentagem situava-se entre os 30% e 40%. Felgueiras, com 16,6%, era o único concelho em que menos de 20% dos empregados trabalhavam fora do concelho de residência. Simetricamente, em muitos concelhos, os não residentes ocupavam uma fração significativa do emprego existente: Penafiel, com 26,5%, era o concelho em que este fenómeno era mais intenso mas esta percentagem situava-se acima de 20% em todos os concelhos do Sousa. Resende era o concelho que demonstrava menor capacidade de atração, com apenas 12,8% do emprego ocupado por não residentes.

Gráfico 2.15 - Extroversão do mercado de trabalho concelhio (2011)

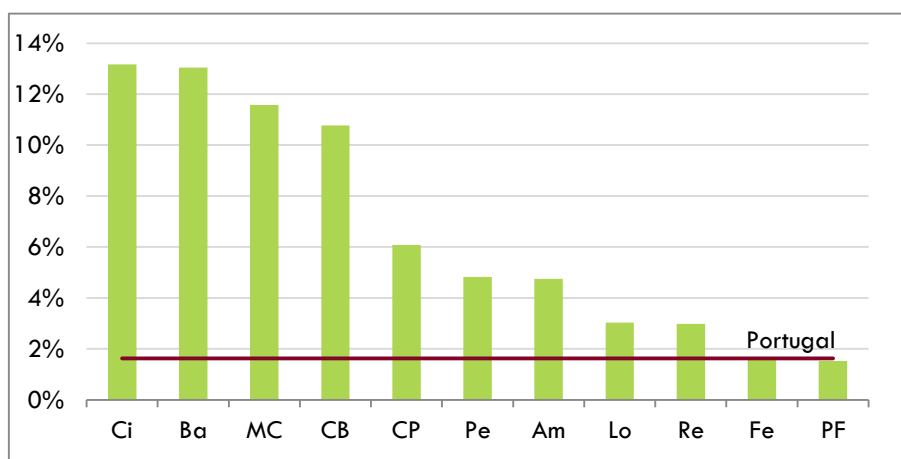


Fonte: INE (Censos 2011).

Uma parte significativa dos residentes no Tâmega e Sousa que tinham emprego trabalhavam no estrangeiro: enquanto no conjunto do país esta percentagem se ficava por 1,6%, no Tâmega e Sousa atingia 5,3%. Como se pode verificar no Gráfico 2.16, Paços de Ferreira era o único concelho da comunidade intermunicipal a ficar abaixo da média nacional neste domínio. Em quatro concelhos, Cinfães, Baião, Marco de Canaveses e Celorico de Basto, mais de 10% dos residentes empregados trabalhavam no estrangeiro e em Castelo de Paiva, Penafiel e Amarante esta percentagem era da ordem dos 5% a 6%.

⁸ Entre 2001 e 2011, a Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 substituiu a Classificação Nacional de Profissões de 1994.

Gráfico 2.16 - Proporção da população residente empregada a trabalhar no estrangeiro (2011)



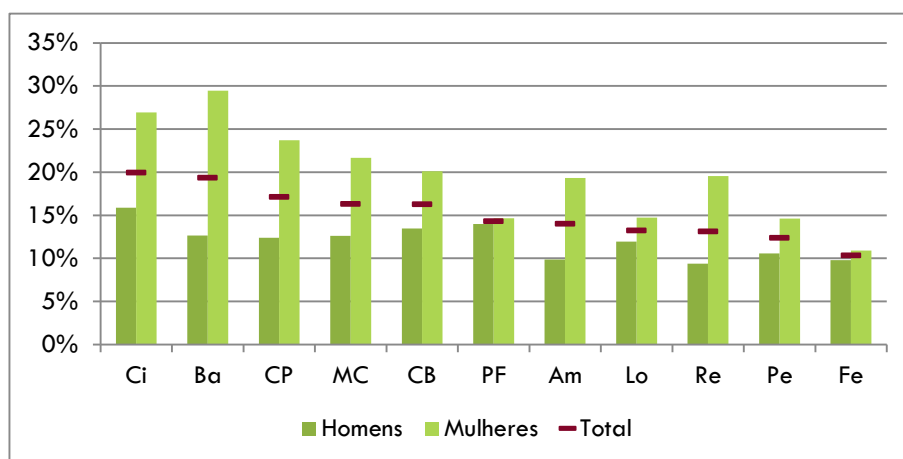
Fonte: INE (Censos 2011).

2.3.2. Desemprego

O Gráfico 2.17 ilustra a distribuição da taxa de desemprego, já apresentada anteriormente na Tabela 2.7 - Emprego e Desemprego (2011), por concelho e pelos dois sexos. Em todos os concelhos, o desemprego feminino é mais acentuado do que o masculino. No entanto, nos concelhos mais industrializados do Sousa, Felgueiras e Paços de Ferreira, a diferença entre o desemprego dos dois sexos é inferior à média nacional, não indo além de um ponto percentual. Nos concelhos vizinhos de Lousada e Penafiel, o diferencial aumenta para 3 a 4 pontos percentuais, sensivelmente o mesmo que se verifica no conjunto da Região Norte. Quando se avança para o interior, esta diferença salta para a ordem dos 9 a 10 pontos percentuais em Amarante e Marco de Canaveses, sendo um pouco mais reduzida em Celorico de Basto. Na margem esquerda do Douro, os concelhos de Castelo de Paiva, Cinfães e Resende apresentam taxas de desemprego feminino que excedem em mais de 10 pontos percentuais as do masculino. No entanto, a situação mais extrema registava-se em Baião, onde o desemprego masculino (12,7%) era inferior à média do Tâmega e Sousa (14,0%) mas o feminino atingia 29,5%.

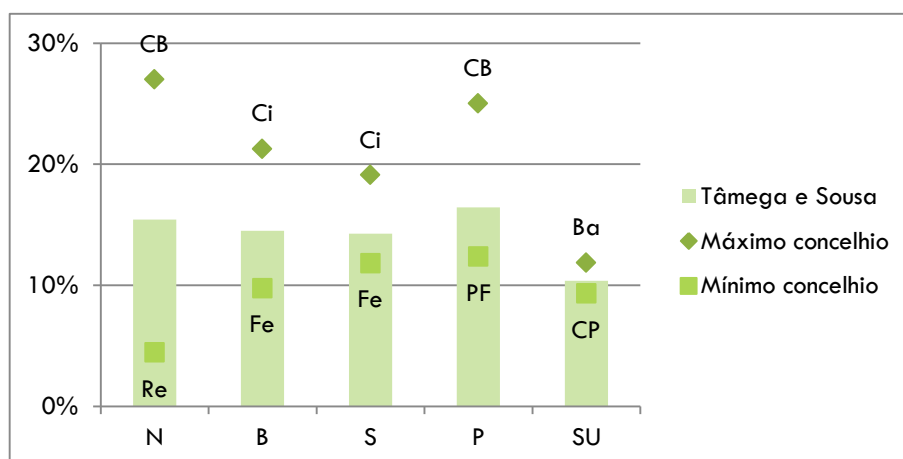
Dada a estrutura produtiva do Tâmega e Sousa, a escolaridade oferece aí menos proteção contra o desemprego do que acontece, em média, no país e na Região Norte. De acordo com o Censo de 2011, quando se passa da população que completou apenas algum ciclo do ensino básico para a que completou o ensino secundário, a taxa de desemprego cai de 15,7% para 12,9% no conjunto do país, de 16,6% para 14,0% na Região Norte mas apenas de 14,5% para 14,3% no Tâmega e Sousa. Nesta comunidade intermunicipal, é só a conclusão do ensino superior que proporciona uma taxa de desemprego substancialmente mais baixa, da ordem dos 10%. Este efeito da conclusão do ensino superior é comum a todos os concelhos. O ensino pós-secundário surge associado a uma taxa de desemprego mais elevado do que o ensino secundário mas corresponde a uma fração muito diminuta da população.

Gráfico 2.17 - Taxa de desemprego por sexo (2011)



Fonte: INE (Censos 2011).

Gráfico 2.18 - Taxa de desemprego por nível de escolaridade (2011)



Fonte: INE (Censos 2011).

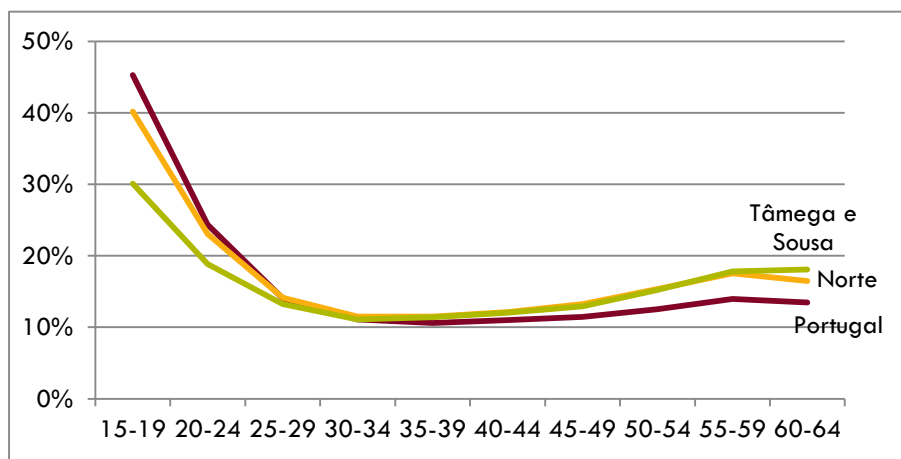
Notas: N – nenhum nível de escolaridade; B – ensino básico; S – ensino secundário; P – ensino pós-secundário; SU – ensino superior.

Se a taxa de desemprego só diminui significativamente para o grupo populacional que concluiu o ensino superior, o mesmo Gráfico 2.18 mostra, ainda, que a variabilidade da taxa de desemprego concelhio é tanto mais reduzida quanto maior o nível de escolaridade. Para a população que não concluiu nenhum ciclo de escolaridade, a taxa de desemprego varia entre um mínimo de 4,4% em Resende e um máximo de 27,0% em Celorico de Basto, um intervalo com uma amplitude de 22,6 pontos percentuais; esta amplitude reduz-se para 11,5 pontos entre os que completaram o ensino básico, 7,3 pontos entre os que concluíram o secundário e apenas 2,5 pontos entre os que concluíram o ensino superior. Só o ensino pós-secundário escapa a esta regularidade.

Os jovens têm, no Tâmega e Sousa, taxas de desemprego muito superiores às de outros escalões etários: a taxa de desemprego atinge os 30,1% dos 15 aos 19 anos e é de 18,8% dos 20 aos 24. Na comunidade, a taxa de desemprego atinge um mínimo de 11,1% dos 30 aos 34 e aumenta depois progressivamente até 18,1%, dos 60 aos 64 anos, escalão etário em que ultrapassa a média regional e nacional. Apesar das muito elevadas taxas de

desemprego jovem, o Gráfico 2.19 mostra que a estrutura produtiva do Tâmega é, em termos relativos, mais favorável aos jovens do que as do conjunto da Região Norte e do país.

Gráfico 2.19 - Taxa de desemprego por escalão etário (2011)



Fonte: INE (Censos 2011).

2.4. Qualidade de vida

Termina-se esta caracterização do Tâmega e Sousa, no que respeita às pessoas, com uma síntese de outros indicadores relevantes para a caracterização da qualidade de vida oferecida por este território.

2.4.1. Condições Económicas

Os dados sobre o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, publicados pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social, mostram que em nenhum concelho do Tâmega este indicador se aproxima do valor médio de 949 euros registado para o conjunto da Região Norte nem, naturalmente, dos 1 085 euros do conjunto do país. Amarante com 834 euros e Penafiel com 823 são os concelhos da comunidade intermunicipal onde o ganho médio é mais elevado. Os valores mais reduzidos verificam-se nos seus vizinhos de noroeste, Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, onde este indicador ronda os 700 euros. Nos restantes concelhos, o ganho médio é um pouco mais elevado, aproximando-se dos 730 a 760 euros.

No entanto, o nível de vida da população não é determinado exclusivamente pelos rendimentos provenientes do trabalho por conta de outrem. O índice de poder de compra do INE tem a vantagem de não se focar nessa única fonte de rendimento e proporciona uma perspetiva diferente da realidade intermunicipal. De acordo com este indicador, no Tâmega e Sousa, o poder de compra varia entre metade da média nacional, em Cinfães e Celorico de Basto, e 74%, em Felgueiras. Os valores mais elevados registam-se nos concelhos do Sousa, embora Lousada apresente valores um pouco abaixo dos municípios vizinhos, bem como no Marco de Canaveses e em Amarante. Baião e Resende, com valores entre 50 e 55 da média nacional, seguem-se a Cinfães e Celorico de Basto, entre os

concelhos com valores mais reduzidos. Castelo de Paiva posiciona-se entre estes dois grupos, com um valor de 58,9.

Tabela 2.10 - Indicadores de condições económicas (2011)

	Ganho médio mensal	Índice de poder de compra	Consumo doméstico de energia elétrica (KWh. / hab.)
Portugal	1 084,55	100	1 302,3
Norte	949,08	89,22	1 310,1
Amarante	833,69	69,09	1 118,7
Baião	766,89	52,63	998,7
Castelo de Paiva	732,58	58,90	981
Celorico de Basto	733,08	49,83	824,4
Cinfães	710,78	49,87	962,7
Felgueiras	701,88	73,63	1 173,2
Lousada	688,77	64,55	1 127,2
Marco de Canaveses	757,73	70,52	1 224,5
Paços de Ferreira	705,85	71,62	1 116,7
Penafiel	823,08	69,56	1 174,8
Resende	752,93	54,67	887,2

Fonte: MTSS / Gabinete de Estratégia e Planeamento, INE (Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio) e Direcção-Geral de Energia e Geologia.

Obtém-se basicamente a mesma perspetiva da realidade intermunicipal quando se analisa diretamente um indicador de consumo, como o consumo doméstico de energia elétrica. O nível de consumo mais elevado regista-se no Marco de Canaveses, correspondendo a 95% da média nacional. Amarante, Felgueiras, Lousada, Penafiel e Paços de Ferreira apresentam níveis de consumo um pouco mais baixos, próximos de 85% da média do país. O consumo de eletricidade é bastante inferior nos restantes concelhos, atingindo um mínimo correspondente a 63% da média portuguesa em Celorico de Basto.

As condições económicas dos habitantes do Tâmega e Sousa são, portanto, em média, inferiores às de outras zonas de Portugal. Dentro desta comunidade, os concelhos do Sousa, bem como Amarante e o Marco de Canaveses, apresentam uma situação mais favorável do que os situados na zona ribeirinha do Douro e do que o de Celorico de Basto. Esta dicotomia é igualmente visível na importância de diversos mecanismos de apoio social em cada um dos territórios (Tabela 2.11).

A relativa juventude da população do Tâmega e Sousa, no contexto nacional, justifica que só 21,9% dos seus residentes com 15 ou mais anos de idade tenham por principal meio de vida as pensões e reformas, quando essa percentagem ascende a 27,4% a nível nacional. No entanto, a estrutura etária muito diversa dos diferentes municípios leva a que este indicador apresente uma forte variabilidade intermunicipal. Os concelhos do Sousa apresentam valores entre 17% e 21%, abaixo da média da comunidade. O Marco de Canaveses apresenta igualmente valores desta ordem de grandeza. Em contrapartida, em concelhos mais interiores, como Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Resende, a percentagem da população que depende fundamentalmente desta fonte de rendimento

varia entre 28% a 31%, acima da média nacional. Amarante e Castelo de Paiva apresentam, nesta matéria, uma situação intermédia entre os dois grupos. Tendencialmente, os concelhos onde a população depende mais de pensões e reformas são também aqueles onde o seu valor monetário é mais reduzido.

A dependência do subsídio de desemprego apresenta uma incidência diferente, sendo, em regra, mais elevada nos concelhos mais industrializados do Sousa e mais reduzida no interior.

Tabela 2.11 - Reformas e apoios sociais (2011)

Percentagem da população com 15 ou mais anos que tem por principal meio de vida ...				
	Reforma/ Pensão	Subsídio de desemprego	RSI + Outros Subsídios + Apoio Social	Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º)
Portugal	27,4%	3,3%	2,4%	4742
Norte	26,0%	4,1%	2,9%	4447
Tâmega e Sousa	21,9%	3,8%	3,2%	-
Amarante	23,4%	2,9%	2,7%	3801
Baião	28,3%	3,4%	4,0%	3903
Castelo de Paiva	25,8%	4,1%	2,6%	4193
Celorico de Basto	28,6%	2,4%	3,1%	3421
Cinfães	29,2%	3,8%	5,1%	3681
Felgueiras	20,5%	3,9%	2,6%	3911
Lousada	18,4%	4,7%	2,7%	4109
Marco de Canaveses	20,7%	4,3%	4,3%	4092
Paços de Ferreira	17,3%	4,9%	3,3%	3878
Penafiel	20,5%	3,6%	3,0%	4219
Resende	30,7%	1,7%	3,6%	3378

Fonte: INE (Censos 2011) e Instituto de Informática, I.P.

2.4.2. Esperança média de vida e saúde

Embora a “qualidade de vida” não possa ser captada por um único indicador e qualidade e duração sejam, evidentemente, fenómenos diferentes, parece razoável admitir que a duração da vida tenderá a ser mais prolongada onde as condições de vida sejam mais favoráveis. Nesse sentido, a esperança média de vida pode ser entendida como um indicador que sintetiza muitos dos fatores relevantes para a qualidade de vida. A Tabela 2.12 apresenta os valores deste indicador na Região Norte e suas NUT III, no triénio 2010-2012, não existindo estatísticas publicadas a um nível geográfico mais desagregado.

A NUT III Tâmega, que engloba mas não se esgota no território da comunidade intermunicipal do Tâmega e Sousa, apresenta os índices mais baixos de toda a Região Norte, quer quanto à esperança média de vida à nascença, quer quanto à esperança de vida aos 65 anos. No entanto, a diferença relativamente às NUT III com os níveis mais elevados destes indicadores é limitada, não indo além de um ano.

Tabela 2.12 - Esperança média de vida (2010-2012)

NUT	À nascença	Aos 65 anos
Continente	79,93	18,95
Norte	80,14	18,95
Cávado	80,51	19,41
Entre Douro e Vouga	80,49	19,17
Grande Porto	80,26	19,16
Ave	80,14	18,95
Alto Trás-os-Montes	79,92	19,6
Minho-Lima	79,78	18,95
Douro	79,44	18,98
Tâmega	79,43	18,68

Fonte: INE (Tábuas Completas de Mortalidade).

Na Tabela 2.13, verifica-se que o Tâmega e Sousa apresenta uma taxa bruta de mortalidade de 8,1‰, abaixo da média regional e nacional. Esta está, no entanto, fortemente correlacionada com a estrutura etária da população, atingindo 13,8‰ em Resende, concelho com a população mais envelhecida, e descendo até 6,1‰ em Paços de Ferreira, onde esta é das mais jovens da CIM.

Tabela 2.13 - Indicadores de saúde

	Taxa bruta de mortalidade (‰)	Tx. mortalidade por doenças do aparelho circulatório (‰)	Tx. mortalidade por tumores malignos (‰)	Tx. quinq. mortalidade infantil (‰) por local de residência	Tx. quinq. mortalidade neonatal (‰) por local de residência da mãe
	2012		2008-20012		
Portugal	10,2	3,1	2,4	3,2	2,1
Norte	9	2,6	2,2	2,8	1,8
Tâmega e Sousa	8,1	2,7	1,8	2,9	1,9
Amarante	9,0	2,3	2,0	1,2	1,2
Baião	12,7	5,0	2,2	3,8	1,3
Castelo de Paiva	10,2	2,4	1,9	1,4	1,4
Celorico de Basto	10,5	3,6	1,8	1,3	1,3
Cinfães	11,1	5,6	1,8	3,9	2,6
Felgueiras	6,7	2,1	1,4	3,9	1,6
Lousada	6,7	2,4	1,4	3,8	3,4
M. Canaveses	7,6	2,8	1,7	3,1	1,9
Paços de Ferreira	6,1	1,9	1,8	4,2	3,1
Penafiel	7,5	2,2	1,8	2,0	1,2
Resende	13,8	4,4	2,5	2,3	0,0

Fonte: INE (Indicadores Demográficos).

A importância relativa de diferentes causas de morte é também fortemente influenciada pelo mesmo fator. Em concelhos com população substancialmente envelhecida, como Baião, Cinfães e Resende, a mortalidade devido a doenças do aparelho circulatório atinge valores de cerca de 5‰, descendo este indicador para a ordem dos 2‰ nos concelhos com população mais jovem. Também a mortalidade por tumores malignos é maior nos primeiros do que nos segundos.

O Tâmega e Sousa apresenta níveis de mortalidade neonatal e infantil semelhantes à média da Região Norte. A variação intermunicipal destes indicadores não obedece à dicotomia entre Sousa e restantes concelhos que se verifica noutras matérias. Os níveis mais elevados de mortalidade infantil, da ordem dos 4‰, tanto se encontram em concelhos mais interiores como Baião e Cinfães como em concelhos do Vale do Sousa como Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira.

2.4.3. Habitação

Os indicadores de habitação apresentados na Tabela 2.14 apontam para que os problemas existentes no Tâmega e Sousa tenham mais a ver com o domínio da infraestruturização do que com a frequência de formas de alojamento não convencionais.

Tabela 2.14 - Indicadores de habitação (2011)

	Proporção de alojamentos não clássicos	Proporção de alojamentos familiares clássicos sem, pelo menos, uma infraestrutura básica	Proporção de alojamentos sobrelotados
Portugal	0,11%	1,9%	11,4%
Norte	0,06%	2,5%	11,7%
Amarante	0,03%	3,3%	11,0%
Baião	0,00%	8,1%	13,3%
Castelo de Paiva	0,08%	4,4%	13,9%
Celorico de Basto	0,02%	5,3%	9,6%
Cinfães	0,02%	10,2%	14,7%
Felgueiras	0,02%	3,0%	12,7%
Lousada	0,05%	2,7%	13,1%
Marco de Canaveses	0,04%	3,7%	14,9%
Paços de Ferreira	0,09%	2,9%	15,4%
Penafiel	0,05%	3,8%	15,2%
Resende	0,03%	9,0%	12,4%

Fonte: INE (Censos 2011).

De facto, na generalidade dos concelhos do Tâmega e Sousa, a proporção de alojamentos não clássicos⁹ é inferior à média de 0,06% da Região Norte e todos ficam aquém dos

⁹ O Censo considera como alojamentos não clássicos as barracas, as casas rudimentares de madeira, os alojamentos improvisados e os alojamentos móveis.

0,11% registados a nível nacional. Castelo de Paiva e Paços de Ferreira são os únicos concelhos da CIM onde este problema ultrapassa a média da Região Norte.

Já a ausência de, pelo menos, uma infraestrutura básica¹⁰ nos alojamentos clássicos é, em todos os concelhos do Tâmega e Sousa, mais comum do que na média da Região Norte. Este tipo de problema é mais comum em concelhos como Baião, Cinfães e Resende, onde abrange 8% a 10% dos alojamentos. A maioria dos concelhos da CIM apresenta também índices de sobrelotação nos alojamentos¹¹ acima da média regional de 11,7%. Amarante e Celorico de Basto são os únicos que não ultrapassam esse limiar.

2.4.4. Criminalidade

A taxa de criminalidade nos concelhos do Tâmega e Sousa, em 2012, variou entre 1,86% em Celorico de Basto e 3,31% em Baião e Felgueiras. Estes dois últimos concelhos foram os únicos a ultrapassar, embora por pequena margem, a média da Região Norte e todos ficaram aquém da média nacional.

Tabela 2.15 - Indicadores de criminalidade (2012)

	Contra a integridade física	Contra o património	Furto / roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Condução sem habilitação legal	Total
Portugal	0,54%	2,09%	0,14%	0,47%	0,24%	0,15%	3,86%
Norte	0,52%	1,70%	0,08%	0,44%	0,19%	0,11%	3,24%
Amarante	0,52%	1,47%	0,04%	0,19%	0,11%	0,07%	2,95%
Baião	0,71%	1,50%	-	0,11%	0,10%	0,09%	3,31%
Castelo P.	0,51%	1,17%	0,04%	0,15%	0,33%	0,12%	3,06%
Celorico B	0,19%	0,76%	0,02%	0,08%	0,29%	0,19%	1,86%
Cinfães	0,58%	1,12%	0,01%	0,11%	0,07%	0,06%	2,41%
Felgueiras	0,44%	1,73%	0,04%	0,36%	0,16%	0,10%	3,31%
Lousada	0,43%	1,54%	0,04%	0,21%	0,14%	0,08%	2,75%
Marco C.	0,44%	1,25%	0,04%	0,22%	0,13%	0,09%	2,37%
Paços F.	0,34%	1,42%	0,05%	0,26%	0,31%	0,15%	2,85%
Penafiel	0,47%	1,17%	0,05%	0,26%	0,16%	0,09%	2,38%
Resende	0,61%	0,69%	-	0,11%	0,05%	0,05%	2,01%

Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça.

¹⁰ O Censos 2011 considerava como tal eletricidade, instalações sanitárias, água canalizada e instalações de banho ou duche.

¹¹ De acordo com o Censo 2011, um alojamento era considerado sobrelotado se tivesse divisões a menos em relação às que resultariam da aplicação dos seguintes parâmetros: 1 Divisão-sala de estar; 1 Divisão - para casal; 1 Divisão - para outra pessoa não solteira; 1 Divisão - para pessoa solteira com mais de 18 anos; 1 Divisão - para duas pessoas solteiras do mesmo sexo com idade entre os 7 e 18 anos; 1 Divisão - para cada pessoa solteira de sexo diferente com idade entre os 7 e 18 anos; 1 Divisão - para duas pessoas com menos de 7 anos.

Os crimes contra o património são a categoria mais frequente. A sua frequência tende a ser menor nos concelhos mais rurais e envelhecidos do que nos ambientes mais urbanos e jovens: a sua frequência é menor em Resende (0,69%), Celorico de Basto (0,76%) e Cinfães (1,12%) e mais elevada em Lousada (1,54%) e Felgueiras (1,73%). A presença de Baião (1,50%) entre os concelhos em que estes crimes são mais frequentes não permite, no entanto, dar qualquer carácter determinístico a esta leitura.

Já os crimes contra a integridade física tendem a apresentar o padrão inverso, sendo menos frequentes nos concelhos mais jovens e urbanos: com a exceção de Celorico de Basto que, por muito larga margem, apresenta os níveis mais baixos do Tâmega e Sousa (0,19%), estes crimes são menos frequentes em Paços de Ferreira (0,34%) e Lousada (0,43%), sendo a tabela da sua frequência encabeçada por Cinfães (0,58%), Resende (0,61%) e Baião (0,71%).

Castelo de Paiva (0,33%), Paços de Ferreira (0,31%) e Celorico de Basto (0,29%) apresentam índices de condução sob o efeito do álcool que superam a média da Região Norte e do país, mas não se pode afirmar que o problema tenha especial gravidade no Tâmega e Sousa dado que em todos os outros concelhos estes índices são muito inferiores. A diversidade geográfica, económica e demográfica destes três concelhos também não se presta a uma interpretação simplista destes dados.

2.4.5. Qualidade ambiental

A qualidade ambiental dá um importante contributo para a qualidade de vida num território.

Tabela 2.16 - Indicadores ambientais

	Percentagem da população servida por ...				
	Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%) 2012	Água segura (%) 2012	sistemas de abastecimento de água (%) 2010	sistemas de tratamento de águas residuais (%) 2010	estações de drenagem de águas residuais (%) 2010
Portugal	14%	98,1%*	97%	72%	83%
Amarante	10%	98,8%	91%	41%	54%
Baião	9%	98,6%	40%**	28%**	28%**
Castelo P.	5%	97,7%	100%	20%	20%
Celorico B.	12%	96,4%	76%	17%	17%
Cinfães	11%	98,5%	56%	20%	20%
Felgueiras	5%	99,1%	100%	70%	70%
Lousada	5%	99,7%	81%	46%	51%
Marco C.	10%	99,1%	34%	22%	22%
Paços F.	7%	100,0%	75%	65%	65%
Penafiel	6%	99,0%	98%	42%	42%
Resende	9%	96,3%	73%	48%	48%

Fonte: Entidade Reguladora dos Serviços e Águas e Resíduos e INE; Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro.

Nota: * relativo a Portugal continental; ** dados fornecidos pela Câmara Municipal de Baião.

O Tâmega e Sousa, não obstante as enormes potencialidades, demonstra ainda problemas neste domínio, como transparece da síntese de indicadores apresentados na Tabela 2.16. Em 2011, todos os concelhos da comunidade apresentavam índices de recolha seletiva de resíduos urbanos abaixo da média nacional (14%). Neste domínio, os municípios do interior, encabeçados por Celorico de Basto (12%), apresentavam valores mais favoráveis do que os da zona do Sousa, com Castelo de Paiva, Felgueiras e Lousada a terem o pior indicador da comunidade intermunicipal (5%). Em contrapartida, os concelhos do Tâmega e Sousa apresentam índices de água considerada segura próximos de 100%, só Resende (96,3%) ficando aquém da média portuguesa.

Nos concelhos do Sousa, a proporção da população servida por sistemas de abastecimento de água varia entre os 75% de Paços de Ferreira e os 100% de Castelo de Paiva e Felgueiras. Mais para o interior, Amarante, com 91%, apresenta o valor mais elevado, apresentando também Resende valores próximos (73%) dos que se encontram na zona mais ocidental da comunidade. Em contrapartida, Baião (40%), Cinfães (56%) e Marco de Canaveses (34%) apresentam ainda carências significativas nesta matéria.

As carências são mais generalizadas no que respeita aos sistemas de tratamento e drenagem de águas residuais, matérias em que nenhum dos concelhos do Tâmega e Sousa atinge os valores médios nacionais. Felgueiras e Paços de Ferreira apresentam os níveis de cobertura mais elevados, da ordem dos 65%-70%, e Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses os mais reduzidos, na ordem de 15% a 30%.

2.4.6. Consumo cultural

Na sua maioria, os indicadores no domínio cultural não estão disponíveis ou têm escassa fiabilidade ao nível geográfico do município. Por este motivo, a Tabela 2.17 apresenta alguns dados relativos a consumos culturais apurados ao nível de NUT III.

Tabela 2.17 - Indicadores de consumos culturais (2011)

	Visitantes de museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários por habitante	Espectadores de espetáculos ao vivo por habitante	Visitantes de galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias por habitante	Exemplares vendidos de publicações periódicas por habitante
Portugal	1,3	0,8	0,8	29,9
Norte	0,9	0,7	0,8	19,6
Minho-Lima	0,5	0,6	1,4	3,0
Cávado	0,5	0,4	0,3	21,3
Ave	0,9	0,2	0,2	2,7
Grande Porto	1,8	1,2	1,5	44,7
Tâmega	0,1	0,4	0,2	4,1
Entre Douro e Vouga	0,3	0,5	0,3	2,6
Douro	0,4	1,6	1	2,5
Alto Trás-os-Montes	0,8	0,5	0,6	3,1

Fonte: INE (Inquérito aos Museus, Inquérito aos Espetáculos ao Vivo, Inquérito às Publicações Periódicas, Inquérito às Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias); cálculos nossos.

É visível que o Tâmega que, embora a ele não se limite, engloba todo o território da CIM Tâmega e Sousa, é uma das NUT III com indicadores menos favoráveis no Norte de Portugal. Em termos de visitas a museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários, apresenta o valor mais baixo de toda a região, apenas 0,1 visitas por ano e habitante, tal como também acontece com as visitas a galerias de arte e outros espaços de exposições. Quanto à assistência a espetáculos ao vivo, só o Ave apresenta um valor mais baixo. É apenas na venda de publicações periódicos que a posição do Tâmega e Sousa é um pouco mais favorável.

3. As atividades económicas

As atividades económicas do Tâmega e Sousa são o tema deste capítulo. Segue-se uma abordagem setorial, começando pelas atividades agrorurais e passando sucessivamente pela indústria, serviços e turismo. Os elementos recolhidos confirmam que a comunidade é marcada por uma certa dualidade, que opõe concelhos de forte vocação industrial a outros mais rurais, mas mostram padrões de heterogeneidades mais complexos, não redutíveis a uma leitura tão esquemática.

3.1. Atividades agrorurais

A caracterização do setor agrorural no território da CIM do Tâmega e Sousa, a seguir apresentada, baseia-se essencialmente nos dados disponibilizados pelo INE referentes aos dois últimos Recenseamentos Agrícolas (1999 e 2009). Centramos a análise nos valores agregados para o território do Tâmega e Sousa em 2009, fazendo referência às suas tendências de evolução desde 1999. Em alguns casos, estabelecemos também comparações entre os valores e variações observadas no Tâmega e Sousa e os valores correspondentes para o conjunto do Entre Vouga e Minho (EVM) e para o Continente Português. O EVM foi escolhido como termo de comparação por ser a agregação de NUTS de nível III que mais se aproxima do Entre Douro e Minho, a região natural de inserção da CIM do Tâmega e Sousa. Refira-se, ainda, que as variações entre os concelhos só são mencionadas quando encontradas diferenças relevantes para os propósitos deste exercício de caracterização.

Não foi possível obter informação estatística fidedigna para os quatro últimos anos, razão porque não se documenta esse período mais recente. De qualquer forma, essa dinâmica mais recente não só se refere a um período relativamente curto, como também a um período marcado, em grande parte conjunturalmente, pela atual crise económica, o que envolveria o risco de esconder tendências estruturais mais facilmente detetadas em períodos de análise mais longos como os utilizados.

3.1.1. Ocupação agroflorestal do território

Dos cerca de 1 831 quilómetros quadrados da superfície total do Tâmega e Sousa, 32% correspondem a terras integradas em explorações agrícolas (RGA 2009). Esta taxa de cobertura é ligeiramente inferior aos 34% observados para o território Entre Vouga e Minho (EVM) e muito inferior aos 41% observados no Tâmega e Sousa 10 anos antes (Tabela 3.1). Entre os concelhos do Tâmega e Sousa, esta queda da cobertura territorial das explorações agrícolas foi quase generalizada. Castelo de Paiva, onde a cobertura territorial das explorações agrícolas subiu de 23% para 28%, via aumentos nas matas e florestas sem culturas sob coberto (mais 29%) e na superfície agrícola utilizada (mais 12%), é a exceção. É importante notar que, neste concelho, o aumento das superfícies agrícolas e florestais ocorreu nas explorações agrícolas com superfície agrícola utilizada (SAU) igual ou superior a 5 hectares.

Tabela 3.1 - Superfície territorial e superfície total das explorações agrícolas no Tâmega e Sousa (1999 e 2009)

	1999	2009
Território da CIM Tâmega e Sousa (ha)	183 140	183 140
Superfície das explorações agrícolas (ha)	74 991	59 272
Superfície das explorações agrícolas (% do território)	41%	32%

Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Uma outra fonte, o Inventário Florestal feito pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), realizado a partir de cartografia aérea, permite-nos um cruzamento de informação útil para a análise da estrutura da ocupação da terra na região e das áreas ocupadas por atividades agrícolas, florestais, matos, ou outros (Tabela 3.2). A serem consistentes as duas fontes, uma vez que a superfície total do Tâmega e Sousa coberta por explorações agrícolas monta, segundo o RGA de 2009, a cerca de 59 272 hectares, a área correspondente a floresta andarà por perto de 10%, uma vez que o Inventário Florestal assinalou em 2005 (último ano disponível, apenas quatro anos distante da data do último Recenseamento Agrícola) só 53 364 hectares de área com utilização para agricultura.

Os dados do Inventário Florestal permitem ainda distinguir: (i) os concelhos mais urbanizados – Paços de Ferreira, Lousada e Felgueiras – todos com “outros usos” da terra próximos ou superiores a 1/5 do território municipal, (ii) os concelhos com maior extensão de áreas agrícolas – Felgueiras, Resende, Lousada e Marco de Canaveses – todos com as áreas ocupadas por agricultura superiores a 1/3 do seu território, e (iii) os mais florestais – Castelo de Paiva, Celorico de Basto e Penafiel – onde 37% ou mais do território é coberto por florestas.

Tabela 3.2 - Uso do Solo no Tâmega e Sousa (2005)

	Área (ha)	%
Agricultura	53 364	29%
Floresta	63 423	35%
Matos	46 666	25%
Outros usos	19 698	11%
Total	183 151	100%

Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Em 2009, da superfície total do território do Tâmega e Sousa integrada em explorações agrícolas, 38 870 hectares (66%) eram SAU, 18 117 (31%) matas e florestas sem culturas sob coberto e 1 213 hectares (2%) áreas sem utilização agro-florestal ou simplesmente abandonadas para qualquer utilização. Entre 1999 e 2009, observou-se na CIM do Tâmega e Sousa uma diminuição sobretudo das últimas duas áreas, de 68% e 123%, respetivamente, embora a SAU também tenha diminuído, mas só 2% (Tabela 3.3). Sendo assim, a referida redução da taxa de cobertura das explorações agrícolas na superfície territorial do Tâmega e Sousa explica-se essencialmente pela diminuição das matas e florestas e das superfícies agrícolas não utilizadas, mantendo-se praticamente inalterada a superfície agrícola utilizada.

Tabela 3.3 - Tipos de ocupação da terra na área total das explorações agrícolas no Tâmega e Sousa (1999 e 2009)

	1999	2009	1999-2009	
	ha	ha	%	Variação %
Superfície agrícola utilizada (SAU)	39 580	38 870	66%	-2%
Matas e florestas sem culturas sob coberto	30 494	18 117	31%	-24%
Superfície agrícola não utilizada (SANU)	2 701	1 213	2%	-25%
Outras superfícies	2 217	1 075	2%	-79%
Total	74 991	59 272	100%	-15%

Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Em 2009, recensearam-se na CIM do Tâmega e Sousa 12 416 explorações agrícolas, o que representou uma queda de 24% relativamente ao número de explorações recenseadas 10 anos antes, em 1999.

Concluindo, no Tâmega e Sousa, o peso da área das explorações agrícolas no território diminuiu entre os dois últimos recenseamentos (1999 e 2009), sendo este declínio comum a todos os tipos de ocupação da terra das explorações agrícolas. Contudo, como caíram proporcionalmente mais as superfícies não utilizadas, as florestais e as de utilização não agro-florestal, no mesmo período, a SAU ganhou maior peso na área total das explorações agrícolas da região. Ou seja, a terra ocupada pelas explorações agrícolas diminuiu, mas passou a ter uma maior utilização agrícola. Por outro lado, verificou-se uma queda do número de explorações agrícolas (menos 24%) muito mais significativa que a queda da SAU (só de 2%), o que resultou num aumento da área média de SAU por exploração para 3,1 hectares, em 2009, mais de meio hectare a mais do que em 1999, ano em que era só de 2,4 hectares.

3.1.2. As explorações agrícolas

i. Dimensão da SAU

No Tâmega e Sousa, mais de 3/4 (78%) da área total de SAU está em explorações agrícolas com SAU inferior a 20 hectares e cerca de metade (49%) em explorações com área de SAU inferior a 5 hectares. Esta estrutura de pequena exploração tem, no entanto, vindo a alterar-se fortemente: entre 1999 e 2009, as explorações com SAU igual ou superior a 20 hectares viram a sua SAU total aumentar 181%, ou seja, 7 514 hectares; em contrapartida, a área de SAU das explorações com menos de 20 hectares diminuiu 33% (23 233 hectares).

Considerando o número de explorações em cada classe de SAU, verificamos que a grande maioria destas (89%) tinha, em 2009, menos do que 5 ha, ou seja, eram tendencialmente de pequena agricultura, e só 0,8% das explorações agrícolas da região tinham 20 ou mais hectares de SAU, concretamente, apenas 99 explorações. De notar, no entanto, que esse número era bastante inferior, em 1999, pois nessa altura só foram recenseadas 82 explorações nesse escalão, tendo portanto existido um crescimento de 21%. Em contrapartida, o número de explorações agrícolas com menos de 20 hectares de SAU diminuiu 24%, na região, no mesmo período (Tabela 3.4).

Conclui-se que, embora a estrutura das explorações agrícolas na CIM do Tâmega e Sousa permaneça de pequena propriedade, essa estrutura tem vindo a modificar-se no sentido

de um maior peso relativo das explorações de maior dimensão (SAU igual ou superior a 20 hectares), principalmente por ter aumentado fortemente a SAU, mas também por ter aumentado o número dessas explorações, provavelmente em resultado de aquisições ou arrendamentos de áreas anteriormente pertencentes às mais pequenas e também por ter sido desativada ou retirada de utilização agrícola terra anteriormente pertencente a pequenas explorações.

Tabela 3.4 - Explorações agrícolas por classes de superfície agrícola utilizada (2009)

	Continente		EVM		Tâmega e Sousa	
	% SAU	Var. 1999-2009	% SAU	Var. 1999-2009	% SAU	Var. 1999-2009
0 - < 1 ha	1%	-75%	3%	-91%	4%	-84%
1 ha - < 5 ha	10%	-31%	32%	-28%	45%	-17%
5 ha - < 20 ha	13%	-24%	23%	-14%	28%	-15%
20 ha - < 50 ha	9%	-13%	7%	29%	5%	4%
>= 50 ha	67%	4%	36%	29%	17%	90%

Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

ii. Parcelamento das explorações

A propriedade agrícola era, em 2009, pouco dispersa por comparação com o conjunto do Continente e, mesmo, com o EVM, pois no Tâmega e Sousa cada exploração agrícola era constituída, em média, por 3 blocos, sendo este valor de 4,9 blocos para o conjunto do EVM e 6 blocos para o Continente (Tabela 3.5).

As diferenças entre os onze concelhos da CIM do Tâmega e Sousa, quanto a este aspeto não são significativas, pois todos os concelhos apresentavam um número médio de blocos de SAU por exploração agrícola inferior à média do Continente e, com a exceção do concelho de Cinfaes, também inferior à média do EVM.

A propriedade agrícola no Tâmega e Sousa é, portanto, de pequena escala e parcelada, pois em média cada exploração é constituída por 3 blocos de SAU. Mesmo assim esse grau de parcelamento é consideravelmente inferior ao observado para o conjunto do EVM e do Continente.

Tabela 3.5 - Número médio de blocos de SAU por exploração agrícola (2009)

Número	
Continente	6,0
EVM	4,9
Tâmega e Sousa	3,0

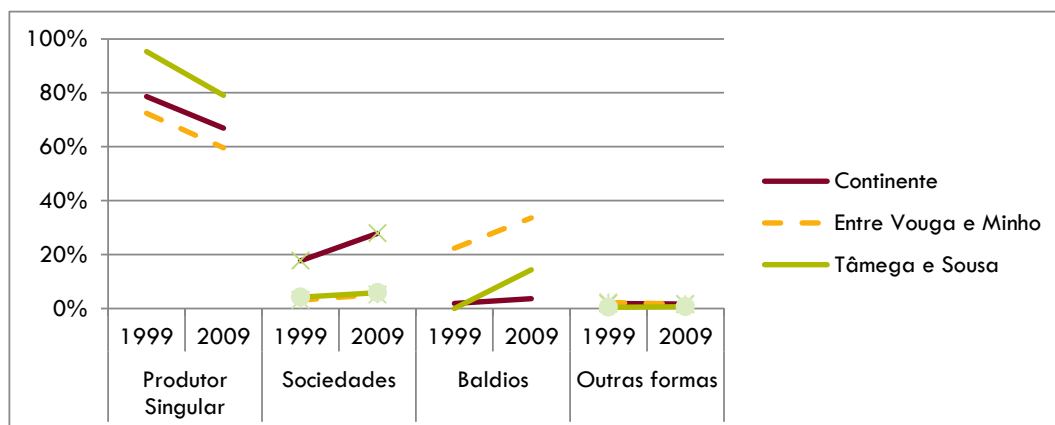
Fonte: INE, RGA 2009.

iii. Natureza jurídica das explorações

No que reporta ao regime jurídico das explorações agrícolas, predomina, no Tâmega e Sousa, a categoria “produtor singular”, com uma percentagem de 79% da SAU, seguida pela categoria “baldios”, com 14%, e pela categoria sociedades, com 6%. As outras formas

de organização do sector (cooperativas, associações, etc.) têm um peso residual (Gráfico 3.1).

Gráfico 3.1 - Superfície agrícola utilizada por tipo de exploração agrícola, segundo o regime jurídico, por região (1999 e 2009)



Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Em 2009, o peso dos produtores singulares na SAU do Tâmega e Sousa (79%) era consideravelmente superior ao que apresentavam no conjunto do EVM (60%) e no continente português (67%). Na maioria dos concelhos do Tâmega e Sousa (Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Resende), o peso dos produtores singulares era mesmo superior a 90% de SAU. O concelho com menor peso desta classe era Amarante (52%).

O Tâmega e Sousa apresentava um maior peso de baldios na SAU do que o Continente mas menos do que o EVM (34%). Na categoria “baldios”, destacam-se os concelhos de Amarante com 44% de SAU, Baião com 29% e Cinfães com 7%. Ao nível das sociedades, o Tâmega e Sousa apresentava significativamente menos sociedades em termos percentuais de SAU comparativamente ao Continente. Esta era uma tendência do EVM que era acompanhada pela CIM do Tâmega e Sousa, apesar do peso das sociedades ser ligeiramente superior ao desse mesmo EVM. Só Lousada e Penafiel é que demonstravam algum peso significativo desta forma jurídica (valores superiores a 10% de SAU).

Tabela 3.6 - Superfície agrícola utilizada média por exploração agrícola, por categoria jurídica (1999 e 2009)

	1999				2009			
	Produtor Singular	Socied.	Baldios	Outras formas	Produtor Singular	Socied.	Baldios	Outras formas
Continente	7,81	127,48	239,63	91,71	8,77	149,95	346,90	86,51
EVM	2,34	10,66	262,47	31,91	2,63	13,94	339,86	28,26
Tâmega e Sousa	2,28	9,19	n.d.	4,10	2,52	12,76	621,33	7,97

Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Notas: n.d. – não disponível.

Em termos de evolução dinâmica da natureza jurídica das explorações (SAU), desde 1999, é possível observar; (i) o aumento significativo das áreas de SAU dos baldios do Tâmega

e Sousa, em termos absolutos e percentuais, acompanhando a tendência nacional e do EVM, apresentando a CIM valores bastante elevados para as áreas médias de baldios, claramente superiores aos do Continente e EVM; (ii) a redução significativa da área de SAU e do número de produtores singulares, acompanhada por um aumento da área média por produtor na CIM, no EVM e no Continente (Tabela 3.6); (iii) o aumento da área de SAU e do número de sociedades da CIM, refletindo também a tendência nacional e do EVM.

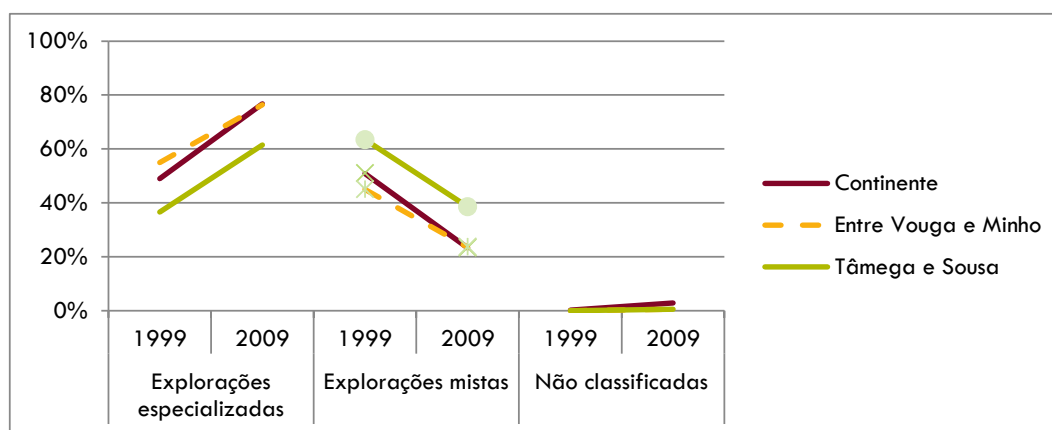
As principais conclusões no que concerne à estrutura das explorações agrícolas do Tâmega e Sousa quanto à sua natureza jurídica são um peso muito grande dos produtores singulares (agricultura familiar) no total dos produtores agrícolas, embora observando-se um crescimento da importância relativa, tanto em número como em área, das sociedades agrícolas e baldios.

iv. Orientação técnico-económica

Com base nos dados de 2009, analisando a orientação técnico-económica das explorações agrícolas, verifica-se que 46% da SAU corresponde a explorações especializadas com produções vegetais, 15% a explorações especializadas com produtos animais e 39% a explorações mistas. Esta distribuição diferencia-se relativamente às que existem para o Continente e EVM.

O Tâmega e Sousa está abaixo do EVM (50%) e acima do Continente (33%) nas explorações especializadas em produções vegetais. Com grande importância em termos desta categoria, temos os concelhos de Amarante e Baião, onde predominam as culturas arvenses, e Resende onde dominam as culturas permanentes, nomeadamente as frutas. Já com valores relativamente baixos, temos os concelhos de Paços de Ferreira e Cinfães.

Gráfico 3.2 - Superfície agrícola utilizada por tipo de orientação técnico-económica da exploração agrícola, por região (1999 e 2009)



Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

O Tâmega e Sousa encontra-se abaixo do Continente (44%) e do EVM (27%) para as explorações especializadas em produtos animais. Neste caso, destacam-se com valores mais elevados, os concelhos de Paços de Ferreira (bovinos de leite e de carne) e Cinfães (bovinos de carne). Por sua vez, com importâncias baixas, encontramos os concelhos de Amarante, Marco de Canaveses e Penafiel.

Nas explorações mistas, o Tâmega e Sousa está claramente acima do EVM (24%) e do Continente (23%). Contribuem para este facto, as policulturas e as explorações mistas de culturas e criação de gado que são relevantes em concelhos como Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Penafiel.

Em termos dinâmicos, apesar da categorização usada no gráfico acima não ser exatamente idêntica em 2009 comparativamente a 1999, verifica-se uma clara tendência para o aumento da especialização agrícola e diminuição das explorações mistas no Tâmega e Sousa (Gráfico 3.2). Esta tendência acompanha o que se verifica ao nível do EVM e do Continente.

Tabela 3.7 - Superfície agrícola utilizada média por tipo de exploração agrícola segundo a orientação técnico-económica (1999 e 2009)

	1999			2009		
	Explorações especializadas	Explorações mistas	Não classificadas	Explorações especializadas	Explorações mistas	Não classificadas
Continente	11,52	8,56	4,69	14,83	8,66	9,89
EVM	5,92	2,04	3,20	6,91	1,94	2,85
Tâmega e Sousa	3,22	2,11	-	4,17	1,97	2,43

Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Finalmente, ao nível do Tâmega e Sousa observa-se ainda que as explorações especializadas registam níveis superiores de área média (aproximadamente 2 vezes maiores) quando comparadas com as mistas (Tabela 3.7). Esta discrepância também é visível ao nível do EVM e do Continente, embora as diferenças sejam bastante menores no caso do Continente, onde os níveis de áreas médias para explorações especializadas e mistas são bastante superiores aos do Tâmega e Sousa e do EVM. De facto, em 2009, o Tâmega e Sousa apresentava os valores mais baixos do EVM em termos de áreas médias para as explorações especializadas.

Mesmo assim, a tendência dos últimos 10 anos aponta para um ganho rápido de área média das explorações especializadas no Tâmega e Sousa, no EVM e no Continente. Importa também realçar que ao longo do tempo as explorações mistas têm vindo a perder dimensão média no Tâmega e Sousa e no EVM, ao contrário do que se passa no Continente.

Relativamente à orientação técnico-económica das explorações agrícolas do Tâmega e Sousa, conclui-se terem aí ainda um peso importante as exploração não especializadas (mistas), embora decrescente, por estarem a ganhar peso as especializadas. Contudo estas últimas apresentam ainda áreas médias de SAU baixas comparativamente com o observado para o conjunto do EVM.

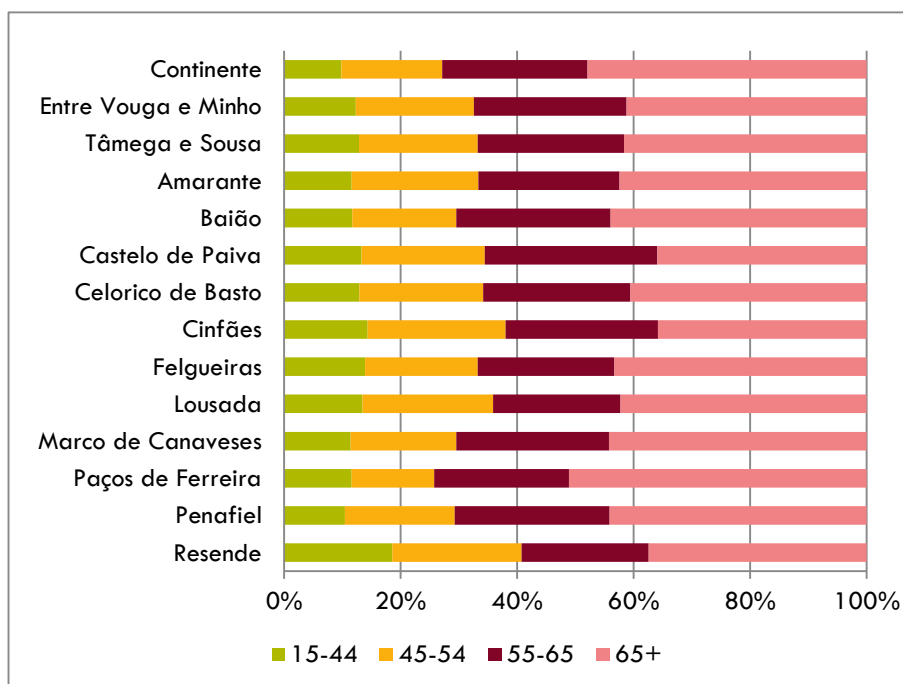
3.1.3. Os Agricultores

i. Estrutura Etária

Os dirigentes de explorações agrícolas no Tâmega e Sousa – que coincidem em grande medida com os agricultores, dada a predominância de produtores singulares – são uma classe envelhecida: em 2009, 67% tinham 55 ou mais anos e 42% tinham, mesmo, idade superior ou igual a 65 anos. Estes números, apesar de ligeiramente inferiores aos do

Continente, são o resultado de um processo de envelhecimento dos dirigentes das explorações agrícolas que tem vindo a ocorrer na última década. Em 1999, o escalão etário com idade superior ou igual a 65 anos representava apenas 32,4% do número total de dirigentes. O concelho com maior nível de envelhecimento, em 2009, era Paços de Ferreira, enquanto concelhos como Resende e Cinfães, em que as alternativas ao emprego agrícola são escassas, apresentavam uma estrutura etária dos dirigentes agrícolas relativamente mais jovem (Gráfico 3.3).

Gráfico 3.3 - Percentagem de dirigentes das explorações agrícolas por classe etária, por região (1999 e 2009)



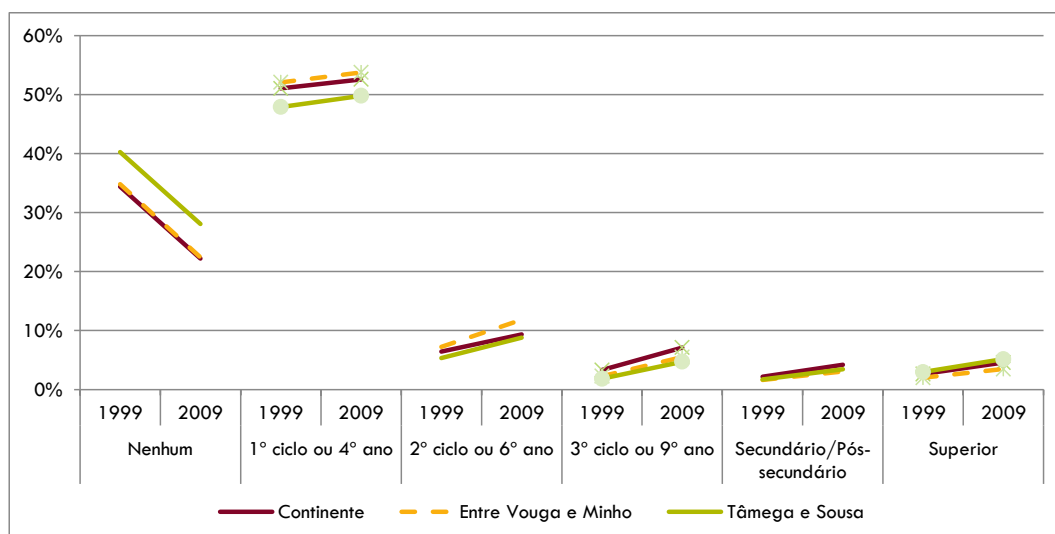
Fonte: INE, RGA 2009.

ii. Escolarização dos produtores agrícolas singulares

Ao nível das habilitações, observa-se que os produtores agrícolas singulares tendem a ter ainda um baixo nível de formação. Em 2009 (Gráfico 3.4), aproximadamente 78% dos produtores agrícolas singulares não tinham qualquer escolaridade (28%) ou tinham apenas escolaridade até ao 4º ano (50%). Apenas 5% tinham formação superior. Esta distribuição acompanhava a realidade que se verificava no EVM e no Continente. O concelho com maior nível médio de escolaridade era Resende, encontrando-se Paços de Ferreira na situação oposta.

Apesar do baixo nível de habilitações, desde 1999, a tendência tem sido para o aumento da escolaridade média do produtor agrícola singular, seguindo a evolução do Continente e do EVM. A percentagem dos produtores sem escolaridade ou com escolaridade até ao 4º ano reduziu-se, neste período, na ordem dos 11,7%.

Gráfico 3.4 - Produtores agrícolas singulares segundo o nível de escolarização, por região (1999 e 2009)



Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

iii. Fontes de rendimento do agregado familiar

Em 2009, em cerca de 13% das explorações agrícolas do Tâmega e Sousa (1 632 explorações agrícolas, de um total de 12 197), os respetivos agregados dependiam para sobreviver, principal ou exclusivamente, do rendimento da exploração agrícola, o que representava uma proporção inferior à observada para o EVM (17%) e para o Continente (16%). Além disso, comparando 2009 com 1999, verificou-se uma diminuição da dependência dos agregados familiares dos agricultores do rendimento das explorações agrícolas, pois na década anterior a proporção de explorações com essa dependência era de 30% do total das explorações, quase um terço.

Relativamente ao grau de dependência da População Agrícola Familiar dos rendimentos da exploração agrícola, só 29% dessa população no Tâmega e Sousa auferia, em 2009, remunerações de trabalho exterior à exploração agrícola, menos três pontos percentuais do que o valor observado, em 1999, na mesma região. Considerando só os produtores verifica-se que entre estes, 22% recebiam remunerações exteriores à exploração agrícola.

Um aspeto também relevante retirado dos dois últimos Recenseamentos Agrícolas é terem aumentado no Tâmega e Sousa, entre 1999 e 2009, o número de explorações agrícolas com atividades lucrativas nas áreas do turismo rural (29 para 41 explorações) e da produção de energias renováveis (de nenhuma para 3 explorações). Embora ainda incipiente, esta dinâmica poderá ter algum significado, tendo em conta a enorme redução observada no número total de explorações agrícolas nesse período, por um lado, e terem diminuído, em número e em percentagem, as explorações agrícolas com todas as outras atividades lucrativas não agrícolas¹².

Os números acima apontam, assim, para uma importância grande e crescente da agricultura como atividade complementar na obtenção de rendimento no Tâmega e

¹² Atividades como o turismo rural, a produção de artesanato, a transformação de produtos agrícolas alimentares, etc.

Sousa, estando neste caso 81% das explorações agrícolas, provavelmente pesando aqui muito o número elevado de agricultores já na situação de pensionistas, dado o elevado índice de envelhecimento anteriormente referido.

3.1.4. O Trabalho Agrícola

i. Mão-de-obra agrícola

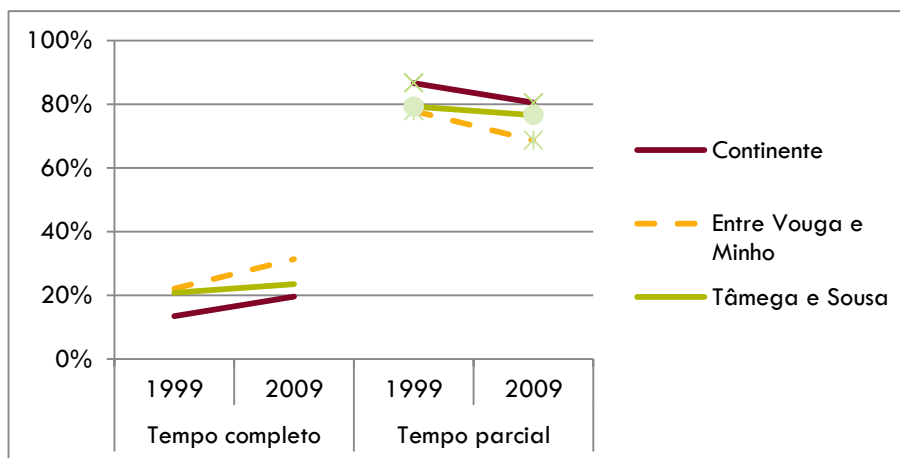
Ao nível do Tâmega e Sousa (Tabela 3.8), assiste-se a uma redução significativa da mão-de-obra agrícola que passa de 53 767, em 1999, para 31 575, em 2009 (quebra de aproximadamente 41,3% em 10 anos). Esta quebra é idêntica à observada no EVM e superior à do Continente (35% em 10 anos). As maiores quedas verificaram-se em Lousada, Paços de Ferreira e Baião, enquanto as menores ocorreram em Castelo de Paiva e Amarante.

Tabela 3.8 - Mão-de-obra agrícola (nº de trabalhadores), em 1999 e 2009

	1999	2009
Continente	1 002 480	649 607
Entre Vouga e Minho	219 950	129 560
Tâmega e Sousa	53 767	31 575

Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Gráfico 3.5 - Regime de ocupação da mão-de-obra agrícola, por região (1999 e 2009)



Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

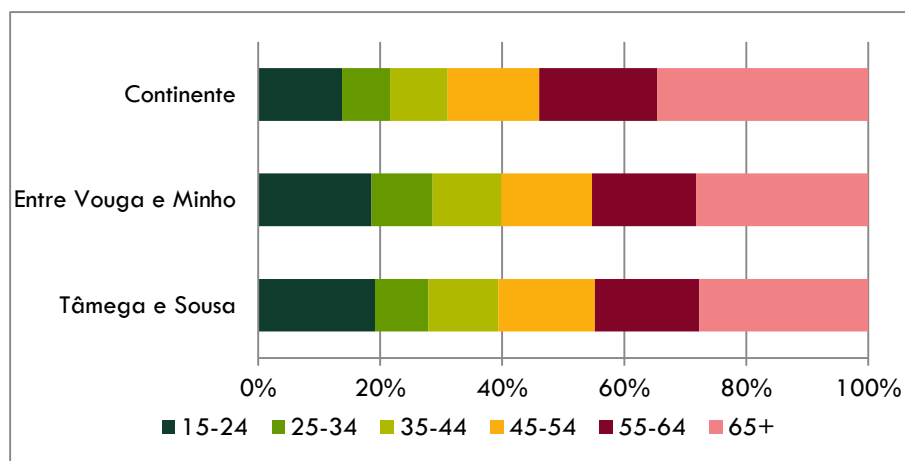
O Tâmega e Sousa tende a apresentar uma mão-de-obra de forte componente familiar e relativamente mais vocacionada para o tempo parcial quando comparada com o EVM. Em termos de dedicação (Gráfico 3.5), a mão-de-obra agrícola no Tâmega e Sousa apresentava, em 2009, uma distribuição de 23% a tempo completo e 77% a tempo parcial. Estes valores são similares aos encontrados para o Continente, mas diferentes dos do EVM onde o tempo completo andava nos 31% e o tempo parcial nos 69%. Simultaneamente também se verifica que a mão-de-obra agrícola é quase exclusivamente familiar, pois esta classe representava 95% da mão-de-obra, sendo estes valores similares aos do EVM e do Continente. As diferenças concelhias em termos de regime de ocupação e carácter familiar são muito pouco significativas. O carácter quase exclusivamente familiar da mão-de-obra agrícola leva a que nos pontos seguintes consideremos os dados

referentes à População Agrícola Familiar como representativos da totalidade dessa mesma mão-de-obra.

ii. Estrutura Etária

Em termos de idade, à semelhança do que se verifica no EVM e Continente, estamos perante uma população agrícola familiar envelhecida (Gráfico 3.6). Em 2009, o escalão etário igual ou superior a 55 anos tinha um peso de 45%. Esta estrutura é similar à que se verifica no EVM e não está muito afastada da que se verifica no Continente. A principal diferença está no peso das camadas mais jovens (entre 15 e 34 anos) que tende a ser mais substancial no Tâmega e Sousa e no Entre Vouga e Minho que no Continente. Os concelhos onde a população agrícola está mais envelhecida são Baião, Paços de Ferreira e Penafiel, enquanto os concelhos com uma população agrícola mais jovem são Castelo de Paiva, Celorico de Basto e Felgueiras.

Gráfico 3.6 - População agrícola familiar por classe etária, por região (2009)



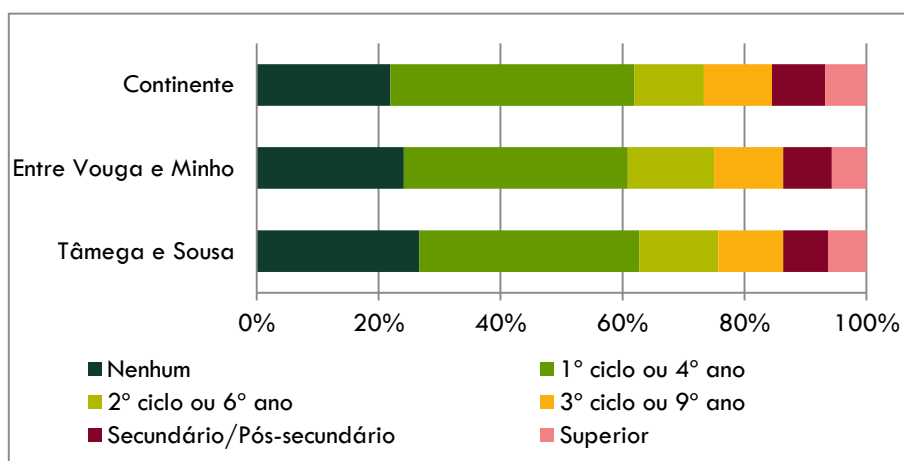
Fonte: INE, RGA 2009.

iii. Escolarização

À semelhança do que se passa no Continente e no EVM (Gráfico 3.7), o nível de escolaridade da população agrícola familiar no Tâmega e Sousa é relativamente baixo. Em 2009, a população agrícola familiar sem escolaridade era de 27%, enquanto a que possuía o 1º ciclo ou 4º ano era de 36%. Numa análise concelhia, Baião destaca-se como o concelho com maior concentração de população agrícola com nível de escolaridade até ao 4º ano (70%), enquanto os concelhos com maior percentagem de formação secundária ou superior são Amarante e Resende (ambos com 16%).

Concluindo relativamente à mão-de-obra agrícola do Tâmega e Sousa, esta tende a ser envelhecida, quase exclusivamente familiar, com baixo nível de escolarização e predominantemente a tempo parcial.

Gráfico 3.7 - População agrícola familiar por nível de escolarização, por região (2009)



Fonte: INE, RGA 2009.

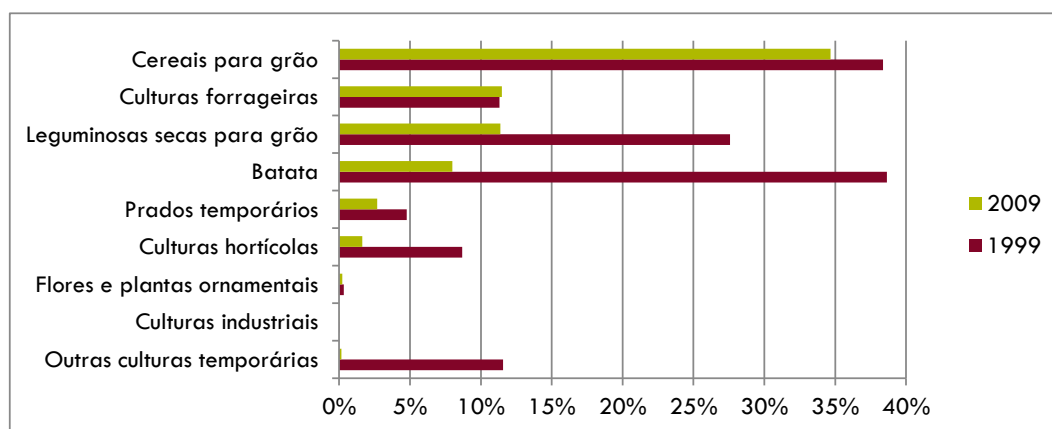
3.1.5. Estrutura da produção

Nesta secção, descrevem-se as atividades de produção vegetal, animal e florestal mais representativas do Tâmega e Sousa. Entre as produções vegetais, destacaremos as principais culturas temporárias e permanentes e entre os animais referiremos as espécies pecuárias mais produzidas. Relativamente à produção florestal, apenas referiremos as áreas de floresta medidas pelo Inventário Florestal de 2005, as mais recentes disponíveis ao nível das NUT de nível III.

i. Produção vegetal

As culturas temporárias mais praticadas no conjunto das explorações agrícolas do Tâmega e Sousa eram, em 2009, os cereais para grão, as leguminosas secas para grão, as culturas forrageiras, a batata, os prados temporários e as culturas hortícolas, com maior representação das três primeiras, presentes em 34,7%, 11,5% e 11,3% das explorações agrícolas, respetivamente (Gráfico 3.8).

Gráfico 3.8 - Explorações agrícolas da CIM do Tâmega e Sousa com culturas temporárias, por tipo de cultura temporária (1999, 2009)

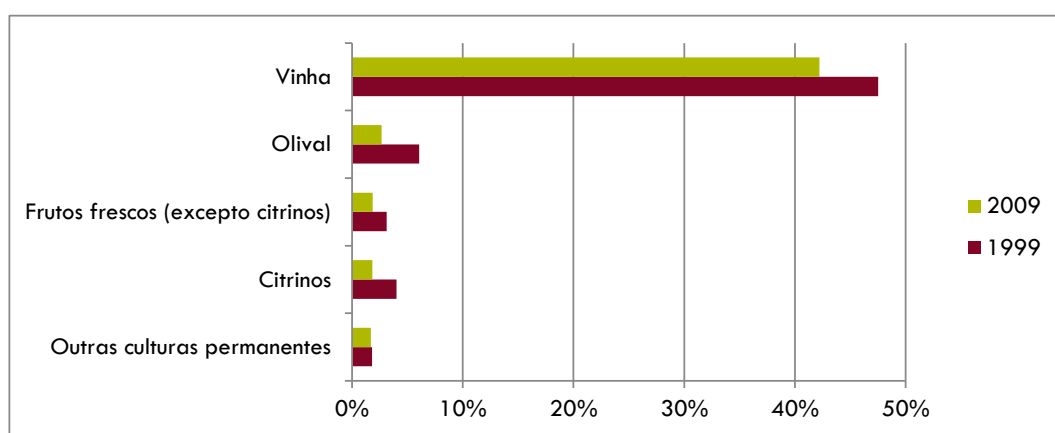


Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Em relação à dinâmica destas culturas temporárias, entre 1999 e 2009, com exceção das culturas forrageiras, caiu o número de explorações com produção de todas essas culturas, mas sendo especialmente expressiva a queda do número de explorações com produção de batata, menos 31 pontos percentuais, e de leguminosas secas para grão, menos 16 pontos percentuais.

As culturas permanentes mais presentes nas explorações agrícolas do Tâmega e Sousa, em 2009, eram a vinha, o olival, os citrinos e outros frutos frescos. A vinha é a mais disseminada, pois estava presente em 44% das explorações agrícolas, a larga distância da segunda mais representada, o olival, presente em apenas 3,5% das explorações agrícolas (Gráfico 3.9).

Gráfico 3.9 - Explorações agrícolas da CIM do Tâmega e Sousa com culturas permanentes, por tipo de cultura permanente (1999, 2009)



Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Tabela 3.9 - Explorações agrícolas do Tâmega e Sousa por tipo de cultura permanente e por área de cultura permanente (2009)

	Vinha	Olival	Citrinos
<0,5 ha	68%	72%	80%
0,5 - <1 ha	14%	18%	12%
1 - <2 ha	9%	7%	4%
2 - <5 ha	9%	7%	4%
5 - <20 ha	6%	2%	4%
Total	3%	-	-

Fonte: INE, RGA 2009.

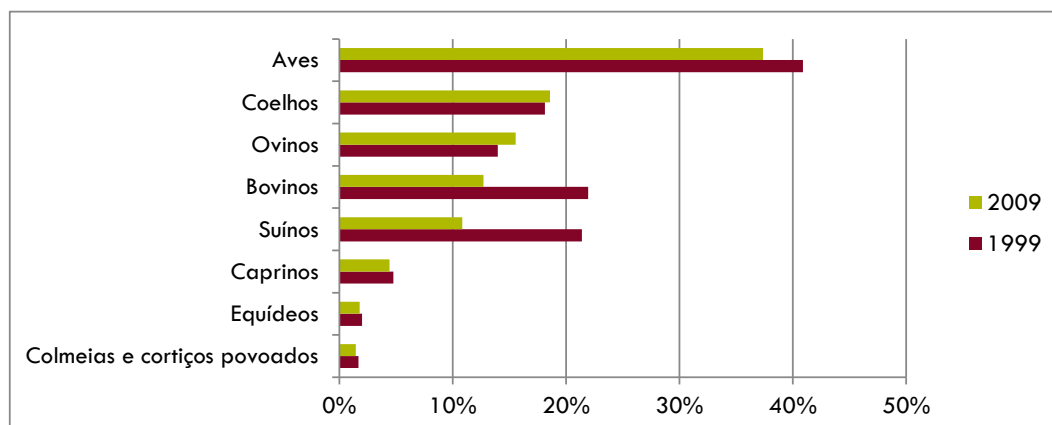
Para as culturas permanentes mais representativas, podemos dizer também que a escala de produção tende a ser pequena, pois, para todas elas, seja vinha, olival ou citrinos, as plantações não chegam a 1 hectare em mais de 92% das explorações agrícolas onde a atividade está presente (Tabela 3.9).

ii. Produção animal

As produções pecuárias mais disseminadas nas explorações agrícolas do Tâmega e Sousa são, por ordem decrescente, as aves, os coelhos, os ovinos, os bovinos, os suínos, os caprinos, os equídeos e a apicultura. A presença destas atividades nas explorações

evoluiu de forma diferenciada entre os Recenseamentos Agrícolas de 1999 e 2009: aumentou o número de explorações agrícolas onde estava presente a produção de coelhos e ovinos, enquanto diminuiu a presença de todas as restantes atividades pecuárias; esta diminuição foi especialmente importante para os suínos e os bovinos, com quedas de 10 e 9 pontos percentuais, respetivamente (Gráfico 3.10).

Gráfico 3.10 - Explorações agrícolas da CIM do Tâmega e Sousa com produção pecuária, por espécie pecuária (1999, 2009)



Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

Tabela 3.10 - Número de animais em produção (CN) nas explorações agrícolas do Tâmega e Sousa, por espécie pecuária (1999 e 2009)

	1999	2009	Varição
Coelhos	6 038	2 747	-55%
Caprinos	278	263	-5%
Equídeos	21 757	12 663	-42%
Ovinos	10 022	2 906	-71%
Suínos	3 618	3 372	-7%
Aves	1 096	794	-28%
Bovinos	873	709	-19%
Total	43 682	23 454	-46%

Fonte: INE, RGA 1999, 2009.

A análise da dinâmica das atividades pecuárias no Tâmega e Sousa ao nível de encabeçamentos ajuda a esclarecer melhor a tendência verificada (Tabela 3.10). Observa-se, também a este nível, um forte declínio da pecuária globalmente, pois os encabeçamentos totais diminuem 46%. Considerando cada atividade separadamente, verifica-se que os encabeçamentos diminuíram para todas as atividades, tendo as maiores quedas, superiores a 40%, ocorrido para os ovinos, os equídeos e os coelhos. No caso dos coelhos e ovinos, esta queda dos encabeçamentos acompanha um aumento do número de explorações com estas atividades, conforme referido, o que implica uma forte queda dos encabeçamentos médios para estas duas espécies. Pelo contrário, no caso particular dos bovinos, é de referir que o escalão de explorações agrícolas com efetivos iguais ou superiores a 40 CN aumenta o encabeçamento em 11%, apesar de diminuir em todos os escalões inferiores, o que significa um aumento da escala de produção desta atividade.

iii. Produção florestal

A composição da produção florestal, medida pelas áreas plantadas das diferentes espécies, era em 2005 (Tabela 3.11) dominada pelo pinheiro bravo (42% da área de floresta), pelos eucaliptos (39%) e pelos carvalhos (9%), em ordem decrescente de importância. Em conjunto, estas três espécies representavam 90% de toda a área de povoamentos florestais inventariados. Se a estas espécies se somar a área de outras folhosas, a cobertura passa a ser quase a totalidade da área florestada (99,3%).

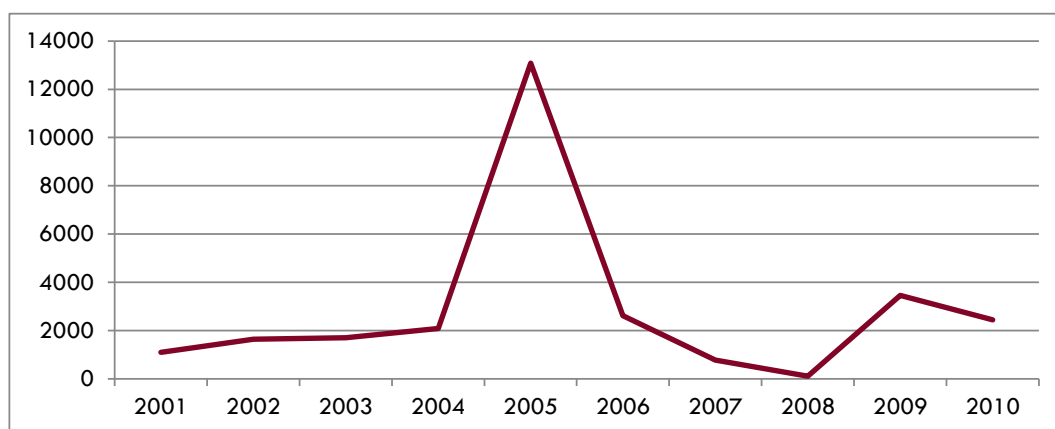
Tabela 3.11 - Áreas das espécies florestais plantadas no Tâmega e Sousa (2005)

Espécie dominante	Área (ha)	%
Pinheiro Bravo	22 923	41,73%
Eucaliptos	21 660	39,43%
Carvalhos	4 921	8,96%
Outras folhosas	5 029	9,15%
Acácias	175	0,32%
Pinheiro Manso	150	0,27%
Castanheiro	25	0,05%
Outras resinosas	25	0,05%
Sobreiro	25	0,05%
Total	54 933	100,00%

Fonte: ICNF, Inventário Florestal 2005.

De notar, no entanto, que é conhecida a tendência global (comparando os valores totais dos inventários de 2005 e de 2010) de diminuição da área de pinheiro bravo e aumento da dos eucaliptos na NUT do Tâmega. Embora esta área geográfica não coincida exatamente com a da CIM do Tâmega e Sousa, é de esperar uma tendência semelhante nesta, pelo que os números apontados referentes ao pinheiro bravo estarão sobreavaliados e os relativos ao eucalipto subavaliados.

Gráfico 3.11 - Área ardida anual de povoamentos florestais no Tâmega e Sousa (2001- 2010)



Fonte: ICNF, 2012.

Por último, é importante fazer uma referência aos incêndios florestais, que têm constituído um problema importante para esta atividade, pois em média, considerando o período de 10 anos entre 2001 e 2010, atingiram anualmente 2 901 ha de povoamentos

florestais, ou seja, cerca de 5,3% da área total de floresta na região (Gráfico 3.11), acima dos valores correspondentes observados para o EDV no mesmo período (3,7%).

3.1.6. Organizações Agrícolas

Considerando exclusivamente as cooperativas agrícolas da região do Tâmega e Sousa, registam-se 22, grande parte das quais em situação de grave dificuldade financeira, questão que se coloca mesmo ao nível da sua sobrevivência futura. Esta situação é verificável quer nas que trabalham na concentração e comercialização da oferta dos produtores associados quer, também em algumas que se dedicam exclusivamente à compra e venda de fatores de produção. Quanto às primeiras, acresce, pela negativa o facto, de muito dificilmente poderem vir a ser enquadradas – à luz da nova legislação – como Organizações de Produtores (OP), estando, em consequência arredadas dos apoios (majorados) previstos para estas organizações. A título de exemplo, pode referir-se que das 6 adegas cooperativas ainda ativas no território (três já fecharam ou suspenderam a sua atividade), somente uma, a de Felgueiras, reúne as condições legalmente exigidas para ser reconhecida como OP¹³.

3.1.7. Importância económica

Em termos de emprego, o ramo de atividade “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” pesava em 2011, cerca de 9,9% no Emprego Total da NUT III do Tâmega, dois pontos percentuais menos do que em 2009, e ligeiramente abaixo da média observada para o Continente (10,7%). Quanto ao peso no VAB do setor Agrorural, este tende ainda a ser menor, pois a “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” pesava apenas 1,3% do VAB total da região, em 2011, sensivelmente o mesmo que em 2009 (Tabela 3.12).

Daqui se pode concluir ter a agricultura na CIM do Tâmega uma importância económica residual em termos de criação de riqueza mas uma importância considerável, embora decrescente, em termos de criação de emprego.

Tabela 3.12 - Peso da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca na economia (2009, 2011)

	Emprego		VAB	
	2009	2011	2009	2011
Continente	11,2%	10,7%	2,2%	2,1%
Tâmega (NUT III)	11,9%	9,9%	1,4%	1,3%

Fonte: INE, Contas Económicas Regionais, 2011.

Nota: Os valores de emprego nas Contas Económicas Regionais incluem trabalho remunerado e não remunerado e são muito superiores aos que os Censos e as Contas Nacionais, que só consideram trabalho remunerado, indicam.

¹³ Dados citados em estudo publicado pela Sociedade Portuguesa de Inovação PI (2006) - Reestruturação das Adegas Cooperativas da Região dos Vinhos Verdes - e complementados com informação gentilmente fornecida pela Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes.

3.2. Indústria

A indústria¹⁴ é a principal atividade económica do Tâmega e Sousa¹⁵. As 4 700 empresas industriais com sede no Tâmega e Sousa, incluindo 2 582 sociedades, têm ao serviço 53 745 pessoas e geram um Valor Acrescentado Bruto de 722 milhões de euros, para um volume de negócios de 2 372 milhões de euros, em 2011. Estes valores correspondem a 40% das pessoas ao serviço nas empresas do Tâmega e Sousa, 41% do VAB e 36% do volume de negócios, valores substancialmente superiores aos verificados no Norte e, naturalmente, em Portugal. Daqui resulta um peso da indústria do Tâmega e Sousa no total do Norte e do país superior ao que se verifica quando se considera o total de atividades económicas, qualquer que seja o indicador utilizado. Contudo, a importância do Tâmega e Sousa é maior no total de empresas e pessoas ao serviço na indústria do que no VAB e no volume de negócios industrial, indiciando uma menor produtividade da indústria do Tâmega e Sousa relativamente ao Norte e a Portugal. Em 2011, a produtividade aparente do trabalho na indústria do Tâmega e Sousa era igual a 13 437 euros por pessoa ao serviço, o que corresponde a dois terços do registado pelo total da indústria do Norte e 54% da indústria nacional.

Tabela 3.13 - Importância da indústria no Tâmega e Sousa, Norte e Portugal (2011)

	Indústria			Indústria / total atividades		
	T&S valor	T&S/N %	T&S/PT %	T&S %	N %	PT %
Total de empresas (nº)	4 700	14%	7%	14%	10%	7%
Empresas individuais (nº)	2 118	14%	6%	10%	6%	4%
Sociedades (nº)	2 582	13%	7%	22%	16%	11%
Pessoas ao Serviço (nº)	53 745	15%	8%	40%	29%	18%
Volume de negócios (milhões €)	2 372	8%	3%	36%	30%	23%
VAB (milhões €)	722	10%	4%	41%	32%	21%

Fonte: INE (SCIE 2011); cálculos nossos.

Notas: T&S – Tâmega e Sousa, N – Norte de Portugal, PT – Portugal.

Neste capítulo, começamos por uma caracterização da indústria no Tâmega e Sousa com base na informação mais recente disponível. Depois de considerar globalmente o Tâmega e Sousa analisa-se a situação dos diferentes concelhos e a composição da estrutura industrial da área. Para além da informação publicada pelo INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas (SICE)¹⁶, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens e

¹⁴ A indústria corresponde aqui à secção C – Indústrias Transformadoras da CAE-Rev.3, excluindo-se as indústrias extrativas (secção B), dado o seu peso residual (inferior a 1%) na economia da região. A extração de granito, contudo, assume alguma importância em Penafiel, onde é uma atividade tradicional.

¹⁵ A expressão Tâmega e Sousa é utilizada para designar a área dos municípios que constituem a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Tâmega e Sousa: Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende. Estes 11 concelhos integram a NUT III Tâmega mas não a esgotam; esta NUT III inclui ainda quatro concelhos (Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto, Paredes e Ribeira de Pena) que pertencem a outras CIMs. Todos os dados estatísticos que apresentamos para o Tâmega e Sousa, nesta aceção, resultam de cálculos nossos a partir de elementos recolhidos ao nível do município.

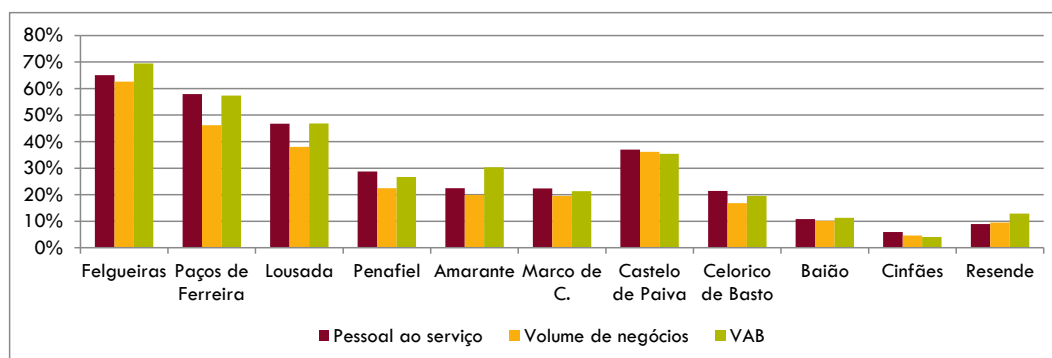
¹⁶ O âmbito de informação do SCIE exclui as secções K (Atividades financeiras e de seguros), O (Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória), T (Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico

Anuário Estatístico da Região do Norte (AERN) – utiliza-se a base de dados SABI, com informação financeira e de negócios de um elevado número de empresas. Segue-se uma análise da dinâmica industrial no período 2007-2013, juntando às fontes atrás referidas informação sobre os projetos de investimento financiados pelos Sistemas de Incentivos ao Investimento das Empresas (<http://www.pofc.qren.pt/areas-do-competite/incentivos-as-empresas>).

3.2.1. Situação atual

Apesar de a indústria ser a atividade mais relevante na economia do Tâmega e Sousa, o mesmo não se verifica na maioria dos concelhos que integram este território (Gráfico 3.12). A indústria apenas é a principal atividade no pessoal ao serviço e no VAB dos três concelhos localizados a noroeste, Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira. Em Castelo de Paiva, a indústria é responsável pela maioria das pessoas ao serviço nas empresas localizadas no concelho, mas são os serviços que mais contribuem para o VAB. Nestes quatro concelhos a indústria apresenta um peso superior ao verificado no Norte e no país. O oposto verifica-se em Cinfães, Baião e Resende, em que a indústria não ultrapassa os 11% do emprego e 13% do VAB; a construção é a atividade económica dominante em Cinfães e Baião, posição ocupada pelos serviços em Resende. Nos restantes quatro concelhos, a importância da indústria encontra-se entre o que se verifica no país e no Norte. Em todos estes concelhos os serviços são responsáveis pela maioria do emprego. Em termos de VAB, a construção é a atividade dominante em Amarante e no Marco de Canaveses, destacando-se os serviços em Penafiel e em Celorico de Basto (ver Tabela 3.28 e Tabela 3.29, em anexo)¹⁷.

Gráfico 3.12 - Importância da indústria no total das atividades económicas dos concelhos do Tâmega e Sousa (2011)



Fonte: INE (SCIE 2011).

e atividades de produção das famílias para uso próprio) e U (Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais) da CAE-Rev.3. A última atualização do SCIE ocorreu em 29-Aug-2013.

¹⁷ A informação ao nível do município apresenta falhas por motivos de segredo estatísticos para uma ou mais secções de atividade económica. Na medida em que tal nunca ocorreu nas secções relativas à indústria transformadora, construção e nas várias atividades de serviços foi possível ultrapassar a situação, calculando, por diferença entre os valores publicados e o total, o valor correspondente às atividades sem informação publicada, agregando-as numa categoria denominada “outras atividades”, juntamente com as secções não incluídas na indústria, construção ou serviços.

Completando esta análise com a dos indicadores de empresas industriais apresentados na Tabela 3.14, confirma-se a heterogeneidade desta área. Os três concelhos mais industrializados, Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, apresentam uma densidade de empresas elevada, muito superior ao que se verifica no Norte e em Portugal. Felgueiras destaca-se por ser o concelho com maior volume de negócios por empresa, apesar deste ser ainda inferior ao verificado no Norte e em Portugal. É também um dos três concelhos com menor proporção de empresas individuais. Paços de Ferreira tem a maior densidade de empresas industriais mas uma proporção de empresas individuais superior a 50% conduz a uma dimensão média das empresas inferior à dos dois outros concelhos antes referidos. Apesar de uma baixa densidade empresarial, Castelo de Paiva apresenta o segundo maior volume de negócios por empresa industrial no Tâmega e Sousa, a par com um número de pessoas ao serviço por empresa superior ao verificado no Norte e em Portugal.

Os três concelhos menos industrializados, Cinfães, Baião e Resende, apresentam, sem surpresa, os valores mais baixos nos indicadores de densidade de empresas e de dimensão das empresas em termos de pessoas ao serviço e de volume de negócios por empresa. Simultaneamente, a proporção de empresas individuais no total de empresas industriais é muito elevada nos três concelhos. Celorico de Bastos apresenta, em quase todos os indicadores, valores muito próximos deste grupo; apenas a proporção de empresas individuais é inferior, sendo a menor de todo o território.

Finalmente, na área mais central, Penafiel, Amarante e Marco de Canaveses têm densidades de empresas industriais que não se afastam significativamente dos valores encontrados no Norte. A dimensão média das empresas varia entre 9,7 e 14,7 pessoas ao serviço por empresa e entre 431 039 euros e 557 970 de volume de negócios por empresa industrial, no Marco de Canaveses e em Penafiel, respetivamente.

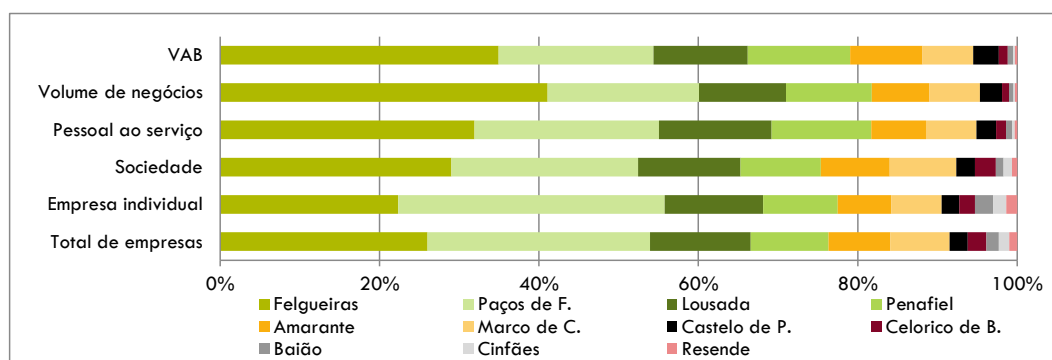
Tabela 3.14 - Indicadores de Empresas Industriais por município (2011)

	Densidade de empresas	Proporção de empresas individuais	Pessoal ao Serviço por empresa	Volume de Negócios por empresa
	Nº/km2	%	Nº	1 000 euros
Portugal	0,8	46%	9,4	1 120,261
Norte	1,6	44%	10,3	839,958
Tâmega e Sousa	2,6	45%	11,4	504,670
Felgueiras	10,6	39%	14,0	797,533
Paços de Ferreira	18,5	54%	9,5	343,102
Lousada	6,2	44%	12,8	435,256
Penafiel	2,2	43%	14,7	557,970
Amarante	1,2	39%	10,1	469,539
M. Canaveses	1,7	38%	9,7	431,039
Castelo de Paiva	0,9	44%	12,4	615,588
Celorico de Basto	0,6	38%	6,2	182,622
Baião	0,4	66%	5,4	181,501
Cinfães	0,3	56%	3,0	81,260
Resende	0,4	63%	3,7	135,882

Fonte: INE (SCIE 2011; AERN 2012).

Os três concelhos mais industrializados do Sousa representam mais de dois terços da indústria do Tâmega e Sousa, qualquer que seja a variável considerada, sendo evidente a menor contribuição relativa de Lousada face a Paços de Ferreira e, especialmente, a Felgueiras. Penafiel apresenta uma importância apenas ligeiramente inferior à de Lousada. Seguem-se, na área central, Amarante e o Marco de Canaveses, com contribuições entre 6 e 9%. Castelo de Paiva aparece com valores na ordem dos 3%. Finalmente, os restantes concelhos têm um peso muito reduzido, em especial os três concelhos localizados a sudeste (Cinfães, Resende e Baião).

Gráfico 3.13 - Importância de cada concelho no total da indústria transformadora do Tâmega e Sousa (2011)



Fonte: INE (SCIE 2011).

Dada a ausência de informação sobre a estrutura dimensional das empresas industriais por concelho, optou-se por analisar os dados relativos ao total das empresas (Tabela 3.15). O Tâmega e Sousa apresenta, simultaneamente, uma menor percentagem de empresas de muito pequena (menos de 10 pessoas ao serviço) e de grande dimensão (mais de 250 pessoas ao serviço), comparativamente ao Norte e a Portugal. Ainda assim, cerca de 93% das empresas com sede no Tâmega e Sousa têm menos de 10 trabalhadores, existindo apenas 13 empresas com mais de 250 trabalhadores e 355 empresas no escalão das 50 a 249 pessoas ao serviço. Uma análise comparativa da estrutura dimensional dos vários concelhos do Tâmega e Sousa confirma a heterogeneidade existente no território, com os concelhos menos industrializados e os que têm um menor número de empresas a apresentarem percentagens mais elevadas no escalão mais baixo e maioritariamente percentagens menores nos restantes escalões, quando comparados com os concelhos mais industrializados e/ou de maior dimensão.

A consulta da base de dados SABI permitiu identificar 11 empresas com mais de 250 trabalhadores, em 2012, sendo 7 empresas industriais e 4 empresas de construção que têm sede em Paços de Ferreira (3), Felgueiras (2), Lousada (1) e Penafiel (1).¹⁸ Das 360 empresas registadas na SABI com um número de trabalhadores entre 50 e 249, 66% são empresas industriais e 71% destas estão localizadas nos três concelhos mais industrializados, com destaque para Felgueiras onde se encontra a sede de 41% destas empresas.

¹⁸ Na SABI estão registadas 11.855 empresas ativas, com sede nos concelhos que integram a CIM do Tâmega e Sousa, um número ligeiramente superior ao de sociedades registadas na SCIE (11.529) mas naturalmente bastante inferior ao número total de empresas (33.423), que inclui muitas empresas individuais de muito pequena dimensão.

Com exceção de Felgueiras, que apresenta valores próximos dos do Norte, todos os concelhos do Tâmega e Sousa apresentam valores elevados nos indicadores de concentração do volume de negócios e do VAB nas quatro maiores empresas, o que revela uma maior vulnerabilidade da economia destes concelhos face à evolução destas empresas.

Tabela 3.15 - Empresas por escalão de Pessoas ao Serviço e Indicadores de concentração (2011)

	Nº	Total				Concentração do vol. de neg. nas quatro maiores empresas	Concentração do VAB nas quatro maiores empresas
		< 10 p.	10-49 p.	50-249 p.	>= 250 p.		
		%	%	%	%	%	%
Portugal	1 112 000	96	4	0,5	0,08	5,69	4,26
Norte	360 482	95	4	0,6	0,07	5,86	4,35
Tâmega e Sousa	33 423	93	6	1,1	0,04		
Felgueiras	5 180	90	8	1,8	0,04	5,81	5,21
Paços F.	5 214	92	7	0,9	0,06	20,45	16,24
Lousada	3 723	91	7	1,2	0,05	11,03	10,83
Penafiel	5 390	93	6	1,1	0,04	16,05	21,74
Amarante	4 655	94	5	0,8	0,06	14,50	14,90
Marco C.	3 647	91	8	1,3	0	18,39	7,97
Castelo P.	1 139	95	4	0,6	0	34,92	52,19
Celorico B.	1 196	96	3	0,3	0,08	25,08	36,00
Baião	1 220	95	5	0,7	0	15,44	18,57
Cinfães	1 177	96	4	0,6	0	16,33	22,88
Resende	882	98	2	0,2	0	28,68	15,85

Fonte: INE (SCIE 2011).

i. Comércio internacional

Na medida em que apenas são publicados indicadores de comércio internacional desagregados por NUT (I, II e III), iremos inicialmente comparar os valores da NUT III Tâmega com os do Norte e de Portugal. A NUT III Tâmega apresenta um grau de abertura inferior ao verificado para o Norte e para Portugal e uma intensidade exportadora que se situa entre os valores de Portugal e do Norte. Ainda assim, a taxa de cobertura da NUT Tâmega é muito elevada, sendo mais do triplo da de Portugal.

Dado que não se dispõe de dados do PIB ao nível do concelho, apenas é possível calcular a taxa de cobertura das importações pelas exportações do Tâmega e Sousa, a partir dos dados relativos ao comércio internacional de mercadorias declarado por município da sede do operador¹⁹. Obtém-se um valor que ainda ultrapassa o já elevado valor relativo à

¹⁹ A nível regional (Norte e municípios), incluem-se apenas os valores declarados pelas empresas com base no local da sede do operador. Os valores para Portugal incluem as estimativas de não respostas e das transações

NUT III (Tabela 3.17). O peso do Tâmega e Sousa nas exportações e importações do Norte e de Portugal revela que a elevada taxa de cobertura se deve mais à reduzida importância das importações do que a um valor elevado de exportações. Na verdade, o peso do Tâmega e Sousa nas exportações do Norte e de Portugal está em linha com o valor obtido para o volume de negócios, sendo substancialmente inferior ao observado para o VAB e para o pessoal ao serviço (ver Tabela 3.13).

Tabela 3.16 - Indicadores de Comércio Internacional por NUT (2011, 2012)

	Taxa de cobertura das importações pelas exportações	Intensidade exportadora	Grau de abertura
	2012 Po*	2011 Pe*	
Portugal	80,58	25,04	60
Norte	143,87	33,10	59
Tâmega	255,42	29,89	43

Fonte: INE (AERN 2012).

Notas: Pe = valor preliminar, PO = valor provisório. Os indicadores “intensidade exportadora” (= exportações / PIB) e “grau de abertura” (= (exportações + importações) / PIB) têm subjacente os dados preliminares do PIB resultantes das Contas Regionais.

Tabela 3.17 - Exportações e Importações de mercadorias por município de sede dos operadores e taxa de cobertura das importações pelas exportações (2012)

	Tâmega e Sousa	Tâmega e Sousa /Norte (%)	Tâmega e Sousa /Portugal (%)
Exportações (1 000 €)	1 372 782	8,17	3,03
Importações (1 000 €)	507 423	4,35	0,90
Taxa de cobertura (%)	270,54	1,88	3,36

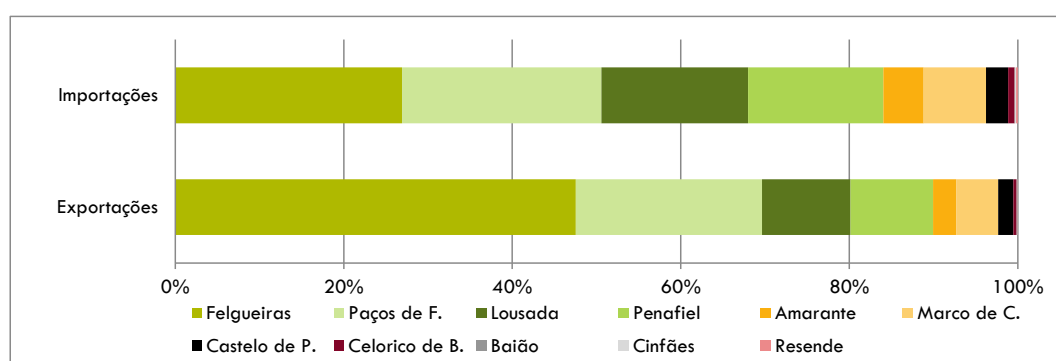
Fonte: INE (AERN 2012); cálculos nossos.

O baixo valor das importações do Tâmega e Sousa pode resultar tanto da respetiva especialização industrial, aspeto discutido mais à frente neste capítulo, como do recurso, por parte das empresas com sede no território, a intermediários nas operações de importação, estando estes sediados fora da região. É sabido que as empresas importadoras tendem a localizar-se na proximidade das infraestruturas logísticas e de transporte internacional nas áreas metropolitanas do Porto ou mesmo de Lisboa.

Os concelhos mais industrializados e Penafiel são naturalmente os que mais contribuem para o comércio internacional de produtos do Tâmega e Sousa, como se pode verificar no Gráfico 3.14. Do lado das exportações destaca-se o contributo de Felgueiras, com 47,5% das exportações totais, um peso superior à sua importância na indústria do território. A distribuição das importações entre os concelhos industriais é mais equilibrada, apresentando Penafiel, um concelho mais urbanizado, valores próximos dos de Lousada.

abaixo dos limiares de assimilação (que isentam da obrigatoriedade de prestação de informação um conjunto significativo de empresas), sendo assim superiores aos que resultam apenas dos valores declarados.

Gráfico 3.14 - Importância de cada concelho no comércio internacional do Tâmega e Sousa (2012)



Fonte: INE (AERN 2012).

Tabela 3.18 - Comércio Internacional declarado de mercadorias por município de sede dos operadores e indicadores do comércio internacional por concelhos (2012)

	Exportações	Importações	Taxa de cobertura das importações pelas exportações	Exportações intra-UE 27 no total das exportações	Proporção das importações intra-UE 27 no total das importações
	1000€	1000€	%	%	%
Portugal	45 259 455	56 165 860	80,58	71,04	71,78
Norte	16 799 356	11 677 141	143,87	79,08	84,30
Tâmega e Sousa	1 372 782	507 423	270,54	81,87	90,88
Felgueiras	652 528	136 579	477,77	90,06	91,13
Paços F.	303 477	120 117	252,65	66,90	85,51
Lousada	144 389	88 336	163,45	85,14	94,88
Penafiel	134 173	81 493	164,64	78,20	94,82
Amarante	38 212	24 232	157,69	66,21	87,64
Marco C.	67 899	37 480	181,16	89,69	90,39
Castelo P.	24 707	13 391	184,50	56,37	96,06
Celorico B.	5 420	3 891	139,29	85,01	77,01
Baião	1 487	205	726,43	44,06	98,64
Cinfães	128	634	20,24	0,00	99,39
Resende	363	1 064	34,17	0,00	99,95

Fonte: INE (AERN 2012); cálculos nossos.

Com exceção de Cinfães e de Resende, todos os outros concelhos do Tâmega e Sousa apresentam valores da taxa de cobertura das importações pelas exportações superiores a 100%. Se excluirmos o caso de Baião, em virtude da reduzida dimensão das suas exportações e importações, o concelho que apresenta taxa de cobertura mais elevada é Felgueiras, resultado da forte orientação exportadora da sua indústria.

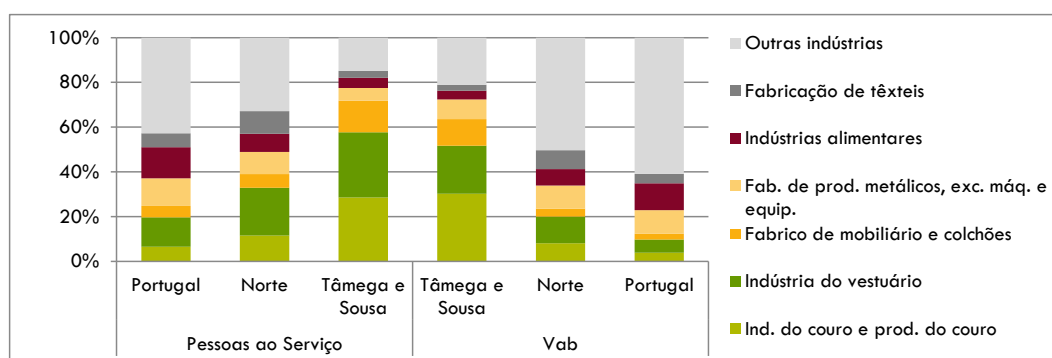
A UE-27 constitui a principal origem geográfica das importações e o principal destino geográfico das exportações de todos os concelhos, exceto três: Baião, Cinfães e Resende. A reduzida importância da indústria na economia destes concelhos explica o baixo valor

das suas exportações, o que pode contribuir para este resultado, atípico no panorama da região e do país.

ii. Estrutura setorial da indústria

Na estrutura industrial do Tâmega e Sousa²⁰, sobressai a importância da indústria do couro e produtos de couro (calçado), a par da indústria do vestuário e seguida pelo fabrico de mobiliário e colchões. O conjunto das três atividades representa 58% das empresas, 72% das pessoas ao serviço e 64% do VAB e do volume de negócios da indústria do Tâmega e Sousa (Gráfico 3.15). Estas são as únicas três divisões da classificação de atividades económicas em que o peso do Tâmega e Sousa no Norte, e em Portugal, excede o seu peso no total da indústria. No caso da indústria do couro e produtos do couro, as empresas com sede no Tâmega e Sousa são responsáveis por cerca de um terço deste setor em Portugal. Um quinto do VAB do fabrico nacional de mobiliário e colchões é gerado por empresas sediadas no Tâmega e Sousa, que empregam 22% do pessoal ao serviço nesta indústria. Na indústria do vestuário, estas percentagens andam na ordem dos 17% do pessoal ao serviço e 15% do VAB do total nacional, muito acima dos 8% e 4% verificados para o total da indústria (Gráfico 3.12 e Gráfico 3.19).

Gráfico 3.15 - Estrutura do Pessoal ao Serviço e do VAB industrial do Tâmega e Sousa, Norte e Portugal (2011)



Fonte: INE (SCIE 2011).

Entre as restantes divisões industriais, apenas a fabricação de produtos metálicos, as indústrias alimentares e a fabricação de têxteis merecem algum destaque (Gráfico 3.15). Contudo, estas divisões têm menos importância na estrutura industrial do Tâmega e Sousa do que se observa na estrutura industrial do Norte ou do País, apresentando

²⁰ Por razões de segredo estatístico, a informação publicada ao nível do município apresenta vários casos de ausência de dados de pessoal ao serviço, volume de negócios e VAB para uma ou mais divisões industriais da CAE. No conjunto do Tâmega e Sousa estes valores correspondem a 2% do pessoal ao serviço, 3% do VAB e 4% do volume de negócios. Contudo, ao nível do concelho as percentagens variam entre um mínimo de 0.1%, em Felgueiras, até ao máximo de 27%, em Cinfães. Tipicamente os concelhos mais industrializados e de maior dimensão apresentam valores mais reduzidos e os concelhos de menor dimensão, naturalmente, os valores mais elevados. Para ultrapassar esta situação calculou-se o valor agregado das divisões para as quais não existe informação aplicada, pela diferença entre o total da indústria transformadora e os valores publicados. Este resultado foi adicionado ao total das “outras indústrias”, onde também se incluíram os valores relativos a todas as divisões exceto as 6 mais relevantes no conjunto do Tâmega e Sousa. Nestas divisões os casos de segredo estatístico são pontuais (informação relativa a 2 empresas individuais e 2 sociedades na indústria de couro e produtos de couro, 2 sociedades no fabrico de mobiliário e colchões, 1 empresa individual na fabricação de têxteis e 1 empresa individual na indústria de vestuário), pelo que se considerou que a inclusão destes casos nas “outras indústrias” não comprometia a análise.

consequentemente um peso no total das respetivas indústrias no Norte e em Portugal substancialmente inferior ao registado para o total da indústria (Tabela 3.19).

Tabela 3.19 - Importância das principais indústrias do Tâmega e Sousa no Norte e em Portugal (2011)

	Pessoas ao Serviço			VAB		
	T&S Nº	T&S/N %	T&S/PT %	T&S 10 ³ €	T&S/N %	T&S/PT %
Ind. do couro e prod. do couro	15 372	38%	34%	218 577	37%	33%
Indústria do vestuário	15 608	21%	17%	154 851	18%	15%
Fabrico de mobiliário e colchões	7 634	35%	22%	86 066	34%	20%
Fab. de prod. metálicos, exc. máq. e equip.	3 032	9%	4%	63 452	8%	4%
Indústrias alimentares	2 423	9%	3%	27 667	5%	1%
Fabricação de têxteis	1 708	5%	4%	19 594	3%	3%
Outras indústrias	7 968	7%	3%	151 942	4%	1%

Fonte: INE (SCIE 2011); cálculos nossos.

Notas: T&S – Tâmega e Sousa, N – Norte de Portugal, PT – Portugal.

Apenas uma das 7 empresas industriais com mais de 250 empregados, identificadas através da base de dados SABI, não tem atividade principal numa das três principais indústrias do Tâmega e Sousa, estando contudo relacionada com a fabricação de produtos que incluem matérias têxteis, destinados ao setor da saúde. (Tabela 3.20).

Tabela 3.20 - Empresas com mais de 250 empregados no Tâmega e Sousa (2012)

Empresa	Atividade principal	Concelho	Fundação	Empregados
PCF Produção de Calçado de Felgueiras, Lda.	Fabricação de calçado	Felgueiras	1984	331
JEFAR Indústria de Calçado, S.A.	Fabricação de calçado	Felgueiras	1997	325
Abílio Ferreira Dias & Filhos, Lda.	Fabricação de mobiliário de madeira para outros fins	Paços de Ferreira	1973	1 621
IKEA Industry Portugal, Lda.	Fabricação de mobiliário de madeira para outros fins	Paços de Ferreira	2006	1 344
CALVELEX Indústria de Confeções, S.A.	Confeção de outro vestuário exterior em série	Lousada	1985	600
PETRATEX Confeções S.A.	Confeção de outro vestuário exterior em série	Paços de Ferreira	1989	540
Bastos Viegas, S.A.	Fab. de outras preparações e de artigos farmacêuticos	Penafiel	1919	354

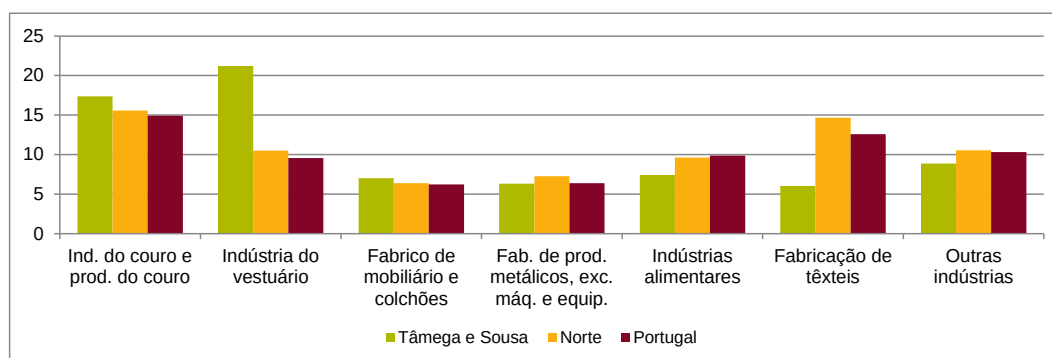
Fonte: SABI (2012).

A informação sobre a presença de empresas com capital estrangeiro no Tâmega e Sousa é escassa. O Anuário Estatístico da Região Norte revela que a proporção de pessoal ao serviço em empresas maioritariamente estrangeiras na NUT III Tâmega (2,08%) é muito inferior à verificada no Norte (4,34%) e em Portugal (9,31%), em 2011. Na lista de maiores empresas acima apresentada apenas duas, a PCF e a IKEA, têm acionistas estrangeiros, uma empresa alemã de calçado PETER KAISER Schuhfabrik GMBH, no primeiro caso, e

uma holding sediada na Holanda, no outro caso. Uma pesquisa na SABI de empresas com acionistas estrangeiros revelou a existência de 23 empresas, sendo 9 industriais. Assim, para além das duas empresas acima referidas ainda se identificaram: duas outras empresas de fabricação de calçado, uma localizada em Felgueiras, com capital francês, e outra em Lousada, com capital alemão; uma empresa de vestuário em Castelo de Paiva, com capital alemão; uma empresa da indústria alimentar no Marco de Canaveses, com capital holandês e espanhol. A lista encerra com três empresas de produtos metálicos, com capital espanhol, localizadas em Felgueiras.

No que respeita à dimensão média das empresas por indústria, o Tâmega e Sousa apenas se destaca claramente na indústria de vestuário em que apresenta um valor (21 pessoas ao serviço por empresa) que é o dobro do verificado no Norte e em Portugal. Nas outras duas indústrias em que os valores do Tâmega e Sousa são superiores ao registado no Norte e em Portugal, as diferenças são muito menores. Nas restantes indústrias, as empresas do Tâmega e Sousa têm uma dimensão média inferior à que se observa no Norte e no país, sendo esta diferença mais expressiva nas empresas de fabricação de têxteis (Gráfico 3.16).

Gráfico 3.16 - Pessoal ao Serviço por empresa no Tâmega e Sousa, Norte e Portugal (2011)



Fonte: INE (SCIE 2011).

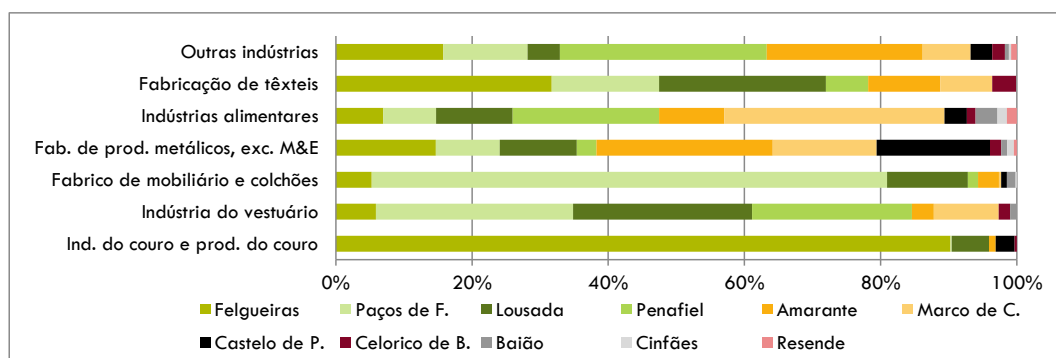
Esta análise confirma a localização no Tâmega e Sousa de um elevado número de empresas industriais que integram os *clusters* do têxtil/vestuário, do calçado e da madeira/papel, caracterizados por atividades trabalho-intensivas realizadas por pequenas e médias empresas²¹. O *cluster* têxtil/vestuário inclui, no entanto, algumas empresas de maior dimensão e que têm apostado fortemente na inovação. Das 371 empresas com mais de 50 trabalhadores identificadas na SABI, 90 têm atividade principal na indústria de vestuário e 4 na fabricação têxtil. O *cluster* do calçado tem um dos seus polos em Felgueiras, onde se localizam 86 empresas com mais de 50 trabalhadores, num total de 95 empresas desta dimensão e setor presentes no Tâmega. Destas empresas, 37 têm mais de 100 trabalhadores. Há também uma presença significativa de empresas em atividades relacionadas, como o fabrico de componentes de borracha para calçado, o aluguer de equipamentos para calçado e a prestação de serviços relacionados. Este *cluster*, à

²¹ Simão, J.V. e Ribeiro, J.F. 2011. Carta Regional de Competitividade: Tâmega. Lisboa, AIP. www.aip.pt/irj/go/km/docs/site-manager/www_aip_pt/documentos/informacao_economica/cartas_regionais/informacao/Cartas%20Regionais-Regioes/3-Cartas_Regionais_TAMEGA.pdf

semelhança do anterior, encontra-se fortemente orientado para a exportação²². Estão presentes no *cluster* algumas empresas com capital estrangeiro, como já foi atrás referido.

No *cluster* do mobiliário, é a fabricação de mobiliário de madeira que merece destaque no Tâmega e Sousa, mesmo excluindo o concelho de Paredes²³. A IKEA Industry Portugal, constituída em 2006, é hoje a maior empresa do cluster, a grande distância das restantes empresas. A SABI permite identificar 18 empresas com mais de 50 trabalhadores. Oito destas empresas têm a sua produção orientada para o mercado interno, sendo que três nem sequer exportam. As restantes 10 empresas exportam mais de 50% das vendas, apresentando a IKEA a percentagem mais elevada (94%).

Gráfico 3.17 - Peso dos concelhos no VAB das principais indústrias do Tâmega e Sousa (2011)



Fonte: INE (SCIE 2011).

A contribuição dos vários concelhos para o VAB das principais indústrias do Tâmega e Sousa é muito variável, indicando importantes diferenças na especialização dos concelhos que integram esta Comunidade. Os concelhos mais industrializados apresentam contribuições importantes nas três principais indústrias do Tâmega e Sousa: 90% do VAB da indústria de couro e produtos de couro é gerada por empresas sediadas em Felgueiras; Paços de Ferreira contribui para mais de três quartos do VAB do fabrico de mobiliário e colchões no Tâmega e Sousa; já na indústria do vestuário verifica-se uma distribuição mais equilibrada entre Paços de Ferreira, Lousada e Penafiel. Nas outras indústrias, apenas no caso da fabricação dos têxteis se mantém um predomínio da contribuição dos três concelhos mais industrializados. Nos produtos metálicos, o destaque vai para Amarante, seguido por Castelo de Paiva e Marco de Canaveses, que aqui apresenta um valor semelhante ao de Felgueiras. As empresas com sede em Amarante contribuem para perto de um terço do VAB das indústrias alimentares sediadas no Tâmega e Sousa, seguindo-se Penafiel, com uma contribuição de 22%.²⁴

²² Este *cluster* e o anterior, juntamente com a ourivesaria e joalharia integram, desde Outubro de 2008, o Pólo de Competitividade da Moda (www.polodamoda.pt). Este pólo definiu 5 eixos prioritários de atuação: Moda e Imagem, Responsabilidade Social, Intelligence, Inovação Tecnológica e Qualificação dos Recursos Humanos.

²³ O Cluster do Mobiliário de Portugal (www.clusterdomobiliario.com) foi criado em 2009 e atua em quatro eixos: marketing e internacionalização; investigação, desenvolvimento e inovação; qualificação dos recursos humanos; e cooperação empresarial. Destacam-se como projetos-âncora o Centro Avançado de Design do Mobiliário – CADM (Paços de Ferreira) e o Centro de Inovação do Mobiliário – CIM (Paredes) (http://www.pofc.qren.pt/ResourcesUser/2012/PCT/Cluster_Mobiliario_ProgAcao.pdf).

²⁴ A região é conhecida pelos seus vinhos verdes, estando aí localizadas algumas das mais importantes casas vinícolas produtoras destes vinhos. Em Penafiel destaca-se o caso da Aveleda, SA, que exporta 64% das suas vendas, sendo que cerca de metade das exportações se destinam a mercados extracomunitários.

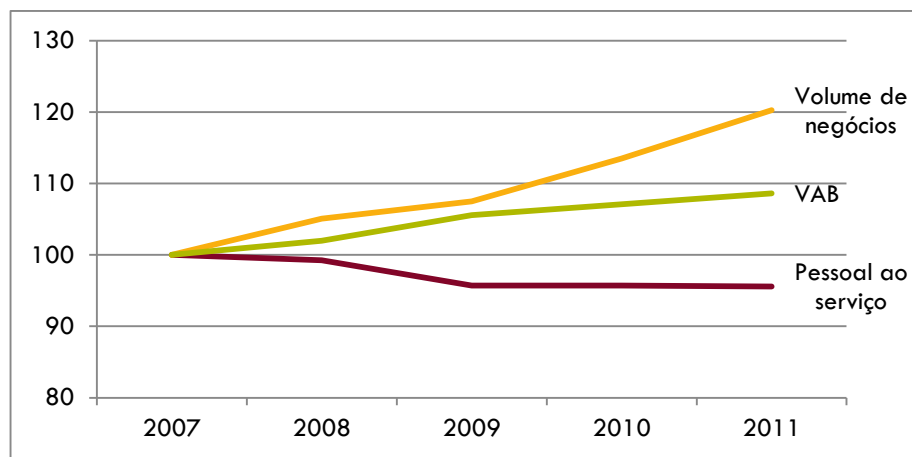
Finalmente, no conjunto de todas as outras indústrias, os principais contributos são de Penafiel e Amarante.

A análise da estrutura industrial do emprego e do VAB dos concelhos do Tâmega e Sousa confirma a conclusão de elevada heterogeneidade de especializações intra-área. O couro e produtos de couro dominam a estrutura industrial de Felgueiras, sendo também a principal indústria empregadora em Castelo de Paiva (33% do pessoal ao serviço). O fabrico de mobiliário contribui para 49% das pessoas ao serviço na indústria de Paços de Ferreira e para 46% do VAB. Neste concelho apenas a indústria de vestuário, com 34% das pessoas ao serviço e 32% do VAB apresenta também contributos superiores a 10%. Na estrutura industrial de Lousada, é a indústria de vestuário que ocupa uma destacada primeira posição, representando 58% do emprego e 48% do VAB industrial do concelho. Com contributos superiores a 10%, merecem ainda destaque a indústria do couro e produtos de couro e o mobiliário. Em Castelo de Paiva, para além da já referida indústria de couro e produtos de couro, surge a fabricação de produtos metálicos, a principal contribuinte do VAB industrial com 46% (e 24% das pessoas ao serviço). Em Amarante, são também os produtos metálicos que merecem destaque, respondendo por 17% do pessoal ao serviço e 25% do VAB. Contudo, neste concelho é a categoria residual “outras indústrias” que ocupa uma indiscutível primeira posição, com 46% das pessoas ao serviço e 53% do VAB. O vestuário é o principal empregador industrial em Penafiel, Marco de Canaveses e Celorico de Basto e contribui significativamente para o respetivo VAB industrial (sempre mais de 32%). Entre estes três concelhos, apenas no Marco de Canaveses se encontram contribuições superiores a 10% nas pessoas ao serviço noutras indústrias, como a fabricação de produtos metálicos e as indústrias alimentares. O vestuário é a principal indústria de Baião, seguindo-se as indústrias alimentares e a fabricação de mobiliário e colchões. Em Resende, as indústrias alimentares destacam-se na segunda posição, atrás das “outras indústrias”, dominantes na estrutura do concelho (51% das pessoas ao serviço e 65% do VAB). Finalmente, em Cinfães são os produtos metálicos que ocupam um terço das pessoas ao serviço na indústria e geram 39% do VAB, seguindo-se as indústrias alimentares, com 24% e 23%, respetivamente (ver Tabela 3.30 e Tabela 3.31, em anexo).

3.2.2. Dinâmica recente (2007-2011/12)

Entre 2007 e 2011, a indústria do Tâmega e Sousa perdeu 8% de empresas e 4% do pessoal ao serviço (cerca de 2 500 pessoas) mas viu o VAB e o volume de negócios aumentar 9% e 20%, respetivamente (Gráfico 3.18). Comparando estes valores com os relativos ao total de atividades económicas do Tâmega e Sousa, a evolução da indústria foi sempre mais positiva, exceto no que respeita ao número de empresas. A evolução da indústria do Tâmega e Sousa destacou-se também pela positiva da registada no Norte e em Portugal (Tabela 3.32, em anexo). Daqui resultou um aumento de 14% da produtividade aparente da indústria do Tâmega e Sousa, superior aos 8% e 2% registados no Norte e em Portugal, contribuindo para reduzir em 3 e 5 pontos percentuais, respetivamente, o diferencial existente entre o Tâmega e estes territórios.

Gráfico 3.18 - Evolução do pessoal ao serviço, volume de negócios, e VAB na indústria do Tâmega e Sousa (2007 = 100)

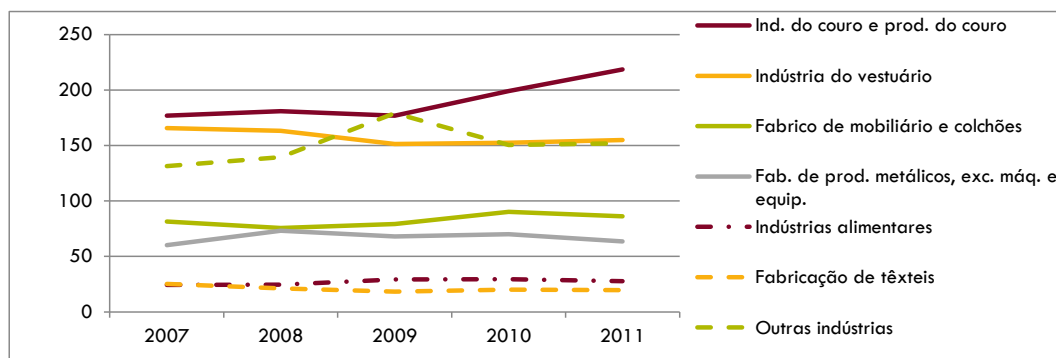


Fonte: INE (SCIE 2007 a 2011).

Quatro das principais indústrias do Tâmega perderam pessoal ao serviço, entre 2007 e 2011, sendo na indústria têxtil que esta queda foi mais acentuada (30%, ou seja 2 651 pessoas), seguida pela indústria de vestuário (15%). Em contrapartida a fabricação de couro e produtos de couro tem mais 897 pessoas ao serviço em 2011, o que corresponde a um crescimento de 6% no período. Também as indústrias alimentares empregam mais 169 pessoas em 2011, o que representa um crescimento de 7%, dada o menor peso desta indústria no território. Finalmente, o conjunto das outras indústrias aumentou o número de pessoas ao serviço em 268, contribuindo para amortecer a perda de emprego industrial no Tâmega e Sousa.

A evolução do VAB das várias indústrias entre 2007 e 2011 confirma o comportamento muito positivo da fabricação de couro e produtos de couro, que lidera o ranking de subidas com 24% de aumento, seguida pelas indústrias alimentares com 14%. O fabrico de mobiliário e colchões e a fabricação de produtos metálicos vêm o respetivo VAB aumentar 6% entre o início e o final do período. Em contrapartida a fabricação de têxteis perde 22% do VAB no período 2007-2011 e a indústria de vestuário 6%. Contudo, se apenas se avaliar a evolução destas duas indústrias entre 2009 e 2011 verifica-se um crescimento de 8% e 2%, respetivamente. O VAB das “outras indústrias” cresce 16% entre 2007 e 2011 mas cai 15% entre 2009 e 2011.

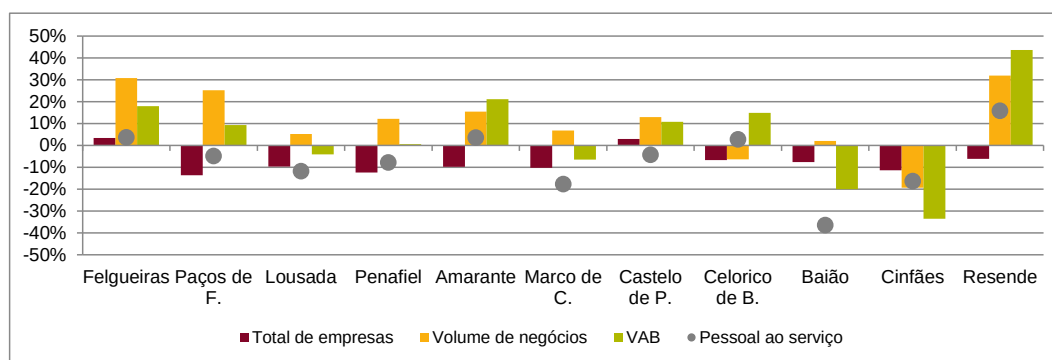
Gráfico 3.19 - Evolução do VAB das principais indústrias do Tâmega e Sousa



Fonte: INE (SCIE 2007 a 2011).

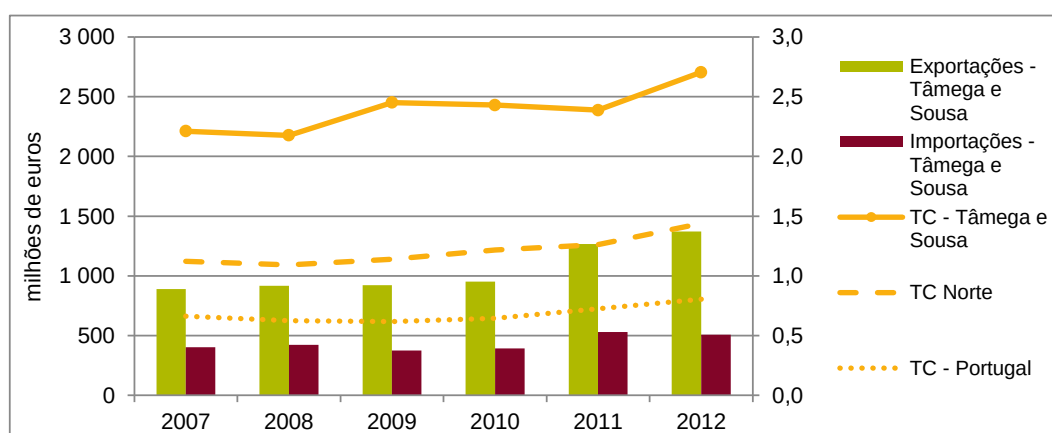
A análise da evolução da indústria ao nível dos concelhos do Tâmega e Sousa revela novamente diferenças intra-área significativas, as quais se encontram relacionadas com as diferenças nas especializações industriais dos concelhos. Entre os concelhos mais industrializados, Felgueiras revela o melhor desempenho, refletindo o comportamento positivo da indústria de calçado. As diferenças entre Paços de Ferreira e Lousada explicam-se pelo maior peso da indústria de vestuário na economia do último concelho, associada ao maior peso da fabricação de mobiliário no primeiro. Com exceção de Celorico de Basto, todos os outros concelhos em que a indústria de vestuário tem um peso relevante na respetiva estrutura industrial apresentam perdas de emprego e de VAB. A evolução relativamente mais positiva em Amarante e Resende pode resultar da maior importância das outras indústrias nestes concelhos. A muito reduzida dimensão da indústria em Resende também ajuda a explicar taxas relativamente mais elevadas para pequenas variações absolutas.

Gráfico 3.20 - Evolução das empresas, volume de negócios, VAB e pessoal ao serviço nas empresas industriais por concelho (2007 a 2011)



Fonte: INE (SCIE 2007 a 2011).

Gráfico 3.21 - Evolução das exportações e importações do Tâmega e Sousa e da taxa de cobertura do Tâmega e Sousa, Norte e Portugal

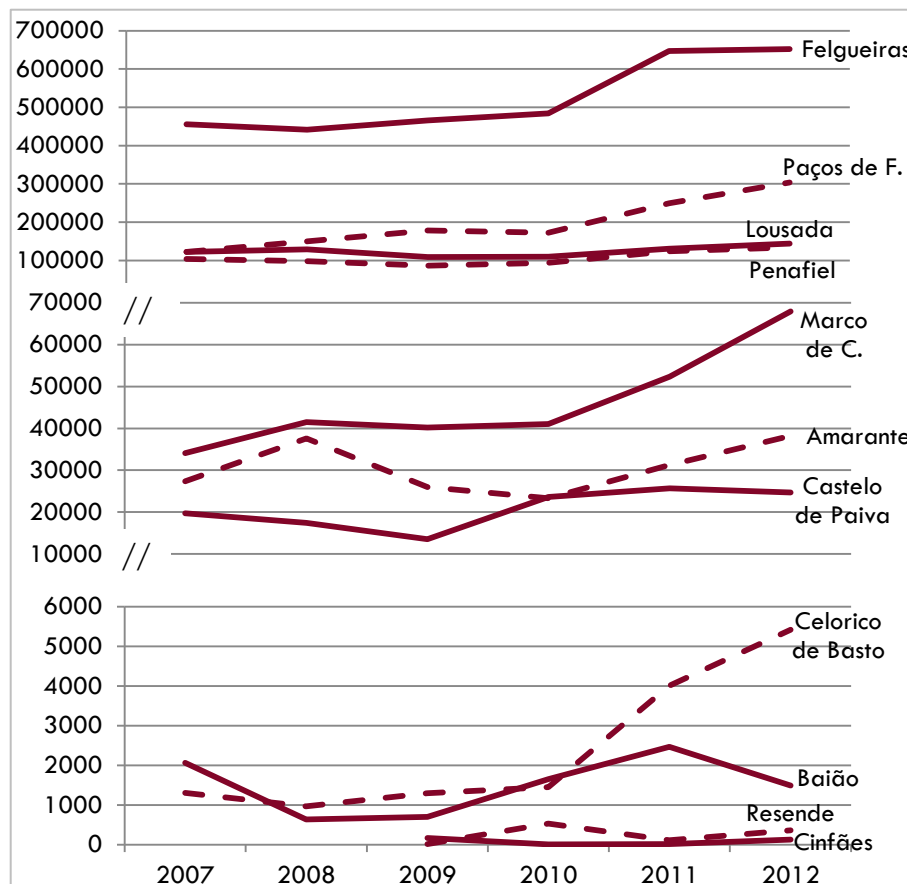


Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte, vários anos).

As exportações do Tâmega e Sousa crescem ao longo de todo o período analisado, embora lentamente entre 2007 e 2010, em que aumentam 7%, e mais rapidamente desde esse ano até 2012, período em que o aumento é de 44%. Assim, a indústria exportadora do Tâmega e Sousa mantém-se competitiva durante a crise. As importações caem 11%

entre 2008 e 2009 e, novamente, 4% entre 2011 e 2012, crescendo nos outros anos. A taxa de cobertura do Tâmega e Sousa mantém-se sempre acima da do Norte e de Portugal, crescendo nos anos em que as importações diminuem.

Gráfico 3.22 - Evolução das exportações por município (2007-2011)



Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte, vários anos); cálculos nossos.

Nota: a escala vertical do gráfico está truncada para permitir a visualização de valores muito diversos.

O comportamento das exportações dos vários concelhos do Tâmega e Sousa revela o dinamismo exportador das empresas com sede em Felgueiras e em Paços de Ferreira, no conjunto de concelhos mais industrializados e com um valor de exportações superior a 100 milhões de euros. No grupo de concelhos que exportam entre 10 e 70 milhões, é Marco de Canaveses que revela um comportamento mais dinâmico, quase duplicando as exportações. Celorico de Basto é o exportador mais dinâmico no conjunto de concelhos com exportações inferiores a 5 milhões de euros, mais do que quadruplicando o valor das suas exportações.

A informação sobre a demografia das empresas industriais apenas está disponível para a NUT III Tâmega, revelando uma taxa de natalidade nas indústrias transformadoras superior à que se verifica no Norte e em Portugal (9,91% versus 8,35% e 7,5%, respetivamente), sendo a maior de todas as NUTS II e III, em 2011. Contudo, esta percentagem é inferior à taxa de natalidade para o conjunto de atividades económicas (ver Tabela 3.33, em anexo).

Também, no que respeita ao investimento (medido através da formação bruta de capital fixo) apenas se dispõe de informação para a NUT III Tâmega. Entre 2007 e 2011, o investimento realizado pelas empresas industriais deste território aumentou 9%, o que contrasta com uma queda de 21% no Norte e de 3% em Portugal. O investimento aumentou 71% na fabricação de mobiliário e colchões, 48% na indústria do calçado e 42% nas indústrias alimentares, tendo diminuído na fabricação de produtos metálicos (54%) e na fabricação de têxteis (16%). O investimento na indústria de vestuário recuperou totalmente, entre 2009 e 2011, a forte redução sofrida entre 2007 e 2009.

Tabela 3.21 - Projetos aprovados na indústria no Tâmega e Sousa (2008-2013)

	Tâmega e Sousa			Tâmega e Sousa / Portugal		
	Proj.	Invest. Eleg.	Incent.	Proj.	Invest. Eleg.	Incent.
	Nº	1 000€	1 000€	%	%	%
I&DT Empresas/Proj. Individuais	2	976	521	1%	1%	1%
I&DT Empresas/Vale I&DT	5	145	109	4%	4%	4%
SI Inovação/Empreend.Qualificado	2	397	271	2%	1%	1%
SI Inovação/Inovação Produtiva	42	56 435	31 580	4%	2%	2%
SI Qualificação PME/Proj. Conjuntos	8	6 353	3 434	13%	5%	5%
SI Qualificação PME/Proj. Individuais e de Cooperação	89	25 210	11 720	6%	6%	6%
SI Qualificação PME/Vale Inovação	73	1 310	982	6%	5%	5%
Criação e Reforço de comp. internas de I&DT/Núcleos de I&DT	1	132	53	4%	1%	1%
Total do Tâmega e Sousa	222	90 958	48 669	5%	2,6%	2,7%
Projetos transitados do QCA III	1	101 341	29 000	20%	11%	19%

Fonte: Compete (2013); cálculos nossos.

Com o objetivo de completar a informação sobre investimento das empresas industriais, identificando as indústrias que mais investiram, foram analisados os projetos aprovados nos sistemas de incentivo (SI) ao investimento que vigoraram no período 2007-2013. As empresas industriais com sede no Tâmega e Sousa viram 223 projetos aprovados, incluindo o grande investimento de instalação de uma fábrica de produção de mobiliário pela IKEA Industry Portugal, Lda, sediada em Paços de Ferreira. Este projeto representa 53% do total investido pelo conjunto de projetos apoiados e recebeu 37% do incentivo. Excluindo este projeto, o Tâmega e Sousa apresenta um peso no total nacional de projetos aprovados pelos outros oito instrumentos identificados na Tabela 3.21 igual a 5% dos projetos e 2,6% do investimento elegível e 2,7% do incentivo, o que está ligeiramente abaixo de seu peso na indústria nacional (Tabela 3.13). O SI Inovação/Inovação produtiva é aquele em que se verifica um maior investimento elegível e um maior incentivo, seguindo-se o SI Qualificação PME/Projetos Individuais em Cooperação. Este último é aquele que tem um maior número de projetos aprovados. Em contrapartida, o Tâmega e Sousa só viu aprovado um projeto de criação e reforço de competências internas de I&DT, dois projetos individuais no programa I&DT Empresas e dois projetos de

Empreendedorismo Qualificado, três instrumentos em que apenas representa 1% do investimento elegível e do incentivo atribuído a nível nacional.²⁵

A importância relativa dos vários concelhos do Tâmega e Sousa no total de projetos apoiados é influenciada pelo investimento da IKEA Industry, que conduz a que Paços de Ferreira concentre 67% do investimento elegível e 57% do incentivo recebido pela indústria do Tâmega. Mesmo retirando este projeto, Paços de Ferreira é sede de 27% dos projetos que representam 31% do investimento elegível e do incentivo atribuído. Segue-se Felgueiras com valores de 39% dos projetos, 19% do investimento e 18% do incentivo. Lousada, o terceiro dos concelhos mais industrializados, representa apenas 9%, sendo ultrapassado por Amarante e Celorico de Basto no que respeita ao investimento e incentivo. Os três concelhos menos industrializados apresentam apenas 1 projeto aprovado ou mesmo nenhum, como aconteceu com Cinfães. Os restantes concelhos, Castelo de Paiva, Marco de Canaveses e Penafiel apresentam valores semelhantes entre si, entre 4% e 6% do número de projetos, 2 e 4% do investimento elegível e 3 a 5% do incentivo.

O fabrico de mobiliário e de colchões é a divisão da indústria que mais se destaca no número de projetos apoiados, investimento elegível e incentivo. Depois de retirarmos o projeto IKEA, esta indústria ainda representa cerca de um quarto dos projetos, do investimento elegível e do incentivo recebido pelas empresas com sede no Tâmega Sousa, representando 14% do total nacional de investimento elegível e incentivo em projetos desta indústria. Segue-se a indústria do couro e dos produtos de couro, com 35% dos projetos aprovados, 13% do investimento e 12% do incentivo, correspondendo a 10% do total nacional. Apesar de só ter três projetos aprovados, nas indústrias metalúrgicas de base, o Tâmega e Sousa representa 14% do investimento elegível e 13% do incentivo em Portugal. De referir que se trata de 3 projetos apresentados por empresas diferentes e sediadas em três concelhos distintos (Amarante, Celorico de Basto e Paços de Ferreira). Os 12 projetos de vestuário aprovados correspondem a 7% do investimento elegível e do incentivo atribuído a nível nacional a este setor. Pela importância que apresentam no total de investimento apoiado no Tâmega e Sousa, ainda se podem referir a fabricação de produtos metálicos e a fabricação de artigos de borracha e matérias plásticas (ver Tabela 3.34, em anexo).

Concluindo, a indústria é a principal atividade económica do Tâmega e Sousa mas esta comunidade integra concelhos com estruturas económicas muito diferentes. Felgueiras, Paços de Ferreira e Lousada são concelhos industriais, com uma especialização bem definida e uma indústria exportadora. Noutros concelhos, os serviços, a construção ou até a agricultura são atividades mais relevantes do que a indústria. As indústrias mais representativas na estrutura industrial do Tâmega e Sousa e em que este mais se destaca no respetivo total nacional são três: a indústria do couro e produtos do couro, com forte presença em Felgueiras; o fabrico de mobiliário e colchões, presente em Paços de Ferreira e Lousada; e, a indústria de vestuário dispersa por Paços de Ferreira, Lousada, Penafiel e Marco de Canaveses. A escassa informação disponível sobre o investimento não dá sinais claros pois apesar do crescimento da formação bruta do capital fixo, o peso do Tâmega e Sousa nos projetos aprovados fica aquém do seu peso na indústria nacional, sendo a

²⁵ Esta informação indicia um reduzido investimento em I&D&I por parte das empresas sediadas no Tâmega e Sousa. Contudo, não se pode concluir sobre o investimento em I&D&I do conjunto de empresas industriais do Tâmega e Sousa por indisponibilidade desta informação ao nível do concelho.

diferença especialmente relevante em dois dos setores em que o território mais se destaca: a indústria do couro e a indústria do vestuário.

3.3. Serviços

Os serviços abrangem uma grande diversidade de atividades económicas, integradas estatisticamente em 11 secções²⁶ da CAE-Rev.3. Nesta secção, caracteriza-se o setor dos serviços no Tâmega e Sousa, partindo do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SICE), do INE e analisando também os projetos aprovados neste setor no âmbito dos Sistemas de Incentivo ao Investimento das Empresas.

Os serviços são responsáveis por mais de dois terços das empresas sediadas no Tâmega e Sousa, 36% das pessoas ao serviço e cerca de um terço do VAB gerado, valores inferiores à importância que este setor tem no Norte e, naturalmente, também no país. Daqui resulta um peso do Tâmega e Sousa no total do setor dos serviços no Norte e no país inferior ao respetivo peso quando consideradas todas as atividades económicas. Esta diferença explica-se pelo maior peso da indústria e da construção na estrutura setorial do Tâmega e Sousa (Tabela 3.28 e Tabela 3.29, em anexo).

Tabela 3.22 - Importância dos serviços no Tâmega e Sousa, Norte e Portugal (2011)

	Serviços			Serviços / total atividades		
	T&S valor	T&S/N %	T&S/PT %	T&S %	N %	PT %
Total de empresas (nº)	23 164	8%	3%	69%	78%	79%
Empresas individuais (nº)	16 912	8%	3%	77%	82%	82%
Sociedades (nº)	6 252	8%	2%	54%	68%	73%
Pessoas ao Serviço (nº)	48 170	7%	2%	36%	56%	67%
Volume de negócios (milhões €)	2 974	6%	1%	45%	54%	60%
VAB (milhões €)	603	5%	1%	34%	50%	62%

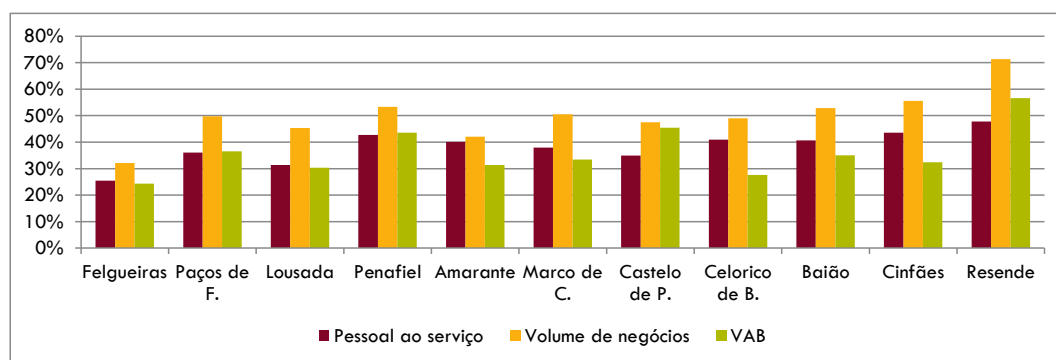
Fonte: INE (SCIE 2011); cálculos nossos.

Notas: T&S – Tâmega e Sousa, N – Norte de Portugal, PT – Portugal.

A importância dos serviços na economia dos municípios do Tâmega e Sousa varia entre os valores mínimos apresentados por Felgueiras (25% das pessoas ao serviço e 24% do VAB) e os máximos apresentados por Resende (48% das pessoas ao serviço e 57% do VAB). Retirando estes dois concelhos, as variações encontradas não são muito expressivas. Verifica-se, contudo, uma tendência para uma menor importância dos serviços nos concelhos mais industrializados, localizados a noroeste, e uma maior importância nos concelhos menos industrializados de sudeste, bem como em Penafiel.

²⁶ Secções G, H, I, J, L, M, N, P, Q, R e S. A construção (secção F) não é incluída nos serviços.

Gráfico 3.23 - Importância dos serviços nos concelhos do Tâmega e Sousa (2011)



Fonte: INE (SCIE, 2011).

O Tâmega e Sousa apresenta uma densidade de empresas de serviços que se encontra entre os valores registados por Portugal e pelo Norte (Tabela 3.23). Os três concelhos mais industrializados e Penafiel apresentam valores muito elevados, superiores aos registados pelo Norte. Amarante e o Marco registam valores inferiores aos dos concelhos anteriores, mas superiores aos observados em Portugal.

Tabela 3.23 - Indicadores de empresas de serviços por município (2011)

	Densidade de empresas	Proporção de empresas individuais	Pessoal ao Serviço por empresa	Volume de Negócios por empresa
	Nº/km2	%	Nº	1 000 euros
Portugal	9,6	70%	2,8	238,103
Norte	13,2	71%	2,4	185,055
Tâmega e Sousa	12,6	73%	2,1	128,375
Felgueiras	28,9	69%	2,0	149,423
Paços de Ferreira	49,1	70%	2,2	139,244
Lousada	26,2	73%	2,0	122,423
Penafiel	18,7	75%	2,5	153,607
Amarante	11,2	72%	2,0	107,703
M. Canaveses	12,7	73%	2,2	151,498
Castelo de Paiva	6,9	76%	1,6	108,335
Celorico de Basto	4,7	77%	1,5	68,738
Baião	5,0	77%	1,7	79,686
Cinfães	3,5	78%	1,6	70,808
Resende	4,5	79%	1,6	83,878

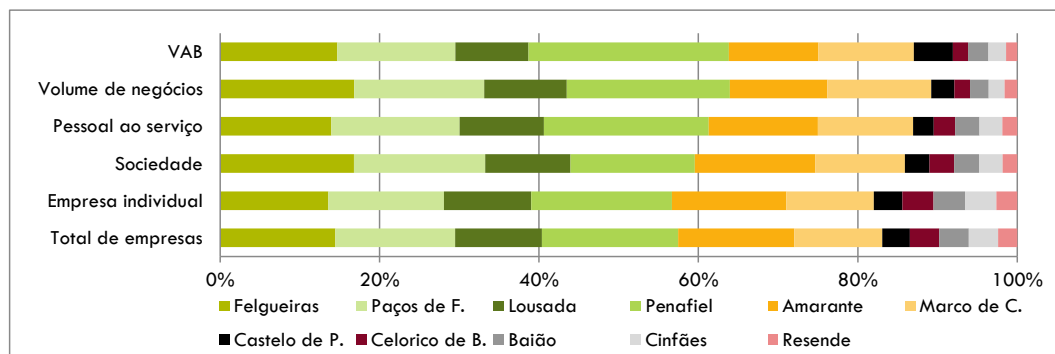
Fonte: INE (SCIE 2011; AERN 2013).

Os restantes concelhos apresentam uma densidade inferior à verificada no país. A proporção de empresas individuais é nestes cinco concelhos superior à registada no Norte e em Portugal e a dimensão média das empresas é também significativamente inferior, tanto quando medida em termos de pessoas por empresa, como de volume de negócios por empresa. Todos os concelhos do Tâmega e Sousa apresentam valores de volume de negócios por empresa inferiores aos registados no Norte e no país e apenas

Penafiel tem um número de pessoas ao serviço superior ao verificado no Norte, embora inferior ao do país.

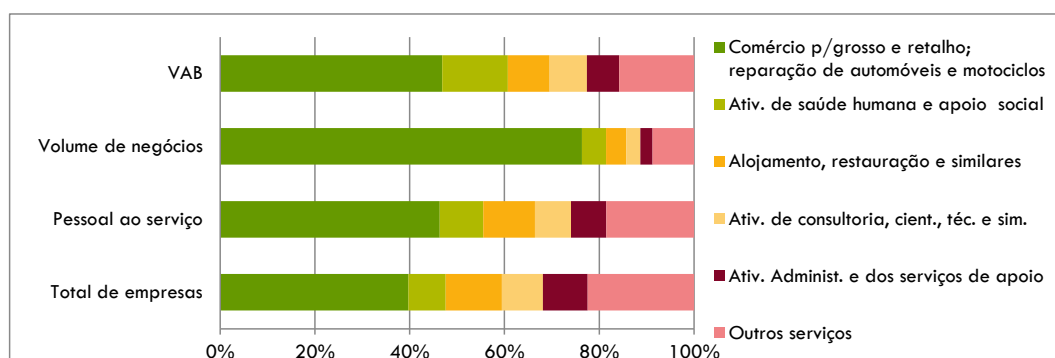
Penafiel é o concelho que mais contribui para o setor de serviços do Tâmega e Sousa, logo seguido por Paços de Ferreira e Felgueiras. Se a estes concelhos juntarmos os contributos do Marco de Canaveses, Amarante e Lousada obtém-se 87% das pessoas ao serviço e do VAB deste setor e 89% do volume de negócios. Os restantes cinco concelhos apresentam contributos mais reduzidos, variando entre 1,4% e 4,9%.

Gráfico 3.24 - Importância de cada concelho nos serviços do Tâmega e Sousa (2011)



Fonte: INE (SCIE, 2011).

Gráfico 3.25 - Importância dos principais serviços no total do setor no Tâmega e Sousa (2011)



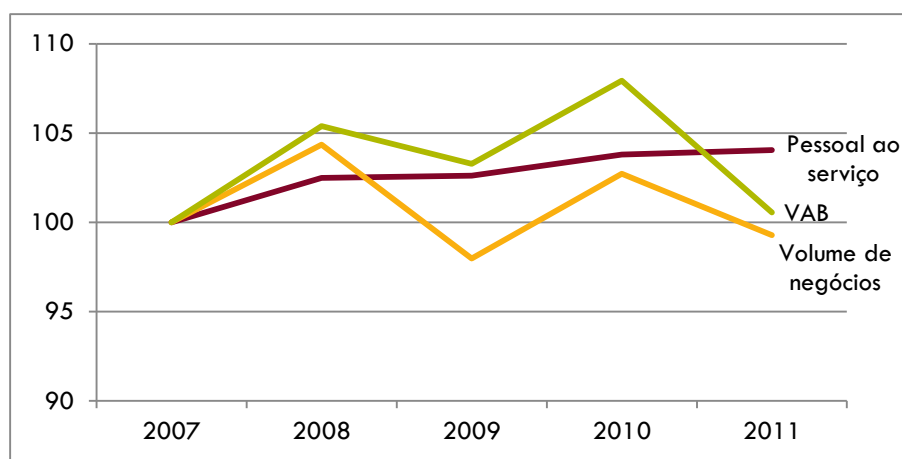
Fonte: INE (SCIE, 2011).

O comércio por grosso e retalho e a reparação de automóveis e motociclos são a principal atividade de 40% das empresas de serviços com sede no Tâmega, empregam 46% das pessoas que trabalham neste setor, geram 47% do VAB e representam mais de três quartos do volume de negócios. Numa distante segunda posição, no que respeita à sua contribuição para o VAB dos serviços, surgem as atividades de saúde humana e apoio social. Com importâncias muito aproximadas identificam-se três atividades: o alojamento, restauração e similares; as atividades de consultoria, científicas e técnicas e similares; e as atividades administrativas e dos serviços de apoio. O conjunto destes cinco serviços representa 78% das empresas, 81% das pessoas ao serviço e 84% do VAB²⁷.

²⁷ Foram analisadas as 11 secções da CAE Rev.3 que constituem o setor dos serviços. Apenas para um concelho (Celorico de Basto) e uma secção (atividades de informação e comunicação) os dados não estão publicados por

Nenhuma das empresas com mais de 250 empregados identificada na base de dados SABI pertence ao setor dos serviços. A análise das empresas com capital estrangeiro permitiu identificar relações próximas entre empresas de serviços e empresas industriais, quer pela via dos acionistas, quer pelas atividades realizadas. Um primeiro caso é o da empresa de aluguer de equipamentos, PETER KAISER – Equipamento e Serviços para a Indústria de Calçado, Lda., que tem como acionista a empresa alemã PETER KAISER-SHOES FABRIC, SL, a qual integra o mesmo grupo da PETER KAISER SCHUHFABRIK GMBH. Esta última empresa e a PETER KAISER – Equipamento e Serviços para a Indústria de Calçado, Lda. são os principais acionistas da PCF – Produção de Calçado de Felgueiras, Lda. Um outro caso identificado é o da NUTRECO PORTUGAL, SGPS, UNIPessoal Lda., participada pela NUTRECO ESPAÑA SA ES e pela holandesa NUTRECO N.V.. A NUTRECO Portugal e a NUTRECO N.V. são os principais acionistas da Alimentação Animal NANTA, S.A., um fabricante de alimentos para animais de criação. No que respeita a atividades relacionadas, identificam-se 3 empresas: um agente do comércio por grosso de produtos químicos para a indústria do mobiliário, com capital espanhol (BARNISOL – Acabamentos para Mobiliário, Lda.), uma empresa de comércio por grosso de desperdícios têxteis (WIPPYTEX, Lda.), também com capital espanhol, e, finalmente, uma empresa de logística, com capital belga (IN CHAIN LOGISTICS, Lda.).

Gráfico 3.26 - Evolução do pessoal ao serviço, volume de negócios e VAB nos serviços do Tâmega e Sousa (2007 = 100)



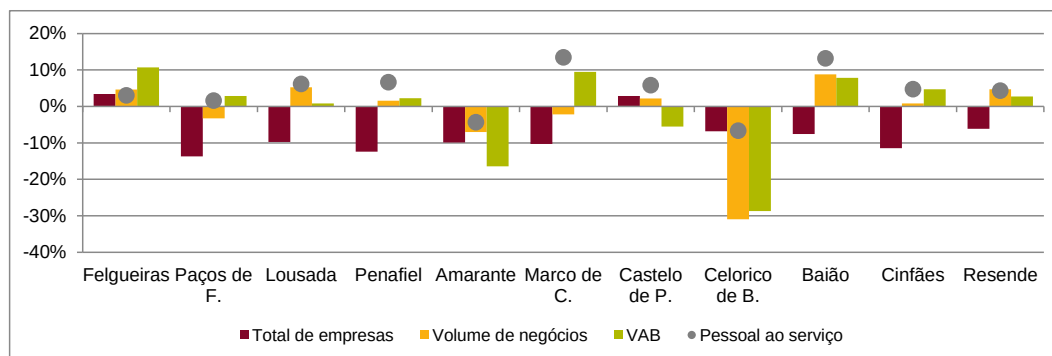
Fonte: INE (SCIE, 2011).

O setor dos serviços no Tâmega e Sousa revela uma relativa estabilidade no período 2007-2011: o número de pessoas ao serviço cresce 4% e o VAB aumenta 1%, apesar de uma redução do volume de negócios em 1% (Gráfico 3.26). A evolução do setor dos serviços no Tâmega e Sousa é, assim, mais favorável do que a observada no Norte e a nível nacional e é também mais favorável do que a registada pelo conjunto de atividades económicas do Tâmega e Sousa (ver Tabela 3.35, em anexo).

Com a exceção de Amarante e Celorico de Basto, todos os outros 9 concelhos do Tâmega e Sousa veem aumentar o pessoal ao serviço nas empresas do setor. Em 8 destes 9 concelhos, o VAB também cresce.

razões de segredo estatístico. Contudo, é possível avaliar que estes valores não representam mais do que 0,6% das Pessoas ao Serviço e do VAB do total das atividades do concelho, não comprometendo a análise.

Gráfico 3.27 - Evolução das empresas, volume de negócios, VAB e pessoal ao serviço nas empresas de serviços por concelho (2007 a 2011)



Fonte: INE (SCIE, 2011).

No que respeita à evolução das principais secções dos serviços, aquelas que revelaram variações mais positivas foram as atividades administrativas e dos serviços de apoio (aumento de 40% do VAB e 21% do emprego, entre 2007 e 2011), as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (16% e 12%, respetivamente) e as atividades de saúde humana e apoio social (10% e 15%). Já o comércio por grosso e retalho perdeu 2% do emprego, 4% do VAB e 3% do volume de negócios. O alojamento, restauração e similares viu o seu VAB diminuir em 8% mas aumentou o pessoal ao serviço em 6% e o volume de negócios em 2%. Finalmente, no que respeita aos restantes serviços, menos relevantes na estrutura do setor, a queda nas atividades imobiliárias (21% do VAB, 22% do volume de negócios e 5% das pessoas ao serviço) não é suficientemente compensada pela evolução positiva do VAB das atividades de informação e de comunicação e do pessoal ao serviço nas atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas e nos transportes.

A informação sobre a demografia das empresas de serviços apenas está disponível para a NUT III Tâmega revelando uma taxa de natalidade nos serviços ligeiramente inferior à que se verifica no Norte e em Portugal (12,73% versus 13,20% e 13,45%, respetivamente). O Tâmega apresenta ainda uma maior taxa de sobrevivência (a dois anos) e uma menor taxa de mortalidade do que a verificada no Norte e em Portugal (ver Tabela 3.33, em anexo).

Na última década foram criadas várias estruturas de apoio ao empreendedorismo no território do Tâmega e Sousa que, não tendo como únicos destinatários os serviços, desenvolvem uma atividade de serviços que justifica o seu tratamento neste capítulo. Destacam-se, nomeadamente, as seguintes:

- TECVAL – Centro Tecnológico do Vale do Sousa (www.tecval.pt), criado em 2004 em Paços de Ferreira. Este Centro, que presta serviços de incubação virtual e de incubação física, contando com 7 empresas incubadas. Destas, 6 prestam serviços baseados em tecnologias de informação e comunicação (*marketing* interativo e *e-mail marketing*, consultoria em tecnologias de informação e implementação de sistemas de informação, conceção e desenvolvimento de soluções inovadoras para os sectores relacionados com o “ambiente de casa” e o imobiliário, criar, produzir e tratar a imagem ou produto do cliente, serviços de promoção da inovação através do *design*, e serviço de *trading* global na área do mobiliário). Apenas uma empresa incubada desenvolve e concebe um produto

inovador, as lareiras ecológicas, que utilizam um combustível também desenvolvido pela empresa, que não produz fumos cheiros nem sujidade durante a sua utilização e é totalmente renovável.

- TECTÂMEGA – Associação para o Desenvolvimento Tecnológico do Tâmega, constituído em 2007 na Zona de Acolhimento Empresarial da Várzea, em Felgueiras, com o objetivo de promover o desenvolvimento tecnológico da região.
- IVSA – Incubadora do Vale do Sousa, criado em 2008, tem sede na Zona Industrial nº 2 de Penafiel. Esta incubadora tem promovido cursos de línguas, curso de cozinha e pastelaria, entre outras iniciativas.
- IE Incubadora - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica, uma estrutura lançada pelo Instituto Empresarial do Tâmega (IET), em finais de 2013. O investimento de 3,7 milhões de euros permitiu construir um novo edifício para a incubação empresarial no Tâmega Park, em Amarante. Serão disponibilizados 62 espaços para a incubação empresarial, 13 dos quais especificamente para atividades industriais, e um centro de negócios com espaços de partilha (salas de reuniões e de formação, serviços tecnológicos, sala de videoconferência e auditório). A expectativa é atrair empresas de perfil tecnológico associadas às indústrias transformadoras de média-alta tecnologia, às tecnologias da produção, às tecnologias de comunicação, informação e eletrónica, às ferramentas e máquinas. Como segunda prioridade estão as empresas ligadas à construção sustentável e às indústrias criativas. O IET é uma associação sem fins lucrativos de direito privado, de caráter científico e técnico, integrando 22 entidades institucionais (com destaque para a Universidade do Porto e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, outras escolas, municípios) e empresas.

Entre 2007 e 2013, o setor dos serviços²⁸ do Tâmega e Sousa viu aprovados 114 projetos, com um investimento elegível de 49,5 milhões de euros e 29,6 milhões de incentivo. Entre os vários instrumentos de apoio destacam-se: o SI Inovação/Inovação produtiva representa 74% do investimento elegível e 78% do incentivo, correspondentes a 20% dos projetos; e, o SI Qualificação PME/Projetos Individuais e de Cooperação, com 22% e 17% do investimento elegível e incentivo, respetivamente. O SI Qualificação PME/Vale Inovação apresenta o maior número de projetos aprovados. O peso global do Tâmega e Sousa nos projetos apoiados neste setor é significativamente superior à sua importância no total dos serviços em Portugal (Tabela 3.22). Seria, contudo, importante ter informação sobre a taxa de execução destes projetos, na medida em que é pública a existência de diferenças significativas entre o número de projetos aprovados e o número de projetos encerrados.

Sendo Felgueiras o concelho com um maior número de projetos aprovados (34% do total), é Baião que ocupa a primeira posição em termos de investimento elegível e de incentivo, com 24% e 25% do total, sendo a segunda posição ocupada pelo Marco de Canaveses e a seguinte por Penafiel. O elevado peso de Baião é explicado por projetos no

²⁸ Incluem-se nos serviços os projetos aprovados nos setores definidos pelo Compete como comércio, serviços, turismo e outros setores, desde que pertençam às divisões da CAE identificadas no início deste capítulo. Desta forma, excluíram-se desta análise todos os projetos de outras divisões incluídos pelo Compete nos setores referidos.

domínio do turismo sobre os quais se apresenta mais informação na secção seguinte. Paços de Ferreira merece destaque pelo número de projetos aprovados (20% do total).

Tabela 3.24 - Projetos aprovados nos serviços no Tâmega e Sousa (2008-2013)

	Tâmega e Sousa			Tâmega e Sousa / Portugal		
	Proj.	Invest. Eleg.	Incent.	Proj.	Invest. Eleg.	Incent.
	Nº	1 000€	1 000€	%	%	%
I&DT Empresas/Proj. Individuais	1	104	61	0,2%	0,05%	0,05%
SI Inovação/Empreend.Qualificado	1	586	381	0,5%	0,5%	0,5%
SI Inovação/Inovação Produtiva	23	36 644	23 197	5,1%	4,2%	4,4%
SI Qualificação PME/Projetos Individuais e de Cooperação	39	11 003	5 119	2,4%	2,8%	2,7%
SI Qualificação PME/Vale Inovação	45	1 025	766	2,2%	2,3%	2,3%
Sistema de Incent. de Apoio Local a Microempresas (SIALM)	4	58	48	0,7%	0,4%	0,4%
Criação e ref. de comp. internas de I&DT/Núcleos de I&DT	1	161	81	1,3%	0,7%	0,8%
Total do Tâmega e Sousa	114	49 581	29 652	2,1%	2,9%	3,1%

Fonte: Compete (2013); cálculos nossos.

O comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos automóveis apresentou cerca de metade de todos os projetos aprovados mas é o alojamento, restauração e similares que representa 70% do investimento elegível e 74% do incentivo. Em conjunto estes setores são responsáveis por dois terços dos projetos, 90% do investimento e 91% do incentivo (Tabela 3.36, em anexo). Este panorama de investimentos nos serviços indicia perspectivas animadoras sobre o desenvolvimento de alguns setores de serviços no Tâmega e Sousa.

3.4. Turismo

Embora o turismo esteja incluído no setor dos serviços, analisado na secção anterior, as suas especificidades e o seu potencial estratégico justificam que se lhe faça aqui uma referência autónoma. A análise ao setor do turismo no Tâmega e Sousa tem por base informação disponível no INE (SICE, Anuário Estatístico da Região Norte e Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria), completada por dados disponibilizados nos sítios da Associação do Turismo de Habitação – TURIHAB (www.turihab.pt²⁹), da Rota do Românico (www.rotadoromanico.com) e das Câmaras Municipais.

²⁹ Que remete para www.solaresdeportugal.pt, www.casasnocampo.net, www.aldeiasdeportugal.pt.

3.4.1. Oferta turística

O turismo inclui as atividades das agências de viagens, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas (divisão 79), da secção “Atividades administrativas e dos serviços de apoio” e parte das atividades de alojamento (divisão 55) e restauração e similares (divisão 56). De acordo com a informação do SCIE, relativa a 2011, têm sede em todos os concelhos do Tâmega e Sousa empresas que prestam estes serviços. Na Tabela 3.25, apresentam-se os valores relativos ao conjunto dos municípios. O peso do Tâmega e Sousa no total do Norte e de Portugal nestas três atividades é inferior ao verificado para o conjunto dos serviços, exceto no que respeita ao total de empresas e nas pessoas ao serviço na restauração e similares. O Tâmega e Sousa é responsável por 6% do total de agências de viagens, operadores turísticos e outros serviços de reservas localizados no Norte, 7% das empresas que prestam serviços de alojamento e 10% das empresas de restauração e similares, que empregam 8% das pessoas ao serviço neste setor no Norte.

Tabela 3.25- Atividades relacionadas com o turismo no Tâmega e Sousa (2011)

	Alojamento	Restauração e similares	Agência de viagem, oper. turísticos, out. serviços de reservas e atividades relac.
Total de empresas (nº)	132	2 609	31
Pessoas ao Serviço (nº)	389	4 873	58
Volume de negócios (1 000 €)	8 772	11 615	8 414
VAB (1 000 €)	2 712	50 321	1 039

Fonte: INE (SCIE 2011).

Esta informação é completada com os resultados do Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria e com o Anuário Estatístico da Região Norte, do INE. De acordo com estas fontes, em 2012, a oferta de alojamento no Tâmega e Sousa é constituída por 23 estabelecimentos³⁰ que têm capacidade para 1 372 hóspedes.

Como é possível observar no Gráfico 3.28, o número de estabelecimentos não sofre grandes alterações, no período 2009-2012.³¹ Os concelhos de Castelo de Paiva e de Marco de Canaveses têm mais um alojamento em 2012, comparativamente com 2009, enquanto Amarante e Penafiel perdem um alojamento cada. Os restantes concelhos não apresentam qualquer alteração. De acordo com estes dados, localizam-se no Tâmega e Sousa 5% dos estabelecimentos hoteleiros da região Norte e 1,3% do total nacional.

A capacidade de alojamento do Tâmega e Sousa cresceu 12%, de 2009 a 2012, acima dos 8% verificados no Norte e em Portugal. Contudo, o peso do Tâmega e Sousa no Norte e em Portugal continua a ser bastante reduzido: 3,3% da capacidade de alojamento do Norte e 0,5% do total nacional, em ambos os casos valores ainda mais reduzidos que os relativos ao número de alojamentos. Daqui decorre uma menor dimensão média dos

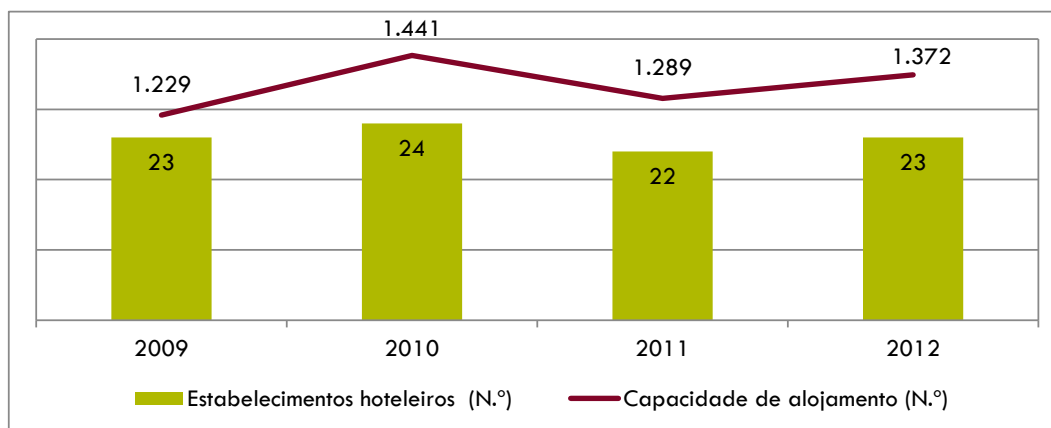
³⁰ Os dados apresentados abrangem os estabelecimentos classificados pelo Turismo de Portugal I.P., bem como estabelecimentos das tipologias reconvertidas, nomeadamente as pensões.

³¹ Período mais recente para o qual o INE disponibiliza dados comparáveis.

estabelecimentos hoteleiros do Tâmega e Sousa, quando comparados com o Norte e Portugal.

A capacidade de alojamento por habitantes na NUT II Tâmega (3,4 camas por 1 000 habitantes) é muito inferior ao valor observado no Norte (11,4) e ainda mais distante do registado a nível nacional (28,3).

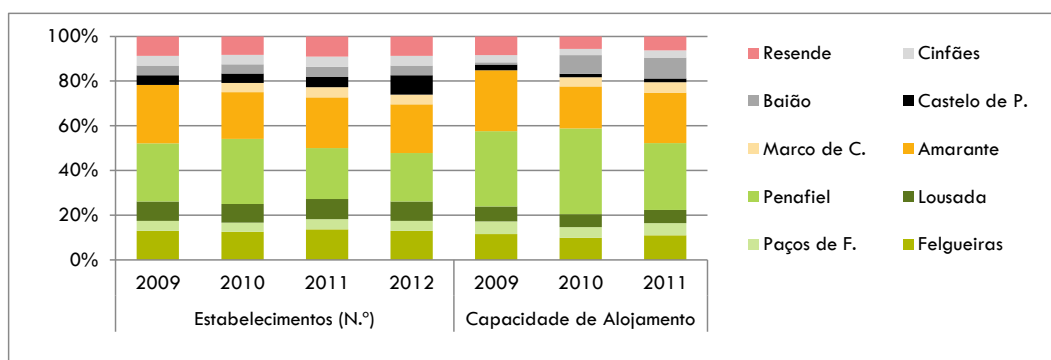
Gráfico 3.28 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento no Tâmega e Sousa (2009 a 2012)



Fonte: INE (Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria 2012).

A oferta no Tâmega e Sousa contabilizada nas estatísticas oficiais é maioritariamente constituída por hotéis, que correspondem a 52% dos alojamentos, e pensões (39%). Para além destes dois tipos de alojamento, há apenas a acrescentar uma pousada em Amarante e um apartamento turístico em Felgueiras.

Gráfico 3.29 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento por município (2009 a 2012)



Fonte: INE (Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria 2012).

Nota: não existem estabelecimentos registados em Celorico de Basto; por motivos de segredo estatístico, em 2012 só foi publicada informação sobre a capacidade de alojamento de 3 dos concelhos da CIM do Tâmega e Sousa, pelo que se optou por excluir esse ano do gráfico.

Amarante e Penafiel apresentam o maior número de alojamentos (5), sendo que Celorico não regista nenhum, pelo que foi excluído do Gráfico 3.29 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento por município (2009 a 2012). Os restantes concelhos apresentam números que variam entre 1 e 3. A capacidade de alojamento segue um padrão semelhante, não tendo sido possível obter dados para o Tâmega e Sousa, em 2012, dado o elevado número de concelhos sem informação publicada por motivos de segredo

estatístico. Relativamente aos três concelhos em que se dispõe de informação pode observar-se que Amarante e Felgueiras mantêm a capacidade de alojamento e Penafiel vê essa capacidade aumentar em 10 unidades, relativamente a 2011.

A oferta de alojamento turístico em espaço rural e de habitação (TERH) no território da CIM do Tâmega e Sousa foi identificada recorrendo a uma diversidade de fontes alternativas, já referidas no início deste capítulo, ultrapassando desta forma uma lacuna na informação publicada pelo Turismo de Portugal.³²

Tabela 3.26 - Oferta de turismo no espaço rural e de habitação (TERH)

Estabelecimentos		Exemplos ilustrativos
Nº		
Felgueiras	5	Casa de Valdemar*; Casa do Cotto*; Paço de Pombeiro de Ribavizela; Quinta da Cela; Quinta do Mosteiro
Paços de Ferreira	5	Casa de Rosende; O Ramalhete; Quinta do Alves; Hotel de Charme Quinta do Pinheiro; Hotel Rural Quinta da Vista Alegre;
Lousada	4	Casa de Juste; Casa de Sedoura; Quinta da Longra; Quinta de Lourosa
Penafiel	10	Casa da Lage; Casa de Gatão; Casal do Outeiro de Leirós; Casa Defronte; Casa dos Esteios Quinta da Maragoça; Quinta de Abôl de Baixo; Quinta de Santa Cruz; Quinta do Bacelo*; Quinta de Fonte Arcada
Amarante	10	Casa de Pascoaes; Casa da Levada; Casa do Carvalhal; Casa da Pedra*; Casa do Valinho: Quinta de São Faustino de Fridão; Casal Aboadela; Casa da Nogueira; Quinta de Ribas; Casa de Infesta
M. Canaveses	5	Quinta da Várzea de Cima; Quinta de Mosteirô; Quinta do Cão; Casa de Gondomil; Casa do Serdeiredo
Castelo de Paiva	2	Hotel Rural Casa de São Pedro; Casa do Fornelo
Celorico de Basto	9	Casa de Campo*; Casa de Canedo*; Solar do Souto; Casa da Laje S. Miguel de Gémeos; Quinta da Fontinha; Quinta das Escomoeiras; Camélias de Basto; Quinta das Mouras; Casa de Mosqueiros
Baião	17	Casa de Cochêca; Casa da Lavandeira; Quinta da Ermida; Quinta do Ervedal; Quinta de Guimarães; Quinta das Quintãs; Quinta da Casa Grande Pinheiro; Casa do Laranjal; a Casa da Eira; Casa da Calçada; Casa de Viombra; O Casarão; Casas de Pousadouros; O Aconchego das Raízes; Casa das Feitorias; Casa do Silvério; Quinta de Marnotos
Cinfães	6	Quinta da Ventozela*; Casa da Quinta da Calçada; Casa do Moleiro; Casa Altamira; Quinta da Costeira; Casa do Lódão
Resende	3	Casa de Fundo da Aldeia; Quinta do Carujeiro; Casa de Tapadeirô

Fonte: www.turihab.pt; www.rotadoromânico.com; sítios das Câmaras Municipais da CIM do Tâmega e Sousa.

Nota: * Estabelecimentos que se encontram classificados pela TURIHAB.

³² O Anuário das Estatísticas do Turismo 2012, publicado pelo Turismo de Portugal (www.turismodeportugal.pt), apenas disponibiliza informação sobre turismo em espaço rural e turismo de habitação por NUT II, o que inviabiliza a análise da oferta ao nível dos municípios e das comunidades intermunicipais.

Atualmente existem, pelo menos, 76 empreendimentos de TERH nos 11 concelhos que integram a CIM do Tâmega e Sousa. Como a classificação dos alojamentos varia entre fontes consultadas³³, inviabilizando uma consolidação da informação por tipo de alojamento, optou-se por apresentar o número total de unidades identificadas por concelho, ilustrando com exemplos (ver Tabela 3.26). Esta oferta integra 7 unidades certificadas pela TURIHAB: 3 casas antigas, 1 quinta, 1 casa rústica e 2 casas de campo. A consulta da conhecida plataforma de reservas *online* booking.com permite identificar várias unidades de TERH, a par de outros tipos de alojamento mais tradicionais, como hotéis, pensões e apartamentos, confirmando a existência de uma oferta de alojamento em todo o território da CIM do Tâmega e Sousa³⁴ muito superior em número à que resulta da informação publicada pelo INE. A oferta é também bastante diversificada no que respeita ao tipo de alojamento.

As fontes consultadas revelam, ainda, a existência de parques de campismo em, pelo menos, três concelhos do Tâmega e Sousa, sendo de destacar um parque de campismo rural em Felgueiras. Este parque público está situado numa zona de grande beleza natural, beneficiando ainda de uma envolvente rica em história e cultura.

O turismo termal está presente, em Penafiel, em que existe oferta para diferentes segmentos de mercado. Esta oferta inclui as Termas de S. Vicente Palace Hotel Spa (4 estrelas), objeto de um investimento recente, o Penafiel Park Hotel Spa (4 estrelas) e o INATEL - Termas de Entre-os-Rios (3 estrelas). Também em Resende, nas termas das Caldas de Aregos, o Douro Park Hotel (4 estrelas) constitui uma alternativa de alojamento às pequenas pensões.

Outros tipos de alojamento, como sejam pousadas de juventude, *hostels*, abrigos de montanha e moradias turísticas, estão também disponíveis em vários concelhos.

A análise dos projetos de investimento apoiados pelos sistemas de incentivo ao investimento empresarial revela 12 projetos de alojamento (4 Hotéis com restaurante, 2 Hotéis – Apartamentos com restaurante e 6 empreendimentos de Turismo no espaço rural) em 8 concelhos do Tâmega e Sousa, entre 2008 e 2013, com um investimento elegível de 33,9 milhões de euros e 21,5 milhões de euros de incentivo. Estes valores correspondem a 50% dos projetos e a 92% do investimento elegível e do incentivo no setor do turismo no Tâmega e Sousa. Entre estes projetos merecem destaque pelo investimento que lhes está associado:

- a criação/implementação do Grand Douro Hotel Marina & Spa (5 estrelas), em Baião, que por si só representa um investimento elegível de 10,8 milhões de euros, a que corresponde um incentivo de 7 milhões de euros, enquadrando-se no Pólo de Competitividade e Tecnologia (PCT) Turismo;
- a expansão do Hotel Palácio de Canaveses, associado à inovação da área de negócio do enoturismo, prevê um investimento elegível de 7 milhões de euros e um incentivo de 3,9 milhões de euros;

³³ A TURIHAB distingue entre: Solares de Portugal, que depois se dividem em Casas Antigas, Quintas & Herdades, Casas Rústicas; Casas de Campo; e, Aldeias de Portugal. Já a Rota do Românico apenas refere uma categoria genérica de Turismo no Espaço Rural, que distingue das restantes 5 categorias de alojamento.

³⁴ Em Fevereiro de 2014 estavam registados no booking.com 65 alojamentos nos 11 concelhos da CIM do Tâmega e Sousa, um número que é 2,8 vezes superior ao registado pelo INE.

- o Hotel das Termas de S. Vicente, em Penafiel, com um investimento elegível de quase 4,8 milhões de euros e um incentivo superior a 2,6 milhões de euros;
- Três investimentos de turismo no espaço rural, em Amarante (2) e Penafiel, com valores de investimento elegível e incentivo superiores a 1,5 milhões de euros: o Green Sense Resort & Spa Hotel, inserido na Rota do Românico, a adaptação das edificações da Quinta da Cruz a hotel rural de 4 estrelas e o Solar Egas Moniz, investimentos enquadrados no PCT Turismo.

O investimento do Tâmega e Sousa no TERH é evidenciado pelo peso no total nacional de projetos apresentados por empresas que têm como atividade principal o turismo no espaço rural (CAE 55202): 5% dos projetos, 11% do investimento elegível e 12% do incentivo atribuído, valores muito superiores à importância deste território noutras atividades.

Os 8 projetos no setor da restauração incluem restaurantes, cafés, bares, pastelarias, casas de chá, e estabelecimentos de bebidas com espaço de dança, representando apenas 2% do investimento e do incentivo. Nos restantes 4 projetos destacam-se a implementação de um cais/fluvina e atividades náuticas, em Cinfães, correspondendo a um investimento elegível de 1,6 milhões de euros e o projeto de colocar o enoturismo de vinhos verdes na rota turística, promovido pela Sociedade Agrícola e Comercial da Quinta da Aveleda, S.A.

Em síntese, há uma ampla oferta de uma diversidade de alternativas de alojamento nos vários concelhos que integram a CIM do Tâmega e Sousa, que tem sido fortalecida por investimentos recentes tanto no domínio do alojamento, como em áreas complementares da restauração, organização de atividades de animação turística, atividades de operadores turísticos e outras atividades de diversão e recreativas.

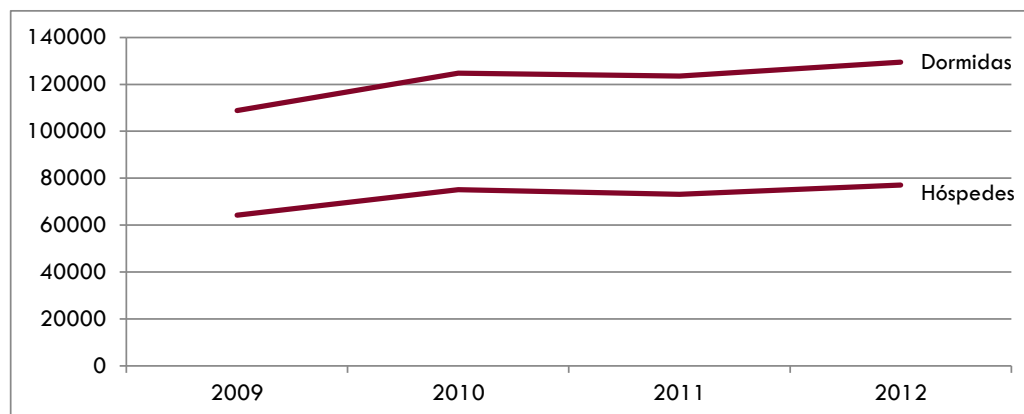
3.4.2. Procura turística

Como só existem dados disponíveis para três concelhos do Tâmega e Sousa (Amarante, Penafiel e Felgueiras), optou-se por analisar também os valores relativos à NUT III Tâmega, a que apenas se subtraiu a informação publicada para o concelho de Paredes³⁵.

Entre 2009 e 2012, verifica-se um aumento de 19% no número de dormidas e 20% no número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros do Tâmega e Sousa+, uma evolução mais positiva do que a verificada no Norte (6% nos dois indicadores) e em Portugal (9% e 7%, respetivamente).

³⁵ A informação analisada inclui, assim, os dados de 3 concelhos que não integram a CIM do Tâmega e Sousa: Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena. Esta área será designada por Tâmega e Sousa+.

Gráfico 3.30 – Dormidas (n.º) e hóspedes (n.º) nos estabelecimentos hoteleiros do Tâmega e Sousa+ (2009 a 2012)

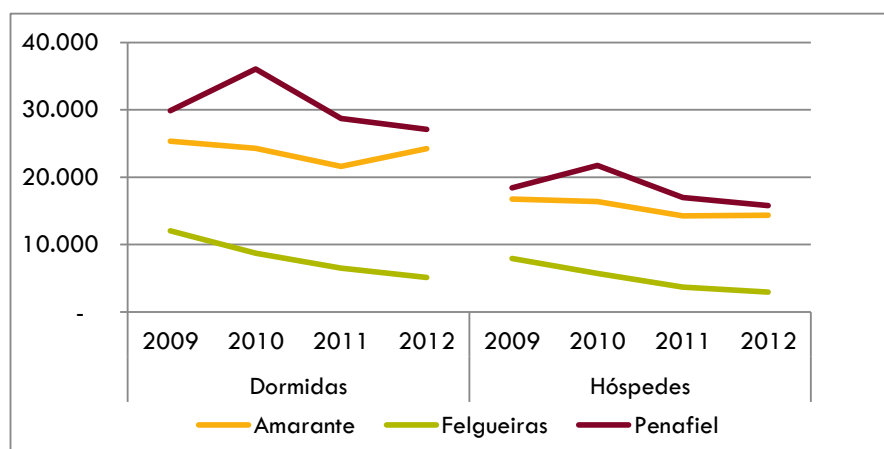


Fonte: INE (Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria 2012).

Nota: Para além dos que integram a CIM Tâmega e Sousa, o gráfico inclui ainda os concelhos de Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena.

Pelo contrário, a análise da informação disponível para os três concelhos do Tâmega e Sousa com dados publicados revela uma redução da procura, especialmente sentida em Felgueiras, o concelho com a menor procura, que tem uma quebra de 58% de dormidas e 63% de hóspedes entre 2009 e 2011. Amarante vê o número de dormidas reduzir-se em 4% e o número de hóspedes em 14%. Penafiel, depois de um aumento de 2009 para 2010, vem assistindo a uma redução da procura, se bem que a um ritmo mais lento entre 2011 e 2012. Ainda assim, em 2012, Penafiel tem menos 9% de dormidas e 14% de hóspedes quando comparando com 2009. É, portanto, no conjunto dos restantes concelhos (8 integrados na CIM do Tâmega e Sousa e ainda Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena) que se verifica um aumento muito expressivo da procura: mais 76% de dormidas e 107% de hóspedes em 2012 relativamente a 2009. O peso deste conjunto de concelhos passa de 38% do total das dormidas no Tâmega e Sousa+, em 2009, para 56%, em 2012, e de 33% dos hóspedes para 57%, respetivamente.

Gráfico 3.31 - Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por município (2009 a 2012)



Fonte: INE (Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria 2012).

A estada média dos hóspedes nos estabelecimentos localizados na NUT III Tâmega e nos três concelhos para os quais existe informação disponível é inferior a dois dias (1,7 dias), um valor idêntico ao verificado no Norte, mas inferior à média nacional.

No Tâmega (24,2%) e nos 3 concelhos referidos, a taxa líquida de ocupação é inferior à verificada no Norte e em Portugal. Esta taxa é especialmente baixa no concelho de Felgueiras (10%)

A proporção de dormidas entre julho-setembro no Tâmega (35,1%) é muito próxima da observada no Norte e inferior à verificada em Portugal. Apenas Amarante apresenta valores superiores aos de Portugal, evidenciando a maior sazonalidade da procura de alojamento neste concelho.

A proporção de hóspedes estrangeiros é bastante menor no Tâmega (18,2%) do que o que se observa no Norte (39,5%) e em Portugal (55,5%). Contudo, Amarante e Felgueiras apresentam valores próximos de 40%, muito semelhantes aos observados no Norte. Nos restantes concelhos, os turistas são essencialmente residentes em Portugal. As principais origens de hóspedes estrangeiros no Tâmega são a Espanha (6%) e a França (3%). Seguem-se o Reino Unido, Alemanha e Itália, com uma contribuição de 1%. Em Penafiel, com apenas 14% de hóspedes estrangeiros, 6% vêm de Espanha, 2% de França e um pouco menos de Itália, seguindo-se a Alemanha. No caso de Amarante, a França é a principal origem de hóspedes estrangeiros (9%), seguida de perto por Espanha (9%), ocupando o Reino Unido a terceira posição (5%). Em Felgueiras, 12% dos hóspedes estrangeiros tem origem em Espanha, seguindo-se França, Itália e os Países Baixos.

Os hóspedes estrangeiros representam um quarto das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do Tâmega, enquanto representam 48% no Norte e 69% em Portugal. As principais origens das dormidas por hóspedes estrangeiros no Tâmega são semelhantes às acima referidas: Espanha (7%), seguida de França (4%), o Reino Unido (2%), a Itália (2%), a Alemanha (1%) e os Países Baixos (1%).

A estada média de hóspedes estrangeiros no Tâmega é de 2,3 dias, ligeiramente superior à verificada no Norte (2,1 dias) mas ainda inferior ao valor observado para Portugal (3,5 dias). Entre os concelhos que têm dados publicados, é em Penafiel que a estada média de hóspedes estrangeiros é superior: 2,6 dias que comparam com 2,2 dias em Amarante e 2 em Felgueiras. Poderá contribuir para uma maior estada média em Penafiel a procura de turismo termal.

A menor taxa líquida de ocupação dos estabelecimentos do Tâmega pode contribuir para explicar o menor valor de proveitos de aposento por capacidade de alojamento: 2 600 euros no Tâmega, 59% do valor de Portugal e 72% do Norte. Amarante é, dos três concelhos, o que apresenta um maior proveito de aposento por capacidade de alojamento e Felgueiras o mais reduzido.

O número de dormidas em estabelecimento por 100 habitantes é no Tâmega de 28,5, o que corresponde a 23% do valor observado no Norte e 8% do observado em Portugal. Estas percentagens são menores do que as correspondentes à capacidade de alojamento por 1000 habitantes que, sendo no Tâmega de 3,4, correspondem a 30% do valor do indicador observado no Norte e 12% em Portugal. O diferencial do Tâmega face ao Norte e a Portugal é, assim, mais acentuado no que respeita à procura relativamente à oferta.

Tabela 3.27 - Indicadores de hotelaria (2012)

	Portugal	Norte	NUT III Tâmega	Penafiel	Amarante	Felgueiras
Capacidade de alojamento por 1000 habitantes (N.º)	28,3	11,4	3,4	5,5	5,2	2,5
Hóspedes por habitante (N.º)	1,3	0,7	0,2	0,2	0,3	0,1
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes (N.º)	378,4	123,9	28,5	37,7	43,6	8,8
Taxa de ocupação-cama (líquida)	39,5	31	24,2	25	22,5	10
Estada média no estabelecimento	2,9	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7
Proveitos de aposento por cap. de aloj. (milhares de euros)	4,4	3,6	2,6	2,1	2,7	1,5
Proporção de dormidas entre julho-setembro (%)	39,7	35,5	35,1	29,9	40,6	35
Proporção de hóspedes estrangeiras/os (%)	55,5	39,5	18,2	14,3	39,3	39,8
Estada média de hóspedes estrangeiras/os (N.º de noites)	3,5	2,1	2,3	2,6	2,2	2

Fonte: INE (Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria 2012).

3.4.3. Potencial turístico no Tâmega e Sousa

O potencial turístico do Tâmega e Sousa não depende apenas da oferta e procura de alojamento e dos serviços relacionados disponíveis, dependendo também dos recursos presentes no território e da articulação deste território com a região Norte e Portugal.

A identificação, caracterização e análise dos recursos e serviços disponíveis no território do Tâmega e Sousa ultrapassam o âmbito deste trabalho. Importa, contudo reconhecer a diversidade de recursos presentes nos vários concelhos que integram a CIM do Tâmega e Sousa, destacando alguns dos mais emblemáticos com base na informação disponível nos sítios das câmaras municipais do Tâmega e Sousa e no sítio da Rota do Românico.

O património histórico e cultural do Tâmega e Sousa é referenciado em todos os municípios, ficando evidente a sua riqueza e diversidade. É possível encontrar no Tâmega e Sousa um património que remonta aos tempos pré-históricos (antas, menires, gravuras rupestres, necrópoles e castros) e cobre várias épocas, com destaque para património arquitetónico de origem românica (XI-XII), que testemunham o papel de relevo que este território desempenhou na história da nobreza e das ordens religiosas em Portugal. Em 1998, a VALSOUSA - Associação de Municípios do Vale do Sousa iniciou o projeto Rota do Românico com o objetivo de criar as condições para ter uma oferta turística devidamente estruturada (www.rotadoromanico.com). Em 2010, esta iniciativa foi alargada aos restantes municípios da NUT III – Tâmega (Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende), unindo num projeto supramunicipal um legado histórico e cultural comum. Este património, composto de castelos, torres, pontes, memoriais, mosteiros e igrejas, encontra-se inserido em belas paisagens naturais, em que a montanha convive com os rios, mas também em vilas e cidades, em que monumentos de diversas épocas e centros históricos são pano de fundo de inúmeras feiras e romarias, e onde o artesanato, a gastronomia local e o vinho verde completam uma rica oferta cultural.

O Tâmega e Sousa apresenta simultaneamente um vasto património natural, em que se destacam as serras da Aboboreira e do Marão e os rios Douro, Tâmega, Sousa e Paiva. Neste cenário natural abundam os miradouros, os parques de lazer e de merendas, percursos e itinerários para a prática de montanhismo, passeios, a pé e BTT, ecopistas, parques e praias fluviais, albufeiras e a possibilidade de praticar desportos náuticos nos rios. Existem ainda termas em S. Vicente, Penafiel, e nas Caldas de Aregos, em Resende.

Nos *sites* dos municípios, os portais de turismo fornecem informação mais detalhada sobre os recursos existentes em cada município, identificando em regra o que pode ser visitado, tanto monumentos como museus e outros equipamentos, sugerem percursos e itinerários, informam sobre as ofertas de alojamento, restauração, artesanato, gastronomia e vinhos, anunciam as datas das principais festas e romarias, entre outras informações e contactos úteis. A Rota do Românico apresenta propostas de programas turísticos que integram ofertas localizadas em vários municípios, permite a elaboração de uma rota personalizada, facilita a marcação de visitas aos monumentos da rota, que podem incluir o apoio de técnico intérprete do património, entre várias outras possibilidades.

O Tâmega e Sousa é um destino turístico no Norte de Portugal e o seu potencial e atratividade está intrinsecamente ligado ao da região e do país. As opções em matéria turística dos agentes económicos e políticos localizados no Tâmega e Sousa deverá ser devidamente articulada com as decisões tomadas quer a nível regional e nacional, quer com as decisões tomadas em territórios que lhe são adjacentes. É, assim, importante reconhecer a existência do Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT) e as suas propostas para o Norte.

O PENT identifica dois produtos turísticos estratégicos para o Norte, sendo que um se dirige especialmente à cidade do Porto: os *city breaks*. Para o outro produto, *touring* – turismo cultural e religioso, a estratégia definida passa por reforçar esta oferta, desenvolvendo itinerários que ofereçam aos turistas uma experiência de património histórico, cultural e religioso, aproveitando as celebrações religiosas como tema de promoção. Esta estratégia pode beneficiar de uma boa articulação com a identificada para um dos produtos a desenvolver: vinho e gastronomia nacional. Para este produto, foi definida uma estratégia de promoção como complemento da experiência turística e, mesmo, como componentes primárias em algumas regiões no quadro do programa Prove Portugal e os seus desenvolvimentos regionais.

Quanto aos dois restantes produtos em desenvolvimento no Norte, turismo de natureza e saúde e bem-estar³⁶, a estratégia definida pelo PENT é, no primeiro caso, de estruturar a oferta, melhorando as condições de visita aos recursos, o que passa pela formação das pessoas. No segundo caso, aposta-se na qualificação da oferta de saúde e bem-estar, incentivando o investimento público e a promoção conjunta das valências médicas e turísticas.

Esta estratégia definida para os produtos estratégicos e produtos em desenvolvimento na região Norte está bem sintonizada com a identificação dos recursos presentes no Tâmega

³⁶ Ver www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/pol%C3%ADticasestrat%C3%A9gicas/Documents/PENT_04Out_WEB.pdf. O PENT refere ainda o turismo de negócios mas apenas na cidade do Porto.

e Sousa e com o projeto da Rota do Românico que têm vindo a ser desenvolvidos pelo conjunto de municípios do Tâmega.

Em síntese, o turismo é uma atividade que tem merecido uma atenção crescente por parte dos municípios do Tâmega e Sousa pelo seu potencial em termos de criação de emprego e de riqueza neste território. Têm-se observado importantes investimentos privados e públicos, tanto ao nível municipal como supramunicipal (caso da Rota do Românico). Os projetos aprovados no âmbito dos sistemas de incentivo ao investimento empresarial confirmam o dinamismo deste setor. Contudo, a procura de alojamento é reduzida face a uma oferta em crescimento. Também o peso desta atividade na economia do Tâmega e Sousa é ainda reduzido e o peso deste território no Norte e em Portugal é inferior ao que se verifica noutras atividades. Vista de outro ângulo, esta situação significa que, se houver capacidade para desenhar, e levar a cabo, uma estratégia adequada, existe uma ampla margem para a obtenção de resultados positivos.

3.5. Anexos

Tabela 3.28 - Estrutura setorial do pessoal ao serviço nas empresas com sede nos concelhos do Tâmega e Sousa (2011)

	Indústria	Construção	Serviços	Outras
Portugal	18%	11%	67%	4%
Norte	29%	12%	56%	3%
Tâmega e Sousa	40%	21%	36%	3%
Felgueiras	65%	9%	25%	0,9%
Paços de Ferreira	58%	5%	36%	1%
Lousada	47%	21%	31%	1%
Castelo de Paiva	37%	24%	35%	4%
Penafiel	29%	25%	43%	3%
Amarante	22%	36%	40%	2%
M. Canaveses	22%	35%	38%	5%
Celorico de Basto	21%	24%	41%	14%
Baião	11%	46%	41%	3%
Resende	9%	21%	48%	22%
Cinfães	6%	48%	44%	3%

Fonte: INE (SCIE, 2011).

Notas: A Indústria corresponde à secção C da CAE-Rev.3, a Construção à secção F e os Serviços às secções G, H, I, J, L, M, N, P, Q, R e S. As outras atividades incluem as secções A, B, D e E. O SCIE exclui as secções K, O, T e U.

Tabela 3.29 - Estrutura setorial do VAB das empresas com sede nos concelhos do Tâmega e Sousa (2011)

	Indústria	Construção	Serviços	Outras
Portugal	21%	9%	62%	8%
Norte	32%	12%	50%	5%
Tâmega e Sousa	41%	22%	34%	3%
Felgueiras	69%	6%	24%	0,4%
Paços de Ferreira	57%	4%	37%	2%
Lousada	47%	20%	30%	3%
Castelo de Paiva	35%	15%	45%	4%
Amarante	30%	37%	31%	1%
Penafiel	27%	27%	44%	3%
M. Canaveses	21%	40%	33%	5%
Celorico de Basto	20%	20%	28%	33%
Resende	13%	23%	57%	7%
Baião	11%	46%	35%	8%
Cinfães	4%	57%	32%	7%

Fonte: INE (SCIE, 2011).

Notas: A Indústria corresponde à secção C da CAE-Rev.3, a Construção à secção F e os Serviços às secções G, H, I, J, L, M, N, P, Q, R e S. As outras atividades incluem as secções A, B, D e E. O SCIE exclui as secções K, O, T e U.

Tabela 3.30 - Estrutura industrial do pessoal ao serviço nas indústrias dos concelhos do Tâmega e Sousa (2011)

	Couro e prod. do couro	Vestuário	Mobiliário e colchões	Prod. metálicos, exc. M&E	Indústrias alimentares	Têxteis	Outras
Tâmega e Sousa	29%	29%	14%	6%	5%	3%	15%
Amarante	6%	15%	5%	17%	7%	4%	46%
Baião	0%	36%	10%	9%	25%	1%	18%
Castelo P.	33%	0%	6%	24%	6%	0%	30%
Celorico B.	9%	43%	0%	7%	6%	8%	27%
Cinfães	0%	8%	8%	33%	24%	0%	27%
Felgueiras	80%	5%	1%	3%	1%	3%	7%
Lousada	13%	58%	10%	4%	5%	5%	5%
Marco C.	0%	43%	1%	15%	14%	5%	23%
Paços F.	0%	34%	49%	3%	2%	3%	9%
Penafiel	0%	55%	2%	3%	8%	2%	31%
Resende	0%	0%	0%	18%	31%	0%	51%

Fonte: INE (SCIE, 2011).

Notas: As atividades industriais apresentadas nas colunas correspondem às seguintes divisões da CAE-Rev.3: 15, 14, 31, 20, 10, 13 e as outras atividades às divisões 11,12,16 a 19, 21 a 30, 32 e 33 (18 divisões).

Tabela 3.31 - Estrutura industrial do VAB nas indústrias dos concelhos do Tâmega e Sousa (2011)

	Couro e prod. do couro	Vestuário	Mobiliário e colchões	Prod. metálicos, exc. M&E	Indústrias alimentares	Têxteis	Outras
Tâmega e Sousa	30%	21%	12%	9%	4%	3%	21%
Amarante	3%	8%	4%	25%	4%	3%	53%
Baião	0%	30%	22%	11%	18%	0%	18%
Castelo P.	26%	0%	3%	46%	4%	0%	21%
Celorico B.	9%	32%	0%	13%	4%	8%	34%
Cinfães	0%	-2%	8%	39%	23%	0%	32%
Felgueiras	78%	4%	2%	4%	1%	2%	10%
Lousada	14%	48%	12%	8%	4%	6%	8%
Marco C.	0%	32%	1%	21%	19%	3%	23%
Paços F.	0%	32%	46%	4%	2%	2%	13%
Penafiel	0%	39%	1%	2%	6%	1%	50%
Resende	0%	0%	0%	14%	21%	0%	65%

Fonte: INE (SCIE, 2011).

Notas: As atividades industriais apresentadas nas colunas correspondem às seguintes divisões da CAE-Rev.3: 15, 14, 31, 20, 10, 13 e as outras atividades às divisões 11,12,16 a 19, 21 a 30, 32 e 33 (18 divisões).

Tabela 3.32 - Taxa de variação (%) da indústria e do total de atividades no Tâmega e Sousa, Norte e Portugal (2007 a 2011)

	Indústria			Total atividades		
	T&S	Norte	Portugal	T&S	Norte	Portugal
Total de empresas	-8%	-13%	-14%	-3%	-5%	-8%
Pessoas ao Serviço	-4%	-13%	-14%	-7%	-7%	-6%
Volume de negócios	20%	0%	-1%	1%	-1%	-3%
VAB	9%	-7%	-12%	-5%	-5%	-8%

Fonte: INE (SCIE 2011 e 2007); cálculos nossos.

Notas: T&S – Tâmega e Sousa.

Tabela 3.33 - Indicadores demográficos das empresas por NUTS III (2010 e 2011)

	Taxa de natalidade	Taxa de natalidade nas indústrias transform.	Taxa de natalidade nos serviços	Taxa de sobreviv.	Número médio de pessoal ao serviço nos nascimentos de empresas	Taxa de mortalidade (2010 Po)
	%	%	%	%	Nº	%
Portugal	12,39	7,50	13,45	48,81	1,27	17,42
Norte	12,24	8,35	13,20	53,50	1,35	15,78
Tâmega	11,86	9,91	12,73	56,21	1,65	14,31

Fonte: INE (AERN 2012).

Notas: PO = valor provisório.

Tabela 3.34 - Incentivos ao investimento industrial no Tâmega e Sousa entre 2008 e 2013

	Tâmega e Sousa			Peso no total de Portugal		
	Projetos	Investimento elegível	Incentivo	Projetos	Investimento elegível	Incentivo
	Nº	1 000€	1 000€	%	%	%
Indústrias alimentares	3	912	467	1%	0,5%	0,4%
Indústria das bebidas	7	2 620	1 230	3%	2%	2%
Fabricação de têxteis	7	1 571	677	3%	1%	1%
Indústria do vestuário	12	4 617	2 334	5%	7%	7%
Ind. do couro e dos prod. do couro	77	11 568	5 801	29%	11%	10%
Ind. da madeira, cortiça e s/obras, exc. mob.	4	4 491	3 173	2%	2%	3%
Fab. de pasta, papel, cartão e s/ art.				0%	0%	0%
Impressão e reprodução de suportes grav.	1	639	415	1%	1%	1%
Fab. de coque, prod. pet. ref. e agl. de comb.				0%	0%	0%
Fab. de prod. químicos e fibras sint.ou artif.	1	25	19	1%	0%	0%
Fab. de prod. farmac. de base e prep. farm.				0%	0%	0%
Fab. de art.s de borracha e de mat. plásticas	10	7 848	3 980	4%	3%	2%
Fab. de out. prod. minerais não metálicos	8	3 053	1 646	3%	1%	1%
Indústrias metalúrgicas de base	3	11 042	5 108	5%	14%	13%
Fab. de prod. metál., exc. máq. e eq.	10	8 321	4 733	1%	2%	2%
Fab. de eq. inf., eq. p/com. e prod. electr. e óp.	4	2 671	1 439	4%	3%	4%
Fabricação de equipamento eléctrico	1	266	150	1%	0%	0%
Fab. de máquinas e de equipamentos, n.e.	12	2 493	1 480	4%	1%	2%
Fab. de veíc. autom., reb. e comp. p/ auto.	2	1 038	575	1%	0%	0%
Fabricação de outro equipamento de transporte	1	329	178	2%	1%	1%
Fabrico de mobiliário e de colchões	56	123 180	41 033	21%	48%	35%
Outras indústrias transformadoras	3	5 598	3 216	2%	10%	11%
Rep, manut. e instalação de máq. e eq.	1	20	15	2%	0%	0%
Total	223	192 298	77 669	5%	4%	4%

Fonte: Compete (2013); cálculos nossos.

Tabela 3.35 - Taxa de variação (%) dos serviços e do total de atividades no Tâmega e Sousa, Norte e Portugal (2007 a 2011)

	Serviços			Total atividades		
	T&S	Norte	Portugal	T&S	Norte	Portugal
Total de empresas	0%	-3%	-6%	-3%	-5%	-8%
Pessoas ao Serviço	4%	1%	-1%	-7%	-7%	-6%
Volume de negócios	-1%	-4%	-4%	1%	-1%	-3%
VAB	1%	-2%	-5%	-5%	-5%	-8%

Fonte: INE (SCIE 2011 e 2007); cálculos nossos.

Notas: T&S – Tâmega e Sousa.

Tabela 3.36 - Incentivos ao investimento nos serviços no Tâmega e Sousa entre 2008 e 2013

	Tâmega e Sousa			Peso no total de Portugal		
	Projetos	Investimento elegível	Incentivo	Projetos	Investimento elegível	Incentivo
	Nº	1 000€	€	%	%	%
Comércio por grosso e a retalho; rep. veíc aut e mot.	56	9 922	4 927	3%	5%	4%
Transportes e armazenagem	4	958	452	4%	3%	3%
Alojamento, restauração e similares	20	34 564	21 993	4%	5%	6%
Atividades de informação e de comunicação	4	121	90	0%	0%	0%
Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares	24	1 469	812	2%	1%	1%
Act. administrativas e dos serviços de apoio	3	151	84	1%	0%	0%
Educação				0%	0%	0%
Ativ. artísticas, de esp., desp. e recr.	3	2 396	1 290	2%	2%	2%
Outras atividades de serviços				0%	0%	0%
Total	114	49 581	29 652	2%	3%	3%

Fonte: Compete (2013); cálculos nossos.

4. Instituições e governação

Este último capítulo da primeira parte do relatório incide sobre as instituições e a governação do Tâmega e Sousa. Começa-se por analisar as instituições relacionadas com a administração municipal e intermunicipal. Depois, tratam-se sucessivamente os temas da cultura, da ciência e da inclusão social.

4.1. Gestão e finanças públicas

As finanças públicas municipais assumem uma importância crucial na gestão e em todo o planeamento estratégico do território. A realidade do país, marcada por um enquadramento financeiro muito difícil, reforça ainda mais a relevância das finanças públicas quer nos contextos nacional e municipal.

O modelo histórico de financiamento dos municípios portugueses, fruto das apertadas restrições financeiras que se fazem sentir, no contexto nacional e internacional e da alteração de paradigma nas prioridades de investimento, públicas e privadas, nacionais e municipais, tem vindo a ser posto em causa e terá de ser urgentemente revisitado.

A partir do final dos anos 80, com a adesão à então CEE e a fase de expansão do crédito pessoal e à habitação e o consequente *boom* da construção, foi-se cristalizando um modelo de financiamento dos nossos municípios à volta de duas grandes categorias, ou tipo de receita, as que resultavam do licenciamento das atividades de construção e imobiliário e as transferências da Administração central (FEFA). O financiamento fechava-se com uma terceira categoria, frequentemente, em termos relativos, a menos relevante, proveniente da cobrança de taxas e emolumentos próprios.

Este contexto e as alterações que veio trazer empurraram alguns municípios para situações muito difíceis, nalguns casos mesmo de rutura. Esta situação é tanto mais grave porquanto as perspetivas para o futuro não deixam antever melhorias significativas a este propósito. Ora esta realidade tem, necessariamente, de ser tida em conta no âmbito do presente exercício de planeamento estratégico para o Tâmega e Sousa.

Como sabemos, a realidade financeira dos municípios portugueses não é, como é evidente, homogénea. Coexistem situações de municípios sobre endividados, alguns mesmo em situação de falência técnica - para os quais terão de ser encontradas soluções e intervenções específicas que visem a correção urgente desses desequilíbrios - com municípios endividados, mas cuja dívida no seu contexto é gerável e ainda municípios financeiramente equilibrados ou mesmo com situações excedentárias.

A esta realidade, diversa ou heterógena, não é indiferente o território do Tâmega e Sousa. A realidade das finanças públicas do território configurará, também, toda esta diversidade.

Os indicadores financeiros referentes aos municípios do Tâmega e Sousa apresentam realidades distintas, como se evidencia na Tabela 4.1.

Tabela 4.1 - Indicadores de administração local por município do Tâmega e Sousa (2011)

	Relação entre receitas e despesas (%)	Receitas por habitante (€)	Endividamento Anual por Habitante (€)	Relação entre receitas e despesas correntes (%)	Impostos no total de receitas (%)	Fundos municipais no total de receitas (%)	Despesas com pessoal no total de despesas (%)	Aquisição de bens de capital no total de despesas (%)
Amarante	101,9	503	9,20	108,4	20,7	48,0	34,1	19,4
Baião	103,5	697	- 21,80	102,3	8,1	53,1	37,6	21,6
Castelo P.	77,9	564	163,90	72,9	9,5	58,9	27,3	19,7
Celorico B.	76,6	893	274,80	90,7	9,1	41,7	21,1	51,5
Cinfães	100,6	683	12,00	114,4	6,7	57,0	31,1	27,0
Felgueiras	106,8	615	- 10,80	105,3	19,7	29,1	34,1	26,5
Lousada	97,2	657	9,00	102,1	15,6	29,1	33,0	33,3
Marco C.	119,5	475	- 46,80	110,0	26,0	52,6	34,0	9,6
Paços F.	101,9	608	- 14,80	109,2	18,6	23,8	24,4	43,9
Penafiel	101,0	511	- 1,80	111,2	21,9	41,8	30,9	32,4
Resende	100,0	1 103	2,60	100,0	8,4	47,6	36,1	34,7

Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte, 2012).

Da análise efetuada a partir do Anuário Estatístico da Região Norte, 2012 à exceção de Castelo de Paiva, Celorico de Basto e Lousada, todos os municípios apresentavam em 2011 um equilíbrio no rácio entre as receitas e as despesas correntes, embora nada impeça que receitas possam superar as despesas, respeitando-se o princípio orçamental do equilíbrio. Resende destaca-se como sendo o município que apresenta o valor mais elevado em termos de receitas por habitante, com um valor superior em cerca de 60% à média da região. Celorico de Basto e Castelo de Paiva são os municípios com o maior endividamento anual por habitante, sendo que Baião, Felgueiras, Paços de Ferreira, Penafiel e Marco de Canaveses, apresentam valores negativos para este indicador. Celorico de Basto e Paços de Ferreira são os municípios com menor peso na despesa referente aos custos com pessoal, sendo que Baião e Resende são os municípios que apresentam um maior peso neste indicador.

Como resultado da necessidade de uma resposta de proximidade aos problemas mais urgentes e em particular no domínio das políticas sociais e das transferências de atribuições e competências para as autarquias portuguesas, a pressão sobre o seu equilíbrio financeiro tem vindo a aumentar. Essa situação é tanto mais grave, por quanto, essas transferências ou novas áreas de ação municipal, não têm sido acompanhadas das concomitantes transferências financeiras da administração central que as deveriam estar a suportar.

Urge pois revisitar o paradigma das finanças públicas municipais, sem prejuízo da necessidade, urgente, da procura de medidas de racionalização e áreas de poupança e eficiência na gestão dos recursos públicos.

Um das áreas que certamente emergirá será a da otimização de recursos que a escala da gestão intermunicipal certamente vai permitir. Afigura-se de extrema relevância, promover esforços que permitam a uma racionalização da despesa e a otimização da receita.

Sendo o Tâmega e Sousa a região com menor poder de compra do país, este ponto torna-se particularmente crítico, como contributo para, a já referida, racionalização da despesa e, consequentemente, a redução da pressão financeira exercida sobre os municípios e empresas, potenciando, assim, a sua atratividade e competitividade.

4.2. Modernização administrativa

A Modernização da Administração Local (associada à transferência de competências e a um novo sistema de financiamento para as autarquias locais) deverá acelerar a modernização global de qualquer região, sendo que de entre os vários fatores críticos de que dependem a Inovação e o Desenvolvimento Regional, destacam-se os recursos humanos ligados à gestão territorial.

Os processos de modernização da administração autárquica deverão ser tratados à escala intermunicipal, com o intuito de que se consigam economias de escala e uma coesão do tratamento e/ou disponibilização de informação, serviços e/ou indicadores.

A CIM do Tâmega e Sousa e os Gabinetes e Apoio Técnico da região dispõem de recursos humanos qualificados e detentores de conhecimento da realidade local e de experiência na área do planeamento territorial que deverão ser potenciados e alavancados de modo a serem transformados numa mais-valia para o desenvolvimento de um novo modelo de administração local.

A CIM do Tâmega e Sousa submeteu e aprovou um projeto ao SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa que abrangerá todos os municípios que a integram. Pretende-se com este sistema criar as condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, orientada para a racionalização de recursos e para a redução dos denominados “custos públicos de contexto”. Destacam-se os principais objetivos do SAMA:

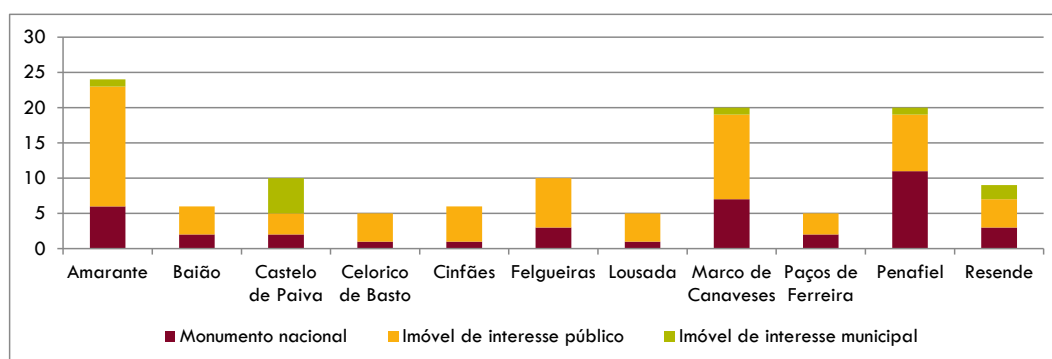
- A qualificação do atendimento dos serviços da Administração Pública, conjugando uma lógica de proximidade com critérios de racionalização de estruturas;
- A racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública e a simplificação, reengenharia e desmaterialização de processos;
- O desenvolvimento de uma Administração Pública em rede, com recurso ao uso intensivo das tecnologias da informação e comunicação enquanto infraestrutura de suporte ao processo de modernização administrativa;
- A promoção de iniciativas integradas de modernização, assegurando a articulação entre as três principais dimensões de intervenção (pessoas, organização e tecnologia) como forma de geração da massa crítica e das competências transversais necessárias à continuidade e sustentabilidade deste tipo de processos, para além do horizonte definido para o respetivo financiamento.

4.3. Cultura e património

A Região do Tâmega e Sousa é fortemente marcada por diversas manifestações de cultura popular, desde a música e literatura, ao folclore e artesanato, passando pela gastronomia e pelos vinhos, celebradas em diversas feiras e romarias que se realizam ao longo de todo o ano nos onze concelhos que integram a região. Em termos históricos e culturais, destaca-se o património construído e musealizado, com vários séculos de existência, assim como os equipamentos e infraestruturas culturais existentes (bibliotecas, centros de estudo e lazer, entre outros), associados frequentemente a projetos de valorização do património financiados por fundos estruturais.

No Gráfico 4.1 representa-se o panorama atual ao nível patrimonial na região, relativamente aos bens culturais classificados.

Gráfico 4.1 - Património cultural classificado no Tâmega e Sousa



Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte 2013).

Da análise do gráfico anterior, observa-se que na região se destacam Amarante, Marco de Canaveses e Penafiel relativamente ao património edificado, tanto ao nível da quantidade de monumentos nacionais como de imóveis de interesse público classificados.

As políticas locais para a cultura e preservação do património cultural têm, à data, uma tradição relativamente longa na generalidade dos municípios portugueses e evidenciam resultados relevantes.

No Tâmega, esta situação é também uma evidência, apresentando-se a “Rota do Românico” como o projeto estruturante dos novos investimentos, quer em serviços de nível superior, quer nos serviços de proximidade.

Para além da construção de equipamentos e recuperação de património ou outros investimentos em capital, as despesas correntes com a cultura são igualmente relevantes, senão mais importantes, em certos momentos da execução dos projetos. As políticas para a cultura implicam despesas elevadas com serviços de educação, divulgação, realização de espetáculos e eventos, entre outros. Desta forma, os serviços de proximidade, neste domínio, vão para além das infraestruturas físicas e poderão sofrer grandes oscilações orçamentais anualmente.

Há um grande contraste entre os indicadores relativos aos equipamentos e serviços existentes e as despesas das Câmaras Municipais com o sector da cultura e os indicadores relativos à procura.

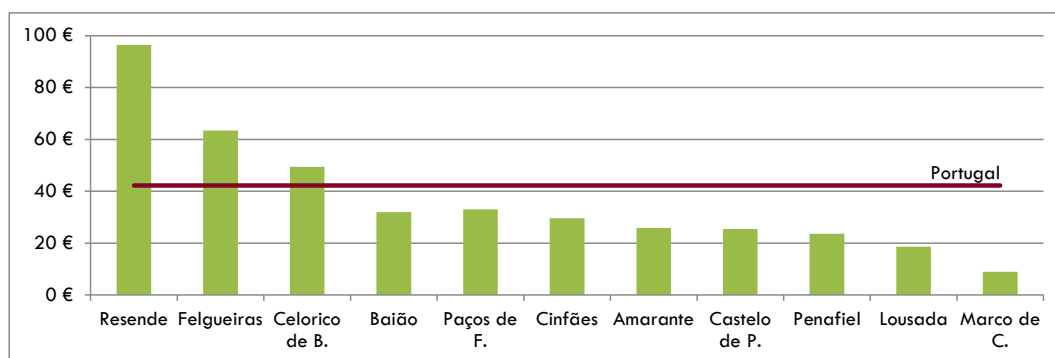
Com efeito, é evidente um reduzido público para a cultura, quer a edição de publicações, quer os visitantes de museus ou exposições, os utilizadores de bibliotecas põem em evidência um baixíssimo nível de procura, evidentemente correlacionado com os baixos níveis de instrução da população residente.

É precisamente nos serviços de proximidade que poderá ser desenvolvida uma ação mais intensiva de educação para a cultura, sobretudo junto das populações escolares mais jovens.

Considerando as despesas em Cultura no total das despesas municipais, para o ano de 2012, verifica-se que os diferentes municípios apresentam um comportamento próximo da média nacional, exceto em Marco de Canaveses e Castelo de Paiva, onde os valores foram muito inferiores.

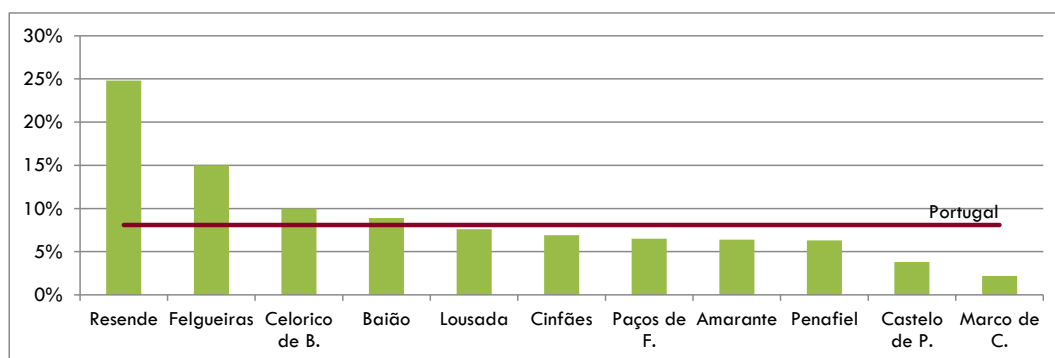
É possível, porém, que as diferenças entre os concelhos se prendam com grandes oscilações anuais associadas a períodos de maior investimento em capital físico.

Gráfico 4.2 - Despesas municipais em cultura e desporto por habitante (2012) (€)



Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte, 2012)

Gráfico 4.3 - Despesas em cultura e desporto no total das despesas municipais (2012) (%)



Fonte: INE (Anuário Estatístico da Região Norte, 2012)

O quadro institucional para a definição das estratégias de desenvolvimento das políticas locais para a cultura é um ponto crítico no sucesso das mesmas. Neste, como em poucos domínios, é necessária uma complexa articulação institucional. Para além da compatibilização entre as políticas nacionais sectoriais, verticais e respetivos planos regionais, é necessário envolver um vasto leque de entidades ao nível local, quer públicas, quer privadas, associações e igrejas, entre outras. Como exemplo desta

articulação entre as entidades regionais e municipais, o projeto da “Rota do Românico do Vale do Sousa”, classificado como uma Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC) no âmbito do QREN, em complemento com outras iniciativas adjacentes (como é o caso da Serra da Aboboreira – Megalítico) apresenta-se como o projeto estruturante dos novos investimentos, quer em serviços de nível superior, quer em serviços de proximidade, estabelecendo complementaridades entre eles. Com efeito, mesmo equipamentos de irradiação local, bibliotecas, museus e outros espaços para eventos e realizações culturais deverão ser programados privilegiando tipologias multifuncionais em articulação, antes de mais, com o sector da educação e assegurando uma inserção eficiente nos projetos de âmbito supramunicipal e regional. Liderada pela Comunidade Urbana do Vale do Sousa, a “Rota do Românico” tem como objetivo a salvaguarda e valorização do património românico do Vale do Sousa, constituído por mosteiros, igrejas, memoriais, pontes e torres erguidos em pedra dura num estilo rural, e pretende interligar o roteiro do património histórico com a gastronomia, o artesanato, o turismo de habitação e propostas de animação cultural e religioso.

Em complementaridade com esta iniciativa, encontra-se a EEC denominada “Paisagens Milenares do Douro Verde”, liderada pela Dolmen - Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, que conta com o envolvimento direto dos municípios de Baião, Amarante, Marco de Canaveses, Cinfães, Resende, Penafiel e Celorico de Basto, além de várias entidades privadas. Entre os projetos desta EEC, enumeram-se intervenções na antiga cidade romana de Tongobriga, em Marco de Canaveses, a valorização da Serra da Aboboreira, onde existe um importante campo arqueológico, e uma ecopista a ligar Celorico de Basto a Amarante. Prevê também uma unidade hoteleira de cinco estrelas na Pala, Baião, a complementaridade com a Rota do Românico e um projeto de turismo de aldeia, em Baião, além de ações de interligação com o Douro Vinhateiro.

Através de uma análise de cada um dos onze concelhos da região do Tâmega e Sousa, verifica-se que todos apresentam um rico património histórico e cultural, para além das demais manifestações de cultura popular presentes em todo o território. Destacam-se, particularmente, os seguintes monumentos/loais de interesse histórico:

- **Amarante:** as construções mais significativas estão edificadas em zonas rurais, como as igrejas românicas de Gondar, de Lufrei, de Jazente, de Gatão, de Freixo de Baixo e do Mosteiro de Travanca. Na cidade sobressai o Mosteiro de S. Gonçalo, e o Centro Histórico onde se destacam as Igrejas de S. Pedro e S. Domingos, o Solar dos Magalhães e a Casa da Cerca.
- **Baião:** os Mosteiros de Santa Maria de Ermelo e de Santo André, em Ancede, a Capela da Senhora do Bom Despacho e a Quinta e Convento da "Casa de Tormes" constituem as principais atrações do concelho.
- **Castelo de Paiva:** o património histórico do concelho inclui as sepulturas escavadas na rocha do Penedo de Vegide, conhecidas como Pia dos Mouros, o Marmoiral de Sobrado (que integra a Rota do Românico), o Pelourinho da Raiva, a Igreja Paroquial de Real e esculturas do adro, bem como as aldeias de Xisto de Midões e Gondarém.
- **Celorico de Basto:** o Castelo de Celorico, vulgarmente conhecido como Castelo de Arnoia, Casa (Nobre) do Prado, o Mosteiro de Arnoia e o Circuito Turístico dos Moinhos de Argontim constituem as principais atrações do concelho.
- **Cinfães:** os moinhos e cerâmicas de Alto do Castelinho (Nespereira). Coroas (Ferreiros), Roda do Merouço (Nespereira) e Castelo Velho (Ervilhais).

Nespereira) e o Castelo de S. Paio, na freguesia de S. Cristóvão de Nogueira são os pontos históricos de referência.

- **Felgueiras:** registam-se diversas vias e pontes romanas espalhadas por todo o concelho.
- **Lousada:** o concelho apresenta um diversificado património arquitetónico como diversas Casas Senhoriais (Casa de Ronfe, Casa de Alentém, Casa da Bouça, Casa do Porto, Casa de Rio de Moinhos, Casa de Juste, Casa da Tapada, Casa de Vila Verde e Casa de Vilar), a Igreja de São Lourenço de Pias, a Igreja de São Vicente de Boim e a Igreja de São Miguel, a Capela do Senhor dos Aflitos, a Capela da N. S. do Loreto, o Santuário da N. S. Aparecida, as capelas de Santa Águeda e de São Cristóvão, a Capela de São Bartolomeu, a Casa da Câmara e da Audiência, e ainda os Paços do Concelho (do início do século XX) e o antigo Tribunal Judicial (de finais de Oitocentos) no Centro Histórico da cidade.
- **Marco de Canaveses:** neste concelho destacam-se a Campa Medieval de Granito “Campa do Mouro”, a Capela de Fandinhães, a Igreja de Santo Isidoro, a Igreja de Sta. Maria de Fornos, a Igreja do Mosteiro de Alpendorada/Igreja de S. João Baptista, a Igreja e Mosteiro de Sta. Maria de Vila Boa do Bispo, a Igreja Paroquial de Santa Maria de Sobretâmega, a Igreja Paroquial de São Martinho de Soalhães, a Igreja Paroquial do Salvador de Tabuado, as Igrejas de Santa Maria e São Nicolau, o Memorial de Alpendorada, as Obras do Fidalgo, a Ponte do Arco, Tongóbriga – a Área Arqueológica do Freixo, a Torre de Nevões e a Rota dos Vinhos.
- **Paços de Ferreira:** destacam-se o Dólmen de Lamoso e a Citânia de Sanfins, uma das mais importantes estações arqueológicas da Proto-história europeia, bem como templo românico de S. Pedro de Ferreira.
- **Penafiel:** incluem-se entre os principais monumentos a Anta de Santa Marta, o Menir de Luzim, as gravuras rupestres e várias necrópoles, o Monte Mozinho (um dos maiores castros do Noroeste Peninsular), o Mosteiro Beneditino de Paço de Sousa (onde se encontra o túmulo de Egas Moniz), a Igreja de S. Gens (Boelhe), a Igreja da Gândara (Cabeça Santa), a Igreja de S. Miguel de Entre-os-Rios (Eja), os Túmulos da Igreja de S. Pedro de Abragão, o Memorial da Ermida, a ponte de Espindo, o Mosteiro Beneditino de Bustelo, o Santuário da Nossa Senhora da Piedade (Sameiro) e ainda as aldeias preservadas de Quintandona (Lagares) e Cabroelo (Capela) e de Entre-os-Rios.
- **Resende:** destacam-se os solares da Casa da Soenga, Torre da Lagariça e Porto de Rei, diversos monumentos megalíticos e Sepulturas Antropomórficas, a estação arqueológica dos castros da freguesia de S. Martinho de Mouros, a Igreja/Mosteiro de Santa Maria de Cárquere (Mosteiro de Craquede), a Igreja de S. Martinho de Mouros e a Igreja de Barrô.

4.4. Ciência e tecnologia

A informação estatística sobre as áreas da ciência e tecnologia apenas se encontra publicada por NUT III³⁷, pelo que a análise realizada neste capítulo inclui o concelho de Paredes, não integrado na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

A NUT Tâmega caracteriza-se por um muito baixo nível de despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) em percentagem do PIB (0,14%), muito abaixo dos valores médios do Norte (1,54%) e do país (1,52%, em Portugal, e 1,59%, se apenas considerarmos o continente). O valor registado no Tâmega é o mais baixo de todas as NUT III do Norte de Portugal, não indo além de um quarto do segundo mais baixo, e o quinto mais baixo no conjunto do país.

Segundo as estatísticas oficiais, em 2011, existia no Tâmega um número não despidendo de unidades de investigação (39), correspondente a 3,4% do total da Região Norte e 1,1% do total português. A despesa média por unidade de investigação era, no entanto, de apenas 176 milhares de euros, cerca de um quarto das médias da Região Norte e do país, revelando a sua muito pequena dimensão. O mesmo se constata em termos do pessoal empregue: as 39 unidades registadas no Tâmega indicam utilizar o equivalente a 120 pessoas a tempo integral (ETI), o que implica uma média de cerca de 3 pessoas por unidade. A média da Região Norte era de 14,5 e a do país de 16

Tabela 4.2 - Indicadores de Investigação e Desenvolvimento (I&D), 2011

	Despesas em I&D no PIB	Unidades de Investigação	Pessoal em I&DT (ETI)	Despesa em I&D a preços correntes	Despesa média em I&D por unidade
	%	N.º	N.º	10 ³ €	10 ³ €
Portugal	1,52	3 459	55 612,4	2 606 130,1	753,4
Norte	1,54	1 159	16 775,9	744 744,0	642,6
Tâmega	0,14	39	120,2	6 851,1	157,7

Fonte: INE (Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, informação disponível até 30 de setembro de 2013).

A menor dimensão das unidades do Tâmega poderá estar associada à sua natureza institucional. De facto, nesta NUT III, as empresas são responsáveis por mais de dois terços do pessoal em I&D e por uma percentagem semelhante de execução e financiamento da despesa em I&D, valores muito superiores aos registados no Norte e em Portugal. No caso do Norte, as empresas são responsáveis por 30% do pessoal, 44% da despesa executada e 39% do financiamento da despesa de I&D. Os valores para o conjunto do país são semelhantes (29%, 47% e 44%, respetivamente).

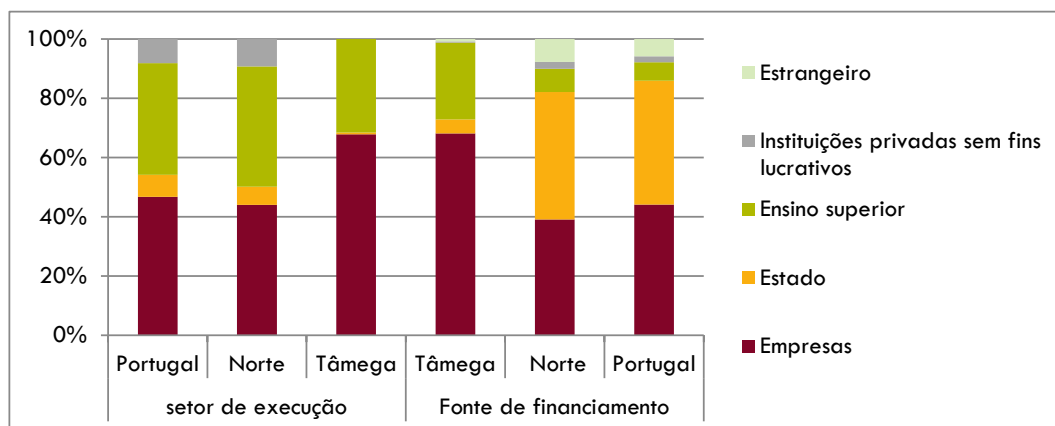
A investigação e desenvolvimento realizados no Tâmega, embora escassos, têm portanto um pendor mais empresarial do que noutras zonas do país. Mais do que refletir um particular pendor inovador do tecido empresarial da NUT III, este facto decorre, no entanto, essencialmente da escassa presença que aí tem o ensino superior. No conjunto do

³⁷ Utilizaram-se os dados publicados pelo INE nos Anuários Estatísticos da Região Norte relativos aos anos de 2008 a 2012.

país e no Norte, o ensino superior é responsável por cerca de 55% do pessoal dedicado a I&D, enquanto no Tâmega essa percentagem é de apenas 38%.

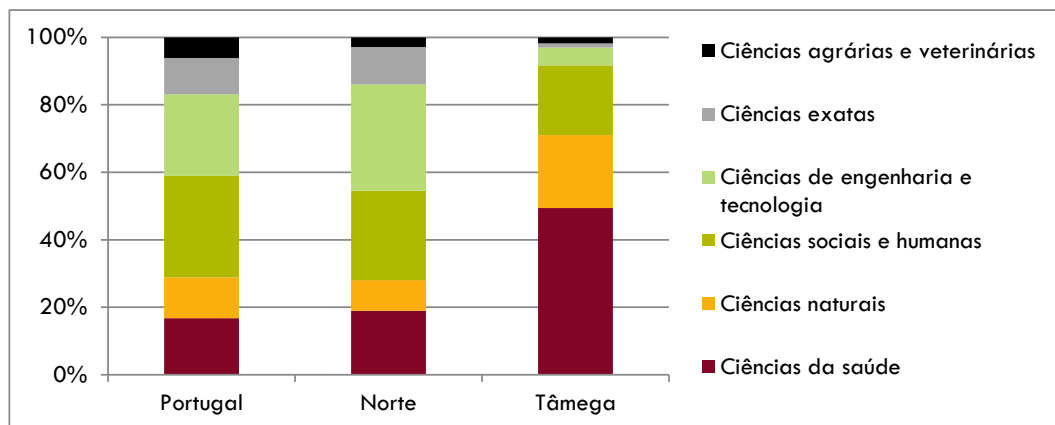
A distribuição da execução e das fontes da despesa, ilustradas no Gráfico 4.4, demonstram a mesma realidade. A despesa em I&D realizada no Tâmega é predominantemente executada e financiada pelas empresas, enquanto noutras zonas do país grande parte da execução é realizada pelo ensino superior e o financiamento provém predominantemente do Estado.

Gráfico 4.4 - Despesa em Investigação e Desenvolvimento por setor de execução e por fonte de financiamento (2011)



Fonte: INE (Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, informação disponível até 30 de setembro de 2013).

Gráfico 4.5 - Despesa em Investigação e Desenvolvimento a preços correntes, segundo a área científica ou tecnológica (2011)



Fonte: INE (Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, informação disponível até 30 de setembro de 2013).

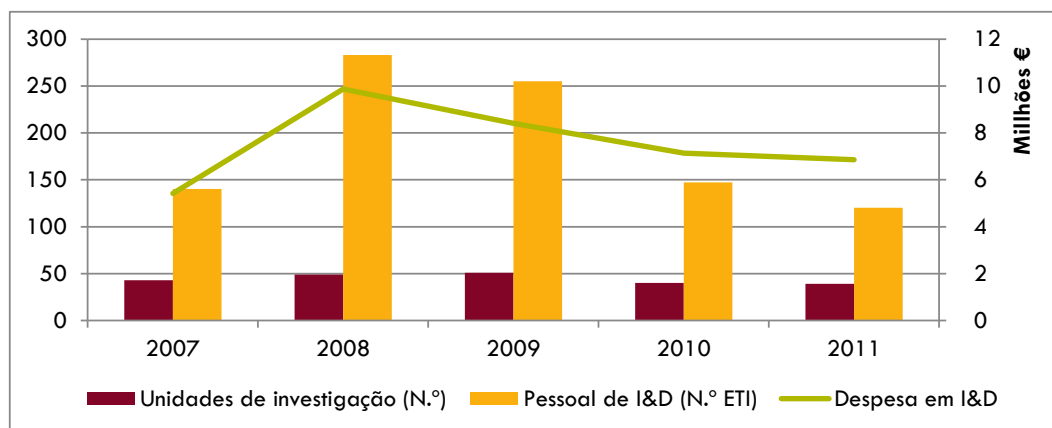
A distribuição por áreas científicas e tecnológicas da despesa em I&D realizada pelos setores Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos revela também diferenças significativas entre o Tâmega e o resto do país (Gráfico 4.5). As ciências da saúde representam cerca de metade da despesa executada no Tâmega (49%), quando ficam abaixo de 20% no Norte e em Portugal. Também as ciências naturais têm um peso na NUT III (22%) muito superior ao registado noutras zonas do país. Em

contrapartida, as ciências da engenharia e tecnologia e as ciências exatas estão fortemente sub-representadas no Tâmega.

A localização em Paredes de dois centros de investigação na área da saúde, o Centro de Investigação em Ciências da Saúde e o Centro de Investigação em Tecnologias da Saúde, a funcionar no âmbito de duas instituições de ensino superior localizadas no concelho³⁸, contribui certamente para explicar a importância desta área científica nas despesas em I&D da NUT Tâmega. Contudo, Paredes não pertence à CIM do Tâmega e Sousa.

No território desta CIM, apenas se identificou um centro de investigação, o CIICESI – Centro de Inovação e Investigação em Ciências Empresariais e Sistemas de Informação, criado pela Escola Superior de Tecnologias e Gestão de Felgueiras (ESTGF), do Instituto Politécnico do Porto³⁹. O CIICESI tem como missão “promover e desenvolver a inovação e a investigação ao serviço das instituições públicas e privadas ... através da conceção e realização de projetos de I&D e transferência de tecnologia, formação especializada e pós-graduada, desenvolvimento de novos produtos e serviços e ações de divulgação no âmbito das suas áreas de atuação.” (www2.estgf.ipp.pt/research/ciicesi). Contando com 30 investigadores, sendo 15 doutores e 10 mestres, este centro identifica como áreas de atuação: o desenvolvimento regional e local; a gestão industrial; a logística, distribuição e transportes; os sistemas de apoio à decisão; os sistemas de informação empresariais; a estratégia empresarial e organizacional; a qualidade; marketing; a segurança e saúde no trabalho; o comércio eletrónico; a gestão de projetos. A ESTGF identifica 15 parceiros, que incluem outras instituições do sistema científico e tecnológico regional, nacional e internacional, bem como empresas⁴⁰.

Gráfico 4.6 - Evolução da Investigação e Desenvolvimento na NUT Tâmega (2007 - 2011)



Os elementos estatísticos disponíveis mostram um decréscimo da I&D no Tâmega, desde 2008, em todas as variáveis analisadas, depois de um crescimento acentuado em 2007

³⁸ Instituto Superior de Ciências da Saúde-Norte e Instituto Politécnico de Saúde do Norte, ambos tutelados pela CESPU - Cooperativa de Ensino Superior, Politécnico e Universitário, crl.

³⁹ A outra instituição de ensino superior presente no Tâmega e Sousa, o Instituto Superior de Ciências da Educação de Felgueiras (ISCE Felgueiras), que oferece cursos de 1º ciclo (licenciatura), 2º ciclo (mestrados) e Pós-graduações/Cursos de Formação Especializada, criou, em 2010, um centro de investigação, o CI-ISCE, em cooperação com o Instituto Superior de Ciências da Educação, instituição localizada em Odivelas e também integrante do grupo PEDAGO.

⁴⁰ Ver www2.estgf.ipp.pt/research/ciicesi/parceiros/CIICESI-Parceiros

(Gráfico 4.6). Em 2011, comparando com o máximo registado em 2008, o Tâmega tinha menos 10 unidades de investigação (-20%), -57% de pessoal de I&D (ETI) e -31% de despesa em I&D. No mesmo período, estas variáveis registaram crescimentos, nalguns casos acentuados, na Região Norte e no país.

Em síntese, a I&D realizada na NUT Tâmega é reduzida e tem vindo a diminuir desde 2008, apresentando uma evolução mais desfavorável do que a observada no Norte e em Portugal. Os dados sobre as áreas científicas e tecnológicas em que incide a I&D também não sugerem uma relação particularmente intensa com a especialização produtiva da NUT III. Estes resultados indiciam dificuldades no desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento baseadas em conhecimento e inovação.

4.5. Inclusão social

Nesta caracterização do Tâmega e Sousa no domínio da inclusão social, vão ser tidas em conta, e cruzadas, duas linhas de análise, tendo em vista a posterior definição de uma estratégia e plano de ação:

- por um lado, os principais grupos humanos com problemas sociais que carecem de resposta;
- por outro, os principais agentes que já respondem, ou poderão vir a responder, a esses problemas e as necessidades de desenvolvimento da sua atuação.

Na primeira linha de análise, serão considerados os seguintes grupos humanos e problemas sociais:

- baixas taxas de natalidade;
- envelhecimento, dependência dos idosos e saúde mental;
- deficiência;
- outras dependências (toxicodependência, alcoolismo, etc.);
- crianças e jovens em risco;
- violência doméstica;
- “velhos” e “novos” pobres e endividamento das famílias.

Na segunda linha de análise, serão aqui tidas em conta principalmente as seguintes entidades:

- as próprias pessoas e famílias com problemas sociais, vistas nas suas capacidades, a apoiar e desenvolver, para poderem dar resposta a esses problemas;
- as IPSSs e outras organizações de economia social;
- as empresas existentes no que já fazem e podem fazer no sentido do investimento com propósito social;
- os empreendedores sociais;
- os estabelecimentos de ensino e formação;
- os estabelecimentos de saúde;
- as autarquias locais;
- os organismos da Administração Central, especialmente os desconcentrados.

Relativamente a estes agentes, identificam-se genericamente necessidades de desenvolvimento como as seguintes:

- capacitação (melhorias em termos de formação do seus dirigentes e do seu pessoal, planeamento estratégico, controle de gestão, sistemas de gestão da qualidade, etc.);
- progressos no sentido da cooperação, da coordenação e dos mecanismos de resolução de conflitos entre estes agentes com o desenvolvimento de formas de trabalho em rede e de melhor aproveitamento das redes e dos equipamentos já existentes.

Assim sendo, este diagnóstico e as respetivas propostas para a ação deverão ser lidos de uma forma matricial, cruzando populações alvo e respetivas problemáticas sociais com os agentes mais relevantes que podem responder a esses problemas e as necessidades de desenvolvimento destes agentes.

4.5.1. Principais meios de vida da população

A Tabela 4.3 retrata os principais meios de vida da população do Tâmega e Sousa, de acordo com os Censos de 2011.

Tabela 4.3 - Distribuição da população com 15 ou mais anos de acordo com o principal meio de vida (2011)

	Rendimento do trabalho	Rendimento da propriedade ou da empresa	Proteção social	A cargo da família
Portugal	48,23	0,45	33,08	15,38
Continente	48,18	0,46	33,34	15,19
Tâmega e Sousa	47,36	0,34	28,99	20,13
Amarante	45,12	0,39	28,98	22,35
Baião	36,84	0,26	35,67	23,62
Castelo de Paiva	43,16	0,26	32,49	21,46
Celorico de Basto	40,09	0,36	34,15	20,47
Cinfães	34,59	0,29	38,14	22,57
Felgueiras	54,09	0,33	26,98	15,76
Lousada	53,11	0,33	25,76	17,70
Marco de Canav.	44,45	0,28	29,34	26,67
Paços de Ferreira	53,37	0,40	25,59	17,81
Penafiel	49,41	0,28	27,03	20,81
Resende	34,70	0,94	36,04	22,81

Fonte: INE (Censos, 2011).

Esta informação sugere a existência de três grupos distintos de concelhos, nesta matéria:

- Em Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, mais de metade dessa população tem como principal meio de vida o rendimento do trabalho, estando Penafiel ligeiramente abaixo do 50%;
- Em Castelo de Paiva, Amarante e Marco de Canaveses as percentagens dessa população que têm como principal meio de vida o rendimento do trabalho ou alguma forma de proteção social (pensões de reforma, subsídio de desemprego,

subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional, rendimento social de inserção, outros subsídios temporários e apoio social) estão ambas abaixo da média nacional, acontecendo o contrário com a percentagem de população que tem como principal meio de vida o apoio da família;

- Em Celorico de Basto, Baião, Cinfães e Resende as percentagens dessa população que têm como principal meio de vida alguma forma de proteção, ou o apoio da família, são ambas superiores à média nacional.

É, pois, nos concelhos menos industrializados e mais interiores que os mecanismos de proteção social e o apoio familiar têm maior importância como principais meios de vida da população. Nos concelhos mais industrializados e menos interiores a situação é diferente: aí os rendimentos do trabalho são o principal meio de vida da população.

4.5.2. Idosos e saúde mental

Apesar dos grandes progressos que aconteceram nas últimas décadas em termos de expansão de equipamentos e serviços de cuidado dos idosos, nomeadamente, as estruturas residenciais para idosos e os serviços de apoio domiciliário, esta rede ainda não é suficientemente densa para cobrir adequadamente as necessidades de apoio a este grupo da população, como deixam entender os dados apresentados na tabela seguinte.

Existem também carências noutros domínios importantes para reduzir a dependência dos idosos, como, por exemplo, centros de convívio, centros de noite com transporte de apoio e bancos de ajudas técnicas. Dito isto, antes de investimentos que possam ainda ser necessários no alargamento da rede, é necessário melhorar a cooperação e a coordenação entre as entidades responsáveis pela oferta existente de maneira a aproveitar em plena a capacidade já instalada e a desenvolver estruturas e serviços de interesse comum, tais como os bancos de ajudas técnicas atrás referidos.

Tabela 4.4 – Estruturas residenciais para idosos e serviços de apoio domiciliário

	Pop. Res. c/ 65 ou mais anos	Estruturas residenciais			Serviços de apoio domiciliário		
		Nº Equip.	Capacid.	Utentes	Nº Equip.	Capacid.	Utentes
Tâmega e Sousa	60 998	52	1 823	1 611	90	2 815	2 208
Amarante	9 071	3	268	226	13	395	272
Baião	3 834	4	157	138	5	164	152
Castelo de Paiva	2 590	5	114	105	5	215	206
Celorico de Basto	3 823	5	180	175	8	261	217
Cinfães	4 226	6	186	152	7	255	202
Felgueiras	7 352	6	186	142	9	250	213
Lousada	5 231	3	98	95	6	216	124
Marco de Canaveses	6 959	3	158	143	9	232	163
Paços de Ferreira	6 263	3	98	95	9	241	161
Penafiel	9 210	8	209	197	14	383	365
Resende	2 439	6	169	143	5	203	133

Fonte: INE (Censos 2011); Carta Social.

Um domínio onde há muitas carências e que é um problema que afeta um número elevado e crescente de idosos é o da saúde mental:

- Faltam organizações com respostas especializadas para este problema;
- Há uma grande insuficiência de formação de técnicos, cuidadores e famílias onde este problema existe;
- Há necessidades doutros apoios às famílias onde este problema existe, nomeadamente em termos de transportes para as consultas.

Para além do que foi referido em termos de alargamento e requalificação da rede de equipamentos e serviços de apoio aos idosos, também é muito necessário fazer progressos nas seguintes direções:

- Dinamização de ações na linha do envelhecimento ativo;
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas organizações de cuidam dos idosos;
- Melhoria na gestão das organizações prestadoras destes serviços nomeadamente através da implementação de sistemas de gestão da qualidade, sistemas de controlo de gestão e de transparência e reporte de resultados não só para as entidades públicas de tutela, mas também para as restantes partes interessadas;
- Melhoria da qualificação e do apoio às pessoas ao serviço de organizações de cuidados dos idosos e outros cuidadores no sentido de serem capazes de lidar com as situações, cada vez mais frequentes, de idosos com problemas de saúde mental e doenças neurodegenerativas para os quais a Rede de Cuidados Continuados, apesar da sua expansão e dos seus méritos, não dá resposta.

Programas de formação-ação com algum complemento de formações modulares (ex. formação de auditores de qualidade, formação de dirigentes, etc.) têm provado ser um bom instrumento para promover o tipo de melhorias atrás referidas. Como estes programas ainda só puderam beneficiar uma minoria do conjunto das organizações que prestam serviços aos idosos, é muito importante que possam continuar para chegar a mais organizações. Esta recomendação também vale para todas as organizações que lidam com os restantes problemas sociais aqui considerados e não apenas as que cuidam dos idosos, incluindo-se aqui não só as IPSSs, mas também os técnicos municipais que dão apoio às redes sociais.

4.5.3. Infância e juventude

O aumento da taxa de atividade das mulheres que aconteceu de forma relativamente rápida nas últimas décadas – particularmente, mas não apenas, nos concelhos mais industrializados – andou desfasado de um ritmo mais lento de expansão da rede de equipamentos e serviços de apoio ao cuidado das crianças. O apoio familiar, nomeadamente por parte dos avós, tem permitido cobrir parte das lacunas a este nível, mas não é suficiente. A escola também não pode, nem deve, suprir todas estas lacunas. Para agravar a situação, não existem políticas na organização do trabalho das empresas desta zona orientadas para a conciliação do emprego com a maternidade e a paternidade.

O que daqui resulta são situações de crianças que não têm o devido acompanhamento familiar, ficando algumas delas em situação de risco, ou, pelo menos, sem um desenvolvimento das suas capacidades cognitivas e não cognitivas que as habilitem para uma vida pessoal e profissional condigna.

Várias das crianças nestas situações acabam por ser jovens com comportamentos desviantes e/ou jovens “nem-nem” (nem trabalham, nem estudam), um problema que

tem mais incidência noutras zonas do país, mas que aqui também existe e que, por isso, deve ser tido em conta nas políticas sociais locais.

Tabela 4.5 – Creches e ATLs

	Pop. Res. até aos 14 anos	Creches			ATLs		
		Nº Equip.	Capacid.	Utentes	Nº Equip.	Capacid.	Utentes
Tâmega e Sousa	74 151	62	2 306	1 769	50	2 318	1 981
Amarante	9 037	6	283	193	2	90	75
Baião	3 112	3	99	99	1	60	19
Castelo de Paiva	2 703	4	151	137	5	310	286
Celorico de Basto	3 061	4	136	116	4	173	158
Cinfães	3 022	3	111	18	---	---	---
Felgueiras	9 967	10	317	273	7	305	305
Lousada	8 815	6	283	181	5	180	174
Marco de Canaveses	9 655	3	96	91	4	130	97
Paços de Ferreira	10 320	9	312	250	11	576	488
Penafiel	12 756	12	440	336	11	494	379
Resende	1 703	2	78	75	---	---	---

Fonte: INE (Censos 2011); Carta Social.

Os dados apresentados na tabela indiciam uma oferta ainda insuficiente de equipamentos e de serviços de apoio ao cuidado das crianças, se confrontarmos a capacidade instalada com a população infantil. No entanto, comparando o número de utentes com a capacidade há situações de excesso de capacidade decorrentes possivelmente dos seguintes fatores: duplicações de investimentos em equipamentos e serviços, nomeadamente entre o sector público e o sector privado, nomeadamente ao nível dos ATLs, diminuição da população infantil, desemprego dos pais que, por isso, retiram as crianças das creches e as dificuldades de mobilidade das crianças para acederem a equipamentos e serviços já existentes situados longe do seu local de residência.

Por isso, também aqui, como no caso das respostas sociais dirigidas aos idosos, antes do investimento que possa ainda ser necessários na expansão da rede de equipamentos e serviços, é preciso melhorar a cooperação e a coordenação entre as entidades responsáveis pela oferta já existente de maneira a aproveitar melhor a capacidade já instalada, melhorar a qualidade dos serviços prestados e desenvolver equipamentos e serviços de interesse comum.

No caso da rede institucional de resposta às situações de crianças e jovens em risco, a situação atual é de já não haver défices significativos da oferta em relação à procura. O que há aqui, bem como nas outras organizações de apoio à infância, é a necessidade de melhoria na qualidade dos serviços e na gestão das organizações já existentes. Essas melhorias são do mesmo tipo das que foram propostas atrás para o caso das organizações de apoio aos idosos, com o contributo que podem dar nesse sentido programas de formação-ação.

Sem prejuízo de também haver necessidades de maior e melhor especialização das respostas sociais nos vários domínios do apoio às crianças e jovens, o caso dos que estão em situação de risco coloca desafios especiais em relação aos quais há ainda um grande

caminho a percorrer. Cuidar destas crianças e jovens no mundo de hoje não pode ser feito exatamente da mesma maneira do que no passado. Os técnicos sociais e os cuidadores que lidam com estas situações também estão, eles próprios, expostos a riscos para cuja minimização há ainda muito a discutir e a realizar.

4.5.4. Pessoas portadoras de deficiência

A Tabela 4.6 apresenta os dados do Censo de 2011 sobre a percentagem de população residente com dificuldades em, pelo menos, uma das seguintes atividades: ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sozinho, compreender outros ou fazer-se compreender. Estes dados mostram que esta percentagem é superior à média nacional em do interior como Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Resende.

Nesta zona, há carências na rede de equipamentos e serviços às pessoas portadoras de deficiência. Embora exista, pelo menos, um CAO em todos os concelhos, com exceção de Lousada, estes centros têm uma utilização da capacidade instalada de perto de 100%, o que pode indiciar a necessidade de algum alargamento pontual dessa capacidade. Além disso, há necessidade de desenvolvimento do trabalho em rede, partilhando boas práticas e outros recursos.

Tabela 4.6 - População residente com, pelo menos, uma dificuldade (2011)

	2001
Portugal	17,79%
Continente	17,88%
Tâmega e Sousa	16,24%
Amarante	15,43%
Baião	20,67%
Castelo de Paiva	17,12%
Celorico de Basto	19,30%
Cinfães	23,63%
Felgueiras	14,73%
Lousada	15,27%
Marco de Canaveses	15,81%
Paços de Ferreira	14,24%
Penafiel	15,38%
Resende	21,25%

Fonte: INE (Censos 2011).

Os dados apresentados na Tabela 4.7 também indiciam muitas necessidades de desenvolvimento desta rede de equipamentos e serviços nos seguintes domínios:

- na intervenção precoce, não há registo na Carta Social de nenhum equipamento e serviço nesta zona;
- nos serviços de apoio domiciliário para pessoas portadoras de deficiência, também não há nenhum registo na Carta Social da sua existência nesta zona;

- quanto a lares residenciais para pessoas portadoras de deficiência, só existem em quatro concelhos (Amarante, Celorico de Basto, Penafiel e Resende), sendo que em dois deles (Amarante e Celorico de Basto) a Carta Social não regista nenhum utente.

Tabela 4.7 – Equipamentos e serviços de apoio a pessoas portadoras de deficiência

	Crianças e jovens (intervenção precoce)			Adultos								
				Serviços de Apoio Domiciliário			Centros de Atividades ocupacionais			Lar Residencial		
	Nº Eq.	Cap.	Ut.	Nº Eq.	Cap.	Ut.	Nº Eq.	Cap.	Ut.	Nº Eq.	Cap.	Ut.
Tâmega e Sousa	---	---	---	---	---	---	12	412	377	4	54	26
Amarante	---	---	---	---	---	---	1	76	78	1	12	0
Baião	---	---	---	---	---	---	2	60	55	---	---	---
Castelo de P.	---	---	---	---	---	---	2	26	26	---	---	---
Celorico de B.	---	---	---	---	---	---	1	30	13	1	12	0
Cinfães	---	---	---	---	---	---	1	20	19	---	---	---
Felgueiras	---	---	---	---	---	---	1	35	42	---	---	---
Lousada	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Marco de C.	---	---	---	---	---	---	1	25	25	---	---	---
Paços de F.	---	---	---	---	---	---	1	30	36	---	---	---
Penafiel	---	---	---	---	---	---	1	90	72	1	12	12
Resende	---	---	---	---	---	---	1	20	11	1	18	14

Fonte: Carta Social.

Os dados apresentados não permitem identificar outros dois domínios onde também há necessidades e oportunidades de desenvolvimento:

- a formação e o apoio psicológico e noutros domínios aos cuidadores que aqui têm uma atividade que os pode levar a situações de stress;
- a partilha de ajudas técnicas e a cooperação com instituições de investigação e desenvolvimento experimental que possam desenvolver novas e melhores soluções técnicas para o cuidado destas pessoas.

4.5.5. Outras problemáticas sociais

Os grupos atrás referidos não esgotam todos os problemas sociais e todos os tipos de pessoas com necessidades de apoio social. Outras situações também a atender são as seguintes:

- as baixas taxas de natalidade;
- as pessoas em situação de desemprego;
- os “velhos” e os “novos” pobres;
- as pessoas vítimas de toxicodependência e doutras dependências;
- as situações de violência doméstica;
- a prostituição e outras situações de exclusão social.

Não esquecer, também, agregados familiares muito pobres, ou pessoas isoladas que não é raro encontrar em situações de habitação muito degradada, quase sem abrigo, não só em zonas urbanas, mas também em zonas rurais.

No que se refere às baixas taxas de natalidade, é um problema que resulta de uma combinação de fatores que não podem ser todos combatidos a nível local. Há, no entanto, uma esfera de ação a nível local que não pode ser menosprezada. Com efeito, um fator importante que ter contribuído para as baixas taxas de natalidade é o facto de as empresas não estarem devidamente organizadas para facilitar a conciliação da atividade dos seus colaboradores com a parentalidade e a vida familiar. Por isso, tudo o que sejam ações junto das empresas no sentido de contribuir para que esta situação mude será positivo em termos de aumento das taxas de natalidade.

No que se refere ao desemprego assume especial relevância a situação das pessoas com baixos níveis de qualificação. Será preciso desenvolver respostas de formação e aprendizagem adaptadas a este tipo de pessoas. Aqui pode incluir-se não só a formação em sala, mas também, ou até sobretudo, formação em contexto de trabalho.

Ainda no que se refere aos desempregados, ou à procura do 1.º emprego são precisas estruturas que promovam saídas por via do microempreendedorismo e autoemprego. Quer relativamente aos desempregados, quer também no caso de famílias onde esse problema não existe, mas que podem melhorar o seu rendimento aproveitando recursos e saberes existentes no seio da sua economia doméstica, nomeadamente os ligados à agricultura, cabe aqui uma valorização e apoio a essas formas de economia doméstica, seja apenas para autossustentação, seja, também, para venda.

No que se refere aos chamados “novos” pobres, trata-se de uma problemática que está em ascensão muito em resultado da crise económica que o país atravessa. Muitos deles incluem-se no grupo dos desempregados atrás referidos, mas nem todos. Também há aqui pessoas cujas pensões de reforma têm vindo a diminuir, ou que têm que aplicar parte dela no apoio a membros da família em situação de carência económica. Há, ainda, ex-empresários cujas empresas encerraram e que ficaram em situação de grandes dificuldades económicas. Finalmente, há situações de famílias endividadas, algumas das quais poderiam ser ajudadas para ações de educação e aconselhamento financeiro.

A resposta a estas situações não pode ser feita da mesma forma que às “velhas” formas de pobreza. Muitos destes “novos” pobres estão numa situação de “pobreza envergonhada” cuja sinalização exige um trabalho de muita proximidade e feito com muito recato. O que tem vindo a ser feito mais recentemente na área da emergência social, nomeadamente as cantinas sociais, responde muito mal a este tipo de situações, sendo, também, muito discutível se é uma forma adequada para responder aos outros tipos de pobreza.

Para atender às situações de toxicodependência, pode justificar-se a criação de comunidades terapêuticas nesta zona.

No caso da violência doméstica é preciso atuar a três níveis:

- apoiar as vítimas;
- prevenir estas situações;
- capacitar as organizações que lidam com este problema.

No apoio às vítimas, é preciso organizar respostas de emergência e partilha de boas práticas, a nível supraconcelhio, através da cooperação entre IPSSs que lidam com estas situações.

Quanto à prevenção, é preciso organizar respostas dirigidas aos agressoras que tenham uma natureza integrada, de maneira a poderem ter em conta a multidimensionalidade dos fatores que estão subjacentes à emergência deste problema.

Uma nota final sobre o atendimento a estes e aos outros grupos com problemas sociais. Nesta zona já foram dados e continuam em desenvolvimento muitos passos positivos no sentido de mais e melhor cooperação e coordenação entre as várias organizações públicas e privadas envolvidas nas respostas aos problemas sociais. Um espaço onde isso acontece é no espaço das redes sociais de nível municipal e supramunicipal. Várias das referências aqui feitas a melhorias no sentido da cooperação e coordenação entre estas organizações já estão a ser trabalhadas e irão continuar a sê-lo nestas plataformas.

Dito isto, ao nível mais próximo das pessoas com problemas sociais, ou seja, no atendimento social, há ainda muito pouco feito em termos de integração desse atendimento, seja sob forma do “gestor de caso”, seja noutras formas. Isso exige uma cooperação e coordenação muito fortes não só entre as organizações com trabalho social de proximidade generalista e de primeira linha e com possibilidades para disponibilizar esses gestores de caso, mas também com as organizações que dispõem de recursos mais especializados para responder aos casos sinalizados e geridos no atendimento de 1ª linha.

Com este tipo de atendimento haverá mais eficácia, mais eficácia e mais justiça na resposta aos problemas sociais.

O movimento no sentido deste tipo de integração deve contar muito com a iniciativa e o empenho das IPSSs e doutras organizações que estão no terreno num trabalho de proximidade com as pessoas necessitadas de apoio social. Isso não dispensa, no entanto, um grande empenho das instituições públicas, a começar pelos municípios, não só pelos recursos de que dispõem para este efeito, mas também para porem o seu poder de autoridade, a sua legitimidade política e a sua capacidade de persuasão ao serviço da promoção da cooperação e da coordenação de esforços entre esta multiplicidade de agentes que não nasce e se desenvolve por geração espontânea. As redes sociais municipais podem e devem servir para isto.

PARTE II

Plano Estratégico

5. Diagnóstico

Depois de, na primeira parte, se ter feito uma caracterização relativamente exhaustiva do Tâmega e Sousa, inicia-se esta segunda parte do relatório com um diagnóstico sintético das implicações que daí decorrem para a formulação do plano estratégico. O capítulo começa por discutir as principais linhas de força do diagnóstico. Numa segunda secção, apresenta-se uma visão esquemática das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (SWOT) com que o território está confrontado.

5.1. Linhas de força do diagnóstico

Feita a caracterização do território do Tâmega e Sousa, quais as grandes linhas de força que condicionam a formulação da estratégia da comunidade para os próximos anos?

5.1.1. Uma comunidade heterogénea e com uma identidade pouco vincada

Um traço essencial que ressalta mesmo da leitura mais superficial da caracterização, apresentada na primeira parte deste relatório, é a forte heterogeneidade do Tâmega e Sousa. Esta heterogeneidade é patente em quase todos os domínios de observação:

- A densidade populacional varia entre 794 pessoas por quilómetro quadrado, em Paços de Ferreira, onde quase metade da população vive em lugares com mais de 2 000 habitantes, e 85 pessoas por quilómetro quadrado em Cinfães, onde nenhuma localidade atinge aquele limiar;
- Também a estrutura etária da população apresenta grande diversidade, variando o índice de envelhecimento (número de pessoas com 65 ou mais anos por cada cem pessoas de idade igual ou inferior a 14 anos) entre 144, em Resende, e 60, em Lousada;
- A taxa de mortalidade infantil, no último quinquénio registado, variou entre 1,2 por mil em Amarante e 4,2 em Castelo de Paiva;
- A percentagem da população com, pelo menos, 15 anos que não foi além do primeiro ciclo do ensino básico varia entre um mínimo de 39% em Castelo de Paiva e um máximo de 56% em Resende;
- O índice concelhio de poder de compra oscila entre um mínimo de 49, em Celorico de Basto e Cinfães, e um máximo de 74, em Felgueiras;
- Em 2011, a taxa de desemprego em Cinfães (20%) era o dobro da registada em Felgueiras (10%);
- A percentagem da população servida por sistemas de águas residuais varia entre cerca de 20% em Baião, Celorico de Basto e Castelo de Paiva e quase 100% em Lousada; já a recolha seletiva de lixo vai desde 5% em Castelo de Paiva a 12% em Celorico de Basto;
- O peso da indústria transformadora no conjunto da atividade económica, medido em termos de valor acrescentado bruto, varia entre 69%, em Felgueiras, e apenas

4%, em Cinfães; em contrapartida, o peso dos serviços varia entre um mínimo de 24%, em Felgueiras, e um máximo de 57%, em Resende.

Mas, não só o Tâmega e Sousa é heterogéneo, como os padrões espaciais dessa heterogeneidade não são uniformes, como se observa, desde logo, pelo grande número de concelhos citados na listagem anterior. Embora, em termos gerais, os concelhos da zona do Vale do Sousa tendam a apresentar características diferentes dos do Baixo Tâmega e Douro, a realidade é complexa, como os exemplos anteriores ilustram: dentro de cada um desses grupos de municípios há, também, considerável diversidade e não é invulgar que, nalgumas matérias, concelhos de uma das zonas apresentem indicadores semelhantes aos da outra.

A heterogeneidade do território está associada, embora não seja a sua única causa, à ausência de uma identidade regional vincada. Questionado sobre a sua origem, nenhum habitante da comunidade afirmará espontaneamente ser “do Tâmega e Sousa”.

A natureza difusa do sistema urbano do Tâmega e Sousa contribui também para a inexistência de uma identidade regional vincada. Não há, na comunidade intermunicipal, um polo urbano de referência, para o qual essa identidade pudesse remeter: pelo contrário, existem diversas cidades de escala relativamente semelhante, dispersas pelos vários municípios.

A ainda muito recente criação da comunidade intermunicipal é outro dos fatores que justificam esta situação. Os municípios que integram a CIM do Tâmega e Sousa agrupavam-se, anteriormente, de acordo com outras lógicas de organização espacial, nomeadamente na AMBT - Associação de Municípios do Baixo Tâmega, na AMVDS - Associação de Municípios do Vale do Douro Sul e na Valsousa - Associação de Municípios do Vale do Sousa, cada uma delas incluindo municípios que não pertencem à CIM. Aliás, estas associações continuam a existir em paralelo com a CIM, o que não simplifica a afirmação de uma identidade comum.

A multiplicidade de referências espaciais acentua-se quando se vai além da organização dos municípios. Administrativamente, os onze concelhos do Tâmega e Sousa repartem-se por quatro distritos – Aveiro, Braga, Porto e Viseu – que constituem a referência para a prestação de alguns serviços públicos, cujos modelos de organização espacial variam de domínio para domínio, desde a agricultura até à justiça.

A multiplicidade caracteriza também a organização da “sociedade civil”. Por exemplo, em termos de desenvolvimento local, coexistem no Tâmega e Sousa cinco entidades: a ADER – Sousa (que atua em Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Penafiel e, já fora da CIM, Paredes), a ADRIMAG (Castelo de Paiva e Cinfães e, fora da CIM, Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul, Sever do Vouga e Vale de Cambra), a Beira Douro (Cinfães, Resende e, fora da CIM, Armamar, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca), a Dolmen (Amarante, Baião, Cinfães, Marco de Canaveses, Penafiel e Resende) e a PROBASTO (Celorico de Basto e, fora da CIM, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena). Destas, portanto, só a Dolmen não estende a sua área de intervenção para além do território do Tâmega e Sousa.

Tudo isto cria “ruído”, redundâncias e espaço para rivalidades espúrias, dificultando, repete-se, a afirmação de uma identidade comum. Para lá do que possa implicar em termos de definição e, sobretudo, de implementação de uma estratégia comum, a ausência de uma identidade regional forte é também uma condicionante importante

relativamente à afirmação externa da comunidade. Não é fácil projetar para o exterior aquilo que mesmo os seus habitantes têm dificuldade em reconhecer.

5.1.2. Localização e acessibilidades: vantagens e inconvenientes da proximidade

No contexto regional, o Tâmega e Sousa está “perto de tudo”. Tomando como referência a sede da Comunidade Intermunicipal, em Penafiel, e o transporte rodoviário, em 30 minutos chega-se ao Porto ou a Guimarães, em 45 a Braga ou Vila Real e, em cerca de uma hora, a Aveiro, Lamego ou Viana do Castelo. Alargando um pouco o tempo de viagem, em hora e meia chega-se a Coimbra, a Vigo ou a Viseu, em duas e meia a Bragança ou a Santiago de Compostela e em 3 horas a Lisboa. E a partir do Porto, mas também de Vigo ou Lisboa, tem-se fácil acesso ao resto do mundo.

Esta proximidade alicerça-se na rede rodoviária, descrita anteriormente, que, no noroeste do Tâmega e Sousa, tem uma densidade assinalável: as autoestradas A4, A11 e A42 servem em boas condições os concelhos de Amarante, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Penafiel e, em condições menos favoráveis, Celorico de Basto, concelho para o qual também a A7 é um acesso relevante. Já os concelhos do sudeste do Tâmega e Sousa, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães e Resende, não têm acesso direto à rede nacional de autoestradas, sendo as ligações de Baião e Resende à A24, que lhes passa próxima, bastante insatisfatórias.

A “proximidade” que caracteriza o Tâmega e Sousa pode ser lida como uma força ou uma fraqueza do território. Pela positiva, a proximidade facilita o acesso às infraestruturas, recursos e capacidades existentes na sua envolvente geográfica. Abre oportunidades em termos de qualificação dos recursos humanos da comunidade, de atração de visitantes, de captação de investimento, de escoamento, no limite internacional, da sua produção. Mas também facilita processos de sentido inverso: os agentes localizados no Tâmega e Sousa podem, sem grande transtorno, partir para polos mais dinâmicos ou tornarem-se dependentes de centros de decisão aí localizados.

Os elementos analisados nos capítulos anteriores mostram que os concelhos que ainda se confrontam com problemas significativos de acessibilidades têm apresentado dinâmicas demográficas e económicas desfavoráveis, ao contrário do que se tem passado com os restantes. Parece, portanto, relevante que o plano estratégico para o Tâmega e Sousa não descure a questão da rede fundamental de infraestruturas de transporte rodoviário da comunidade, mesmo que este tema não esteja atualmente entre as prioridades políticas a nível nacional e comunitário.

A análise efetuada indica também que, se grande parte do Tâmega e Sousa está já razoavelmente servido de ligações ao resto da Região Norte, a mobilidade interna dentro da própria comunidade sofre ainda de limitações importantes. Em parte, por razões infraestruturais: as redes de estradas municipais demonstram, quase sempre, necessidade de manutenção e, muitas vezes, de melhoramento ou mesmo construção de troços, nomeadamente no que respeita às ligações entre as sedes de concelho e as freguesias rurais, bem como nas ligações entre concelhos limítrofes. Mas a mobilidade intrarregional é também prejudicada por insuficiências e descoordenações na oferta de transportes públicos. Nas últimas décadas, a rede ferroviária não beneficiou de investimentos que permitissem manter níveis de serviços adequados aos padrões atuais e os serviços de transportes rodoviários existentes são muito lacunares. As limitações existentes nestas

matérias constituem obstáculos significativos à mobilidade geográfica dos trabalhadores e ao acesso das populações aos serviços e à administração.

5.1.3. Uma população jovem mas a perder dinâmica

No contexto regional e nacional, o Tâmega e Sousa é um “território jovem”: a idade média da população é de 38,5 anos, contra uma média de 41 na Região Norte e de 41,8 no conjunto do país; e o índice de dependência de jovens, que corresponde ao número de pessoas até aos 14 anos por cada 100 pessoas entre os 15 e os 64 anos, é de cerca de 25 no Tâmega e Sousa quando ronda os 22 tanto no Norte como em Portugal.

A juventude da população pode ser um importante argumento em termos de atração de investimento e representa um ativo de dinamismo e de flexibilidade que reforça a capacidade do Tâmega e Sousa para moldar o seu futuro. Ao mesmo tempo, é uma condicionante importante relativamente às necessidades de serviços públicos e sociais, implicando, por comparação com outras zonas do país, uma maior pressão sobre os que se dirigem aos mais jovens, nomeadamente a educação, do que sobre os orientados para camadas etárias mais avançadas.

A juventude da população é também um desafio e fator de exigência. Os jovens são cada vez mais abertos à mobilidade geográfica: se o Tâmega e Sousa não lhes oferecer perspectivas interessantes para a construção das suas vidas, muitos partirão para outras zonas do país e do estrangeiro. Nesta matéria, não se pode esquecer que, como referido adiante, as novas gerações são mais qualificadas do que as que as antecederam e que esta maior qualificação anda tipicamente associada a maiores expectativas.

No entanto, como se assinalou atrás, este é dos muitos domínios em que a comunidade é heterogénea: enquanto em Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Penafiel a idade média se situa no intervalo de 36 a 38 anos, nos restantes concelhos (Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães e Resende) é da ordem dos 40 a 43.

Os concelhos do Tâmega e Sousa agrupam-se, do mesmo modo, no que respeita à evolução da população nos dez anos que mediaram entre os Censos de 2001 e 2011: em todos os concelhos do primeiro grupo, a população aumentou, em percentagens que variaram entre 0,6% em Penafiel e 6,3% em Paços de Ferreira; em contrapartida, em todos os do segundo grupo, a população diminuiu, entre 1,8% em Celorico de Basto e 8,9% em Cinfães. Em geral, estas variações dão continuidade a tendências de longo prazo que têm já várias décadas. No entanto, apesar do aumento da população que ainda se registou nos últimos dez anos, em alguns concelhos, ao longo da década todos registaram uma queda acentuada no crescimento populacional, quer na componente natural, quer na migratória.

A estratégia para os próximos anos terá, portanto, que pesar devidamente a questão da sustentabilidade da oferta de serviços no contexto de uma população que, a não se inverterem as tendências atuais, tende a diminuir e a envelhecer.

5.1.4. Défice de qualificações

O plano estratégico não poderá deixar de ter em conta as qualificações da população envolvida. A situação atual do Tâmega e Sousa é caracterizada por um défice de qualificações face ao todo nacional: quase 60% dos residentes com 15 ou mais anos não foram além do segundo ciclo do ensino básico, quando esta percentagem é de 50% no

conjunto da Região Norte e 46% em Portugal. Em contrapartida, só 9,6% daqueles residentes completaram estudos pós-secundários ou superiores, contra 16,8% no Norte de Portugal e 19,2% no conjunto do país.

A informação disponível permite verificar que este défice tem vindo a diminuir gradualmente, sendo mais acentuado nos escalões etários mais avançados do que entre os jovens. Em particular, na população entre os 15 e os 24, a percentagem dos que, no Tâmega e Sousa, completaram o ensino secundário é já muito próxima da média nacional. Mas, no que diz respeito ao ensino superior, apesar de uma evolução positiva, há ainda uma desvantagem relativa considerável.

Um sinal muito positivo em matéria de qualificações é a evolução recente do abandono escolar entre os 10 e os 15 anos. No início do século, aquando do Censo de 2001, todos os concelhos do Tâmega e Sousa apresentavam taxas de abandono escolar acima da média nacional: em oito dos onze concelhos, a taxa de abandono escolar era, neste escalão etário, pelo menos, o dobro da média nacional. Na década seguinte, todos os concelhos do Tâmega e Sousa reduziram drasticamente o abandono escolar e, em 2011, seis deles estavam já abaixo da média nacional (1,6%) e os restantes dela muito próximos, evidenciando uma determinação política comum e as vantagens da proximidade na resolução deste tipo de problemas.

O grande desafio é agora estender o que já foi conseguido aos escalões etários seguintes, para elevar as taxas de conclusão do ensino secundário e do ensino superior. Nesse sentido, parece necessário reforçar a oferta de percursos formativos com uma componente profissionalizante, preferencialmente articulada com as necessidades do tecido produtivo regional. Para lá do desincentivo que constitui ao prosseguimento dos estudos, a ausência dessa articulação é também um obstáculo à atividade empresarial e um incentivo à emigração dos jovens qualificados.

No plano infraestrutural, depois dos investimentos significativos feitos em períodos anteriores, os problemas fundamentais prendem-se agora, sobretudo, com a manutenção e qualificação da rede de estabelecimentos, bem como com o seu ajustamento às tendências demográficas.

No domínio das qualificações, sublinha-se, o Tâmega e Sousa enfrenta um desafio considerável. O Acordo de Parceria proposto por Portugal à União Europeia estabelece, nesta matéria, metas específicas: em 2020, 40% da população portuguesa entre os 30 e os 34 deverá ter completado o ensino superior. Neste momento, no Tâmega e Sousa, esta taxa é de, apenas, 13%, cerca de metade da média nacional (26,1%), variando entre um mínimo de 9% em Baião e um máximo de 17,9% em Amarante. Há, portanto, que criar condições para que, rapidamente, uma parcela crescente dos jovens do Tâmega e Sousa queiram e possam frequentar o ensino superior.

5.1.5. Vitalidade industrial heterogeneamente distribuída

Tomado no seu conjunto, o Tâmega e Sousa é uma região fortemente industrializada. A indústria transformadora representa 41% do valor acrescentado bruto da comunidade, quando não vai além de 32% no Norte de Portugal e se fica por 21% a nível nacional. Em termos de emprego, a situação é semelhante: a indústria representa 40% do emprego no Tâmega e Sousa, 29% na Região Norte e, apenas, 18% no país.

Esta propensão industrial é sectorialmente especializada: as indústrias do couro e produtos de couro (que inclui o calçado) e do vestuário representam, por isso sós, mais de metade (51,7%) do valor acrescentado bruto industrial do Tâmega e Sousa. Outros sectores relevantes no território são a indústria do mobiliário e colchões (11,9%), a indústria dos produtos metálicos (8,8%) e, já a grande distância, a indústria dos produtos alimentares (3,8%). Em conjunto, estes cinco sectores de atividade representam mais de três quartos (76,2%) do VAB industrial da comunidade. O seu peso em termos de emprego é menor (51%), o que implica que apresentam níveis de produtividade superiores aos dos restantes setores.

A dimensão média das empresas industriais do Tâmega e Sousa é reduzida, sendo que 93% têm menos de dez trabalhadores. A maioria delas têm uma incorporação muito limitada, nos seus processos, dos ditos “fatores dinâmicos de competitividade” e, nomeadamente, de conhecimento e inovação, apesar das dinâmicas positivas observáveis, por exemplo, no calçado. A reduzida representação da comunidade nos projetos aprovados no Compete em domínios mais relacionados com I&DT é disso ilustrativa. Ainda assim, as indústrias predominantes no Tâmega e Sousa têm uma forte vocação exportadora. A comunidade apresenta uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 270%, quase duas vezes a registada no conjunto da Região Norte e mais de três vezes nacional.

Desde 2007, a indústria transformadora do Tâmega e Sousa aumentou o valor acrescentado bruto em 9% enquanto reduziu o emprego em 4%, o que permitiu um crescimento da produtividade em 14%. Este é, no entanto, um domínio em que o Tâmega e Sousa se compara desfavoravelmente com o resto do país: a produtividade da sua indústria é apenas 66% da verificada na Região Norte e 54% da nacional, sendo certo que os indicadores nacionais são, por sua vez, muito desfavoráveis no contexto europeu. Embora estes indicadores sejam em grande medida resultado da especialização produtiva regional, que não inclui indústrias mais pesadas e de maior valor acrescentado, este é, sem dúvida, um tema a merecer atenção no quadro da estratégia regional: em última análise, a produtividade é a determinante fundamental do nível de vida das populações.

Este retrato de conjunto esconde, no entanto, a profunda heterogeneidade que marca o Tâmega e Sousa, já anteriormente assinalada. A indústria transformadora representa quase 70% do VAB em Felgueiras, é da ordem dos 50% em Paços de Ferreira e Lousada, ronda um terço em Amarante, Castelo de Paiva e Penafiel, cai para 20% em Celorico de Basto e Marco de Canaveses, fica-se por 11% a 13% em Baião e Resende e não vai além de 4% em Cinfães.

Mas a heterogeneidade é patente mesmo dentro dos concelhos mais industrializados, traduzindo-se aí em diferentes especializações setoriais: Felgueiras é o concelho mais relevante na indústria de calçado e, em conjunto com Lousada, no têxtil; Paços de Ferreira no mobiliário e, juntamente, com Lousada e Penafiel, no vestuário; Amarante nos produtos metálicos e Marco de Canaveses nas indústrias alimentares. Apesar desta diversidade, os setores predominantes no Tâmega e Sousa apresentam similitudes que podem ser a base para iniciativas cooperativas, por exemplo, em domínios como a formação de quadros ou da organização da prestação de serviços às empresas.

5.1.6. A relevância da agricultura e floresta

As atividades agrícolas e florestais têm uma elevada importância no uso do solo no Tâmega e Sousa e, portanto, na definição da paisagem, embora o seu peso na economia seja relativamente diminuto, não indo além de 1,3% do valor acrescentado bruto e 2,5% do emprego. No entanto, dentro da heterogeneidade que é característica da comunidade, representam 4,4% do emprego em Baião, 5,6% em Celorico de Basto, 7,8% em Cinfães e 20,1% em Resende. A população agrícola tem, contudo, vindo a diminuir.

A agricultura existente continua a ser essencialmente de pequena propriedade mas, na última década, assistiu-se a um crescimento da dimensão média das explorações, fruto do aumento do número das de maior dimensão: as explorações com superfície agrícola superior a 20 hectares representam já mais de um terço da área total de superfície agrícola utilizada. No mesmo período, assistiu-se igualmente a um reforço assinalável das explorações especializadas. Estes indicadores estatísticos sugerem um processo de profissionalização e empresarialização da agricultura.

Os agricultores são uma classe profissional bastante envelhecida, com dois terços a ultrapassarem os 55 anos. De assinalar, apesar de tudo, que esse envelhecimento é menos acentuado nos concelhos menos industrializados, onde a agricultura tem maior importância no emprego. As qualificações escolares dos agricultores tendem a ser muito baixas, com mais de três quartos dos responsáveis por explorações agrícolas a não terem ido além do 1º ciclo do ensino básico. Ainda assim, estes valores implicam uma evolução positiva assinalável face ao que ocorria no passado recente.

É de assinalar que as cooperativas agrícolas, que poderiam desempenhar um importante papel na modernização da atividade, apresentam, na sua maioria, sérios problemas financeiros e de gestão.

A floresta é também um ativo muito relevante do Tâmega e Sousa, ocupando mais de um terço do seu território. Embora, também nesta matéria, prevaleça um modelo de pequena propriedade, é de salientar a existência de seis zonas de intervenção florestal, geridas por duas organizações de produtores florestais (AFVSOUSA e AFEDTÂMEGA), com o potencial para garantir coordenação e escala em intervenções que não são viáveis individualmente.

Independentemente de outras considerações, a preservação da paisagem e a ocupação do território seriam, por si sós, argumentos relevantes para que o plano estratégico não ignorasse estas áreas de atividade. A garantia desses objetivos passa, no entanto, pela atenção a atividades complementares, como o turismo rural e de natureza, a transformação e comercialização de produtos agropecuários e florestais ou a exploração do potencial energético da floresta, não pela mera tentativa de perpetuação da realidade existente que, em si mesma, não parece apresentar potencial para garantir o futuro do Tâmega e Sousa e, nem sequer, das suas áreas menos industrializadas.

5.1.7. Ambiente: mais-valias e problemas

Apesar de não incluir nenhuma área protegida ou classificada, o Tâmega e Sousa apresenta um conjunto de características naturais de grande beleza, suscetíveis de valorização económica, nomeadamente turística. As montanhas – como a Aboboreira, o Marão e o Montemuro – e os rios – como o Douro, o Paiva, o Tâmega e o Sousa, entre diversos outros de menor dimensão – são elementos muito marcantes da paisagem. A

floresta é também, como se assinalou no ponto anterior, um elemento estrutural da paisagem do Tâmega e Sousa, cobrindo cerca de um terço do território.

Em geral, a situação ambiental no Tâmega e Sousa tende a estar inversamente relacionada com a prevalência da atividade económica, particularmente da atividade industrial: os concelhos menos industrializados, nomeadamente, Baião, Cinfães, Celorico de Basto e Resende, mas também Amarante, Castelo de Paiva e Marco de Canaveses, apresentam geralmente uma natureza mais preservada e condições ambientais mais favoráveis do que os concelhos mais industrializados. Assim, por exemplo, com exceção de parte do município de Paços de Ferreira, todo o Tâmega e Sousa apresenta massas de água subterrânea com boa qualidade mas as massas de água superficiais tendem a estar em melhores condições nos concelhos menos industrializados.

As características paisagísticas do Tâmega e Sousa têm implicações relevantes em termos de riscos ambientais que importa acautelar. A extensa cobertura florestal anda associada a um considerável risco de incêndios florestais. E os rios da região geram riscos de cheias, particularmente notórios na cidade de Amarante.

Os serviços ambientais mereceram ampla atenção em documentos estratégicos anteriores, nomeadamente no PTD de 2008. A situação do Tâmega e Sousa, neste domínio, é muito heterogénea. No que respeita aos sistemas públicos de abastecimento de água, enquanto Castelo de Paiva, Felgueiras e Penafiel ultrapassaram já as metas do PEASSAR II, apresentando valores de 100%, ou muito próximos, Baião fica-se ainda pelos 20%, Marco de Canaveses pelos 34% e Cinfães pelos 56%. Entre estes extremos, Amarante, Celorico de Basto, Lousada e Paços de Ferreira variam entre 75% e 91%. Já no domínio das águas residuais, todos os concelhos permanecem distantes da meta de 90% definida no PEASSAR II, sendo Felgueiras, com 70%, o que mais se aproxima e Celorico, com 17%, o que está mais distante. No domínio dos resíduos urbanos, a percentagem dos que são valorizados (8%) encontra-se muito abaixo da média nacional (18%) que, ela própria, se encontra muito distante da meta de 50% definida para 2020.

Este é, portanto, tema que continua a merecer atenção privilegiada.

5.1.8. Um potencial turístico subaproveitado

Não é fácil determinar com exatidão a importância do turismo numa economia. Pela sua natureza, o turismo repercute-se na atividade de múltiplos setores, incluindo nomeadamente o alojamento, a restauração, o comércio e os transportes mas estendendo-se igualmente a outras atividades. Independentemente de uma quantificação precisa, parece certo que o turismo tem um peso relativamente reduzido, mas com potencial de crescimento, na economia do Tâmega e Sousa.

Esse potencial de crescimento assenta num conjunto de ativos de que o território dispõe e que vão de encontro às atuais tendências da procura. O Tâmega e Sousa tem um valioso património histórico-cultural de que a Rota do Românico é a expressão mais visível. Tem igualmente um património natural e ambiental bem preservado, ligado nomeadamente às serras e aos rios, suscetível de valorização em termos de turismo de natureza, turismo desportivo e turismo cinegético. Tem os seus vinhos e tradições gastronómicas. E tem já uma razoável oferta de alojamento, de diversas tipologias. Estes ativos são suscetíveis de apelar ao turista atual que demonstra apetência pela diversidade, pela autenticidade e pela qualidade ambiental. Além disso, como já se analisou em ponto anterior, a comunidade tem boas acessibilidades, estando próxima do principal aeroporto do

norooeste peninsular. No entanto, as estatísticas mostram que a procura é limitada e caracterizada por curtas estadias e forte sazonalidade.

A afirmação do turismo no Tâmega e Sousa debate-se com dificuldades relevantes. Parte delas são internas. A oferta turística do território encontra-se ainda pouco articulada, sendo muito baseada em elementos isolados que, embora despertando o interesse de alguns potenciais visitantes, não estão estruturados em produtos adequados para uma difusão mais alargada. Outras dificuldades estão relacionadas com o enquadramento geográfico. O Tâmega e Sousa encontra-se rodeado por outros polos, como a cidade do Porto e o Douro vinhateiro, que têm demonstrado maior capacidade de atração turística. A promoção da região, quer nos mercados internacionais, quer no mercado nacional, não é também facilitada pela sua identidade difusa. Por outro lado, o Tâmega e Sousa tem uma escala reduzida para uma efetiva afirmação autónoma nos mercados internacionais.

A afirmação do potencial turístico do Tâmega e Sousa pode ser um importante elemento de diversificação da sua base económica e afigura-se particularmente relevante para os seus municípios menos industrializados, onde, aliás, se encontram os principais ativos naturais e ambientais. As considerações anteriores sugerem que essa afirmação terá que passar por uma melhor estruturação dos produtos turísticos da comunidade e por uma estratégia de promoção que tenha em conta a articulação com as regiões vizinhas, no quadro da Região Norte.

5.1.9. Carências no mercado de trabalho e inclusão social

Globalmente, os indicadores relativos ao mercado de trabalho no Tâmega e Sousa não se afastam significativamente das médias regionais e nacionais. No entanto, neste, como em tantos outros domínios, a realidade da comunidade intermunicipal é muito heterogénea.

O Censo de 2011 mostra que a taxa de desemprego variava, então, entre 10,3% em Felgueiras e praticamente o dobro em Baião e Cinfães (19,4% e 20%, respetivamente). Castelo de Paiva, Celorico de Basto e Marco de Canaveses apresentavam também taxas muito elevadas, acima de 16%. Entre os concelhos menos industrializados, só Resende escapava aos níveis mais acentuados deste problema mas à custa de um outro: uma baixíssima taxa de atividade, de apenas 34%; o desemprego era evitado, formalmente, através da saída do mercado de trabalho. A taxa de atividade era também bastante baixa em Cinfães, Baião e Celorico de Basto.

De salientar que em quatro dos cinco concelhos com taxas de desemprego mais elevadas (Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto e Cinfães) mais de 40% das pessoas empregadas trabalhavam fora do concelho, refletindo a reduzida dinâmica dos mercados locais de trabalho. E, em Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Marco de Canaveses, mais de 10% trabalhavam mesmo no estrangeiro.

Por outro lado, é também de salientar que em todos os cinco concelhos com taxas de desemprego mais elevadas, assim como em Amarante e Resende, havia uma enorme disparidade entre a taxa de desemprego dos dois sexos, em desfavor do feminino. Em Baião e em Resende, a taxa de desemprego feminino era mesmo mais do dobro da taxa masculina.

Os indicadores estritamente económicos apontam, em geral, para que os níveis de qualidade de vida no Tâmega e Sousa fiquem aquém da média nacional e da Região Norte. A título de exemplo, o índice concelhio de poder de compra atribui aos concelhos

da comunidade intermunicipal valores entre 50 e 74, bem abaixo dos 89 que são a média da Região Norte. Mas também outros indicadores mais fundamentais, como a percentagem dos alojamentos sem, pelo menos, uma infraestrutura básica apontam, de acordo com o Censo, no sentido da subsistência de problemas significativos a resolver. Também a percentagem da população que tem por principal fonte de rendimento o Rendimento Social de Inserção e outros apoios sociais é mais alta no Tâmega e Sousa do que na Região Norte ou no país.

Estes elementos sugerem que as questões do emprego e da inclusão social merecem um lugar destacado no plano estratégico.

5.1.10. Fragilidades do tecido institucional

Nesta síntese das principais linhas de força que resultam da caracterização do Tâmega e Sousa, uma última nota vai para a relativa baixa densidade e dispersão do tecido institucional: ignorando, por um momento, os próprios municípios que constituem a CIM, as instituições capazes de, por si mesmas, se afirmarem como protagonistas de uma estratégia para o território são em número reduzido.

A presença direta do sistema científico e tecnológico no Tâmega e Sousa no território é muito escassa, resumindo-se praticamente à Escola Superior de Tecnologias e Gestão de Felgueiras (ESTGF), do Instituto Politécnico do Porto, e ao seu Centro de Inovação e Investigação em Ciências Empresariais e Sistemas de Informação. A disponibilidade do IPP para reforçar a sua intervenção na região é positiva mas não esconde esta escassez. As empresas do Tâmega e Sousa são, na sua quase totalidade, de pequena ou muito pequena dimensão, tendo uma capacidade de reflexão e intervenção estratégica limitada: uma base de dados com boa taxa de cobertura⁴¹ assinala a presença de, apenas, 7 empresas industriais com mais de 250 empregados. A dispersão do tecido empresarial pode, eventualmente, ser compensada pelo papel agregador das associações empresariais. Nesta matéria, é de assinalar a iniciativa de criação do Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa, reunindo associações de âmbito municipal dos onze concelhos mas trata-se de uma iniciativa que dá ainda os seus primeiros passos. Há, no entanto, que conseguir uma adequada articulação entre as preocupações de índole territorial que caracterizam o plano estratégico e a lógica de atuação das associações setoriais representativas das indústrias mais relevantes no Tâmega e Sousa, situadas, em geral, fora da comunidade, sob pena de se promoverem iniciativas sobrepostas, conflitantes e de escala inadequada. Finalmente, no domínio social, existe um grande número de instituições que desempenham um papel muito relevante mas que, individualmente, têm também uma esfera de ação limitada.

A debilidade do tecido institucional obriga os municípios a assumir um papel de liderança em qualquer processo de transformação do Tâmega e Sousa. Mas a sua capacidade para o fazer enfrenta também importantes limitações. Desde logo, de competência territorial. Individualmente, cada um dos onze municípios é responsável por uma pequena parcela do território sobre que se pretende intervir e, em muitos casos, a intervenção ao nível concelhio seria insuficiente para garantir os resultados pretendidos. Depois de competência funcional: muitos dos domínios em que seria recomendável intervir para promover o desenvolvimento do território não se enquadram

⁴¹ SABI.

nas competências legais dos municípios. Mesmo nos domínios sobre que têm responsabilidades legais, a capacidade de intervenção dos municípios é condicionada pelos seus recursos e competências. Vários deles têm situações financeiras muito limitativas. E, de uma maneira geral, todos carecem do reforço dos seus sistemas de informação e da qualificação dos seus quadros.

Neste contexto, a Comunidade Intermunicipal parece um instrumento cujo potencial está longe de plenamente explorado.

5.2. Uma SWOT sintética

FORÇAS

- Proximidade e boas acessibilidades a diferentes zonas do Norte de Portugal e da Galiza e, de lá, ao resto do mundo
- População jovem
- Forte tradição industrial e exportadora, com especializações municipais diferenciadas mas em setores com similitudes que constituem espaço de cooperação
- Importância crescente de uma agricultura de pendor mais empresarial, com crescimento da dimensão e especialização das explorações, e reforço da sua produtividade
- Riqueza e diversidade do património histórico, cultural e natural, bem como oferta gastronómica e vinícola, suscetível de valorização turística
- Potencial económico da floresta e de outros recursos endógenos suscetíveis de valorização no âmbito da agro-indústria, turismo e energia

FRAQUEZAS

- Identidade regional difusa
- Sobreposição de modelos inconsistentes de organização espacial da administração, dos serviços públicos e da sociedade civil
- Escala diminuta para uma afirmação internacional autónoma
- Concelhos menos industrializados com acessos inadequados à rede de autoestradas
- Insuficiente mobilidade intra e intermunicipal devido a carências infraestruturais (rodoviárias, ferroviárias) e na oferta e coordenação de serviços de transportes
- Escassez de protagonistas no tecido empresarial, científico-tecnológico e institucional
- Défice de qualificações, nomeadamente a nível superior, da população
- Baixa produtividade, quer na agricultura, quer na indústria, caracterizadas, em geral, pela reduzida dimensão e pela escassa incorporação de conhecimento e inovação
- Debilidades institucionais no sector agrícola, com graves problemas nas cooperativas
- Fraca articulação da oferta turística, dentro do Tâmega e Sousa e com as regiões vizinhas
- Carências nos serviços ambientais, generalizadas a nível de resíduos e mais localizadas no abastecimento de água
- Níveis ainda baixos de utilização das TIC pelos municípios, empresas e cidadãos

OPORTUNIDADES

- CIM como instrumento de coordenação e alavancagem da capacidade de intervenção dos municípios
- Disponibilidade de fundos estruturais
- Proximidade e acessibilidades permitem mobilizar competências e recursos existentes em regiões vizinhas em favor do Tâmega e Sousa
- Inserção das PME do Tâmega e Sousa em cadeias de valor globais geograficamente fragmentadas, especialmente se inseridas em clusters com visibilidade internacional
- Novos padrões de consumo e motivações dos turistas, privilegiando destinos que ofereçam experiências diversificadas e com elevado grau de autenticidade e qualidade ambiental
- Comunidades de emigrantes portugueses no mundo (potenciais turistas, potenciais clientes, potenciais parceiros nos processos de internacionalização, potenciais investidores)

AMEAÇAS

- Perda de dinâmica populacional, fruto de quebras na natalidade e de imigração, com tendência para o seu envelhecimento e mesmo diminuição
- Problemas de coesão social decorrentes dos elevados níveis de desemprego e da alteração da estrutura etária da população
- Incapacidade de fixação dos jovens mais qualificados
- Impacto dos fogos sobre o potencial da floresta
- Modestas perspetivas de crescimento económico na UE27, espaço em que se concentram as exportações do Tâmega e Sousa
- Reduzida compreensão, e domínio nulo, sobre as cadeias globais em que a produção industrial é crescentemente organizada
- Forte concorrência, nacional e internacional, de regiões com oferta turística comparável

6. A estratégia

Este capítulo apresenta as linhas de força do plano estratégico do Tâmega e Sousa. Sendo a comunidade intermunicipal marcada por fortes contrastes, começa-se por enunciar uma visão que se pretende inclusiva e agregadora, suscetível de mobilizar as forças vivas da região em prol de um esforço partilhado de desenvolvimento. Enunciam-se depois os domínios estratégicos de intervenção que permitirão dar corpo à visão, deixando-se para o capítulo seguinte a apresentação do plano de ação que os concretizará.

6.1. Visão

A elaboração deste plano estratégico é uma iniciativa da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, desenvolvida no contexto da preparação para o período de programação dos fundos comunitários 2014-2020.

Sendo da iniciativa da Comunidade Intermunicipal, o plano não é, no entanto, um plano para a CIM. Desde o primeiro momento, o Conselho Intermunicipal entendeu que o plano devia ser para o Tâmega e Sousa, não para a instituição CIM que é apenas um dos agentes relevantes do território. O desenvolvimento do Tâmega e Sousa exige o contributo de todos, não apenas da CIM, nem sequer apenas dos municípios que a integram. Pelo contrário, o plano tenderá a ser tanto mais bem-sucedido quanto maior o envolvimento de outros agentes: da população e das suas coletividades; das empresas e associações empresariais; das instituições de solidariedade social; da administração pública e das suas agências. O que se pretende é traçar um rumo para o Tâmega e Sousa e definir um conjunto de iniciativas que lhe deem corpo que seja suscetível de a todos mobilizar. Neste processo, a CIM vê-se como um agente dinamizador, coordenador, facilitador, mas não como o protagonista exclusivo, ou até prioritário, de todas as iniciativas.

O Conselho Intermunicipal entendeu igualmente que o plano não deveria ser concebido como um mero instrumento de captação de fundos comunitários. Esses fundos são, evidentemente, um instrumento fundamental para a concretização das aspirações da região e é necessário promover a sua plena e eficiente captação e, especialmente, utilização. Mas, os fundos comunitários não são, não podem ser, a medida dessas aspirações. O plano estratégico deve adotar uma perspetiva abrangente, identificando as necessidades do Tâmega e Sousa e propondo, de forma responsável, iniciativas convenientes à sua satisfação. A CIM procurará, em conjunto com todos os que queiram contribuir para o desenvolvimento da região, as melhores soluções, nomeadamente em termos de financiamento, para as implementar, não descurando, mas não se restringindo, aos fundos comunitários.

O Conselho Intermunicipal entendeu, finalmente, que o plano estratégico devia assumir uma perspetiva de médio/longo prazo. A elaboração do plano é uma oportunidade privilegiada para refletir sobre o futuro do Tâmega e Sousa. O facto de estar em causa o

período de programação 2014-2020 não deveria constranger a reflexão a esses limites temporais.

O programa de ação proposto no capítulo seguinte é balizado pelo horizonte 2020. Mas o rumo que se propõe para o Tâmega e Sousa não se esgota aí, esperando-se que, sem prejuízo dos ajustamentos periódicos que as circunstâncias sempre impõem, possa guiar os agentes da região por mais de uma década. Desejavelmente, em 2020, o Tâmega e Sousa deveria ainda poder rever-se nas grandes linhas orientadoras do plano agora aprovado, embora tendo inevitavelmente que renovar o programa de ação que lhe está associado.

Este entendimento do plano estratégico impõe que este seja um documento inclusivo, capaz de mobilizar as forças vivas do Tâmega e Sousa, em torno de uma visão partilhada e largamente consensual. A própria natureza das Comunidades Intermunicipais assim o exige, aliás. Estas comunidades são associações de municípios com igual dignidade pelo que a aprovação do plano estratégico deve, tanto quanto possível, obter um amplo assentimento.

A elaboração, aprovação e implementação de um plano estratégico numa entidade deste tipo é, por isso, um processo substancialmente diferente de um plano estratégico empresarial. Numa Comunidade Intermunicipal, não existe a hierarquia que é própria de uma empresa. Nem os mecanismos hierárquicos estão presentes na relação com os outros agentes do território que é necessário mobilizar em prol do desenvolvimento do Tâmega e Sousa. O plano não pode, portanto, ser um documento prescritivo e fechado que tente ditar minuciosamente a cada um o que fazer. A sua função é antes a de abrir espaço à iniciativa dos municípios e das restantes forças vivas do território, garantindo a sua coerência pela adesão a uma visão do futuro amplamente partilhada.

É com este propósito que a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa adota a seguinte visão estratégica:

Tâmega e Sousa 2030

Um território ambientalmente exemplar, uma economia dinâmica, uma comunidade coesa.

- **Um território ambientalmente exemplar** – Pretende-se que a excelência ambiental seja um traço identitário da região. O Tâmega e Sousa orgulha-se de importantes ativos ambientais existentes no seu território. Alguns dos últimos rios selvagens da Europa. Manchas de água subterrânea de muito boa qualidade. Paisagens de montanha de grande beleza. Áreas florestais bem preservadas. Mas,

a região tem também importantes problemas ambientais a resolver, particularmente no que respeita à convivência entre a ocupação humana e a preservação da natureza. Há muito a fazer, por exemplo, no âmbito dos serviços ambientais. Apesar dos progressos feitos na última década, há zonas do território muito deficientemente cobertas de redes de água e saneamento e a recolha de resíduos urbanos está ainda muito longe das metas existentes. Há, igualmente, riscos ambientais importantes, nomeadamente os relacionados com os fogos florestais e com cheias. E há um caminho importante a percorrer em termos de eficiência energética que passa, em parte, pelo aproveitamento de recursos endógenos do território. O plano estratégico procura contribuir para a preservação dos ativos existentes e para a correção dos problemas que subsistem, para tornar o Tâmega e Sousa num território ambientalmente exemplar.

- **Uma economia dinâmica** – Uma comunidade viva carece de uma economia que a suporte. Sem dinamismo económico, não há emprego, as pessoas partem, a dimensão das famílias reduz-se, a população definha e envelhece. O diagnóstico mostra claramente que o Tâmega e Sousa apresenta, nesta matéria, uma realidade dual, com concelhos que, mesmo no contexto muito difícil que o país tem vivido, têm mantido um dinamismo económico assinalável e outros que apresentam tendências seculares de esvaziamento. O plano estratégico procura manter e reforçar o dinamismo dos primeiros, enquanto combate as tendências desfavoráveis que atingem os segundos. Só assim se poderá lidar com o magno problema que é o desemprego. Para isso é, nomeadamente, indispensável reforçar as qualificações das pessoas e das instituições. O dinamismo económico deverá ser assegurado em moldes sustentáveis, compatíveis com a exemplaridade ambiental que se pretende afirmar. Deve, aliás, dela beneficiar e para ela contribuir. A excelência ambiental é, em si mesma, um ativo explorável, por exemplo, no domínio do turismo. E a prossecução da excelência ambiental pode suportar atividades económicas relevantes, por exemplo, na prestação de serviços ambientais, na valorização de recursos endógenos ou na proteção contra riscos. O dinamismo económico deve ser também um importante alicerce da coesão que constitui o terceiro pilar desta visão.
- **Uma comunidade coesa** – O relevo dado à coesão é, desde logo, uma declaração de intenções face à heterogeneidade que marca o Tâmega e Sousa: pretende-se que a implementação deste plano contribua para atenuar essa heterogeneidade, reforçando a coesão territorial. Afirmer este propósito implica reconhecer e aceitar os diferentes pontos de partida e de chegada. Implica igualmente aceitar que, apesar da sua lógica intermunicipal, nem todas as iniciativas a desenvolver serão igualmente relevantes para todos os municípios: o equilíbrio global que tem que caraterizar um plano desta natureza não invalida que nele sejam contempladas respostas a preocupações que afetam mais uns do que outros. Tratar-se-á de forma diferente o que é diferente: afirmar a coesão não significa homogeneizar, mas valorizar a diferença para aproximar. Daí que esta afirmação do valor da coesão não se restrinja ao âmbito territorial. Pretende-se, igualmente, uma comunidade coesa no plano institucional, com os onze municípios a colaborarem solidariamente, certos de que essa é a melhor forma de defender os interesses de cada um, e a explorarem as oportunidades de trabalho em comum abertas pela existência da CIM: as comunidades intermunicipais são uma criação recente, havendo todo um percurso a fazer na exploração das suas potencialidades. Mas, sobretudo, pretende-se uma comunidade coesa no plano humano. Uma comunidade que apoia os que não beneficiam diretamente do

dinamismo económico e os que, por motivos de saúde ou em função da sua idade, carecem de apoio.

A referência a “2030” visa afirmar, logo ao nível da visão, a perspetiva de médio/longo prazo que está subjacente ao plano estratégico. Não se trata de definir objetivos para o próximo período de programação dos fundos comunitários, trata-se de propor um rumo para a comunidade. A CIM do Tâmega e Sousa está, aliás, bem consciente de que os objetivos estabelecidos nesta visão não são estáticos, não estando nunca completamente cumpridos. A exemplaridade ambiental, o dinamismo económico e a coesão humana e institucional não estarão nunca garantidas. Chegados a 2020, a 2030, estes desafios permanecerão válidos. Em cada momento, haverá que continuar a trabalhar para os assegurar para os períodos seguintes. Se o plano estratégico tiver sido bem-sucedido, as condições de partida serão, então bem mais favoráveis do que as atuais.

A visão está alinhada com o diagnóstico do Tâmega e Sousa, apresentado no capítulo anterior: valoriza as suas forças no domínio do dinamismo económico e do ambiente e convoca-as para responder aos seus problemas a nível da coesão territorial e da fixação das populações. Está igualmente alinhada com os temas fundamentais da agenda Europa 2020. O crescimento inteligente, o crescimento sustentável e o crescimento inclusivo, as três prioridades dessa agenda, têm óbvias interceções com os elementos estruturantes desta visão.

Esta é uma visão capaz de funcionar como elemento agregador das vontades dos agentes da região. A começar pelos próprios municípios que integram a CIM que, tendo situações muito diferentes – não há como escondê-lo, nem há interesse em o fazer – têm igual legitimidade para exigir que o plano estratégico contribua para a resolução dos seus problemas. Mas também de todos os outros agentes. Das pessoas que aspiram a qualidade de vida e que para isso necessitam de uma economia que lhes ofereça oportunidades para a concretização das suas aspirações, de uma rede social que as proteja nos momentos de dificuldade e de uma envolvente ambiental propícia. Das empresas que carecem de um enquadramento favorável para o desenvolvimento dos seus projetos. Das instituições que procuram responder às dificuldades sociais.

O enunciado da visão é deliberadamente sucinto e não prescritivo. Centra-se nos objetivos, não nos meios para os atingir. Pretende ser o foco para onde convergem as iniciativas das forças vivas do Tâmega e Sousa, não o caminho exato a seguir por cada um.

6.2. Domínios estratégicos de intervenção

Definida a visão, torna-se necessário identificar os domínios estratégicos em que é necessário intervir para a concretizar.

A sua identificação assenta no trabalho de caracterização e diagnóstico efetuado que ocupa a primeira parte deste relatório e o capítulo inicial desta segunda parte. Para esse efeito, a equipa de trabalho reuniu por três vezes com o Conselho Intermunicipal, teve reuniões individuais com cada uma das Câmaras Municipais e recebeu contributos escritos da maioria delas. A equipa participou na conferência que a CIM promoveu a 23 de Janeiro de 2014 com *stakeholders* relevantes, reuniu individualmente com vários deles, analisou os contributos que lhe foram feitos chegar e, em geral, analisou toda a informação a que teve acesso. Entre estes contributos, são de destacar, pela sua relevância

estratégica, dois trabalhos promovidos pela CIM, o Plano de Ação para a Promoção do Empreendedorismo no Tâmega e Sousa e o Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade. O Plano Estratégico procura criar condições para a concretização dos objetivos da Comunidade do Tâmega e Sousa nessas matérias fundamentais.

Entre a documentação analisada, merece também referência específica o Programa Territorial de Desenvolvimento do Tâmega, de 2008. O desenvolvimento territorial é, tendencialmente, um processo lento – de longa duração, até – em que os elementos de continuidade se sobrepõem, quase sempre, às ruturas. Neste sentido, com o assentimento do Conselho Intermunicipal, o diagnóstico, a definição da visão e a identificação dos domínios estratégicos de intervenção tomaram como referência aquele documento. Em vez de partir do zero, ignorando a reflexão anteriormente efetuada e as opções assumidas, procurou-se perceber em que medida o diagnóstico efetuado em 2008 se mantinha atual e em que medida as linhas estratégicas que os municípios tinham então aprovado permaneciam adequadas.

Como seria previsível, a realidade do Tâmega e Sousa não mudou radicalmente em tão curto período. O principal fator de mudança, de sentido negativo, foi, sem dúvida, a dupla crise da economia nacional e das finanças públicas. A crise económica tem a sua expressão mais evidente no desemprego; a crise das finanças públicas debilitou a capacidade de investimento e de proteção social do Estado. O Tâmega e Sousa não escapou a estes problemas nacionais mas os seus concelhos foram atingidos com intensidades diferentes, em função das suas estruturas económicas e demográficas: em geral, os concelhos com situações mais débeis foram afetados com mais intensidade.

Mas, nos últimos anos, houve também dinâmicas positivas, descritas nos capítulos anteriores. Meramente a título ilustrativo, refiram-se os domínios da educação, em que as qualificações da população do Tâmega e Sousa evoluíram favoravelmente e em que se registaram reduções muito acentuadas no abandono escolar, e dos serviços ambientais, em que as taxas de cobertura tiveram também uma evolução positiva. Em ambos os domínios, há ainda, contudo, muito por fazer.

O diagnóstico efetuado foi a determinante fundamental na definição dos domínios estratégicos de intervenção. No entanto, como não poderia deixar de ser, estes têm, também, em conta as prioridades definidas na estratégia Europa 2020 e a estrutura previsível do programa Norte 2020. A integração entre o plano estratégico do Tâmega e Sousa e estes documentos é explicitada nas páginas seguintes.

O plano estratégico encontra-se estruturado em torno de seis domínios estratégicos de intervenção (DEI):

- DEI.1 - Modernizar e reorganizar a governação do território;
- DEI.2 - Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural e reforçando a cobertura dos serviços ambientais;
- DEI.3 - Incentivar a inovação e a competitividade na economia do Tâmega e Sousa;
- DEI.4 - Promover o potencial turístico e cultural do Tâmega e Sousa, no contexto do Norte de Portugal, apostando no marketing territorial e na dinamização da oferta;
- DEI.5 - Fortalecer a mobilidade inter e intra-municipal, ao serviço da coesão, da inclusão e da competitividade;
- DEI.6 - Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial.

O primeiro domínio de intervenção do plano estratégico visa “Modernizar e reorganizar a governação do território”. A ordem porque são definidos os objetivos não visa refletir a sua importância, sendo largamente arbitrária. No entanto, ao chamar as questões da governação para o topo desta lista, pretendeu-se realçar a determinação de aproveitar esta oportunidade para fortalecer os mecanismos de governação territorial e de explorar plenamente as oportunidades que a existência da comunidade intermunicipal oferece para prestar melhores serviços, de forma mais eficaz e eficiente, às populações.

Os quatro domínios de intervenção seguintes retomam largamente os objetivos estratégicos enunciados no Programa de Desenvolvimento Territorial de 2008. Em matéria ambiental, o PTD propunha-se “Garantir a universalidade, continuidade e qualidade dos serviços ambientais no Tâmega”. Entendeu-se, agora, manter a preocupação com os serviços ambientais mas alargar o âmbito este domínio de intervenção às restantes questões ambientais, nomeadamente à preservação do valioso património natural da região. O segundo objetivo estratégico do PTD era “Intensificar a competitividade e a modernidade do sector industrial e empresarial do Tâmega”. O terceiro domínio estratégico de intervenção do atual plano tem uma formulação semelhante. Retirou-se apenas a referência específica ao setor industrial, substituindo-o pelo conjunto da economia, não porque se pretenda dar menor importância à indústria mas porque se deseja tornar claro que a inovação e a competitividade têm que ser elementos de valorização de todas as atividades económicas. O quarto domínio de intervenção repete a aposta no turismo existente no PTD mas realça as sinergias com o domínio cultural. Finalmente, o PTD propunha-se “Estruturar as acessibilidades regionais fortalecendo a competitividade das cidades do Tâmega”. Este objetivo é enquadrável no quinto domínio de intervenção deste plano estratégico que, no entanto, põe a ênfase na mobilidade, da qual as acessibilidades são apenas um meio.

O plano estratégico prevê, por último, um domínio estratégico de intervenção orientado para “Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial” que se afigura particularmente relevante atendendo à heterogeneidade do território e ao impacto que aí teve a crise económica.

6.2.1. DEI.1 - Modernizar e reorganizar a governação do território

A governação do Tâmega e Sousa debate-se com um conjunto de constrangimentos assinalados no diagnóstico. Desde logo, apesar dos esforços que têm vindo a ser feitos, as principais instâncias de governação, as câmaras municipais, apresentam carências ao nível da qualificação dos seus serviços e dos seus sistemas de informação, problemas que são, aliás, comuns em toda a Região Norte. Depois, a escala do município não é, muitas vezes, a mais adequada à resolução dos problemas existentes, sendo que a relativamente recente criação da Comunidade Intermunicipal não permitiu ainda uma plena exploração das potencialidades deste instrumento. Finalmente, o Tâmega e Sousa é particularmente atingido pelas ineficiências que resultam da proliferação de diferentes lógicas de organização territorial da administração pública e das próprias instituições privadas.

O primeiro domínio estratégico de intervenção do plano estratégico de desenvolvimento intermunicipal é direcionado para o combate a estes problemas e prevê duas linhas de ação:

- Exploração do potencial da intermunicipalidade – A apresentação de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal é, em si mesma, um testemunho

das oportunidades de cooperação e integração que a existência da CIM oferece. Pretende-se que estas potencialidades, que estiveram presentes na sua conceção, correspondam também a valores estruturantes das iniciativas que o plano prevê, permitindo aos onze municípios do Tâmega e Sousa beneficiar de uma escala de intervenção que individualmente não têm. Sempre que possível, as iniciativas devem ser pensadas de forma integrada para o conjunto do Tâmega e Sousa, mesmo que, dependendo das circunstâncias, a sua implementação no terreno tenha de ser feita à escala municipal. Esta linha de ação pretende potenciar este modo de funcionamento, com iniciativas que vão desde o estabelecimento de um observatório que permita o acompanhamento permanente da realidade do Tâmega e Sousa à definição de um programa intermunicipal de compras partilhadas, passando pela progressiva harmonização dos esquemas de organização territorial de diferentes domínios e instituições.

- Modernização e capacitação da administração municipal – Os municípios desenvolvem uma ação fundamental e insubstituível na gestão do território e na prestação de serviços às populações e aos agentes económicos. O plano estratégico pretende dar continuidade aos esforços que têm vindo a ser desenvolvidos relativamente à sua modernização e capacitação, pretendendo-se criar condições para que possam desempenhar as suas missões de forma cada vez mais eficiente, através, nomeadamente, de ações de formação e da qualificação dos seus sistemas de informação.

Este domínio estratégico de intervenção encontra pleno cabimento, dentro da estrutura prevista para o programa Norte 2020, no eixo prioritário 9, vocacionado para a capacitação institucional e para as tecnologias de informação e comunicação. Tem uma vocação marcadamente instrumental, sendo uma condição de sucesso do conjunto das iniciativas previstas no plano estratégico, mas tem impacto direto no tema da coesão institucional que figura entre os valores que integram a visão para o Tâmega e Sousa.

6.2.2. DEI.2 - Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural e reforçando a cobertura dos serviços ambientais

O domínio estratégico de intervenção seguinte abrange as temáticas ligadas ao ambiente e ao património natural. O diagnóstico efetuado assinalou a coexistência, na comunidade intermunicipal, de ativos naturais e ambientais de grande potencial com problemas por resolver, nomeadamente, a nível dos serviços ambientais. O objetivo fundamental deste domínio de intervenção é garantir que o Tâmega e Sousa seja caracterizado pela excelência ambiental, como condição necessária à qualidade de vida dos que o habitam e à atratividade para os visitantes. Neste sentido, prevêem-se, nomeadamente, as seguintes quatro linhas de ação:

- Serviços ambientais – O investimento nas redes de águas e saneamento foram uma das prioridades do PTD 2008. Apesar dos progressos efetuados, a região, particularmente os seus concelhos menos densamente povoados, tem ainda carências importantes nesta matéria, pelo que o plano estratégico continua a dar destaque a esta questão. A recolha e tratamento de resíduos, matéria em que o Tâmega e Sousa está ainda distante das metas existentes, será outro tema a merecer atenção prioritária.
- Eficiência energética – Conjugam-se, nesta linha de atuação, valores de preservação ambiental com considerações pragmáticas relacionadas com o interesse financeiro dos municípios e outros agentes do Tâmega e Sousa. A

promoção da eficiência energética na iluminação pública, nos edifícios municipais e sociais e nas frotas municipais tem grandes vantagens, quer no quadro das políticas de redução de emissões, quer no dos constrangimentos financeiros com que os municípios estão confrontados.

- Valorização e recuperação de espaços naturais – Trata-se de criar as condições para a preservação, recuperação e usufruto dos espaços naturais de grande potencial que são tão frequentes no Tâmega e Sousa. Incluem-se aqui, entre outras, iniciativas de classificação de paisagens, de proteção de habitats, de valorização turística do património natural e de recuperação de áreas afetadas pela atividade económica ou por riscos naturais.
- Proteção civil – O património natural do Tâmega e Sousa tem na floresta um dos seus pontos fortes. A problemática dos fogos florestais assume aí, por isso, grande acuidade, sendo uma das preocupações centrais nesta linha de ação. Os riscos relacionados com cheias e com acidentes industriais serão outros aspetos a considerar.

Este segundo domínio estratégico de intervenção enquadra-se diretamente na prioridade que a estratégia Europa 2020 atribui ao crescimento sustentável e à necessidade de “promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva”. No contexto da estrutura prevista para o programa operacional Norte 2020, invoca sobretudo os eixos prioritários 3 – Economia de Baixo Carbono e 4 – Qualidade Ambiental. Tem um impacto direto na excelência ambiental que figura destacadamente na visão para o Tâmega e Sousa mas pode também ser um relevante fator de dinamismo económico e coesão.

6.2.3. DEI.3 - Incentivar a inovação e a competitividade na economia do Tâmega e Sousa

O tecido empresarial do Tâmega e Sousa é caracterizado pela prevalência de pequenas e médias empresas de setores ditos “tradicionais”. Na sua maior parte, estas empresas têm um controlo muito limitado sobre as cadeias de valor em que estão inseridas e uma incorporação igualmente limitada de inovação e conhecimento nos seus processos. Simultaneamente, a presença direta no território do sistema científico e tecnológico é escassa, embora à distância de uma hora de viagem se encontrem muitas das principais universidades portuguesas.

Neste contexto, o terceiro domínio estratégico de intervenção está orientado para a inovação e para o reforço da competitividade do tecido empresarial do Tâmega e Sousa. Preveem-se, neste domínio, nomeadamente, as seguintes linhas de atuação:

- Coordenação e dinamização estratégica – Esta linha de ação visa criar mecanismos que promovam a coerência estratégica e a adequação às necessidades da economia regional da atuação da comunidade intermunicipal, bem como a plena exploração das oportunidades proporcionadas pelos mecanismos de apoio e incentivo que estarão disponíveis nos próximos anos;
- Promoção da economia do conhecimento e da inovação – Esta linha de ação visa a capacitação de estruturas do sistema científico e tecnológico instaladas na região e a promoção da sua interação com o tecido empresarial do Tâmega e Sousa, seja na indústria, seja no setor agroflorestal;
- Localização empresarial – Esta linha de ação inclui a análise e promoção, numa lógica intermunicipal, das estruturas de localização empresarial, e serviços

associados, existentes no Tâmega e Sousa. Sendo notória a falta de coerência da atual malha de localização empresarial, sobretudo industrial, com consequências negativas nomeadamente em termos de serviços ambientais e acessibilidades, incluem-se também aqui iniciativas destinadas a promover o reordenamento da localização industrial.

- Facilitação da atividade empresarial e estímulo ao empreendedorismo – Pretende-se criar uma rede de apoio ao tecido empresarial, facilitando o seu relacionamento com a administração. O fortalecimento da competitividade do tecido empresarial do Tâmega e Sousa passa também, necessariamente, pela sua renovação, estando incluídas nesta linha de ação iniciativas orientadas para a promoção da criação de empresas;
- Valorização da economia agroflorestal – Considerando o relevo que tem na comunidade, inclui-se uma linha de ação vocacionada para a valorização da economia agroflorestal, numa lógica de promoção de recursos endógenos.

Os objetivos deste domínio estratégico de intervenção correspondem à prioridade que a estratégia Europa 2020 atribui ao crescimento inteligente através do desenvolvimento “de uma economia baseada no conhecimento e na inovação.” O plano estratégico para o Tâmega e Sousa tem, no entanto, que refletir a situação de partida acima sinteticamente retratada. A atração de investimento e a promoção do empreendedorismo são encaradas, neste contexto, como elementos essenciais para a qualificação do tecido produtivo. Este domínio de intervenção estará ancorado no eixo prioritário 2 do Norte 2020 (Competitividade das Pequenas e Médias Empresas), mas apelará igualmente ao eixo 1 (Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) e ao eixo 8 (Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida). A sua implementação será condição relevante para a concretização do dinamismo económico que constitui um dos três pilares fundamentais da visão para o Tâmega e Sousa.

6.2.4. DEI.4 - Promover o potencial turístico e cultural do Tâmega e Sousa, no contexto do Norte de Portugal, apostando no marketing territorial e na dinamização da oferta

O Tâmega e Sousa dispõe de importantes fatores de atração turística: um rico património histórico e cultural, áreas naturais de grande beleza, os seus vinhos e gastronomia e, mesmo, apesar das oportunidades de reforço existentes, uma oferta de alojamento diversificada que inclui empreendimentos recentes de elevada qualidade. Por outro lado, pelo seu enquadramento regional, o Tâmega e Sousa está muito próximo de polos turísticos relevantes, como são a cidade do Porto e o Douro vinhateiro, o que constitui simultaneamente uma oportunidade e um desafio. Em contrapartida, a oferta turística da comunidade está pouco articulada, não tendo sido, até agora, capaz de atrair uma procura correspondente ao seu potencial.

Neste contexto, no domínio turístico e cultural preveem-se as seguintes três linhas de atuação:

- Promoção – A definição de um programa de marketing territorial, em que o turismo, em sinergia com a cultura, terá lugar de destaque, é a primeira das ações propostas. As tendências atuais da procura parecem favorecer produtos como o turismo cultural, o turismo de natureza e a enogastronomia em que a região tem elevado potencial mas é preciso corresponder-lhes com a identificação de mercados alvo e com uma promoção efetiva que terá que ter em conta a inserção

regional do Tâmega e Sousa, procurando as soluções de articulação e complementaridade com as zonas vizinhas que melhor garanta a eficácia e eficiência das ações desenvolvidas. No plano instrumental, inclui-se também nesta linha de ação a criação de um roteiro turístico-cultural da comunidade.

- Estruturação da oferta e valorização do património natural e cultural – Esta linha de ação prevê iniciativas de recuperação, manutenção e valorização do rico património histórico-cultural do Tâmega e Sousa e das suas envolventes, nomeadamente a continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito da Rota do Românico, e inclui igualmente o reforço da oferta museológica e a preservação do edificado da região. Da mesma forma, está previsto um conjunto de iniciativas destinadas a valorizar turisticamente o variado património natural do Tâmega e Sousa, assentes nomeadamente na promoção de atividades recreativas e desportivas que permitam combinar a valorização turística com a proteção ambiental.
- Formação e capacitação dos agentes turísticos – Importa reforçar as qualificações dos agentes turísticos (pessoas e instituições) para assegurar um nível de prestação de serviço que garanta a satisfação dos visitantes, o que nem sempre acontece numa região sem particulares tradições nesta atividade.

Pela sua forte ligação ao território, o turismo pode ser um fator de ordenamento e coesão, respondendo às preocupações da estratégica Europa 2020 com o crescimento sustentável e com o crescimento inclusivo. Relativamente à estrutura prevista para o programa Norte 2020, este domínio estratégico de intervenção apresenta interseções preferenciais com os eixos estratégicos 4 (Qualidade Ambiental), 6 (Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores) e 8 (Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida) mas invoca também os eixos 2 (Competitividade das Pequenas e Médias Empresas) e 7 (Inclusão Social e Pobreza). Pretende-se que o turismo dê um contributo muito relevante para o dinamismo económico almejado na visão para a região, especialmente nas zonas de menor tradição industrial, sendo assim um importante fator de coesão social e territorial.

6.2.5. DEI.5 - Fortalecer a mobilidade inter e intra-municipal, ao serviço da coesão, da inclusão e da competitividade do Tâmega e Sousa

Como resulta do diagnóstico, o Tâmega e Sousa é um território em que existem ainda problemas infraestruturais de acessibilidades, dificultando a mobilidade interna e as conexões com as restantes zonas do país e, através delas, com o resto do mundo. Mas, para lá destes problemas infraestruturais, a mobilidade intermunicipal é muito condicionada por uma oferta de serviços de transportes pouco densa. Para combater estes problemas, propõem-se as seguintes linhas de ação:

- Infraestruturas de mobilidade intra e intermunicipal – Esta linha de ação prevê intervenções a nível das infraestruturas de transporte rodoviário, ferroviário e fluvial. No transporte rodoviário, compreende, por um lado, a construção ou qualificação de vias estruturantes para quebrar o isolamento que ainda afeta algum dos concelhos da comunidade e, por outro, a intervenção ao nível da rede intracomunitária para melhorar a acessibilidade das zonas rurais aos centros urbanos;
- Oferta de transportes – pretende-se promover o estudo e a reorganização da rede de transportes municipais e intermunicipais, para reforçar a mobilidade dos trabalhadores e facilitar o acesso das populações aos serviços e à administração; neste contexto, merece especial atenção a problemática dos transportes escolares,

pelo seu papel em termos de inclusão social e pelas implicações financeiras para os municípios.

A problemática da mobilidade tem implicações nas três prioridades da estratégia Europa 2020, uma vez que é, em si mesma, uma condição necessária ao crescimento e que as deficiências nesta matéria têm implicações negativas em termos de sustentabilidade e de inclusão. Relativamente ao programa Norte 2020, este domínio de intervenção encontra-se particularmente relacionado com o eixo estratégico 5 (Mobilidade e Transportes) mas tem fortes implicações no 3 (Economia de Baixo Carbono), 6 (Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores) e no 8 (Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida). Mas, independentemente da possibilidade que venha, ou não, a existir para as financiar com o apoio de fundos comunitários, a comunidade intermunicipal entende que as iniciativas previstas são fundamentais para o seu futuro e, por isso, as inclui no seu plano estratégico e, por isso, se continuará a bater pela sua concretização.

6.2.6. DEI.6 - Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial

A caracterização apresentada na primeira parte deste relatório ilustra extensamente a diversidade interna do Tâmega e Sousa, com situações muito variadas desde o domínio demográfico ao da qualificação das pessoas, das acessibilidades aos serviços ambientais ou da composição da atividade económica ao desemprego. Embora os padrões geográficos desta diversidade sejam complexos, os concelhos mais urbanizados e industrializados do Vale do Sousa tendem a contrapor-se aos concelhos de pendor mais rural do Tâmega e Douro.

O sexto domínio estratégico de intervenção procura contribuir para uma maior coesão territorial do Tâmega e Sousa através, nomeadamente, de iniciativas orientadas para o reforço da inclusão social e da qualidade de vida. Este domínio estratégico dá, nomeadamente, expressão às preocupações que a Comunidade do Tâmega e Sousa formulou no seu Plano de Ação para a Empregabilidade. As linhas de ação previstas são:

- Promoção do emprego, do autoemprego e do microempreendedorismo – Esta linha de ação assume particular relevância no atual contexto económico nacional e regional, marcado por elevados níveis de desemprego, em particular entre os mais jovens. O programa inclui iniciativas diversificadas destinadas a facilitar o contacto com o mundo do trabalho e a estimular a criação do próprio emprego, nomeadamente através da valorização de produtos regionais.
- Ação social – Pretende-se apoiar as redes de suporte no domínio social e da saúde, promovendo a sua eficiente estruturação numa lógica intermunicipal e a qualificação das suas infraestruturas e equipamentos. A saúde mental, as dependências, o envelhecimento e o apoio à vítima são, desde já, identificadas como áreas prioritárias de atuação.
- Educação e desporto – Pretende-se promover a criação de cartas educativas e desportivas do Tâmega e Sousa que assegurem a racionalização e qualificação da oferta nestes domínios e a reabilitação de equipamentos visando, nomeadamente, a eficiência energética. No domínio educativo, na linha do sucesso que tem sido o combate ao abandono escolar precoce nos níveis básicos, pretende-se estender esse esforço para os níveis etários e de formação mais elevados, nomeadamente pela orientação profissionalizante dos cursos oferecidos.

- Qualificação do espaço público – As iniciativas de regeneração urbana que se pretende promover têm, na maioria dos casos, impactos significativos em termos de inclusão social, uma vez que incluem nomeadamente a recuperação de habitação degradada, mas são igualmente relevantes em termos de qualificação turística dos centros urbanos e da própria eficiência energética.

Este domínio de intervenção encontra-se ancorado na prioridade que a estratégia Europa 2020 dá ao crescimento inclusivo. Em termos do programa Norte 2020, é particularmente relevante para os eixos estratégicos 7 (Inclusão Social e Pobreza) e 8 (Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida), tendo também implicações para os eixos 3 (Economia de Baixo Carbono), 4 (Qualidade Ambiental) e 6 (Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores). Trata-se de um domínio de intervenção absolutamente fundamental para concretizar a coesão da comunidade prevista na visão.

7. Plano de ação

Este capítulo apresenta as ações a desenvolver em cada um dos domínios estratégicos de intervenção identificados no capítulo anterior.

Dentro da lógica de planeamento já dilucidada, esta não pretende ser uma listagem fechada e exaustiva. O plano estratégico é, antes de tudo, a proposta de um rumo para o Tâmega e Sousa. As ações aqui detalhadas são um contributo para o concretizar, incidindo de forma prioritária, mas não exclusiva, em matérias que estão dentro da capacidade de intervenção dos municípios e da sua comunidade intermunicipal. Mas este documento é também um convite e um apelo à sociedade civil e à administração pública para que desenvolvam, elas próprias, iniciativas congruentes com o rumo proposto, que complementem as ações aqui enunciadas, sendo, nesse caso, reconhecidas como contributos para o plano estratégico.

Como também se explicou anteriormente, as ações que se apresentam de seguida pretendem ser uma resposta às preocupações estratégicas do Tâmega e Sousa, não sendo ditadas por uma lógica exclusiva de acesso aos fundos estruturais. De entre as ações agora propostas, uma vez que seja conhecida a regulamentação que regerá a aplicação desses fundos, a comunidade intermunicipal selecionará as que devem integrar as candidaturas que venha a apresentar. As restantes não cairão no esquecimento, procurando os municípios, no limite das suas possibilidades, a melhor solução para as concretizar.

7.1. DEI.1 - Modernizar e reorganizar a governação do território

7.1.1. Exploração do potencial da intermunicipalidade

Ação 1.1	<i>Designação:</i>	Promoção da harmonização da organização administrativa e funcional do Tâmega e Sousa
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	A sobreposição de modelos inconsistentes de organização territorial da administração e de organização da sociedade civil é um problema recorrentemente diagnosticado no Tâmega e Sousa e um obstáculo a uma governação coerente deste território. A CIM e as câmaras municipais promoverão a progressiva uniformização dos modelos de organização territorial dos serviços e entidades de si diretamente dependentes. Em simultâneo, defenderão a mesma solução junto da administração pública e das entidades da sociedade civil, no que às respetivas esferas de atuação respeite. Este esforço será

	norteado pela preocupação de encontrar as soluções que melhor valorizem as competências técnicas e institucionais dos organismos e entidades que atuam no território da comunidade, nomeadamente as associações de municípios e os grupos de ação local.
Ação 1.2	<i>Designação:</i> Observatório do Tâmega e Sousa
	<i>Promotores:</i> CIM
	<i>Caraterização:</i> A informação é um requisito essencial para a governação territorial e, nomeadamente, para a definição e implementação de uma estratégia de desenvolvimento regional. Na sequência do processo já em curso, a comunidade intermunicipal criará e manterá uma estrutura permanente de observação do seu território que conjugue a compilação de informação produzida por terceiros, nomeadamente pelo sistema estatístico nacional, com a produção informativa própria sobre temas de interesse específico para o Tâmega e Sousa. Admite-se que este Observatório contribua para identificar as disfuncionalidades resultantes da não congruência entre a organização da CIM e da territorialização da administração central.
Ação 1.3	<i>Designação:</i> Programa intermunicipal de compras partilhadas
	<i>Promotores:</i> CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i> A existência da comunidade intermunicipal oferece a oportunidade para a implementação de iniciativas de compras partilhadas entre os municípios, que reforcem a sua capacidade negocial, permitindo a obtenção de economias. Realizar-se-á um estudo preliminar de <i>benchmarking</i> para identificar os modelos de organização e os domínios de intervenção possíveis para o programa. Proceder-se-á depois à planificação e implementação em domínios específicos (exemplos: energia, consumíveis, serviços de transporte, etc.).
Ação 1.4	<i>Designação:</i> Avaliação da viabilidade de estruturas de serviços partilhados
	<i>Promotores:</i> CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i> A criação de estruturas partilhadas de prestação de serviços representa um nível mais avançado, e mais desafiante, de integração do que as compras públicas. Realizar-se-á um estudo preliminar para identificação das possibilidades existentes, na sequência do qual se decidirá sobre a viabilidade de implementação de soluções desse tipo.

7.1.2. Modernização e capacitação da administração municipal

Ação 1.5	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de qualificação dos agentes da administração municipal
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	Embora a sua situação não seja uniforme, todos os municípios têm necessidades em matéria de qualificação dos seus funcionários. Desenvolver-se-ão iniciativas de formação ao nível da comunidade intermunicipal visando, simultaneamente, conseguir economias de escala na contratação de ações de formação e criar oportunidades para a troca de experiências entre os municípios e para o reforço da coesão intermunicipal. Com os mesmos objetivos, promover-se-á a mobilidade temporária de funcionários entre os diferentes municípios (“Erasmus Municipal”).

Ação 1.6	<i>Designação:</i>	Programa para a administração municipal eletrónica
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	Também neste domínio, apesar da heterogeneidade das situações atuais, todos os municípios apresentam ampla margem de progressão na adoção de tecnologias de informação e comunicação. A simplificação, reengenharia e desmaterialização dos seus processos internos, por um lado, e a facilitação da relação com os cidadãos e as empresas, através da promoção de uma lógica multicanal são dois temas de trabalho a privilegiar. O programa abrange, quer os municípios, diretamente, quer entidades e serviços, incluindo juntas de freguesias e escolas, sob a sua responsabilidade. Pretende-se, assim, proceder à inventariação da situação atual, identificar possibilidades de intervenção e selecionar e implementar soluções, dando prioridade às que permitam interoperabilidade entre sistemas de informação, viabilizando a lógica intermunicipal na operação dos serviços que se pretende promover.

Ação 1.7	<i>Designação:</i>	Serviços de proximidade
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	Promoção de soluções que, respeitando princípios de racionalização das estruturas, minimizem a necessidade de deslocação das populações para contacto com os serviços autárquicos, através da criação de “centros de interesse dos cidadãos”, numa lógica de proximidade e “balcão único”, com impacto positivo na inclusão social, na qualidade de prestação



dos serviços e, por redução das deslocações, no domínio ambiental.

Avaliação da viabilidade de criação de serviços itinerantes vocacionados para as zonas de menor densidade populacional. Articulação com o programa para a administração eletrónica.

7.2. DEI.2 - Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural e reforçando a cobertura dos serviços ambientais

7.2.1. Ações enquadradoras

Ação 2.1	<i>Designação:</i>	Agenda 21 do Tâmega e Sousa
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, tecido empresarial, sociedade civil
	<i>Caraterização:</i>	A prioridade que o plano estratégico atribui à excelência ambiental carece de concretização. As ações apresentadas nas páginas seguintes são, nesse sentido, apenas um ponto de partida. Para consolidar esta aposta, promover-se-á a elaboração e implementação da Agenda 21 do Tâmega e Sousa. A Agenda 21 é “é um processo participativo, multisectorial, que visa atingir os objetivos da Agenda 21 ao nível local, através da preparação e implementação de um Plano de Ação estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável.” Partindo de um diagnóstico da situação intermunicipal, o processo envolverá depois a definição de uma visão e de uma política de sustentabilidade, corporizada num sistema de sustentabilidade local que, depois de implementado, será monitorizado e periodicamente revisto. A elaboração deste documento não substitui, antes complementa, a atuação a outros níveis da governação.

7.2.2. Serviços ambientais

Ação 2.2	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal para os resíduos
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, empresas concessionárias
	<i>Caraterização:</i>	Como se assinalou na caraterização, em matéria de prevenção, recolha, reciclagem e valorização de resíduos urbanos, o Tâmega e Sousa apresenta ainda profundas carências. Realização de estudo estratégico sobre os resíduos urbanos no Tâmega e Sousa. Pretende-se a caraterização da situação atual, em termos de cumprimento das metas e de implicações das relações contratuais existentes, a identificação das alternativas e, nomeadamente, a avaliação das vantagens ou desvantagens de um sistema ou modelo de gestão intermunicipal. Devem ser devidamente ponderadas as recomendações da Comissão de acompanhamento de revisão do PERSU II (2007-2016) com vista à definição da estratégia PERSU 2020. Implementação das soluções escolhidas.

Ação 2.3	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal para o abastecimento de águas e saneamento
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, Águas de Portugal, empresas concessionárias
	<i>Caraterização:</i>	Em matéria de saneamento e, sobretudo, de abastecimento de águas, o Tâmega e Sousa apresenta uma situação mais favorável do que em termos de resíduos. Subsistem, no entanto, carências importantes, embora desigualmente distribuídas pelo território. Também neste domínio se pretende realizar um estudo da situação atual e de avaliação das alternativas disponíveis para a concretização das metas. O estudo deverá ponderar as diferentes soluções e compromissos existentes em cada um dos municípios, avaliar a viabilidade de alternativas e propor um plano de ação.

Ação 2.4	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal para a qualidade das massas de água
	<i>Promotores:</i>	CIM, APA, câmaras municipais, empresas concessionárias
	<i>Caraterização:</i>	Há, no Tâmega e Sousa, zonas em que as massas de água superficiais mostram qualidade medíocre ou má, com a bacia do Tâmega a apresentar níveis de eutrofização preocupantes, sendo a utilização agrícola uma das responsáveis pelo excesso de nutrientes (poluição difusa). Pretende-se, em colaboração com a Agência Portuguesa do Ambiente, definir e implementar um programa visando a recuperação destas massas de água e a preservação das que apresentam boa qualidade. Para esse efeito, haverá, nomeadamente, que intervir nos sistemas de saneamento (em articulação com a ação 2.3) para controlar e reduzir a poluição tópica urbana, melhorar a gestão técnica de ETARs ou proceder à sua reabilitação, controlar afluências indevidas às redes de águas residuais e à rede hidrográfica e que rever as condições de descarga dos aproveitamentos hidroelétricos, sendo necessário analisar os impactes das novas barragens previstas no Tâmega. Tudo alicerçado num sistema de monitorização adequado (beneficiando da inclusão do Tâmega como caso piloto no projeto MyWater que pode ajudar a simular as condições de exploração dos recursos hídricos na bacia).

7.2.3. Eficiência energética

Ação 2.5	<i>Designação:</i>	Criação de <i>task force</i> intermunicipal para a eficiência energética
	<i>Promotores:</i>	CIM
	<i>Caraterização:</i>	Criação de equipa intermunicipal para o acompanhamento das questões energéticas. Estudo de <i>benchmarking</i> sobre o modelo mais adequado (equipa interna da CIM, entidade autónoma dedicada, outra). Implementação do modelo selecionado. Esta <i>task force</i> coordenará as iniciativas intermunicipais neste domínio e explorará as oportunidades de colaboração com o sistema científico e tecnológico e com os fornecedores de energia.

Ação 2.6	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal para a eficiência energética nos edifícios, equipamentos e veículos municipais
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, IPP
	<i>Caraterização:</i>	Auditoria energética aos edifícios públicos. Implementação de sistema de monitorização dos consumos energéticos nos equipamentos e veículos municipais ou dependentes dos municípios. Diagnóstico das situações suscetíveis de otimização. Definição e implementação de intervenções corretivas. Definição de linhas orientadoras, no domínio da eficiência energética, para operações de construção ou requalificação de instalações municipais, bem como para a aquisição de equipamentos ou veículos.

Ação 2.7	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal para a eficiência energética na habitação social
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, IPP
	<i>Caraterização:</i>	Estudo de inventariação de situações suscetíveis de otimização energética no parque de habitação social do Tâmega e Sousa. Definição e implementação de intervenções corretivas. Definição de linhas orientadoras, no domínio da eficiência energética, para operações de construção ou requalificação de habitação social mas passível de ser estendida às intervenções de requalificação, em geral.

Ação 2.8	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal para a eficiência energética na iluminação pública
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, IPP
	<i>Caraterização:</i>	Estudo de inventariação de situações suscetíveis de otimização energética na iluminação pública do Tâmega e Sousa. Definição e implementação de intervenções corretivas. Definição de linhas orientadoras, no domínio da eficiência energética, para operações de construção ou requalificação de iluminação pública.

7.2.4. Valorização e recuperação de espaços naturais

Ação 2.9	<i>Designação:</i>	Paisagem protegida regional da Serra da Aboboreira
	<i>Promotores:</i>	CIM, C.M. Amarante, Baião, Marco de Canaveses, ICNF
	<i>Caraterização:</i>	No extremo nordeste do distrito do Porto, a Aboboreira estende-se pelos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses. Apresenta uma grande riqueza e diversidade natural, conjugando áreas cultivadas e moderadamente intervencionadas pelo homem com vastas zonas selvagens de <i>habitat</i> natural ou seminatural e vestígios de ocupação humana pré-histórica. Pretende-se promover a sua classificação como “paisagem protegida regional” com o objetivo, como é próprio desta classificação, de proteger os valores naturais e culturais existentes, realçando a identidade local. A classificação será acompanhada de medidas orientadas para a valorização sustentável do território, nomeadamente, o controlo e erradicação de espécies exóticas, o restauro fluvial e valorização da rede hidrográfica local, a criação de centros de educação ambiental e a definição de percursos turísticos compatíveis com a salvaguarda dos valores que se pretendem proteger.

Ação 2.10	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de gestão florestal e reflorestação
	<i>Promotores:</i>	CIM, associações de produtores florestais
	<i>Caraterização:</i>	Apoio às associações de produtores florestais. Promoção da criação de zonas de intervenção florestal, como forma de estimular uma gestão integrada sustentável da floresta, a prevenção de riscos e as ações de reflorestação. Estímulo à utilização multifuncional da floresta, na perspetiva da sua valorização económica e turística.

Ação 2.11	<i>Designação:</i>	Programa de recuperação de espaços naturais degradados pelas atividades económicas
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, entidades licenciadas para a exploração de inertes e de pedreiras, proprietários privados
	<i>Caraterização:</i>	A atividade de extração de pedra, nomeadamente granito, que tem uma importância económica relevante nalguns concelhos do Tâmega e Sousa, implica a degradação de espaços naturais, nalguns casos de grande interesse, de difícil regeneração espontânea. Pretende-se definir e implementar um programa para a recuperação destes espaços, em articulação com os agentes privados envolvidos, procurando, se possível, reconstituir os ecossistemas pré-existentes ou, quanto tal não aconteça, dar-lhes novas utilizações que os valorizem, tendo a solução apropriada que ser estudada caso a caso.

7.2.5. Proteção civil

Ação 2.12	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de prevenção e combate aos fogos florestais
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, bombeiros, associações de produtores florestais, ICNF
	<i>Caraterização:</i>	Depois dos investimentos efetuados em períodos anteriores, na cartografia de riscos e na elaboração de plano de emergência municipal, definem-se agora como áreas prioritárias de trabalho a cartografia de base, o investimento em equipamentos e a definição e implementação de modalidades de gestão partilhada de meios. A atuação ao nível da proteção civil deve numa lógica mais alargada de prevenção dos incêndios, alicerçada na utilização multifuncional da floresta, na proteção ambiental e na promoção da biodiversidade.

Ação 2.13	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de combate a acidentes industriais
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, bombeiros
	<i>Caraterização:</i>	Definição de um programa intermunicipal de investimento em equipamentos e de gestão partilhada de meios tendo em vista o combate a acidentes industriais, nomeadamente acidentes industriais em meio urbano.

Ação 2.14	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de adaptação às alterações climáticas e mitigação de fenómenos meteorológicos extremos
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, proteção civil, concessionários e entidades gestoras, APA
	<i>Caraterização:</i>	A preparação para as implicações das alterações climáticas e para os riscos associados não tem sido objeto de atenção no Tâmega e Sousa, situação que se pretende alterar. Pretende-se, nomeadamente, avaliar os cenários de evolução em termos de disponibilidade dos recursos hídricos, resultantes da alteração da distribuição da precipitação, aumento da temperatura e degradação da qualidade (eutrofização) e as potenciais consequências para o abastecimento público e as diversas atividades económicas, nomeadamente a agricultura, o turismo e a produção de energia e estudar os impactes nos ecossistemas aquáticos, terrestres e ribeirinhos. Pretende-se, igualmente, preparar planos de contingência e emergência para enfrentar situações de seca e escassez e recuperar, restaurar e renaturalizar a rede hidrográfica local. No contexto da mitigação dos efeitos de fenómenos meteorológicos extremos, pretende-se dar cumprimento à diretiva sobre riscos de inundações, mediante a elaboração de cartas de risco em zonas inundáveis em espaços urbanos e/ou fortemente ocupadas e artificializadas.

7.3. DEI.3 - Incentivar a inovação e a competitividade na economia do Tâmega e Sousa

7.3.1. Coordenação e dinamização estratégica

Ação 3.1	<i>Designação:</i>	Fórum intermunicipal para a inovação e competitividade
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras, CETS
	<i>Caraterização:</i>	Pretende-se, com esta ação, criar uma instância que garanta a concertação e coordenação estratégica no domínio da inovação e competitividade, congregando, nomeadamente, autarquias locais, representantes do tecido empresarial, nomeadamente associações setoriais e regionais, entidades do sistema científico e tecnológico de interesse para a região e administração pública. A criação de condições favoráveis à captação de investimento deve uma das preocupações centrais do fórum. O modelo institucional e a operacionalização desta iniciativa carecem de estudo adicional, sendo de considerar uma geometria variável em função das temáticas, cabendo a sua dinamização à CIM e ao CETS.

Ação 3.2	<i>Designação:</i>	<i>Task force</i> para a promoção da utilização dos fundos estruturais
	<i>Promotores:</i>	CIM, CETS
	<i>Caraterização:</i>	O historial de períodos de programação anteriores mostra que as regiões e o seu tecido empresarial têm dificuldade em aproveitar todo o potencial dos fundos estruturais, seja pela complexidade que, tantas vezes, os caracteriza, seja por debilidades próprias. Este problema é particularmente relevante num território como o Tâmega e Sousa, onde a quase totalidade das empresas são de pequena dimensão e onde a presença direta de outro tipo de entidades que poderiam dinamizar o recurso aos fundos, como o sistema científico e tecnológico, é limitada. Pretende-se criar uma <i>task force</i> que promova a utilização dos fundos estruturais, pela divulgação das oportunidades existentes, pela “descodificação” da complexidade processual associada, pela promoção da formação ou participação em consórcios, entre outras possibilidades. A <i>task force</i> deverá dar atenção prioritária aos temas e mecanismos de apoio em que o tecido empresarial regional demonstre maiores dificuldades de acesso, como tem acontecido com a I&DT. O modelo institucional desta iniciativa carece de estudo adicional, podendo vir a funcionar no quadro da própria CIM ou do fórum intermunicipal proposto na ação anterior.

7.3.2. Promoção da economia do conhecimento e da inovação

Ação 3.3	<i>Designação:</i> Parque Tecnológico & Politécnico
	<i>Promotores:</i> CIM, CMF, IPP
	<i>Caraterização:</i> Concretização do Parque Tecnológico & Politécnico do Tâmega e Sousa, em Felgueiras. Esta estrutura reunirá, num mesmo <i>campus</i>, as instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras, do IPP, e as valências de um parque tecnológico, incluindo valências direcionadas para a incubação de empresas e microempresas. O Parque permitirá a afirmação de um polo de ensino superior no Tâmega e Sousa e será um palco privilegiado para a interação entre o IPP e o tecido empresarial da comunidade intermunicipal, quer através da promoção de ofertas educativas adequadas às necessidades regionais, quer através do desenvolvimento de atividades de extensão universitária. Será também um elemento qualificante do tecido urbano, em interação com os equipamentos de cultura e arte existentes na sua envolvente.
Ação 3.4	<i>Designação:</i> Centro de apoio tecnológico e extensão agro-florestal
	<i>Promotores:</i> CIM, MAM, instituições de ensino superior, parceiros setoriais
	<i>Caraterização:</i> Criação de um centro de prestação de apoio aos produtores agroflorestais do Tâmega e Sousa, visando, nomeadamente: • fomentar a modernização e a inovação técnica e tecnológica nas produções tradicionais da região; • identificar e divulgar oportunidades de diversificação nos produtos e processos produtivos; • promover a capacitação dos trabalhadores, empresários e organizações setoriais. Pretende-se que o centro seja uma estrutura leve que privilegie o trabalho em articulação com as instituições setoriais e do sistema científico e tecnológico.

7.3.3. Localização empresarial

Ação 3.5	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de acolhimento empresarial
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras
	<i>Caraterização:</i>	Elaboração da Carta Intermunicipal do acolhimento empresarial, inventariando a oferta existente nos onze municípios. A Carta será um instrumento de planeamento dos desenvolvimentos a efetuar nesta matéria, nomeadamente as operações de expansão, racionalização ou requalificação de zonas industriais que se revelem convenientes, e um instrumento de apoio aos potenciais investidores na identificação das oportunidades existentes. Depois de elaborada a Carta, promover-se-ão os projetos de expansão, racionalização ou requalificação identificados, sendo analisada a possibilidade de estabelecer uma política intermunicipal comum e de criar estruturas de gestão e serviços partilhados.

Ação 3.6	<i>Designação:</i>	Ordenamento do solo industrial
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras
	<i>Caraterização:</i>	O Tâmega e Sousa, como outras zonas do Norte de Portugal, é caracterizado pela implementação relativamente desordenada de unidades industriais, quer em meio urbano, quer em meio rural. É uma situação com implicações múltiplas, em termos ambientais, em termos de acessibilidades e mobilidade, entre outras, e de difícil alteração. Pretende-se realizar um estudo que inventarie a situação existente e as suas implicações e que identifique as margens de atuação possíveis para promover um melhor ordenamento do solo industrial. Esta iniciativa tem forte interação com o DEI.2., relativo à qualidade ambiental.

7.3.4. Facilitação da atividade empresarial e estímulo ao empreendedorismo

Ação 3.7	<i>Designação:</i> Rede intermunicipal de apoio à iniciativa empresarial
	<i>Promotores:</i> CIM, câmaras, CETS
	<i>Caraterização:</i> Definição e implementação de rede de apoio à iniciativa empresarial, assente numa imagem, estrutura técnica e sistemas de informação padronizados, com vários polos consoante as necessidades identificadas. Estes gabinetes serão o ponto de contacto preferencial do tecido empresarial e dos potenciais empreendedores com todos os serviços municipais. Deverão estar habilitados, com base numa matriz de respostas regionais, a proceder ao seu encaminhamento no que respeite a serviços de outro âmbito. Neste quadro, serão estabelecidas parcerias com outras entidades relevantes. Deverão também estar dotados com instrumentos de apoio adequados, nomeadamente guias e modelos, em matérias como a criação de empresas, a exportação, as soluções de financiamento do investimento, entre outras. A rede física deve ser complementada pela presença <i>online</i>, em articulação com a ação 1.6.

Ação 3.8	<i>Designação:</i> Programa intermunicipal de empreendedorismo
	<i>Promotores:</i> CIM, CETS, outras entidades
	<i>Caraterização:</i> Conjunto articulado de iniciativas de promoção do empreendedorismo, com base no Plano de Ação para a Promoção do Empreendedorismo no Tâmega e Sousa, incluindo nomeadamente: • Formação para o empreendedorismo; • Facilitação do financiamento dos empreendedores regionais através da celebração de protocolos com potenciais financiadores (capitais de risco, <i>business angels</i>, etc.); • Concursos de ideias; • Articulação com o ensino secundário e superior do Tâmega e Sousa para divulgação e estímulo ao espírito empreendedor. Estas iniciativas não se cingirão aos setores da indústria e dos serviços, dando atenção específica ao potencial agro-florestal e turístico do Tâmega e Sousa, bem como ao empreendedorismo social.

Ação 3.9	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de incubação de empresas
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras, CETS, entidades do sistema científico e tecnológico
	<i>Caraterização:</i>	Análise da oferta atual e definição de uma rede intermunicipal de espaços de incubação. Será dada prioridade à racionalização e qualificação da rede existente e à articulação com iniciativas municipais de reabilitação de edificado.

7.3.5. Valorização da economia agroflorestal

Ação 3.10	<i>Designação:</i>	Central de biomassa
	<i>Promotores:</i>	CIM, associações de produtores florestais, parceiros privados
	<i>Caraterização:</i>	O extenso parque florestal do Tâmega e Sousa tem um potencial inexplorado em termos de geração de energia a partir da biomassa. Pretende-se estudar a viabilidade de uma iniciativa nesta matéria e, caso a conclusão seja positiva, promover a sua implementação. <i>Benchmarking</i> de modelos tecnológicos e de exploração. Avaliação da viabilidade da criação de uma central de biomassa que valorize os subprodutos da floresta regional, com impacto favorável em termos de minimização de riscos e de eficiência energética. Atração de investidores privados.

Ação 3.11	<i>Designação:</i>	Valorização económica das raças arouquesa e maronesa
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras
	<i>Caraterização:</i>	A raça bovina arouquesa, apesar da sua designação, tem uma forte presença no Tâmega e Sousa, onde se estima que existam cerca de 60% dos seus efetivos. Também a raça maronesa tem um presença importante no território. Em articulação com a ação 3.4, pretende-se estudar e implementar um conjunto de iniciativas destinadas a promover a valorização económica destas raças (organização de produtores, certificação, marketing). Como parte desse conjunto, inclui-se nesta ação a requalificação do matadouro de Resende.

7.4. DEI.4 - Promover o potencial turístico e cultural do Tâmega e Sousa, no contexto do Norte de Portugal, apostando no marketing territorial e na dinamização da oferta

7.4.1. Promoção

Ação 4.1	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de marketing territorial
	<i>Promotores:</i>	CIM, Turismo do Porto e Norte de Portugal
	<i>Caraterização:</i>	Definição e implementação de um programa de promoção para o Tâmega e Sousa. A preparação do programa incluirá a análise das questões, interligadas, da marca regional, dos mercados alvo e dos produtos turísticos regionais prioritários, sendo que o Tâmega e Sousa apresenta um óbvio potencial em domínios como a gastronomia e vinhos, o turismo de natureza, o <i>touring</i> cultural e paisagístico e dos patrimónios e o turismo de saúde e bem-estar. Estas questões, e nomeadamente a da marca regional, deverá ser abordadas tendo em conta a sua articulação com outros domínios estratégicos de intervenção. Este programa será devidamente articulado no quadro da promoção do Norte de Portugal e do conjunto do país.

Ação 4.2	<i>Designação:</i>	Roteiro turístico-cultural intermunicipal
	<i>Promotores:</i>	CIM
	<i>Caraterização:</i>	Criação de um roteiro turístico-cultural do Tâmega e Sousa, em suporte eletrónico, permanentemente atualizado, consultável <i>online</i>, em várias línguas, através de diversos tipos de dispositivos. Publicação periódica de versão em papel. O roteiro será um suporte para a divulgação da oferta da região, devendo estar apoiado na definição de um calendário de “eventos âncora” que cubram todo o território do Tâmega e Sousa.

7.4.2. Estruturação da oferta e valorização do património natural e cultural

Ação 4.3	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de rotas turísticas
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, diversos
	<i>Caraterização:</i>	Definição de rotas/circuitos temáticos com potencial turístico, assentes nos ativos do Tâmega e Sousa. O programa contempla quer a identificação dos elementos a incluir nas rotas, quer a sua qualificação (sinalização, reabilitação de edificado e envolventes, recuperação de povoados, animação, etc.) que, consoante a natureza dos temas e a situação dos ativos de suporte, poderão justificar modalidades de operacionalização muito diversas.
		Prevê-se, nomeadamente, a intervenção nos seguintes temas: • Património natural – circuitos pedestres, velocipédicos, automóveis e de todo-o-terreno aproveitando as paisagens do Tâmega e Sousa (rios, florestas, montanhas, observação da vida animal, etc.); • Património monumental – pelo relevo que já alcançou, menciona-se, a seguir, a Rota do Românico, mas há outros elementos do património histórico regional suscetíveis de valorização; • Circuitos de aldeias históricas e/ou aldeias rurais – o Tâmega e Sousa conserva diversos povoados com potencial turístico e, até, identitário; • Circuitos literários / artísticos – aproveitando a ligação ao Tâmega e Sousa de inúmeros vultos da cultura e das artes portuguesas (Amadeu de Souza Cardoso, Carmen Miranda, Eça de Queirós, entre muitos outros); • Circuitos de enoturismo e gastronomia – explorando o potencial e as características exclusivas do vinho verde bem como a rica gastronomia regional.

Ação 4.4	<i>Designação:</i>	Rota do Românico
	<i>Promotores:</i>	CIM, Rota do Românico
	<i>Caraterização:</i>	Já na sua segunda década, a Rota do Românico é um bom exemplo das potencialidades da abordagem intermunicipal aos problemas da preservação, recuperação e valorização do património do Tâmega e Sousa. A Rota abrange 58 monumentos, dispersos por todo o Tâmega e Sousa. Pretende-se continuar a desenvolver esta iniciativa, garantindo a conservação, manutenção e salvaguarda dos monumentos e das suas envolventes e valorizando os seus três “corredores” (Sousa, Tâmega, Douro), como uma alavanca para o desenvolvimento turístico e socioeconómico da comunidade.

Ação 4.5	<i>Designação:</i>	Reforço da oferta museológica do Tâmega e Sousa
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras, SEC, outros parceiros
	<i>Caraterização:</i>	Esta iniciativa prevê a criação ou requalificação de espaços museológicos ligados aos valores culturais, etnográficos, económicos e naturais do Tâmega e Sousa
Ação 4.6	<i>Designação:</i>	Programa de proteção, beneficiação e promoção do edificado
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras, SEC, proprietários privados, outros parceiros
	<i>Caraterização:</i>	Esta iniciativa visa intervenções de proteção e beneficiação no vasto património edificado do Tâmega e Sousa, na perspetiva da sua valorização turística e cultural. Este património inclui múltiplas tipologias (templos religiosos, casas senhoriais, estruturas militares) e cobre as mais diversas épocas (desde estruturas anteriores à nacionalidade até obras tão recentes como a Igreja de Santa Maria, da autoria do arquiteto Siza Vieira). As necessidades de intervenção, bem como o contexto em que terá que ser realizada, são muito diversas, devendo o programa proceder à sua caraterização e priorização.
Ação 4.7	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal para os desportos radicais e de natureza
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras, federações e clubes desportivos
	<i>Caraterização:</i>	Com os seus rios e montanhas, o Tâmega e Sousa oferece condições privilegiadas para a prática de desportos radicais e de natureza, como o <i>rafting</i> , o BTT, o <i>trekking</i> , o todo o terreno, entre outros. Promover-se-ão as condições para a prática destes desportos, assegurando a sua sinergia com a restante oferta turística da região e a compatibilidade com a preservação dos valores ambientais que se pretende que sejam uma sua marca identitária.
Ação 4.8	<i>Designação:</i>	Política intermunicipal para a caça e pesca
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, associações e clubes setoriais
	<i>Caraterização:</i>	Realização de um estudo estratégico para a caça e pesca no Tâmega e Sousa, e implementação das respetivas recomendações, visando a sua valorização como fatores de atração turística e de sustentabilidade do património natural.

Ação 4.9	<i>Designação:</i>	Promoção do termalismo e turismo de bem-estar
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, setor privado
	<i>Caraterização:</i>	Qualificação da oferta regional de termalismo, spas e talassoterapia, visando potenciar esses serviços em articulação com o turismo médico. Pretende-se promover a oferta existente e atrair investimento privado qualificante, capaz de contribuir para a sua revitalização.
Ação 4.10	<i>Designação:</i>	Programa de qualificação das margens ribeirinhas
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	Pretende-se promover a qualificação de pontos estratégicos das margens dos diversos rios do Tâmega e Sousa, na dupla perspetiva da sua valorização turística e do usufruto por parte dos residentes. Incluem-se nesta ação, nomeadamente, iniciativas de requalificação de pontos de acostagem, de praias fluviais e de parques ribeirinhos.
Ação 4.11	<i>Designação:</i>	Programa de certificação e promoção de artesanato e produtos regionais
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, associações de desenvolvimento local
	<i>Caraterização:</i>	O Tâmega e Sousa é rico em artesanato e produtos regionais que, em si mesmos, podem ser um elemento enriquecedor da oferta turística. Pão-de-ló de Margaride, pão de Padronelo, doces conventuais de Amarante, biscoito da Teixeira, bengalas de Gestaço, laranja da Pala, posta maronesa e arouquesa, rendas da Lixa são, apenas, alguns exemplos. Pretende-se desenvolver um programa para a certificação deste tipo de produtos que possa viabilizar a sua valorização turística. A relevância desta ação estende-se a outros domínios de intervenção, uma vez que a exploração destes produtos é um fator de animação da economia local e uma área privilegiada para a manifestação do microempreendedorismo, devendo beneficiar das ações previstas nessas matérias.

7.4.3. Formação e capacitação dos agentes turísticos

Ação 4.12	<i>Designação:</i> Programa intermunicipal de formação de agentes turísticos
	<i>Promotores:</i> CIM, câmaras municipais, IPP, diversos
	<i>Caraterização:</i> O reforço da atividade turística no Tâmega e Sousa carece da qualificação dos seus agentes. Este programa enquadrará um variado conjunto de iniciativas nesse domínio, nomeadamente, desde a formação profissional e profissionizante ao nível secundário até ao ensino superior especializado.

7.5. DEI.5 - Fortalecer a mobilidade inter e intra-municipal, ao serviço da coesão, da inclusão e da competitividade

7.5.1. Coordenação e dinamização estratégica

Ação 5.1	<i>Designação:</i>	Carta intermunicipal de mobilidade
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	Elaboração de estudo aprofundado da mobilidade no Tâmega e Sousa. O estudo incidirá quer sobre a questão infraestrutural quer sobre a oferta de serviços de transportes. Procederá à inventariação da situação atual e proporá um plano de ação para lidar com os problemas identificados. Será o documento enquadrador da política intermunicipal neste domínio.

7.5.2. Infraestruturas da mobilidade intra e intermunicipal do Tâmega e Sousa

Ação 5.2	<i>Designação:</i>	Requalificação e eletrificação da linha do Douro entre Caíde de Rei e Marco de Canaveses
	<i>Promotores:</i>	REFER
	<i>Caraterização:</i>	Este troço de cerca de 15 quilómetros de via-férrea atravessa quatro concelhos do Tâmega e Sousa, tendo o potencial para desempenhar um importante papel na mobilidade intermunicipal e na ligação da comunidade à Área Metropolitana do Porto. A REFER lançou já o concurso público internacional para a eletrificação deste troço, assim criando as condições para a concretização desta aspiração da comunidade intermunicipal.

Ação 5.3	<i>Designação:</i>	Requalificação e eletrificação da linha do Tâmega entre Livração e Amarante
	<i>Promotores:</i>	REFER
	<i>Caraterização:</i>	Assegurada a eletrificação da linha do Douro, a eletrificação do troço da linha do Tâmega entre Livração e Amarante daria um contributo significativo à mobilidade intermunicipal, ligando dois dos concelhos mais populosos do Tâmega e Sousa.

Ação 5.4	<i>Designação:</i>	Requalificação / conclusão de portos fluviais
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, IPTM, concessionárias
	<i>Caraterização:</i>	A inserção do Tâmega e Sousa no sistema fluvial do rio Douro gera condições para que a comunidade intermunicipal, nomeadamente o seu tecido empresarial, possa beneficiar dos investimentos feitos na navegabilidade do rio. A requalificação / conclusão dos portos de mercadorias de Alpendurada, Várzea e Torrão, no concelho do Marco de Canaveses, e da Sardoura, no concelho de Castelo de Paiva, seria um importante contributo nesse sentido. Destaca-se a sua importância para o transporte de mercadorias pesadas, nomeadamente para o granito extraído na região, que permitiria aliviar a pressão sobre a rede rodoviária e teria manifestas vantagens ambientais.

Ação 5.5	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de vias rodoviárias estruturantes
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, Estradas de Portugal
	<i>Caraterização:</i>	Ao contrário do que acontece noutras zonas do país, a comunidade do Tâmega e Sousa debate-se ainda com significativos problemas de mobilidade, decorrentes de insuficiências das infraestruturas rodoviárias. Estes problemas têm consequências muito negativas em termos de desenvolvimento económico e coesão social, particularmente nas zonas interiores da comunidade. Sem prejuízo de indicações mais precisas que resultem da conclusão da ação 5.1, o plano estratégico assume, desde já, a necessidade de corrigir as seguintes situações: • Construção do IC35, ligando Penafiel a Entre-os-Rios e Castelo de Paiva e de grande importância para concelhos limítrofes, como Cinfães e Marco de Canaveses, facilitando a sua ligação à rede de autoestradas; • Ligação entre Arco de Baulhe / A7 e Celorico de Basto, em variante à atual N210; • Ligações Baião – Ponte da Ermida e Bigorne – Resende, melhorando a mobilidade dois dos concelhos mais isolados da comunidade e conferindo-lhes uma localização central nas ligações entre a área metropolitana do Porto e o concelho de Viseu, graças à articulação entre a A4 e a A24; • Ligação Cinfães – Marco de Canaveses, através do Carrapatelo, de forma a reforçar as ligações do primeiro destes concelhos ao núcleo da comunidade intermunicipal e, daí, a outras áreas da Região Norte; • Ligação de Pedorido, no concelho de Castelo de Paiva, à A32, em variante à N222.

Ação 5.6	<i>Designação:</i>	Programa de requalificação e manutenção da rede viária intracomunitária
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, Estradas de Portugal
	<i>Caraterização:</i>	Os problemas de mobilidade entre os concelhos da comunidade e as suas ligações com o resto do país, que serão objeto da ação 5.5, não podem fazer esquecer as debilidades existentes, por todo o Tâmega e Sousa, nas ligações entre as sedes municipais e as restantes freguesias, e entre estas últimas. Estas debilidades são um obstáculo para o acesso dos cidadãos aos serviços, frequentemente só disponíveis na sede do concelho, para a deslocação dos turistas aos pontos de interesse, para a mobilidade geográfica dos trabalhadores e para a circulação de mercadorias, implicando tempos de transporte acrescidos e consequentes custos económicos e ambientais. Esta ação estará centrada na requalificação e manutenção das redes viárias intramunicipais e intermunicipais mas abrangerá, onde se revelem estritamente indispensáveis, trabalhos localizados de construção destinados à correção de constrangimentos estruturais à circulação de pessoas e mercadorias.

7.5.3. Oferta de transportes

Ação 5.7	<i>Designação:</i>	Dinamização da oferta de transportes públicos de passageiros
	<i>Promotores:</i>	CIM, municípios, operadores privados
	<i>Caraterização:</i>	O transporte público de passageiros, no Tâmega e Sousa, para lá da muito escassa oferta ferroviária, consiste essencialmente em serviços privados de autocarros interurbanos, sem coordenação entre si. A escassez da oferta disponível constitui um obstáculo à mobilidade das pessoas e um incentivo ao uso de transporte automóvel individual, com as inerentes consequências em termos ambientais e de pressão sobre as vias. Esta ação visa promover a articulação e o reforço da oferta de transporte público de passageiros, contribuindo para a estruturação do sistema urbano. Nesse sentido, na sequência das orientações que resultem da ação 5.1, promover-se-á a valorização e requalificação de interfaces de transportes públicos que assumam natureza regional ou sub-regional.

Ação 5.8	<i>Designação:</i> Programa intermunicipal de transporte escolar
	<i>Promotores:</i> CIM, operadores privados
	<i>Caraterização:</i> O transporte escolar representa um mecanismo fundamental na no combate ao abandono e ao insucesso escolar, sendo assim um importante fator de inclusão e coesão social. Por este motivo, recebe grande atenção e representa um pesado encargo para os municípios. Pretende-se, com esta ação, promover uma abordagem concertada a esta área de intervenção que permita uma otimização de rotas e escalas de operação e viabilize condições de negociação mais favoráveis com os prestadores do serviço.

7.6. DEI.6 - Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial

7.6.1. Promoção do emprego, do autoemprego e do microempreendedorismo

Ação 6.1	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de estágios
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	Para os jovens, a obtenção de uma primeira experiência profissional, independentemente da sua estabilidade, representa, muitas vezes, uma etapa fundamental para a sua integração no mercado de trabalho. Da mesma forma, para os desempregados de longa duração a obtenção de uma experiência que “certifique” que não perderam a sua capacidade de trabalho pode ser uma alavanca para a sua reintegração profissional. Neste sentido, promover-se-á um programa de estágios nas câmaras municipais e nas entidades delas dependentes, orientado para estas duas populações. Desenvolver-se-ão esforços para alargar a iniciativa a outro tipo de entidades, públicas e privadas, que estejam disponíveis para acolher estagiários.

Ação 6.2	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de apoio ao microempreendedorismo e ao autoemprego
	<i>Promotores:</i>	CIM, CETS
	<i>Caraterização:</i>	Desenvolvimento de um conjunto articulado de iniciativas destinadas a promover o microempreendedorismo e o autoemprego, nomeadamente: • Criação de mecanismo de aconselhamento (articulado com a ação 3.7); • Ações de formação; • Isenção ou bonificação de taxas municipais aplicáveis e condições preferenciais no acesso a espaços municipais devolutos (lojas, etc.); • Celebração de protocolos com potenciais financiadores. O programa procurará especialmente promover a iniciativa em domínios prioritários do plano estratégico, como a coesão social (microempreendedorismo social) ou o turismo.

Ação 6.3	<i>Designação:</i>	Feira de emprego do Tâmega e Sousa
	<i>Promotores:</i>	CIM
	<i>Caraterização:</i>	Iniciativa a realizar periodicamente, visando facilitar a interação entre a oferta e procura de trabalho.

Ação 6.4	<i>Designação:</i>	Rede intermunicipal de apoio ao emprego
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, IEFP
	<i>Caraterização:</i>	Análise e eventual reestruturação ou requalificação da rede de estruturas de apoio ao emprego no Tâmega e Sousa.

7.6.2. Ação social

Ação 6.5	<i>Designação:</i>	Carta social intermunicipal
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, IEFP, IPSS
	<i>Caraterização:</i>	Elaboração da Carta Social Intermunicipal como documento enquadrador que garanta a coerência das intervenções nesta matéria, num contexto demográfico em transformação. Identificação de áreas prioritárias de intervenção. Promoção de uma lógica intermunicipal de partilha de serviços e informação, visando a aprendizagem, a obtenção de economias e a prevenção de situações de oportunismo. Definição de políticas tendentes à racionalização e qualificação das organizações.

Sem prejuízo dos resultados deste trabalho, identificam-se, desde já, as ações enunciadas nos quatro pontos seguintes.

Ação 6.6	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal no domínio da saúde mental
	<i>Promotores:</i>	CIM, estruturas do Ministério da Saúde, IPSS
	<i>Caraterização:</i>	Diagnóstico das necessidades e caraterização da oferta. Definição de plano de adequação da oferta, por ajustamento na oferta pública e celebração de protocolos com entidades particulares. Apoio à capacitação do sistema de atores e organizações.

Ação 6.7	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal no domínio das dependências
	<i>Promotores:</i>	CIM, SICAD, ARS, IPSS
	<i>Caraterização:</i>	Diagnóstico das necessidades e caraterização da oferta. Definição de plano de adequação da oferta. Criação de comunidades terapêuticas locais. Apoio à capacitação do sistema de atores e organizações.

Ação 6.8	<i>Designação:</i>	Rede intermunicipal de apoio ao idoso
	<i>Promotores:</i>	CIM, Segurança Social, IPSS
	<i>Caraterização:</i>	Definição de uma rede intermunicipal de centros de convívio, centros de noite e serviços de apoio ao domicílio, assegurando uma adequada cobertura do território. Apoio à capacitação das instituições participantes.

Ação 6.9	<i>Designação:</i>	Rede intermunicipal de apoio à vítima
	<i>Promotores:</i>	CIM, IPSS, autoridades judiciais e policiais
	<i>Caraterização:</i>	Definição de uma rede intermunicipal de apoio e acolhimento em situações de emergência, nomeadamente no domínio da violência doméstica. Apoio à capacitação das instituições participantes.

7.6.3. Educação e desporto

Ação 6.10	<i>Designação:</i>	Carta educativa intermunicipal
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, MEd
	<i>Caraterização:</i>	Elaboração da Carta Educativa Intermunicipal como documento enquadrador que garanta a coerência e racionalização das intervenções nesta matéria. Este documento deve ser objeto de revisões periódicas. Caracterização de oferta e procura e respetivas tendências de evolução. Propostas de ajustamento à oferta educativa regional, nomeadamente na perspetiva da oferta de modalidades de dupla certificação em articulação com o tecido empresarial. Definição de necessidades de investimento/racionalização de capacidade e de oportunidades de colaboração/especialização em face das tendências identificadas. Detecção de necessidades de requalificação de equipamentos.

Sem prejuízo de outras indicações que venham a resultar deste trabalho, desde já, se apresentam as seguintes propostas de ação.

Ação 6.11	<i>Designação:</i>	Programa intermunicipal de promoção da conclusão do ensino secundário e transição para o ensino superior
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais, MEd
	<i>Caraterização:</i>	Depois do progresso já conseguido no ensino básico, que é preciso consolidar, é agora necessário um combate determinado ao insucesso e abandono escolar no ensino secundário e de promoção da frequência do ensino superior.

	Pretende-se, por isso, implementar um programa de ação assente, nomeadamente, nos seguintes pilares: • Reforçar a ação social escolar; • Melhorar a acessibilidade à escola (ver ação 5.8); • Reforçar a oferta de percursos escolares de dupla certificação, em articulação com a oferta de emprego regional; • Reforçar os serviços de orientação vocacional, utilizando soluções de nível intermunicipal; • Programa de comunicação de valorização do ensino superior; • Avaliação da viabilidade e implementação de soluções de apoio financeiro à frequência do ensino superior.
Ação 6.12	<i>Designação:</i> Programa intermunicipal de qualificação da população ativa
	<i>Promotores:</i> CIM, câmaras municipais, ANQEP, IIEFP
	<i>Caraterização:</i> A população ativa do Tâmega e Sousa apresenta níveis de escolarização bastante baixos. Importa, por isso, promover iniciativas que possam permitir uma recuperação, pelo menos parcial, do défice existente nesta matéria. Nesse sentido, pretende-se reforçar a divulgação e encaminhamento de adultos para as várias modalidades disponíveis para o efeito, nomeadamente, a formação modular, os cursos de educação e formação de adultos e os processos de reconhecimento, validação e certificação de competências.
Ação 6.13	<i>Designação:</i> Carta desportiva intermunicipal
	<i>Promotores:</i> CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i> Elaboração da Carta Desportiva Intermunicipal como documento enquadrador que garanta a coerência das intervenções nesta matéria. Caracterização da rede de equipamentos e da sua utilização. Definição de necessidades de investimento/ajustamento de capacidade em face da evolução previsível da população. Identificação de necessidades de requalificação.

Ação 6.14	<i>Designação:</i>	Programa de reabilitação e manutenção de equipamentos escolares e desportivos
	<i>Promotores:</i>	CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	Na sequência da elaboração das cartas intermunicipais, em matéria de educação e desporto, definir-se-á um programa de intervenção para a reabilitação e manutenção de equipamentos. O programa será devidamente articulado com o programa intermunicipal para a eficiência energética nos edifícios e equipamentos municipais (ação 2.6).

7.6.4. Qualificação do espaço público

Ação 6.15	<i>Designação:</i>	Programa para a regeneração urbana no Tâmega e Sousa
	<i>Promotores:</i>	Câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	A inclusão do tema da regeneração urbana e da qualificação do espaço público no plano estratégico é determinada, em primeiro lugar, pelo propósito de reforçar a qualidade de vida dos habitantes do Tâmega e Sousa e por preocupações de inclusão social, uma vez que a sua necessidade está, em muitos casos, associada a situações que a degradação do edificado é acompanhada por fenómenos de pobreza e envelhecimento das populações. A concretização de operações de regeneração urbana tem, no entanto, implicações que atravessam transversalmente o plano estratégico. Desde logo, as intervenções a efetuar serão orientadas pela orientação para a excelência ambiental, com preocupações relacionadas com a melhoria dos serviços ambientais (nomeadamente, redes de abastecimento de água e saneamento) e com a eficiência energética que são temas do DEI.2. Depois, estas intervenções reforçarão o atrativo turístico das localidades, com implicações no DEI.4. A requalificação de bairros sociais será uma das prioridades em matéria de regeneração urbana.

Ação 6.16	<i>Designação:</i>	Planos municipais e locais de acessibilidades
	<i>Promotores:</i>	Câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i>	Pretende-se generalizar a elaboração de planos municipais e locais de acessibilidades, com o conseqüente reordenamento do espaço público, visando, nomeadamente, promover a inclusão social dos cidadãos com necessidades especiais, através da eliminação dos obstáculos à sua mobilidade.

7.6.5. Outras iniciativas

Ação 6.17	<i>Designação:</i> Política intermunicipal de igualdade
	<i>Promotores:</i> CIM, câmaras municipais
	<i>Caraterização:</i> Adoção de planos municipais de igualdade em todos os municípios, depois de um trabalho de coordenação e identificação de boas práticas ao nível do Tâmega e Sousa.

**PROGRAMA TERRITORIAL DE
DESENVOLVIMENTO
DO TÂMEGA**
NOVEMBRO 2008



PROGRAMA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO TÂMEGA

NOVEMBRO 2008

ÍNDICE

1. NOTA DE APRESENTAÇÃO.....	11	3. ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO.....	61
2. DIAGNÓSTICO SINTÉTICO.....	17	3.1. Dos Factores Distintivos do Tâmega.....	61
2.1. As Pessoas.....	17	3.2. Das Experiências Anteriores.....	64
2.1.1. Demografia.....	18	3.3. Contexto Estratégico.....	66
2.1.2. Educação e Formação.....	20	3.3.1. Os Objectivos do QREN.....	66
2.1.3. Inclusão Social.....	26	3.3.2. Os Objectivos da ON.2.....	66
2.1.4. Saúde e Desporto.....	29	3.3.3. A Matriz de Tipologias de Operação Objecto de Contratualização.....	66
2.1.5. Cultura e Património.....	31	3.4. Abordagem Estratégica Tâmega 08 13.....	69
2.2. As Actividades Económicas.....	34	4. PLANO DE INVESTIMENTOS.....	77
2.2.1. Estrutura Económica.....	35	5. PLANO DE MONITORIZAÇÃO.....	111
2.2.2. Indústria.....	36	6. ESTRUTURA DE GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO.....	117
2.2.3. Turismo.....	38	7. PLANO DE DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	123
2.2.4. Inovação e Desenvolvimento.....	39	ANEXO – Centros Escolares	
2.2.5. Emprego e Desemprego.....	41		
2.2.6. Rendimento e Poder de Compra.....	44		
2.3. O Território.....	45		
2.3.1. Dinâmicas Territoriais.....	46		
2.3.2. Acessibilidade, Mobilidade e Transportes.....	49		
2.3.3. Sistemas Ambientais.....	51		
2.4. A Governação do Território.....	55		
2.4.1. Instituições.....	56		
2.4.2. Governação do Território.....	57		

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AE	Autoridade de Gestão
AIBT	Acções Integradas de Base Territorial
AMBISOUA	Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM
AMBT	Associação de Municípios do Baixo Tâmega
AMP	Área Metropolitana do Porto
CCA	Centro de Carga Aérea
CCDRN	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CM	Câmaras Municipais
CRN	Conselho Regional do Norte
DGOTDU	Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGTT	Direcção-Geral dos Transportes Terrestres
DGAA	Direcção-Geral das Autarquias Locais
DREN	Direcção Regional de Educação do Norte
ENRRUBDA	Estratégia Nacional para a Redução dos Resíduos Biodegradáveis Destinados aos Aterros
EUROSTAT	Gabinete Estatístico das Comunidades Europeias
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE	Fundo Social Europeu
GAT	Gabinete de Apoio Técnico
ICCU	Indicador Compósito de Cobertura e Utilização
IDP	Instituto do Desporto de Portugal
IGIFS	Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde
INE	Instituto Nacional de Estatística
INESC	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores
INR	Instituto dos Resíduos
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
IPP	Instituto Politécnico do Porto
MA	Ministério do Ambiente
MAOTDR	Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
ME	Ministério da Educação
MOPTC	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
MTSS	Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

NUTS	Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ON	Operação Norte
PARES	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
PAISCTP	Programa de Acção Intermunicipal de Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade
PDTVD	Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro
PEAASAR	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
PERSU	Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos
PORN	Programa Operacional Regional do Norte
PME	Pequena e Média Empresa
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PRODOURO	Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Douro
PROSOUSA	Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Sousa
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PROTN	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte
PTD	Programa Territorial de Desenvolvimento
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
REBAT	Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Baixo Tâmega
REFER	Rede Ferroviária Nacional, E.P.
RLVT	Região de Lisboa e Vale do Tejo
RSI	Rendimento Social de Inserção
SI	Sociedade de Informação
SNS	Serviço Nacional de Saúde
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TOC	Trabalhadores por Conta de Outrem
UAA	Unidade de Apoio Administrativo
UCSI	Unidade de Comunicação e Sistemas de Informação
UE	União Europeia
UFC	Unidade Financeira e de Controlo
UGA	Unidade de Gestão e Acompanhamento
VALSOUSA	Comunidade Urbana do Vale do Sousa

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – População Residente 2006 (nº) e Variação Populacional 1991-2006 (%)	18	Figura 19 – ICCU Serviço de Apoio Domiciliário, 2007.....	28
Figura 2 – Variação Populacional 1991-2001 (%), por Freguesia	18	Figura 20 – ICCU Centro de Dia, 2007.....	28
Figura 3 – Índice de Envelhecimento, 2006 (nº)	19	Figura 21 – ICCU Lar de Idosos, 2007	29
Figura 4 – Índice de Dependência de Idosos, 2006 (nº)	19	Figura 22 – Camas nos Estabelecimentos de Saúde por 1.000 Habitantes, 2004 (nº)	29
Figura 5 – Proporção de População Estrangeira na População Concelhia, 2001 (%)	20	Figura 23 – Centros de Saúde, por 1.000 Habitantes, 2004 (nº)	30
Figura 6 – Taxa de Pré-escolarização, Ano Lectivo 2005/06 (%).....	20	Figura 24 – Instalações Desportivas Artificiais, 2001 (m²/1.000 habitantes).....	30
Figura 7 – Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Básico Regular, Ano Lectivo 2004/05 (%)	21	Figura 25 – Despesas Correntes em Actividades Culturais por Habitante, 2006 (€).....	31
Figura 8 – Rácio de Alunos por Estabelecimento de Ensino no Ano Lectivo 2004/05 (nº)	21	Figura 26 – Utilizadores das Bibliotecas Municipais por 10.000 Habitantes, 2006 (nº)	31
Figura 9 – Proposta de Reordenamento da Rede de Equipamentos do Ensino Pré-escolar do Concelho de Marco de Canaveses, 2007	22	Figura 27 – Despesas em Cultura no Total de Despesas, 2004 (%)	32
Figura 10 – Proposta de Reordenamento da Rede de Equipamentos do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Celorico de Basto, 2007	22	Figura 28 – Despesas em Actividades Culturais por Habitante, 2004 (€)	32
Figura 11 – Trabalhadores por Conta de Outrem, Segundo o Nível de Habilitações: Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico, 2003 (nº).....	24	Figura 29 – Empresas, 2005 (nº)	34
Figura 12 – Trabalhadores por Conta de Outrem, Segundo o Nível de Habilitações: 1º Ciclo do Ensino Básico, 2003 (nº)	24	Figura 30 – Empresas da Indústria Transformadora, 2005 (%)	35
Figura 13 – Trabalhadores por Conta de Outrem, Segundo o Nível de Habilitações: 2º Ciclo do Ensino Básico, 2003 (nº)	25	Figura 31 – Taxa de Dissolução de Sociedades, 2005 (%)	35
Figura 14 – Trabalhadores por Conta de Outrem, Segundo o Nível de Habilitações: Ensino Secundário, 2003 (nº).....	25	Figura 32 – Proporção do Pessoal ao Serviço nas Sociedades da Indústria Transformadora no Total do Pessoal ao Serviço nas Sociedades, 2004 (%).....	36
Figura 15 – Trabalhadores por Conta de Outrem, Segundo o Nível de Habilitações: Ensino Superior (Licenciatura), 2003 (nº)	26	Figura 33 – Proporção do Volume de Vendas da Indústria Transformadora no Total do Volume de Vendas, 2004 (%).....	36
Figura 16 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, por 1.000 Habitantes, 2005 (nº)	26	Figura 34 – Proporção dos Estabelecimentos da Indústria Transformadora com Menos de 10 Pessoas ao Serviço, 2003 (%)	37
Figura 17 – Subsídio de Doença Pago, 2005 (€/Habitante)	27	Figura 35 – Proporção dos Estabelecimentos da Indústria Transformadora com Mais de 250 Pessoas ao Serviço, 2003 (%).....	37
Figura 18 – ICCU Creche, 2007	27	Figura 36 – Estabelecimentos Hoteleiros, 2005 (nº).....	38
		Figura 37 – Capacidade de Alojamento, 2005 (nº)	39
		Figura 38 – Proporção de Emprego dos Serviços Intensivos em Conhecimento no Emprego Total, 2004 (%).....	39
		Figura 39 – Proporção de Emprego em Actividades TIC no Emprego Total, 2004 (%).....	40

Figura 40 – Proporção de Emprego da Indústria Transformadora em Indústrias de Média e Alta Tecnologia no Emprego Total, 2004 (%).....	40
Figura 41 – Taxa de Actividade, 2001 (%).....	41
Figura 42 – Taxa de Desemprego, 2001 (%).....	41
Figura 43 – Beneficiários de Subsídio de Desemprego por 1.000 Habitantes, 2005 (nº)	42
Figura 44 – Distribuição do Emprego por Sector de Actividade, 2001 (%)	42
Figura 45 – Trabalhadores por Conta de Outrem, 2003 (nº)	43
Figura 46 – Ganho Médio Mensal dos Trabalhadores por Conta de Outrem, 2003 (€)	44
Figura 47 – Índice de Poder de Compra Concelhio, 2005 (indicador <i>per capita</i>).....	44
Figura 48 – Inserção do Tâmega na NUTS II Norte e no Continente	45
Figura 49 – Sistema Urbano, Acessibilidade e Conectividade Internacional (PNPOT).....	46
Figura 50 – População Residente Segundo os Escalões de Dimensão Populacional – de 5.000 a 9.999 habitantes, 2001 (%)	47
Figura 51 – População Residente Segundo os Escalões de Dimensão Populacional – de 10.000 a 99.999 habitantes, 2001 (%)	47
Figura 52 – População Residente Segundo os Escalões de Dimensão Populacional – até 1.999 habitantes, 2001 (%).....	48
Figura 53 – População em Lugares com mais de 2.000 Habitantes, 2001 (nº)	48
Figura 54 – O Tâmega nos Principais Corredores de Acessibilidades	49
Figura 55 – Rede de Acessibilidades Rodoviárias e Ferroviárias, 2007.....	50
Figura 56 – Repartição Modal das Deslocações, 2001 (%)	50
Figura 57 – Tempo Médio das Viagens (Casa-Trabalho)+(Trabalho-Casa), Dias Úteis, 2001 (m.).....	51
Figura 58 – População Servida Por Sistemas de Drenagem de Águas Residuais, 2004 (%)....	51
Figura 59 – População Servida Por Estações de Tratamento de Águas Residuais, 2004 (%) ..	52
Figura 60 – População Servida Por Sistemas de Abastecimento de Água, 2004 (%)	52
Figura 61 – Consumo de Água Residencial e dos Serviços, por Habitante, 2004 (m ³)	53

Figura 62 – Despesas dos Municípios por 1000 Habitantes - Gestão dos Resíduos, 2004 (€)	53
Figura 63 – Despesas dos Municípios por 1000 Habitantes - Gestão de Águas Residuais, 2004 (€)	54
Figura 64 – Inserção dos Concelhos nas Comunidades Urbanas/Associações de Municípios do Território em Estudo, 2007	55
Figura 65 – Área de Influência dos Gabinetes de Apoio Técnico, 2007.....	58
Figura 66 – Estrutura de Gestão e de Implementação - Organograma.....	118
Figura 67 – Fluxograma de Admissão e Análise de Candidaturas.....	119

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – População Residente 2006 (nº) e Variação Populacional 1991-2006 e 2001-2006 (%)	17
Quadro 2 – Escolas Profissionais: Alunos (nº), Certificação Profissional e Cursos Ministrados, Ano Lectivo 2007/08.....	23
Quadro 3 - Projectos (nº), Investimento Total (€) e Co-Financiamento FEDER (€) por Eixo Prioritário.....	77
Quadro 4 - Projectos (nº), Investimento Total (€) e Co-Financiamento FEDER (€) por Objectivo Específico.....	77
Quadro 5 - Projectos (nº), Investimento Total (€) e Co-Financiamento FEDER (€) por Tipologia/Sub-tipologia de Contratualização.....	78
Quadro 6 – Calendarização do Investimento Total (€) por Tipologia/Sub-tipologia de Contratualização	78

1 ■ NOTA DE APRESENTAÇÃO

1. NOTA DE APRESENTAÇÃO

1. O documento que seguidamente se apresenta constitui o Programa Territorial de Desenvolvimento 2008-2013 para a NUTS III do Tâmega (PTD-T), resultante do processo de mobilização e concertação dos 12 municípios que compõe este território, com o objectivo de promover uma nova etapa de desenvolvimento social, económico e ambiental para este espaço da Região Norte.
2. Este documento surge em resposta ao convite lançado pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, em 17.07.2008, que desafia a apresentação de Programas Territoriais de Desenvolvimento.
3. O Convite, que constitui uma das opções estratégicas configuradas no modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e dos Programas Operacionais (PO), visa o estabelecimento de subvenções globais, nos termos do artigo 64º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril.
4. O Programa elaborado respeita, por isso, as tipologias de operações referidas no ponto 5. do Convite, integradas num programa territorial de desenvolvimento que demonstra a coerência estratégica das operações que serão objecto de contratualização.
5. Na génese deste programa, está o objectivo estratégico assumido pelo QREN de reforçar a acção/concertação intermunicipal no sentido de aumentar a eficiência e a qualidade da provisão de bens públicos apostando-se no modelo de contratualização com associações de municípios de base NUTS III, conforme foi recomendado pelo Estudo de Actualização da Avaliação Intercalar do QCA III (2000-2006) que aponta diversas virtualidades a que este tipo de abordagem operativa na medida em que contribui:
 - para o robustecimento do nível supra-municipal, incrementando competências técnicas, financeiras e jurídicas das associações de municípios abrangidas;
 - para elevar os níveis de planeamento estratégico de escala supra-municipal;
 - para a criação de condições favoráveis para uma gestão mais eficaz e eficiente dos fundos comunitários.
6. Desta forma, a contratualização assume-se como um instrumento determinante para oferecer um quadro financeiro de investimento municipal plurianual estável, fomentando a coesão e o equilíbrio do território da Região do Norte e a integração das intervenções de desenvolvimento territorial, numa lógica inter e/ou supramunicipal que garantam uma melhoria sustentada da eficiência e da qualidade dos territórios.
7. O presente Programa incide sobre um vasto território localizado no que se convencionou nomear por “Arco Metropolitano do Porto”. Abrange os

concelhos de Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Resende que, embora já tenham anteriormente sido objecto de programas intermunicipais, encontram-se pela primeira vez organizados numa só unidade territorial. De facto, a indefinição geográfica na definição do nível sub-regional conjugada com a insuficiente territorialização das políticas públicas tem sido uma das principais fragilidades do desenvolvimento regional em Portugal nos últimos trinta anos, o que no território em presença assume particular evidência.

8. Este território constitui simultaneamente uma das regiões mais jovens, mais industrializadas e mais pobres do país, tendo vivido ao longo dos últimos anos um longo ciclo de recessão, desinvestimento, desemprego e aumento da pobreza e exclusão social, numa tendência marcadamente divergente face às médias comunitárias.
9. Há, no entanto, sinais animadores de recuperação, mormente nos pólos com maior capacidade de inovação e integração de valor acrescentado, bem como sinais de um novo ciclo de IDE, mais selectivo, seguramente, mas surpreendentemente de contra-deslocalização em resultado da excelência da mão-de-obra especializada que a região pode oferecer.
10. Todavia, a ambição para este território e a estratégia definida visa bem mais do que a mera superação das fragilidades do passado ou a adopção de medidas defensivas minimizadoras das ameaças do futuro. O Tâmega ambiciona um novo posicionamento na região, no país e na Europa, não se resignando com a sua condição de região pobre. Procura, por isso, na sua matriz de factores distintivos e únicos – no

capital humano, no empreendedorismo, na juventude, nos valores culturais e no território – explorar o amplo leque de oportunidades que dispõe afirmando-se como um território competitivo e coeso onde os espaços urbanos e rurais disponham de idêntica vitalidade, onde as actividades agrícolas, indústrias, comerciais e turísticas ofereçam oportunidades de emprego e de geração de riqueza, onde a rede social assegure uma sociedade coesa e integradora.

11. Esta ambição de futuro é, não apenas, um desígnio deste território ou das suas autarquias, mas um desígnio para o país, na medida em que o Tâmega, pelas condições que reúne, pelos recursos que pode oferecer e pelo protagonismo que tem detém nos *clusters* exportadores constitui um dos principais territórios de oportunidade para encetar um novo e sólido ciclo de crescimento económico e de desenvolvimento social em Portugal.
12. A visão estratégia apontada para o Tâmega no horizonte de 2015 e que define os caminhos de desenvolvimento e de investimento municipal e intermunicipal dos próximos anos está, por isso, estruturada em quatro grandes ambições que permitam alcançar níveis de competitividade económica, bem-estar social e coesão territorial elevados:
 - um sistema urbano estruturado com forte integração e mobilidade interna;
 - um espaço privilegiado de competitividade, inovação e criatividade, liderante no novo protagonismo económico da Região Norte;
 - um território exemplar na prossecução de um desenvolvimento sustentável e na gestão dos recursos naturais;

- ↗ um território coeso, inclusivo e solidário que garanta o acesso ao emprego e à educação e a participação plena dos grupos mais desfavorecidos no processo de desenvolvimento.
13. Considerando estas ambições e a pauta de operações elegíveis no quadro da contratualização, o PTD-T assume quatro grandes objectivos estratégicos, a que se junta um quinto de nível nacional e que no Tâmega regista evidente pertinência:
- ↗ Objectivo estratégico 1. Garantir a universalidade, continuidade e qualidade dos serviços ambientais no Tâmega;
 - ↗ Objectivo estratégico 2. Intensificar a competitividade e a modernidade do sector industrial e empresarial do Tâmega;
 - ↗ Objectivo estratégico 3. Posicionar o Tâmega como um território atractivo no mosaico turístico do Norte de Portugal;
 - ↗ Objectivo estratégico 4. Estruturar as acessibilidades regionais fortalecendo a competitividade das cidades do Tâmega.
 - ↗ E, Objectivo estratégico de superação dos défices históricos e das situações de desajustamento face à dinâmica demográfica e aos requisitos actuais dos equipamentos educativos, fundamentais para assegurar os objectivos em matéria de valorização do potencial humano.

2. ■ DIAGNÓSTICO SINTÉTICO

2. DIAGNÓSTICO SINTÉTICO

2.1. AS PESSOAS

Principais Elementos de Caracterização Social

- As pessoas são o ponto forte do Tâmega.
- Com um pouco mais de meio milhão de habitantes e uma densidade populacional de 265,2 hab/km², o envelhecimento demográfico é muito inferior ao da restante Região Norte e ao do Continente.
- Os indicadores relativos às taxas de pré-escolarização e ao abandono escolar são mais negativos do que na região e no país, o que terá implicações nos baixos níveis de formação dos futuros activos.
- Os indicadores de saúde colocam o Tâmega abaixo dos valores médios regional e nacional.
- As políticas locais de desporto têm levado a que a maioria dos municípios ofereça um conjunto de serviços relativamente completo e diversificado. A grande carência encontra-se ao nível das piscinas cobertas e na racionalização da rede.
- É evidente no Tâmega um esforço de investimento na cultura e na preservação do património cultural.

Quadro 1 – População Residente 2006 (nº) e Variação Populacional 1991-2006 e 2001-2006 (%)

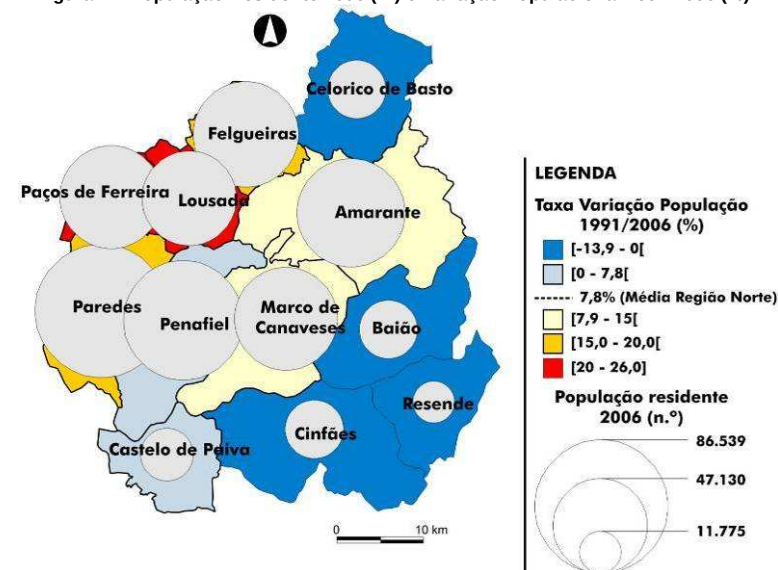
Unidade Territorial	População Residente	Variação da População (%)	Variação da População (%)
	2006	1991-2006	2001-2006
Amarante	61.471	9,6	3,1
Baião	21.152	-5,8	-5,4
Castelo de Paiva	16.968	2,7	-2,1
Celorico de Basto	19.986	-6,9	-2,4
Cinfães	20.774	-11,6	-7,4
Felgueiras	58.922	19,9	2,3
Lousada	47.130	23,3	5,4
Marco de Canaveses	54.733	13,7	4,4
Paços de Ferreira	55.692	26,0	5,1
Paredes	86.539	18,6	3,8
Penafiel	72.129	5,4	0,5
Resende	11.775	-13,9	-4,8
Tâmega	527.271	11,0	1,9
Norte	3.744.341	7,8	1,6
Portugal	10.599.095	7,4	2,4

Fonte: INE, 1991, 2001 e 2006

2.1.1. Demografia

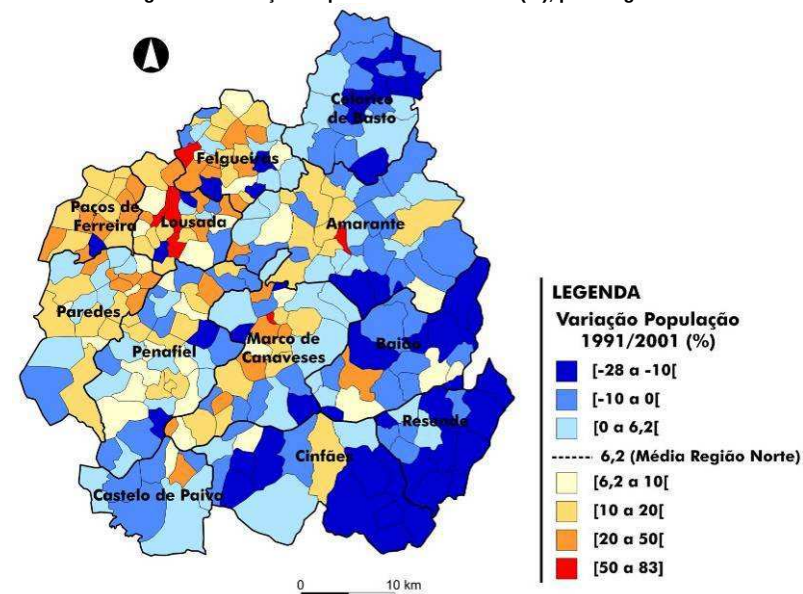
14. O Tâmega tem uma população de cerca de 527 mil habitantes (2006). Ainda que haja disparidades internas, os valores concelhios asseguram a sustentabilidade de equipamentos de irradiação limitada e facilitam potenciais reestruturações nas redes de serviços de proximidade com custos inferiores a regiões pouco povoadas.
15. O ritmo de crescimento populacional tem sido, nos últimos 15 anos, superior à média da NUTS II Norte; entre 2001 e 2006, foi superior no Norte, mas inferior aos valores médios do país. Neste período - 2001 a 2006 -, o arco dos concelhos limítrofes do Tâmega, a oriente e sul, com a exceção de Amarante, registou variações negativas.
16. Celorico de Basto, Baião, Resende, Cinfães e Castelo de Paiva são os concelhos periféricos e integram a área de transição entre o norte litoral e o interior. Aí, as tendências repulsivas e de perda de população manifestam-se claramente; em oposição, os concelhos de Paços de Ferreira e da Lousada registaram um crescimento muito superior à média nacional. Neste últimos dois concelhos, como em Paredes, Penafiel, Felgueiras e Marco de Canaveses, existem freguesias (designadamente aquelas que são sede do concelho) onde o crescimento foi muito significativo, tendo atingido valores superiores a 50% no último período inter-censitário.
17. A estrutura etária apresenta-se mais equilibrada face à média regional e nacional, com um menor envelhecimento. O indicador mais simples e representativo do estado de envelhecimento e das tendências evolutivas, a taxa de natalidade, era de 11‰ em 2005,

Figura 1 – População Residente 2006 (nº) e Variação Populacional 1991-2006 (%)



Fonte: INE, 2006

Figura 2 – Variação Populacional 1991-2001 (%), por Freguesia



Fonte: INE, 2001

acima da média nacional (10,4‰); há concelhos em que este valor ultrapassava os 12‰, (Paços de Ferreira e Paredes), enquanto Baião registava um valor mais baixo (8,9‰).

18. É relevante o peso dos jovens - quase 19% -, valor superior à média nacional (15,5%). Nos concelhos de Felgueiras, Marco de Canaveses, Paredes, Penafiel, Lousada e Paços de Ferreira, o valor é superior à média do Tâmega, ultrapassando os 20% nos últimos dois casos.
19. Paralelamente, o peso relativo da população idosa (≥ 65 anos), de 12%, é inferior às médias regional e nacional (15,0% e 17,3%, respectivamente), ainda que se registem grandes diferenças internas: Resende apresenta o mais elevado (20,5%) e Cinfães e Celorico de Basto encontram-se próximos da média nacional (17,9% e 17,4%, respectivamente).
20. Ainda que globalmente se verifique um Índice de Envelhecimento inferior à média regional, por sua vez inferior à média nacional, evidenciam-se as tendências para se acentuar e se aproximar das regiões vizinhas.
21. O Índice de Dependência dos Idosos, também inferior às médias regional e nacional, apresenta variações internas acentuadas, com os valores mais elevados a alcançarem-se em Resende, Cinfães, Celorico de Basto e Baião.
22. Quer em termos de localização relativa face aos principais eixos de comunicação, quer em relação aos principais pólos urbanos do Tâmega, estes concelhos assumem uma posição claramente

Figura 3 – Índice de Envelhecimento, 2006 (nº)

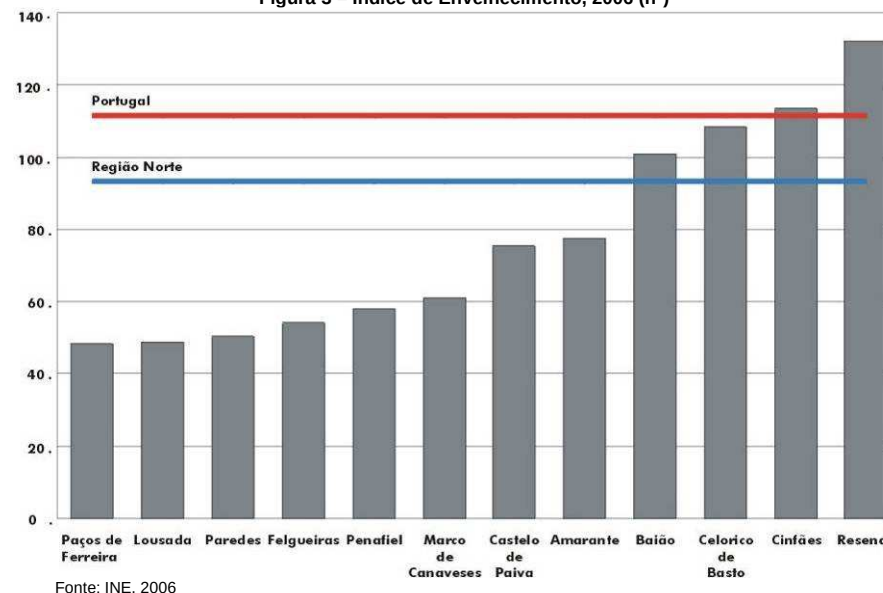
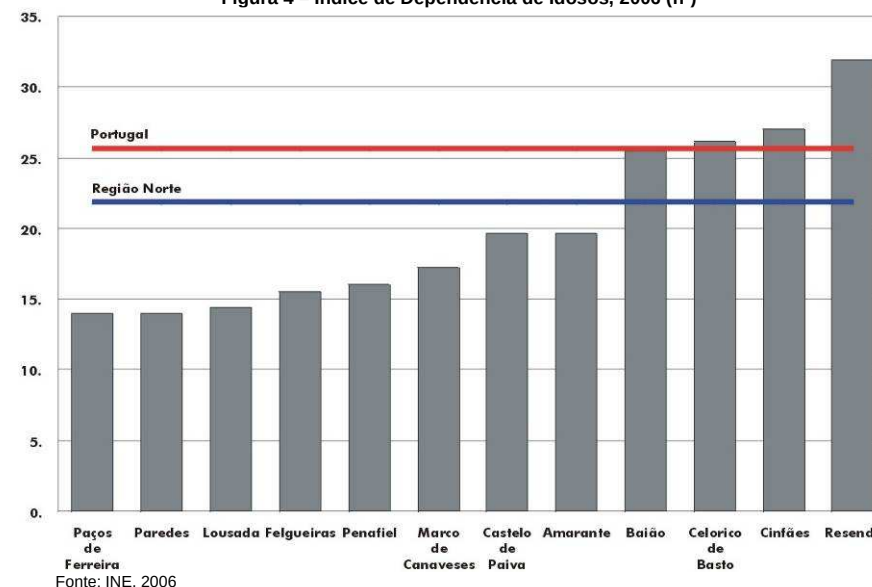


Figura 4 – Índice de Dependência de Idosos, 2006 (nº)



periférica; à sua perifericidade locativa e socioeconómica associa-se uma maior rarefacção demográfica; com mais baixas densidades demográficas e menor população em termos absolutos, é nestas áreas que a definição das redes de equipamentos e localizações de serviços de proximidade podem vir a colocar maiores dificuldades, exigindo soluções mais inovadoras.

23. Nem o saldo migratório, nem o peso da população estrangeira são relevantes no quantitativo populacional, que tem variado acima de tudo, a partir do seu saldo natural; neste contexto e tendo em conta debilidades económicas graves, é necessário reforçar as políticas locais que contribuam para manter as populações na região e impedir fluxos migratórios de saída que só poderiam agravar o envelhecimento.

2.1.2. Educação e Formação

24. Em 2005, eram cerca de 102 mil os alunos matriculados nos vários níveis do sistema de ensino do Tâmega.
25. Todos os concelhos detêm ensino pré-escolar, básico e secundário; mas nem todos têm escolas de ensino profissional e só três – Paredes, Felgueiras e Baião - oferecem ensino superior.
26. A taxa de pré-escolarização era de 66,5% na NUTS III Tâmega no ano lectivo de 2004/05, valor inferior às médias regional (75,1%) e nacional (77,2%). Há porém concelhos, com maior dinamismo económico, com taxas mais baixas (Felgueiras - 55,6%) e outros,

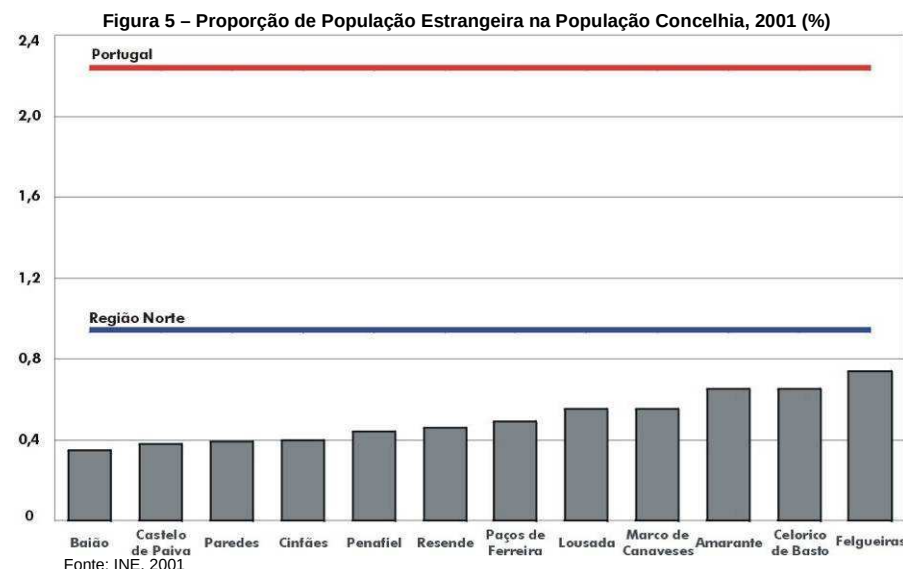
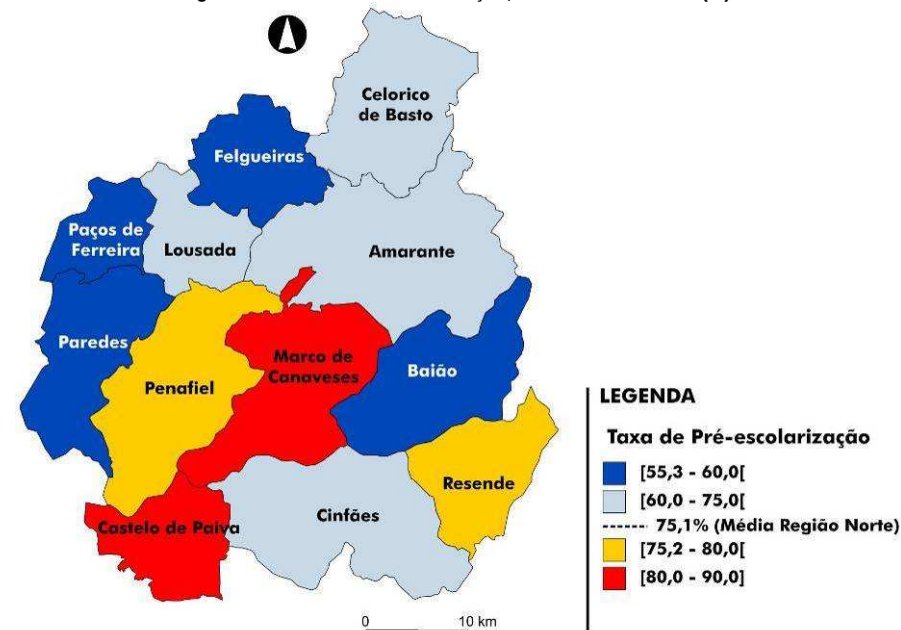


Figura 6 – Taxa de Pré-escolarização, Ano Lectivo 2005/06 (%)

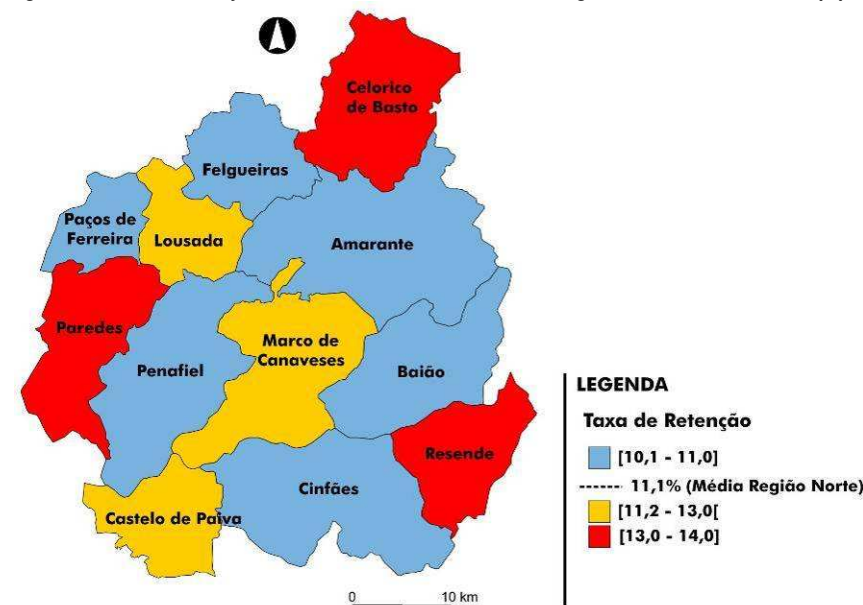


Fonte: PAISCTP, 2006

mais periféricos, com valores mais próximos da meta nacional dos 100% (Castelo de Paiva - 82,9% e Marco de Canaveses - 82%).

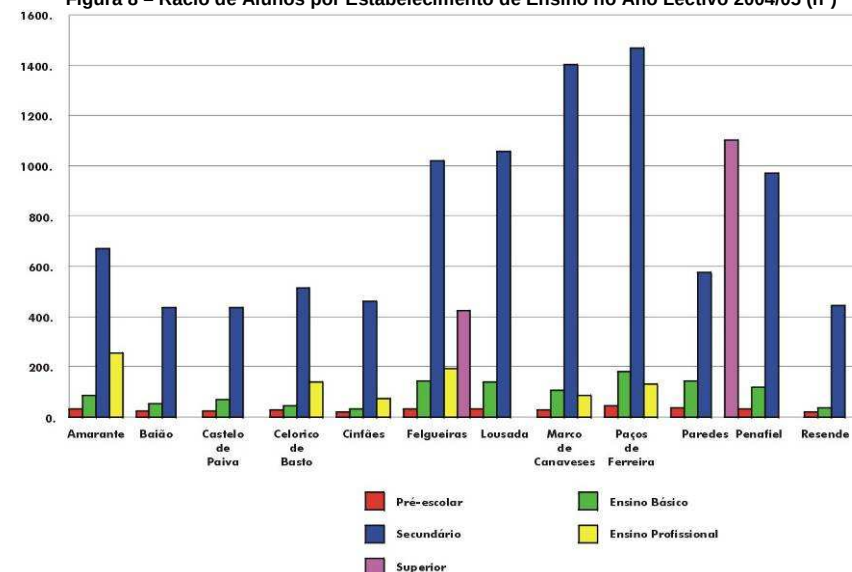
27. Esta situação híbrida justifica que nos concelhos mais desenvolvidos economicamente haja ainda um grande *deficit* de equipamentos e de serviços básicos: o Norte 2015 identificou algumas das carências de infra-estruturas e equipamentos para a educação pré-escolar e para o ensino básico.
28. Para o mesmo ano lectivo, a taxa de retenção e desistência no ensino básico regular atingia níveis globalmente próximos da média do Norte e do Continente embora, nalguns concelhos, os valores fossem mais elevados: Paredes, Resende e Celorico de Basto.
29. Acompanhando as tendências regional e nacional, é no 3º ciclo, de uma forma geral, que se evidenciam as taxas mais elevadas de abandono escolar; Resende, Baião, Castelo de Paiva e Paredes registam os valores mais elevados.
30. O número de alunos por estabelecimento permite-nos inferir algumas conclusões acerca das potenciais carências de equipamentos e de serviços em complemento às Cartas Educativas: i) nos concelhos com menos população e mais envelhecida, os estabelecimentos têm, como seria de esperar, um número de alunos inferior, o qual fica muito abaixo das médias regional e nacional; ii) nos concelhos de maior dimensão, onde a procura está assegurada, poder-se-ão procurar implementar tipologias de equipamentos mais complexos e multifuncionais, sem ter de necessariamente se construir novas infra-estruturas. Há assim dois conjuntos de concelhos com comportamentos distintos.

Figura 7 – Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Básico Regular, Ano Lectivo 2004/05 (%)



Fonte: INE, 2005

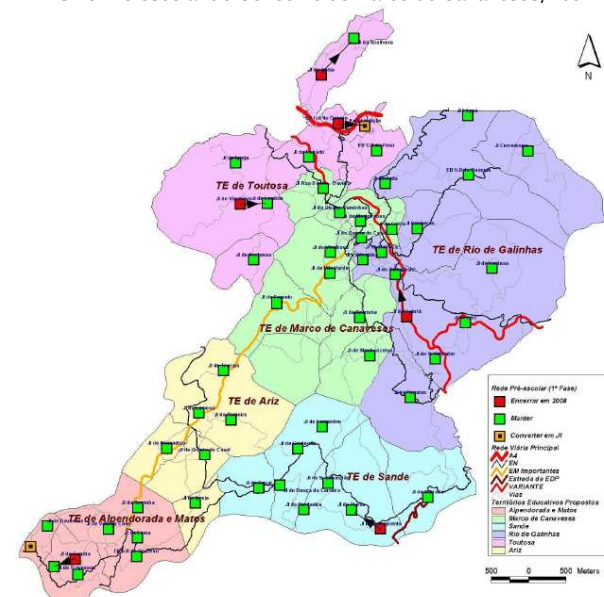
Figura 8 – Rácio de Alunos por Estabelecimento de Ensino no Ano Lectivo 2004/05 (nº)



Fonte: INE, 2005

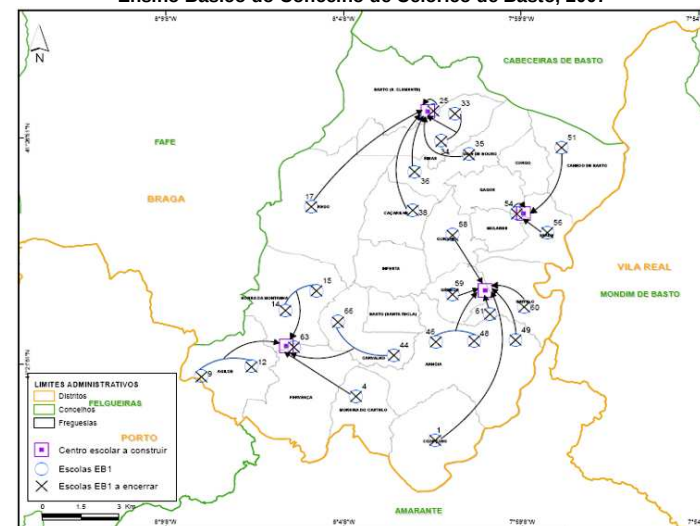
31. As Cartas Educativas dão conta precisamente dessa situação. Segundo informação da DREN, todos os concelhos dispõem da respectiva Carta Educativa aprovada. Castelo de Paiva e Cinfães são os que manifestam menores carências de equipamentos escolares. Na situação oposta, encontram-se Paredes, Penafiel, Lousada e Felgueiras. Paços de Ferreira apresenta uma situação particularmente deficitária em escolas do tipo EB1/JI (Escola Básica do 1º ciclo e Jardim de Infância Integrado); é precisamente a tipologia (EB1/JI) mais referida nas Cartas Educativas, em termos e supressão de carências: globalmente, seriam necessários 39 novos equipamentos deste tipo.
32. As maiores carências em equipamentos para os 2º e 3º ciclos do ensino básico e para o secundário registam-se nas Cartas Educativas dos concelhos de maior dimensão demográfica (Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paredes, Penafiel e Paços de Ferreira); Regista-se, no entanto, alguma desarticulação entre as Cartas Educativas e a informação que as Câmaras Municipais prepararam para apoiar o PROTN, com listagens de obras programadas ou em curso, dado que nalguns casos, não há referência a equipamentos escolares, apesar de constarem na respectiva Carta Educativa.
33. Para a DREN, uma das prioridades neste domínio prende-se com a resolução do problema do regime duplo existente em muitas escolas desses concelhos, com um maior contingente de alunos matriculados. Os concelhos onde essas situações ocorrem em maior número são, como se compreende, os mesmos em que há um maior

Figura 9 – Proposta de Reordenamento da Rede de Equipamentos do Ensino Pré-escolar do Concelho de Marco de Canaveses, 2007



Fonte: Extraído da Carta Educativa do Concelho de Marco de Canaveses, 2007

Figura 10 – Proposta de Reordenamento da Rede de Equipamentos do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Celorico de Basto, 2007



Fonte: Extraído da Carta Educativa do Concelho de Celorico de Basto, 2007

contingente de alunos e mais carências de equipamentos: Penafiel, Felgueiras, Marco de Canaveses, Paredes e Paços de Ferreira.

34. O reordenamento da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico, iniciado em 2005, tem levado ao encerramento de um grande número de escolas precisamente nos concelhos periféricos com menos população e mais envelhecida; no ano lectivo de 2006/2007, não foram encerradas por exemplo, escolas nem em Lousada, nem em Paços de Ferreira, enquanto que em Cinfães - caso extremo - foram encerradas 20 das 51 escolas existentes.
35. O ensino profissional por seu turno, não é oferecido em todos os concelhos e naqueles em que o é, assume importância diferenciada: as áreas dominantes em que o ensino profissional de nível III é oferecido referem-se a áreas de especialização actual da base económica local e áreas de futuro desenvolvimento. Há cursos ligados à indústria do calçado, do trabalho da pedra, do mobiliário e de outros domínios de carácter técnico e tecnológico e de gestão de actividades económicas diversas (de salientar a viticultura e enologia), assim como no âmbito do apoio ao turismo, com hotelaria e restauração e formações de arqueologia, património, animação cultural e outras. Globalmente, inscreveram-se, no ano lectivo 2007/08, 852 alunos nos cursos profissionais.
36. Em paralelo com o ensino profissional são oferecidos cursos de formação pós-secundária não superior (Cursos de Especialização Tecnológica - CET) na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras, pólo do IPP.

Quadro 2 – Escolas Profissionais: Alunos (nº), Certificação Profissional e Cursos Ministrados, Ano Lectivo 2007/08

Concelho	Escola Profissional	N.º de alunos 2007/08	Certificação Profissional	Cursos
Amarante	António do Lago Cerqueira	332	Nível III	Curso Técnico de Viticultura e Enologia Curso Técnico de Comércio Curso Técnico de Gestão do Ambiente Curso Técnico de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar Curso Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente Curso Técnico de Gestão Curso Técnico de Turismo
			Nível II	Operador de Estações de Tratamento de Águas Empregado/Assistente Comercial Cozinheiro
Celorico de Basto	Fermil de Basto	90	Nível III	Técnico de Comércio Técnico de Electrónica e Telecomunicações Técnico de Processamento e Controlo da Qualidade Alimentar
			Nível II	Operador de Máquinas Agrícolas (Tipo 3)
Cinfães	Cinfães	76	Nível III	Hotelaria/ Restauração - Organização e controlo Técnico de Restauração – Variante Restaurante – Bar Técnico de Restauração – Variante Cozinha-Pastelaria
			Nível II	
Felgueiras	Felgueiras	222	Nível III	Técnico de Desenho – Calçado e Marroquinaria Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos Técnico de Gestão/Planeamento e Produção
			Nível II	Electricista de Instalações
Marco de Canaveses	Centro de Estudo e Trabalho da Pedra (Deleg. de Alpendurada)	117	Nível III	Técnico de Pedreiras Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente
	Agricultura e Desenvolvimento Rural de Marco de Canaveses	73	Nível III	Técnico de Gestão Cinegética Técnico de Produção Agrária Técnico de Turismo e Ambiente Rural
	Arqueologia	95	Nível III	Assistente de Arqueólogo Assistente de Conservação e Restauro Técnico de Museografia e Gestão do Património
Paços de Ferreira	Vértice	147	Nível II	Operador de Máquinas Ferramenta CNC
			Nível III	Animador Sócio-cultural Técnico Projectista de Mobiliário
			Nível IV	Gestão de Animação Turística Design de Mobiliário
Paredes	Centro de Formação Profissional das Indústrias da Madeira e Mobiliário	1270	Nível II	Técnico de Manutenção Industrial Técnico Comercial Técnico de Gestão da Produção em Madeira e Mobiliário Técnico de Programação (CNC) e Operação em Máquinas de Transformação de Madeira Técnico de Madeiras e Mobiliário - Acabamento Técnico de Manutenção Industrial
Penafiel	Escola de Tecnologia de Gestão Industrial	34	Nível IV	Técnico de Laboratório de Qualidade Alimentar Especialização em Qualidade Alimentar

Fonte: Escolas Profissionais, 2007

37. Para além da oferta desigual de níveis de ensino e da actual pressão sobre os equipamentos, é importante referir uma baixa procura individual de educação, já identificada pelo *Norte 2015*.
38. Analisando a qualificação dos trabalhadores por conta de outrem, para 2003, pode verificar-se claramente que estes não têm uma formação de base no sistema de ensino considerada satisfatória. O nível de qualificações escolares dos trabalhadores é muito baixo. O nível médio da NUTS II Norte é, aliás, consideravelmente inferior à média nacional. No Tâmega, regista-se uma divergência ainda mais acentuada.
39. A percentagem de trabalhadores por conta de outrem que não atingiu o nível mínimo de ensino (1º ano do ensino básico) era, no mesmo ano, de 2,2%, valor superior às médias regional e nacional de 1,8% e 1,9% respectivamente; este indicador corresponde, grosso modo, à taxa de analfabetismo e atinge, nalguns concelhos, valores muito significativos e inaceitáveis: Paredes (4,1%), Resende (2,6%), Amarante e Penafiel (2,5%) são os valores mais elevados.
40. A percentagem de trabalhadores por conta de outrem com um nível de habilitações inferior ao 2º ano do ensino básico era, no mesmo ano, em todos os concelhos - como também no Norte -, superior à média nacional.
41. Regista-se o inverso para os níveis de ensino superiores ao 3º ciclo: a percentagem de trabalhadores por conta de outrem com o 3º ou mais níveis de ensino é sempre muito inferior às médias regional e nacional.

Figura 11 – Trabalhadores por Conta de Outrem, Segundo o Nível de Habilitações: Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico, 2003 (nº)

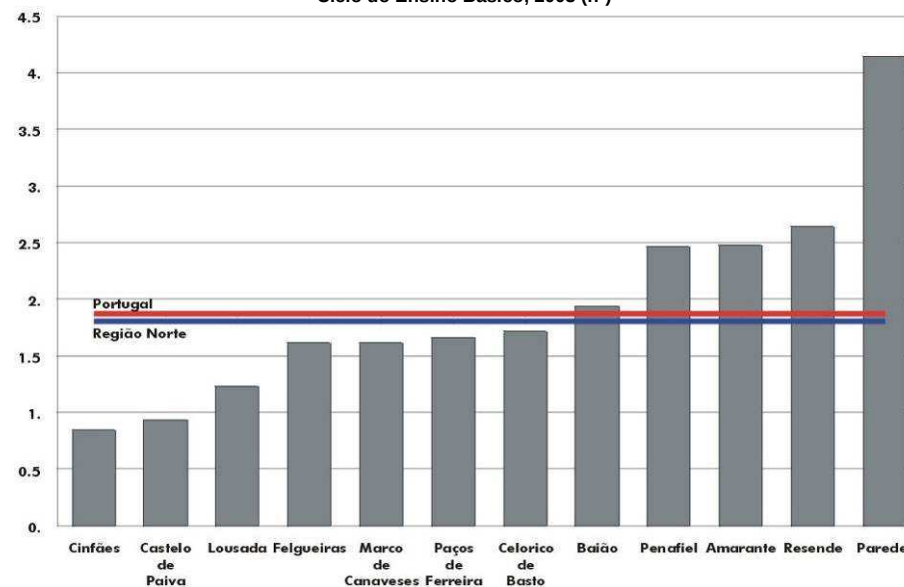
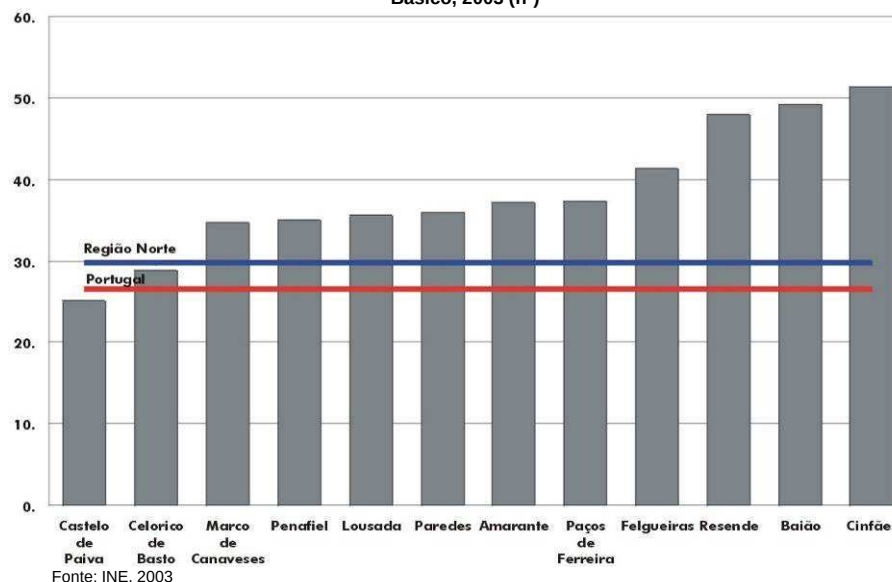
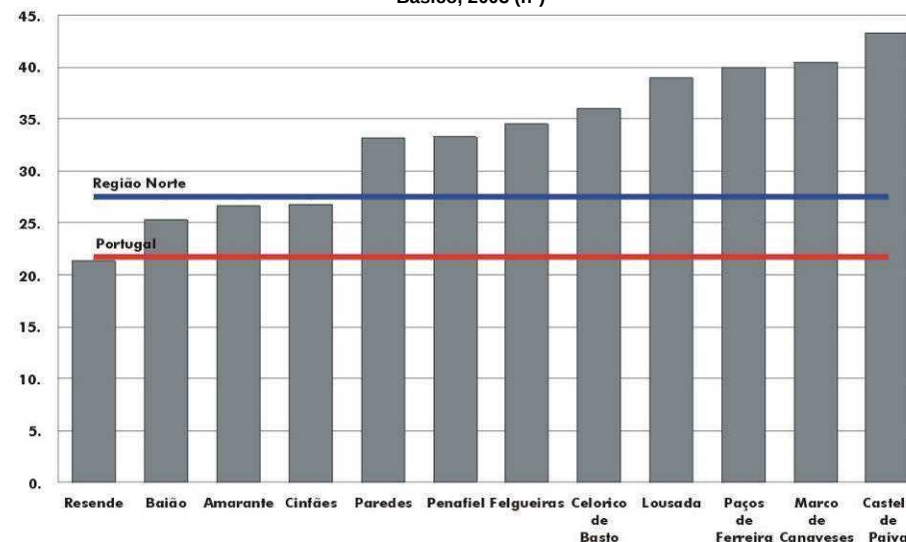


Figura 12 – Trabalhadores por Conta de Outrem, Segundo o Nível de Habilitações: 1º Ciclo do Ensino Básico, 2003 (nº)



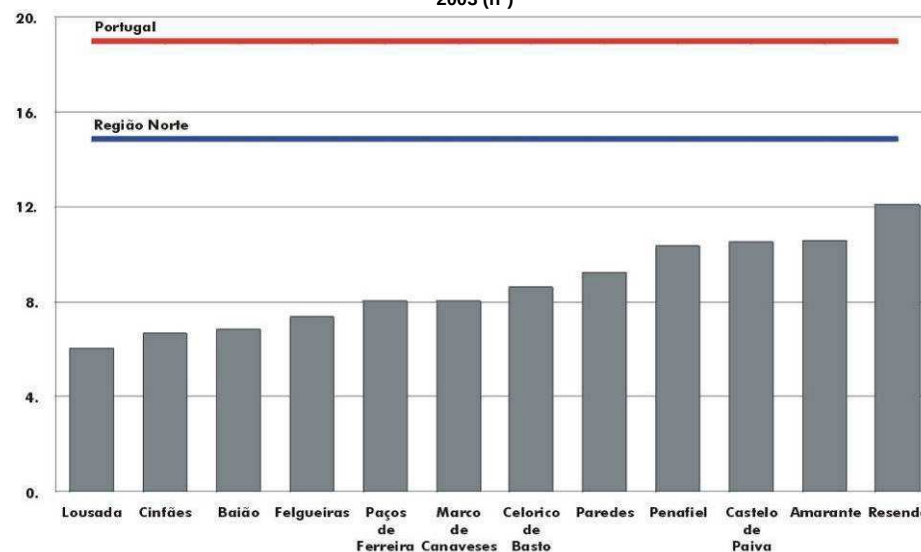
42. Em nenhum dos concelhos a percentagem de trabalhadores por conta de outrem com o 3º ciclo do ensino básico, secundário, bacharelato ou licenciatura atinge a média do Norte. A situação dominante no Tâmega corresponde ao 1º ciclo do ensino básico como nível de habilitações mais elevado dos trabalhadores, com percentagens mais elevadas que a média regional e nacional (excepto em Castelo de Paiva mas, de forma pouco significativa).
43. É ainda particularmente preocupante o nível terciário: 2,3% dos trabalhadores detêm o grau de licenciatura, em oposição aos 7,8% do Continente ou mesmo os 5,6% do Norte. No concelho de Cinfães, a título de exemplo, este indicador não atinge o valor da unidade; Baião, Paços de Ferreira e Marco de Canaveses apresentam os valores mais baixos deste indicador.
44. O *Norte 2015* apontou já anteriormente para a necessidade de diversificação nos percursos de educação e articulação com a oferta de formação de nível III que se encontra, actualmente, muito abaixo da média europeia. Entre outras acções, aquele documento dava conta de uma baixa procura social, empresarial e individual de formação e uma grande desadequação dos conteúdos da formação aos destinatários (à sua formação base ou experiência profissional).
45. A qualidade da oferta formativa é também problemática, como acontece um pouco por toda a Região Norte, facto que se prende directamente com as fragilidades do sistema local de emprego.
46. É neste momento uma tarefa complexa a realização de um diagnóstico rigoroso da situação tanto do ensino como da formação profissional, pois apesar de haver carências identificadas pelas

Figura 13 – Trabalhadores por Conta de Outrem, Segundo o Nível de Habilitações: 2º Ciclo do Ensino Básico, 2003 (nº)



Fonte: INE, 2003

Figura 14 – Trabalhadores por Conta de Outrem, Segundo o Nível de Habilitações: Ensino Secundário, 2003 (nº)



Fonte: INE, 2003

Câmaras ou pelos sectores, há indicadores que revelam excesso de oferta qualitativa e mesmo quantitativa; verifica-se por exemplo, um declínio na procura de formação profissional na área do calçado, provavelmente devido ao declínio do sector.

47. Tudo aponta, portanto, para a necessidade urgente de mais do que criar novos equipamentos, reorganizar as redes, concentrando e expandido localizações actuais, com tipologias mais plurifuncionais. A generalidade das Câmaras equacionou já algumas alternativas e têm as suas propostas de reorganização das redes locais, usando os conceitos de Território Educativo e Agrupamento de Escolas estabelecidos no Manual para a Elaboração da Carta Educativa do Ministério da Educação.

2.1.3. Inclusão Social

48. Dois indicadores são particularmente relevantes para retratar a situação crítica do Tâmega ao nível da inclusão social: os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) por 1.000 habitantes e o subsídio de doença por 1.000 habitantes: resultado do encerramento de muitas unidades fabris e falência de outras empresas subsidiárias e consequente aumento do desemprego, um segmento considerável da população da área encontra-se numa situação de carência e risco de pobreza preocupantes.
49. Com efeito, os beneficiários do RSI por 1.000 habitantes eram, no Tâmega (NUTS III), de 32,2‰ (2005), valor superior às médias nacional (19,1‰) e regional (7,2‰), situação que se repete em todos os concelhos da área de intervenção do presente Programa.

Figura 15 – Trabalhadores por Conta de Outrem, Segundo o Nível de Habilitações: Ensino Superior (Licenciatura), 2003 (nº)

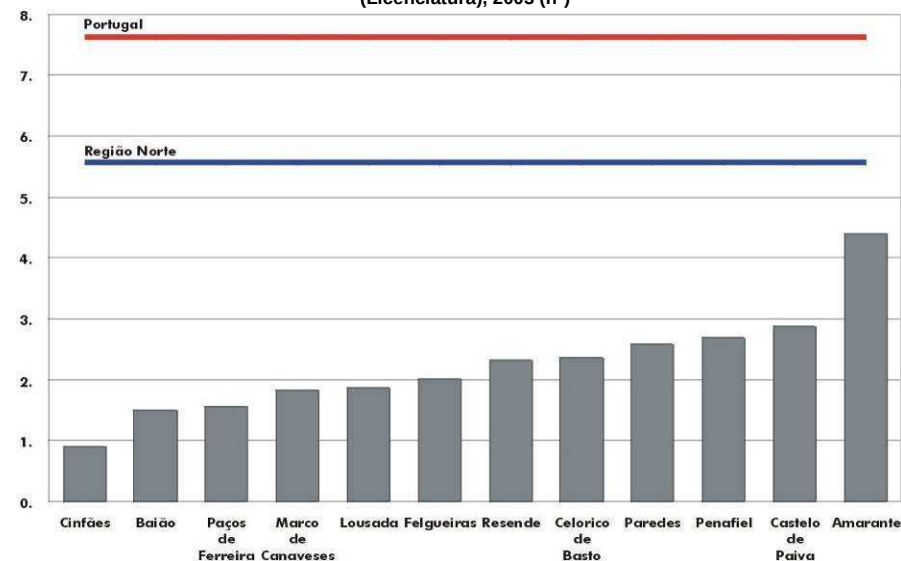
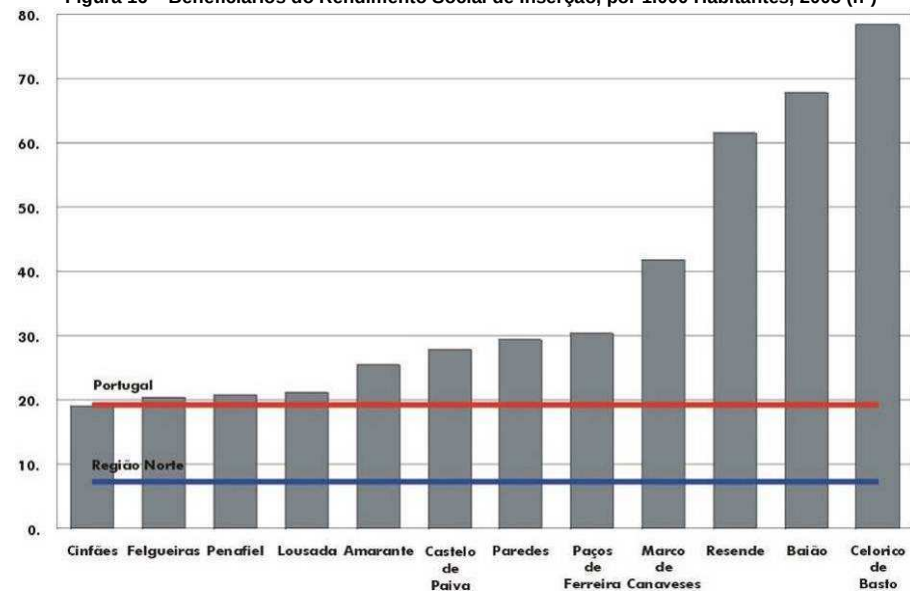


Figura 16 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, por 1.000 Habitantes, 2005 (nº)



50. O subsídio de doença por 1.000 habitantes, no mesmo ano, foi da mesma forma superior no Tâmega e em todos os seus concelhos, às médias nacional e regional.
51. Os concelhos que apresentam valores mais elevados, nos dois indicadores e assim correspondem a situações mais problemáticas, pertencem ao núcleo duro da indústria e do dinamismo económico da área e às franjas mais periféricas; parte deste segmento dos trabalhadores em situação precária provém da indústria enquanto outros, sem qualificações, pertencem a áreas rurais empobrecidas, sem empregos alternativos.
52. O facto de Penafiel, Felgueiras, Paredes, Paços de Ferreira e Lousada se encontrarem entre os seis maiores recebedores de subsídio de doença sugere que se tratam, seguramente, de situações de desemprego camuflado.
53. Embora estes indicadores traduzam situações críticas ao nível dos indivíduos e das famílias, o diagnóstico da situação da inclusão social implica ainda a análise da prestação de serviços de carácter social, basicamente plasmada na Carta Social.
54. O Indicador Compósito de Cobertura e Utilização (ICCU), desenvolvido pelo sector da Segurança Social¹, compara a taxa de cobertura dos equipamentos com a respectiva taxa de utilização.

¹ ICCU - Indicador Compósito de Cobertura e Utilização [(Taxa de Cobertura/Taxa de Utilização)x100]. Permite identificar as reais carências de equipamentos e serviços, medidas em relação à média nacional. Este critério poderá ser pouco ambicioso, se a situação média do país for deficitária e poderá mesmo ser discutível em termos metodológicos, já que não tem em conta a distribuição espacial dos equipamentos e avalia de forma agregada, para cada concelho, cada

Figura 17 – Subsídio de Doença Pago, 2005 (€/Habitante)

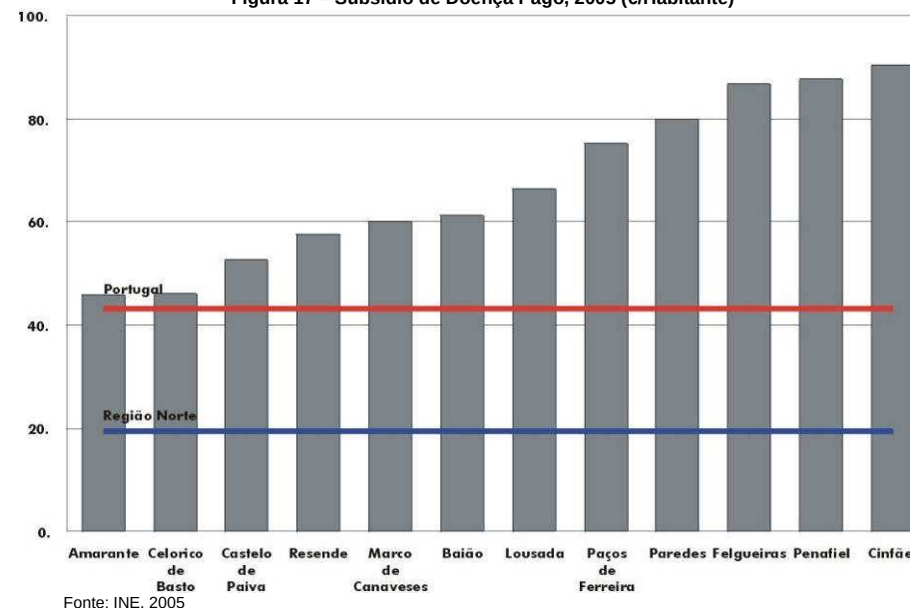
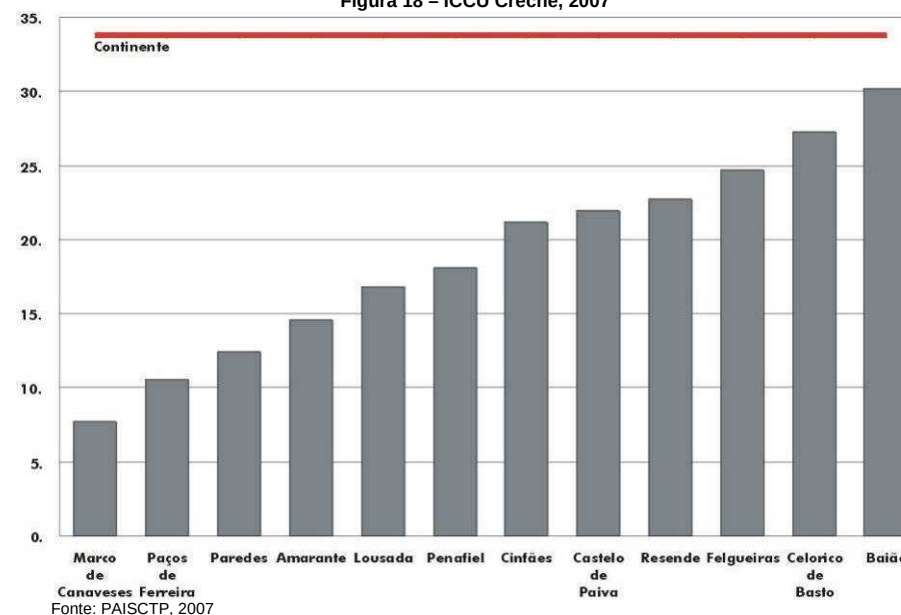


Figura 18 – ICCU Creche, 2007



55. Para os quatro tipos de equipamentos de proximidade mais relevantes, a situação no Tâmega apresenta um quadro complexo: há situações híbridas com concelhos periféricos, com menor população, melhor infraestruturados e outros, dos mais centrais, ainda com um deficit significativo em equipamentos sociais; nem a situação se repete para os diferentes equipamentos, isto é, a situação actual não depende apenas da política social específica de cada concelho.
56. Assim, embora os concelhos com menor população, regra geral mais envelhecida, apresentem uma situação mais favorável, melhores níveis de cobertura e utilização, há ainda carências. Nos concelhos mais populosos, mesmo nas situações de carência, será sempre mais fácil encontrar os limiares mínimos, dentro das respectivas distâncias toleradas, para instalar novos equipamentos.
57. Especificamente para os diferentes serviços, verifica-se que: i) não há creches suficientes em nenhum dos concelhos para atingir o ICCU do Continente, no caso, de 33,8; as carências ao nível dos Centros de Dia são muito grandes: ii) há concelhos desprovidos desses equipamentos, nem sempre dispondo dos serviços complementares de Apoio Domiciliário; iii) Celorico de Basto é, de certa forma, uma excepção: não dispondo de Centros de Dia, tem um serviço de apoio domiciliário com um ICCU muito superior à

equipamento. Há, por vezes, equipamentos subutilizados numa freguesia do concelho e potenciais utilizadores para maximizarem novos equipamentos noutra localização afastada da primeira, numa distância superior à consentida pelos respectivos critérios de programação.

Figura 19 – ICCU Serviço de Apoio Domiciliário, 2007

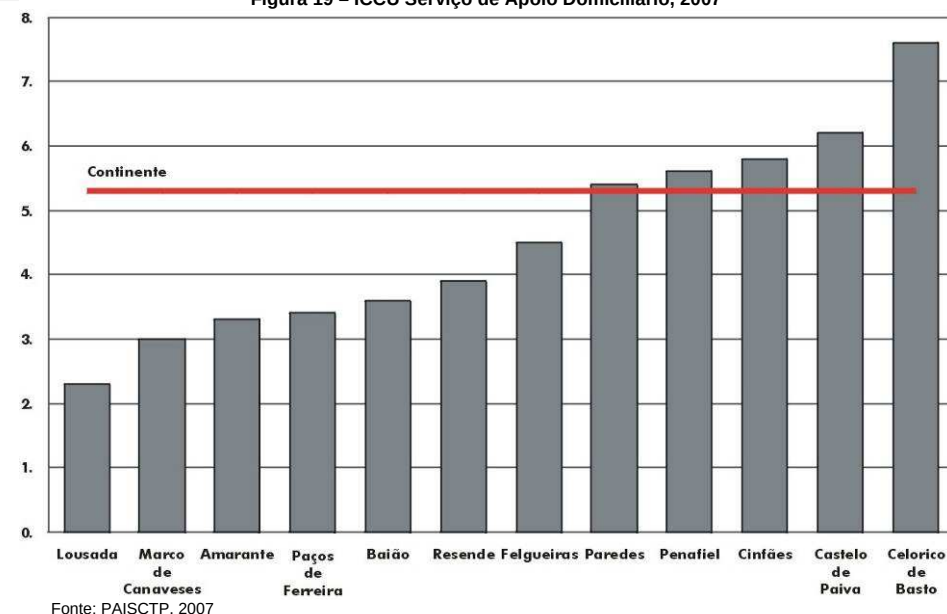
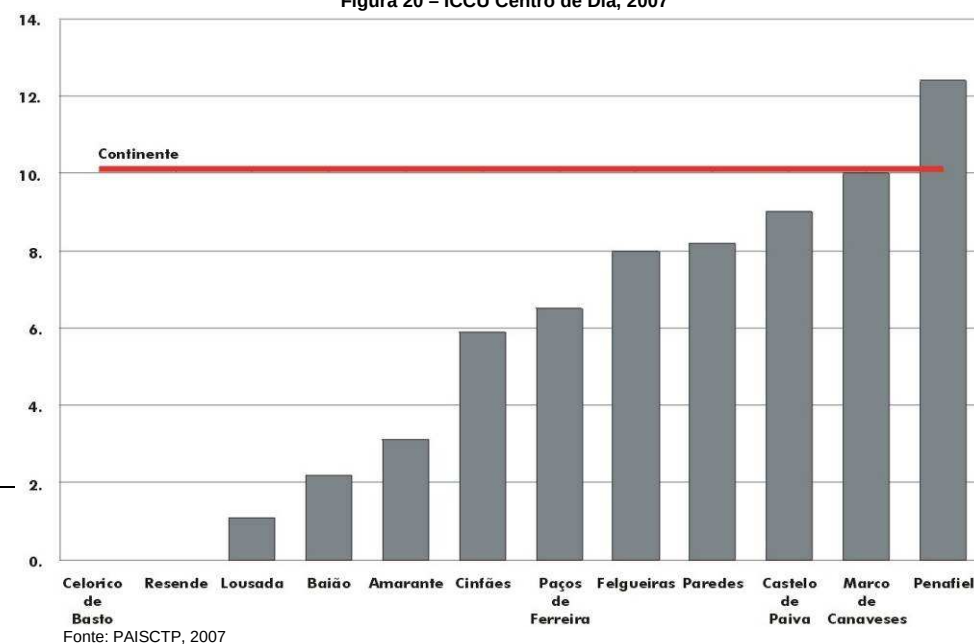


Figura 20 – ICCU Centro de Dia, 2007



média do país; iv) o Apoio Domiciliário é aliás relevante e com valores do ICCU superiores ao Continente, em vários concelhos, para além de Celorico: Castelo de Paiva, Cinfães, Penafiel e Paredes; v) há carências de Lares de Idosos na maioria dos concelhos: só Baião e Castelo de Paiva apresentam o ICCU acima da média nacional.

58. As novas localizações ou o reforço e expansão das existentes deverão ter em conta as complementaridades entre equipamentos mais tradicionais, como os Lares de Idosos ou os Centros de Dia e o Apoio Domiciliário.
59. No âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), o Governo definiu os critérios para identificar as principais carências e definir prioridades. São prioritários de imediato, as creches e os equipamentos para deficientes.

2.1.4. Saúde e Desporto

60. O número de médicos por 1.000 habitantes, em 2004, no Tâmega (NUTS III), correspondente a 0,7%, não só não atingia as médias do Norte e do Continente, como apenas num dos concelhos - Amarante - era superior à unidade, com 1,1%. Por seu turno, o número de Enfermeiros por 1.000 habitantes era de 1,8%, em oposição às médias regional de 3,9% e nacional de 4,3%.
61. Esta situação deficitária repete-se também, de certa forma, nos equipamentos. O número de estabelecimentos de saúde por 1.000 habitantes é, na maioria dos concelhos, inferior à média nacional, ainda que em cinco deles, seja superior à média da Região Norte. Há três Hospitais, dois Centros de Saúde com internamento, dez

Figura 21 – ICCU Lar de Idosos, 2007

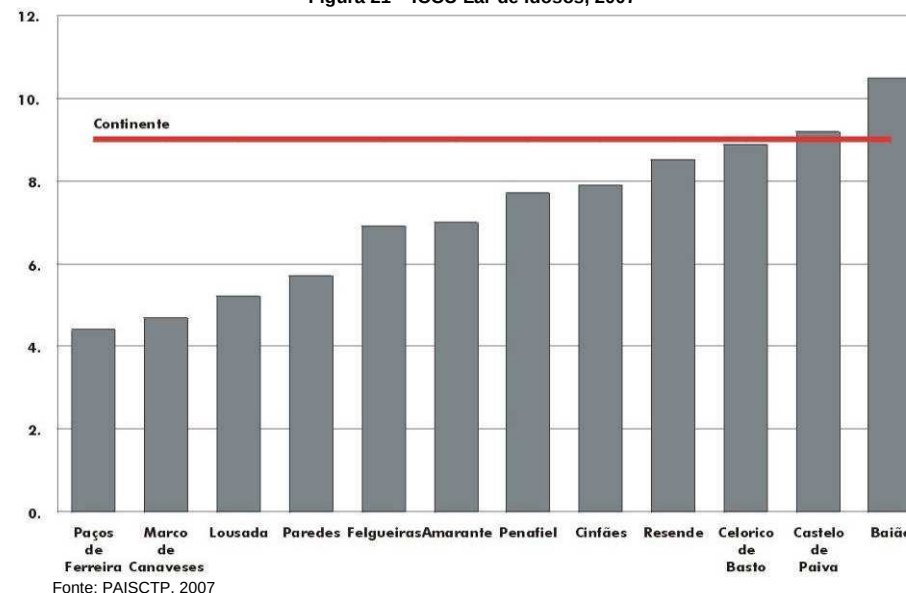
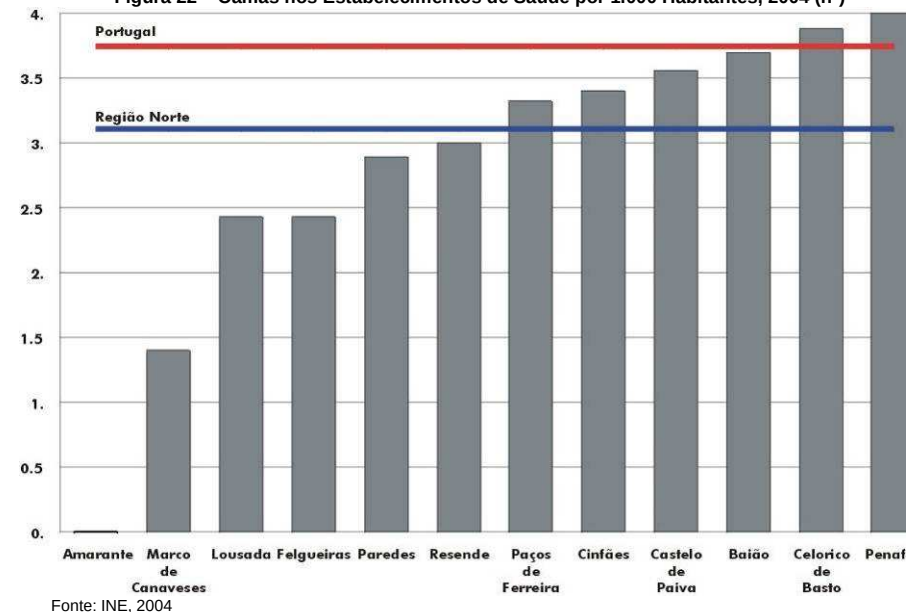


Figura 22 – Camas nos Estabelecimentos de Saúde por 1.000 Habitantes, 2004 (nº)



Centros de Saúde sem internamento e dois equipamentos de apoio à toxicod dependência, na área de intervenção.

62. O número de centros de saúde por 1.000 habitantes é muito inferior às médias regional e nacional, num conjunto de concelhos: Paredes, Penafiel, Amarante, Felgueiras, Paços de Ferreira, Marco de Canaveses e Lousada. Tratam-se dos concelhos com mais população e que apresentam rácios mais baixos: não são necessariamente indicadores negativos, já que o número de camas nos estabelecimentos de saúde, por cada 1.000 habitantes, não se afasta muito da média nacional. Também o número de consultas por habitante é apenas ligeiramente inferior à média nacional.
63. A proximidade à AMP e a existência de um pólo de saúde em crescimento, em Paredes (prevendo-se para breve a abertura do Hospital da Misericórdia) e em Penafiel, que associa uma escola superior de saúde privada a um Hospital, condiciona a definição da rede de serviços de proximidade, que deverão estar articulados com os níveis superiores.
64. As políticas locais de desporto têm levado a que a maioria dos municípios portugueses ofereçam, neste momento, um conjunto de serviços básicos relativamente completo e diversificado. Embora todos os concelhos disponham de instalações desportivas artificiais, ao nível dos rácios por habitante, são os concelhos mais periféricos, com menos população, aqueles que surgem em melhor situação; mais do que novas construções, alguns dos concelhos centrais necessitarão, assim, de expandir os equipamentos existentes, complementando-os ou articulando complementaridades entre os concelhos, evitando a repetição de tipologias em áreas demasiado próximas.

Figura 23 – Centros de Saúde, por 1.000 Habitantes, 2004 (nº)

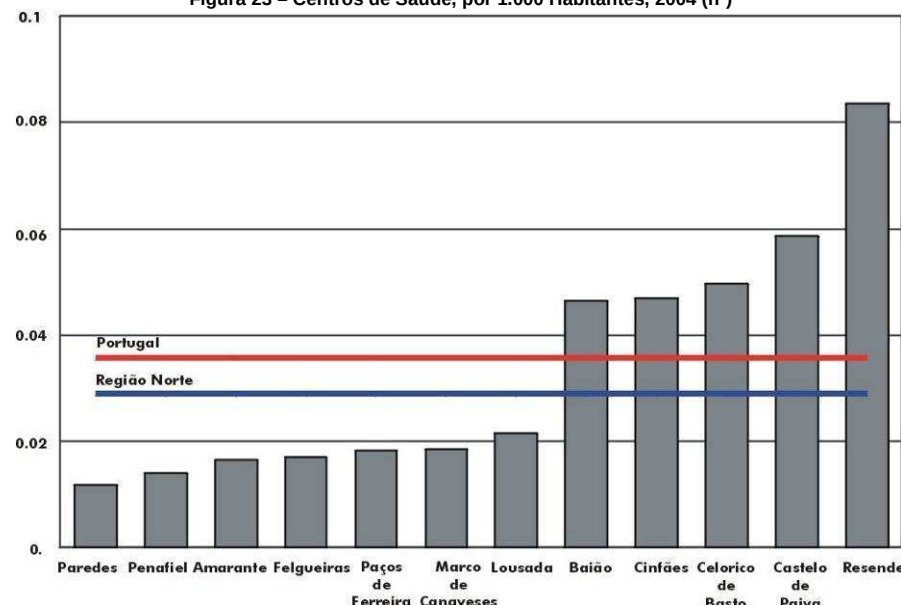
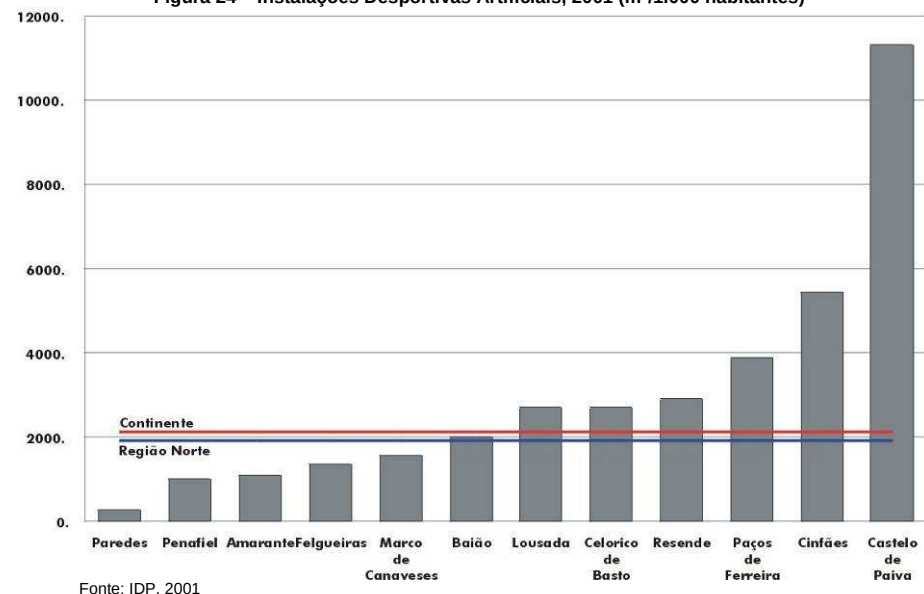


Figura 24 – Instalações Desportivas Artificiais, 2001 (m²/1.000 habitantes)

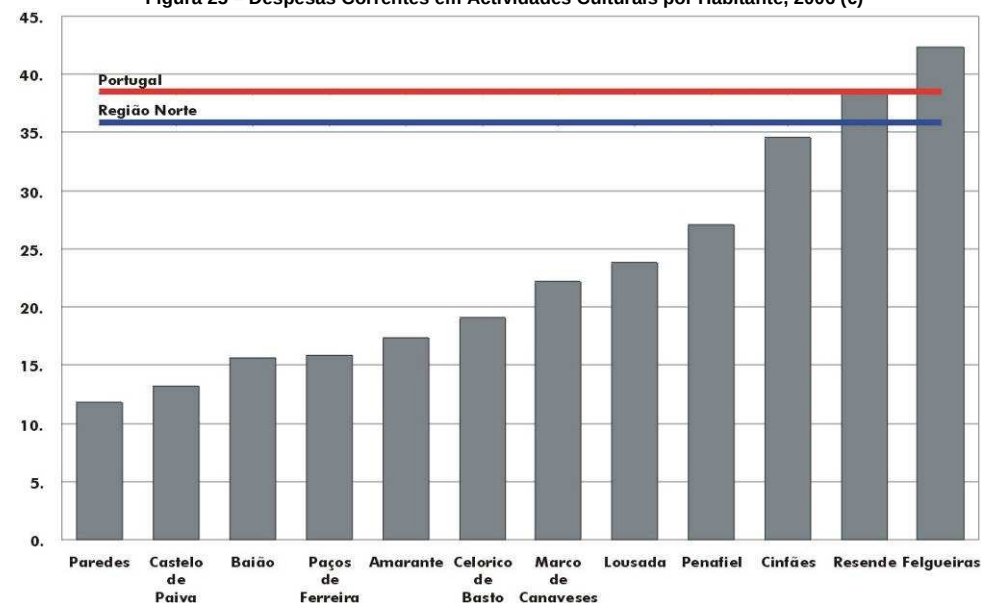


65. Actualmente, Castelo de Paiva, Cinfães e Paços de Ferreira encontram-se melhor equipados nesta tipologia; é portanto nos concelhos mais centrais que existem maiores carências. Tratando-se, neste caso, da área com mais população e uma rede de transportes mais densa, será mais fácil encontrar localizações que maximizem a cobertura, com um mínimo de instalações.
66. Neste contexto, Paredes e Penafiel são os concelhos com uma dotação de equipamentos desportivos mais desfavorável, no conjunto da área de intervenção: esse facto dever-se-á provavelmente à proximidade à AMP e eventualmente à capacidade de oferta em concelhos vizinhos mesmo que exteriores ao Tâmega.

2.1.5. Cultura e Património

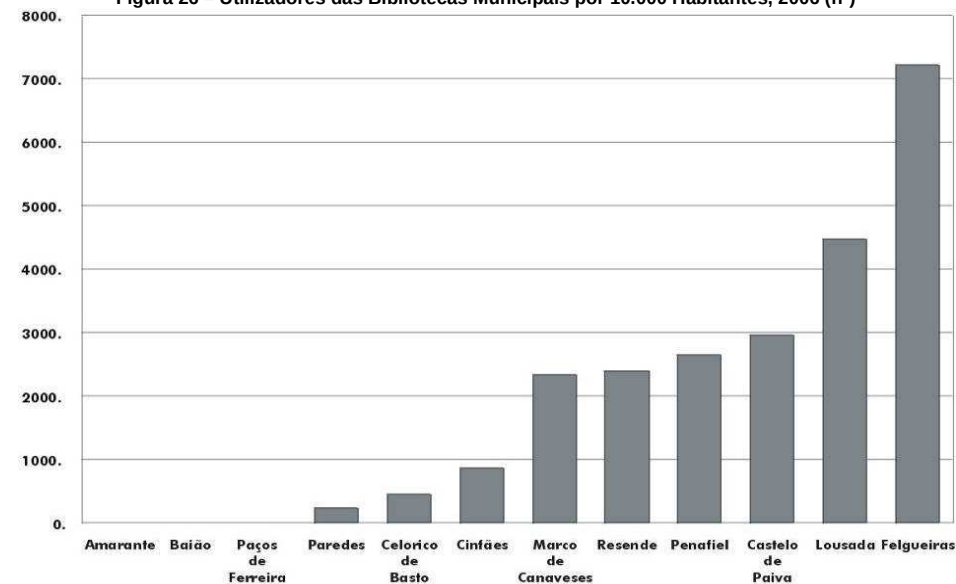
67. As políticas locais para a cultura e preservação do património cultural têm, neste momento, uma relativamente longa tradição na generalidade dos municípios portugueses e evidenciam resultados relevantes.
68. No Tâmega, esta situação, está evidente: a “Rota do Românico” deverá ser o projecto estruturante dos novos investimentos quer em serviços de nível superior, quer nos serviços de proximidade.
69. Para além da construção de equipamentos e recuperação de património ou outros investimentos em capital, as despesas correntes com a cultura são igualmente relevantes, senão mais importantes, em certos momentos da execução dos projectos. As políticas para a cultura implicam despesas elevadas com serviços de educação, divulgação, realização de espectáculos e eventos, etc; assim, os serviços de proximidade, neste domínio, vão para além das

Figura 25 – Despesas Correntes em Actividades Culturais por Habitante, 2006 (€)



Fonte: INE, 2006

Figura 26 – Utilizadores das Bibliotecas Municipais por 10.000 Habitantes, 2006 (nº)



Fonte: INE, 2006

infra-estruturas físicas e poderão sofrer grandes oscilações orçamentais anualmente.

70. Há um grande contraste entre os indicadores relativos aos equipamentos e serviços existentes e as despesas das Câmaras Municipais com o sector da cultura e os indicadores relativos à procura.
71. Com efeito, é evidente uma certa falta de procura ou melhor, públicos para a cultura: quer a edição de publicações, quer os visitantes de museus ou exposições ou os utilizadores de bibliotecas põem em evidência um baixíssimo nível de procura, evidentemente correlacionado com os baixos níveis de instrução da população residente.
72. É precisamente nos serviços de proximidade que poderá ser desenvolvida uma acção mais intensiva de educação para a cultura, sobretudo junto das populações escolares mais jovens.
73. Considerando as despesas em Cultura no total das despesas municipais, para o ano de 2004, verifica-se que os diferentes municípios apresentam um comportamento próximo das médias regional e nacional, excepto em Celorico de Basto e Castelo de Paiva, onde os valores foram muito inferiores.
74. É possível, porém, que as diferenças entre os concelhos se prendam com grandes oscilações anuais associadas a períodos de maior investimento em capital físico.
75. A “Rota do Românico”, em complemento com outras ofertas adjacentes (como é o caso da Serra da Aboboreira – Megalítico) deverá ser o projecto estruturante dos novos investimentos, quer em serviços de nível superior, quer nos serviços de proximidade,

Figura 27 – Despesas em Cultura no Total de Despesas, 2004 (%)

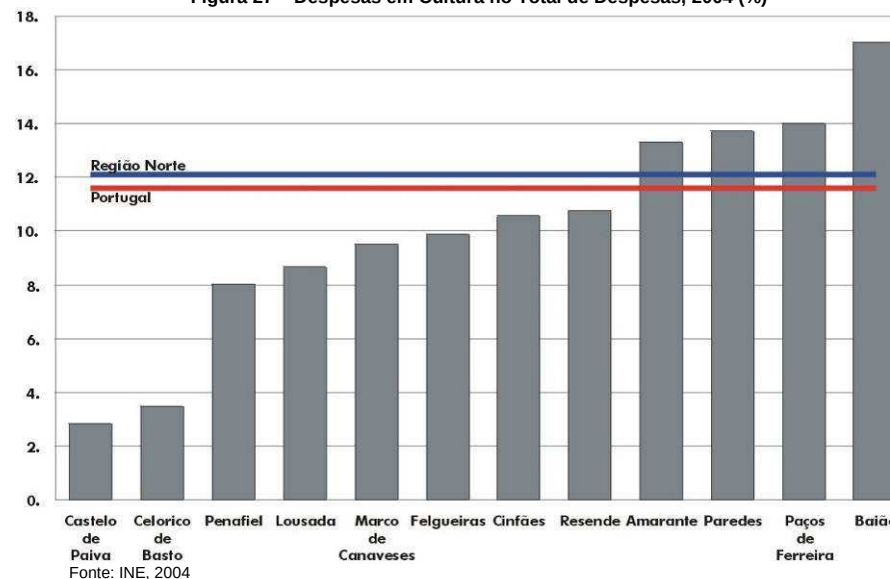
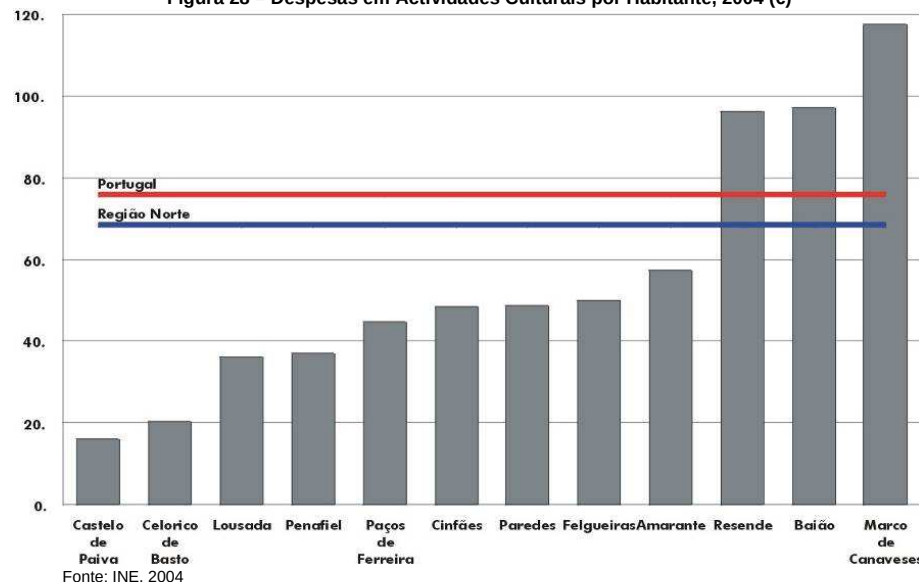


Figura 28 – Despesas em Actividades Culturais por Habitante, 2004 (€)



estabelecendo complementaridades entre eles; com efeito, mesmo equipamentos de irradiação local, bibliotecas, museus e outros espaços para eventos e realizações culturais deverão ser programados privilegiando tipologias multifuncionais, em articulação antes de mais, com o sector da educação e assegurando uma inserção eficiente nos projectos de âmbito supramunicipal e regional.

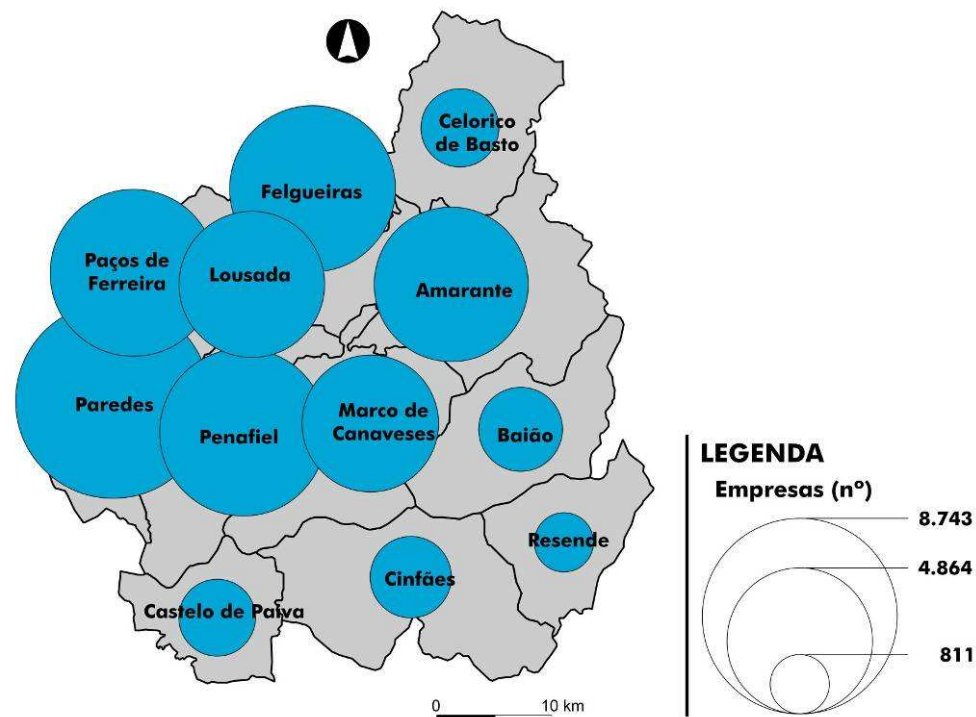
76. O quadro institucional para a definição das estratégias de desenvolvimento das políticas locais para a cultura é um ponto crítico do sucesso das mesmas. Neste, como em poucos domínios, é necessária uma complexa articulação institucional. Para além da compatibilização entre as políticas nacionais sectoriais, verticais e respectivos planos regionais, é necessário envolver um vasto leque de entidades ao nível local, quer públicas, quer privadas, associações e Igreja, entre outras.

2.2. AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Principais Elementos de Caracterização das Actividades Económicas

- O Tâmega é essencialmente uma região industrial, ainda que o padrão territorial difuso mantenha um cenário de ruralidade.
- A indústria transformadora representa cerca de 20% das empresas locais (2005) e emprega cerca de metade do pessoal ao serviço nas sociedades locais.
- A indústria transformadora detém 36% do volume de vendas das sociedades locais.
- Ainda que o tecido industrial seja dominado pelas PME, existem grandes unidades industriais, regra geral associadas a grandes investimentos estrangeiros em sectores intensivos em mão-de-obra.
- As actividades económicas de maior valor acrescentado, intensivas em conhecimento, estão pouco representadas.
- O mercado de trabalho atravessa uma profunda crise: o emprego tem vindo a diminuir, as qualificações escolares dos trabalhadores são muito deficitárias, as actividades dominantes são de carácter intensivo em mão-de-obra e tradicionais, sem grandes avanços tecnológicos nem actividades intensivas em saber ou nas tecnologias de informação e comunicação.

Figura 29 – Empresas, 2005 (nº)

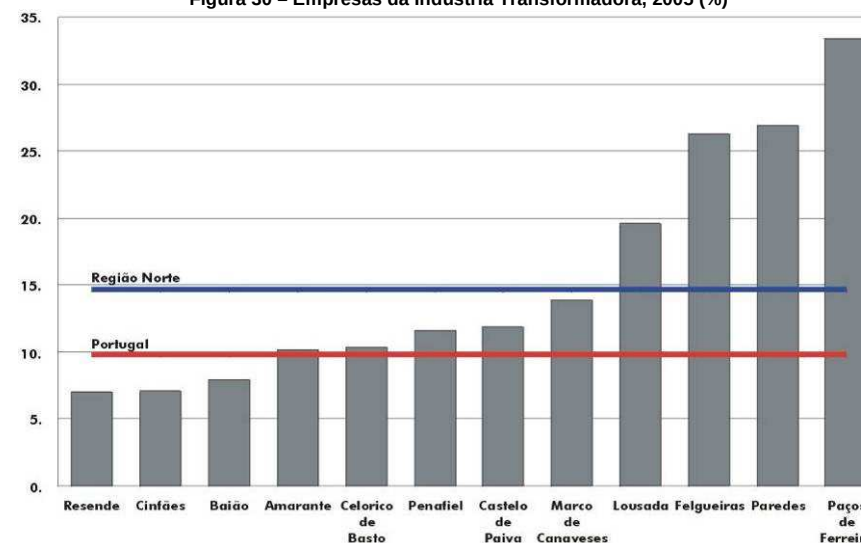


Fonte: INE, 2005

2.2.1. Estrutura Económica

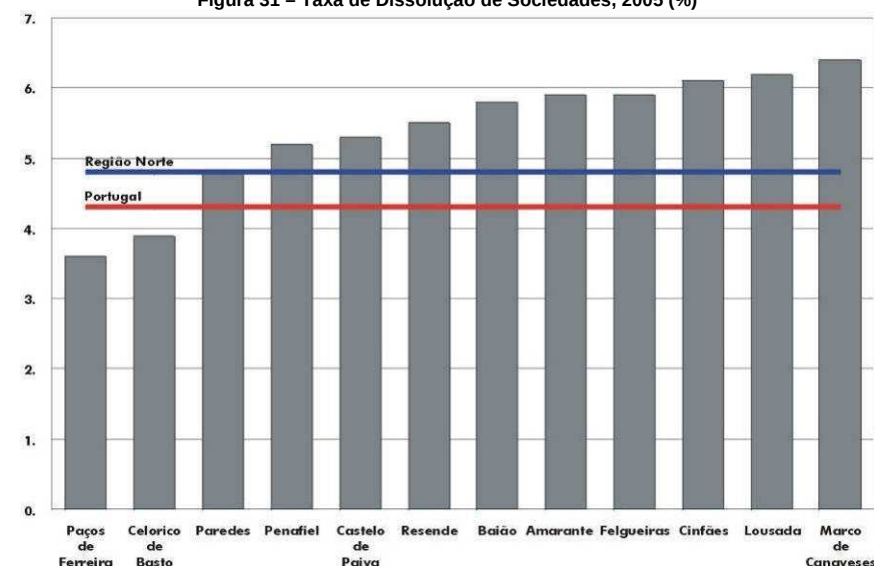
77. O Tâmega é essencialmente um espaço industrial, ainda que o padrão territorial difuso, sem um zonamento claro e diferenciado entre áreas urbanas, rurais ou industriais, apresente cenários e paisagens marcados pela ruralidade.
78. Pela disponibilidade de mão-de-obra abundante e barata, sem qualificações elevadas e pela proximidade à AMP, cada vez melhor servida pela rede de transportes rápidos, foi atraindo muitos investimentos industriais, sobretudo a partir dos anos oitenta, e com maior intensidade depois da entrada de Portugal na CEE.
79. Do total de cerca de 50 mil empresas, aproximadamente 10 mil (19,5%) estão afectas à indústria transformadora; Paços de Ferreira e Paredes são os concelhos em que o peso deste sector é maior, com 33,4% e 26,9%, respectivamente. A nível nacional, a proporção é menor, com 9,8%.
80. Em síntese, é de salientar a fragilidade da base económica que, apesar de potencialidades relevantes na indústria transformadora, não conseguiu uma boa inserção nas cadeias globais de valor. Com efeito, o Tâmega não tem conseguido fixar o valor acrescentado ali gerado, nem avançado para actividades de maior valor acrescentado. Assim se explica o crescente desemprego e sub-emprego e outras formas de exclusão social que têm vindo a emergir e crescer.
81. Tem havido contudo, por parte das autarquias locais, associações empresariais e instituições responsáveis pela aplicação das políticas sectoriais, tentativas esforçadas para converter a região num centro

Figura 30 – Empresas da Indústria Transformadora, 2005 (%)



Fonte: INE, 2005

Figura 31 – Taxa de Dissolução de Sociedades, 2005 (%)



Fonte: INE, 2005

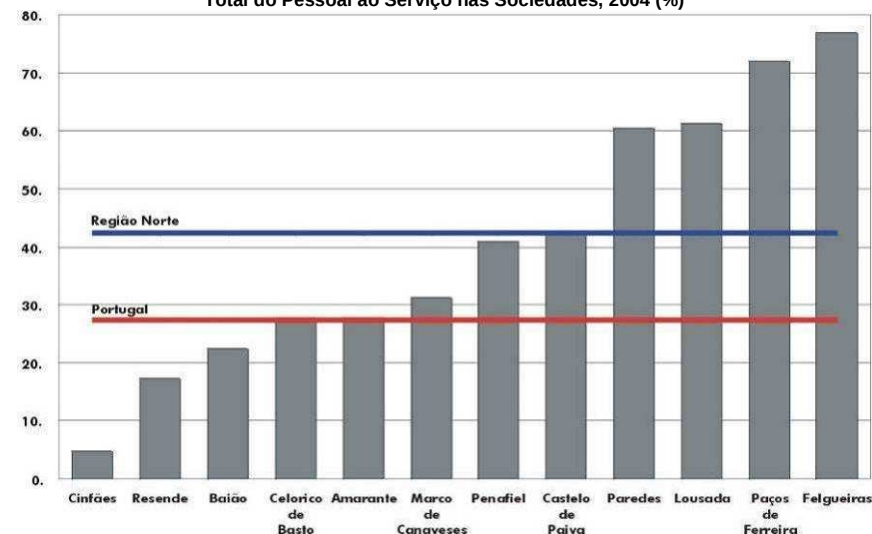
de competências a partir das experiências industriais mais relevantes. Alguns resultados têm-se revelado eficazes e é possível que o reforço dos serviços locais de proximidade tenha também algum impacto nessas estratégias.

82. Os diferentes sectores dos serviços e equipamentos de carácter social reforçaram, aliás, a intenção de um *upgrading* regional no sentido de potenciar a instalação de actividades mais avançadas tecnologicamente.

2.2.2. Indústria

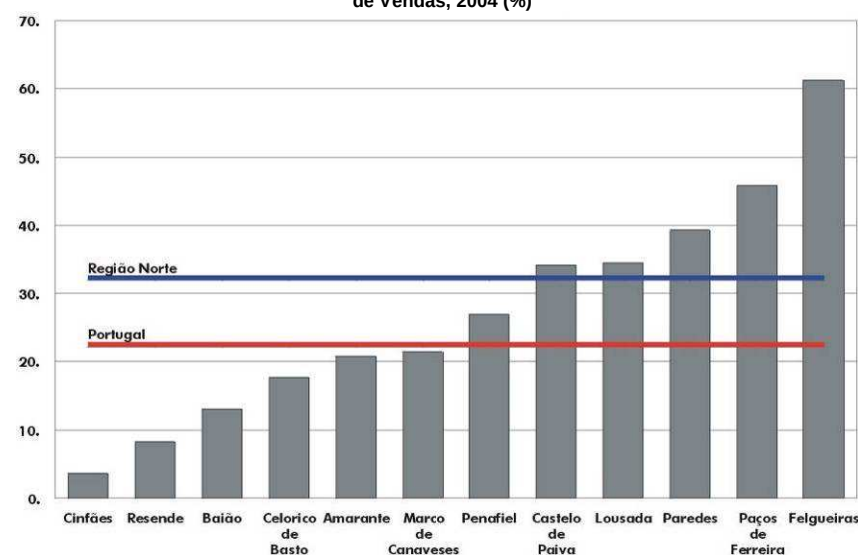
83. Considerando o pessoal ao serviço nas sociedades da indústria transformadora (2004), a importância é ainda superior ao peso relativo do número de empresas industriais: praticamente metade do pessoal ao serviço das sociedades está neste sector, atingindo um máximo de 76,7% em Felgueiras.
84. Também o volume de vendas das sociedades da indústria transformadora poderá dar uma medida aproximada do peso deste sector na base económica local; globalmente, corresponde a 36,2%, mas nos concelhos mais industriais representa quase metade (máximo em Paços de Ferreira, com 61%).
85. É importante concluir que o volume de vendas é menos relevante que, por exemplo, o pessoal ao serviço. Assim, a indústria transformadora, em Paços de Ferreira, sendo o maior empregador com quase $\frac{3}{4}$ do pessoal ao serviço, não tem um volume de vendas proporcional, já que é de aproximadamente 46%. Tal permite, mais uma vez, inferir que a área não retém o valor acrescentado que produz.

Figura 32 – Proporção do Pessoal ao Serviço nas Sociedades da Indústria Transformadora no Total do Pessoal ao Serviço nas Sociedades, 2004 (%)



Fonte: INE, 2004

Figura 33 – Proporção do Volume de Vendas da Indústria Transformadora no Total do Volume de Vendas, 2004 (%)



Fonte: INE, 2004

86. Ainda que a indústria conte com unidades de grandes dimensões, regra geral instaladas a partir dos anos oitenta por multinacionais, o tecido produtivo caracteriza-se pelo predomínio das PME. A proporção de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço (2003) era, na maior parte dos concelhos, superior às médias regional e nacional; pelo contrário, a proporção de unidades de grandes dimensões (250 ou mais pessoas ao serviço), não assumia valores próximos da média do Norte - inferior à média nacional - em nenhum concelho.
87. As actividades designadas por “Actividades Instaladas” no *Norte 2015* -indústrias tradicionais dos sectores têxtil, vestuário, calçado e madeira e mobiliário, intensivas em mão-de-obra e pouco tecnológicas -, encontram, no Tâmega, alguns dos seus *clusters* territoriais mais densos, com um grande número de empresas industriais.
88. Há muito que a necessidade de melhorias tecnológicas e de organização da produção vêm sendo referidas nos Projectos e Planos Regionais. Um *upgrading* tecnológico e funcional nessas actividades mais tradicionais, ditas “instaladas” é possível e desejável e poderá assumir a forma de centro de competências ou *cluster* de serviços avançados e intensivos em saber.
89. Os serviços de proximidade podem desempenhar um papel crítico de apoio ao desenvolvimento de um centro de competências para a indústria do calçado ou da madeira e mobiliário, associado, por exemplo, à formação profissional e com uma forte componente tecnológica (laboratórios, centros de certificação e controle de

Figura 34 – Proporção dos Estabelecimentos da Indústria Transformadora com Menos de 10 Pessoas ao Serviço, 2003 (%)

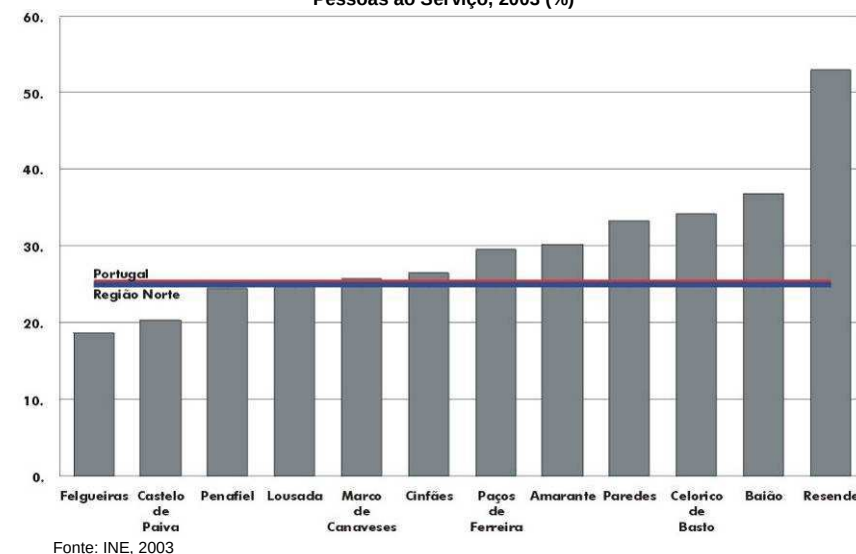
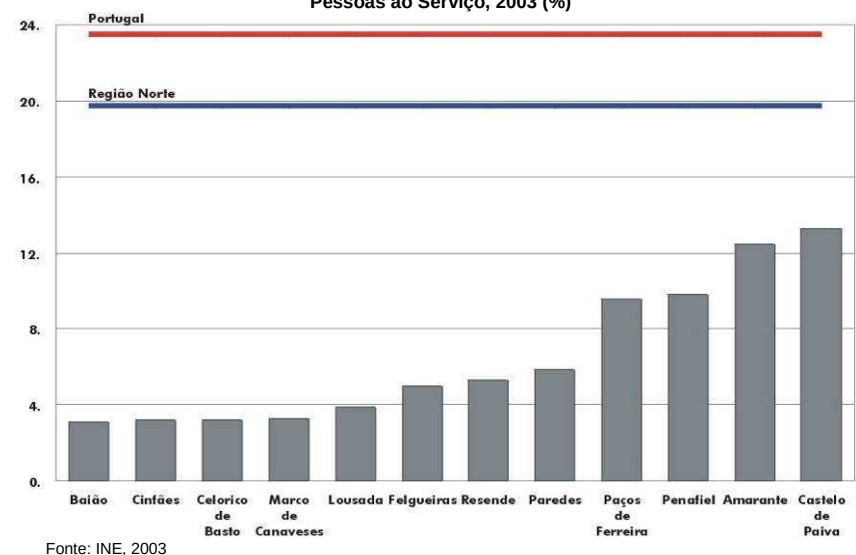


Figura 35 – Proporção dos Estabelecimentos da Indústria Transformadora com Mais de 250 Pessoas ao Serviço, 2003 (%)



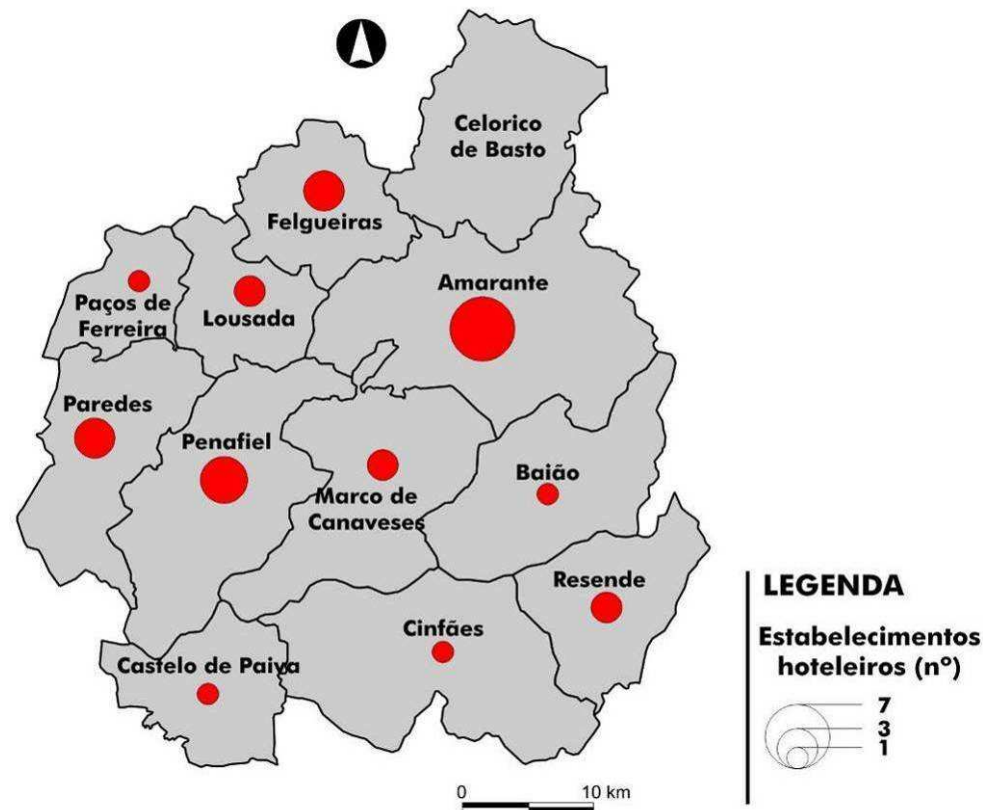
qualidade, ensaios e testes de qualidade, *marketing*, logística e outras actividades).

90. Paralelamente, os investimentos municipais que têm vindo a ser realizados no reordenamento das actividades económicas, em especial as industriais, através da criação de novos espaços de acolhimento permitirão novas oportunidades de competitividade reduzindo os custos de contexto e o incremento dos serviços de apoio à produção.

2.2.3. Turismo

91. O turismo assume uma importância estratégica no Tâmega, principalmente em cinco tipologias: turismo de negócios, turismo histórico-cultural; turismo rural, turismo activo e turismo de saúde.
92. O turismo gerado pelos negócios, essencialmente da indústria, é relevante para a base económica local e deverá ser considerado de forma específica no Plano de Acção dos Serviços de Proximidade.
93. O turismo histórico-cultural tem na “Rota do Românico” um ponto forte estruturador que deverá ser articulado também com o turismo rural e mesmo com o turismo de negócios.
94. A oferta de alojamento turístico concentra-se nos concelhos de Amarante, Penafiel, Paredes e Felgueiras, como seria de esperar e reflecte as duas tipologias mais relevantes: turismo de negócios e turismo histórico-cultural. As estatísticas são pouco precisas quanto à oferta dispersa do turismo rural.
95. O turismo activo tem conhecido um crescimento relevante, tendo como referência nacional o *rafting* no Rio Paiva.

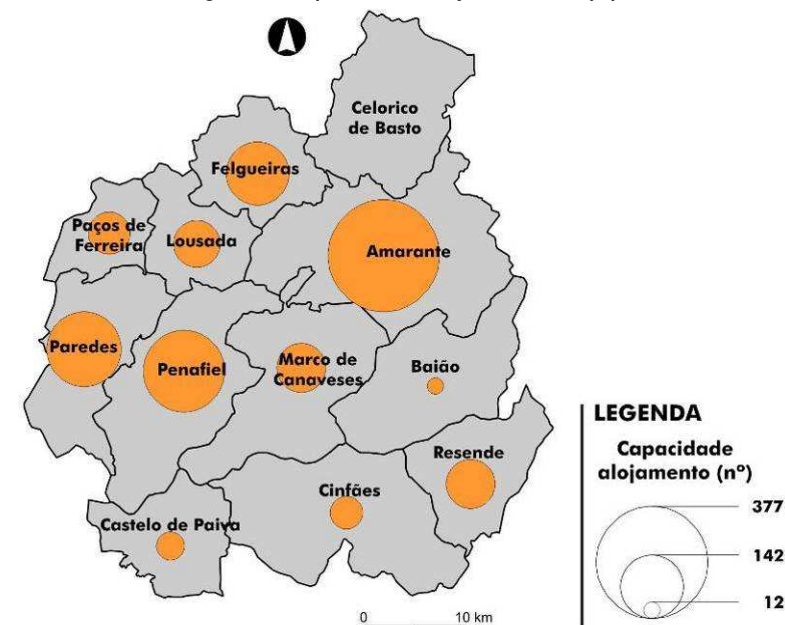
Figura 36 – Estabelecimentos Hoteleiros, 2005 (nº)



Fonte: INE, 2005

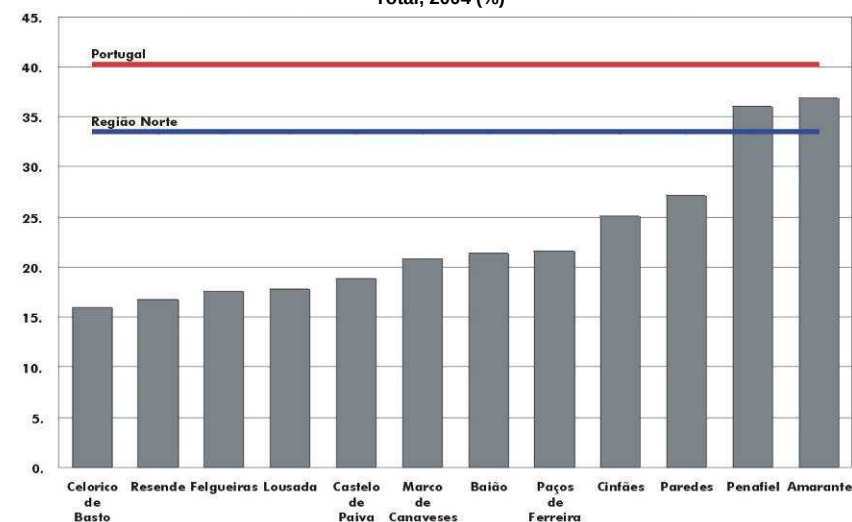
96. O turismo de saúde é apontado no Plano Estratégico Nacional de Turismo como um produto de forte expansão neste território.
97. A centralidade de Amarante, que emerge com particular evidência no domínio do turismo, é também sustentada noutras actividades menos tradicionais e poderá ser potenciada com novas competências na prestação de serviços de proximidade nas áreas mais periféricas do Tâmega.
98. Actualmente os indicadores revelam uma procura turística relativamente débil, avaliada a partir da estada média e das taxas de ocupação-cama dos estabelecimentos hoteleiros.
99. A taxa de ocupação-cama no Tâmega (NUTS III) era, em 2005, consideravelmente inferior à média do Norte, com respectivamente 18,9% e 28,0%, ambos os valores muito aquém da média nacional de quase 40%.
100. A reorganização da oferta turística - necessária e desejável - assim com a sua eventual expansão, em segmentos específicos, terá efeitos indirectos sobre alguns serviços locais de proximidade, em particular no domínio da Cultura e Património, na Renovação Urbana, no Desporto e na Modernização da Administração Local.

Figura 37 – Capacidade de Alojamento, 2005 (nº)



Fonte: INE, 2005

Figura 38 – Proporção de Emprego dos Serviços Intensivos em Conhecimento no Emprego Total, 2004 (%)



Fonte: INE, 2004

2.2.4. Inovação e Desenvolvimento

101. As actividades económicas de maior valor acrescentado, intensivas em conhecimento estão pouco representadas. O indicador que calcula a percentagem do emprego naqueles serviços é pouco preciso mas, de qualquer forma, dá conta dessa sub-representação e de grandes discrepâncias internas dentro da área: Amarante e Penafiel destacavam-se em 2004 com os valores mais elevados,

reflectindo uma maior centralidade que poderá ser potenciada na localização ou reforço de serviços colectivos de proximidade.

102. O emprego em actividades intensivas em saber, em tecnologias de informação e comunicação (TIC) ou em indústrias de média e alta tecnologia era no mesmo ano praticamente irrelevante ainda que, a situação no Norte seja também crítica.
103. Amarante e Penafiel apresentavam os valores mais elevados, superiores à média regional, da percentagem de empregos em serviços intensivos em conhecimento, em 2004.
104. Nenhum concelho tinha, no mesmo ano, uma percentagem de emprego nas TIC sequer próxima da média do Norte de 2,4%, a qual era, por seu turno, inferior à média nacional de 3,3%. O valor máximo na área de intervenção observava-se em Paredes, com 1%, que poderá de alguma forma andar associado ao sector da saúde.
105. Quanto às indústrias de média e alta tecnologia, a sua importância ao nível do emprego, era, na mesma data, cerca de 1/3 da média do Norte. Este indicador é particularmente significativo da situação de debilidade da base económica, assente fundamentalmente na indústria. Promover a intensificação tecnológica da base produtiva é a prioridade actual e poderá ser levada a cabo nos sectores instalados ou nos sectores emergentes.
106. Pela relevância que representam para a modernização da administração local e na construção da sociedade de informação no Tâmega, devem destacar-se os projectos Vale do Sousa Digital e Tâmega Digital, promovidos pelas respectivas Comunidades Urbanas.

Figura 39 – Proporção de Emprego em Actividades TIC no Emprego Total, 2004 (%)

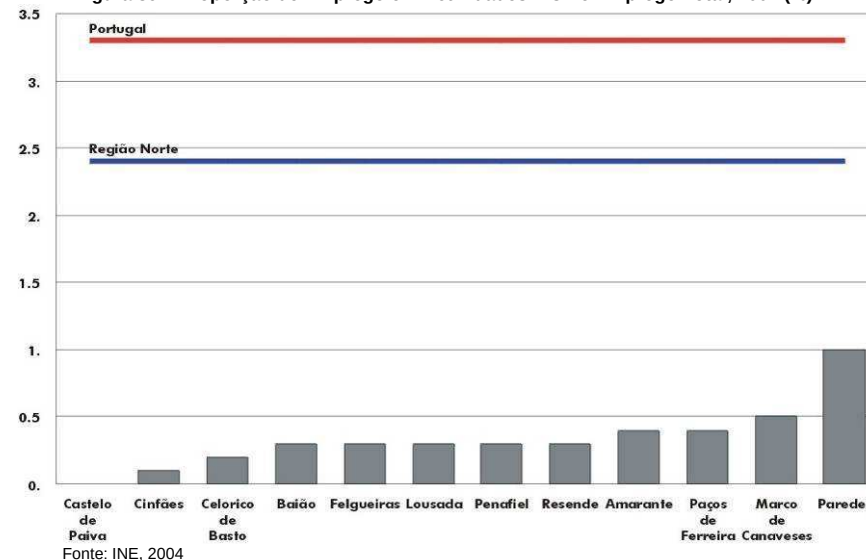
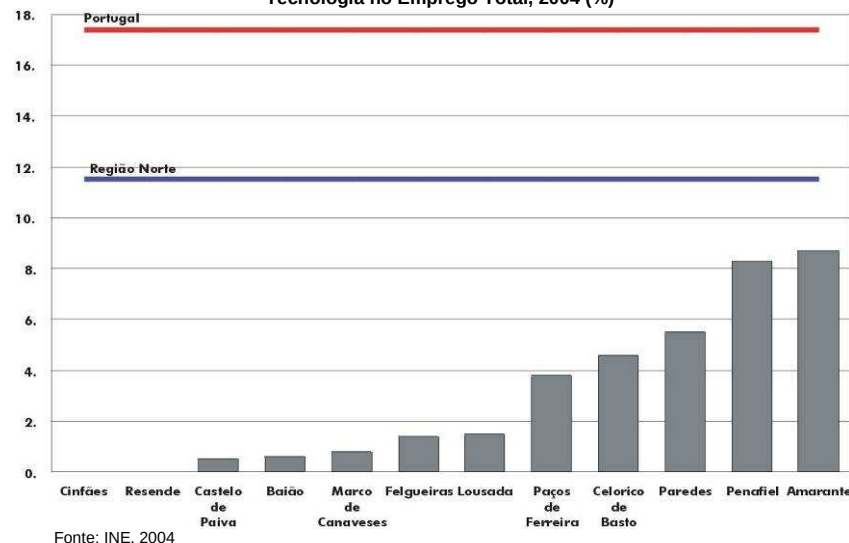


Figura 40 – Proporção de Emprego da Indústria Transformadora em Indústrias de Média e Alta Tecnologia no Emprego Total, 2004 (%)



107. As actividades económicas emergentes que se pretendem apoiar globalmente no Norte, como seja a biotecnologia, as actividades agro-alimentares e a saúde, assumem, no Tâmega um peso muito significativo.
108. A localização de uma instituição privada de ensino superior especializada na área dos cursos em saúde, a reestruturação dos serviços de saúde locais e a proximidade à AMP onde actualmente se desenvolvem vários projectos inovadores neste domínio, poderão ser aproveitados de forma eficiente para o Tâmega.
109. Um dos domínios críticos da inovação e desenvolvimento regional são os recursos humanos ligados à gestão territorial; o processo de modernização da administração local, assim como a transferência de novas competências e um novo sistema de financiamento para as autarquias poderá acelerar a modernização global da área.

2.2.5. Emprego e Desemprego

110. A população activa deverá corresponder actualmente a cerca de 260 mil efectivos, extrapolando valores das estatísticas do EUROSTAT das NUTS III.
111. A taxa de actividade era de 44,1% em 2001, valor inferior às médias regional e nacional. Ainda que se possa ter registado um crescimento nos anos recentes, trata-se de um valor muito aquém das metas da Estratégia de Lisboa e da própria política nacional.
112. Felgueiras, Lousada, Paredes e Paços de Ferreira eram os concelhos que, em 2001, apresentavam as taxas de actividade mais elevadas, superiores às médias regional e nacional. São concelhos fortemente industrializados onde, desde os anos oitenta, houve grandes investimentos em unidades fabris de sectores intensivos em

Figura 41 – Taxa de Actividade, 2001 (%)

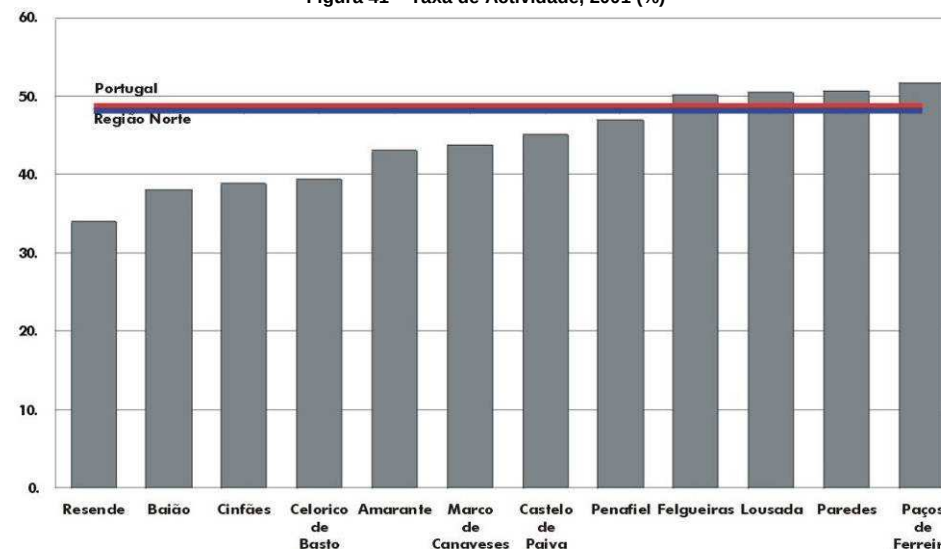
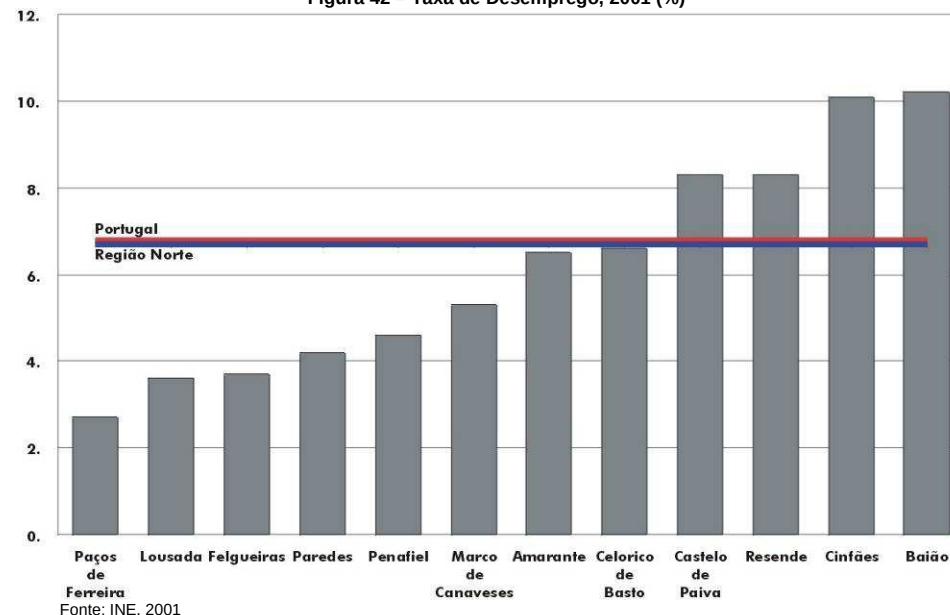


Figura 42 – Taxa de Desemprego, 2001 (%)



mão-de-obra, na maior parte dos casos de grandes multinacionais que entretanto deslocalizaram as suas fábricas para o estrangeiro; o encerramento destas e outras unidades subsidiárias, nos últimos anos, levou a uma redução do emprego e ao aumento do desemprego.

113. Em 2001, a taxa de desemprego, encontrava-se abaixo das médias regional e nacional. Registavam-se contudo, grandes contrastes internos: os concelhos com taxas de desemprego mais elevadas eram Castelo de Paiva, Resende, Cinfães e Baião, aqueles cuja base económica era mais débil e em que a população se encontrava já mais envelhecida e marginalizada do mercado de trabalho.
114. O aumento substancial do desemprego nos últimos cinco anos é porém, visível no número de beneficiários com subsídio de desemprego por 1.000 habitantes, para 2005. O Norte é, antes de mais, a região portuguesa onde esse indicador apresenta valores mais elevados, traduzindo a profunda crise que afecta a sua base económica. No Tâmega, por seu turno, são os concelhos mais industrializados onde se verificam valores mais elevados: Felgueiras, Castelo de Paiva, Marco de Canaveses, Lousada, Paredes e Paços de Ferreira registam valores superiores à média nacional (48‰), encontrando-se os dois primeiros acima da média regional (73,3‰ e 65,9‰, respectivamente).
115. As taxas de actividade são, em todos os concelhos, superiores nos homens, enquanto as taxas de desemprego são também, em todos os casos, superiores nas mulheres, reflexo da fragilidade do mercado de trabalho da área, com níveis de qualificação inferiores para as mulheres. Resende e Baião apresentam valores extremos, com taxas de actividade para os homens (2001), de respectivamente 47,7% e 51,5% e para as mulheres, 20,9% e 25,7%; a taxa de desemprego

Figura 43 – Beneficiários de Subsídio de Desemprego por 1.000 Habitantes, 2005 (n°)

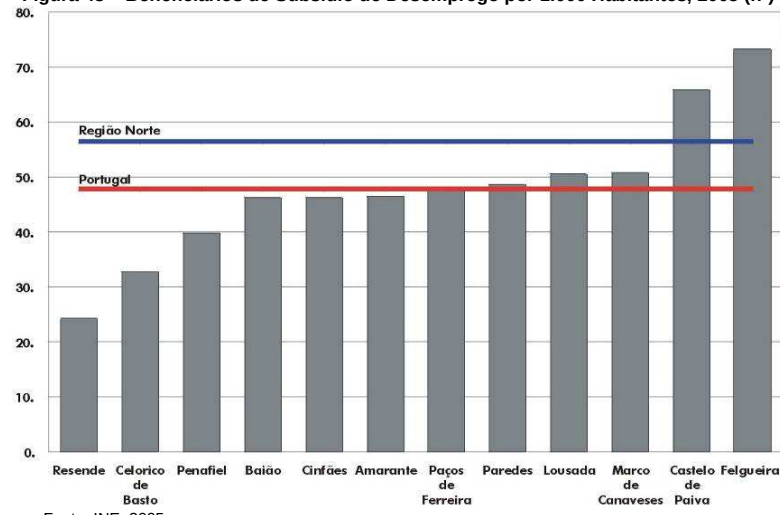
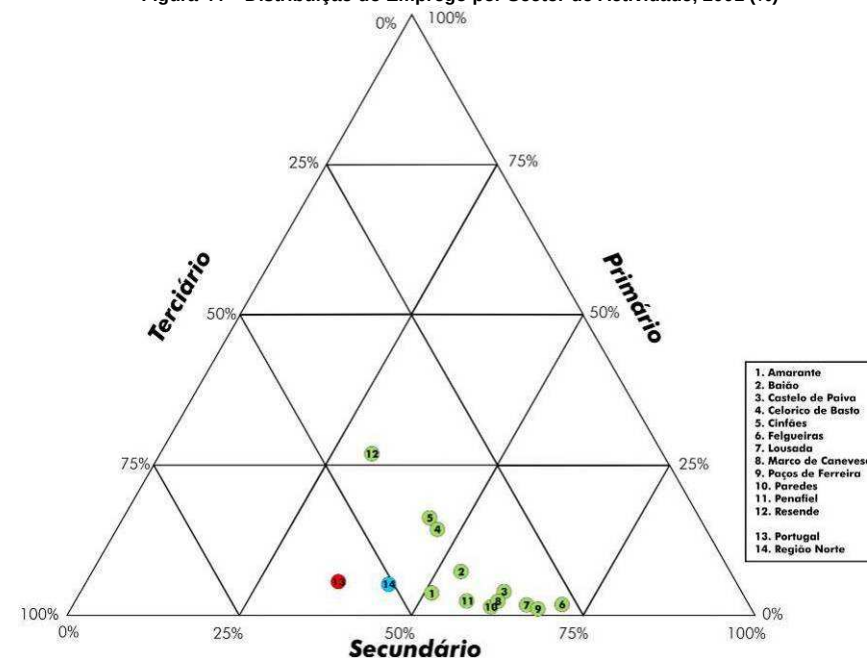


Figura 44 – Distribuição do Emprego por Sector de Actividade, 2001 (%)

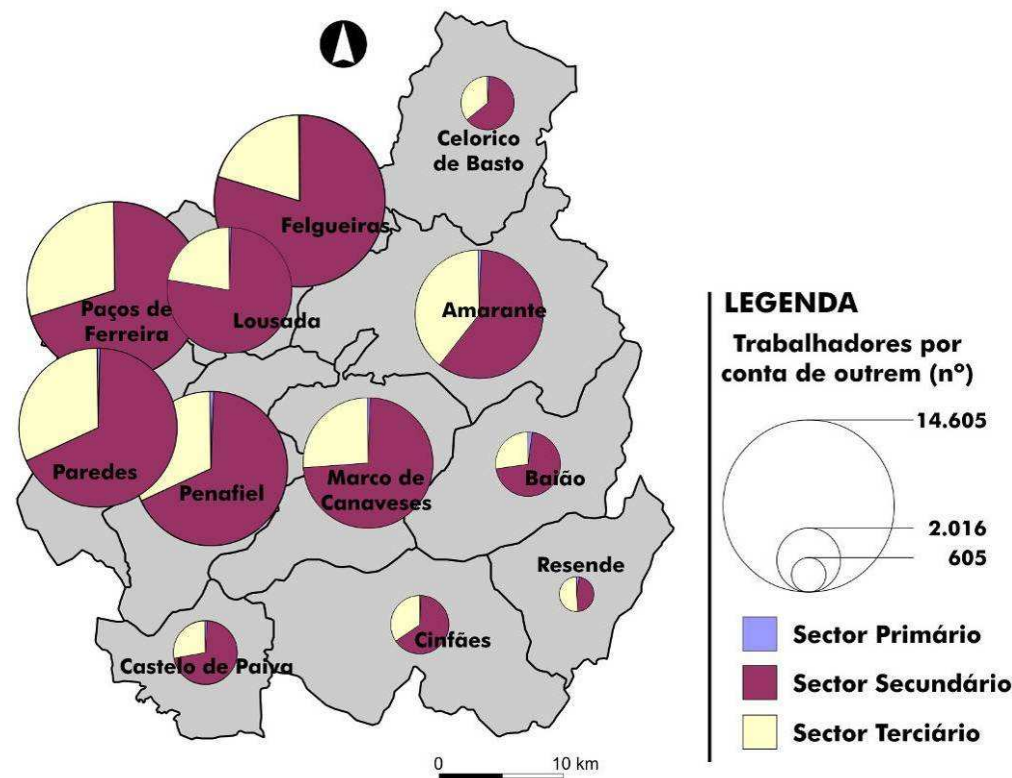


Fonte: INE, 2001

das mulheres era, no mesmo ano, para Baião, de 23,4% e para Resende, de 17,6%.

116. Globalmente, o Tâmega é uma região onde a indústria predomina, estruturando a base económica. A especialização industrial não tem porém assegurado um crescimento e desenvolvimento suficiente e desejável.
117. Em 2001, o emprego no sector primário detinha um peso relativo superior às médias regional e nacional, em vários concelhos: Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Resende.
118. O sector secundário, com cerca de 60%, em 11 dos 12 concelhos, o mais representado, registava o máximo em Felgueiras (sensivelmente 70%). Considerando apenas os trabalhadores por conta de outrem, para um ano de referência mais próximo (2003), as percentagens do emprego no secundário são ainda mais elevadas: cerca de 70%. Em Felgueiras, regista 79,2%, em Baião, Castelo de Paiva e Paços de Ferreira, 70%; o valor mais baixo é em Resende, com 45,8%, ainda um valor consideravelmente superior à média nacional.
119. Este indicador, apesar de grosseiro, dá uma ideia da importância do emprego industrial não só nos concelhos do núcleo duro da indústria, como nos concelhos periféricos, mais rurais, que são inúmeras vezes espaços de subcontratação ou deslocalização industrial das áreas centrais.
120. Tomando em consideração os vários indicadores, é possível inferir que o mercado de trabalho atravessa uma profunda crise: o emprego tem vindo a diminuir, as qualificações escolares dos trabalhadores são muito deficitárias, as actividades dominantes são de carácter intensivo em mão-de-obra e tradicionais, sem grandes avanços

Figura 45 – Trabalhadores por Conta de Outrem, 2003 (nº)



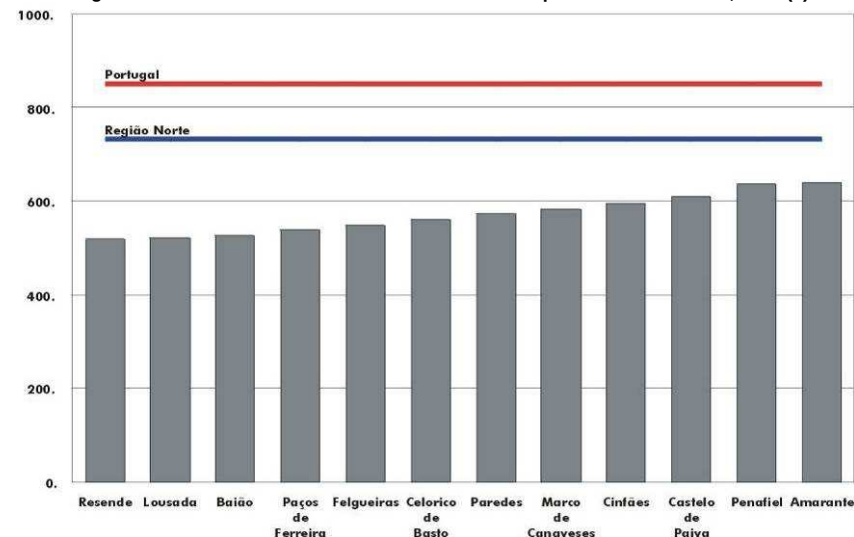
tecnológicos nem actividades intensivas em saber ou nas tecnologias de informação e comunicação.

121. Mantendo-se afastado da Agenda de Lisboa e da Sociedade do Conhecimento, o Tâmega precisa de mais e melhores empregos, o que só será alcançado com uma forte convergência de instrumentos, nos quais os serviços colectivos de proximidade são apenas uma parte.

2.2.6. Rendimento e Poder de Compra

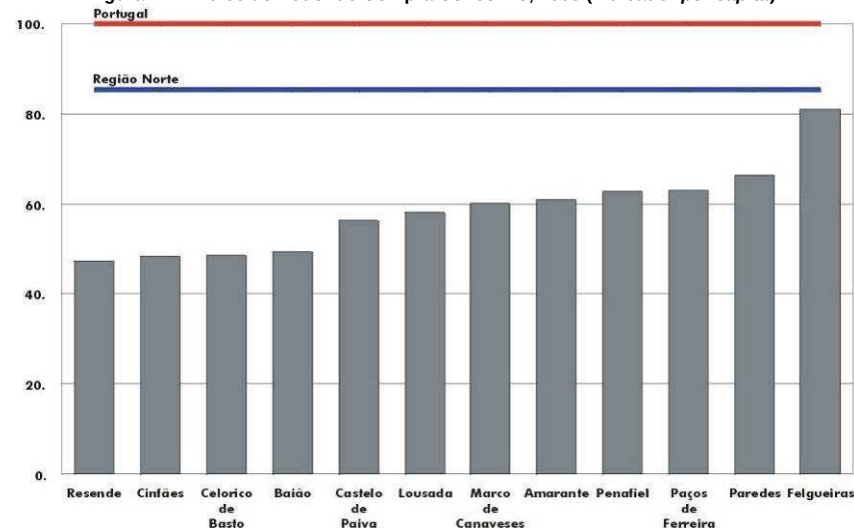
122. O PIB *per capita* tem sido sempre inferior no Tâmega (NUTS III) relativamente à média do país, verificando-se também uma produtividade do trabalho muito inferior na área em estudo, face às médias regional e nacional. Este deficit de produtividade, associado ao dinamismo demográfico e ao baixo nível de qualificação dos trabalhadores mostra como são urgentes medidas de inversão das tendências.
123. O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, ainda que apresentando algumas variações internas, encontrava-se, em 2003, abaixo da média do Norte, a qual por seu turno é consideravelmente inferior à média nacional. Daqui resultam contrastes acentuados como por exemplo, entre o mínimo, em Resende, onde o ganho médio mensal era de 519,02 € e a média nacional, de 849,56 €.
124. O índice do poder de compra concelhio, medido em percentagem da média nacional, reflectia também a degradação do nível de vida das famílias, decorrente da fragilidade da base económica e da perifericidade de alguns concelhos. O indicador era, para 2005, de quase 62% para o Tâmega (NUTS III), variando entre um máximo de 80,9% em Felgueiras - ainda inferior à média da região, de 85,5% - e o mínimo de 47,3%, em Resende.

Figura 46 – Ganho Médio Mensal dos Trabalhadores por Conta de Outrem, 2003 (€)



Fonte: INE, 2003

Figura 47 – Índice de Poder de Compra Concelhio, 2005 (indicador *per capita*)



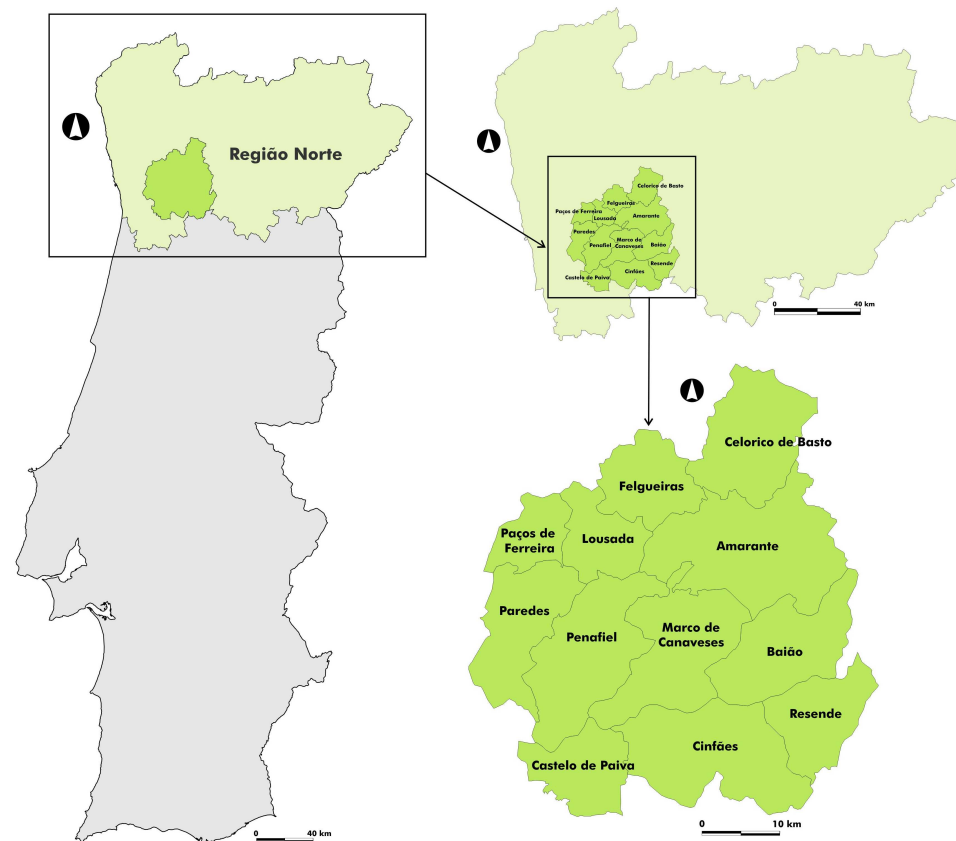
Fonte: INE, 2005

2.3. O TERRITÓRIO

Principais Elementos de Caracterização do Território

- O Tâmega tem uma área de 1.988 km², correspondendo a 9,3% da Região Norte.
- É um território heterogéneo, de transição entre a Área Metropolitana do Porto e o interior da Região Norte.
- Caracteriza-se pela concentração crescente da população nos centros urbanos e sedes de concelho e pelo despovoamento das áreas rurais; apresenta debilidades de coesão territorial na estrutura urbana.
- A rede rodoviária foi alvo de importantes investimentos nos últimos anos, permitindo a melhoria das ligações intra-regionais e a conexão com o exterior.
- O transporte ferroviário tem vindo a perder importância na repartição modal das deslocações.
- Encontra-se na proximidade de um dos maiores aeroportos da Península Ibérica.
- Apesar da evolução positiva, apresenta relevantes debilidades infra-estruturais e reduzidos níveis de atendimento nos sistemas ambientais, comparativamente aos valores médios sub-regionais do Norte, a uma distância significativa das metas nacionais.

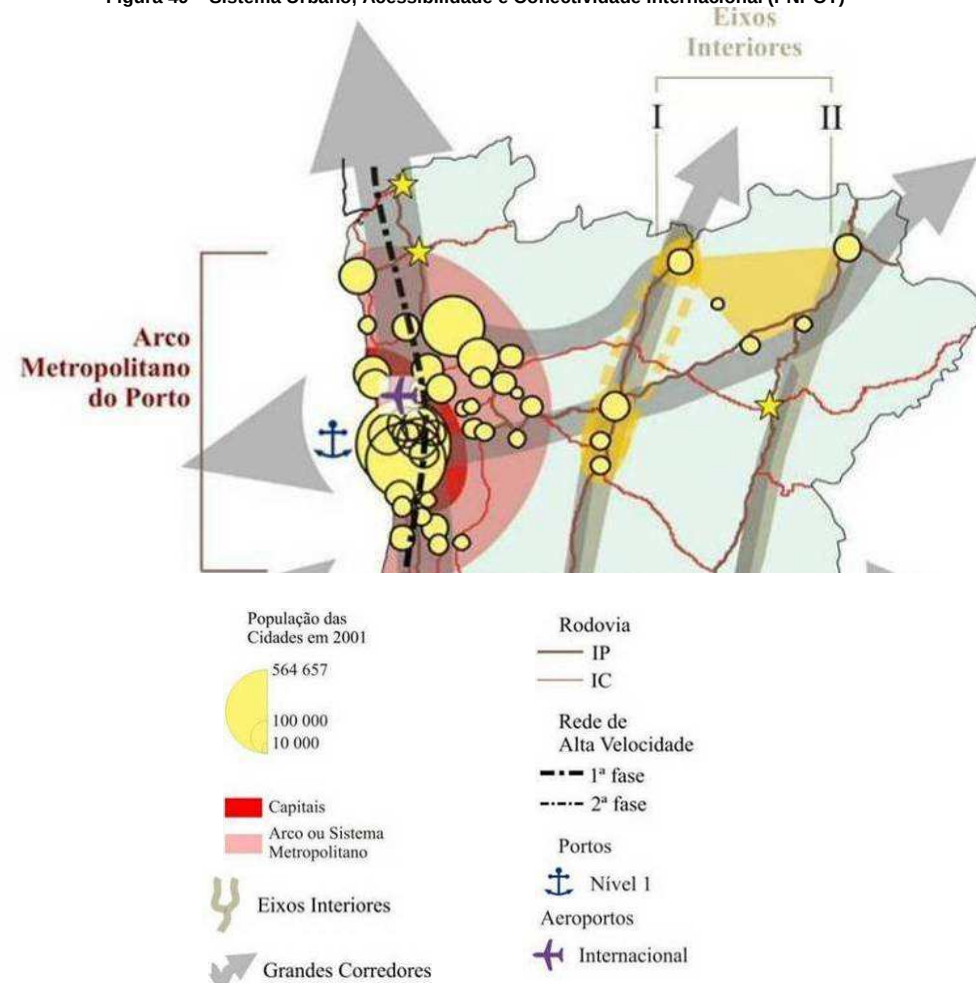
Figura 48 – Inserção do Tâmega na NUTS II Norte e no Continente



2.3.1. Dinâmicas Territoriais

125. O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) insere o território em estudo no “Arco Metropolitano do Porto”, onde o Porto emerge como capital e como núcleo de um novo modelo de ordenamento da conurbação do Norte Litoral.
126. No âmbito do Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROTN)² e com vista à constituição de uma unidade territorial de planeamento - com critérios de ordenamento e de gestão específicos -, o Tâmega enquadra-se no espaço sub-regional “Arco Metropolitano”, que engloba as NUTS III do Grande Porto, Cávado, Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga.
127. A organização e a estruturação territorial são fortemente marcadas pela proximidade ao Porto e respectiva área metropolitana; mas é um território heterogéneo, de transição entre a AMP e o interior da Região Norte, parte integrante da “Região Urbana Metropolitana”, parte integrante das “Áreas de Intermediação” (Norte 2015 – *Competitividade e Desenvolvimento, Uma Visão Estratégica*).
128. Um dos traços territoriais mais marcantes prende-se com a clara manifestação de processos difusos de urbanização: os principais centros urbanos, assim como outros espaços de especialização produtiva, organizam um território dinâmico, em transformação, mas cujos traços de ruralidade que também o caracterizam se vão mantendo.

Figura 49 – Sistema Urbano, Acessibilidade e Conectividade Internacional (PNPOT)



Fonte: PNPOT, 2007

² Em elaboração.

129. Com as exceções de Celorico de Basto (110,4), Resende (95,5) e Cinfães (86,4), todos os restantes municípios apresentam uma densidade populacional superior ao valor médio nacional (115,1). A heterogeneidade da ocupação humana no território é visível neste indicador: os concelhos de maior dinamismo industrial, na cintura da AMP - Paços de Ferreira (784,5), Paredes (552,0), Felgueiras (509,1), Lousada (491,0) e Penafiel (339,8) - apresentam valores claramente mais elevados do que o Norte (175,9).
130. O Tâmega é caracterizado por uma tendência que tem marcado o sistema de povoamento nacional: concentração crescente da população nos centros urbanos e sedes de concelho; despovoamento das áreas rurais e mais periféricas.
131. A população residente em pequenos lugares (com menos de 500 habitantes) representava, em 2001, 68% da população total; durante o último período inter-censitário, diminuiu 5,8%. Este decréscimo foi particularmente visível nos concelhos de Felgueiras (38,6%) e de Castelo de Paiva (11,7%).
132. Os residentes em centros urbanos com mais de 5.000 habitantes representavam, em 2001, 14,6% do total populacional; num decénio, esse valor mais do que duplicou, pois em 1991 corresponderia a 7,0%.
133. Em 1991, o centro urbano mais populoso era Amarante (7.639); durante o último período inter-censitário, cresceu 32,4% (10.113 em 2001). Neste ano, existiam no Tâmega três lugares com mais de 10.000 habitantes: Amarante, Felgueiras e Rebordosa (Paredes).

Figura 50 – População Residente Segundo os Escalões de Dimensão Populacional – de 5.000 a 9.999 habitantes, 2001 (%)

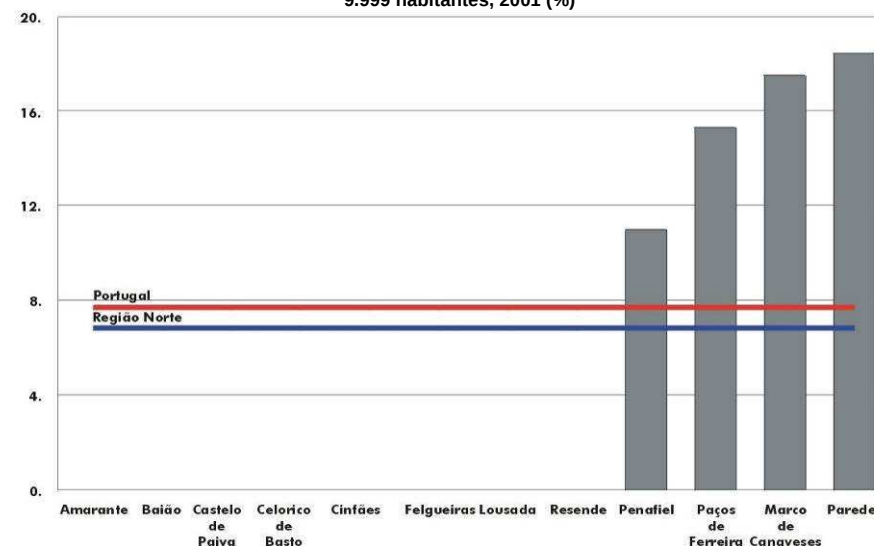
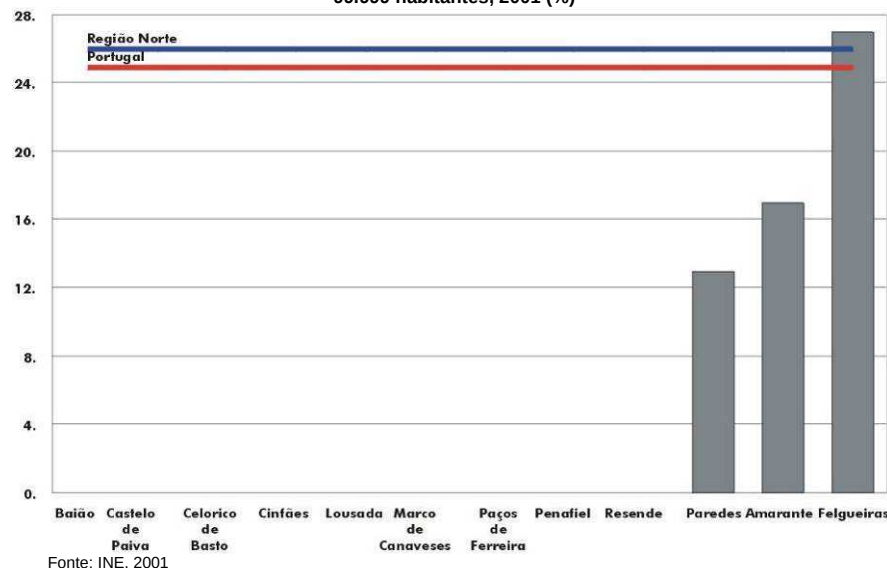


Figura 51 – População Residente Segundo os Escalões de Dimensão Populacional – de 10.000 a 99.999 habitantes, 2001 (%)



134. Mesmo considerando a tendência para a concentração populacional, prevalece como característica do sistema de povoamento a sua dimensão rural, traduzida no significativo peso da população a residir em lugares com menos de 2.000 habitantes (76,8%, em 2001), valor claramente superior ao do Norte (49,9%) e ao do continente (44,7%).
135. A população residente em Áreas Predominantemente Urbanas (APU)³ era, em 2001, de 37,4%; no Norte, esse valor era de 65,8% e no continente de 68,0%. As diferenças entre concelhos são evidentes: em Lousada e em Paços de Ferreira, corresponde à totalidade da população; em Celorico de Basto e em Resende, não havia população assim classificada.
136. Em síntese, o Tâmega é marcado por problemas de coesão territorial, situação resultante da conjugação de diversos factores relacionados com as suas características intra-regionais: os processos difusos de urbanização e de industrialização resultam na dificuldade de afirmação de pólos que poderiam desempenhar um papel estruturador da globalidade do território, contribuindo assim para o fortalecimento de uma maior unidade funcional; e com factores supra-regionais, designadamente a proximidade ao Porto e da respectiva área metropolitana.
137. O Tâmega deve assim procurar reforçar a sua coesão territorial, no contexto alargado do “Arco Metropolitano”, numa dupla perspectiva: i) afirmação dos principais pólos urbanos, de modo a melhor estruturarem a rede urbana; ii) requalificação das periferias urbanizadas.

³ Tipologia de Áreas Urbanas (INE/DGOTDU).

Figura 52 – População Residente Segundo os Escalões de Dimensão Populacional – até 1.999 habitantes, 2001 (%)

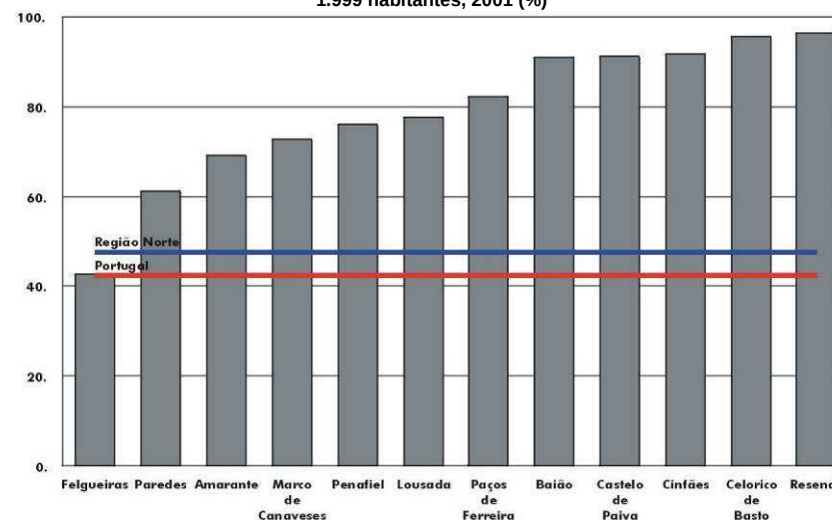
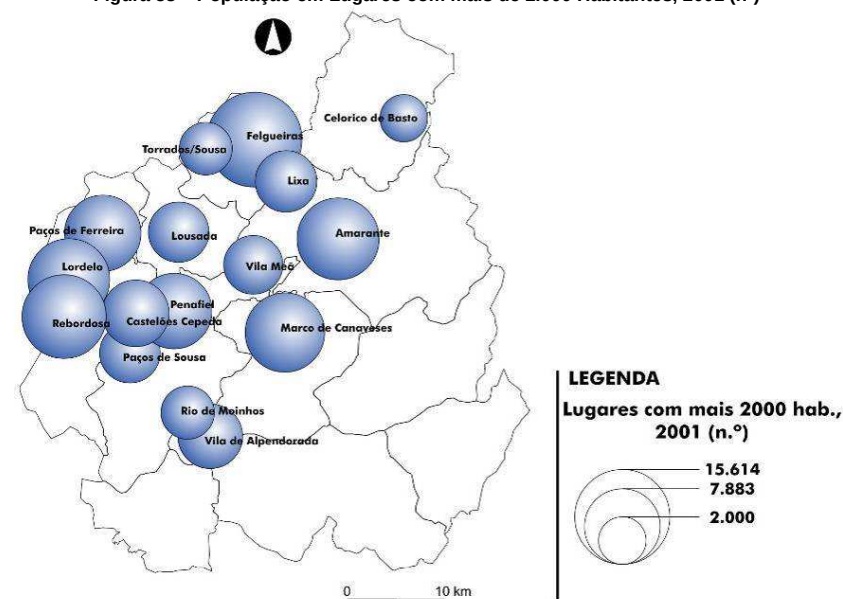


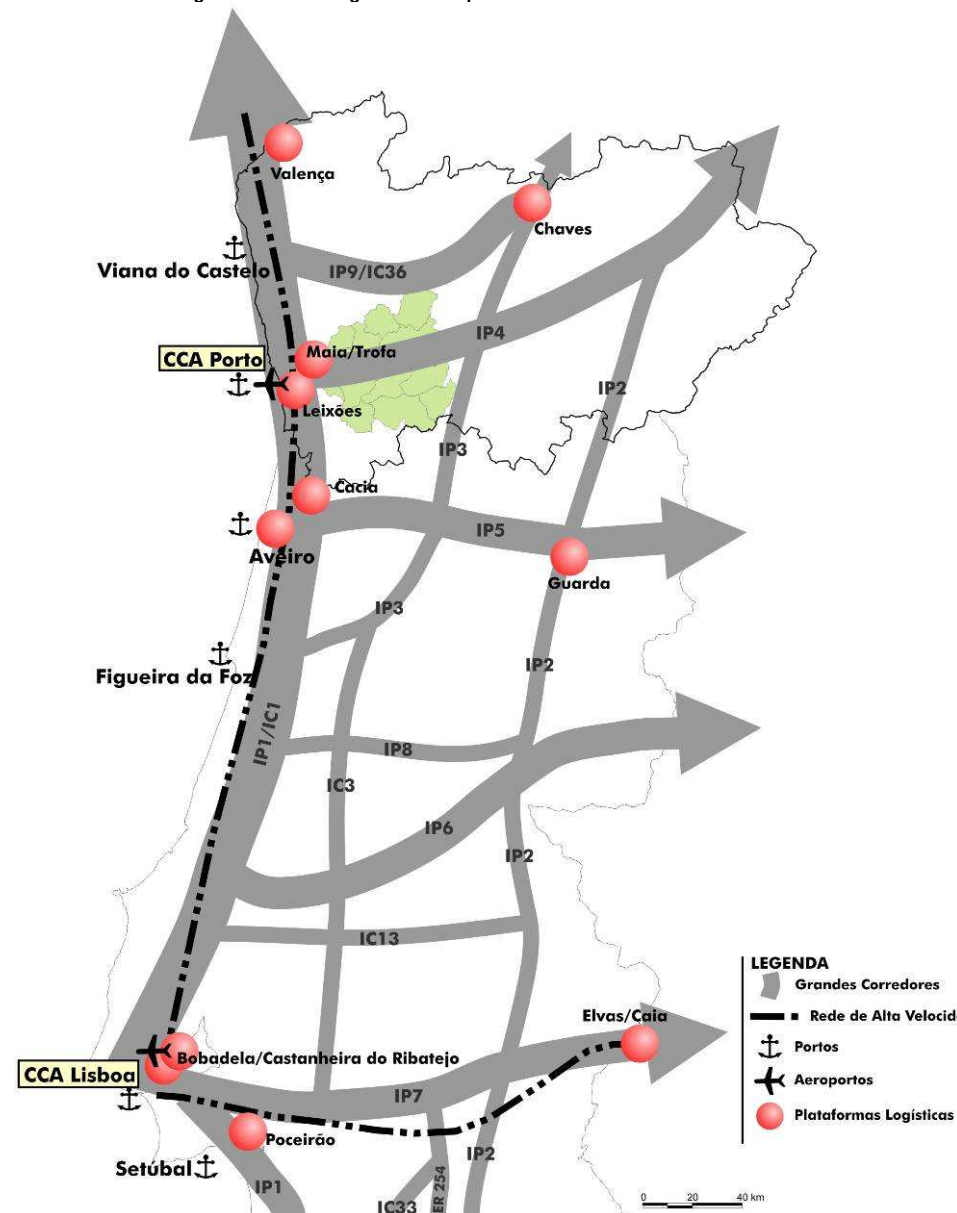
Figura 53 – População em Lugares com mais de 2.000 Habitantes, 2001 (n.º)



2.3.2. Acessibilidade, Mobilidade e Transportes

138. A inserção do Tâmega na Região Norte, na proximidade da AMP, confere-lhe um posicionamento privilegiado na rede de acessibilidades regional e de ligação ao restante país.
139. A rede de acessibilidades encontra-se estruturada em torno de um corredor bimodal, orientado no sentido Este-Oeste, formado pela A4/IP4 e pela Linha do Douro. O eixo rodoviário é a principal via de comunicação inter-regional: a Oeste, permite a ligação ao Porto, respectiva área metropolitana e à Auto-Estrada do Norte; a Este, possibilita a conexão ao interior Norte e à fronteira.
140. Para além deste corredor bimodal, importa relevar a A42/IC25 (ligação à A3, no nó de Ermesinde) e a A11/IP9 (ligação à A7/IC5, no sentido de Felgueiras), ambas conectadas à A4/IP4; a Linha do Tâmega efectua a conexão a Amarante, a partir da Linha do Douro.
141. Com a melhoria das acessibilidades rodoviárias, a Linha do Douro tem vindo a perder a sua relevância na conexão do Tâmega com o exterior; não obstante, tem beneficiado/irá beneficiar de diversas intervenções de modernização (electrificação e instalação de sistemas de sinalização electrónica e de controlo da velocidade), que permitem que se mantenha como uma ligação complementar com o Porto (sentido Oeste) e com o interior do Norte (sentido Este).
142. Não existem, no Tâmega, aeródromos certificados. Mas na sua proximidade, a Oeste, para além do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, existe o Aeródromo de Vila da Luz (Maia); a Este, os Aeródromos de Pedras Salgadas (Minhéu) e de Vila Real.

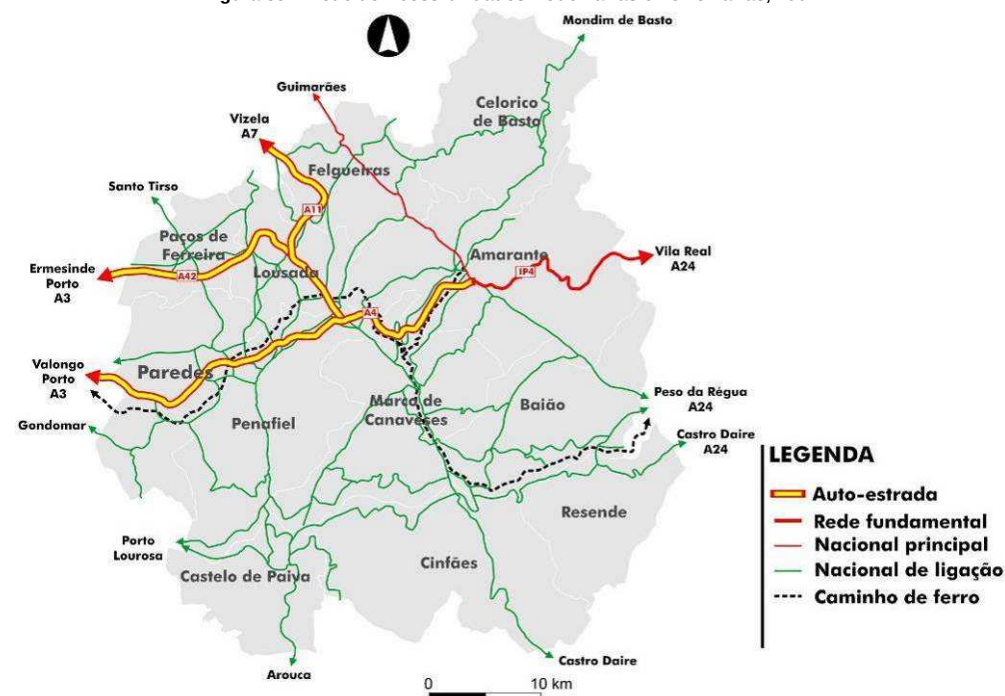
Figura 54 – O Tâmega nos Principais Corredores de Acessibilidades



143. No que se refere às ligações rodoviárias intra-regionais, após os investimentos realizados na requalificação das principais estradas regionais, durante os anteriores períodos de programação comunitária, os constrangimentos mais relevantes prendem-se com a conexão entre as sedes de concelho e as freguesias rurais, bem como de articulação entre a rede regional e a rede municipal estruturante.
144. A oferta de transportes públicos de passageiros em modo rodoviário à escala regional é suportada em serviços de carácter interurbano, operados por empresas com âmbito territorial limitado, resultando geralmente em dificuldades de articulação de horários e de coordenação de transbordos.
145. Não existe, no Tâmega, qualquer serviço de transporte urbano rodoviário de responsabilidade directa ou indirecta das autarquias.
146. A repartição modal das deslocações permite verificar que o transporte individual em carro próprio e o transporte a pé⁴ eram, em 2001, as soluções mais utilizadas; os anos anteriores foram marcados por uma diminuição de passageiros nos transportes públicos.
147. Segundo o mesmo inquérito, mais de metade das deslocações eram feitas por automóvel/motociclo e a utilização dos transportes públicos correspondia a 7%; no primeiro caso, os valores eram superiores à média; no segundo caso, equivaliam a metade.

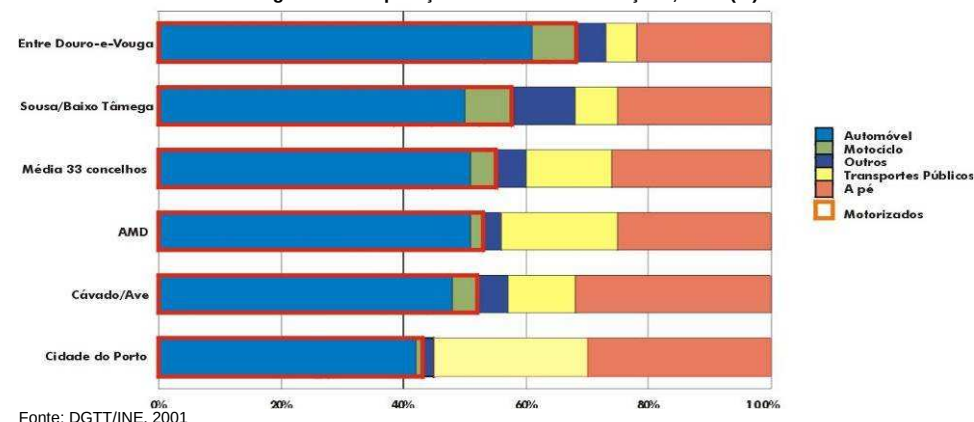
⁴ INE/DGTT (2001) - *Inquérito à Mobilidade* (curta duração) da população residente nas sub-regiões do Grande Porto, Entre Douro e Vouga, Cávado/Ave e Sousa/Baixo Tâmega, num total de trinta e três concelhos abrangidos. No território em estudo, foram considerados os concelhos de Paços Ferreira, Felgueiras, Paredes, Lousada, Amarante, Marco, Baião e Penafiel.

Figura 55 – Rede de Acessibilidades Rodoviárias e Ferroviárias, 2007



Fonte: ACP, 2007

Figura 56 – Repartição Modal das Deslocações, 2001 (%)



Fonte: DGTT/INE, 2001

148. Quando inserido no universo tratado no inquérito, o tempo médio gasto nas deslocações casa-trabalho-casa é elevado, resultado, em parte, das migrações diárias para a bacia de emprego do Grande Porto.
149. A melhoria do acesso rodoviário das freguesias rurais às respectivas sedes de concelho e a adequação da oferta das soluções de transporte público são duas áreas para as quais devem ser direccionados esforços; paralelamente, e no contexto da Região Norte, parece-nos importante a implementação da Rede Regional de Estradas proposta no *Norte 2015*.
150. A conclusão do PRN 2000 é também premente para o Tâmega: dos projectos ainda pendentes para a região (obra nova e reconversão de vias existentes), destaque-se a construção entre Amarante e Vila Real da A4 (40 km); a beneficiação/construção do IC26 entre Amarante (IP4) e Régua (IP3), no total de 30 km; e a construção do IC35 entre Penafiel (IP4) e Entre-os-Rios, no total de 15 km.

2.3.3. Sistemas Ambientais

151. Beneficiando dos instrumentos de financiamento comunitário, o Tâmega alcançou nos últimos anos um progresso significativo nas taxas de cobertura e na qualidade das infra-estruturas ambientais.
152. Os investimentos efectuados permitiram melhorias, sobretudo, no atendimento e drenagem de águas residuais e no tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Figura 57 – Tempo Médio das Viagens (Casa-Trabalho)+(Trabalho-Casa), Dias Úteis, 2001 (m.)

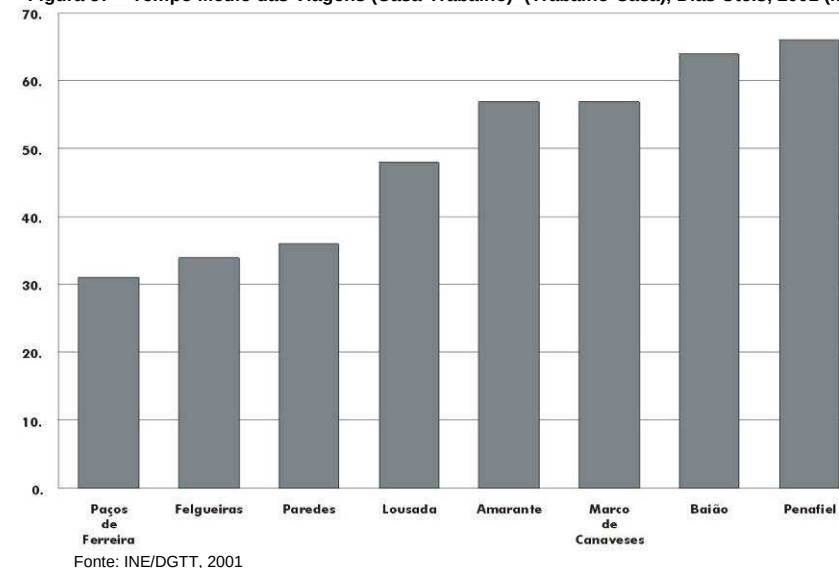
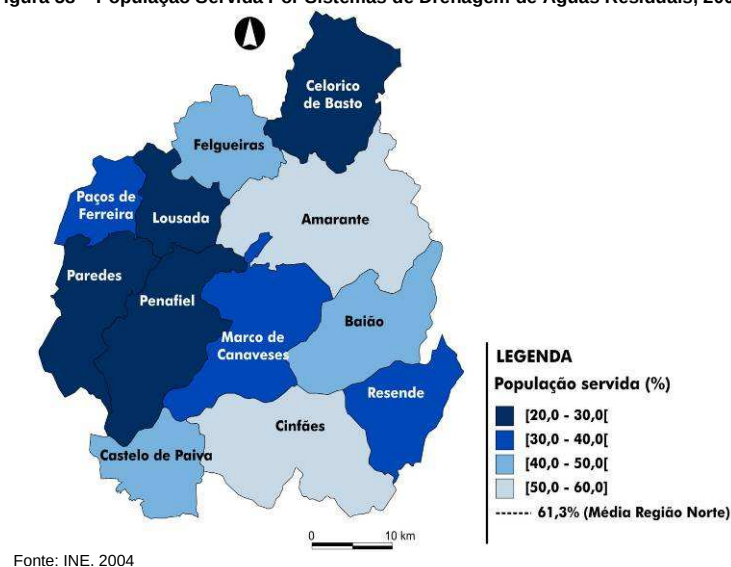
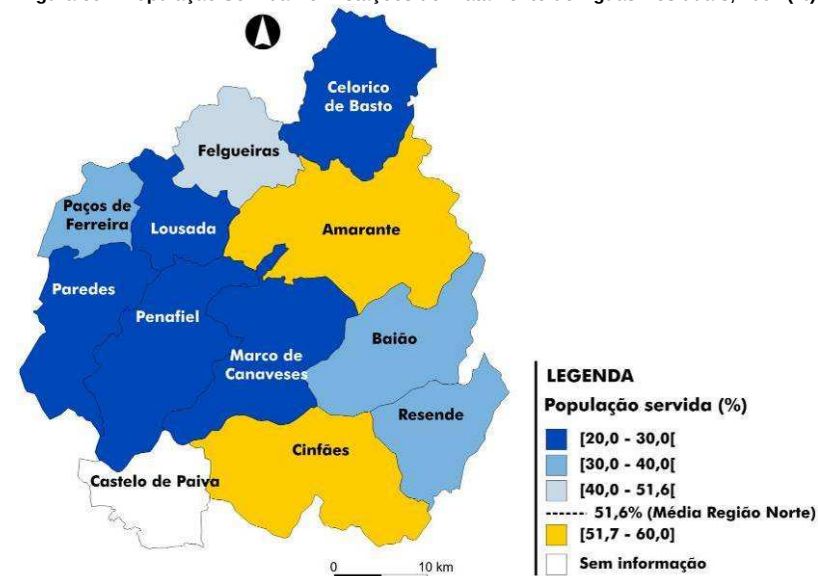


Figura 58 – População Servida Por Sistemas de Drenagem de Águas Residuais, 2004 (%)



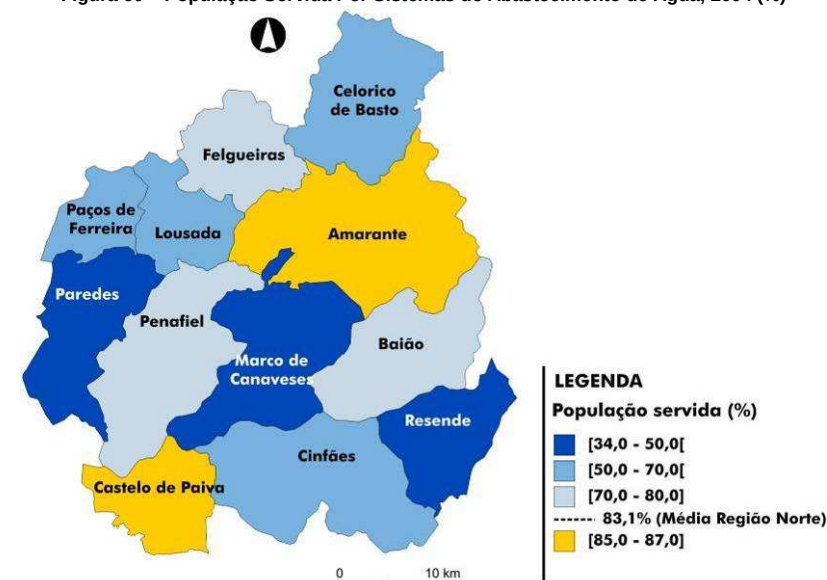
153. Apesar da qualificação ocorrida, as metas nacionais definidas não estão ainda cumpridas. Verifica-se ainda, em alguns sistemas ambientais, a existência de debilidades infra-estruturais e de reduzidos níveis de atendimento face ao contexto regional. Para tal, em muito contribui a dispersão do povoamento.
154. Essa situação é particularmente visível nos sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais, em que as taxas de cobertura correspondiam, em 2004, a pouco mais de metade das registadas no Norte (35,5% face a 61,3% e 33,3% face a 51,6%, respectivamente).
155. Amarante regista os valores mais elevados (58% e 57%), enquanto Lousada e Celorico de Baixo têm os mais reduzidos (22%); no caso da drenagem de águas residuais, todos os concelhos encontravam-se abaixo da média regional.
156. Nos sistemas de abastecimento de água, o Tâmega apresentava no mesmo ano um nível de atendimento mais baixo quando comparado com todas as NUTS III do Norte, encontrando-se claramente abaixo da média regional (62,1% e 83,1%, respectivamente).
157. Apenas Amarante (87%) e Castelo de Paiva (85%) têm taxas de cobertura superiores aos valores médios do Norte; Resende (47%) e Paredes (34%) têm os valores mais reduzidos.
158. Correspondendo aos níveis de atendimento, o consumo médio de água por habitante (15,6 m³) é claramente mais baixo quando comparado com as médias regional (32,0 m³) e nacional (46,9 m³).

Figura 59 – População Servida Por Estações de Tratamento de Águas Residuais, 2004 (%)



Fonte: INE, 2004

Figura 60 – População Servida Por Sistemas de Abastecimento de Água, 2004 (%)



Fonte: INE, 2004

159. Tal como na restante região, as infra-estruturas de base no que se refere à recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos encontram-se concluídas e em consonância com os objectivos fixados no PERSU II. Todos os concelhos têm actualmente uma cobertura integral do serviço.
160. Os sistemas multimunicipais existentes (AMBISOUSA, REBAT e RESIDOURO) integram uma rede composta por uma central de valorização orgânica, duas estações de triagem, três aterros e quatro estações de transferência, com soluções capazes de assegurarem a produção actual.
161. Contudo, a taxa de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos (2,4%) é inferior a metade das médias regional e nacional (4,9%).
162. Considerando o contexto regional, o quadro global diagnosticado justifica um esforço adicional dirigido para os concelhos do Tâmega no actual período de programação comunitário, de modo a permitir uma evolução conducente à aproximação dos parâmetros regionais e nacionais. Esse esforço deve ser orientado em particular para os municípios mais carenciados.
163. Desde logo, releve-se a importância de uma solução integrada nas áreas da drenagem e tratamento de águas residuais e abastecimento de água para os concelhos do Baixo Tâmega e do Vale do Sousa, que permita a definição de uma visão integradora para melhorar a situação actual.
164. Os sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais carecem em particular de um esforço muito significativo de

Figura 61 – Consumo de Água Residencial e dos Serviços, por Habitante, 2004 (m³)

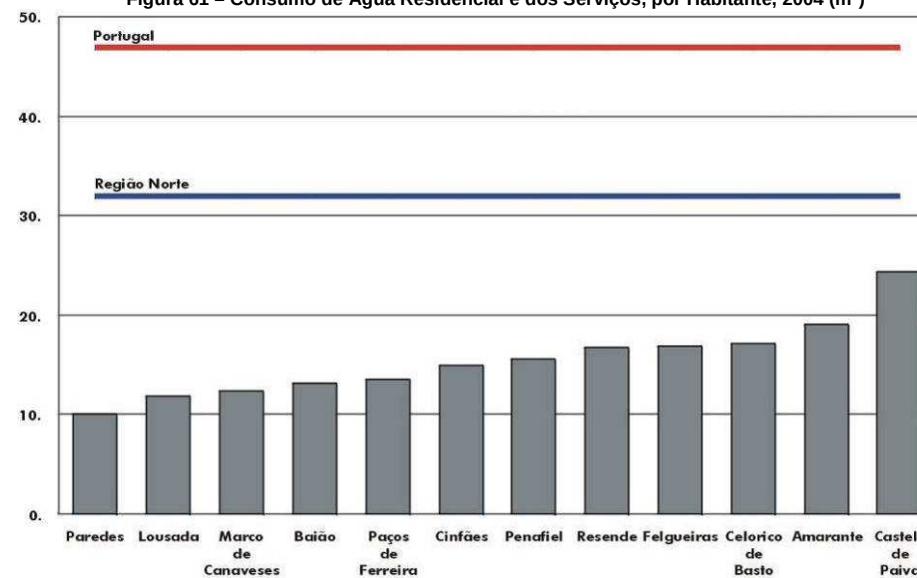
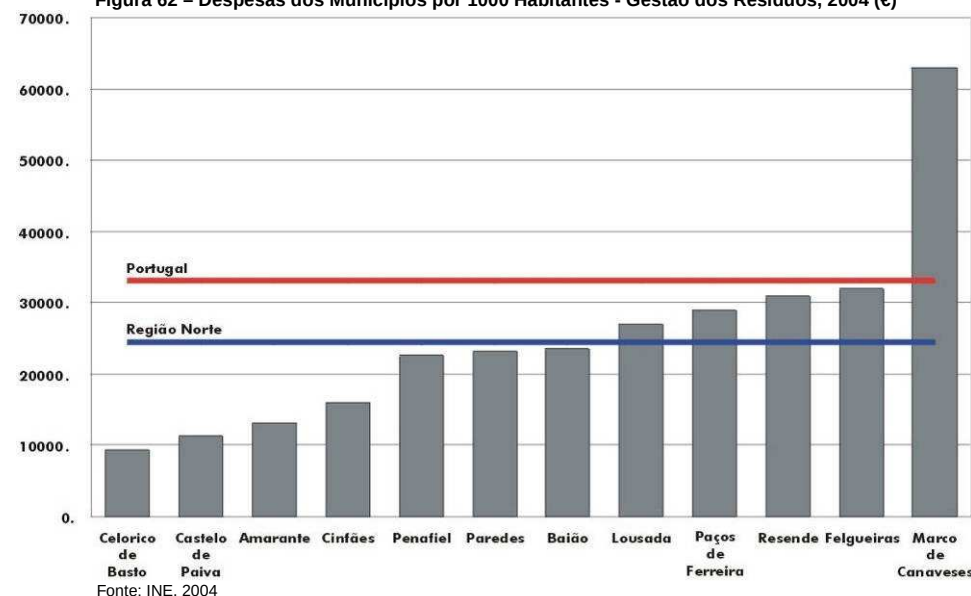


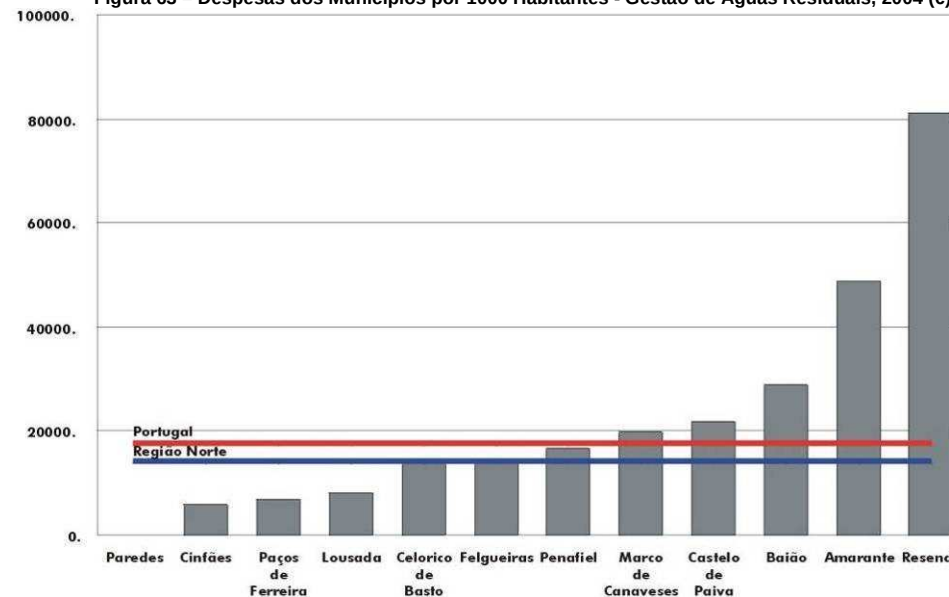
Figura 62 – Despesas dos Municípios por 1000 Habitantes - Gestão dos Resíduos, 2004 (€)



investimento: os níveis de atendimento actuais são inferiores a metade dos valores nacionais; a distância às metas traçadas para o país é mais evidente. Neste domínio, deve atender-se ao proposto no Programa Operacional do Norte 2007-2013, determinando limiares de população para efeitos da selecção dos aglomerados onde o investimento deve ser prioritário, de modo a que se consiga, mais rapidamente, a aproximação à média regional e nacional.

165. No abastecimento de água, importa sobretudo ultrapassar o atraso de execução das “Redes em Baixa”, que têm condicionado a cobertura - mais elevada - das “Redes em Alta”. Mas deve atender-se também às necessidades de manutenção e conservação da rede actual, designadamente dos principais aglomerados urbanos.
166. Com a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos com um nível de atendimento integral, dever-se-á procurar melhorar a sua valorização ambiental (compostagem, tratamento mecânico e biológico e recolha selectiva da matéria orgânica), promovendo a redução da produção de resíduos, visando o cumprimento da Directiva Aterros (Directiva 1999/31/CE) e da ENRRUBDA.
167. Importa também responder aos problemas existentes com a recolha e tratamento de resíduos industriais, numa perspectiva integrada, no contexto da Região Norte.

Figura 63 – Despesas dos Municípios por 1000 Habitantes - Gestão de Águas Residuais, 2004 (€)



Fonte: INE, 2004

2.4. A GOVERNAÇÃO DO TERRITÓRIO

Principais Elementos de Caracterização da Governação do Território

- A fragmentação institucional que caracteriza o Norte assume, no Tâmega, uma ainda maior complexidade.
- Os 12 concelhos que constituem a área do programa inserem-se em quatro distritos e dividem-se, actualmente, entre três comunidades urbanas/associações de municípios.
- A modernização da administração autárquica poderá ser agilizada e ganhará em racionalidade, se for desenvolvida num quadro de intermunicipalismo.
- As Comunidades Urbanas do Sousa e Tâmega e os Gabinetes de Apoio Técnico da área dispõem de recursos humanos qualificados e um conhecimento acumulado, relevante para o PTD-T.

Figura 64 – Inserção dos Concelhos nas Comunidades Urbanas/Associações de Municípios do Território em Estudo, 2007



2.4.1. Instituições

168. O *Norte 2015* reconheceu a importância da dimensão institucional enquanto instrumento fundamental para a prossecução dos objectivos de desenvolvimento regional do actual período de programação, identificando quatro pilares fundamentais: i) os serviços desconcentrados da administração central que, no anterior QCA tiveram a sua fase experimental, através do “Modelo de Gestão Regionalmente Desconcentrado”, ii) as autarquias locais, responsáveis por um vasto leque de projectos com efeitos directos e indirectos sobre um segmento relevante do investimento público, iii) as Parcerias Territoriais de Desenvolvimento Territorial que assumem uma grande diversidade de configurações e formas jurídicas, assim como domínios de actuação e iv) a cooperação territorial, em particular nas suas formas transfronteiriças, entre Portugal e Espanha.
169. No sentido de operacionalizar essa dimensão institucional, o *Norte 2015* identificou o nível territorial sub-regional como o fundamental para a elaboração e desenvolvimento de planos de acção e/ou de projectos concretos, com objectivos, acções e metas bem definidos, através de parcerias de colaboração entre diversos actores nacionais, sub-regionais e locais. Essas parcerias de diferentes agentes, actuando a diferentes níveis de competências e territoriais serão a forma adequada de aplicação das políticas públicas, assegurando “o *envolvimento equitativo e activo dos parceiros, conscientes de que o actual período de programação não comporta lógicas de mera redistribuição de fundos e não privilegia acções disseminadas e de efeitos pontuais*” (*Norte 2015*).
170. O presente Programa de Acção para o Tâmega coloca questões ao nível institucional, decorrentes de vários factores: por um lado as unidades territoriais de intervenção dos diferentes sectores da administração pública envolvidos não coincidem, nem existem níveis de competências comuns; por outro, as normas, critérios e tipologias dos equipamentos e serviços, assim como a responsabilidade da sua gestão também é muito diversificada e não se estrutura segundo níveis coincidentes entre os sectores dificultando (embora evidenciando a urgência) da concertação intermunicipal.
171. A fragmentação institucional que caracteriza a Região do Norte assume no Tâmega uma complexidade particularmente difícil. Os 12 concelhos que constituem a área de intervenção integram o Norte, mas inserem-se em quatro distritos distintos, dois dos quais, em parte, na Região Centro. Mais ainda, os concelhos da área de intervenção dividem-se entre três comunidades urbanas/associações de municípios distintas.
172. Esta geometria variável, sobreposta em planos nem sempre coincidentes nos pólos ou centros de irradiação de funções urbanas, equipamentos e prestação de serviços, torna a estruturação do Programa de Acção complexa. Para levar a cabo um processo de articulação intermunicipal, é necessário considerar obstáculos resultantes das grelhas dos diferentes sectores da administração pública e dos agentes de planeamento.
173. Os serviços de proximidade, por seu turno, cuja definição à partida apresenta também algumas fragilidades nos limites e conteúdo dos

conceitos, como já se discutiu repetidas vezes, apresentam comportamentos distintos e exigem normas de programação específicas, nem sempre coincidentes ou facilmente ajustáveis.

174. A concertação e contratualização entre sectores e níveis da administração e entre o público e o privado têm de ter em conta as alterações em curso, na transferência de competências e sistema de financiamento da administração local, que poderão alterar profundamente a planificação dos serviços de proximidade.
175. O nível sub-regional apresenta-se, neste momento, como o mais eficiente para levar a cabo programas de acção que implicam concertação entre vários actores. Embora se trate de práticas de planeamento conhecidas, não há uma grande tradição na Região Norte, nem na área de intervenção e a aplicação dos programas desencadeará, seguramente um processo de aprendizagem e reforço do intermunicipalismo.

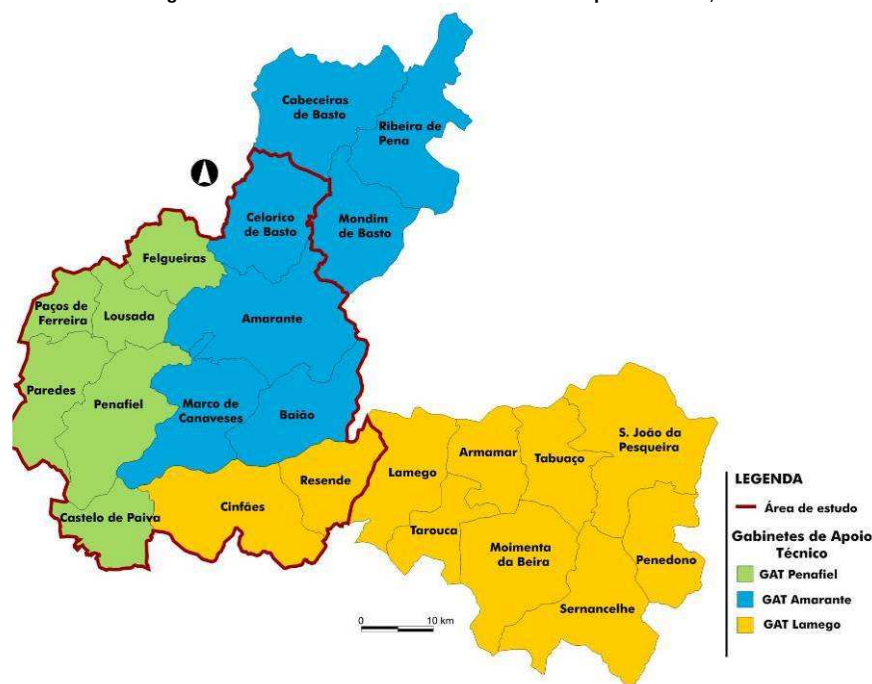
2.4.2. Governação do Território

176. A gestão autárquica é, por natureza, territorial. Não sendo na sua totalidade da competência dos municípios, quanto à programação, construção e gestão, os serviços de proximidade abrangidos pelo presente Programa, encontram-se localizados no espaço municipal, cuja gestão é, finalmente de forma integrada, competência da Câmara Municipal.
177. Nas últimas décadas e em particular desde a reforma dos Fundos Estruturais e da aplicação dos Quadros Comunitários de Apoio, a

gestão autárquica tem vindo a percorrer um processo de aprendizagem contínuo, assumindo hoje em dia formas diferentes das que desenvolvia há vinte anos. A gestão autárquica funciona hoje de forma dominante, segundo novos modelos muito semelhantes aos da gestão empresarial e mais próximos dos actores locais. Nesta evolução, foi naturalmente determinante o processo de transferência de competências da administração central, com o progressivo reforço institucional dos municípios. Nos processos de transferência e/ou devolução de competências centrais para as autarquias, as associações de municípios têm desempenhado um papel muito importante, já que há competências supramunicipais que implicam negociação e concertação intermunicipal.

178. Existe assim, actualmente, um conhecimento acumulado de gestão intermunicipal, muitas vezes centrado nos Gabinetes de Apoio Técnico ou nas Comunidades Urbanas que, na maior parte dos casos, vieram substituir as associações de municípios. A desburocratização, a eficiência e o aumento da participação e colaboração dos particulares e das empresas são actualmente algumas das prioridades da gestão local, levada a cabo individualmente pelas Câmaras ou desenvolvida no quadro intermunicipal.
179. As novas formas de gestão, incluindo a privatização e externalização de serviços, exigem sistemas de financiamento mais eficientes e recursos humanos qualificados. Estes dois factores críticos da gestão autárquica individual ou em associações de municípios são particularmente relevantes no Tâmega para os serviços de proximidade, dado o número de actores em articulação.

Figura 65 – Área de Influência dos Gabinetes de Apoio Técnico, 2007



Fonte: GAT, 2007

inferiores ao 9º ano de escolaridade; no Tâmega, a situação é idêntica, não existindo também uma retaguarda mínima ao nível das freguesias que poderia ser de grande utilidade na reestruturação da rede dos serviços de proximidade.

182. A modernização da administração autárquica, necessária e oportuna neste contexto, poderá, por seu turno, ser agilizada e ganhar em racionalidade, se for desenvolvida num quadro de intermunicipalismo. As Comunidades Urbanas do Sousa e Tâmega e os Gabinetes de Apoio Técnico da área dispõem de recursos humanos qualificados, com um conhecimento profundo da realidade local e uma grande experiência em planeamento territorial à escala local, que constituirão uma mais-valia a integrar no novo modelo de associativismo municipal, cujo enquadramento jurídico se encontra em fase final de processo legislativo.

180. A situação financeira das Câmaras Municipais é, em alguns casos, problemática. Os recursos humanos são também deficitários. Assim, para além das necessidades de maior financiamento, são necessários melhores recursos humanos.
181. Para a Região, o *Norte 2015*, concluiu que a estrutura profissional das organizações municipais é dominada pelo pessoal operário e auxiliar (63%), verificando-se que mais de metade dos cerca de 36.000 colaboradores destas organizações têm habilitações literárias

3 ■ ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO

3. ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO

3.1. DOS FACTORES DISTINTIVOS DO TÂMEGA

183. A NUTS III Tâmega constitui, em termos operacionais, um espaço de intervenção novo, resultante da agregação do Vale do Sousa e de parte do Baixo Tâmega. Consequentemente, tanto a produção de conhecimento estratégico como a definição de abordagens intermunicipais que considerem a globalidade deste território constitui uma novidade, ao contrário do verificado na generalidade das restantes subunidades de programação intermunicipal da Região Norte.
184. No entanto, os trabalhos desenvolvidos no quadro do Programa de Acção Intermunicipal de Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade 2007-2010 para o Tâmega (PAISCTP Tâmega), entre Setembro de 2007 e Maio de 2008, permitiram, tanto ao nível da produção de conhecimento prospectivo, como da concertação institucional entre as diversas autarquias, estabelecer as bases da intervenção deste programa territorial.
185. O Tâmega começa, assim, a ser uma realidade política e operativa com contornos mais definidos, sendo por isso possível identificar quais os factores distintivos deste território que suportam a sua matriz de oportunidades e de fragilidades de base à estratégia do PTD-T.
186. Repetidamente apontada como uma região jovem, o Tâmega dispõe na dinâmica demográfica o seu primeiro elemento diferenciador, seja no contexto nacional como europeu. Entre 1991 e 2006, a NUTS III Tâmega registou um taxa de crescimento populacional de cerca de 11%, amplamente superior à verificada na NUTS II Norte ou em Portugal, alcançando nesse último ano um quantitativo populacional de 527.271 habitantes, o que correspondia a cerca de 14% da população da região e 5% da população portuguesa.
187. Este crescimento populacional resultou, fundamentalmente, de uma elevada taxa de crescimento natural, bastante superior à média regional e nacional, o que faz que com que o Tâmega se destaque como uma das regiões portuguesas como uma estrutura etária mais jovem e, por isso mesmo, com um maior potencial demográfico a médio e longo prazo.
188. Este aspecto é tão mais importante para a competitividade regional quanto a Europa se debate com tremendos desafios resultantes da questão demográfica, designadamente na redução do número de activos e no crescente envelhecimento da população, com impactes nas políticas económicas, de imigração e de assistência social.
189. A disponibilidade na NUTS III Tâmega de um capital humano jovem e de uma sociedade com vitalidade constitui, por isso, um factor de partida positivo para a atracção de investimentos e para a geração de dinâmicas sociais e económicas.
190. Todavia, o cabal aproveitamento deste potencial só será alcançado com a superação das fragilidades sociais que afectam estruturalmente o

Tâmega e que a colocam como a região mais pobre do país, atendendo aos baixos valores alcançados pelo PIB *per capita*. A existência de situações marcantes de exclusão social constitui, pela negativa, um dos grandes factores diferenciadores deste território.

191. Os problemas da pobreza e da exclusão social no Tâmega, conforme demonstram o elevado número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (32%), resultam da crescente dificuldade de acesso ao mercado de emprego acentuadas no actual contexto de reestruturação produtiva e de exclusão da mão-de-obra menos qualificada.
192. Todavia, também os baixos níveis salariais auferidos pelos activos, conforme ilustram os rendimentos médios dos trabalhadores por conta de outrem ou o índice de poder de compra por concelho, que atingem na NUTS III Tâmega, os mais baixos valores do Norte, constituem evidências da forma como os factores de exclusão social atingem globalmente a população deste território.
193. Na base deste problema encontram-se os fracos níveis de formação e educação da população activa. Os activos pior preparados chegam a representar cerca de 74% dos trabalhadores por conta de outrem, em resultado do abandono precoce do sistema educativo, conforme evidencia a forte representação dos desempregados muito desqualificados (escolaridade ≤ 6 anos) nos 20.202 activos à procura de emprego registados pelo IEFP em Janeiro de 2008.
194. Pese embora os resultados positivos recentes ao nível do desempenho do sistema educativo e formativo, os instrumentos existentes revelaram-se incapazes para responder às necessidades de qualificação de um *stock* alargado de activos, nomeadamente nos sectores populacionais

com maior idade. Este défice contribuiu para que as dificuldades de acesso ao mercado de emprego ao longo da presente década ganhassem um carácter estrutural, dada a forte representatividade do desemprego de longa duração.

195. Paralelamente, os problemas da empregabilidade constituem no Tâmega um obstáculo à igualdade de oportunidades, na medida em que o aumento do desemprego na região teve maior incidência sobre a população feminina, nomeadamente nos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses.
196. O Tâmega distingue-se também no panorama nacional pelo elevado protagonismo do sector industrial, tanto ao nível empregador como da geração de riqueza. O sector constitui o principal pilar da competitividade económica e social do território agregando, em 2005, 20% das empresas e 36% do volume de vendas.
197. Pese embora a recente crise resultante da abertura da economia Europeia no âmbito da Organização Mundial de Comércio e do processo de alargamento europeu, que afectou a competitividade do tecido industrial, nomeadamente nos segmentos suportados em capital intensivo e em mão-de-obra desqualificada, os *clusters* regionais do calçado, madeira e mobiliário e vestuário têm registado alguma capacidade de recuperação, em resultado de saltos qualitativos ao nível da incorporação de I&D e da oferta de mão-de-obra especializada com elevados índices qualitativos.
198. A sobrevivência do sector está, no entanto, dependente da superação das principais fragilidades que limitam o sucesso das empresas no competitivo mercado mundial, nomeadamente a existência de um

padrão territorial pulverizado, a fragmentação dos modelos organizacionais, a falta de integração de serviços avançados e a deficiente articulação com os centros de conhecimento e inovação de fora da região.

199. A forma diferenciada como estes três factores incidem sobre este território constitui o quarto grande factor distintivo. Com efeito, o Tâmega caracteriza-se pela sua forte heterogeneidade no que concerne à distribuição populacional, aos graus de urbanização e à especialização económica, resultante, em parte, da agregação de duas realidades relativamente contrastadas: o Vale do Sousa, densamente povoado, urbano e industrializado; o Baixo Tâmega, de características rurais de baixa densidade, envelhecido e com forte representatividade do sector primário.

200. Uma leitura mais fina do actual território do Tâmega a partir das diferentes análises produzidas pelo diagnóstico prospectivo permite identificar a existência de três grandes zonas com oportunidades, problemas e aptidões distintas:

- a área delimitada pelos concelhos de Paços de Ferreira, Lousada, Felgueiras e Paredes, fortemente integrada nas dinâmicas urbanas, funcionais de demográficas da coroa metropolitana do Grande Porto, constitui simultaneamente o espaço de maior dinamismo económico – onde se coexistem as actividades mais robustas, inovadoras e competitivas com as estruturas empresariais de matriz familiar, pequena escala e fortemente fragilizada pelo contexto actual da económica mundial –, demográfico e social e aquele onde as captações ao nível da dotação de bens públicos manifestam

maiores debilidades e onde a emergência de novas formas de pobreza revela maior incidência;

- a área delimitada pelos concelhos de Amarante, Marco de Canaveses e Penafiel, onde coexistem dinâmicas urbano-industriais com áreas de forte ruralidade e onde o turismo manifesta melhores condições para se constituir como um novo pilar de desenvolvimento em forte articulação com os destinos Douro e Porto, conforme expressam o aumento do número de visitantes e de dormidas;

- a área delimitada pelos concelhos de Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães e Resende, mais periférica e inacessível, com uma evidente matriz rural e com fortes similitudes com as NUTS III de Alto-Trás-os-Montes e do Douro, com as quais partilha a generalidade das fragilidades de desenvolvimento social e económico, como os maiores índices de pobreza, de exclusão social, de envelhecimento populacional, de desemprego, bem como a fragilidade do tecido empresarial.

201. A existência de um quadro social e económico simultaneamente contrastado, mas globalmente fragilizado, obriga a uma criteriosa alocação dos recursos financeiros no sentido de simultaneamente:

- assegurar a existência eficaz dos investimentos públicos para permitir uma rápida convergência com as médias regionais, nacionais e comunitárias;

- garantir a integridade e a coesão territorial do Tâmega, permitindo um contexto idêntico de oportunidades de desenvolvimento para os diversos municípios e para as áreas rurais e urbanas.

3.2. DAS EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

202. O presente PTD tem como objectivo maior concretizar os objectivos definidos pelo Convite para Apresentação de Propostas de Programas Territoriais de Desenvolvimento, promovido pela CCDRN, nomeadamente a integração das intervenções de desenvolvimento territorial, privilegiando uma lógica inter e/ou supramunicipal que garanta uma melhoria sustentada da eficiência e da qualidade dos territórios.
203. Este objectivo deverá estar sustentado na potenciação da significativa experiência de gestão e acompanhamento de projectos detida pela globalidade das Associações de Municípios em causa, bem como de um aprofundado conhecimento das especificidades e carências ao nível sub-regional.
204. Justifica-se, assim, identificar o capital de experiência que as duas Associações de Municípios presentes no território do Tâmega, designadamente a Comunidade Urbana do Vale do Sousa e a Associação de Municípios do Baixo Tâmega, tiveram no passado recente, no quadro do desenvolvimento da política regional europeia.
205. A realização de abordagens sub-regionais na programação dos fundos comunitários tem sido desenvolvida em Portugal praticamente desde o

QCA I. Na NUTS III Tâmega, as experiências empreendidas foram diversas, embora os municípios em presença se tenham organizado no passado em função de outras visões de estruturação e de organização sub-regional, o que constitui uma evidente fragilidade a superar, com vista à obtenção de uma matriz estratégia intermunicipal.

206. O **Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Sousa, (PROSOUSA)**, desenvolvido no âmbito do QCA II (1995-1999), e que teve como período de referência 1997-1999, foi a primeira experiência de âmbito regional e multisectorial empreendida neste território, tendo como incidência os municípios de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel. Este programa assentou num conjunto de projectos e de acções de carácter sectorial, regional e local, tendo como objectivos:
 - dotar o Vale do Sousa de infra-estruturas, equipamentos e serviços necessários à melhoria das condições e qualidade de vida da população, do funcionamento das actividades económicas e da organização do espaço;
 - melhorar a qualificação da população em geral dos activos em particular, designadamente dos jovens, de forma a responder às necessidades do tecido económico e social;
 - melhorar as condições de sustentabilidade do emprego e fomentar o surgimento de novos empregos, nomeadamente através da mobilização de recursos e oportunidades locais que as novas formas de produção e de consumo tornem viáveis.

207. Suportado na aprendizagem destas experiências de programação sub-regional, o QCA III desenvolveu o conceito de Acções Integradas de Base Territorial (AIBT). Estas focalizaram-se nos territórios nacionais com maiores problemas de desenvolvimento, distinguindo-se das antecessoras pelo incremento das abordagens intermunicipais, da territorialização de políticas públicas e da concertação de actores.
208. A **Acção Integrada de Base Territorial Vale do Sousa** constituiu um referencial territorial e institucional e uma experiência marcante nos processos de desenvolvimento deste território, nomeadamente dos concelhos de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel. Esta medida da ON (2000-2006) apresentou dois objectivos principais:
- promover as condições gerais de ordenamento e acolhimento empresarial no Vale do Sousa;
 - apoiar a valorização do património histórico do Vale do Sousa.
209. As conclusões apresentadas no Estudo de Actualização da Avaliação Intercalar da ON (2000-2006) são claras quanto aos ganhos desta intervenção. Para além de se verificar que a mesma deu um forte contributo para o robustecimento da articulação intermunicipal e para a geração de projectos de nível supra-municipal com inequívoco potencial de alavancagem, a avaliação concluiu que a acção integrada se revelou um salto qualitativo importante face a intervenções anteriores, destacando quatro aspectos para esse sucesso:
- a selectividade estratégica, conferida, desde logo, pela sua delimitação temática;
 - o planeamento da intervenção, suportada em estudos e projectos estratégicos;
 - a articulação entre fundos (FEDER/FSE);
 - as práticas de gestão e monitorização, resultantes de uma grande proximidade local da Equipa de Gestão e da realização de estudos de avaliação de desempenho e de resultado.
210. Durante estes dois períodos de programação de fundos comunitários, os municípios localizados no quadrante Sul da NUTS III Tâmega - Resende e Cinfães -, integraram o **Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Douro (PRODOURO)** e a **Acção Integrada de Base Territorial do Douro** que, embora com estruturas e características semelhantes às do Vale do Sousa, visaram responder aos problemas específicos do vasto território ribeirinho.
211. Igualmente no âmbito do QCA III, e visando suprir a inexistência de um instrumento específico de desenvolvimento sub-regional foi promovida a elaboração do **Pacto para o Desenvolvimento do Baixo Tâmega (PDGT)** que incidiu sobre os concelhos de Amarante, Baião, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Marco de Canaveses e Mondim de Basto, enquadrado no âmbito da ON (2000-2006).
212. O PDBT, promovido em parceria pelos Ministérios do Planeamento, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas e da Cultura e desenvolvido pelos municípios, privilegiou os factores de competitividade deste território, designadamente a ruralidade, o lazer e a cultura, tendo tido como projectos referenciais a elaboração do “Estudo de Marketing da Promoção do Baixo Tâmega”, a criação do

“Portal do Baixo Tâmega”, e a realização do projecto de “Diversificação e promoção do cabaz regional de produtos tradicionais de qualidade”, do qual fez parte o estudo “Estudo de Identificação de Produtos Tradicionais com Tipicidade e Potencialidades Económicas”.

3.3. CONTEXTO ESTRATÉGICO

3.3.1. Os Objectivos do QREN

213. A matriz de actuação de nível sub-regional para o Tâmega, vertida no presente PTD deverá não só ser uma resposta ao quadro de problemas específicos deste território, mas também, uma abordagem coerente com o quadro estratégico e operacional de nível superior definido para os investimentos públicos no período 2007-2013, na Região Norte e no país, no âmbito dos instrumentos de programação dos Fundos Comunitários.

214. Deverá, por isso, obedecer às visões estratégicas que o enquadram. Desde logo, respondendo ao desígnio estratégico fixado pelo **QREN**, nomeadamente a qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e da qualidade das instituições públicas.

215. A resposta a este desígnio passará por desenvolver projectos coerentes com as prioridades fixadas pelo QREN, designadamente:

- promover a qualificação dos portugueses, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade;
- promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objectivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante;
- garantir a coesão social actuando, em particular, nos objectivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social;
- assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do

território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento;

- aumentar a eficiência da governação, privilegiando, através de intervenções transversais nos Programas Operacionais relevantes, os objectivos de modernizar as instituições públicas e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação.

3.3.2. Os Objectivos da ON.2

216. Considerando o papel chave que o Tâmega detém no desenvolvimento da Região Norte, o PTD-T deverá contribuir para a concretização da visão estratégica definida na ON.2, nomeadamente que o Norte seja, em 2015, capaz de gerar um nível de produção de bens e serviços transaccionáveis que permita recuperar a trajectória de convergência ao nível europeu, assegurando, de forma sustentável, acréscimos de rendimento e de emprego da sua população e promovendo, por essa via, a coesão económica, social e territorial.

217. O contributo do Tâmega para este compromisso de desenvolvimento regional passará por desenvolver projectos vinculados com as três linhas estratégicas da ON.2, nomeadamente:

- Norte I.TEC - Promover a Intensificação Tecnológica da Base Produtiva Regional, quer das indústrias tradicionais, quer por via do aumento considerável do peso de actividades industriais, hoje,

ainda, emergentes, quer através do desenvolvimento de uma plataforma de prestação de serviços de elevado valor acrescentado;

- Norte S.CORE - Assegurar, sustentadamente, a Competitividade Regional, desenvolvendo os aspectos sistémicos da competitividade, promovendo um ensino de qualidade aos mais diversos níveis e processos de formação contínua e de aprendizagem ao longo da vida e qualificando a Área Metropolitana e as principais cidades médias que estruturam o sistema urbano regional;

- Norte E.QUALITY - Promover a Inclusão Social e Territorial, melhorando a equidade do acesso dos cidadãos aos principais bens e serviços, revitalizando zonas degradadas dos principais centros urbanos e das áreas rurais em forte declínio populacional e valorizando os recursos do(s) território(s).

3.3.3. A Matriz de Tipologias de Operação Objecto de Contratualização

218. Finalmente, a matriz estratégica do PTD-T deverá adequar-se à grelha de **tipologias de operação objecto de contratualização** com subvenção global definidas pelo aviso de Concurso e que permitirão a elegibilidade das operações a empreender no quadro do programa.

219. A grelha definida incide sobre a globalidade dos cinco eixos do programa operacional e, dentro destes, sobre os objectivos específicos e tipologias/sub-tipologias que melhor se adequam aos desafios de

desenvolvimento social, económico e ambiental dos espaços sub-regionais da Região Norte.

220. No âmbito do primeiro Eixo da ON 2. – Competitividade, Inovação e Conhecimento –, e respeitando o objectivo específico de Promoção de Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial, serão co-financiadas operações de criação e ampliação das Áreas de Localização Empresarial, enquanto que na esfera do objectivos específico Promoção da Economia Digital e da Sociedade do Conhecimento, serão apoiadas as operações que visem a criação e divulgação de conteúdos e serviços online.
221. Enquadrado pelo Eixo II – Valorização Económica de Recursos Específicos e respeitando o objectivo específico de Valorização de novos Territórios de Aglomeração de Actividades Económicas, serão apoiadas as operações que visem despoletar acções integradas de valorização territorial.
222. No quadro de intervenção do Eixo III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial e respeitando o objectivo específico de Qualificação dos Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade, serão apoiadas as operações que incidam sobre os domínios do ciclo urbano da água, dos resíduos sólidos e da requalificação da rede escolar de 1º ciclo e pré-escolar.
223. No âmbito do Eixo IV – Qualificação do Sistema Urbano, privilegiam-se as questões da conectividade e mobilidade no sistema urbano do Tâmega, apoiando-se intervenções em dois objectivos específicos complementares:

- por um lado, ao nível da Promoção da Mobilidade Urbana, sendo apoiadas a criação ou conclusão de variantes a centros urbanos, planos de mobilidade urbana sustentável, a qualificação do sistema de transportes públicos de passageiros e a eliminação de pontos negros de sinistralidade.
- por outro lado, ao nível da Promoção da Conectividade do Sistema Urbano Regional, com o apoio a acções piloto de valorização integrada da rede e dos sistemas de transportes colectivos em meio rural, das operações no âmbito das Intervenções estruturantes em cais fluviais e vias navegáveis e, finalmente, no âmbito da Qualificação dos Níveis de Serviço da Rede de EN e EM.

224. Finalmente, no âmbito do Eixo V – Governação e Capacitação Institucional e respeitando o objectivo específico de Modernização do Governo Electrónico e da Melhoria da Relação das Empresas e dos Cidadãos com a Administração Desconcentrada e Local, serão apoiadas operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da administração pública, no domínio da administração em rede, bem como a criação de balcões multiserviços móveis. Por outro lado, no âmbito do objectivo específico Promoção da Capacitação Institucional e de Desenvolvimento Regional e Local, serão apoiados projectos/iniciativas inovadoras e de elevado efeito demonstrativo de valorização regional e local.

3.4. ABORDAGEM ESTRATÉGICA TÂMEGA 08|13

225. Nos próximos anos, o Tâmega enfrentará diversos combates decisivos no sentido de retomar uma dinâmica de crescimento e de desenvolvimento económico, de ultrapassar as debilidades sociais e de exclusão social que afectam tanto os espaços rurais, periféricos e envelhecidos do Baixo Tâmega como as bolsas de desemprego industrial e de emergência de novas formas de pobreza no Vale do Sousa, de garantir a construção de um território sustentável e ambientalmente qualificado.
226. A superação destes desafios é não só determinante para o futuro próximo do Tâmega, como para o cumprimento dos ambiciosos objectivos estabelecidos pelo Norte 2015 para toda a Região, em virtude do posicionamento estratégico que esta NUTS III desempenha nas dinâmicas de desenvolvimento regional, seja ao nível dos *clusters* tradicionais do Arco Metropolitano do Porto, como enquanto espaço de intermediação entre esta zona e o interior norte.
227. Todavia, dada a gritante desproporção entre as gigantescas necessidades de investimento neste território, motivadas pela existência de profundas fragilidades sociais, económicas, ambientais e infra-estruturais, e a escassa dotação financeira alocada ao PTD-T, este programa deverá claramente assumir-se como um dos catalisadores de transformação territorial, aguardando-se que no âmbito do QREN se posa verificar a convergência territorial e estratégica de outros instrumentos financeiros e operativos.
228. A visão estratégica apontada para o Tâmega no horizonte de 2015 e que define os caminhos de desenvolvimento e de investimento municipal e intermunicipal dos próximos anos está estruturada em quatro grandes **ambições** que permitam alcançar níveis de competitividade económica, bem-estar social e coesão territorial elevados:
- um sistema urbano estruturado com forte integração e mobilidade interna;
 - um espaço privilegiado de competitividade, inovação e criatividade, liderante no novo protagonismo económico da Região Norte;
 - um território exemplar na prossecução de um desenvolvimento sustentável e na gestão dos recursos naturais;
 - um território coeso, inclusivo e solidário que garanta o acesso ao emprego e à educação e a participação plena dos grupos mais desfavorecidos no processo de desenvolvimento.
229. A estratégia para o Tâmega está assim baseada num conjunto de opções estratégicas que visam mais do que corrigir as fraquezas do passado, encontrar um novo posicionamento competitivo que sirva a região, o país e a Europa, superando o quadro estrutural de fragilidades através de uma avidez de antecipação do futuro, explorando o quadro de oportunidades que o presente oferece.
230. A trajectória proposta passa, no âmbito do PTD-T pelo desenvolvimento de uma malha articulada de projectos estruturantes e complementares

adequados à matriz de tipologias definidas pela ON.2, mas dando clara prioridade a quatro domínios estratégicos assumidos sobre a forma de objectivos:

- Objectivo Estratégico 1. Garantir a universalidade, continuidade e qualidade dos serviços ambientais no Tâmega;
- Objectivo Estratégico 2. Intensificar a competitividade e a modernidade do sector industrial e empresarial do Tâmega;
- Objectivo Estratégico 3. Posicionar o Tâmega como um território atractivo no mosaico turístico do Norte de Portugal;

- Objectivo Estratégico 4. Estruturar as acessibilidades regionais fortalecendo a competitividade das cidades do Tâmega.

231. Em paralelo, o PDT-T acolhe como seu o desígnio nacional de superação dos défices históricos e das situações de especial desajustamento face à dinâmica demográfica e aos requisitos actuais dos equipamentos educativos, fundamentais para assegurar os objectivos do QREN em matéria de valorização do potencial humano e que numa região populosa, jovem e com elevados défices de qualificações justifica uma evidente prioridade ao nível nacional.

Objectivo Estratégico 1. Garantir a Universalidade, Continuidade e Qualidade dos Serviços Ambientais no Tâmega		
Referencial Estratégico	➤ “Assegurar o fecho e elevação das dotações em redes e infra-estruturas ambientais” (QREN). ➤ “Aumentar a cobertura e a qualidade dos sistemas públicos de abastecimento domiciliário de água e elevar as taxas de atendimento das redes de drenagem de águas residuais (conclusão e expansão dos sistemas em “alta” e conclusão dos sistemas em “baixa”)” (ON.2). ➤ “Servir 95% da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água (em cada sistema integrado o nível de atendimento deve atingir pelo menos 90% da população abrangida) e 90% da população portuguesa com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas (em cada sistema integrado o nível de atendimento deve atingir pelo menos 85% da população abrangida)” (PEAASAR 2007-2013). ➤ “Incentivar o uso eficiente da água e o controlo e prevenção da poluição” (QREN).	
Contexto de Partida	Acção 08 13	Visão Tâmega 2015
➤ Debilidades infra-estruturais e baixo nível de atendimento nos sistemas de abastecimento de água (62,1%) e de saneamento básico. ➤ Atrasos de execução das “Redes em Baixa” têm condicionado a cobertura - mais elevada - das “Redes em Alta”.	➤ Desenvolver projectos prioritários para aumentar expressivamente os níveis de atendimento dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem e de tratamento de águas residuais, aproximando-os dos valores regionais e das metas estabelecidas pelo PEAASAR 2007-2013.	Tâmega 2015: Um território exemplar na prossecução do desenvolvimento sustentável e na gestão dos recursos naturais.

Objectivo Estratégico 1. Garantir a Universalidade, Continuidade e Qualidade dos Serviços Ambientais no Tâmega	
Projectos Estruturantes	- Redes de abastecimento de água e saneamento básico em baixa (Amarante) - Redes de abastecimento de água e de saneamento básico à freguesia de Tarouquela (Cinfães) - Redes de abastecimento de água e de saneamento básico à freguesia de Espadanedo (Cinfães) - Rede de saneamento básico em baixa – 1ª Fase (Felgueiras) - Rede de saneamento básico em baixa – 2ª Fase (Felgueiras) - Rede de abastecimento de água em baixa – 2ª Fase (Felgueiras) - Rede de abastecimento de água e de saneamento básico (Lousada) - Rede de saneamento básico – Fase 1 (Marco de Canaveses) - Rede de abastecimento de água e de saneamento básico (Paços de Ferreira) - Saneamento da Bacia do Cavalum (Penafiel)

Objectivo Estratégico 2. Intensificar a Competitividade e a Modernidade do Sector Industrial e Empresarial do Tâmega		
Referencial Estratégico	“Aumentar a competitividade dos territórios e das empresas; melhorar a produtividade; aumentar a atracção de investimento empresarial qualificante; promover a inovação empresarial (criação de novos produtos e novas actividades produtivas qualificadas e compet9tivas); fomentar o empreendedorismo qualificado” (QREN); “Consolidar os serviços colectivos regionais de suporte à inovação e promoção do sistema regional de inovação” (ON.2); “Apoiar a criação e consolidação de “clusters” emergentes e de empresas de base tecnológica em sectores que promovam interface com as competências e capacidades regionais em C&T” (ON.2); “Promover e desenvolver uma rede de parques de ciência e tecnologia e de operações integradas de ordenamento e de acolhimento empresarial” (ON.2); “Requalificar, inovar e reforçar as cadeias de valor nos sectores de especialização” (ON2); “Promover acções colectivas de desenvolvimento empresarial, bem como a economia digital e a sociedade do conhecimento” (ON.2); “Aumentar a participação dos municípios na gestão do desenvolvimento económico local” (ON.2).	
Contexto de Partida	Acção 08 13	Visão Tâmega 2015
- Fraca inserção nas cadeias globais de valor. - Padrão territorial difuso, desordenado e desintegrado. - Crescente desemprego e sub-emprego. - Desenvolvimento empresarial territorialmente heterogéneo.	- Promover a atracção de investimento empresarial qualificante, reforçando o <i>marketing</i> regional para a atracção de novas actividades e apoiando a localização de actividades intensivas em conhecimento. - Apoiar o desenvolvimento de um centro de competências para as indústrias instaladas. - Continuar o processo de reordenamento de actividades económicas, melhorando as infra-estruturas de acolhimento empresarial.	Tâmega 2015: Um espaço privilegiado de competitividade, inovação e criatividade, liderante no novo protagonismo económico da Região Norte.

Objectivo Estratégico 2. Intensificar a Competitividade e a Modernidade do Sector Industrial e Empresarial do Tâmega	
Projectos Estruturantes	- Ampliação do Parque Empresarial de Eiriz (Baião) - Parque Industrial Zona Oriental de Baião (Baião) - Parque Empresarial da Cruz da Carreira (Castelo de Paiva) - Pólo de Serviços e Armazéns de Crespos (Celorico de Basto) - Parque Empresarial de Anreade (Resende) - Zona de Acolhimento Empresarial (Lousada) - Pólo 6 Cidade Empresarial (Paços de Ferreira)

Objectivo Estratégico 3. Posicionar o Tâmega como um Território Atractivo no Mosaico Turístico do Norte de Portugal		
Referencial Estratégico	“Promover a cultura de forma estratégica e coordenada, criando condições de escala e de complementaridade, bem como estimulando o aprofundamento de parcerias entre actores de diferentes campos” (ON.2); “Reforçar os novos produtos turísticos, designadamente o turismo de eventos, potenciando a boa inserção internacional de alguns equipamentos culturais, desportivos, científico-tecnológicos” (QREN); “Dar valor económico a activos territoriais únicos, como recursos naturais, património histórico-cultural, saberes tradicionais ou outros, em torno dos quais faça sentido construir uma estratégia de desenvolvimento de médio e longo prazo” (QREN); “Promover programas de acção de desenvolvimento turístico, visando valorizar, de forma integrada, sub-espacos regionais de âmbito supramunicipal com vocação e/ou aptidão turística e produtos turísticos considerados prioritários” (ON.2). “Posicionar o Norte de Portugal como uma das regiões de maior crescimento turístico no país, através de um processo de desenvolvimento sustentável baseado na Qualificação, na Excelência e na Competitividade e Inovação da sua oferta turística, transformando o Turismo como um factor de desenvolvimento e diversificação da economia regional.”	
Contexto de Partida	Acção 08 13	Visão Tâmega 2015
Procura de alojamento turístico pouco significativa (estada média e taxas de ocupação-cama dos estabelecimentos hoteleiros reduzidas).	- Consolidar a “Rota do Românico” como a âncora estruturante da afirmação do Tâmega no âmbito do Turismo Histórico e Cultural (Touring) promovendo investimentos na qualificação e valorização dos valores culturais/patrimoniais e em acções de marketing e comunicação. - Promover o desenvolvimento do Turismo de Natureza nas áreas de baixa densidade e de maior valor ambiental e paisagístico.	Tâmega 08 13: um território atractivo para visitar.
Projectos Estruturantes	- Ecopista da Linha do Tâmega (Celorico de Basto e Amarante) - Conservação, Valorização e Salvaguarda dos Monumentos Românicos do Tâmega (Vale do Sousa e Baixo Tâmega)	

Objectivo Estratégico 4. Estruturar as Acessibilidades Regionais Fortalecendo a Competitividade das Cidades do Tâmega		
Referencial Estratégico	➤ “Reforçar os equipamentos e infra-estruturas de conexão do Norte de Portugal com as redes transnacionais de transportes, para os diferentes tipos de ligações (rodoviárias, ferroviárias, marítimas e aéreas), por via da intermodalidade e pela consolidação da rede de plataformas logísticas” (ON.2). ➤ “Alcançar aumentos de mobilidade nas cidades através do acréscimo das sobreposições/articulações funcionais dos diferentes sistemas e modos de transporte, num exercício de compactação e de promoção da eficiência” (ON.2). ➤ “Conciliar, à escala urbana e peri-urbana, o serviço público de transportes com o uso racional do automóvel” (ON.2).	
Contexto de Partida	Acção 08 13	Visão Tâmega 2015
➤ Constrangimentos nas ligações rodoviárias intra-regionais, nomeadamente na conexão entre as sedes de concelho e as freguesias rurais; ➤ Elevados tempos médios gastos nas deslocações urbanas. ➤ Deficiente estruturação do sistema urbano sub-regional e insuficiente integração dos pólos urbanos numa lógica de rede multipolar.	➤ Promover a melhoria da mobilidade interurbana, e a estruturação do território regional e a qualificação dos espaços urbanos ordenando os fluxos através da construção de sistemas rodoviários variantes aos dos centros urbanos polarizadores do território do Tâmega permitindo a sua melhor integração e o incremento da mobilidade.	Tâmega 2015: Um sistema urbano estruturado com forte integração e mobilidade interna.
Projectos Estruturantes	➤ Circular Urbana (Lousada) ➤ Conclusão da Variante à cidade de Marco de Canaveses (Marco de Canaveses) ➤ Variante nordeste (Paços de Ferreira) ➤ Nova Ponte sobre o Rio Ferreira (Paredes) ➤ Requalificação da EN 15 – Gandra Paredes/ Campo Valongo (Paredes)	

4 ■ PLANO DE INVESTIMENTOS

4. PLANO DE INVESTIMENTOS

232. O Plano de Investimentos a contratualizar no âmbito do PTD-T engloba um total de 233 projectos, 2 dos quais de iniciativa intermunicipal e os restantes por iniciativa das autarquias, para um investimento total de 246.469.655,78 €, a que corresponde um co-financiamento FEDER 171.911.409,65 € (taxa média de 69,8%).
233. O Eixo Prioritário III concentra cerca de 77,4% do co-financiamento FEDER do Plano de Investimentos, seguindo-se-lhe o Eixo Prioritário IV, com 13,4%.

Quadro 3 - Projectos (nº), Investimento Total (€) e Co-Financiamento FEDER (€) por Eixo Prioritário

Eixo Prioritário	Investimento Total (€)	Co-Financiamento FEDER (€)
I. Competitividade, Inovação e Conhecimento	3.878.218,00	2.714.752,61
II. Valorização Económica de Recursos Específicos	13.713.236,45	9.599.265,51
III. Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	190.866.186,91	133.058.481,95
IV. Qualificação do Sistema Urbano	33.006.414,22	23.089.489,95
V. Governação e Capacitação Institucional	5.005.600,20	3.449.419,63
Total	246.469.655,78	171.911.409,65

234. O Objectivo Específico “Qualificação dos Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade” corresponde ao Eixo Prioritário III (77,4% do co-financiamento FEDER). Segue-se-lhe o Objectivo Específico “Promoção da Conectividade do Sistema Urbano Regional”, com 9,2%.

Quadro 4 - Projectos (nº), Investimento Total (€) e Co-Financiamento FEDER (€) por Objectivo Específico

Objectivo Específico	Investimento Total (€)	Co-Financiamento FEDER (€)
Promoção de Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial	3.878.218,00	2.714.752,61
Promoção da Economia Digital e da Sociedade do Conhecimento	0,00	0,00
Valorização de novos Territórios de Aglomeração de Actividades Económicas	13.713.236,45	9.599.265,51
Qualificação dos Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade	190.866.186,91	133.058.481,95
Promoção da Mobilidade Urbana	10.321.366,47	7.224.956,53
Promoção da Conectividade do Sistema Urbano Regional	22.685.047,75	15.864.533,42
Moder. do Gov. Electrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a Adm. Desconcentrada e Local	1.219.967,84	799.476,97
Promoção da Capacitação Institucional e de Desenvolvimento Regional e Local	3.785.632,36	2.649.942,65
Total	246.469.655,78	171.911.409,65

235. Por tipologia, a “Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo e Pré-escolar” apresenta os valores FEDER mais elevados (113.585.784,65 €), correspondendo a cerca de 66,1% do Plano de Investimentos apresentado. Reúne também o maior número de projectos (151). É igualmente a única tipologia de operação objecto de contratualização com propostas apresentadas por todos os municípios do Tâmega.
236. Visando suprir as carências diagnosticadas no Território do Tâmega, a tipologia “Ciclo Urbano da Água” tem um montante FEDER de 19.472.697,30 € (11,3% do total proposto), para um total de 19 projectos.

237. Com a excepção do Tipologia “Criação e Divulgação de Conteúdos e Serviços on-line”, são apresentados projectos que cobrem toda a grelha de tipologia/sub-tipologias de operação objecto de contratualização.

Quadro 5 – Projectos (nº), Investimento Total (€) e Co-Financiamento FEDER (€) por Tipologia/Sub-tipologia de Contratualização

Objectivo Específico	Investimento Total (€)	Co-Financiamento FEDER (€)
Áreas de Localização Empresarial	3.878.218,00	2.714.752,61
Criação e Divulgação de Conteúdos e Serviços on-line	0,00	0,00
Acções Integradas de Valorização Territorial	13.713.236,45	9.599.265,51
Ciclo Urbano da Água	27.953.853,28	19.472.697,30
Resíduos Sólidos	0,00	0,00
Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo e Pré-escolar	162.912.333,63	113.585.784,65
Variantes e Centros Urbanos	8.552.682,12	5.986.877,49
Planos de Mobilidade Urbana Sustentável		
Qualificação do Sistema de Transportes Públicos de Passageiros	1.768.684,35	1.238.079,04
Eliminação dos Pontos Negros		
Acções Piloto de Valorização Integrada da Rede e Sistemas de Transportes Colectivos em Meio Rural	22.685.047,75	15.864.533,42
Intervenções Estruturantes em Cais Fluviais e Vias Navegáveis		
Qualificação dos Níveis de Serviço de Rede de EENN e EEMM	1.219.967,84	799.476,97
Operações de Racionalização dos Modelos de Organização e Gestão da Administração Pública		
Operações no Domínio da Administração em Rede		
Balcões Multiserviços Móveis	3.785.632,36	2.649.942,65
Projectos/iniciativas Inovadoras e de Elevado Efeito Demonstrativo de Valorização Regional e Local		
Total	246.469.655,78	171.911.409,65

238. O investimento proposto concentra-se no primeiro triénio de execução do PTD-T (205.910.468,53 €, correspondendo a 83,5% do Plano de Investimentos), designadamente em 2009, com 93.020.745,59 € (37,7%).

Quadro 6 – Calendarização do Investimento Total (€) por Tipologia/Sub-tipologia de Contratualização

Objectivo Específico	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Áreas de Localização Empresarial	0,00	800.000,00	1.548.218,00	1.270.000,00	260.000,00	0,00
Criação e Divulgação de Conteúdos e Serviços on-line	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acções Integradas de Valorização Territorial	293.328,64	3.495.591,71	5.754.675,55	2.619.249,91	1.033.593,75	516.796,88
Ciclo Urbano da Água	3.171.459,65	13.660.850,10	8.572.049,03	2.363.336,77	186.157,73	0,00
Resíduos Sólidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo e Pré-escolar	24.925.270,31	59.087.780,41	54.087.438,31	17.768.337,31	5.033.707,31	2.009.800,00
Variantes e Centros Urbanos	52.200,00	3.382.754,13	3.003.442,28	1.057.142,86	1.057.142,86	0,00
Planos de Mobilidade Urbana Sustentável						
Qualificação do Sistema de Transportes Públicos de Passageiros	0,00	350.000,00	480.000,00	469.342,17	469.342,17	0,00
Eliminação dos Pontos Negros						
Acções Piloto de Valorização Integrada da Rede e Sistemas de Transportes Colectivos em Meio Rural	1.151.493,67	9.202.908,61	8.051.085,25	2.996.402,51	1.283.157,71	0,00
Intervenções Estruturantes em Cais Fluviais e Vias Navegáveis						
Qualificação dos Níveis de Serviço de Rede de EENN e EEMM						
Operações de Racionalização dos Modelos de Organização e Gestão da Administração Pública	133.886,67	740.456,63	345.624,55	0,00	0,00	0,00
Operações no Domínio da Administração em Rede						
Balcões Multiserviços Móveis	457.873,74	2.300.404,01	861.677,31	165.677,31	0,00	0,00
Projectos/iniciativas Inovadoras e de Elevado Efeito Demonstrativo de Valorização Regional e Local						
Total	30.185.512,67	93.020.745,59	82.704.210,26	28.709.488,84	9.323.101,53	2.526.596,88

-
239. Globalmente, uma análise da totalidade dos projectos permite verificar uma reflexão profunda em torno das reais carências e potencialidades da região.
240. Essa reflexão é concordante e coerente com a visão estratégica apresentada anteriormente e com as prioridades em que se devem centrar as políticas de desenvolvimento económico do Tâmega nos próximos anos no sentido de ultrapassar as debilidades com que se tem confrontado.
241. Os Projectos Estruturantes, organizados por objectivo estratégico do PTD-T, são apresentados seguidamente, indicando, para além das fontes e da calendarização do investimento, os objectivos e uma breve descrição das acções a desenvolver.
242. As metas de realização e de resultado são apresentadas no capítulo seguinte (Sistema de Monitorização), tendo por referência os indicadores constantes na ON.2.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1.

GARANTIR A UNIVERSALIDADE, CONTINUIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS NO TÂMEGA

Projecto Estruturante 1A

DESIGNAÇÃO	Redes de Abastecimento de Água e Saneamento Básico em Baixa (I)						
OBJECTIVO PTD	Garantir a Universalidade, Continuidade e Qualidade dos Serviços Ambientais no Tâmega						
PROMOTOR	CM Amarante					PRAZO DE EXECUÇÃO	24 Meses
OBJECTIVOS							
Cumprir as percentagens de cobertura definidas no PEAASAR 2007 - 2013.							
DESCRIÇÃO DO PROJECTO							
O projecto refere-se à quarta fase do abastecimento de água e drenagem de águas residuais às freguesias de Figueiró Santa Cristina; Figueiró Santiago; Freixo de Cima e Freixo de Baixo. Nesta fase, serão colocadas as redes de distribuição de água e saneamento nas quatro freguesias acima referidas em locais que ainda não tinham sido contemplados com infra-estruturas de saneamento básico nas anteriores empreitadas referentes às três fases anteriores, incidindo agora sobretudo na freguesia de Figueiró Santa Cristina.							
Prevê-se um acréscimo de 2.048 habitantes servidos por sistemas públicos de abastecimento de água intervencionados, a que correspondem 17,074 km de rede de abastecimento de água intervencionados e um acréscimo de 3.871 habitantes servidos por sistemas públicos de drenagem de águas residuais intervencionados, a que correspondem 30,927 km de rede de abastecimento de água intervencionados.							
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER	262.500,00	787.500,00					1.050.000,00
Comparticipação Nacional	112.500,00	337.500,00					450.000,00
Investimento Total	375.000,00	1.125.000,00					1.500.000,00

Projecto Estruturante 1B

DESIGNAÇÃO	Redes de Abastecimento de Água e Saneamento Básico em Baixa (II)						
OBJECTIVO PTD	Garantir a Universalidade, Continuidade e Qualidade dos Serviços Ambientais no Tâmega						
PROMOTOR	CM Amarante					PRAZO DE EXECUÇÃO	36 Meses
OBJECTIVOS							
Cumprir as percentagens de cobertura definidas no PEAASAR 2007 – 2013.							
DESCRIÇÃO DO PROJECTO							
O projecto refere-se às redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais às freguesias de Telões e Vila Garcia. Este projecto encontra-se subdividido em duas Bacias: a Bacia 1 drena para as ribeiras de Borba e de Santa Natália, abrangendo parte da freguesia de Telões e a quase totalidade da freguesia de Vila Garcia e a Bacia 2 drena para a Ribeira de Telões, abrangendo as partes restantes das freguesias em causa.							
Prevê-se um acréscimo de 3.612 habitantes servidos por sistemas públicos de abastecimento de água intervencionados, a que correspondem 52,394 km de rede de abastecimento de água intervencionados e um acréscimo de 6.643 habitantes servidos por sistemas públicos de drenagem de águas residuais intervencionados, a que correspondem 56,774 km de rede de abastecimento de água intervencionados.							
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER	531.479,51	1.974.066,74	531.479,51				3.037.025,75
Comparticipação Nacional	227.776,93	846.028,60	227.776,93				1.301.582,47
Investimento Total	759.256,44	2.820.095,34	759.256,44				4.338.608,22

Projecto Estruturante 1C

DESIGNAÇÃO	Redes de Abastecimento de Água e de Saneamento Básico à Freguesia de Tarouquela		
OBJECTIVO PTD	Garantir a Universalidade, Continuidade e Qualidade dos Serviços Ambientais no Tâmega		
PROMOTOR	CM Cinfães	PRAZO DE EXECUÇÃO	36 Meses

OBJECTIVOS

Este projecto enquadra-se num dos três principais objectivos estratégicos do PEAASAR 2007-2013 – “Universalidade, continuidade e qualidade do serviço”. Visa-se, com a sua implementação:

1. aumentar de forma integrada a percentagem de população do concelho de Cinfães servida com sistemas públicos de abastecimento de água e com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, em particular nestas freguesias onde a situação actual é profundamente sendo praticamente inexistente qualquer serviço de abastecimento público de água ou de saneamento de águas residuais;
2. atingir níveis adequados de qualidade dos serviços, adaptados à realidade local, mensuráveis pela conformidade dos indicadores de qualidade do serviço definidos pela entidade reguladora;
3. dar implementação às orientações do PEAASAR 2007-2013, relativas à definição das tarifas ao consumidor final, evoluindo para valores sustentáveis e compatíveis com a capacidade económica da população;
4. cumprir com os objectivos definidos no Plano Director para a criação dos sistemas municipais de baixa e abastecimento de água e de saneamento do Norte- Concelho de Cinfães.

DESCRIÇÃO DO PROJECTO

Integrado no Plano Geral de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Concelho, nesta fase pretende-se dar cobertura à freguesia de Tarouquela (limítrofe a Espadanedo), a poente do território, dirigindo a intervenção para o maior número possível de lugares.

Esta intervenção contempla a construção de 1 reservatório de água, de 23,242 km de rede de abastecimento de água, 1 ETAR compacta para tratamento de águas residuais e 20,218 km de rede de águas residuais.

Com este investimento, pretende-se garantir o abastecimento de água a 886 habitantes e o saneamento de águas residuais a 900 habitantes.

O tratamento em alta das águas residuais está assegurado por uma empresa Multi-Municipal (Slmdouro), enquanto a distribuição em alta da rede de abastecimento de água depende das Águas do Douro e Paiva (AD Paiva).

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER	33.500,00	475.700,19	475.700,19				984.900,38
Comparticipação Nacional	16.500,00	234.300,09	234.300,09				485.100,20
Investimento Total	50.000,00	710.000,29	710.000,28				1.470.000,57

Projecto Estruturante 1D

DESIGNAÇÃO	Redes de Abastecimento de Água e de Saneamento Básico à Freguesia de Espadanedo		
OBJECTIVO PTD	Garantir a Universalidade, Continuidade e Qualidade dos Serviços Ambientais no Tâmega		
PROMOTOR	CM Cinfães	PRAZO DE EXECUÇÃO	36 Meses

OBJECTIVOS

Este projecto enquadra-se num dos três principais objectivos estratégicos do PEAASAR 2007-2013 – “Universalidade, continuidade e qualidade do serviço”.

Visa-se com a sua implementação:

1. aumentar de forma integrada a percentagem de população do concelho de Cinfães servida com sistemas públicos de abastecimento de água e com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, em particular nestas freguesias onde a situação actual é profundamente sendo praticamente inexistente qualquer serviço de abastecimento público de água ou de saneamento de águas residuais;
2. atingir níveis adequados de qualidade dos serviços, adaptados à realidade local, mensuráveis pela conformidade dos indicadores de qualidade do serviço definidos pela entidade reguladora;
3. dar implementação às orientações do PEAASAR 2007-2013, relativas à definição das tarifas ao consumidor final, evoluindo para valores sustentáveis e compatíveis com a capacidade económica da população;
4. cumprir com os objectivos definidos no Plano Director para a criação dos sistemas municipais de baixa e abastecimento de água e de saneamento do Norte - Concelho de Cinfães.

DESCRIÇÃO DO PROJECTO

Integrado no Plano Geral de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Concelho, nesta fase pretende-se dar cobertura à freguesia de Espadanedo (limítrofe a Tarouquela), a poente do território, dirigindo a intervenção para o maior número possível de lugares.

Esta intervenção contempla a construção de 1 reservatório de água, de 23,242 km de rede de abastecimento de água, 1 ETAR compacta para tratamento de águas residuais e 17,759 km de rede de águas residuais.

Com este investimento, pretende-se garantir o abastecimento de água a 886 habitantes e o saneamento de águas residuais a 900 habitantes.

O tratamento em alta das águas residuais está assegurado por uma empresa Multi-Municipal (SImdouro), enquanto a distribuição em alta da rede de abastecimento de água depende das Águas do Douro e Paiva (AD Paiva).

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER		33.185,00	400.585,03	400.585,03			834.323,16
Comparticipação Nacional		16.815,00	202.978,37	202.978,37			422.803,64
Investimento Total		50.000,00	603.563,40	603.563,40			1.257.126,80

Projecto Estruturante 1E

DESIGNAÇÃO	Rede de Saneamento Básico em Baixa – 1ª Fase						
OBJECTIVO PTD	Garantir a Universalidade, Continuidade e Qualidade dos Serviços Ambientais no Tâmega						
PROMOTOR	CM Felgueiras					PRAZO DE EXECUÇÃO	24 Meses
OBJECTIVOS							
Aumentar a cobertura e a qualidade dos sistemas públicos de águas residuais, por forma a globalizar e elevar as taxas de atendimento ao nível do saneamento e atingir pelo menos a cota de 90 % da população do concelho de Felgueiras, conforme previsto no Plano Director de Águas Residuais. Com o aumento de cobertura de atendimento da rede de águas residuais, atinge-se entre outros, os seguintes objectivos primordiais: melhorar o uso eficiente da água e o controlo e prevenção da poluição; melhorar a qualidade de vida da população concelhia.							
DESCRIÇÃO DO PROJECTO							
O critério para a selecção das redes a construir, foi o de ficarem o mais rápido possível em carga, ligando ou a sistemas existentes e em funcionamento ou a sistemas cujos órgãos depuradores irão entrarem em funcionamento mais rápido possível. As redes irão drenar para as bacias dos sistemas previstos no PDM de águas residuais, nomeadamente: sistema da Bacia do Rio Vizela, onde se inclui a ETAR de Serzedo, Sistema da Bacia do Rio Sousa. Nesta Fase, não se prevê qualquer obra na bacia da Ribeira de Stª. Natália. Nesta fase irão ser construídas as seguintes redes, cuja designação no PDM de águas residuais estão designadas por “bacias”: Bacia 17, 39, 40, 41, 42, 43, 75 e 76, numa extensão 18,000 km, abrangendo as freguesias de Pombeiro de Riva Vizela, Margaride, Lagares e Sendim, servindo uma população global de 1.784 habitantes, aumentando - se em mais 3,12 % o nível de atendimento à população concelhia. Prevê-se a realização dos seguintes trabalhos, na construção das redes: abertura e fecho de valas, introdução de tubagens e respectivos acessórios, execução de caixas de vista, construção de estações elevatórias, pavimentações.							
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER	133.000	364.000					497.000
Comparticipação Nacional	57.000	156.000					213.000
Investimento Total	190.000	520.000					710.000

Projecto Estruturante 1F

DESIGNAÇÃO	Rede de Saneamento Básico em Baixa – 2ª Fase		
OBJECTIVO PTD	Garantir a Universalidade, Continuidade e Qualidade dos Serviços Ambientais no Tâmega		
PROMOTOR	CM Felgueiras	PRAZO DE EXECUÇÃO	24 Meses

OBJECTIVOS

Aumentar a cobertura e a qualidade dos sistemas públicos de águas residuais, por forma a globalizar e elevar as taxas de atendimento ao nível do saneamento e atingir pelo menos a cota de 90 % da população do concelho de Felgueiras, conforme previsto no Plano Director de Águas Residuais.

Com o aumento de cobertura de atendimento da rede de águas residuais, atinge-se entre outros, os seguintes objectivos primordiais: melhorar o uso eficiente da água e o controlo e prevenção da poluição; melhorar a qualidade de vida da população concelhia.

DESCRIÇÃO DO PROJECTO

O critério para a selecção das redes a construir, foi o de ficarem o mais rápido possível em carga, ligando ou a sistemas existentes e em funcionamento ou a sistemas cujos órgãos depuradores irão entrarem em funcionamento o mais rápido possível.

As redes irão drenar para as bacias dos sistemas previstos no PDM de águas residuais, nomeadamente: sistema da Bacia do Rio Vizela, onde se inclui a ETAR de Serzedo, Sistema da Bacia do Rio Sousa.

Nesta Fase não se prevê qualquer obra na bacia da Ribeira de Stª. Natália.

Nesta fase irão ser construídas as seguintes redes, cuja designação no PDM de águas residuais estão designadas por “bacias”: Bacia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 70, 72, 89, 92, 144, 145, 155 (parte), 156, 163 (parte), 201 (parte) e 202, numa extensão 55,270 km, abrangendo as freguesias de Jugueiros, Sendim, Vila Cova da Lixa, Moure, Caramos, Airões, Refontoura, Vila Verde, Torrados e Sousa, servindo uma população global de 6.446 habitantes, aumentando –se em mais 11,2% o nível de atendimento à população concelhia.

Construção de redes em baixa, com abertura e fecho de valas, introdução de tubagens e respectivos acessórios, execução de caixas de vista, construção de estações elevatórias, pavimentações.

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER		1.050.000,00	1.658.416,20				2.708.416,27
Comparticipação Nacional		450.000,00	710.749,90				1.160.749,90
Investimento Total		1.500.000,00	2.369.166,10				3.869.166,10

Projecto Estruturante 1G

DESIGNAÇÃO	Rede de Abastecimento de Água em Baixa – 2ª Fase		
OBJECTIVO PTD	Garantir a Universalidade, Continuidade e Qualidade dos Serviços Ambientais no Tâmega		
PROMOTOR	CM Felgueiras	PRAZO DE EXECUÇÃO	24 Meses

OBJECTIVOS

Aumentar a cobertura e a qualidade dos sistemas públicos de abastecimento de água, por forma a globalizar e elevar as taxas de atendimento ao nível do abastecimento de água e atingir pelo menos a cota de 95% da população do concelho de Felgueiras, conforme previsto no Plano Director de Abastecimento de água.

Com o aumento de cobertura de atendimento da rede de abastecimento de água, atinge-se entre outros, os seguintes objectivos primordiais: melhorar o uso eficiente da água e o controlo e prevenção da poluição; melhorar a qualidade de vida da população concelhia.

DESCRIÇÃO DO PROJECTO

Nesta fase, prevê-se construir e ampliar as redes existentes nos locais ainda não servidos.

Atendendo a que actualmente existem redes públicas de abastecimento de água em todas as freguesias do concelho, prevê-se neste projecto, estender as redes em todos os sistemas de distribuição existentes, nomeadamente: Sistema de Margaride – 23,00 km; Sistema da Lixa – 15,00 km; Sistema de Barrosas (Idães) – 3,00 km; Sistema de Airões – 3,00 km; Sistema de Penacova (Vizela) – 3,00 km.

O total da extensão da rede a construir é pois de 47,000 km, abrangendo todas as freguesias do concelho, indo servir uma população de 3.930 habitantes, aumentando-se em 6,8% o nível de atendimento à população concelhia.

Prevê-se a realização dos seguintes trabalhos, na execução da rede em baixa: abertura e fecho de valas, introdução de tubagens e respectivos acessórios, válvulas, construção de câmaras de perda de carga, bocas e marcos de incêndio, ventosas e pavimentações.

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER		700.000,00	290.171,70				990.171,70
Comparticipação Nacional		300.000,00	124.359,30				424.359,30
Investimento Total		1.000.000,00	414.531,00				1.414.531,00

Projecto Estruturante 1H

DESIGNAÇÃO	Rede de Abastecimento de Água e de Saneamento Básico		
OBJECTIVO PTD	Garantir a Universalidade, Continuidade e Qualidade dos Serviços Ambientais no Tâmega		
PROMOTOR	CM Lousada	PRAZO DE EXECUÇÃO	36 Meses

OBJECTIVOS

O presente projecto promove o desenvolvimento sustentável dos sistemas ambientais de nível local; promove a melhoria dos níveis de atendimento e qualidade em sistemas de Abastecimento Público e Água e Drenagem de águas residuais; contribui para o cumprimento do normativo comunitário e nacional, referente a águas residuais (directiva 91/271/CEE), qualidade de água (Directiva 75/440/CEE) e Directiva Quadro da Água; melhora as condições de qualidade de vida das populações locais dotando-as de infra-estruturas de drenagem de águas residuais e de abastecimento de água. A população passará a dispor de rede de drenagem de águas residuais. Insere-se no Plano de Drenagem de Águas Residuais e de Abastecimento de Água ao Concelho.

DESCRIÇÃO DO PROJECTO

Este projecto contempla obras de drenagem de águas residuais que irão servir parcialmente a freguesia de Casais, Cristelos e Nevogilde correspondendo no imediato a 3.028 habitantes e 4.567 habitantes no ano 2040.

Numa fase posterior, o projecto abrangerá outras freguesias, tendo em vista o cumprimento das metas definidas no PEASAR. Visa uma utilização integrada dos instrumentos de desenvolvimento regional, uma vez que as águas residuais serão conduzidas futuramente a um Interceptor a executar pela empresa "Águas do Ave, S.A." no âmbito do sistema Multimunicipal do Vale do Ave. Nesta fase, serão encaminhadas para uma ETAR compacta a instalar por aquela entidade.

Águas residuais: estima-se em cerca de 23,000 km de condutas a instalar, considerando no sistema a existência de elevatórias e respectivas condutas.

Abastecimento de Água: neste domínio, a rede de infra-estruturas a construir é bastante inferior, dado que a taxa de cobertura é já muito próxima dos 85%.

As redes de infra-estrutura em baixa serão geridas pela Câmara Municipal de Lousada, nos termos da actual gestão da rede pública de abastecimento de água e drenagem das águas residuais, prevendo-se um período de vida útil de 40 anos.

O tratamento em alta das águas residuais está assegurado pelas Águas do Ave, enquanto o funcionamento em alta da rede de abastecimento de água depende das Águas do Douro e Paiva.

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER	150.000,00	720.000,00	510.000,00				1.380.000,00
Comparticipação Nacional	100.000,00	480.000,00	340.000,00				920.000,00
Investimento Total	250.000,00	1.200.000,00	850.000,00				2.300.000,00

Projecto Estruturante 11

DESIGNAÇÃO	Rede de Saneamento Básico – Fase 1						
OBJECTIVO PTD	Garantir a Universalidade, Continuidade e Qualidade dos Serviços Ambientais no Tâmega						
PROMOTOR	CM Marco de Canaveses				PRAZO DE EXECUÇÃO	36 Meses	
OBJECTIVOS							
Este projecto enquadra-se num dos três principais objectivos estratégicos do PEAASAR 2007-2013 – “Universalidade, continuidade e qualidade do serviço”. Com a sua implementação, visa-se: 1. aumentar de forma substancial e integrada a percentagem de população do concelho do Marco de Canaveses servida com sistemas públicos de abastecimento de água e com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, em particular nestas freguesias onde a situação actual é profundamente sendo praticamente inexistente qualquer serviço de abastecimento público de água ou de saneamento de águas residuais; 2. atingir níveis adequados de qualidade dos serviços, adaptados à realidade local, mensuráveis pela conformidade dos indicadores de qualidade do serviço definidos pela entidade reguladora; 3. dar implementação às orientações do PEAASAR 2007-2013, relativas à definição das tarifas ao consumidor final, evoluindo para valores sustentáveis e compatíveis com a capacidade económica da população.							
DESCRIÇÃO DO PROJECTO							
Integrado no Plano Geral de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Concelho, nesta fase pretende-se dar cobertura à zona noroeste do território, dirigindo a intervenção para as Freguesias de Maureles e Vila Boa de Quires. Esta intervenção contempla a construção de 3 reservatórios de água, 1 estação elevatória, 21,000 km de rede de abastecimento de água, 4,300 km de condutas adutoras, 2 ETAR, 3 estações elevatórias de águas residuais, 0,350 km de condutas elevatórias de águas residuais, 17,700 km de rede de águas residuais. Com este investimento, pretende-se garantir o abastecimento de água a 3.321 pessoas e o saneamento de águas residuais a 3.027 pessoas, permitindo atingir níveis de cobertura da ordem de 85% em abastecimento de água e 75% em águas residuais.							
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER		526.500,00	526.500,00	897.000,00			1.950.000,00
Comparticipação Nacional		175.500,00	175.500,00	299.000,00			650.000,00
Investimento Total		702.000,00	702.000,00	1.196.000,00			2.600.000,00

Projecto Estruturante 1J

DESIGNAÇÃO	Rede de Abastecimento de Água e de Saneamento Básico						
OBJECTIVO PTD	Garantir a Universalidade, Continuidade e Qualidade dos Serviços Ambientais no Tâmega						
PROMOTOR	CM Paços de Ferreira					PRAZO DE EXECUÇÃO	24 Meses
OBJECTIVOS							
Aumentar a taxa de atendimento no abastecimento de água e na recolha de águas residuais, melhorar a qualidade de vida e melhorar os indicadores de saúde pública							
DESCRIÇÃO DO PROJECTO							
Construção de redes de abastecimento de água e recolha de águas residuais e construção de rede de emissários e colectores e de um reservatório.							
Prevê-se um acréscimo de 4.737 habitantes servidos por sistemas públicos de abastecimento de água intervencionados, a que correspondem 15,000 km de rede de abastecimento de água intervencionados e um acréscimo de 9.456 habitantes servidos por sistemas públicos de drenagem de águas residuais intervencionados, a que correspondem 15,000 km de rede de abastecimento de água intervencionados.							
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER		1.000.000,00	1.000.000,00				2.000.000,00
Comparticipação Nacional		425.000,00	425.000,00				850.000,00
Investimento Total		1.425.000,00	1.425.000,00				2.850.000,00

Projecto Estruturante 1L

DESIGNAÇÃO	Saneamento da Bacia do Cavalum						
OBJECTIVO PTD	Garantir a Universalidade, Continuidade e Qualidade dos Serviços Ambientais no Tâmega						
PROMOTOR	CM Penafiel					PRAZO DE EXECUÇÃO	24 Meses
OBJECTIVOS							
O objectivo deste Projecto é o aumento da área de cobertura da Rede Pública de Drenagem de Águas Residuais possibilitando servir um aglomerado populacional significativo contribuindo assim para acréscimo das infra-estruturas hidráulicas necessárias ao conforto e desenvolvimento socio-económico das populações abrangidas.							
DESCRIÇÃO DO PROJECTO							
O presente Projecto contempla a execução da Rede de Drenagem de Águas Residuais nas Freguesias de Duas Igrejas, Rans, Galegos, Guilhufe, Irivo, Paço de Sousa, Penafiel, Marecos, Milhundos e Urrô com uma extensão de 34.500 metros servindo uma população estimada de 7.650 habitantes.							
Neste estudo serão beneficiadas 10 freguesias, no entanto a distribuição da rede baseou-se nos aglomerados que se desenvolvem numa parte da Bacia Hidrográfica do Rio Cavalum, resultando em diferentes distribuições percentuais da rede a executar nas freguesias cobertas por este estudo.							
Na definição de zonas, ou arruamentos dentro de zonas, a beneficiar com estas infra-estruturas, atendeu-se à instalação da tubagem em áreas mais densamente povoadas que está de acordo com as boas normas técnicas de Engenharia Sanitária e Ambiental.							
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER	513.946,92	513946,92					1.027.893,84
Comparticipação Nacional	220.262,96	220.262,96					440.525,93
Investimento Total	734.209,88	734.209,88					1.468.419,77

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2.

INTENSIFICAR A COMPETITIVIDADE E A MODERNIDADE DO SECTOR INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DO TÂMEGA

Projecto Estruturante 2A

DESIGNAÇÃO	Ampliação do Parque Empresarial de Eiriz						
OBJECTIVO PTD	Intensificar a Competitividade e a Modernidade do Sector Industrial e Empresarial do Tâmega						
PROMOTOR	CM Baião					PRAZO DE EXECUÇÃO	36 Meses
OBJECTIVOS							
A implementação deste projecto compreende a requalificação e reconversão de uma área de acolhimento empresarial já existente, no sentido de elevar a qualidade das infra-estruturas, tendo por objectivo criar condições para o acolhimento de empresas da região, inseridas numa óptica de desenvolvimento empresarial regional. Será também ampliada a área de acolhimento para novos investidores, contribuindo para uma maior oferta de espaços qualificados de acolhimento empresarial, sendo sobretudo uma plataforma empresarial de apoio a toda a zona sul do território envolvido. Com a implementação deste projecto, prevê-se um aumento da procura desta área empresarial, por parte de empresas já implantadas no mercado, uma vez que estão aqui reunidas várias condições para o sucesso do projecto, entre as quais, oferta de mão-de-obra, acessibilidades melhoradas.							
DESCRIÇÃO DO PROJECTO							
O projecto consiste na requalificação de uma área de acolhimento já existente e ampliação/construção de mais 2.000 m² de área empresarial. Serão melhoradas as condições de natureza funcional de toda a área, que neste momento, alvo de procura por parte de vários investidores, não tem capacidade de resposta para os objectivos de quem procura Baião para se implantar. A própria mobilidade dentro da área existente está dificultada, uma vez que, a procura excedeu todas as previsões iniciais, tornando-se urgente uma ampliação da área de acolhimento, e de todas as infra-estruturas necessárias ao bom funcionamento daquele local.							
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER			112.000,00	112.000,00	56.000,00		280.000,00
Comparticipação Nacional			48.000,00	48.000,00	24.000,00		120.000,00
Investimento Total			160.000,00	160.000,00	80.000,00		400.000,00

Projecto Estruturante 2B

DESIGNAÇÃO	Parque Empresarial da Cruz da Carreira						
OBJECTIVO PTD	Intensificar a Competitividade e a Modernidade do Sector Industrial e Empresarial do Tâmega						
PROMOTOR	CM Castelo de Paiva				PRAZO DE EXECUÇÃO	36 Meses	
OBJECTIVOS							
A este investimento, estão inerentes como objectivos a criação de postos de trabalho e consequente diminuição da taxa de desemprego no Concelho (a mais elevada da região) fixação da população jovem em fim de ciclo escolar e a integração do concelho numa lógica de urbanidade. Tem também um papel de desenvolvimento e afirmação como espaço residencial articulado com a área metropolitana do Porto, tirando vantagens de uma posição geográfica relativa aos canais de escoamento (proximidade de portos fluviais e marítimo, vias de comunicação melhoradas e Aeroporto Sá Carneiro).							
DESCRIÇÃO DO PROJECTO							
O projecto de execução da Zona Industrial contempla a criação de lotes para instalação de unidades industriais e serviços dotados das necessárias vias de comunicação internas, em tapete betuminoso com transversais adequados, incluindo passeios e estacionamento e uma interligação com as respectivas vias de acesso.							
As vias internas para além do necessário movimento de terras serão dotadas de todas as infra-estruturas modernas existentes, nomeadamente: rede de saneamento, rede de águas pluviais, rede de iluminação pública, rede eléctrica, rede de telecomunicações e rede de abastecimento de água.							
Prevê-se a construção de 240.000 m ² de área empresarial.							
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER		280.000,00	439.752,60				719.752,61
Comparticipação Nacional		120.000,00	188.465,40				308.465,39
Investimento Total		400.000,00	628.218,00				1.028.218,00

Projecto Estruturante 2C

DESIGNAÇÃO	Pólo de Serviços e Armazéns de Crespos						
OBJECTIVO PTD	Intensificar a Competitividade e a Modernidade do Sector Industrial e Empresarial do Tâmega						
PROMOTOR	CM Celorico de Basto					PRAZO DE EXECUÇÃO	12 Meses
OBJECTIVOS							
O pólo de serviços e armazéns de Crespos fica localizado junto à actual Zona Industrial de Celorico de Basto e tem por objectivo permitir a construção de pavilhões destinados a actividades de comércio e serviço que necessitem de espaço de grandes dimensões.							
DESCRIÇÃO DO PROJECTO							
O pólo de serviços e armazéns de Crespos ocupa uma área total de 4 ha. O projecto de execução prevê a criação de um arruamento central, distribuindo-se os lotes de ambos os lados. Esta via estará dotada das infra-estruturas de abastecimento de água, águas residuais, electricidade, telecomunicações, abastecimento de gás e fibra óptica.							
Foi elaborado um Plano de Pormenor, tendo dado origem a um loteamento devidamente aprovado, o qual prevê 39 lotes de construção. É permitida a associação de lotes por forma a estabelecer unidades de maiores dimensões.							
Prevê-se a construção de 39.448,40 m ² de área empresarial.							
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER				525.000,00			525.000,00
Comparticipação Nacional				225.000,00			225.000,00
Investimento Total				750.000,00			750.000,00

Projecto Estruturante 2D

DESIGNAÇÃO	Zona de Acolhimento Empresarial		
OBJECTIVO PTD	Intensificar a Competitividade e a Modernidade do Sector Industrial e Empresarial do Tâmega		
PROMOTOR	CM Lousada	PRAZO DE EXECUÇÃO	24 Meses

OBJECTIVOS

A estratégia municipal neste projecto passa pela necessidade de construir mais e melhores condições para que se verifique uma maior expansão e implantação de unidades empresariais no concelho, dado que as existentes se caracterizam como:

- As mais antigas, como a Zona Industrial Ex- Estofex, não comporta mais empresas e encontra-se envolvida pelo “casco” urbano da Vila de Lousada;
- A zona industrial de Boim, que de uma forma acelerada tem permitido a instalação de muitas empresas, provocou também uma expansão para cima do aglomerado urbano, estando praticamente no limite das suas potencialidades;
- A recentemente construída Zona Industrial de Lustosa, que se encontra numa fase de alienação de lotes e cuja procura é bastante significativa, pelo que se revelará a muito curto prazo como insuficiente.

Assim, e para que se verifique a realocação de algumas instalações empresariais/industriais ainda existentes, bem como se criem as melhores condições para atrair potenciais interessados e desenvolver este sector de actividade económica, é fundamental o investimento proposto nesta área de forma a dinamizar e proporcionar aos empresários espaços apelativos e suficientemente atractivos para reforçar os níveis de empenhamento e competitividade necessários às empresas actuais.

DESCRIÇÃO DO PROJECTO

A dinamização e a construção da área empresarial possibilita um potencial de desenvolvimento e um conjunto de referencias que são fundamentais para a concretização do projecto e cujos objectivos estão em conformidade com os critérios definidos como Prioridades Estratégicas de Desenvolvimento da Região Norte, na medida em que se pretende:

- “melhorar a qualificação das pessoas, aumentar a sua empregabilidade e promover coesão local”;
- “promover os factores de competitividade regional e valorizar os sistemas produtivos territoriais”;
- “promover as condições para um ordenamento equilibrado e sustentável do território regional”.

A zona empresarial, caracteriza-se como tendo cerca de 6 ha e prevê a construção de arruamentos com infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento, electricidade, infra-estruturas de telefones e comunicação (cabos fibra óptica).

Serão construídas zonas de estacionamento e passeios, bem como espaços verdes de apoio, a equipamentos e outras instalações.

Prevê-se a criação de 55.000 m² de área infra-estruturada para acolhimento empresarial incluída em planos integrados.

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER		140.000,00	210.000,00				350.000,00
Comparticipação Nacional		60.000,00	90.000,00				150.000,00
Investimento Total		200.000,00	300.000,00				500.000,00

Projecto Estruturante 2E

DESIGNAÇÃO	Pólo 6 - Cidade Empresarial						
OBJECTIVO PTD	Intensificar a Competitividade e a Modernidade do Sector Industrial e Empresarial do Tâmega						
PROMOTOR	CM Paços de Ferreira					PRAZO DE EXECUÇÃO	24 Meses
OBJECTIVOS							
Infra-estruturação da Cidade Empresarial de Paços de Ferreira, em 5 pólos distintos; Criação de oferta de zonas de acolhimento empresarial devidamente infra-estruturadas Promover o reordenamento industrial no Concelho; Captar IDE industrial; Contribuir para a criação de postos de trabalho e de postos de trabalho qualificados.							
DESCRIÇÃO DO PROJECTO							
Construção das infra-estruturas previstas no Plano de Pormenor/Urbanização dos Pólo 2, 4, 5, 6 e 7 da Cidade Empresarial de Paços de Ferreira; construção de vias, espaço de circulação pedonal, espaços para equipamentos, infra-estruturas de abastecimento de água, drenagem de águas residuais, drenagem de águas pluviais, gás, telecomunicações, abastecimento de energia eléctrica, iluminação pública e fibra óptica. Prevê-se a construção de 179.655 m ² de área empresarial, envolvendo 3 entidades nas acções colectivas apoiadas.							
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER		350.000,00	350.000,00				700.000,00
Comparticipação Nacional		150.000,00	150.000,00				300.000,00
Investimento Total		500.000,00	500.000,00				1.000.000,00

Projecto Estruturante 2F

DESIGNAÇÃO	Parque Empresarial de Anreade						
OBJECTIVO PTD	Intensificar a Competitividade e a Modernidade do Sector Industrial e Empresarial do Tâmega						
PROMOTOR	CM Resende				PRAZO DE EXECUÇÃO	24 Meses	
OBJECTIVOS							
O município de Resende não dispõem ainda qualquer infra-estrutura desta natureza, o que facilmente se compreenderá tem originado graves constrangimentos de ordenamento do território e de disponibilização de infra-estruturas que reforcem a competitividade do sector industrial e empresarial. Com a construção desta infra-estrutura, pretende-se ordenar o sector industrial e empresarial local, disponibilizando uma infra-estrutura dotada das condições essenciais à preservação do ambiente, ao ordenamento do território, à criação de condições de competitividade e modernidade.							
DESCRIÇÃO DO PROJECTO							
O projecto consiste na criação de um Parque Empresarial, que valoriza as questões de enquadramento urbanístico, salvaguarda o meio ambiente e possui as infra-estruturas adequadas a este tipo de investimento. O Parque Empresarial é dotado de infra-estruturas de rede viária e de circulação adequadas às necessidades, é constituído por 12 lotes destinados ao sector industrial/empresarial, 1 lote para comércio/serviços, 1 lote para equipamento e espaço destinado à construção de ETAR. A área global do Parque Empresarial é de 24.930,50 m² sendo que estes se dividem em: ➤ Lotes industriais/empresariais - 9.404,00 m² ➤ Lote de equipamento - 3.712,00 m² ➤ ETAR - 756,00 m² ➤ Verde Público - 3.492,50 m² ➤ Espaço Público - 7.566,00 m²							
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER		140.000,00	70.000,00				210.000,00
Comparticipação Nacional		60.000,00	30.000,00				90.000,00
Investimento Total		200.000,00	100.000,00				300.000,00

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 3.

POSICIONAR O TÂMEGA COMO UM TERRITÓRIO ATRACTIVO NO MOSAICO TURÍSTICO DO NORTE DE PORTUGAL

Projecto Estruturante 3A

DESIGNAÇÃO	Ecopista da Linha do Tâmega		
OBJECTIVO PTD	Posicionar o Tâmega como um Território Atractivo no Mosaico Turístico do Norte de Portugal		
PROMOTORES	CM Celorico de Basto/CM Amarante	PRAZO DE EXECUÇÃO	48 Meses

OBJECTIVOS

Construção da Ecopista do Tâmega, ligando o centro de Celorico de Basto à cidade de Amarante, com a extensão de aproximadamente 25 km. A Ecopista inclui o espaço canal desactivado da linha, o qual será transformado num percurso ciclável e pedonal. Serão recuperadas as estações e apeadeiros ao longo do percurso (Celorico, Lourido e Codessoso, no concelho de Celorico de Basto e Amarante, Gatão e Chapa, no concelho de Amarante), cuja intervenção tem como principal objectivo o seu aproveitamento e recuperação como equipamento de uso da futura Ecopista.

Sendo estas estações/apeadeiros dotados das suas próprias características, é objectivo da intervenção a recuperação da memória pública das estações, transformando o espaço em núcleo interpretativo, permitindo a "leitura" do seu antigo uso, mas também funcionando como espaço de promoção da história local e dos seus produtos tradicionais. É proposto preservar e manter a imagem das velhas estações, preservando os materiais, recuperando os azulejos e cantarias. Em alguns dos espaços edificados é proposto serem transformados para alojamento turístico ou aproveitados para simples dormidas e descanso.

A Ecopista será importante como estrutura que vai permitir que "as caminhadas" sejam efectuadas em segurança, dos locais e dos visitantes. O percurso é muito apelativo, dado que fica localizado na vertente do Tâmega, visível na maioria do seu percurso.

DESCRIÇÃO DO PROJECTO

A designação de Ecopista corresponde a um conceito recentemente introduzido em Portugal mas já desenvolvido noutros países europeus, onde é denominado por "corredor verde" ou "via verde", que consiste no aproveitamento das plataformas ferroviárias desactivadas (a linha do Tâmega foi encerrada no ano de 1990 no troço Amarante/Arco de Baúlhe) para criação de vias destinadas a trânsito não motorizado, para fins de lazer e também para satisfazer necessidades diárias de deslocação. A Ecopista distingue-se de outros percursos para peões e ciclistas por ser uma estrutura praticamente ininterrupta e totalmente autónoma das vias rodoviárias, facilmente reconhecível pelas características uniformizadas do seu traçado e por uma sinalética adequada. A área de intervenção é abrangida pela plataforma da via férrea, das estações e apeadeiros, incluindo edifícios e espaços exteriores. Nos edifícios das estações, é proposto instalar centros interpretativos com leitura da história da linha/estação, núcleo museológico da aldeia, posto de venda de produtos locais e pequenas estruturas de alojamento para grupos de pessoas utentes da Ecopista.

O traçado em planta proposto para a Ecopista decalca o do traçado do canal ferroviário em que se insere. O perfil transversal beneficiará de uma largura de 3,5 metros, que serão pavimentados num betuminoso colorido em tons "terra" justificado pelas características de conforto e polivalência que um piso destes confere, através do baixo atrito ao rolamento. A sinalética, mobiliário urbano, tipo de piso e demais soluções propostas foram efectuadas em articulação com a solução proposta para o troço no concelho de Amarante, sendo a mesma equipa projectista a elaborar os dois projectos.

Prevê-se a criação de 25,000 km de Ecopista.

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER	169.600,88	678.403,52	1.898.004,40	1.109.959,31			3.855.968,10
Comparticipação Nacional	72.686,09	290.744,36	813.430,46	475.696,85			1.652.557,76
Investimento Total	242.286,97	969.147,88	2.711.434,85	1.585.656,16			5.508.525,86

Projecto Estruturante 3B

DESIGNAÇÃO	Conservação, Valorização e Salvaguarda dos Monumentos Românicos do Tâmega						
OBJECTIVO PTD	Posicionar o Tâmega como um Território Atractivo no Mosaico Turístico do Norte de Portugal						
PROMOTOR	VALSOUSA Comunidade Urbana do Vale do Sousa				PRAZO DE EXECUÇÃO	72 Meses	
OBJECTIVOS							
Este projecto visa a conservação e salvaguarda do Património construído, bem como a valorização das envolventes, em paralelo com a criação de condições de visitabilidade dos imóveis românicos e a implementação de itinerários de visita. O objectivo central tem como base o desenvolvimento regional e local do Tâmega estruturado na valorização cultural e na promoção turística da região.							
DESCRIÇÃO DO PROJECTO							
Do valioso património construído do Tâmega destaca-se, pela sua importância, o conjunto de edifícios românicos que constitui não só um vestígio fundamental de uma memória colectiva, como também um pólo de atracção turística que convém divulgar e promover. Assim sendo, pretende-se que o PTD Tâmega promova a beneficiação, conservação, salvaguarda e valorização do Património mais significativo da arte românica do Tâmega. As intervenções efectuar-se-ão nos edifícios/monumentos propriamente ditos, nas áreas envolventes, nos acessos e na sua integração paisagística. São também contempladas as despesas com estudos, projectos e pesquisas de apoio necessários ao bom andamento das intervenções. Prevê-se a realização de 40 estudos e projectos para a intervenção física para a conservação, valorização e salvaguarda dos monumentos românicos do Tâmega; 16 intervenções físicas para a conservação, valorização e salvaguarda dos monumentos românicos do Tâmega; 4 estudos e projectos para a salvaguarda e valorização das envolventes aos monumentos do Tâmega e 4 intervenções físicas para a salvaguarda e valorização das envolventes aos monumentos do Tâmega.							
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER	35.729,17	504.674,48	866.432,29	723.515,63	723.515,63	361.757,81	3.215.625,01
Comparticipação Nacional	15.312,50	216.289,06	371.328,13	310.078,13	310.078,13	155.039,06	1.378.125,00
Investimento Total	51.041,67	720.963,54	1.237.760,42	1.033.593,75	1.033.593,75	516.796,88	4.593.750,01

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 4.

ESTRUTURAR AS ACESSIBILIDADES REGIONAIS FORTALECENDO A COMPETITIVIDADE DAS CIDADES DO TÂMEGA

Projecto Estruturante 4A

DESIGNAÇÃO	Circular Urbana						
OBJECTIVO PTD	Estruturar as Acessibilidades Regionais Fortalecendo a Competitividade das Cidades						
PROMOTOR	CM Lousada					PRAZO DE EXECUÇÃO	24 Meses
OBJECTIVOS							
Com a construção da circular urbana, pretende-se melhorar a mobilidade e acessibilidade urbana à circulação das pessoas e bens, libertando a actual EN 106-1 do trânsito congestionado, reforçando as condições de circulação, sem deixar de qualificar e melhorar a sua envolvente.Simultaneamente, permitirá melhorar e organizar a mobilidade económica regional e local, e incrementar mais qualidade em oferta de infra-estruturas. Possibilitará ainda uma maior rapidez e segurança no acesso aos principais eixos estruturantes do concelho, nomeadamente a A11 e A42.							
DESCRIÇÃO DO PROJECTO							
A extensão da variante nesta fase é de aproximadamente 1,300 km, e refere-se aos troços entre a Escola de Cristelos e a EN207, e entre esta e a via de ligação ao Nó de acesso da A11 e A42. Prevê-se, assim, a construção de três rotundas, duas na EN 207, distanciado entre si cerca de 180 m e outra na ligação à Rua Joaquim Burmester. Terrapalanagens: está previsto o respectivo movimento de terras sendo necessário proceder ao transporte de vazadouro (sobretudo de terra preta) e aquisição de terras de empréstimo de boa qualidade. Águas pluviais: a rede de águas pluviais a construir será em toda a via. Rede de abastecimento de água: será assente em vala aberta para o efeito, com solos seleccionados e devidamente compactados. Serão construídas bocas-de-incêndio, com os respectivos ramais. Rede de drenagem de águas residuais: construção de um colector de saneamento de 250 mm de diâmetro ao longo do arruamento em toda a extensão da via, constituído por caixas de visita e caixas laterais para ligação de ramais. Iluminação pública: a rede de iluminação pública com uma extensão de 1.300 m, é composta por cerca de 65 colunas metálicas de enterrar, com 10 m de altura e braço duplo e aplicação de lâmpadas de vapor de sódio. Será instalado no separador central e nos passeios, contornando as rotundas. Execução de pavimentação e passeios: a pavimentação será em tapete betuminoso, devidamente assente sobre camada de base. Os passeios serão em betonilha esquartelada. Pintura e Sinalização: todos os pavimentos serão devidamente pintados e sinalizados em conformidade com as normas em vigor. O Projecto prevê a redução de sinistralidade em pontos de acumulação de acidentes intervencionados na rede viária em 4% e uma operação de tratamento de pontos negros rodoviários.							
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER		350.000,00	350.000,00				700.000,00
Comparticipação Nacional		150.000,00	150.000,00				300.000,00
Investimento Total		500.000,00	500.000,00				1.000.000,00

Projecto Estruturante 4B

DESIGNAÇÃO	Conclusão da Variante à Cidade do Marco de Canaveses		
OBJECTIVO PTD	Estruturar as Acessibilidades Regionais Fortalecendo a Competitividade das Cidades		
PROMOTOR	CM Marco de Canaveses	PRAZO DE EXECUÇÃO	36 Meses

OBJECTIVOS

Este projecto enquadra-se nos três principais objectivos estratégicos do QREN. Com a sua implementação, visa-se:

1. Ao nível da melhoria da **mobilidade, acessibilidades e transportes regionais**: a conclusão dum eixo estruturante e a melhoria da acessibilidade intra-regional, através da melhoria da conectividade entre as estradas nacionais, regionais e municipais, promovendo acessos mais rápidos e seguros às auto-estradas A4, A7 e A11;
2. Ao nível da melhoria a **mobilidade urbana e o descongestionamento das cidades**: melhorar a acessibilidade urbana, a qualidade de vida dos seus habitantes e a competitividade do espaço cidade;
3. Ao nível da melhoria da **conectividade interna e externa e da qualificação, ordenamento e do território**: reforçar a intermodalidade entre o transporte rodoviário e o ferroviário; reforçar a hierarquização do sistema urbano; promover o território num contexto de competitividade, melhorando a sua capacidade para atrair novas actividades; reduzir a sinistralidade rodoviária.

DESCRIÇÃO DO PROJECTO

A cidade do Marco desenvolveu-se ao longo dos anos em torno da confluência da EN210 e EN211, tendo visto as suas acessibilidades melhoradas quando, na década passada, foi construída a variante à EN 211. Esta obra, permitiu uma melhor ligação da cidade à Auto-estrada Porto-Amarante (A4) e constitui o primeiro troço duma variante à cidade, a qual nunca foi concluída.

Com o projecto que agora se apresenta, pretende-se construir a variante sul, ligando a Av. dos Bombeiros Voluntários à zona da Estação de Caminhos de Ferro, concluindo o "fecho" do anel rodoviário que circundará a cidade do Marco e que permitirá estruturar um plano de circulação que contemple o desvio do trânsito pesado de dentro da cidade, bem como do tráfego ligeiro de simples atravessamento e um melhor acesso à zona ferroviária.

Esta via permitirá, também, o estabelecimento de ligações à malha interior de arruamentos urbanos em diferentes pontos da cidade, evitando a concentração em pontos de estrangulamento do actual sistema viário e criando uma nova via de penetração na cidade. Um estudo de tráfego realizado em 2007 identifica que entre 25% a 35% dos veículos que circulam no interior da cidade apenas o fazem por necessidade de atravessamento, por falta de alternativas que evitem o centro.

Por outro lado, importa referir que esta obra, ao "fechar" a variante e facilitar o acesso à zona da Estação de Caminhos de Ferro, vai constituir um vector importante na futura estruturação desta zona para onde está prevista a construção duma Escola Básica Integrada, a construção da Central de Transportes (intermodal rodo-ferroviária) e a instalação do Centro Cultural da Casa dos Arcos.

Com esta obra estabelece-se, ainda, uma ligação estruturante da zona ferroviária à actual Zona Industrial de Tuias. Prevê a criação de 2,500 km de estrada e três operações de tratamento de pontos negros rodoviários.

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER			370.000,00	740.000,00	740.000,00		1.850.000,00
Comparticipação Nacional			158.571,43	317.142,86	317.142,86		792.857,14
Investimento Total			528.571,43	1.057.142,86	1.057.142,86		2.642.857,14

Projecto Estruturante 4C

DESIGNAÇÃO	Variante Nordeste						
OBJECTIVO PTD	Estruturar as Acessibilidades Regionais Fortalecendo a Competitividade das Cidades						
PROMOTOR	CM Paços de Ferreira				PRAZO DE EXECUÇÃO	36 Meses	
OBJECTIVOS							
Construção de Variante a Nordeste do Concelho, de ligação da Variante Leste à Variante Norte, pelas freguesias de Lamoso, Codessos, Sanfins e Eiriz; conclusão do Anel Circular Externo; Criação de acesso rápido de todas as freguesias à A42 e promover a coesão territorial e o desenvolvimento sustentado de todo o território.							
DESCRIÇÃO DO PROJECTO							
Elaboração dos projectos de execução da Variante Nordeste; Construção de via com perfil de variante, designada Variante Nordeste, de ligação entre as Variantes Norte e Leste; Conclusão do Anel Circular Externo ao Concelho. Prevê a criação de 3,000 km de estrada e duas operações de tratamento de pontos negros rodoviários.							
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER	333.333,38	333.333,38	333.333,38				1.000.000,00
Comparticipação Nacional	149.999,92	149.999,92	149.999,92				450.000,00
Investimento Total	483.333,33	483.333,33	483.333,33				1.450.000,00

Projecto Estruturante 4D

DESIGNAÇÃO	Requalificação da EN15 – Gandra/Paredes – Campo/Valongo						
OBJECTIVO PTD	Estruturar as Acessibilidades Regionais Fortalecendo a Competitividade das Cidades						
PROMOTOR	CM Paredes					PRAZO DE EXECUÇÃO	24 Meses
OBJECTIVOS							
A Requalificação da EN15 tem como objectivos: acessibilidade aos equipamentos públicos; acentuar o carácter de centralidade; favorecer as condições de trânsito pedonal eliminando barreiras arquitectónicas e fomentando os transportes colectivos; diminuição de poluição ambiente, sonora e visual, criando duas faixas de rodagem alternativas - uma faixa de cada lado da plataforma.							
DESCRIÇÃO DO PROJECTO							
O presente projecto vai englobar os seguintes trabalhos: ➤ Movimento de terras para cotas de projecto, implementação de duas rotundas; ➤ Execução da rede de drenagem de águas pluviais; rede de iluminação, sinalização horizontal e vertical; ➤ Pavimentação das faixas de rodagem a betão betuminosos (EN15) e a cubos de granito 11x11x11 (faixas laterais); ➤ Pavimentação de passeios a cubos de granito 5x5x5. Prevê a criação de 1,300 km de estrada e duas operações de tratamento de pontos negros rodoviários.							
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER		918.750,00	306.250,00				1.225.000,00
Comparticipação Nacional		393.750,00	131.250,00				525.000,00
Investimento Total		1.312.500,00	437.500,00				1.750.000,00

Projecto Estruturante 4E

DESIGNAÇÃO	Nova Ponte sobre o Rio Ferreira						
OBJECTIVO PTD	Estruturar as Acessibilidades Regionais Fortalecendo a Competitividade das Cidades						
PROMOTOR	CM Paredes				PRAZO DE EXECUÇÃO	24 Meses	
OBJECTIVOS							
Encurtar a distância entre as Cidades de Lordelo e Rebordosa, diminuindo assim o tráfego pela actual ponte.							
DESCRIÇÃO DO PROJECTO							
O projecto vai englobar os seguintes trabalhos: movimento de terras para estabelecimento das quotas de projecto, construção de drenagem de águas pluviais, execução de rede de fibra óptica, execução da rede de telecomunicações, pavimentação da faixa de rodagem em betuminoso, iluminação pública, passeios pedonais, construção da sinalização do trânsito, construção da Obra de Arte (Ponte). Prevê a criação de 0,190 km de estrada e duas operações de tratamento de pontos negros rodoviários.							
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (€)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Co-financiamento FEDER		1.312.500,00	437.500,00				1.750.000,00
Comparticipação Nacional		562.500,00	187.500,00				750.000,00
Investimento Total		1.875.000,00	625.000,00				2.500.000,00

5. ■ PLANO DE MONITORIZAÇÃO

5. PLANO DE MONITORIZAÇÃO

243. O Plano de Monitorização tem como principais objectivos o acompanhamento da implementação dos projectos previstos no PTD-T e a avaliação evolutiva da concretização dos objectivos estratégicos definidos, designadamente:
- Objectivo Estratégico 1. Garantir a universalidade, continuidade e qualidade dos serviços ambientais no Tâmega;
 - Objectivo Estratégico 2. Intensificar a competitividade e a modernidade do sector industrial e empresarial do Tâmega;
 - Objectivo Estratégico 3. Posicionar o Tâmega como um território atractivo no mosaico turístico do Norte de Portugal;
 - Objectivo Estratégico 4. Estruturar as acessibilidades regionais fortalecendo a competitividade das cidades do Tâmega.
244. O Plano de Monitorização prevê a constituição de uma Comissão de Acompanhamento na estrutura de gestão do PTD-T, cuja composição integrará os Presidentes das doze Câmaras Municipais associadas - que elegerão o seu Presidente de entre eles -, um representante do Programa Operacional Regional ON.2 e, eventualmente, outros representantes de entidades regionais e locais considerados pertinentes. Terá como missão acompanhar e monitorar o desenvolvimento do PTD-T, fazendo sugestões e propondo orientações com vista à prossecução dos seus objectivos, devendo reunir-se pelo menos uma vez no final de cada ano civil.
245. Para além disso e aproveitando a capacidade instalada em termos das TIC, será implementado um sistema de informação que estará configurado e articulado com o sistema de informação do ON.2, possibilitando a monitorização da execução física e financeira do PTD-T, assim como a verificação do cumprimento dos indicadores e metas de realização das diversas operações e do programa como um todo.
246. A execução do Plano de Monitorização, nos moldes em que está equacionada, permite acompanhar e avaliar regularmente o desempenho do PTD-T, possibilitando monitorar os projectos em curso e garantir a tangibilidade dos objectivos traçados. Neste quadro, a sua grande valia radica na possibilidade de detectar eventuais disfunções (residuais, inesperadas, acidentais...), tornado possível, em tempo útil, estudar, avaliar e adoptar as melhores medidas/acções para corrigir ou, preferencialmente, eliminar as anomalias detectadas.
247. O acompanhamento da evolução dos vários indicadores associados aos investimentos ao longo de todo o período de execução permitirá assegurar a manutenção das condições adequadas à realização dos projectos em curso.
248. O Plano de Monitorização abrange os Eixos e Tipologias de projecto a contratualizar no âmbito do PTD-T. Para cada uma das tipologias a contratualizar é possível definir um quadro de indicadores, com metas quantificadas para o horizonte do Plano (2013). Essas metas, indicadas nos quadros seguintes, são confrontadas com as metas definidas pela ON.2 para os horizontes 2010 e 2015.

EIXO PRIORITÁRIO	OBJECTIVO ESPECÍFICO	TIPOLOGIA/SUB-TIPOLOGIA A CONTRATUALIZAR	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	METAS		
				PTD TÂMEGA 08-13	ON.2 2010	ON.2 2015
I. Competitividade, Inovação e Conhecimento	Promoção de Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial	Áreas de Localização Empresarial	Área infra-estruturada para acolhimento empresarial incluída em planos integrados (ha)	5,5	11,5	35,0
			Infra-estruturas de apoio à actividade económica construídas (n.º)	1	novo	novo
	Promoção da Economia Digital e da Sociedade do Conhecimento	Criação e Divulgação de Conteúdos e Serviços online	Acções colectivas de desenvolvimento empresarial apoiadas (n.º)	8	10	35
II. Valorização Económica de Recursos Específicos	Valorização de novos Territórios de Aglomeração de Actividades Económicas	Acções Integradas de Valorização Territorial	Área infra-estruturada para acolhimento empresarial incluída em planos integrados (ha)	-	20	60
			Vias pedonais criadas/reabilitadas (m)	8.000	novo	novo
			Infra-estruturas de apoio à actividade económica construídas (n.º)	7	novo	novo
			Ciclovias criadas/reabilitadas (km)	28	novo	novo
			Rede de abastecimento de água construída (km)	282,8	400	600
III. Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	Qualificação dos Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade	Ciclo Urbano da Água	Rede de drenagem de águas residuais construída (km)	299,2	440	1.100
		Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo e Pré-escolar	Centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico remodelados/ampliados (n.º)	111	112	223
			Jardins-de-infância construídos/ampliados/adaptados (n.º)	21	novo	novo
			Escolas do 1º ciclo do ensino básico construídas (n.º)	3	novo	novo
			Escolas do 1º ciclo do ensino básico remodeladas/ampliadas (n.º)	8	novo	novo
IV. Qualificação do Sistema Urbano	Promoção da Mobilidade Urbana	Variantes e centros urbanos				
		Planos de Mobilidade Urbana Sustentável	Operações de tratamento de pontos negros de segurança rodoviária (n.º)	18	22	76
		Qualificação do Sistema de Transportes Públicos de Passageiros				
		Eliminação dos pontos negros				
	Promoção da Conectividade do Sistema Urbano Regional	Acções piloto de valorização integrada da rede e sistemas de transportes colectivos em meio rural				
		Intervenções Estruturantes em Cais Fluviais e Vias Navegáveis	Rede viária municipal beneficiada (km)	82,375	50	190
			Rede viária municipal construída (km)	9,14		
V. Governação e Capacitação Institucional	Modernização do Governo Electrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a Administração Desconcentrada e Local		Rede viária regional beneficiada (km)	24,9		
		Qualificação dos níveis de serviço de rede de EENN e EEMM	Arruamentos remodelados/ampliados (km)	1		
	Promoção da Capacitação Institucional e de Desenvolvimento Regional e Local	Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública				
		Operações no domínio da administração em rede	Lojas do cidadão/centros multi-serviços apoiados (n.º)	4	25	61
		Projectos/iniciativas inovadoras e de elevado efeito demonstrativo de valorização regional e local	Projectos de reforço de dinâmicas de desenvolvimento entre conjuntos urbanos (n.º)	1	90	270

EIXO PRIORITÁRIO	OBJECTIVO ESPECÍFICO	TIPOLOGIA/SUB-TIPOLOGIA A CONTRATUALIZAR	INDICADORES DE RESULTADO	METAS		
				PTD TÂMEGA 08-13	ON.2 2010	ON.2 2015
I. Competitividade, Inovação e Conhecimento	Promoção de Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial	Áreas de Localização Empresarial	Área infraestruturada para acolhimento empresarial construídas (m ²)	489.759	novo	novo
			Entidades envolvidas nas acções colectivas apoiadas (n.º)	4	20	105
	Promoção da Economia Digital e da Sociedade do Conhecimento	Criação e Divulgação de Conteúdos e Serviços online		-	100	300
II. Valorização Económica de Recursos Específicos	Valorização de novos Territórios de Aglomeração de Actividades Económicas	Acções Integradas de Valorização Territorial	Área verde criada (m ²)	60.800	novo	novo
			Área infraestruturada para acolhimento empresarial construídas (m ²)	10.000	novo	novo
			Expositores (n.º)	2		
III. Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	Qualificação dos Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade	Ciclo Urbano da Água	Acréscimo da população residente servida por sistemas públicos de abastecimento de água intervencionados (n.º)	56.792	385.000	550.000
			Acréscimo da população residente servida por sistemas públicos de drenagem de águas residuais intervencionados (n.º)	70.693	520.000	1.300.000
		Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo e Pré-escolar	Alunos abrangidos pela remodelação/ampliação de centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico (nº)	33.194	22.100	44.200
IV. Qualificação do Sistema Urbano	Promoção da Mobilidade Urbana	Variantes e centros urbanos	Redução da sinistralidade em pontos de acumulação de acidentes intervencionados na rede viária (%)	-	30	30
		Planos de Mobilidade Urbana Sustentável				
		Qualificação do Sistema de Transportes Públicos de Passageiros	Passageiros por dia nos interfaces apoiados (n.º)	1.185	15.000	50.000
		Eliminação dos pontos negros				
	Promoção da Conectividade do Sistema Urbano Regional	Acções piloto de valorização integrada da rede e sistemas de transportes colectivos em meio rural				
		Intervenções Estruturantes em Cais Fluviais e Vias Navegáveis				
V. Governação e Capacitação Institucional	Modernização do Governo Electrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a Administração Desconcentrada e Local	Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública	População servida pelas lojas de cidadão/centros multi-serviços apoiados (hab)	77.000	650.000	2.400.000
		Operações no domínio da administração em rede				
	Promoção da Capacitação Institucional e de Desenvolvimento Regional e Local	Projectos/iniciativas inovadoras e de elevado efeito demonstrativo de valorização regional e local	Instituições envolvidas nos projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional e local (n.º)	135	350	1.000

6 ■ ESTRUTURA DE GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO

6. ESTRUTURA DE GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO

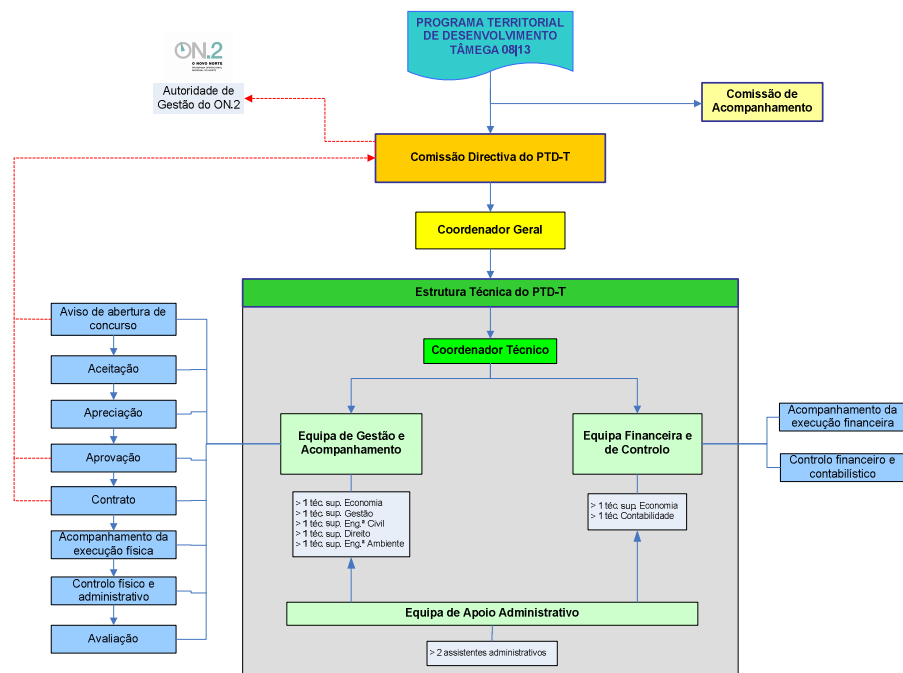
249. Para efeitos da gestão e implementação do PTD-T, será constituída uma Estrutura de Gestão, a quem serão acometidas as competências delegadas no âmbito da contratualização efectuada com a Autoridade de Gestão do ON.2, nomeadamente:

- a) Aprovar as candidaturas a financiamento pelo PTD-T que, reunindo condições de aceitabilidade, tenham mérito adequado a receber apoio financeiro, bem como revogar as decisões de financiamento nos casos de incumprimento dos contratos;
- b) Apreciar a aceitabilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo PTD-T, assegurando designadamente que as operações são seleccionadas em conformidade com os critérios aplicáveis ao PTD-T;
- c) Assegurar que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
- d) Assegurar a organização dos processos de candidatura de operações ao financiamento pelo PTD-T;
- e) Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, dos auxílios estatais, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- f) Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento e dos termos de aceitação das operações apoiadas com decisão de concessão do financiamento e respeito pelos normativos aplicáveis;

- g) Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
- h) Verificar a elegibilidade das despesas, identificando e justificando a natureza e o montante das despesas elegíveis e não elegíveis previstas nas candidaturas;
- i) Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificação de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;
- j) Assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- k) Celebrar contratos de financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos.

250. Tendo em vista a operacionalização do programa objecto da contratualização, e aproveitando os recursos humanos existentes nas actuais entidades associativas, foi definido o seguinte organograma:

Figura 66 – Estrutura de Gestão e de Implementação – Organograma



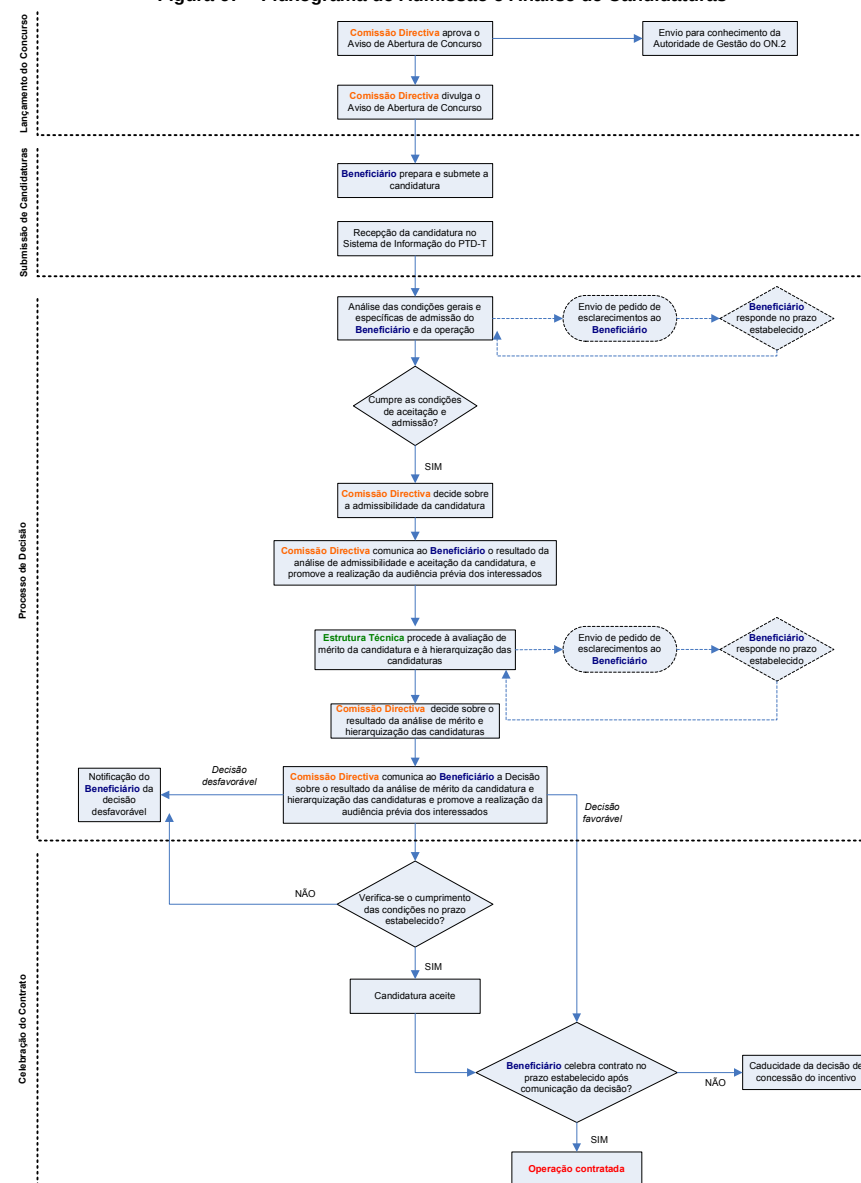
251. De acordo com a estrutura definida, existe uma Comissão Directiva, composta pelo Presidente da CIM e quatro presidentes de Câmara

Municipal dos municípios associados, que será o órgão de governação do programa.

252. Para apoio técnico ao desenvolvimento das competências da Comissão Directiva, existirá uma Estrutura Técnica que terá as funções de gestão e acompanhamento das operações e globalmente do programa, sendo constituído por diversas unidades operacionais, a saber: Equipa de Gestão e Acompanhamento (EGA), Equipa Financeira e de Controlo (EFC) e Equipa de Apoio Administrativo (EAA). Estas equipas serão dotadas dos recursos humanos e técnicos considerados pertinentes para o exercício das suas atribuições, conforme a identificação efectuada no organograma acima, sendo que a sua missão e funções serão desempenhadas nos termos do Manual de Procedimentos do programa, que adoptará o modelo do manual que se encontra em elaboração pela Autoridade de Gestão do ON.2, respeitando o princípio da segregação de funções, com os procedimentos de apreciação das candidaturas e de acompanhamento físico das operações aprovadas a serem da responsabilidade da EGA, e os procedimentos de controlo e de acompanhamento contabilístico e financeiro a serem efectuados pela EFC.
253. Para efeitos da coordenação destas equipas existirá um Coordenador Técnico, e, para assegurar a ligação da Estrutura Técnica do PTD-T com a respectiva Comissão Directiva, existirá um Coordenador Geral, responsável pela supervisão global do programa.

254. Relativamente às unidades operativas - EGA e EFC -, os recursos humanos terão qualificações académicas de nível superior nas áreas da Economia, Gestão, Engenharia, Direito, Ambiente, Contabilidade, e todos eles com experiência profissional no planeamento, desenvolvimento e execução física e financeira de projectos co-financiados com fundos comunitários, de natureza intermunicipal e municipal, pelo que estão já familiarizados com a regulamentação comunitária e com a exigência que se coloca na gestão de projectos desta natureza.
255. Com o objectivo de assegurar a coerência entre o exercício das competências da Autoridade de Gestão do ON.2 e o exercício daquelas que serão delegadas na estrutura de gestão do PTD-T, será adoptado, com as devidas adaptações, o Manual de Procedimentos já acima mencionado, assim como os respectivos fluxogramas, conforme proposta de modelo que se segue.

Figura 67 – Fluxograma de Admissão e Análise de Candidaturas



7 ■ PLANO DE DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

7. PLANO DE DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

256. Tendo em conta o carácter inovador da modalidade de contratualização subjacente ao PTD-T, existem duas vertentes que interessa privilegiar em termos comunicacionais.
257. Na vertente dos potenciais beneficiários do Programa, será importante estabelecer canais de comunicação, sejam para divulgação do Programa, dos avisos dos concursos que serão abertos nas diversas tipologias, da disponibilização dos formulários, privilegiando-se aqui o recurso aos media locais e regionais, assim como à utilização das TIC, mormente a internet e o correio electrónico. Para tal, será criada uma página Web que disponibilizará toda a informação sobre o PTD-T, além de possuir uma área reservada para utilização pelos beneficiários, que permitirá a interacção destes com a estrutura de gestão do Programa.
258. Na vertente do público em geral, será adoptada uma estratégia comunicacional que promoverá um conhecimento do Programa, do seu desenvolvimento e realizações, que passará, para além da página de internet, na produção de materiais impressos, da elaboração de notas de imprensa ou da participação em eventos de cariz regional.
259. Em todas estas intervenções, a serem implementadas pela Estrutura Técnica do PTD-T, será observada a legislação comunitária e nacional relativa aos procedimentos de publicitação e informação aplicáveis nas acções e suportes utilizados no desenvolvimento do Programa. Nestes

termos, serão cumpridas as obrigações e os procedimentos em vigor de informação e publicidade sobre a participação (co-financiamento) do FEDER e do Programa Operacional Regional do Norte 2007 - 2013 nas intervenções, resultantes das disposições regulamentares comunitárias (Regulamentos CE nºs 1083/2006 e 1828/2006), bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão, a par da menção à entidade responsável pela gestão do PTD-T.

ANEXO – Centros Escolares

Em anexo ao presente documento de candidatura do PTD-T, e conforme solicitação da Autoridade de Gestão do ON.2, segue o quadro das candidaturas de investimento na tipologia de Centros Escolares, apresentadas pelos doze municípios da NUTS III do Tâmega, cuja listagem integra os projectos já aprovados e com contrato assinado para a sua execução, os projectos que obtiveram parecer do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), os projectos para os quais foi igualmente requerido aquele parecer, assim como outros projectos identificados pelas respectivas autarquias.

Os dados constantes do quadro foram obtidos com base em informação fornecida pela CCDRN (com referência à data de 24-10-2008) e pelas autarquias, sendo acompanhados pelos pareceres emitidos pelo GEPE e enviados por estas.



Este documento foi desenvolvido pelo **CEDRU – Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional Urbano, Lda** por solicitação da **VALSOUSA – Comunidade Urbana do Vale do Sousa**.

CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda
Rua Fernando Namora, 46 A 1600 - 454 LISBOA
Telefone n.º 21 712 12 40 Fax n.º 21 712 12 50 www.cedru.com

Plano Municipal **AMBIENTE**



PLANO MUNICIPAL

AMBIENTE

RESÍDUOS

O concelho de Lousada tem uma superfície de cerca de 95 km², repartidos por 15 freguesias, com uma população residente em 2014 de cerca de 47 387 habitantes, correspondendo a uma densidade populacional de 498 hab/km².

O serviço de recolha e transporte é assegurado pela empresa SUMA e assenta fundamentalmente na recolha de resíduos indiferenciados e na recolha seletiva.

Para além destes, existe ainda recolha em ecocentros, cujo transporte

dos materiais recebidos é efetuado pela SUMA e AMBISOUSA.

Os resíduos têm como destino o tratamento nas várias unidades da AMBISOUSA, designadamente: "Centro de Triagem", "Aterro Sanitário".

O Município dispõe de um ecocentro localizado na Rua Guerra Junqueira, na União de Freguesias de Cristelos, Ordem e Boim. Nesta instalação, em funcionamento desde 1999, são rececionados resíduos de papel/cartão, embalagens, vidro, REEE, resíduos verdes, lâmpadas, REU, colchões, OAU, roupa, madeira, pilhas, RCD e sucata.

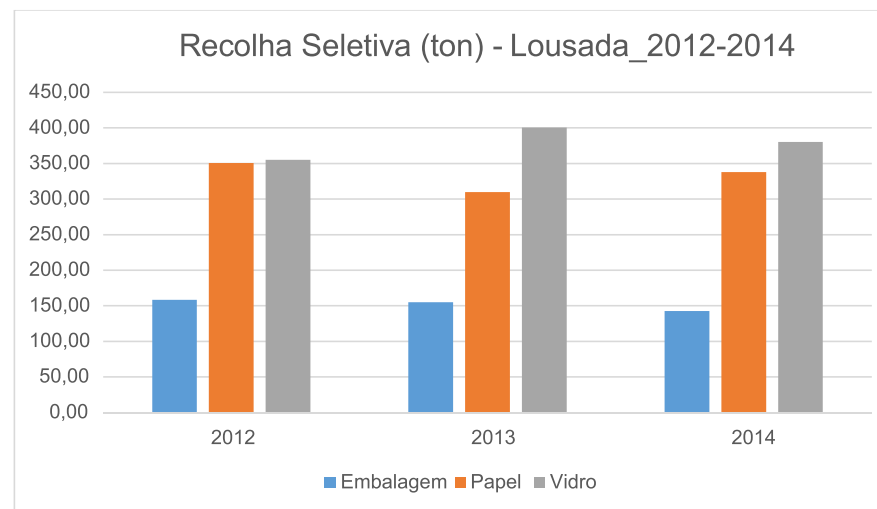
A recolha seletiva em comércio e serviços abrange atualmente cerca de 42 empresas aderentes, sendo recolhidos fluxos de embalagens, papel/cartão e vidro, em sacos. A recolha é efetuada semanalmente pela empresa AMBISOUSA.

A recolha seletiva de orgânicos abrange atualmente 3 produtores não residenciais, designadamente cantinas. Os equipamentos de deposição são recolhidos bissemanalmente pela AMBISOUSA.

O Município dispõe ainda 35 contentores de deposição de roupa, calçado usado e brinquedos, sendo a recolha efetuada semanalmente pela empresa ULTRIPLO. Durante o ano de 2014 foram recolhidas cerca de 108 toneladas.



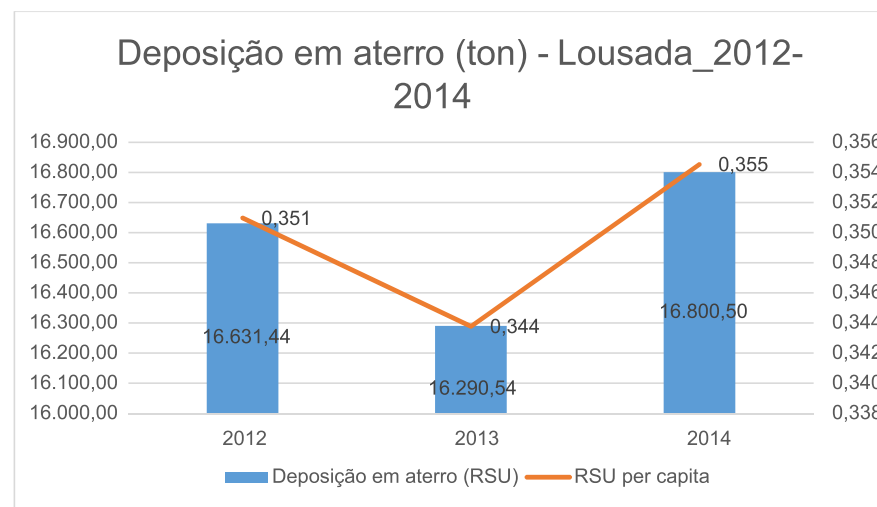
Quantidade total de resíduos



Fonte: Ambisousa

Total da recolha seletiva entre 2012 e 2014 (t) 2 590, 72

Percentagem recolha seletiva de Lousada no total do Vale Sousa, 2014 (%) 11,83



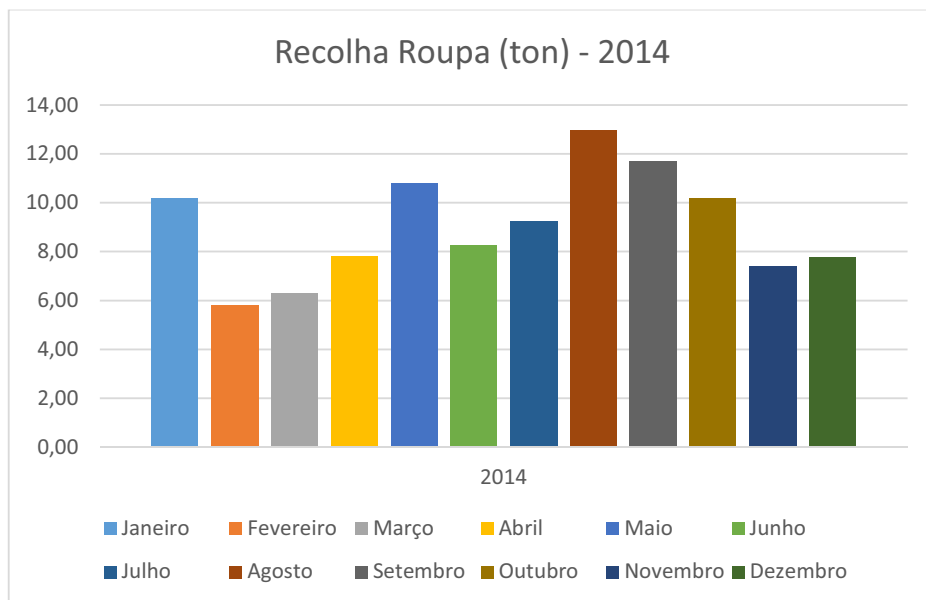
Fonte: Ambisousa

Total de deposição RSU em aterro entre 2012 e 2014 (t) 49 722,48

Percentagem deposição aterro, RSU_Lousada, no total do Vale Sousa, 2014 (%) 13,98

PLANO MUNICIPAL

AMBIENTE



Fonte: Ultriplo

Total de recolha Roupa, Brinquedos e Calçado em 2014 (t)108, 35

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Iluminação pública 100% LED

O Município encontra-se a substituir a iluminação pública através da colocação de luminárias de tecnologia LED (Light Emitting Diode - diodo emissor de luz).

O investimento ascende a 1,8 milhões de euros e será dividido em duas fases.

As lâmpadas LED's face às lâmpadas convencionais, apresentam inúmeras vantagens, onde se destaca uma duração mais longa, com cerca de 90.000 horas de uso, baixo custo de manutenção, maior eficiência, acionamento instantâneo e mais ecológicas, reduzindo a poluição visual noturna.

Colocação de painéis solares no Edifício das Piscinas Municipais

PLANO DE ATIVIDADES AMBIENTAIS

Plano de Ação Municipal do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos

- Campanha de educação e sensibilização ambiental

Da loja para o lixo

Reduza a quantidade de resíduos produzidos. Da loja ao lixo é apenas um passo. Não deite fora o seu dinheiro. Reutilizar e reciclar também são formas de fazer menos lixo.

Na altura de deitar fora: pondere a reutilização dos bens ainda prestáveis....e encaminhe todos os resíduos valorizáveis para a reciclagem.



Objeto da campanha

- Redução de resíduos indiferenciados e recicláveis;
- Redução e consumo sustentável, regras de triagem, acondicionamento e deposição.

Abordagem

- Contato pró-ativo;
- Distribuição qualitativa de materiais.

Suportes

- Porquinho mealheiro;
- Tira informativa.

Destinatários: Alunos do 1º CEB do Município de Lousada

PLANO MUNICIPAL

AMBIENTE

Compostagem

- Sessões de sensibilização sobre compostagem

Calendarização

- Quando solicitado por marcação prévia.

Destinatários: Alunos de todos os níveis de educação e ensino do Município de Lousada

- Ação realizada conjuntamente com a empresa Ambisousa



Visita ao Ecocentro



Os ecocentros são parques amplos, vedados e vigiados, constituídos por um conjunto de contentores de grandes dimensões destinados à deposição seletiva de materiais valorizáveis que, pelas suas características ou dimensões, não possam ser recolhidos pelos meios normais de remoção de resíduos, e também outros componentes dos resíduos que possam ser ou não valorizados.

No ecocentro existe um colaborador que acompanha todas as descargas de materiais, além de esclarecer eventuais dúvidas relativamente à correta deposição.

Calendarização

Quando solicitado por marcação prévia.

Destinatários: Alunos de todos os níveis de educação e ensino do Município de Lousada

Visita ao aterro

- Visita ao aterro da Ambisousa, incluindo à central de triagem (Lustosa)

Calendarização

- Quando solicitado por marcação prévia.

Destinatários: Alunos de todos os níveis de educação e ensino do Município de Lousada



Rota Eco-Escolas | Rota dos 20



O programa Eco-Escolas procura induzir estratégias de intervenção na comunidade, baseadas na identificação de problemas e na busca de soluções que visem um dia-a-dia mais sustentável.

A iniciativa "Rota Eco-Escolas", integra-se no tema mobilidade sustentável e visa alertar a comunidade escolar para a importância de uma mobilidade mais segura, eficiente e

inclusiva, através do envolvimento das crianças e jovens, professores, assistentes e auxiliares, encarregados de educação e município.

A "Rota dos 20" assinalará os 20 anos das Eco-Escolas em Portugal colocando o enfoque na mobilidade e na participação ativa das crianças na procura e proposta de soluções.

Objetivos da Rota Eco-Escolas | "Rota dos 20"

- Promover a mobilidade sustentável
- Intervir na comunidade local identificando problemas e propondo soluções;
- Colocar em contacto as Eco-Escolas do mesmo Concelho;
- Envolver os Municípios na articulação da rede Eco Escolas do seu concelho;
- Divulgar o trabalho das Eco Escolas e dos Municípios na rede internacional.
- Concretizar World Days of Action (dias internacionais das Eco Escolas)

PLANO MUNICIPAL

AMBIENTE

Campanha “Adopta um Amigo”

Consiste da adopção de animais abandonados no concelho, recolhidos pelos Serviços Camarários

Objetivo: Redução do número de animais para abate

Parcerias: Município de Lousada e Autoridade Veterinária Sanitária Concelhia



Dia da Floresta Autóctone



Objetivo

Plantação de espécies autóctones de forma a arborizar os espaços públicos com espécies características da região.

Sensibilização das crianças e da comunidade em geral para a defesa da floresta e sua valorização como elemento fundamental para a conservação da natureza.

Parcerias: Município de Lousada, Juntas de Freguesia e Agrupamentos de Escolas

Ações de Sensibilização da Floresta nas escolas do concelho

O objetivo é transmitir aos alunos a importância das árvores e da floresta de uma forma simples, lúdica e positiva e realçar a sua relevância no plano ambiental, ecológico, social e económico. Estas ações de sensibilização são direcionadas para os alunos do 1.º ciclo, que tem como lema "Conhecer as árvores, compreender a floresta", onde são abordados vários temas, nomeadamente:

- Constituição das árvores;
- Função das raízes, caule, casca, ramos, folhas, flores, frutos e sementes;
- Importância das sementes;
- Identificação das várias espécies de árvores e suas características;
- Como funcionam as árvores, nomeadamente o processo de respiração, fotossíntese e transpiração;
- Como nascem as árvores;
- Como crescem as árvores em altura e em largura;
- O que é a floresta;
- Porque são as florestas tão importantes;
- Os produtos e matérias-primas que são retiradas da floresta.



Campanha de colocação de ninhos na Mata Vilar

Objetivo: Proporcionar às aves um lugar de nidificação em zonas onde a falta de locais naturais é um fator limitante. Sensibilizar as crianças e os professores para a importância de preservação dos habitats florestais, sobretudo aqueles que agregam espécies arbóreas autóctones de elevado valor ecológico e patrimonial.

Parcerias: Município de Lousada e Parque Biológico de Gaia

PLANO MUNICIPAL

AMBIENTE

Ação de Formação sobre RSU's e a sua deposição

Objetivos: Facultar conhecimentos técnicos acerca de um problema ambiental premente e ajudar a implementar hábitos continuados de separação junto de um grupo profissional que nesta matéria tem um papel fundamental na comunidade educativa em termos de gestão de resíduos produzidos, separando-os e encaminhando-os corretamente.

Público-alvo: Assistentes operacionais dos Agrupamentos Escolares de Lousada

Parcerias: Município de Lousada e Ambisousa

Hora do Planeta

A Hora do Planeta é um movimento anti aquecimento global do planeta é uma iniciativa da ONG WWF para mobilizar a sociedade em torno da luta contra o aquecimento global.

Num período de 60 minutos (correspondente a 1 hora) do último sábado de março de cada ano a população de todo o mundo são convidados a apagar as luzes para demonstrar sua preocupação com o aquecimento global.

A Câmara Municipal adere todos os anos à presente iniciativa apagando as luzes dos edifícios públicos e monumentos durante uma hora, normalmente das 20H30m às 21H30m.



Planeta Limpo do Filipe Pinto

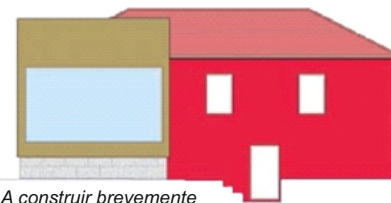


Consiste na realização de um pequeno teatro na presença do músico e Eng.º Florestal Filipe Pinto e entrega de livros adquiridos pelo município para entregas às crianças participantes.

Objetivo: Abordar os temas da água, reciclagem, floresta e horta para consciencialização das crianças do concelho.

Parcerias: Município de Lousada e Agrupamentos escolares

Centro de Educação Ambiental



A construir brevemente

Objetivo: Permitir o desenvolvimento de ações pedagógicas e de divulgação de estratégias ambientais do município, com vista à formação de cidadãos conscientes e críticos em matérias tão prementes como a salvaguarda dos recursos

hídricos, o tratamento e valorização dos resíduos, a eficiência energética, o ordenamento e proteção da floresta e a conservação da natureza.

Parcerias: Município de Lousada e Departamento de Biologia da Universidade de Aveiro.

Jardins em Lousada

Visita detalhada, descrição das espécies arbóreas e arbustivas existentes e enquadramento histórico do monte.

Destinatários: Todos os níveis de educação e ensino

Calendarização: Quando solicitado

Local: Jardim do Monte do Sr. dos Aflitos

Parcerias: Município de Lousada



Oficina de Jardinagem



Destinatários: Todos os níveis de educação e ensino

Calendarização: Quando solicitado

Local: Nos estabelecimentos de educação e ensino

Parcerias: Município de Lousada

PLANO MUNICIPAL

AMBIENTE

Visitas de estudo ao Horto Municipal



Destinatários: Todos os níveis de educação e ensino

Calendarização: Quando solicitado

Local: Horto Municipal

Parcerias: Município de Lousada

Comemoração do Dia da Proteção Civil

Destinatários: A toda a comunidade escolar e população em geral

Calendarização: Março

Local: Av. Sr. dos Aflitos

Parcerias: Município de Lousada, Guarda Nacional Republicana, Bombeiros Voluntários de Lousada e Instituto Nacional de Emergência Médica.



Jornadas do Ambiente

Sessões de sensibilização sobre as diversas temáticas do ambiente com a participação dos mais experientes catedráticos na matéria, decorrem de dois em dois anos no Auditório Municipal

Objetivo: Permitir a troca de experiências para uma melhoria contínua do desempenho das autarquias e da sociedade em geral.

Destinatários: Interessados em geral, alunos, professores e profissionais da área.

Parcerias: Município de Lousada e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto